

BRUNA MARINA PORTELA

GENTIO DA TERRA, GENTIO DA GUINÉ: A TRANSIÇÃO DA MÃO DE OBRA
ESCRAVA E ADMINISTRADA INDÍGENA PARA A ESCRAVIDÃO AFRICANA.
(CAPITANIA DE SÃO PAULO, 1697-1780)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Paraná, Linha de
Pesquisa Espaço e Sociabilidades, como requisito
parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva.

CURITIBA
2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Portela, Bruna Marina

Gentio da terra, gentio da guiné : a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780) / Bruna Marina Portela – Curitiba, 2014.

386 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva

Tese (Doutorado em Historia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Índios da América do Sul - Mão de obra. 2. Negros - Brasil.
3. Escravidão - Brasil. 4. Trabalho escravo. 5. São Paulo (Capitania).
I.Título.

CDD 980.4




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, Fone/fax + 55 (41) 3360-5085,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

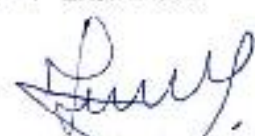
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

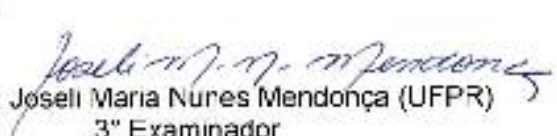
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **Bruna Marina Portela** intitulada: **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana - Capitania de São Paulo, 1697-1780**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.


Curitiba, vinte e nove de setembro de dois mil e quatorze.


Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Ronaldo José Raminelli (UFF)
1º Examinador


Profa. Dra. Fernanda Spósito
2º Examinador


Profa. Dra. Joseli Maria Neres Mendonça (UFPR)
3º Examinador


Profa. Dra. Martha Daísson Hameister (UFPR)
4º Examinador

AGRADECIMENTOS

O momento de finalização de escrita da tese traz com ele uma série de sentimentos, mas, sem dúvida, o maior deles é o de gratidão. Quatro anos é muito tempo e, nesse período, foram muitas as pessoas que passaram pelo meu caminho e muitas que ainda nele permanecem. Dividiram comigo tempo, trabalho, atenção, carinho e preocupação, cada um à sua maneira. Todos foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador e amigo Luiz Geraldo Silva, que me acompanha desde o mestrado, agradeço imensamente por todas as leituras atentas de meus textos, as conversas sérias e as descontraídas e o total apoio nos momentos de dificuldade. Às professoras Martha Daisson Hameister e Joseli Maria Nunes Mendonça, que estiveram em minha banca de qualificação e que agora novamente compõem a banca de defesa, meu muito obrigada por todas as contribuições feitas ao meu trabalho. Aos professores Ronald Raminelli e Fernanda Sposito, igualmente agradeço a disponibilidade de participarem da arguição de meu texto. Também deixo aqui registrado meu agradecimento a Joacir Navarro Borges, suplente da minha banca de defesa, que apesar de não ter participado da arguição, colaborou muito com minha tese através de seus textos publicados, todos eles importantíssimos para a minha pesquisa.

Aos colegas e professores da Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades do Programa de Pós Graduação em História da UFPR, com quem compartilhei os primeiros textos e de quem recebi importantes contribuições, também deixo meus sinceros agradecimentos. Aos colegas do CEDOPE, onde desenvolvi atividades da bolsa REUNI, agradeço também o tempo de convivência, os cafés e o aprendizado. Ainda no âmbito da Universidade, agradeço à Maria Cristina Parzowski, que sempre foi muito atenciosa e solícita para resolver as demandas administrativas. Por fim, agradeço à CAPES pelos dois anos de bolsa REUNI, fundamentais para que eu pudesse dar continuidade em minha pesquisa.

Não posso deixar de agradecer à equipe do Arquivo Público do Paraná, que entre 2010 e 2011 me atenderam prontamente, permitindo o acesso à documentação. Também agradeço imensamente à Liliam Ferraresi Brighente, que compartilhou comigo todas as suas transcrições de processos judiciais em comum à minha pesquisa e à dela, o que muito me ajudou na árdua tarefa de analisar as fontes. Igualmente agradeço a Fernando Prestes de Souza e Nayara Aguiar, que também me auxiliaram na tarefa de transcrição de algumas das milhares de páginas de documentos.

A toda a equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, meus colegas de trabalho desde setembro de 2012 e que, desde então, acompanham passo a passo minha jornada para finalizar a tese, agradeço a compreensão e o apoio. Ana Luisa, Ângela, Douglas, Fábio, João, Laura, Miguel, Renata, Regiane e Sady, muito obrigada por tudo! Também agradeço meus alunos bolsistas da Unidade de Cultura Popular do MAE, que sempre me incentivaram e compreenderam minhas ausências. E é preciso fazer um agradecimento especial à Márcia Cristina Rosato, minha chefe, por compreender as dificuldades de escrever uma tese e trabalhar ao mesmo tempo, sempre fazendo o possível para me ajudar.

Os amigos e a família foram fundamentais nesta longa jornada de quatro anos. Andressa, Carlos, Lêda, Nayara e Nayamim, obrigada pelos momentos de descontração, ainda que não tão frequentes quanto gostaríamos. Tatiana Marchete, obrigada pelos bate papos nos cafés! Alicia, nossas conversas por telefone sempre me trouxeram ânimo e esperança! Aos meus tios e tias, primos e primas, agradeço a preocupação e o interesse pelo meu trabalho e todo o incentivo que sempre me deram. Aos meus pais, Márcia e Ernani, minha gratidão mais profunda por estarem sempre ao meu lado, me encorajando e acreditando em minha capacidade para seguir em frente. Murilo, meu companheiro de todas as horas, das mais aflitas às mais alegres, obrigada por estar comigo, me ouvir, me consolar e me animar. Você foi muito importante para que eu pudesse finalizar essa caminhada.

O passado é um imenso pedregal que muitos gostariam de percorrer como se de uma autoestrada se tratasse, enquanto outros, pacientemente, vão de pedra em pedra e as levantam, porque precisam de saber o que há por baixo delas.

José Saramago, *A Viagem do Elefante*.

RESUMO

Esta tese visa compreender o processo de transição do uso da mão de obra indígena, fosse semelhante à escravidão ou administrada, para o uso da força de trabalho escravo de africanos e afrodescendentes na Capitania de São Paulo. Para tanto foi delimitado o período de 1697 a 1780 e os documentos privilegiados foram processos judiciais, tanto cíveis quanto criminais, tramitados em vilas da Comarca de Paranaguá, pertencente à Capitania paulista. A extensão territorial da Comarca era grande e abrangia as vilas de Cananéia, Iguape, Paranaguá, Curitiba, São Francisco e Laguna. Apesar de existirem processos judiciais para todas as referidas localidades, prevaleceram àqueles referentes à vila de Curitiba, seguida pela de Paranaguá. Buscou-se num primeiro momento analisar a documentação que trazia indígenas e seus descendentes, evidenciando as diferentes relações e interações mantidas por eles com a sociedade, que ia desde o seu arrolamento em inventários, sua venda e legação a herdeiros, até situações em que recorreram à justiça para conseguir sua liberdade, já garantida por lei, mas não cumprida dentro da estrutura prevalecente na configuração social aqui examinada. Logo após a análise dos indígenas, que se mostraram muito mais presentes na primeira metade do século XVIII, foi a vez dos africanos e afrodescendentes, fossem eles libertos ou escravos. Este grupo, muito mais numeroso a partir de 1750, era formado em sua maioria por pessoas nascidas na América portuguesa, e não por africanos. A partir da documentação judicial foi também possível evidenciar o uso e a posse destes escravos entre a população livre, bem como os campos de tensões em que estiveram envolvidos. A presença de índios, negros e brancos convivendo de maneira bastante próxima nas vilas da Comarca de Paranaguá facilitou o processo de miscigenação dessa sociedade, formada por mestiços de diferentes origens. Por fim, a tese é encerrada com uma discussão sobre as interações inevitáveis que aconteceram entre negros e índios, aspecto pouco abordado pela historiografia brasileira. A configuração social da Capitania de São Paulo durante o século XVIII proporcionou que as histórias de africanos e afrodescendentes se conectassem às dos indígenas e mestiços.

Palavras-chave: Indígenas, Negros, Administração, Escravidão, Capitania de São Paulo.

ABSTRACT

This thesis aims to comprehend the process of transition of the use of Indian labor, were it similar to slavery or administered, to the use of African slave labor and Afrodescendant in the Sao Paulo's Captaincy. For that, the period of 1697 to 1780 was delimited and the privileged documents were judicial processes, both civil and criminal, transacted in Paranagua County's villages, belonging to Sao Paulo's Captaincy. The territorial extent of the County was vast and included the villages of Cananeia, Iguape, Paranagua, Curitiba, Sao Francisco and Laguna. Even though judicial processes existed for all the referred locations, the ones related to the Curitiba village prevailed, followed by the Paranagua ones. Was sought in a first approach to analyze the documentation that brought Indians and their descendants, showing the different relations and interactions kept between them and the society, that went from their enrollment in inventories of heritages, their selling and legation to heirs, as far as situations where they went to the Court to gain their freedom, already guaranteed by law, but not obeyed inside the prevailing structure in the social configuration examined here. Following the analysis of the Indians, who were much more present in the first half of the eighteenth century, was the time of the Africans and Afrodescendants, were they freedmen or slaves. This group, much more numerous starting in 1750, consisted mostly by people born in the Portuguese America, and not by Africans. From the judicial documents was also possible to make evident the use and ownership of these slaves among the free population, as well as the stress fields that they were involved. The presence of Indians, Blacks and Whites living in a very close way in the Paranagua County's villages facilitated the process of miscegenation of this society, formed by mestizos of different origins. Finally, the thesis concludes with a discussion about the inevitable interactions that happened between Blacks and Indians, aspect poorly approached by the Brazilian historiography. The social configuration of the Sao Paulo's Captaincy during the eighteenth century made possible the connection between the histories of the Africans and Afrodescendants and the histories of the Indians and mestizos.

Key-words: Indians, Blacks, Administration, Slavery, São Paulo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de processos envolvendo africanos e afrodescendentes por período.....	157
Tabela 2 - Número de processos envolvendo indígenas e seus descendentes por período.....	157
Tabela 3 - Procedência dos escravos e libertos da amostra.....	160
Tabela 4 - Procedência dos africanos da amostra.....	162
Tabela 5 - Procedência dos africanos por região abrangente.....	163
Tabela 6 - Montante das dívidas nos processos de cobrança de dívidas entre os anos de 1727 e 1780.....	193
Tabela 7 - Procedência dos escravos presentes nos processos judiciais referentes a transações comerciais.....	210

LISTA DE SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino.

CEDOPE-DEHIS-UFPR – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

DEAP – Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
PARTE I - OS GENTIOS DA TERRA	23
1. ÍNDIOS, ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO: AS TENSÕES NO TRATO COM OS GENTIOS DA TERRA.....	23
1.1. Delimitando fronteiras.....	23
1.2. Sobre o gentio da terra.....	32
1.3. Discussões e resoluções sobre a forma de tratamento dado ao indígena na sociedade colonial.	42
1.4. Compra e venda: transações comerciais envolvendo indígenas.....	56
1.5. “Foram vistos e avaliados”: gentios da terra arrolados em inventários.	64
2. POR SUA NATUREZA SÃO LIVRES: AÇÕES DE LIBERDADE.....	81
2.1. Breves considerações sobre a justiça e a liberdade dos índios.	81
2.2. Índios, brancos e bastardos: os mestiços e a busca por liberdade.	85
2.3. Mãe índia, filho bastardo: o relacionamento com homens livres como justificativa para a liberdade.....	94
2.4. Ascendência indígena: os antepassados justificam a liberdade.	96
3. COTIDIANO E INTERAÇÕES SOCIAIS.....	106
3.1. Paternidade assumida: reconhecimento de filhos bastardos.....	108
3.2. Violência: indígenas e bastardos como vítimas e autores.	115
3.3. Feitiçaria.	122
3.4. Bens, dívidas e créditos.....	132
PARTE II – OS GENTIOS DA GUINÉ.....	142
4. ESCRAVOS DE FATO E DE DIREITO: AFRICANOS E AFRODESCENDENTES ..	142
4.1. A escravidão justificada.....	142
4.2. O tráfico de escravos	146
4.3. Escravidão na Capitania de São Paulo: especificidades	150
4.4. Os escravos e libertos da amostra: características do conjunto.....	156
4.5. Usos da mão de obra escrava	170
5. A PROPRIEDADE ESCRAVA: COMPRA, VENDA, PARTILHA E LEGAÇÃO.	185
5.1. O mercado de escravos a partir da amostra de processos judiciais.....	185
5.2. Homens de negócio: credores e devedores.	191
5.3. Escravos entre credores e devedores.	201
5.4. Entre herdeiros, dívidas e partilhas: escravos arrolados em inventários e testamentos.....	212

6. CAMPO DE TENSÕES: AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA TRAMA SOCIAL	223
6.1. Fugas.....	223
6.2. Atos de violência no cotidiano escravo.	236
6.3. Bens, dívidas e créditos.	256
6.4. Entre a liberdade e o cativo.	272
PARTE III – MUNDOS CONECTADOS.....	296
7. POR UMA HISTÓRIA CONECTADA	296
7.1. Índios e negros em uma mesma realidade: possibilidades e limites das fontes judiciais.	296
7.2. Os indígenas e a legislação pombalina.....	303
7.3. Africanos e afrodescendentes na legislação pombalina.	311
7.4. Distanciamentos e aproximações entre os dois grupos.	318
8. A JUSTIÇA COMO INTERMEDIADORA ENTRE NEGROS E ÍNDIOS	326
8.1. Desventuras.....	326
8.2. Parcerias.....	333
8.3. De um lado para o outro.	345
CONSIDERAÇÕES FINAIS	351
FONTES.....	355
BIBLIOGRAFIA.....	375

INTRODUÇÃO

O tema central desta tese é o processo de transição do uso da mão de obra indígena, escrava e administrada, para a dos cativos africanos e afrodescendentes na Capitania de São Paulo ao longo do século XVIII. O objetivo central da tese, portanto, é o de elucidar o processo transição e seus desdobramentos, tanto para os indígenas como para os negros inseridos nesta sociedade colonial.

A questão da transição do trabalho indígena para o africano não foi objeto de estudo muito frequente na historiografia. O tema rendeu algumas páginas em capítulos de livros, sempre muito rapidamente e com pouco uso de documentação. Para o nordeste da América portuguesa, especialmente na Bahia e em Pernambuco, o processo de transição aconteceu logo no primeiro século de colonização. Para os engenhos baianos, Stuart Schwartz dedicou um capítulo de *Segredos Internos* para falar sobre o uso dos indígenas como trabalhadores ao longo do século XVI e da transição para o uso dos escravos africanos.¹ Schwartz lembra que “para as pessoas que viveram naquela época, a inevitabilidade da transição era muito menos óbvia”.² Segundo o autor, por volta de 1591 a economia açucareira do nordeste se expandia rapidamente e ao mesmo tempo o tráfico atlântico de escravos estava regularizado, mas mesmo assim, ainda prevaleciam os trabalhadores nativos nos engenhos.³ No entanto, a baixa produtividade dos índios, aliada à peste e também à legislação que proibia sua escravização, contribuíram para que os grandes proprietários rurais, senhores de engenho, preferissem os africanos. Já no início do século XVII, a transição para o uso do braço africano estava quase consolidada nas regiões do nordeste voltadas para a economia de exportação. O acúmulo de capital, bem como a integração da região com o mercado atlântico, facilitou a aquisição dos cativos africanos, mais caros do que os indígenas, mas ainda assim preferidos pelos senhores de engenho.⁴

Para a Capitania de São Paulo e suas vilas a realidade era bastante diferente daquela encontrada nas Capitanias do nordeste. A mão de obra indígena era utilizada ainda nos séculos XVII e XVIII por grande parte da população e, por outro lado, os escravos africanos e afrodescendentes ainda eram escassos. Para esta região ao sul da América portuguesa alguns

¹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Capítulo 3: “Primeira escravidão: do indígena ao africano”, pp. 57-73.

² Ibidem, p. 57.

³ Ibidem, p. 69.

⁴ Ibidem, pp. 72-73.

autores também dedicaram algumas poucas páginas à questão da transição. John Monteiro, autor que tem o trabalho mais expressivo sobre os índios em São Paulo dedicou as últimas páginas de seu livro *Negros da Terra* para propor algumas breves considerações sobre o tema da transição. Monteiro ressalta que na região de São Paulo o processo de aumento do número de escravos africanos e de decréscimo dos trabalhadores indígenas só foi se consolidar no final do século XVIII, com a expansão da economia açucareira. Ele alerta para o empobrecimento da população com a descoberta de ouro nas Gerais, o que gerou também um aumento no preço dos cativos de origem africana, inacessíveis para a maioria dos moradores da região. Essa decadência econômica teria retardado o processo de transição para a escravidão negra.⁵

Em livro organizado por Maria Beatriz Nizza da Silva sobre a história de São Paulo Colonial uma seção foi dedicada aos índios e africanos. O foco, porém, foi menos no processo de transição do uso da mão de obra e mais na miscigenação ocorrida entre os dois grupos por meio de casamentos, muitas vezes forçados pelos próprios senhores de escravos africanos, que com a pouca oferta de mulheres negras, casavam seus cativos com mulheres indígenas.⁶ Luna e Klein também comentaram brevemente sobre o uso dos indígenas como braço de trabalho na Capitania de São Paulo até o que chamaram de século XVIII tardio, lembrando, porém, que desde 1700 já acontecia a entrada gradual de escravos africanos. Este processo de substituição teria sido permitido pela crescente oposição da igreja e do governo à escravização dos índios, aliado ao crescimento econômico da região, que viabilizou a compra de cativos africanos, mais caros do que os indígenas.⁷

Por fim, como último exemplo de autores que trabalharam com a questão da transição do trabalho indígena para o africano, está novamente Stuart Schwartz, que também escreveu algumas palavras sobre o assunto não para o nordeste, mas para o sul da América portuguesa. Em *Escravos, roceiros e rebeldes* este autor, ao falar dos registros de batismos para a vila de Curitiba, Capitania de São Paulo, observou que entre 1685 e 1750 os batismos de índios superavam o de negros e que entre 1751 e 1777 esta proporção se inverteu. Schwartz então conclui que os registros de nascimento refletem a transição do uso da força de trabalho

⁵ MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 220-226.

⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 113-119.

⁷ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 28.

indígena para a africana, que acompanhou também o desenvolvimento econômico da região e a sua integração com os mercados em expansão.⁸

Os trabalhos expostos acima mostraram que o tema do processo de transição do uso dos indígenas como trabalhadores para os escravos africanos e afrodescendentes foi pouco estudado pela historiografia. Não foram encontrados trabalhos mais sistemáticos voltados especificamente para este objeto, nem tampouco com um número relevante de documentos para embasar uma análise de maior fôlego. Mesmo para a Capitania de São Paulo, onde este processo aconteceu tardiamente, no século XVIII, sendo maior a disponibilidade de documentos para o período, o tema ainda não foi amplamente pesquisado.

Para esta tese a delimitação do tema e do objetivo surgiu a partir do contato com processos judiciais do século XVIII, pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Paraná. Uma consulta aos documentos deixou claro que durante a primeira metade do século XVIII a presença de índios era bastante significativa, ao passo que a dos escravos negros era até então relativamente rara. Após o ano de 1750 os indígenas, por sua vez, tornam-se cada vez mais raros na documentação, acontecendo justamente o inverso com a população negra, escrava e liberta. Estas primeiras impressões condiziam com o que é proposto pela historiografia sobre o período em que se deu o processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana na Capitania de São Paulo.

A região e o período delimitados para esta pesquisa foram dados pela própria documentação, que diz respeito a vilas pertencentes à Comarca de Paranaguá, extenso território da Capitania de São Paulo⁹ que compreendia as vilas de Cananéia, Iguape, Paranaguá, Curitiba, São Francisco e Laguna¹⁰, ainda que a maioria dos processos judiciais tenha tramitado na vila de Curitiba, seguida pela de Paranaguá. O período inicial delimitado foi o ano de 1697, data do primeiro processo judicial do referido acervo, e final o ano de 1780, data em que os africanos e afrodescendentes já eram superiores em número aos indígenas utilizados no trabalho compulsório. O período da documentação permitiu uma análise da escravidão no atual estado do Paraná mais recuada no tempo do que aquela que

⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. pp. 275-280.

⁹ A Capitania de São Paulo só passou a ter esse nome no ano de 1765. Seu território, no início do século XVIII, era dividido entre as Capitanias de São Vicente e Santo Amaro. No ano de 1709 foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que abrangia, além de São Paulo, parte dos atuais territórios de Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Sul. Até o ano de 1748 parte desses territórios se desmembraram e, neste mesmo ano, a Capitania de São Paulo foi extinta, ficando apenas como Comarca subordinada ao Rio de Janeiro, para então, em 1765, ser restaurada como Capitania de São Paulo. Mais adiante essas mudanças administrativas serão melhor explicitadas.

¹⁰ PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a Comarca de Paranaguá (1723-1812)*. Dissertação de mestrado: UFPR, 2007. p. 45.

mais comumente é feita pela historiografia para esta região. A vasta maioria dos trabalhos se refere a evidências e documentação concernentes ao século XIX, ao passo que este trabalho se fundamenta basicamente em fontes primárias atinentes ao século XVIII, período sobre o qual pouco se sabe a respeito da escravidão nesse território específico.¹¹

Analisar a transição do uso da força de trabalho indígena para a africana implica também em entender as especificidades de cada um dos grupos e as relações mantidas por eles com o restante da sociedade. Os indígenas, isoladamente, já foram objeto de estudo de muitos autores, assim como os escravos africanos e afrodescendentes, para estes ainda em maior número do que para os primeiros. São raros os trabalhos, no entanto, que fazem uma análise conjunta e conectada de negros e índios no período colonial. Giuseppe Marcocci pode ser citado como um dos autores que se preocupou em refletir sobre as conexões que existiam entre negros e índios na sociedade de Antigo Regime, bem como sobre os distanciamentos e distinções entre um e outro grupo. Em artigo de 2010 Marcocci aborda especificamente os negros e índios no império português, analisando os modelos de discriminação forjados nos séculos XV, XVI e XVII para os dois grupos mais discriminados da época moderna, nas palavras do próprio autor.¹² São destacadas neste texto as representações mentais que se fazia sobre índios e negros no período colonial por parte dos colonos e da própria Coroa portuguesa, que seriam pautadas por questões como a eficiência e a capacidade para trabalhar, a presença das ideias antijudaicas – transferidas e transformadas para a realidade encontrada no Novo Mundo – e também as versões teológicas a respeito da salvação da alma. Todas estas questões teriam influenciado a diferença no tratamento dado a negros e índios, os primeiros muitos mais discriminados do que os segundos.

A importante análise de Marcocci conecta índios e negros no nível das ideias e dos modelos vigentes no império português. O estudo, no entanto, não abordou relações concretas entre grupos e indivíduos interdependentes, tanto índios quanto negros, na sociedade colonial. Stuart Schwartz, por outro lado, dedicou um artigo para pensar esses relacionamentos

¹¹ Como exemplo dos inúmeros estudos sobre a escravidão no atual estado do Paraná centrados no século XIX, podem ser citados os seguintes trabalhos: GUTIERREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v.8 n°16, 161-188, mar/ago 1988; GUTIERREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos econômicos*. São Paulo: 17(2), 297-314, maio/ago 1987; MELLO, K. A. V. *Comportamentos e Práticas Familiares nos Domicílios Escravistas de Castro (1824-1835) segundo as Listas Nominativas de Habitantes*. Curitiba: UFPR, 2004. (Dissertação de mestrado); PENA, Eduardo S. *O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. SANTOS, Carlos Roberto A. dos. *Preços de escravos na Província do Paraná (1861-1887)*. Estudo sobre as escrituras de compra e venda de escravos. (Dissertação de Mestrado). UFPR, 1974.

¹² MARCOCCI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650). *Revista Tempo*, v. 15, n. 30, Rio de Janeiro, 2011. pp. 41-70.

inevitáveis entre indígenas, africanos e afrodescendentes que aconteciam em muitas das vilas coloniais da América portuguesa. Em *Tapanhuns, negros da terra e curibocas* o autor traz situações concretas, ocorridas principalmente no nordeste, em que índios e negros conviveram e trocaram experiências, mantendo relações de confronto e de harmonia.¹³ Os estudos sobre a interação que existiu entre negros e índios na América portuguesa são poucos e bastante pontuais. A realidade não é diferente para outras partes do Novo Mundo, onde as pesquisas que fazem análises dos relacionamentos entre os dois grupos também ainda são tímidas. O livro organizado por Mathew Restall, denominado *Beyond Black and Red*, é uma importante referência para suprir a falta de estudos sobre as conexões e interações entre índios e negros na América Latina colonial.¹⁴ Capítulos escritos por diversos autores dão conta de mostrar que tanto na América espanhola como na portuguesa os nativo-americanos conviveram de perto com os africanos e afrodescendentes aí desembarcados. A coletânea de textos deixa evidente que muito mais do que relacionamentos hostis, esses dois grupos mantiveram aproximações amigáveis e harmoniosas, compartilhando experiências.

A configuração social no século XVIII da região privilegiada nesta pesquisa permite evidenciar essa aproximação entre negros e índios, pois os dois grupos conviveram lado a lado, como mostrou a documentação. Completavam essa configuração os brancos e os mestiços. Para pensar essa miríade de indivíduos dentro desta sociedade foi preciso considerar que essas pessoas mantinham relações interdependentes entre elas e os grupos, seguindo os “modelos de jogo” propostos por Norbert Elias, nos quais todo indivíduo retém poder, mas com graus distintos de potencial de retenção. Essa diferença confere ao poder um caráter relacional, que vai variar de acordo com as relações mantidas pelos indivíduos. Por exemplo, o poder de um escravo perante seu senhor é bastante diminuto, ainda que existente. Um negro liberto também retém menos poder do que um proprietário livre, mas em relação ao escravo, seu nível de retenção de poder é maior. Por esse motivo Elias alerta que as ações dos grupos e dos indivíduos não podem ser consideradas isoladamente, mas, antes, devem sempre ser examinadas levando-se em conta as relações de interdependência uns dos outros.¹⁵

Uma questão importante para se pensar os índios e os negros no período colonial diz respeito à questão do *status* social destes grupos. Procurou-se, nesta tese, entender o *status* muito mais como algo mutável e fluido, do que uma definição estática e sem possibilidade de

¹³ SCHWARTZ, Stuart. *Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas*. In: *Áfro-Ásia*, 29/30, 2003, pp. 13-40.

¹⁴ RESTALL, Mathew. *Beyond Black and Red*. African-native relations in Colonial Latin America. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2005.

¹⁵ ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970. pp.77-112.

mudança. Para tanto, foi utilizada a formulação de Igor Kopytoff sobre o “processo de transformação de *status*”. Este autor critica a noção de escravo como estrangeiro e a separação da condição de escravo da condição de liberto. Kopytoff propõe pensar a escravização dos africanos, a sua entrada no Novo Mundo, a sua vida em cativeiro e a alforria como partes de um mesmo processo.¹⁶ Exemplificando, uma pessoa capturada na África e trazida para a América portuguesa como escrava, chegava como estrangeira, mas logo alterava seu *status* por se integrar à nova realidade a qual foi submetida. A escravidão poderia durar por gerações ou este mesmo africano transformar novamente seu *status* para liberto. O mesmo pode ser pensado para os índios. Aqueles apresados no sertão chegavam às vilas dos colonos como estrangeiros. Logo se adaptavam, muitas vezes formando família, para depois tentar obter sua liberdade, como muitos processos de minha amostra mostraram.

Para além das relações entre os indivíduos e os grupos e o seu *status* social, o período delimitado para esta pesquisa, qual seja, 1697 a 1780, exige pensar em questões mais amplas que envolviam toda a América portuguesa. Se na Capitania de São Paulo este período viu o processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana, o estado português também passou pelo processo de transição de um estado corporativo para um estado absolutista. A partir de 1750 o reinado de Dom José I, que terminaria em 1777, iniciou uma série de reformas em Portugal e seus domínios. O modelo de estado que antes era corporativo, conforme formulou Hespanha, e baseado no compartilhamento de poder entre o rei e outros grupos sociais, iria se tornar absolutista, extinguindo os poderes das corporações e concentrando-os no monarca.¹⁷ Na sociedade corporativa cada corpo social tinha a sua função, proveniente de uma ordem universal identificada com o Criador. A hierarquia e a distinção entre os grupos sociais eram dados por natureza e cada um deveria cumprir o seu papel dentro dessa organização.¹⁸ Hespanha define a sociedade corporativa como “hierarquizada, fundada na desigualdade e no privilégio, internamente dominadora e marginalizadora”.¹⁹

Figura fundamental no processo de reforma desse modelo no reinado de Dom José I foi Sebastião José de Carvalho e Melo, que em 1769 recebeu seu título mais conhecido, o de

¹⁶ KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, vol.11, 1982, pp.207-230.

¹⁷ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 163-188. p. 166.

¹⁸ HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. pp. 114-115.

¹⁹ HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 36.

Marquês de Pombal. As transformações propostas por ele atingiram diferentes esferas, desde a educação, a economia, a legislação até os órgãos e instituições do estado.²⁰ O paradigma corporativista daria lugar ao paradigma individualista, este muito mais baseado na razão e centrado no indivíduo e não nas corporações.²¹ O esforço era para legitimar a soberania do rei, que a partir de então não mais dividiria seu poder com outros grupos da hierarquia social, o que incluía a igreja, buscando a “secularização da sociedade temporal”.²²

Marcadas as diferenças mais fundamentais sofridas pela monarquia portuguesa a partir de 1750, o que interessa diretamente nesta tese é a atuação de Pombal em relação aos indígenas, o que também acabou por atingir os negros da América portuguesa. Com o intuito de equalizar a sociedade, tornando todos vassalos de um mesmo rei, Carvalho e Melo, a partir de 1755, passou a dirigir leis e decretos para a população ameríndia. O objetivo era igualar os índios aos brancos, incentivando a miscigenação entre eles, o que garantiria o aumento da população nas terras da América portuguesa e o consequente aumento das riquezas do império português.²³ Com a pretendida igualdade entre índios e brancos, a distância entre os primeiros e os negros seria ainda maior do aquela que já existia desde o início da colonização.²⁴ Essas medidas serão vistas com mais vagar ao longo do trabalho, mas importa ressaltar desde o início esse processo de transformação sofrido pela monarquia e seus domínios e que, consequentemente atingiu os dois grupos aqui privilegiados, quais sejam, índios e negros.

O objetivo desta tese não poderia ser atingido sem a documentação. Conforme mencionado anteriormente, as fontes utilizadas nesta pesquisa são processos judiciais pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Paraná, datados entre os anos de 1697 e 1780. O total de processos existentes para este período no acervo da instituição é de 2.265 documentos. Para esta presente pesquisa selecionei 366 processos judiciais, usando como critério de seleção o envolvimento de negros, libertos ou escravos, e indígenas e seus descendentes nas demandas judiciais. Para tanto, todos os 2.265 documentos, armazenados em 72 caixas-arquivo, foram conferidos. Isto significa que em 16,16% do total de processos existentes para o período havia negros e índios implicados em querelas na justiça. Esta seleção é passível de erros, pois é possível que algum documento em que constassem índios

²⁰ BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. pp. 190-208.

²¹ HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal...*, pp. 116-117.

²² Ibidem, p. 126.

²³ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 53.

²⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX). *Memória Americana*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 16-1, jun, 2008, pp. 19-40. p. 26.

ou negros tenha passado despercebido, seja pela dificuldade de leitura ou pela referência mínima a indivíduos destes dois grupos. A primeira análise e divisão feita na documentação mostraram que dos 366 processos, 297 eram referentes a negros, 57 a índios e outros 12 que traziam indivíduos dos dois grupos.

À medida que os processos que me interessavam foram sendo encontrados, imediatamente a digitalização era feita, que resultou em quase sete mil imagens. Contudo, conforme avançava a seleção dos documentos, foi possível também perceber as diferentes naturezas dos processos judiciais. Quase a metade dos documentos era de causas cíveis, envolvendo cobranças de dívidas. Foram selecionados 182 documentos desta tipologia, que traziam essencialmente relações de compra, venda, penhora e disputa pela posse de escravos negros. O grande número desses processos impossibilitaria uma análise mais pormenorizada de cada um deles, por isso optei por tabular os dados destes documentos em uma planilha específica, contendo as informações que considerei importantes, tais como nome dos envolvidos, motivo da dívida, descrição do escravo penhorado (quando havia penhora), além de um espaço para observações. Destes 182 processos judiciais, fotografei apenas 82 e o restante foi diretamente incluído na planilha, completada posteriormente com os outros 82 que tinha fotografado. Há também um número considerável de inventários e testamentos, 65 no total, sendo 55 envolvendo escravos africanos e afrodescendentes e 10 com gentios da terra. Aqueles 55 foram também incluídos em uma tabela, a fim de facilitar a análise conjunta destes documentos. Não obstante, os inventários e testamentos foram também transcritos, pois muitas vezes trazem informações interessantes para além da avaliação e partilha dos bens, como a liberdade concedida a alguns escravos. O restante da documentação é composto por processos tanto cíveis quanto criminais e tratam de assuntos diversos, desde assassinatos e ofensas físicas até a busca pela liberdade, intentada tanto por negros como por índios.

O uso de fontes judiciais não é mais novidade na historiografia, principalmente para os estudos sobre a escravidão. Autores como Silvia Lara, Sidney Chalhoub e Robert Slenes, apenas para citar alguns, fizeram uso desse tipo de documentação em suas pesquisas.²⁵ Apesar de serem fontes geradas pela justiça colonial, ou seja, por órgãos oficiais, através delas é possível ter acesso ao universo de homens e mulheres que dificilmente deixaram outro tipo de registro escrito. Sobre processos criminais e autos de inquirição de escravos fugidos Silvia

²⁵ LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. SLENES, Robert. *Na Senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Lara argumentou que, apesar da fala ser filtrada pela pena do escrivão, ela traz até nós o registro do cotidiano colonial.²⁶ Analisar fontes judiciais, portanto, é uma maneira de se aproximar tanto dos negros quanto dos índios, pessoas que ocupavam o nível mais baixo da hierarquia social, mas que, ainda assim não deixaram de figurar em processos judiciais, refletindo o campo de tensões em que estavam inseridos nesta sociedade colonial.

Carlo Ginzburg refletiu sobre um documento de natureza diversa, o processo inquisitorial, mas que muito se aproxima aos processos cíveis e criminais por mim analisados, uma vez que também trazem registros escritos de relatos orais, como definiu o autor.²⁷ Ginzburg compara os inquisidores aos historiadores e aos antropólogos, na medida em que o que os primeiros tentam arrancar dos réus não é muito diferente daquilo que nós estamos procurando. O autor afirma que “enquanto estava lendo os processos inquisitoriais, frequentemente eu me sentia como se observasse por sobre os ombros dos juízes, seguindo as suas pegadas, esperando (assim como eles provavelmente esperavam), que o réu fosse bastante loquaz sobre suas crenças”.²⁸ Ginzburg alerta também sobre as armadilhas dos processos inquisitoriais, uma vez que o testemunho dos réus era distorcido pelas pressões psicológicas e até físicas, no caso dos processos de feitiçaria analisados por ele. Ademais, as respostas dadas também poderiam ser induzidas, carregadas de estereótipos inquisitoriais.²⁹

As ponderações de Ginzburg se adéquam perfeitamente aos processos judiciais de minha amostra. Há que se levar em conta que os relatos e testemunhos trazidos nos documentos eram sempre conduzidos por juízes e escritos por escrivães. Por outro lado, é possível observar em vários autos judiciais, em que testemunhas são interrogadas, que as respostas eram quase sempre muito uniformes e bastante induzidas pelas perguntas formuladas tanto pelos juízes como pelos procuradores. No entanto, tomadas as devidas precauções e esclarecimentos a respeito das fontes judiciais, elas se mostraram bastante ricas em informações sobre a população indígena e negra da Comarca de Paranaguá e possibilitaram uma aproximação à realidade dessas pessoas dentro da sociedade colonial, ainda que de maneira parcial e subjetiva.

Após a análise dos 366 processos judiciais de minha amostra e de sua organização por temáticas, aliada à bibliografia pertinente, a tese foi estruturada em três partes. A primeira delas, denominada “Os Gentios da Terra”, trata dos indígenas e seus descendentes; a segunda,

²⁶ LARA, Silvia H. *Campos da violência...*, p. 24.

²⁷ GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, nº 21, pp. 09-20, set. 90/fev.91. p. 09.

²⁸ GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo..., p. 12.

²⁹ Idem.

denominada “Os Gentios da Guiné”, fala sobre os africanos e afrodescendentes; e por fim, a última parte, intitulada “Mundos Conectados”, pretende mostrar a interação que existiu entre negros e índios na Capitania de São Paulo. A ordem de apresentação da tese, qual seja, a de primeiro tratar dos indígenas, para depois seguir com a análise sobre os escravos e libertos negros, levou em consideração uma sequência cronológica, uma vez que os documentos referentes aos indígenas são, em sua maioria, os mais antigos da amostra. Tal ordenação também corrobora o objetivo geral da tese, que é o de elucidar o processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana, ocorrido ao longo do século XVIII, principalmente a partir de 1750. Para encerrar o trabalho, faço um esforço no sentido de mostrar as conexões que existiam entre os dois grupos, deixando claro que o processo de transição foi lento e gradual, permitindo que índios e negros mantivessem relações interdependentes entre si.

O primeiro capítulo é iniciado com uma breve contextualização sobre a estrutura administrativa e territorial da região delimitada para este trabalho. A próxima seção inicia a análise sobre a população indígena com uma discussão sobre a definição de “índio” e as muitas denominações recebidas por eles no contexto colonial, como “gentios da terra”, “negros da terra”, “carijó”, entre outras. Ainda neste capítulo são apresentadas algumas questões mais amplas sobre a legislação formulada pela Coroa portuguesa para os índios, bem como as contradições e oposições encontradas por ela especialmente na Capitania de São Paulo. Para encerrar o primeiro capítulo são abordados documentos em que os indígenas aparecem como propriedade, uma vez que estavam sendo comprados e vendidos e também arrolados em inventários, o que mostra que a proibição de escravizar os índios não era cumprida na configuração social específica aqui considerada.

O segundo capítulo, ainda dentro da parte I, trata especificamente sobre as questões relacionadas à liberdade dos índios, fazendo uso de processos judiciais nos quais indígenas e mestiços recorreram à justiça para conseguir suas liberdades. As alegações para tal intento incluíam os relacionamentos com homens brancos e também a filiação de pais brancos. O terceiro capítulo, que encerra a parte I, buscou uma aproximação ao cotidiano dos índios nas vilas da Comarca de Paranaguá. Trata-se de casos sobre violência, feitiçaria, reconhecimento de filhos bastardos e também a atuação dos indígenas no mercado de créditos, negociando bens e contraindo dívidas. Vê-se nitidamente nesta parte da tese que o processo de mudança de *status* entre os índios estava, então, em pleno curso.

A parte II é iniciada no capítulo 4 que aborda primeiramente questões mais amplas sobre a escravidão dos negros e suas justificativas no mundo colonial. Logo em seguida é

feita uma exposição sobre o tráfico de escravos para a América portuguesa, em especial ao porto do Rio de Janeiro, o mais próximo da região delimitada para esta pesquisa. Ainda neste capítulo apresento uma visão geral sobre os escravos e libertos de minha amostra, bem como o uso de sua mão de obra nas principais atividades desenvolvidas nas vilas da Comarca de Paranaguá. O capítulo 5 é dedicado a explorar as transações a que os escravos estavam sujeitos e as consequências para suas vidas. São analisados os 182 processos cíveis que tratam de cobranças de dívidas, compra, venda e penhora de escravos. Ainda neste capítulo são vistos os cativos que foram avaliados e partilhados em inventários e testamentos, refletindo o momento de tensão que existia após a morte de seus proprietários. O capítulo 6, último da parte II, tem como enfoque o campo de tensões no qual os africanos e afrodescendentes estavam inseridos. São abordados temas como fugas e violência, bem como a atuação dos escravos e libertos no mercado de créditos, no qual aparecem ora como credores, ora como devedores. Para encerrar o capítulo é abordada a questão da liberdade, muitas vezes concedida em testamento, mas contestada pelos herdeiros do falecido senhor. Também neste último capítulo da segunda parte da tese o processo de mudança de *status* de africanos e afrodescendentes pôde ser demonstrado com riqueza de detalhes.

A parte III, que encerra a tese, pretendeu fazer uma abordagem conectada da vida social de índios e negros, retomando alguns processos judiciais utilizados ao longo do trabalho e apresentando novos casos, em que a interação mantida entre os dois grupos fica evidente. O capítulo 7 priorizou as ações de Marquês de Pombal voltadas para os indígenas e suas consequências também para os africanos e afrodescendentes, procurando demonstrar que a legislação pombalina ao mesmo tempo em que distanciou os índios dos negros, elevando o *status* dos primeiros, também acabou por criar novas formas de aproximação entre os dois grupos. O capítulo final da tese, de número 8, traz exemplos de processos judiciais a partir dos quais foi possível evidenciar as relações interdependentes mantidas entre índios e negros, que poderiam ser hostis ou harmoniosas. Ainda nesse capítulo é mostrado como os papéis de indígenas e de negros eram confundidos na sociedade colonial da Capitania de São Paulo durante o século XVIII.

A estrutura da tese, pois, foi pensada de maneira a refletir o processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana e afrodescendente, elucidando os pormenores que diziam respeito à inserção destes dois grupos na sociedade colonial, bem como a inevitável interação e interdependência decorrente do processo de transição.

PARTE I - OS GENTIOS DA TERRA

1. ÍNDIOS, ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO: AS TENSÕES NO TRATO COM OS GENTIOS DA TERRA.

1.1. Delimitando fronteiras

O sul da América portuguesa, desde meados do século XVI, era visitado tanto por portugueses vindos de São Vicente, como por espanhóis vindos do Paraguai. A região foi palco de muitos conflitos e também alianças, envolvendo colonos, jesuítas e indígenas, que buscavam o seu lugar nas terras meridionais do Novo Mundo. Falar em fronteiras, portanto, implica falar nesses conflitos e alianças, eles mesmos responsáveis pela demarcação de limites, a princípio, simbólicos. Como consequência das ações e reivindicações das pessoas que efetivamente viviam na região, elementos oficiais da justiça e da administração da Coroa portuguesa foram sendo instalados, como as Câmaras Municipais e as Ouvidorias.

No entanto, na esfera mais ampla, e no que diz respeito à divisão administrativa, o sul da América portuguesa passou por muitas alterações. Ao final do século XVI houve uma tentativa em dividir o Brasil em dois governos gerais, um ao norte e outro ao sul, este último tendo como sede o Rio de Janeiro³⁰. A carta régia de 1572 trazia a preocupação da Coroa portuguesa em manter a posse das terras ao sul, próximas ao território dominado pelos espanhóis e sujeitas a serem tomadas por estes. Além disso, havia os franceses, que em meados do século XVI já haviam feito contato com os índios tamoios, no litoral do Rio de Janeiro, e se estabelecido na região; mais um motivo para a Coroa instalar na cidade um governo voltado para a defesa das colônias do sul. Contudo, essa divisão durou apenas cinco anos, depois do que o antigo sistema de apenas um governo geral para o Brasil voltou a vigorar.

Durante o período em que Portugal esteve sob domínio espanhol (1580-1640), bem como suas terras no Novo Mundo, a tensão na região aumentou, refletindo aqui os conflitos que aconteciam na Europa. Na última década do século XVI e na primeira década do XVII, jesuítas instalaram-se na região pertencente à Espanha que chamaram de Guairá, que ocupava grande parte das terras do atual estado do Paraná. Os paulistas, por outro lado, avançavam

³⁰ Carta régia de 10 de dezembro de 1572. In: FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. pp. 28-29.

pelas florestas em busca de indígenas para suprir a necessidade de mão de obra.³¹ Os índios guaranis que habitavam a região eram alvo comum, tanto de paulistas quanto de jesuítas, mas com destinações diferentes. Para os jesuítas, o que interessava era a permanência dos índios nas reduções, com o fim de evangelizá-los. Para os paulistas, os indígenas eram a mão de obra necessária para tocarem seus negócios. De fato, também os jesuítas faziam uso da força de trabalho dos índios para fazer progredir as reduções, mas a intenção de um e de outro grupo certamente era distinta e, por isso mesmo, conflituosa.

Paralelamente à busca pelos “gentios”, havia a procura pelo ouro nas terras do sul. E no início do século XVII foram descobertas algumas minas de ouro, prata e outros metais nas Capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo. Essa descoberta motivou novamente as autoridades régias a dividirem o governo do Brasil. No ano de 1608, uma carta patente assinada por Dom Felipe II, do dia dois de janeiro, dividiu outra vez a América portuguesa em dois governos, sendo um deles formado por Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo, governado por Dom Francisco de Sousa, nomeado capitão-geral e governador das referidas Capitanias³², e a Bahia, governada por Diogo de Meneses e Siqueira.

Francisco de Sousa era governador do Brasil antes de ser nomeado capitão-geral e governador das três Capitanias meridionais e, em 1598, saiu da Bahia para realizar uma expedição ao sul, em busca de minas. No ano de 1602, Diogo Botelho foi nomeado novo governador do Brasil, depois do que Francisco de Sousa retornou a Portugal e tentou conseguir autorização real para explorar as minas do sul. Somente no ano de 1607 é que os conselhos de governo se dispuseram a ouvi-lo. O plano de Francisco era tornar as Capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo independentes da Bahia, com um Tribunal Superior próprio e com ele à frente de seu governo. No entanto, seu plano foi rejeitado tanto pelo conselho de governo português, como pelo espanhol. A área não foi separada judicialmente e permaneceria dependente do governo da Bahia, porém, contaria com um ouvidor-geral separado que, por sua vez, estaria subordinado à Relação da Bahia. No ano de 1608, por decreto do rei Felipe II já mencionado acima, as Capitanias foram oficialmente separadas no que diz respeito à divisão administrativa, ficando conhecidas como a Repartição Sul.³³

³¹ HEMMING, John. Os Índios e a Fronteira no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. p. 427.

³² Carta patente de 2 de janeiro de 1608. In: J.J. Andrade e Silva. *Collecção Chronologica de Legislação Portuguesa* (1634-1640), Lisboa, 1855, pp. 245-246.

³³ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp. 114-115.

No livro organizado por Graça Salgado, *Fiscais e meirinhos*, consta a informação de que já no ano de 1612, por uma provisão de nove de abril, o Estado do Brasil foi novamente unificado.³⁴ Francisco de Sousa faleceu em 1611, deixando o governo das três Capitanias para seu filho, Luís de Sousa. No entanto, como Francisco não foi tão bem sucedido na tarefa de encontrar minas na região, a provisão de 1612 extinguiu o governo separado das Capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo e, conseqüentemente, Luís de Sousa não herdou os direitos de seu falecido pai.

Essas idas e vindas de um governo independente nas Capitanias do Brasil Meridional, com sede no Rio de Janeiro, refletem um jogo de interesses pessoais e familiares, em busca de prestígio e poder frente a Coroa portuguesa. Este foi o caso de Dom Francisco de Sousa, que conseguiu obter do rei a nomeação para o cargo de governador da chamada Repartição Sul e, além disso, seria o administrador das minas que fossem descobertas, tendo direito a retirar certa quantia anual da produção mineradora sob sua responsabilidade.³⁵ Francisco de Sousa legou os privilégios a seu filho, que não pôde dar continuidade aos intentos do pai, como já foi dito anteriormente.

Ao longo do século XVII, após a morte de Francisco de Sousa, a família dos Correia de Sá teve papel fundamental nas tentativas de separação do Rio de Janeiro e das *Capitanias de baixo* do governo geral do Brasil. Para continuar na busca por minas auríferas, no ano de 1614, Salvador Correia de Sá, o velho, foi nomeado governador das *Capitanias de baixo*, com amplos poderes e privilégios. Porém, as buscas por ouro se mostraram tão infrutíferas quanto as anteriores.³⁶ Anos mais tarde, o neto de Salvador Correia de Sá, Salvador Correia de Sá e Benevides, foi o grande articulador e entusiasta da separação do Brasil em dois governos, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro. Salvador de Sá, o neto, foi nomeado inúmeras vezes governador da Capitania do Rio de Janeiro, sendo a primeira vez entre 1637 e 1643.³⁷ Nesse período, assim que soube da aclamação de Dom João IV, reportou ao rei sua fidelidade, bem como o apoio do Rio de Janeiro e das *Capitanias de baixo* à nova dinastia. Foi membro do Conselho Ultramarino e, como tal, usou de sua influência para convencer o rei da necessidade de existir um governo independente, sob sua jurisdição, obviamente, e que

³⁴ SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 55.

³⁵ *Ibidem*, p. 6.

³⁶ BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p. 52.

³⁷ BICALHO, Maria Fernanda. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763). *História (São Paulo)*, v. 30, n. 1, p. 37-55, jan/jun 2011. p. 41.

incluiria o Espírito Santo, Rio de Janeiro e as *Capitanias de baixo*.³⁸ Seu pedido não foi atendido de imediato, mas apenas em 1658, quando então foi nomeado Governador e Capitão-General da Repartição Sul. No entanto, já no ano de 1660 foi destituído do cargo por ter executado um dos líderes da Revolta da Cachaça, revolta esta motivada pelo descontentamento da população com os novos impostos e também com o controle da família Correia de Sá sobre os mais altos postos administrativos da Capitania fluminense.³⁹ Era o término da ocupação de cargos de poder pelos Correia de Sá.

Porém, o fim da hegemonia da família Correia de Sá não significou a extinção da chamada Repartição Sul. Maria Beatriz Nizza da Silva, refere-se à existência dessa área administrativa no ano de 1669, quando foi redigido um novo Regimento para o ouvidor-geral da Repartição Sul, o qual ordenava que este fizesse uma correição na Capitania de São Vicente, com o fim de investigar se os donatários não estariam abusando de seu poder e das jurisdições que lhes foram concedidas.⁴⁰

Essa preocupação com o poderio dos donatários remete ao caso da Capitania de Paranaguá, criada no ano de 1660 e que teria prolongado-se até o ano de 1710.⁴¹ A área que engloba a região de Paranaguá esteve envolta em muitas das divisões e disputas administrativas e jurídicas sofridas pelo território situado ao sul da América portuguesa. As vilas de Paranaguá e Curitiba, principais palcos dos processos aqui analisados, estiveram durante muito tempo atreladas às Capitanias que fizeram parte da futura Capitania de São Paulo (1765). A região esteve primeiro ligada à Capitania de São Vicente, pertencente ao donatário Martin Afonso de Souza, criada em 1532, que compreendia as terras entre a barra do Rio de São Francisco do Sul e a ilha de Santo Amaro, o que incluía a região de Paranaguá⁴². Anos após sua criação, a Capitania de São Vicente foi alvo de disputas entre os herdeiros de Martim Afonso e de seu irmão, Pero Lopes de Sousa. Ambos receberam doações de terras da Coroa, muito próximas uma da outra. Após muitas sucessões de donatários, uma

³⁸ BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.*, p. 42.

³⁹ *Ibidem*, p. 45.

⁴⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) *História de São Paulo Colonial...*, p. 23. A autora cita como fonte o Códice Costa Matoso, v.1, p.826.

⁴¹ A existência da Capitania de Paranaguá no século XVII é mencionada por vários autores, entre eles PILOTTO, Osvaldo. Sinopse histórica do Paraná. In: *1º Centenário da Emancipação Política do Paraná*. Curitiba: Ed. Governo do Estado, 1953. Talvez o “responsável” pela crença na existência da Capitania de Paranaguá ainda no século XVII seja Antonio Vieira dos Santos, que em sua *Memória Histórica de Paranaguá* utiliza essa nomenclatura. No entanto, não é apresentada nenhuma fonte contundente a respeito. Francisco Negrão é outro autor que perpetua a ideia de uma Capitania, mas, como é de praxe entre autores mais tradicionais, não cita suas fontes. SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memória Histórica de Paranaguá*: volume I. Curitiba: Vicentina, 2001. NEGRÃO, Francisco. *Memória Histórica Paranaense*. Separatas, Curitiba: s. ed., 1926.

⁴² BUENO, Beatriz Picolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). In: *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n.2, p.251-294. Jul-dez, 2009. p. 254.

das herdeiras da Capitania que pertenceu a Pero Lopes de Sousa, a de Santo Amaro, legou-a para seu primo, Lopo de Sousa, que já era donatário da Capitania de São Vicente. Sendo assim, as duas Capitanias que antes pertenciam a Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa, estavam agora concentradas nas mãos de um único neto de Martim Afonso. Logo em seguida teve início o litígio, pois o conde de Monsanto, também neto de Martim Afonso, reivindicou para si a Capitania de Santo Amaro. O conflito seguiu entre o conde de Monsanto e a herdeira de Lopo de Sousa, a condessa de Vimieiro. Finalmente, no ano de 1623 as terras foram divididas entre o Conde de Monsanto e a Condessa de Vimieiro, passando a existir a Capitania de São Vicente, pertencente ao Conde, e a Capitania de Itanhaem, pertencente à Condessa.⁴³ A região de Paranaguá passou então à jurisdição da Capitania de Itanhaem.

A Capitania de Paranaguá teria surgido de uma disputa territorial entre herdeiros de donatários, os sucessores do Conde de Monsanto e da Condessa de Vimieiro. O Conde da Ilha, donatário da Capitania de Itanhaem, e Marquês de Cascais, donatário da Capitania de São Vicente, disputavam a região, nomeando representantes na vila de Paranaguá. De acordo com Cecília Westphalen, a disputa confundia a Câmara Municipal de Paranaguá, que em 1654 reconheceu seu pertencimento à Capitania de Itanhaém, mas que, dois anos mais tarde, deu posse a um representante de Marquês de Cascais. O marquês, por sua vez, nomeou Gabriel de Lara capitão-mor, ouvidor e alcaide-mor, criando a Capitania de Paranaguá.⁴⁴

Vemos nesse caso o tal abuso de poder dos donatários, que seria investigado pelo ouvidor-geral da Repartição Sul, conforme o citado Regimento de 1669. Ainda de acordo com Westphalen, Salvador Correia de Sá e Benevides esteve em Paranaguá, provavelmente em seu último ano de governo, e afirmou que a vila de Paranaguá deveria continuar sob a jurisdição do Rio de Janeiro, não validando, portanto, a criação da Capitania pelo Marquês de Cascais.⁴⁵ É possível que o caso da Capitania de Paranaguá se assemelhe ao da Capitania de Itanhaém. Segundo Nizza da Silva, nos anos de 1720, essa Capitania não passava de ficção, sendo resquício ainda da organização donatorial. Havia nela um capitão-mor, nomeado pelo donatário, o conde da Ilha, que estaria provendo postos de marechal de campo, coronel, entre outros. No ano de 1721 Dom João V ordenou que fossem revogados todos os postos concedidos, visto que o poder do capitão-mor era nulo.⁴⁶

⁴³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História de São Paulo Colonial...*, pp. 13- 17.

⁴⁴ CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Chain Editora, 1986. p. 38.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História de São Paulo Colonial...*, p. 90.

Enquanto os fidalgos mais poderosos disputavam a posse de Capitâneas e discutiam com o rei os rumos políticos e administrativos da América portuguesa, sugerindo governos e indicando nomes para ocuparem cargos importantes, as pequenas vilas do Brasil Meridional estavam se constituindo e se consolidando ao longo do século XVII. Curitiba e Paranaguá se incluem nesse contexto.

Gabriel de Lara, citado acima, no ano de 1648 solicitou ao ouvidor-geral do Brasil, o desembargador Manoel Pereira Franco, autorização para instalar a Câmara Municipal e a justiça ordinária em Paranaguá. O ouvidor-geral, em nome do rei Dom João IV, assinou o foral concedendo a autorização a Lara.⁴⁷ Em janeiro de 1649 foram escolhidos os vereadores e juizes da recém instalada Câmara Municipal de Paranaguá.

A região já vinha sendo ocupada por pessoas vindas de São Vicente, Cananeia, Santos e São Paulo, em busca de ouro, encontrado há alguns anos na baía de Paranaguá. Gabriel de Lara esteve em Paranaguá desde o momento em que o ouro foi encontrado na baía. Por este motivo, tornou-se líder dos mineiros e da população que afluía para a região em busca do metal precioso. Já no ano de 1646 solicitou a ereção do pelourinho na vila, sendo nomeado pelo governador do Rio de Janeiro capitão fundador, povoador e sesmeiro.⁴⁸ Não foi à toa que no ano de 1648 foi ele o responsável por solicitar a instalação da Câmara e, conseqüentemente, da justiça na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Com a ocupação do litoral já em meados do século XVII, houve, a partir daí, uma expansão mais efetiva para o planalto, ocupado por pessoas em busca de ouro e prata e também de índios para apresar. Eleodoro Ébano Pereira, enviado para Paranaguá pelo governador do Rio de Janeiro, já havia dado notícias da existência de ouro nos campos de Curitiba no ano de 1651.⁴⁹ Em 1668, quando os campos de Curitiba já contavam com um núcleo de povoação efetivo, Gabriel de Lara, como capitão povoador de Paranaguá, autorizou que fosse levantado o pelourinho e nomeou Mateus Martins Leme capitão povoador de Curitiba. Mateus Leme, de acordo com Cecília Westphalen, requereu sesmaria no dia 1º de setembro de 1668, “declarando-se ‘morador nesta povoação de Nossa Senhora dos Pinhais’ e que não possuindo terras ‘para lavrar e agasalhar sua família conforme suas posses’ delas

⁴⁷ LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, vol. II. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1994. p. 731.

⁴⁸ Ibidem, p. 730.

⁴⁹ *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Editora do Chain, Banestado, 1991. p. 548.

necessitava”. Ainda de acordo com Westphalen, o capitão povoador estaria apenas regularizando sua situação, pois já residia em Curitiba há vários anos.⁵⁰

Somente vinte e cinco anos após a autorização para levantar o pelourinho é que a câmara e a justiça foram instaladas em Curitiba. No ano de 1693 os moradores da vila fizeram um requerimento ao capitão povoador, Mateus Leme, alegando que os moradores já passavam de 90 homens e que era necessária a presença da justiça para evitar os crescentes “insultos de roubos” entre outros “desaforos”, sendo necessário que andassem com armas na mão para se defenderem.⁵¹ O requerimento foi aceito e, em 29 de março daquele ano, foram eleitos para a Câmara três vereadores, um procurador e dois juízes ordinários.⁵²

Cinco anos após a instalação da câmara de Curitiba, em 1698, tem início um dos processos mais antigos presente nos documentos selecionados para este trabalho, qual seja, o inventário de João Leme da Silva, que tramitou pelo juízo ordinário e de órfãos da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.⁵³ Curiosamente, João Leme da Silva foi um dos eleitores que escolheu os representantes da Câmara Municipal no ano de 1693, entre eles o juiz ordinário. Além da figura do juiz, havia ainda os vereadores e procuradores, eleitos pelos “homens bons” da vila (entre os quais estava Leme da Silva) para governarem pelo período de um ano. Eram escolhidos seis eleitores que, em duplas, definiam nomes para juízes ordinários, vereadores e procurador. Resultava desse procedimento três grupos de representantes, que atuavam durante os próximos três anos na Câmara Municipal da Vila, sendo um grupo a cada ano⁵⁴.

Após o estabelecimento e fundação das vilas e instalação das câmaras municipais em Curitiba e Paranaguá no século XVII, houve mudanças na esfera mais ampla da administração do Brasil Meridional. No ano de 1709 a Coroa portuguesa comprou as então Capitânicas de São Vicente e Santo Amaro, em poder dos herdeiros de Martim Afonso e Pero Lopes. A partir de então a região passou a chamar-se Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que englobava as futuras Capitânicas de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Goiás e Mato Grosso. Pouco a pouco essa Capitania foi perdendo território, começando por Minas em 1720, Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina em 1738, Goiás em 1744 e, finalmente,

⁵⁰ DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná... p. 548.

⁵¹ “Requerimento para a criação das justiças” Curitiba, 1693. In: BOLETIM do Arquivo Municipal de Curitiba, v. 1, p. 4.

⁵² BORGES, Joacir, Navarro. *Das justiças e dos litígios*. A ação judiciária da câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752). Tese de doutorado: UFPR, 2009. p. 73.

⁵³ Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (Doravante citado como DEAP). BR PRAPPR PB045 PC002.1. Inventário *post-mortem* de João Leme da Silva, 1698.

⁵⁴ SANTOS, Antonio Cesar de Almeida e SANTOS, Rosângela Maria Ferreira (orgs.) *Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. pp. 9 e 10.

Mato Grosso em 1748. Nesse mesmo ano, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro foi extinta, deixando de ter governo autônomo. Passou a ser Comarca subordinada à Capitania do Rio de Janeiro. Somente no ano de 1765 é que a Capitania de São Paulo foi restaurada, tornando-se novamente independente do Rio de Janeiro.⁵⁵

Nesse meio tempo, a região de Paranaguá e Curitiba passou por momentos importantes no que diz respeito à divisão judiciária. No ano de 1720, Paranaguá recebeu a visita de Rafael Pires Pardinho, então ouvidor da Capitania de São Paulo. O ilustre português esteve na vila em correição e deixou vários provimentos que deveriam ser cumpridos pelos colonos que viviam na região. Já nessa época, Pardinho acenou para a importância de se dividir a justiça da Capitania, criando uma ouvidoria independente da de São Paulo em Paranaguá. Sendo assim, no ano de 1723 foi criada a Comarca e também a Ouvidoria de Paranaguá, que passaria a ter um ouvidor próprio, sendo Antonio Alvares Lanhas Peixoto o primeiro a ocupar esse cargo. O alcance da Ouvidoria compreendia as vilas de Cananéia, Iguape, Paranaguá, Curitiba, São Francisco e Laguna. Até sua extinção, em 1812, este alcance foi aumentado e modificado com a criação de novas vilas, como Desterro, Castro, Guaratuba e Lapa⁵⁶.

A existência de uma ouvidoria próxima às vilas influenciava diretamente na produção dos autos e na resolução dos conflitos que iam parar na justiça. Se antes a instância superior estava em São Paulo, muitas léguas distante tanto de Paranaguá como de Curitiba, a partir de 1723 essa distância diminui, fazendo com que surjam na documentação processos produzidos e julgados pela Ouvidoria de Paranaguá. É, portanto, a partir desse momento que as localidades presentes nos processos aqui analisados começam a se diversificar. Além de Curitiba e Paranaguá, surgem vilas como São Francisco do Sul e Iguape, o que reflete justamente a abrangência e o alcance da Ouvidoria.

As fronteiras administrativas e territoriais ao sul da América portuguesa eram, portanto, bastante complexas, principalmente no século XVII. Os resquícios do antigo sistema donatário e o crescente interesse da Coroa em ocupar e explorar esses territórios, bem como o campo de tensões envolvendo donatários, herdeiros e adventícios em geral, favorecia a sobreposição de fronteiras e de poderes. No entanto, isso não impediu que a justiça chegasse às pequenas vilas de Curitiba, Paranaguá, Iguape ou São Francisco, fosse através das Câmaras

⁵⁵ BUENO, Beatriz Picolotto Siqueira. *Op. cit.* p. 272, 278 e 283.

⁵⁶ PEGORARO, Jonas Wilson. *Op. Cit.* pp. 45 e 48. Comarca era o termo que designava uma divisão territorial de uma Capitania, enquanto que Ouvidoria era a divisão judiciária de uma Comarca ou Capitania. Sobre o assunto ver o verbete “Ouvidor de Capitania/comarca” no website *Memória da Administração Pública Brasileira*. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4971> Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

Municipais, na figura dos juízes ordinários e de órfãos, fosse através da presença de ouvidores.

A Ouvidoria de Paranaguá, como já dito anteriormente, foi criada no ano de 1723. Porém, a documentação judiciária aqui analisada, conta com processos datados desde o ano de 1697, quando esta instância administrativa ainda não havia sido instituída. Por outro lado, as câmaras municipais tanto de Curitiba como de Paranaguá já estavam ativas há alguns anos. Por conta disso, boa parte dos processos judiciais aqui analisados tramitou pelo Juízo Ordinário. Esta era a primeira instância da justiça colonial, que acontecia nas câmaras municipais das vilas, como em Paranaguá e em Curitiba, onde as câmaras e, conseqüentemente, a justiça, como já dito anteriormente, instalaram-se nos anos de 1648 e 1693, respectivamente. A presença de uma justiça local contrapunha-se à figura dos donatários da Capitania e do capitão-mor; significava mais autonomia e a possibilidade de ser julgado de acordo com seus pares.⁵⁷

A justiça e as fronteiras administrativas, portanto, estavam ainda se definindo nessa região ao sul da América portuguesa no início do período aqui delimitado (1697-1780). De início, os processos judiciais são resultantes da atuação das recém formadas câmaras municipais que, mais tarde, em 1723, passaram a contar com a instância superior mais próxima, quando então foi instalada a Ouvidoria da Comarca de Paranaguá. Este, portanto, é o cenário jurídico-administrativo encontrado nesta área que abrangia grande parte do sul da colônia, entre as vilas de Iguape e Laguna.

Ao longo dos próximos capítulos, este cenário será visto mais de perto, refletido na atuação dos juízes ordinários, procuradores e ouvidores. Escravos africanos e crioulos, libertos, índios administrados e não administrados são o objeto desta pesquisa e, foram também atingidos pela atuação dos homens da justiça, fosse na condição de mercadorias, ou como sujeitos de direito. Nos processos judiciais, portanto, aparecem ora como mero objeto de disputa, ora como partes do processo (autores ou réus).

As práticas sociais envolvendo escravos africanos e índios administrados sempre foram contraditórias. Como já dito nas linhas acima, ora figuravam como meros objetos, envolvidos em disputas por bens ou servindo como pagamento de dívidas, e ora figuravam como sujeitos inseridos no meio social e, portanto, pertencentes a uma rede de interdependência formada por outros indivíduos. É certo que havia uma grande distância entre escravos africanos e crioulos, por um lado, e índios administrados, por outro. A escravidão

⁵⁷ BORGES, Joacir Navarro. *Das justiças e dos litígios...* p. 73.

dos primeiros nunca foi contestada, ao passo que a dos últimos, esteve em discussão desde o primeiro século de ocupação do Brasil pelos portugueses, como será demonstrado nas próximas seções.

1.2. Sobre o gentio da terra

Gentio da terra é apenas um dos termos utilizados no período colonial para denominar os povos nativos que viviam no território da América portuguesa. Foram também chamados de *carijós*, *gentios do cabelo corredio*, *administrados* e *negros da terra*. Mas, o primeiro termo cunhado para designar os povos até então desconhecidos dos europeus, foi a palavra *índio*, resultado do tão conhecido equívoco cometido por Colombo que acreditava ter chegado às Índias no ano de 1492. Desde então vários colonizadores europeus elaboraram descrições sobre os índios, a começar por Pero Vaz de Caminha, que em carta ao rei de Portugal d. Manuel descreveu os habitantes das terras a que recém tinham aportado como “gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva”.⁵⁸ Sucederam a Caminha outros conquistadores, padres jesuítas, papas e reis que tentavam classificar e encontrar maneiras de tratar com aqueles que genericamente chamaram *índios*.

É clara, portanto, a relação do conceito de índio com a colonização. Antes dela não existiam *os índios*, mas sim grupos étnicos distintos, com costumes e culturas próprios, muitas vezes sem saber da existência uns dos outros. De acordo com Bonfil Batalla, para a ordem colonial o índio seria um ser plural e uniforme, sem nenhuma diferenciação entre os grupos que habitavam o território ocupado pelos colonizadores europeus. Nas palavras de Batalla: “no importa cuán diferentes sean entre si los colonizados, lo que verdaderamente importa es que sean diferentes del colonizador. Por eso son indios, genericamente”.⁵⁹ Índio, portanto, não pode ser dissociado da categoria de colonizado e é, por sua vez, uma categoria colonial.

As fontes aqui utilizadas, quais sejam, processos judiciais, refletem uma estrutura de colonização mantida pela Coroa portuguesa na qual os índios são vistos de maneira genérica e independente de sua diversidade cultural. As autoridades coloniais, na documentação

⁵⁸ Cortesão, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. 3 ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994, p. 77.

⁵⁹ BATALLA, Guillermo Bonfil. El concepto de índio em America: uma categoria de la situacion colonial. In: *Identidad y Pluralismo Cultural em América Latina*. Puerto Rico: Fondo Editorial Del CEHASS, 1992. pp. 25-48, p. 32.

judiciária, tratam os índios como homens e mulheres colonizados e, portanto, sujeitos ao domínio cristão, católico e europeu.

A classificação da sociedade era algo natural, uma vez que a igualdade não era sequer imaginada. Os povos nativos foram classificados dentro da categoria *índio*, que por sua vez era inferior a de *colonizadores*. Depois da palavra genérica *índio*, outros termos bastante generalizantes foram sendo usados para designar e classificar os nativos. *Gentio*, segundo o dicionário de Raphael Bluteau, publicado em 1728, é o mesmo que pagão. Ainda de acordo com o referido verbete, *gentios* e *pagãos* era a maneira como eram chamados os antigos idólatras. Por outro lado, o mesmo Bluteau define *gentio* como gente baixa, popular.⁶⁰ Mas é na definição da palavra *pagão* que o significado mais detalhado é encontrado, atrelado à questão religiosa. Pagão tem sua origem na palavra latina *Paganus*, que por sua vez deriva de *pagus*, que significa aldeia. Assim descreve Bluteau:

vendo-se os cristãos senhores das cidades, alcançaram do imperador Constantino e seus filhos vários decretos, com que obrigaram os Gentios a que transferissem para o campo os seus ídolos e só nas aldeias e lugares mais humildes exercitassem as suas profanas e sacrílegas cerimônias.⁶¹

Gentios, portanto, eram aqueles que não seguiam a religião católica, como era o caso dos índios e também dos africanos. Por esse motivo o termo era usado para designar os índios mas sempre acompanhado de um adjetivo: *gentio da terra*, *gentio do cabelo corredio* – fazendo alusão ao tipo de cabelo dos índios, sempre muito liso, ou seja, corredio. Além destes termos, a documentação traz outros como *negros da terra* – em oposição aos negros escravos trazidos da África; *administrados e carijós*.

Este último termo é um dos que aparece com maior frequência nos documentos de minha amostra. Em um processo do ano de 1722 em que a administração de duas mulheres indígenas estava sendo disputada, um dos argumentos utilizado pelo autor para justificar o seu direito sobre elas era de que “nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja compre nem possa sem ordem avaliar *carijós*” (grifo meu).⁶² Uma das testemunhas interrogadas, Gaspar Carrasco dos Reis, também se utilizou do termo *carijó* para designar indígenas: “enquanto a

⁶⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, 1728, vol. 4, p. 57.

⁶¹ Ibidem. vol. 6, p. 181.

⁶² DEAP BR PRAPPR PB 045 PC13.1. Carta de inquirição vinda do juízo ordinário de Paranaguá para o de Curitiba, em que é embargante Francisco Peres Bicudo e embargado Simão Borges Serqueira. Curitiba, 1722. p. 4.

esta vila não chegou o Dr. Rafael Pires Pardinho em correição sempre se vendia as pessoas *carijós*” (grifo meu).⁶³

John Monteiro afirma que ao longo do século XVIII o termo *carijó* era usado para designar qualquer indígena subordinado, fosse ele administrado ou mesmo aqueles mais próximos da escravidão. No entanto, originalmente o termo *carijó*, desde meados do século XVI, era utilizado para referir-se aos índios Guarani em geral, objeto principal tanto dos apresamentos paulistas como dos aldeamentos jesuítas portugueses e espanhóis na América Meridional. Mas, ainda de acordo com Monteiro, após 1640 a região paulista passou a contar com indígenas de diferentes procedências e etnias, e não mais apenas com os Guarani. Entretanto, o uso do termo *carijó* continuou sendo largamente utilizado ao longo do século XVIII.⁶⁴

O uso da palavra *carijó* não apenas como denominação dos índios Guarani fica evidente em um dos processos aqui analisados. Trata-se de um agravo crime do ano de 1743 em que José de Mendonça Coelho afirmou ter levado uma pancada na cabeça e outra no braço. A vítima diz ter visto apenas um vulto do que parecia ser um *carijó* ou um mulato. Ao longo do processo, é acusado de ser o autor do crime o mulato escravo Thimotio, que teria cometido a ofensa a mando de seu senhor, João da Costa Rosa. Ambos foram acusados no processo e fizeram agravo, justificando que não eram os verdadeiros culpados, mas sim um *carijó*, conforme declararam:

além de não serem os suplicantes motores do dito malefício, nem para ele concorrerem com ajuda ou favor algum é certo e conforme o direito não deviam os suplicantes ser pronunciados sem plena prova, pois é sem dúvida não poderia haver pessoas tão pouco tementes a Deus que temerariamente afirmassem cooperarem os suplicantes para semelhante malefício, e mais sendo bem público que um *carijó tape* por agravos que teve do queixoso, fora o que lhe dera as pancadas que na devassa se declara (grifo meu).⁶⁵

A qualificação colocada após a palavra *carijó* demonstra o quão generalizante era o termo, assim como todos os outros utilizados pelos colonos para designar os indígenas. Neste caso, Tape provavelmente está se referindo à Província com este mesmo nome onde foi instalada uma redução jesuítica, no território do que hoje é o atual estado do Rio Grande do

⁶³ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC13.1..., p. 9

⁶⁴ MONTEIRO, John. *Negros da terra...* pp. 165-166.

⁶⁵ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC415.12. Autos de agravo crime em que são agravantes João da Costa Rosa e seu mulato Thimotio. Curitiba, 1743. p. 30.

Sul.⁶⁶ De acordo com informações de testemunhas do processo, o tal *carijó tape* seria peão de uma tropa vinda provavelmente da região onde hoje está o referido estado.⁶⁷

É difícil definir com precisão quais eram as etnias que viviam na região da Capitania de São Paulo durante o século XVIII. No entanto, apesar das diferentes terminologias usadas para designar os indígenas, de fato foram os Guarani os primeiros a ter contato com os portugueses na América meridional. Por todo o litoral brasileiro viviam etnias indígenas da família linguística Tupi-guarani, entre eles os Tupinambá, mais presentes no nordeste brasileiro, e os Guarani, que ocupavam o território ao sul da América portuguesa.⁶⁸ De acordo com Monteiro, os Guarani ocupavam uma imensa área que hoje incluiria os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes dos países vizinhos.⁶⁹ Para a região do atual estado do Paraná havia também a família linguística Gê, mais presente no interior do território.⁷⁰

A documentação do período traz poucas informações que possam levar a uma definição mais concreta das etnias indígenas. A tendência sempre foi incluir os índios em um mesmo grupo, fazendo uso de termos muitas vezes pejorativos, como *gentios*, *negros*, *peças* e *bastardos*. Mesmo quando faziam uso de uma palavra que pudesse designar a etnia, como *carijó*, nem sempre é possível confiar na informação, uma vez que com o passar do tempo usavam o termo para qualquer índio, independente de sua origem. No entanto, a presença dos Guarani certamente era intensa. Durante todo o século XVII, os paulistas se dedicaram ao apresamento de indígenas nas reduções jesuíticas de domínio espanhol, ao sul da América portuguesa, e até mesmo de indígenas não reduzidos. Grandes levadas de índios apresados foram levadas para a Capitania paulista, especialmente entre os anos de 1628-1641, durante o chamado surto sertanista, tanto para serem vendidos a outras localidades, como também para trabalharem na própria Capitania de São Paulo.⁷¹ Portanto, é completamente cabível supor

⁶⁶ Para saber mais sobre a Província de Tape e sua redução jesuítica ver: HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões, séculos XVII-XVIII*, trad. Marina Appenzeller, São Paulo, Companhia das Letras; Circulo do Livro, 1990 e KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. Há informações do viajante espanhol Felix Azara de que Tape seria outra designação dada aos índios Guarani pelos primeiros conquistadores. Cf. Povos Indígenas no Brasil. *Guarani Kaiowá*. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/550>. Acesso em 25/07/2013.

⁶⁷ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC415.12. Autos de agravo crime em que são agravantes João da Costa Rosa e seu mulato Thimotio. Curitiba, 1743. p. 19.

⁶⁸ SCHWARTZ, Stuart. Indian Labor and New World Plantations: European Demands and Indian Responses in Northeastern Brazil. *The American Historical Review*, vol. 83, nº 1, fev., 1978. pp. 43-79. p. 44.

⁶⁹ MONTEIRO, John. Os Guarani e a História do Brasil Meridional. Séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. pp. 475-498. pp. 476-477.

⁷⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 7 ed. Curitiba (PR): Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1995, p. 6.

⁷¹ MONTEIRO, John. Os Guarani e a História... pp. 493-494.

que a população indígena que vivia nas vilas paulistas do século XVIII, o que incluía Curitiba e Paranaguá, fosse, em sua maioria, de origem Guarani.⁷²

Apesar do chamado “surto sertanista”, como dito acima, ter ocorrido mais intensamente na primeira metade do século XVII, nos anos finais deste mesmo século ainda é possível encontrar evidências da prática do apresamento na Capitania paulista, inclusive na região dos sertões de Curitiba. No ano de 1697 foi feito o inventário de Balthazar Carrasco dos Reis, um dos primeiros povoadores de Curitiba, juntamente com o já citado Mateus Martins Leme. Francisco Negrão transcreveu o testamento de Balthazar, no qual declarou que seu filho Belchior Carrasco dos Reis “seguiu viagem para o sertão com armas que levou de minha casa e o mais que levou para os seus gastos foi tudo de minha fazenda e dizem, *trouxera do sertão três peças* das quais se fará menção em meu inventário” (grifo meu).⁷³ Ou seja, ainda era prática ir ao sertão para apresar índios, que, claramente, seriam usados para o trabalho compulsório, uma vez que seriam arrolados em inventário e partilhados entre os herdeiros, conforme a vontade de Balthazar Carrasco dos Reis expressa em seu testamento. John Monteiro apontou para as mudanças ocorridas nas formas de apresamento a partir da década de 1640. Segundo este autor, os colonos já não saíam em grandes expedições, mas sim em viagens de menor porte e mais frequentes, além de diversificarem as áreas geográficas, o que resultou também em uma diversidade de etnias dos indígenas apresados.⁷⁴

Como foi dito, saber com precisão a procedência étnica dos indígenas que viviam na Capitania de São Paulo durante o século XVIII é tarefa difícil, se não impossível. A falta de informações mais específicas nos documentos faz com que a identidade desses índios fique ocultada por sua condição primeira de subordinado. Da mesma maneira, saber dizer com precisão o número de indígenas que vivia na Capitania paulista ao longo dos setecentos também não é tarefa simples. Os números da população indígena brasileira sempre foram imprecisos. Ao contrário do que acontecia com os africanos, para os quais havia um registro mais controlado dos navios negreiros e das “peças” embarcadas, para os índios não havia esse controle. Ao falar sobre os Guarani na História do Brasil Meridional, John Monteiro já aponta essa dificuldade em contabilizar a população indígena. O autor apresenta duas estimativas da população guarani para o momento imediatamente anterior a chegada dos europeus (entre 1492 e 1500), elaboradas por dois autores: John Hemming e Pierre Clastres. O primeiro chega ao número de 258 mil Guaranis para o território brasileiro, enquanto que o segundo

⁷² MONTEIRO, John. Os Guarani e a História..., p. 496.

⁷³ NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Vol I. Curitiba (PR): Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1926, p. 156.

⁷⁴ MONTEIRO, John. *Negros da terra...*, p. 79.

estima esse número em 1,5 milhão de índios.⁷⁵ A grande discrepância entre os números apresentados pelos dois autores deixa claro o quão difícil e complexo é calcular, aproximadamente, o número de indígenas que viviam em determinada região.

Para o século XVIII não é diferente. Apesar da existência de fontes seriais, como os registros paroquiais, ainda assim é complicado estimar um número aproximado dos indígenas que compunham a população. Os registros certamente não abrangiam todos os índios, mas só aqueles que foram batizados, falecidos ou que se casaram em determinado período. Para a região específica contemplada nesta pesquisa, é para a vila de Curitiba que existe o maior número de registros, a ponto de poder ser estimada a presença de indígenas na população.

Mas, antes de saber quão significativa era a presença de indígenas na sociedade, é preciso saber aproximadamente o número total de habitantes. Para Paranaguá e Curitiba, o ouvidor Pardinho, quando de sua visita à região no ano de 1721, estimou o número de pessoas que viviam nestas vilas. Para a primeira, Pardinho contabilizou 300 casais e mais de 2000 pessoas de confissão. Já para Curitiba, que abrangia também a freguesia de São José, o ouvidor computou 200 casais e mais de 1400 pessoas de confissão.⁷⁶ Vale ressaltar que Pardinho utilizou os róis de confessados para contabilizar a população, o que excluía as crianças. Mas, de maneira geral, temos que em Paranaguá, no ano de 1721, havia cerca de 2600 pessoas adultas que recebiam comunhão e, em Curitiba, 1800 indivíduos.

Para Curitiba, a respeito da presença de indígenas na população, o estudo de Schwartz mostrou que entre os anos de 1685 e 1777 foram batizados aproximadamente 1167 índios, com uma significativa diminuição após 1750.⁷⁷ Fazendo uso também dos registros paroquiais de Curitiba, mas dando ênfase aos registros de óbitos, Cacilda Machado escreveu um artigo sobre a presença de negros, índios e bastardos na primeira metade do século XVIII.⁷⁸ A maioria dos registros utilizados pela autora refere-se a sepultamentos ocorridos na igreja matriz da vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, com alguns realizados em capelas próximas, como São José, Tamanduá e Capão Alto. Os registros cobrem o período entre 1731 e 1769 e totalizam 1026 mortes, sendo que 449 estão registrados na parte do livro reservada aos brancos e 577 na parte reservada aos escravos, administrados, pretos e bastardos.⁷⁹

⁷⁵ MONTEIRO, John. Os Guarani e a História... pp. 477-478.

⁷⁶ Carta do ouvidor Rafael Pires Pardinho ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721. *Revista Monumenta*, vol. 3, n.10. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000, pp. 22- 24.

⁷⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...* pp. 273-285

⁷⁸ MACHADO, Cacilda. Op. Cit.

⁷⁹ Ibidem, p. 166.

Para os três períodos de 10 anos nos quais a autora separou os registros, percebe-se que a proporção de escravos, administrados e pessoas livres de origem indígena ou africana na população geral era de aproximadamente 50%. Percentual significativo para uma pequena vila como Curitiba. Sobre a presença dos administrados, que é o que interessa neste momento, percebe-se que no último período, entre 1752 e 1761, o percentual caiu para 11,5% e, nos dois períodos anteriores, manteve-se em aproximadamente 18,5% do total de óbitos. No entanto é possível que o número de administrados esteja subestimado, uma vez que muitos indígenas eram considerados escravos e podem ter sido registrados como tais. Se considerarmos todo o período, de 1732 a 1761, os administrados representam 15,2% do total de óbitos e, os escravos, 18,8%. Levando em conta que entre os escravos poderia existir algum indígena e também entre os livres, pode-se pensar em um percentual de aproximadamente 20% dos óbitos para a população indígena.

Quando analisados apenas os livros de registro de escravos, administrados e pessoas livres de origem indígena ou africana nota-se uma significativa diminuição dos administrados na segunda metade do século XVIII. Entre os anos de 1731 e 1741 eles representavam 37%, enquanto que entre os anos de 1762 e 1769 eram apenas 5,2%. Todos estes dados mostram claramente a transição da mão de obra administrada indígena para a mão de obra escrava africana que estava se processando nessa área da América portuguesa. A própria autora sugere que essa diminuição significativa de administrados após 1750 se refere a impossibilidade da população branca continuar mantendo indígenas em suas propriedades, devido aos esforços da coroa em coibir tal prática.⁸⁰ É possível acrescentar aqui, aliado à proposta da autora, o aumento, ainda que tímido, do capital da população livre dessa região, que já começava a se integrar ao restante do mercado colonial através da criação e da invernagem do gado, possibilitando, assim, a compra de escravos crioulos ou africanos, mais caros que os indígenas. Os índios até então mantidos como administrados, passaram a figurar nos registros como forros, aumentando, portanto, o percentual da população livre de indígenas e africanos e seus descendentes na região.

Entre a população de origem indígena estão os bastardos, muitas vezes mais difíceis de serem identificados do que os administrados. O termo é sinônimo de mameluco e era largamente utilizado no século XVIII. Tanto Rafael Bluteau quanto Antonio de Moraes Silva, em seus respectivos dicionários, definem a palavra mameluco. Os dois autores incluem o significado da palavra como filho de pai europeu e mãe negra, mas Moraes Silva inclui

⁸⁰ MACHADO, Cacilda. Op. Cit, p. 171.

também o significado de filho de índio com mulata ou índio com branco. Bluteau traz ainda a origem da palavra, que seria derivada do arábico e significaria “escravo” ou “possuído”.⁸¹ Interessante também é o significado de mameluco que consta no *Diccionario de la lengua castellana* da Real Academia Espanhola, do ano de 1726. O verbete para a palavra mameluco a define a partir da origem que remeteria ao Egito e a uma milícia formada por escravos, que eram chamados de mamelucos. No mesmo dicionário há também o significado de “mamaluco”, que seria uma pessoa tonta, insensata e boba, numa alusão aos mamelucos do Egito.⁸² A origem da palavra, portanto, está relacionada a escravo, ou seja, a uma pessoa considerada inferior pela sociedade. Bluteau e Moraes Silva destacam em seus verbetes que o uso da palavra como sinônimo de filhos nascidos da mistura de europeus, índios e negros é usada exclusivamente no Brasil. De fato, no dicionário espanhol não há nenhuma referência a este tipo de significado. No entanto, apesar de Bluteau e Moraes Silva atribuírem outros significados a palavra mameluco, como filhos de europeus com negras ou de mulatos com índias, não há dúvida de que a designação mais comum era a de filhos de europeus com mulheres indígenas. Sérgio Buarque de Holanda é um dos autores que associa os mamelucos a filhos de europeus com índias e destaca a presença destes na sociedade paulista colonial:

É certo que nas épocas coloniais foram os mamalucos reputados constantemente como gente sem sombra de sujeição ou polícia, o que se verificou particularmente em São Paulo, terra em que os bastardos, como então se chamavam, compuseram, por largo tempo, o grosso das classes populares.⁸³

Mas, como alertou John Monteiro, apesar de serem sinônimos, *mamaluco* e *bastardo* tinham significados diferentes à época:

(...) no caso dos mamalucos, os pais reconheciam publicamente a paternidade. Por conseguinte, os mamalucos gozavam de liberdade plena e aproximavam-se à identidade portuguesa, ao passo que os bastardos permaneciam vinculados ao segmento indígena da população, seguindo a condição materna.⁸⁴

Monteiro alerta ainda para o fato de que a palavra “mamaluco” caiu em desuso já no século XVIII, enquanto o termo *bastardo* passou a designar, genericamente, qualquer pessoa

⁸¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...*, vol. 5, p. 276. SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 2, 1789, p. 254.

⁸² REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana*, tomo 4, 1726, pp. 468-469.

⁸³ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. p. 144.

⁸⁴ MONTEIRO, John. *Negros da terra...* p. 167.

de ascendência indígena.⁸⁵ Bonfil Batalla, em seu já citado trabalho sobre o conceito de índio na América, analisa também a categoria chamada por ele de *mestiço*. Para este autor os mestiços estavam acima dos colonizados índios dentro da hierarquia social e passaram a desempenhar funções que os indígenas não desempenhavam, apesar de ainda estarem subordinados aos colonizadores.⁸⁶ O uso do termo bastardo como uma categoria social se faz presente nos documentos da época, como nos próprios processos judiciais aqui analisados e, também, nos registros paroquiais.

Os bastardos poderiam ser filhos naturais, ou seja, aqueles tidos entre pais solteiros; legítimos, que eram aqueles cujos pais eram casados; e por fim, ilegítimos, que eram as crianças nascidas fora do matrimônio católico. É certo que o número de bastardos legítimos era muito reduzido, pois poucos eram os casos de homens brancos casados com mulheres indígenas. Sérgio Nadalin, fazendo uso de registros de batismo, analisou a categoria de ilegitimidade. O autor dividiu seus dados em “população cativa” e “população livre” para o período de 1680 a 1850. Entre a “população cativa” o autor faz uma importante divisão: “administrados” e “africanos”.

O número de crianças ilegítimas batizadas na população cativa entre 1680 e 1780 é praticamente o mesmo entre administrados e africanos: 202 e 201, respectivamente. No entanto, quando é feita uma análise ano a ano, os números divergem bastante. A maior presença de crianças administradas batizadas é nos anos de 1700, 1710, 1720, 1730 e 1740, havendo uma baixa significativa nos anos de 1750, 1760, 1770 e 1780. Para se ter a ideia da diferença da presença de administrados nos batismos de crianças ilegítimas entre a população cativa, o percentual variou de 81% no ano de 1700 para 3% no ano de 1780.⁸⁷ Essa inversão demonstra a paulatina mudança de *status* da população indígena e bastarda, que muito possivelmente, após 1750, já não figurava mais como administrada nos registros de batismos, mas sim como pessoas livres. Por outro lado, o percentual da presença de “africanos” nos batismos de crianças ilegítimas subiu de 2% em 1710, para 47,6% em 1780, demonstrando, então, o aumento na presença de escravos não só africanos, mas também afrodescendentes, conforme o século XVIII avançava.

Mas, para além de evidenciar a transição da mão de obra indígena para a africana, os dados mostram como a presença de índios enquanto administrados foi mais forte durante a

⁸⁵ MONTEIRO, John. *Negros da terra...* p. 167.

⁸⁶ BATALLA, Guillermo Bonfil. *Identidad y Pluralismo Cultural...* p. 33.

⁸⁷ NADALIN, Sergio Odilon. Mães solteiras e categorias de ilegitimidade na sociedade colonial dos séculos XVIII e XIX. In: *I Congresso Internacional de História: território, culturas e poderes*, Universidade do Minho, Braga, 2005. pp. 7-8.

primeira metade do século XVIII e como as categorias sociais ocupadas por esses indígenas mudaram nos anos finais dos setecentos. De fato, os indígenas não deixaram de existir entre a população após 1750, mas sim passaram a ocupar outros espaços sociais. Ao invés de aparecerem na categoria de administrados ou até mesmo de escravos, os índios passaram a ser contabilizados entre a população livre.

O artigo de Nadalin também deixa margem para se pensar na inserção dos indígenas entre a população livre. A partir de 1750, o autor percebeu um aumento gradual no número de crianças ilegítimas nascidas entre a população livre. Enquanto no ano de 1740 as crianças ilegítimas de mães livres representavam 26% do total, no ano de 1780 já representavam 50%, percentual que só fez aumentar, chegando a 77% no ano de 1810. Ademais, após 1750 o número de mães livres identificadas apenas com prenomes aumentou significativamente nos registros de batismo, o que pode indicar, segundo o próprio autor sugere, o surgimento de um contingente de mulheres pobres e bastardas na sociedade de Curitiba, ou seja, mulheres de ascendência indígena.⁸⁸

Através dos estudos mencionados nesta seção e da própria amostra documental desta pesquisa, é possível afirmar que a presença de indígenas na composição da sociedade da Capitania de São Paulo durante o século XVIII foi significativa. Sua presença se faz notar muito mais nos documentos na primeira metade deste século, quando ainda apareciam como *administrados, carijós, gentios da terra e gentios do cabelo corredio*. Após 1750 estas categorias começam a rarear, dando lugar a bastardos, forros ou outras denominações a partir das quais não é possível identificar, a princípio, sua origem indígena.

Um exemplo desta última situação, em que à primeira vista não é possível identificar a ascendência indígena, é o auto de justificação do ano de 1778, em que Elena Micaela de Souza quer justificar que é descendente de gentios da terra. O motivo de tal justificação é que o pai de seu noivo foi ao vigário da vila de Paranaguá reclamar desigualdade entre os noivos, dizendo que Elena teria ascendência de mulatos e negros.⁸⁹ A julgar pela capa do documento, Elena não aparece com nenhuma qualificação, enquanto justificante, que demonstre ser descendente de indígenas. Somente ao ler com mais cuidado a petição do processo é que se identifica a origem de Elena e também de seus futuros sogro e marido. Segundo a demandante, se alguém poderia reclamar de desigualdade seria ela, pois, Ignácio da Costa, o

⁸⁸ NADALIN, Sergio Odilon. Op. Cit. pp. 7-8 e 15.

⁸⁹ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC2129.69. Autos cíveis de justificação em que é justificante Elena Micahela de Souza e justificado Ignácio da Costa. Paranaguá, 1778.

noivo, teria como avó materna uma negra mina chamada Francisca.⁹⁰ O processo é longo e chega, inclusive, até o Tribunal da Relação da cidade do Rio de Janeiro, de onde volta com a mesma sentença favorável a Micaela.⁹¹

Para este momento, o que importa ressaltar é a presença de indígenas e seus descendentes na sociedade de pequenas vilas como Curitiba e Paranaguá, mesmo depois de 1750, quando sua exploração como mão de obra já não era tão relevante. Ser indígena nos setecentos em vilas da América portuguesa meridional implicava uma série de situações que envolviam questões como propriedade, liberdade, inserção social e discriminação, as quais serão tratadas a partir da análise dos processos judiciais levantados para esta pesquisa. Antes disso, a próxima seção irá trazer uma breve discussão sobre o tratamento dado aos indígenas pelas autoridades coloniais, tanto as representantes da igreja como as do governo, bem como as leis, decretos e regimentos decorrentes desta relação.

1.3. Discussões e resoluções sobre a forma de tratamento dado ao indígena na sociedade colonial.

Desde o primeiro contato de Cristóvão Colombo com o que ele chamou de índios no ano de 1492, a Europa começou a discutir sobre a maneira de tratar os nativos do Novo Mundo. Declaradamente a religião foi a principal justificativa e objetivo dos reinos europeus: levar a verdadeira fé a esses povos antes desconhecidos era um dos pilares da colonização. Por consequência, os teólogos foram os principais alimentadores de debates acerca da natureza dos índios.

Bartolomé Clavero, historiador, formulou uma análise sobre o estado do indígena dentro da sociedade colonial, que ele chamou de “status de etnia”. Segundo este autor, não existiu nenhum tratado jurídico que pensasse especificamente o *status* indígena. Ele foi dado a partir de conhecimentos pré-existentes na Europa, sem considerar um direito próprio dos índios. Partindo deste pressuposto, o índio era visto pelos colonizadores como *rústico*, *miserável* e *menor*, categorias já utilizadas pelos europeus para outras situações e contextos. A rusticidade era determinada pela falta de participação na cultura letrada dos colonizadores; eram considerados incivilizados e bárbaros, no contraste com o que conheciam por

⁹⁰ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC2129.69..., pp. 2-2v.

⁹¹ *Ibidem*, p. 46.

civilização. A personalidade miserável era definida por não poderem se valer socialmente e por precisarem de amparo, como as viúvas e os órfãos. Por fim, eram considerados menores por não terem plena razão e domínio sobre si mesmos, necessitando sempre de uma tutela. Este era o espaço do indígena dentro do direito colonial.⁹²

De fato, na documentação judiciária aqui analisada, situada no século XVIII e, portanto, já distante dos primeiros debates sobre o *status* do indígena no mundo colonial, as categorias de rústico, miserável e menor ainda são refletidas na documentação. É comum nos processos em que os indígenas são os autores aparecer a figura de um curador que os iria representar juridicamente, justamente por serem considerados menores e incapazes de regerem a si mesmos plenamente. Além disso, não raras vezes a condição de menor e de miserável dos índios é citada nos documentos para justificar a necessidade de administrá-los e orientá-los na vida em sociedade, ensinando-lhes a religião católica e dando-lhes sustento.

Como integrantes da ordem colonial, no papel de colonizados, os índios precisavam ser pensados pelos colonizadores. A partir do primeiro contato com os povos ameríndios, europeus e espanhóis tiveram que pensar essa nova categoria colonial dentro da estrutura administrativa, jurídica e social europeia. Francisco de Vitória, teólogo espanhol, é considerado o fundador do direito internacional moderno, justamente por ter pensado as relações com o outro, nesse caso, os índios. Vitória escreveu textos sobre o direito dos indígenas na primeira metade do século XVI, motivado pelas recentes conquistas de Espanha e Portugal no Novo Mundo. São duas *Relecciones* escritas por ele, que receberam o título de “Dos índios ou do direito de guerra dos espanhóis contra os bárbaros”, escrito provavelmente em 1539.⁹³ Vitória contesta em sua obra os argumentos que negavam aos índios o direito à posse e à jurisdição por considerá-los como animais. Para Vitória, mesmo admitindo que alguns dos índios fossem bárbaros, eles possuíam sua própria organização e ordenamento das coisas, fazendo uso, para isso, da razão. E, se faziam uso da razão seriam livres e teriam vontade própria, não podendo negar-lhes a liberdade, o domínio e a jurisdição.⁹⁴ Outro ponto fundamental levantado por Vitória foi a infantilidade dos índios. Segundo o teólogo, os índios poderiam ser igualados com as crianças e os dementes e, já que estes dois últimos tinham direitos, os índios também tinham. Em seu texto afirma: “as crianças, antes do uso da razão,

⁹² CLAVERO, Bartolomé. *Derecho indígena y cultura constitucional en America*. Ciudad de Mexico, Buenos Aires, Madrid: Siglo XXI, 1994. pp. 13-15.

⁹³ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio*. Ensaios e Documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 55.

⁹⁴ RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e o direito dos índios americanos*. A evolução da legislação indígena castelhana no século XVI. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2002. p.81-82.

podem ser donos” e “também podem padecer injustiça, portanto têm direitos”.⁹⁵ Evidencia-se aqui a *menoridade* dos índios levantada por Bartolomé Clavero, exposta anteriormente. Essa característica atribuída aos índios de *menoridade* será usada como argumento durante os dois próximos séculos para justificar o domínio sobre eles, como era o caso da administração, prática comum durante o século XVIII nas vilas da Capitania de São Paulo.

Poucos anos depois de Vitoria ter escrito as suas *Relecciones*, o rei Carlos V da Espanha convocou uma Junta de Teólogos na cidade de Valladolid que se reuniu em 1550 e 1551, quando Francisco de Vitoria já havia falecido. Na Junta os dois principais debatedores foram o frei Juan Ginés de Sepúlveda e o frei Bartolomé de Las Casas. Sepúlveda, alicerçado em Aristóteles, defendia que os índios, por serem bárbaros e irracionais e, portanto, inferiores aos espanhóis, deveriam ser submissos a estes, sendo justo que fossem escravizados. Las Casas, por sua vez, seguia a doutrina de Vitoria e defendia que os índios possuíam uma organização e racionalidade próprias e, ainda que pudessem ser considerados bárbaros quando comparados aos espanhóis, teriam direito à liberdade.⁹⁶

As opiniões de Las Casas e de Vitória prevaleceram sobre a de Sepúlveda. Mesmo sendo considerados rústicos, menores e miseráveis, reconhecia-se que os índios tinham direitos.⁹⁷ No entanto, era um direito de acordo com as regras dos colonizadores. Era impensado para a época que os índios se pautassem por seu próprio direito, cultura ou regras. Eles deveriam ser submetidos à organização colonial trazida pelos europeus e isso culminava, muitas vezes, em abusos e violência, como os documentos aqui analisados irão demonstrar.

A Coroa portuguesa seguiu os mesmos passos da espanhola nos primeiros anos após a chegada ao Novo Mundo. Reconhecia-se os índios enquanto seres dotados de capacidades, apesar de bárbaros. Em 1548, com o Regimento ao primeiro governador do Brasil, Tomé de Sousa, a Coroa portuguesa deu início a uma série de leis, decretos, regimentos e ordens expedidos ao longo de todo o período colonial com o intuito de regulamentar a situação dos índios.⁹⁸ No Regimento de 1548 já havia a preocupação em orientar o governador e os capitães donatários a respeito da postura que deveriam ter com os índios. Tupinambás e Tupiniquins eram os grupos que ocupavam o território da Bahia e que já haviam feito contato com os portugueses. Os primeiros eram considerados inimigos, enquanto que os segundos, considerados “mais mansos”, eram vistos como aliados. Vários artigos do Regimento remetem à questão indígena, sempre priorizando uma relação pacífica com os índios, a fim de

⁹⁵ Apud. RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e o direito dos índios americanos...* p. 81.

⁹⁶ RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e o direito dos índios americanos...* pp. 79-80.

⁹⁷ CLAVERO, Bartolomé. *Op. cit.* pp 5-6.

⁹⁸ MONTEIRO, John M. *Negros da terra...*, pp. 35-36.

manter comércio e também de convertê-los para o cristianismo. O artigo 23 afirma

Porque a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa Santa Fé Católica (...) e de minha parte lhes direis [aos Capitães e Oficiais] que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem Cristãos; e, para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos que forem de paz (...) e não consintam que lhes seja feita opressão (...).⁹⁹

No entanto, a violência era justificada com aqueles grupos que se rebelassem e se negassem à submissão, atacando e destruindo povoações. Para esses, o cativo e a morte eram justificáveis. Eram, afinal, inimigos, principalmente da fé. No artigo 5 do Regimento, o rei Dom João III ordena que

(...) os que assim se alevantarem e fizerem guerra serem castigados com muito rigor (...) destruindo-lhes suas aldeias e povoações, e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que abasta para seu castigo e exemplo de todos (...).¹⁰⁰

Ainda no mesmo artigo, o rei demonstra preocupação em tornar os índios aliados, pois eram fundamentais para o desenvolvimento da colônia. Ele afirma que após o castigo dado aos indígenas que se levantassem contra os portugueses, “(...) pedindo-vos paz, lhe concedais, dando-lhes perdão; e isso, porém, será com eles ficarem reconhecendo sujeição e vassalagem, e com encargo de darem em cada ano alguns mantimentos para a gente da povoação (...)”.¹⁰¹ No entanto, mesmo com o pedido de perdão por parte dos indígenas insubordinados, o rei ordena uma medida violenta, a fim de dar o exemplo. Os líderes dos indígenas que se levantassem contra os portugueses deveriam ser, por justiça, enforcados nas aldeias onde eram principais.

Desde o início do período da colonização, portanto, a Coroa portuguesa já tinha que lidar com uma situação difícil. Por um lado, os indígenas deveriam ser tratados pacificamente, com o fim de convertê-los ao catolicismo. Por outro, eram mão de obra essencial para o desenvolvimento da colônia e deveriam estar submetidos aos portugueses. Como afirmou Monteiro,

A nova postura expressa no Regimento admitia abertamente que o fracasso da maioria das Capitâneas tinha raízes no cativo ilegítimo e violento praticado pelos colonos. Ao mesmo tempo, de forma mais velada, o Regimento reconhecia que o êxito da Colônia

⁹⁹ REGIMENTO que levou Tomé de Sousa governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. p. 5.

¹⁰⁰ Ibidem, pp. 1-2.

¹⁰¹ Ibidem, p. 2.

dependia, em última instância, da subordinação e exploração da mesma população indígena.¹⁰²

Estes dois aspectos da relação dos portugueses com os indígenas é personificada nas figuras dos jesuítas e dos colonos, que praticamente durante todo o período colonial travaram uma luta em torno dos indígenas. Por este motivo, a legislação indigenista da Coroa portuguesa foi muitas vezes considerada “contraditória, oscilante e hipócrita”, nas palavras de Beatriz Perrone-Moisés.¹⁰³ Esta mesma autora faz um alerta para a simplificação da análise, que considera as leis como “mero reflexo de pressões políticas exercidas junto à Coroa pelos dois grandes grupos de atores na questão indígena colonial: jesuítas e colonizadores.”¹⁰⁴ Para ela, é preciso também levar em conta a questão jurídica, de elaboração e apropriação das leis pela Coroa, bem como por colonos e jesuítas, “que nos momentos críticos, em que as leis são discutidas, (...) recorrem a princípios comuns, pertencentes a uma mesma tradição jurídica”.

105

No entanto, classificar a legislação indigenista da Coroa portuguesa como “política”, pode não ser o melhor caminho. Luiz Geraldo Silva, em artigo sobre as milícias de pardos e pretos na América portuguesa, faz essa relativização do termo “política” no que se refere às milícias. Para este autor “não existe algo que possamos chamar de ‘atitude’ ou ‘política da Coroa portuguesa’”, isto porque havia um “campo de disputas e tensões, no interior do qual indivíduos interdependentes, situados em diferentes níveis, tentavam impor seus pontos de vista através de relações marcadas por um enorme diferencial de retenção de poder”.¹⁰⁶ As disputas envolvendo a questão indígena, da mesma maneira, traziam em si um campo de tensões entre indivíduos de diferentes níveis sociais com diferentes graus de retenção de poder. Por um lado estavam os agentes da Coroa portuguesa, que desempenhavam funções burocráticas e representavam os interesses do rei nos diferentes pontos da colônia. Por outro lado, no mesmo campo de tensões, mas com diferentes níveis de retenção de poder estavam os colonos e jesuítas que disputavam o uso da mão de obra indígena. E, por fim, no nível mais baixo, estavam os próprios índios e seus descendentes, que também pressionavam as autoridades coloniais. As leis, decretos e regulamentos eram formulados, pois, neste campo de

¹⁰² REGIMENTO que levou Tomé de Sousa governador do Brasil..., p. 36.

¹⁰³ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Ibidem, p.116.

¹⁰⁶ SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo, nº 169, p. 111-144, julho/dezembro 2013. p. 130.

tensões, marcado por diferenças espaciais e temporais, o que dificultava a elaboração de uma “política” indigenista de fato.

Perrone-Moisés fez um estudo relevante da legislação indigenista brasileira e traz questionamentos importantes em seus trabalhos, que relativizam a aparente contradição e hipocrisia das leis relativas aos índios no Brasil. Analisada superficialmente, a legislação de fato parece muito contraditória. Ora concedia liberdade incondicional aos índios, ora permitia a escravização. No entanto, Perrone-Moisés alerta que a legislação não pode ser tomada em conjunto, da mesma maneira que os índios também não podem ser considerados um grupo homogêneo. Havia situações específicas em que determinado grupo de indígenas era aliado dos portugueses e outras em que eram inimigos. A lei, portanto, também se direcionava a grupos distintos. “Nesse sentido, pode-se seguir uma linha de política indigenista que se aplica aos índios aliados e uma outra, relativa aos inimigos, cujos princípios se mantêm ao longo da colonização”.¹⁰⁷ Essa distinção entre os índios aliados e os inimigos aparece já no Regimento de 1548, que diferenciava o tratamento dado aos Tupinambás, considerados violentos, e aos Tupiniquins, tidos como mansos.¹⁰⁸ Ao longo de todo o período colonial, conforme os portugueses avançavam na ocupação do território, travavam relações com diferentes grupos indígenas e de diferentes maneiras, o que iria influenciar diretamente na elaboração e aplicação das leis da Coroa.

Vinte e dois anos após o Regimento, no dia 20 de março de 1570, a Coroa portuguesa expediu uma lei determinando que todos os indígenas, denominados gentios, "sejam tratados, e reputados por livres, sem se poderem por modo, ou maneira alguma cativar; salvo aqueles que forem tomados em guerra justa (...) ou aqueles, que costumam saltar os portugueses, e a outros gentios para os comerem (...)".¹⁰⁹ A Lei previa ainda que os índios que fossem capturados de maneira lícita deveriam, dentro de dois meses, ser registrados nos livros das Provedorias para averiguação e confirmação de sua condição cativa. Caso este registro não fosse feito em dois meses, os cativos ficariam livres e seus proprietários perderiam todos os direitos sobre eles.

Já no início do período em que Portugal esteve sob domínio da Espanha, o rei Felipe II promulgou outra Lei, no dia 22 de agosto de 1587, confirmando a de Dom Sebastião expedida 17 anos antes. No entanto, a lei de 1587 acrescentou a proibição de cativar indígenas que

¹⁰⁷ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos... p.117.

¹⁰⁸ REGIMENTO que levou Tomé de Sousa... pp. 1-2.

¹⁰⁹ Lei de 20 de março de 1570. In: FIGUEIREDO, Jozé Anastasio de. *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a História e Estudo Crítico da Legislação Portuguesa*. Tomo II. Desde 1550 até 1603. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790. p. 152.

trabalhassem nas fazendas, sendo estes “inteiramente livres enquanto fosse sua vontade”.¹¹⁰ É certo que as burlas à lei existiam e o controle sobre o que era considerada “guerra justa” não era tarefa simples, dando margem ao cativo irregular de indígenas. Diante de tal situação, o mesmo rei Felipe II, em 11 de novembro de 1595 expediu uma nova Lei na qual declarou as circunstâncias que deveriam concorrer para a guerra ser considerada justa, nos termos da Lei de 1570.¹¹¹ Em 1605, Felipe III confirmou a Lei expedida por seu pai dez anos antes, pela provisão de 5 de junho, que dizia: “com quanto houvesse algumas razões de direito para se poder em alguns casos introduzir o dito cativo, eram de tanto maior consideração as que havia em contrário”.¹¹²

Apenas quatro anos depois de sua Provisão, o rei Felipe III, na tentativa de controlar os abusos contra os *gentios*, expediu um Alvará em 30 de julho de 1609, o qual concedia liberdade irrestrita aos índios. O rei assim se expressou:

(...) E para se atalharem os grandes excessos, que poderá haver, se o dito cativo em algum caso se permitir, para de todo se cerrar a porta a isto, com o parecer dos do meu Conselho, mandei fazer esta Lei, pela qual declaro todos os gentios d'aquelas partes do Brasil por livres, conforme o Direito, e seu nascimento natural, assim os que já forem batizados, e reduzidos à nossa Santa Fé Católica, como os que ainda viverem como gentios, conforme a seus ritos e cerimônias: os quais todos serão tratados, e havidos por pessoas livres, como são; e não serão constrangidos a serviço, nem a coisa alguma contra a sua vontade; e as pessoas que deles se servirem em suas fazendas, lhes pagarão seu trabalho (...).¹¹³

Nesta mesma Lei, o rei Felipe III cita os abusos cometidos em várias partes da América portuguesa contra os índios, desde a promulgação da Lei de 20 de março de 1570. Durante quase 40 anos colonos e indígenas viveram situações de conflito e de enfrentamento. Apresar índios ainda era a maneira mais fácil de conseguir mão de obra. Diante dos “grandes excessos” cometidos contra os indígenas, a Coroa expediu o Alvará de 30 de julho de 1609, declarando livres “*todos os gentios daquelas partes do Brasil*” (grifo meu), inclusive anulando sentenças e compras de cativos indígenas já executadas.

Stuart Schwartz faz uma discussão sobre a expedição do Alvará de 1609 e a instalação do Tribunal da Relação da Bahia, no mesmo ano. O Alvará previa que a Relação era quem iria

¹¹⁰ Lei de 22 de agosto de 1587. In: *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a História e Estudo Crítico...* p. 238.

¹¹¹ Lei de 22 de agosto de 1587. In: *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a História e Estudo Crítico...*, p. 271.

¹¹² Provisão de 5 de junho de 1605. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada e anotada*. 1603-1612. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854. p. 129.

¹¹³ Alvará de 30 de julho de 1609. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada e anotada*. 1603-1612..., p. 271.

regular e aplicar o texto da lei. Schwartz inclusive levanta a hipótese de que a lei de proibição da escravidão indígena já tivesse sido redigida antes mesmo da chegada do Tribunal à Bahia, e que a Coroa apenas esperou a chegada dos magistrados para torná-la pública, a fim de já existir aparato suficiente para garantir que a lei fosse cumprida. As reações ao Alvará de 30 de julho de 1609 foram violentas. No Rio de Janeiro houve ameaça de tumultos por parte dos colonos, mas foi na Bahia onde ocorreu a reação mais extrema. Em janeiro de 1610 realizou-se uma manifestação encabeçada pelos vereadores e magistrados, que acusavam os jesuítas de serem os responsáveis e incentivadores da nova lei. Os representantes da Câmara de Salvador fizeram com que os jesuítas assinassem um documento em que se comprometiam a não colocar em liberdade os índios capturados legalmente, sob pena de expulsarem os padres do Recôncavo baiano. Os colonos obtiveram também o apoio do governador-geral do Brasil, Diogo Meneses, que escreveu à Coroa afirmando que a lei seria prejudicial para os negócios da colônia, resultando na redução da força de trabalho.¹¹⁴ A proibição absoluta da escravidão dos ameríndios, portanto, seria danosa para os negócios dos colonos que viviam na Bahia.

Diante de tantas manifestações e reações contrárias ao Alvará de 1609, apenas dois anos depois, o rei voltou atrás em sua decisão de declarar livres todos os indígenas, sem exceções. No dia 10 de setembro de 1611 outra Lei foi promulgada por Felipe III, reconsiderando a de 30 de julho de 1609, devido aos “*inconvenientes que se representaram*”.¹¹⁵ Na nova lei, mais uma vez era permitido o cativeiro aos indígenas capturados em guerras justas, que deveriam ser muito bem justificadas por uma Junta formada pelo Governador, Bispo e outras autoridades coloniais. Outro ponto importante retomado pela lei de 1611 é que os índios que estivessem como cativos de grupos indígenas canibais, como os Tupinambás, poderiam ser comprados pelos colonos e mantidos cativos durante 10 anos, como retribuição pelo favor prestado pelos portugueses ao salvarem suas vidas.

Apesar das discussões em torno da legislação sobre os indígenas continuarem ao longo do século XVII, refletindo os conflitos e as necessidades de colonos e jesuítas, as manifestações a esse respeito já não eram tão frequentes quanto durante o século XVI. Ou melhor, já não tinham o mesmo interesse por parte de toda a América portuguesa. Stuart Schwartz, ao estudar os engenhos da Bahia, trata da questão da mão de obra indígena nessa área, largamente utilizada durante os primeiros anos de colonização. Segundo este autor,

¹¹⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade...* pp. 120-122.

¹¹⁵ Lei de 10 de setembro de 1611. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada e anotada*. 1603-1612. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854. p. 309.

A expansão da economia do açúcar nas décadas de 1550 e 1560 fez-se às custas do acesso a essa mão de obra “barata”. Durante a década de 1570, porém, a resistência à escravidão, a peste e a legislação antiescravista reduziram a disponibilidade – e a lucratividade – dos indígenas.¹¹⁶

Também em Pernambuco a transição da mão de obra indígena para a africana teve início já em finais do século XVI, sendo que essa região importava mais escravos africanos do que a própria Bahia, ao menos até o advento das invasões holandesas na década de 1620.¹¹⁷ No nordeste açucareiro, onde o capital já havia se acumulado e uma rede de comércio internacional já estava estabelecida, a compra de escravos africanos passava a ser mais vantajosa já no início do século XVII, mesmo sendo mais cara que a mão de obra indígena. No entanto, essa não era realidade da região analisada nesta pesquisa. Na América meridional e no norte amazônico o trabalho indígena vigorou ainda por mais de um século. Religiosos e colonos continuaram negociando e se confrontando entre eles e com os índios, além de pressionarem a Coroa para atenderem suas necessidades. E mesmo que não fossem atendidos, encontravam maneiras de burlar as leis e de proverem seus negócios com a mão de obra indígena.

No caso específico da Capitania de São Vicente – e depois de São Paulo, na qual a vila de Paranaguá e a vila de Curitiba estavam inseridas – John Monteiro afirma que desde o século XVI os colonos estavam em debate com a Coroa para justificar a escravização dos indígenas, essenciais para o desenvolvimento econômico dos paulistas, que não dispunham de capital suficiente para importar cativos africanos.¹¹⁸ Ainda ao longo do século XVII os colonos continuaram fazendo uso de alternativas para escapar das leis de proibição da escravidão indígena, como por exemplo, justificando o uso da mão de obra através da administração, meio através do qual estariam, antes de tudo, trazendo os índios para a civilização e para a verdadeira fé.

É importante ressaltar o que afirma John Monteiro sobre as maneiras encontradas pelos paulistas para driblar os empecilhos jurídicos impostos à utilização do trabalho dos indígenas. Segundo este autor, muito mais do que os baianos ou pernambucanos, os paulistas tiveram que “racionalizar e justificar o domínio sobre seus cativos”¹¹⁹ para a Coroa, além de enfrentarem os jesuítas, tanto portugueses – que mantinham aldeamentos próximos à vila de São Paulo – como espanhóis, que na década de 1630 instauraram demandas contra os

¹¹⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos...*, p. 72.

¹¹⁷ STABEN, Ana Emília. *Negócio dos Escravos*. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759). Dissertação de mestrado: UFPR, 2008, pp. 39-40.

¹¹⁸ MONTEIRO, John M. *Negros da terra...* pp. 132-133.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 130.

paulistas, na tentativa de acabar com as expedições de apresamento que arrasavam as missões espanholas.¹²⁰

O embate entre colonos e jesuítas resultou na expulsão dos últimos da Capitania de São Vicente no ano de 1640, após uma reunião entre os representantes das câmaras municipais da Capitania, sob forte pressão dos moradores, também interessados no uso da mão de obra indígena sem oposição. Os aldeamentos antes controlados pela Companhia de Jesus agora eram aldeias reais, sob domínio das câmaras municipais. A expulsão dos jesuítas da Capitania de São Vicente, mesmo tendo durado apenas 13 anos, foi fundamental para que os paulistas exercessem maior controle sobre a mão de obra indígena, antes mediada pelos padres.¹²¹

No entanto, mesmo com a vitória dos colonos sobre os jesuítas, a legislação portuguesa continuava proibindo a escravização de indígenas sem que fossem capturados em guerras justas ou que fossem cativos de outros índios. Ainda havia, para os colonos, o enfrentamento legal. Sobre este assunto, John Monteiro afirma que

Apesar da legislação contrária ao trabalho forçado dos povos nativos, os paulistas conseguiram contornar os obstáculos jurídicos e montar um arranjo institucional que permitiu a manutenção e reprodução de relações escravistas. Assumindo o papel de administradores particulares dos índios – considerados como incapazes de administrar a si mesmos –, os colonos produziram um artifício no qual se apropriaram do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e propriedade dos mesmos sem que isso fosse caracterizado juridicamente como escravidão.¹²²

Juridicamente, portanto, os índios não seriam escravos, mas sim administrados dos colonos, que ficariam responsáveis pelo ensino de bons costumes e da religião aos indígenas, além, é claro, de fazer uso de sua força de trabalho. A menoridade e a miserabilidade do índio frente à ordem colonial estão refletidas na administração, considerada uma espécie de tutela, na qual os indígenas iriam ser convertidos para a verdadeira fé e adquiririam bons costumes. A administração, portanto, era o que justificaria o uso da mão de obra indígena por parte dos colonos paulistas durante a segunda metade do século XVII e boa parte do século seguinte.

Definir o que era a “administração” não é tarefa simples. John Monteiro é autor de um dos estudos mais importantes sobre a administração de indígenas no período colonial. Analisando a legislação do período e também documentos cartoriais, como testamentos e inventários, Monteiro definiu o termo “administração particular”, que era aquela exercida

¹²⁰ HEMMING, John. Op. Cit. p. 436.

¹²¹ MONTEIRO, John M. *Negros da terra...* pp. 145-147.

¹²² Ibidem, p. 137.

pelos próprios colonos, em suas propriedades, e não em aldeamentos, como era orientado pela legislação.¹²³

O uso da mão de obra indígena pelos colonos foi permitida pela legislação da Coroa desde que seguissem certas determinações. Os indígenas “descidos do sertão” ficariam em aldeamentos, aos cuidados de jesuítas, e poderiam sair para trabalhar para os colonos, desde que recebessem um salário por isso. Os colonos teriam o direito de cativar somente aqueles índios capturados em guerras justas. No entanto, na prática não era o que acontecia. Os colonos acusavam os jesuítas de controlarem toda a mão de obra, dificultando o acesso aos indígenas. Os jesuítas acusavam os colonos, e não sem razão, de praticarem ilegalidades contra os índios. Mesmo com a Lei de 1611 instituindo a figura de capitães leigos nos aldeamentos, dando mais poder para as Câmaras Municipais e diminuindo o controle dos jesuítas, os colonos não conseguiam satisfazer suas necessidades de mão de obra.¹²⁴ Na Capitania de São Vicente, como já foi dito acima, o embate entre colonos e os religiosos da Companhia de Jesus resultou na expulsão dos jesuítas no ano de 1640.

Durante os treze anos em que os jesuítas estiverem ausentes de São Paulo o sistema da administração particular tomou corpo e os aldeamentos foram paulatinamente diminuindo de tamanho.¹²⁵ Hemming se referiu à diminuição drástica da população indígena nos quatro principais locais de aldeamentos – Barueri, São Miguel, Pinheiros e Guarulhos – em que o número de habitantes passou de 2.800 para apenas 290, declinando quase 90 por cento.¹²⁶ O trabalho compulsório dos indígenas consolidou-se como uso e costume da terra, sendo constantemente justificado pelos colonos à Coroa portuguesa que, mesmo de maneira velada, foi conivente com a situação, pois entendia que a mão de obra indígena era fundamental para o desenvolvimento da Capitania.¹²⁷

No último quartel do século XVII a discussão sobre a maneira de administrar os indígenas e também sua liberdade foi colocada em xeque novamente pelos colonos e também pelos jesuítas. Na década de 1670 os colonos paulistas se viram pressionados por uma resolução do primeiro bispo nomeado do Rio de Janeiro, que tentou impor uma taxa de 160 réis por índio trazido do sertão, e também por uma determinação do governador do Rio de

¹²³ John Monteiro dedica um capítulo de seu livro *Negros da Terra* ao que chama de “A Administração Particular”. MONTEIRO, John. *Negros da terra...* pp. 129-153.

¹²⁴ Lei de 10 de setembro de 1611... p. 310.

¹²⁵ BRIGHENTE, Liliam F. *Entre a liberdade e a administração particular: a condição jurídica do indígena na vila de Curitiba (1700-1750)*. Dissertação (Mestrado em Direito) Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012. p. 67.

¹²⁶ HEMMING, John. *Op. Cit.*, p.436.

¹²⁷ MONTEIRO, John. *Negros da terra...* pp. 134-136

Janeiro, libertando incondicionalmente todos os indígenas. Como a Capitania de São Vicente ainda era subordinada ao governo do Rio de Janeiro, os colonos temeram a fuga de seus cativos indígenas.¹²⁸ Aliado a isso, entre os anos de 1691 e 1693 aconteceu na região da vila de São Paulo uma nova onda de apresamentos de índios promovida pelos paulistas. O rei tomou conhecimento de tais abusos e ordenou que fossem proibidos, em correspondência enviada ao governador geral Antonio Luiz da Câmara Coutinho. Depois de algumas cartas trocadas, o rei ordenou que fosse realizada uma Junta, com os religiosos da Companhia de Jesus, para tomar deliberações acerca da liberdade e da administração dos índios.¹²⁹

O resultado desta Junta foi bastante controverso. Esmiuçando com maiores detalhes a documentação, Liliam Brighente faz um apanhado sobre os desdobramentos resultantes da tal Junta. Segundo a autora, em janeiro de 1694 a Câmara Municipal de São Paulo elaborou um documento em que os moradores reconheciam a liberdade dos índios e também afirmavam que continuariam mantendo-os em suas casas e fazendas como seus administrados. No mesmo mês, com o intuito de dirimir as dúvidas a respeito das prerrogativas da administração de índios, os paulistas elaboraram, em conjunto com representantes jesuítas, uma carta endereçada ao rei com 16 questionamentos.¹³⁰

De acordo com Brighente e também com Monteiro, os questionamentos dos paulistas demonstravam claramente a maneira como já vinham atuando em relação aos seus administrados. “Suas preocupações giravam em torno de quatro problemas básicos, todos eles, de uma forma ou de outra, concernentes à definição dos índios enquanto propriedade.”

¹³¹

Observando o documento, de fato fica claro que as dúvidas levantadas pelos paulistas tinham o objetivo de legitimar o que já vinham fazendo com seus administrados. Entre as dúvidas, questionaram sobre a fuga de administrados, o pagamento por seus trabalhos apenas com vestuário, sustento e ajuda nas enfermidades, a legação de índios após o falecimento do administrador, a transferência do administrado para outrem, mediante pagamento, e se os índios poderiam ser penhorados para pagamento de dívidas.¹³² Como bem afirmou Monteiro, as dúvidas remetem à definição dos indígenas enquanto propriedade.

¹²⁸ MONTEIRO, John. *Negros da terra...*, p. 148.

¹²⁹ BRIGHENTE, Liliam F. *Op. Cit.* p. 68.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 69.

¹³¹ MONTEIRO, John. *Negros da terra...* p. 149.

¹³² “Duvidas, que se offerecem pelos moradores da Villa de S. Paulo a S.M., e ao Sr. Governador Geral do Estado, sobre o modo de guardar o ajustamento da administração na matéria pertencente ao uso do Gentio da terra, cuja resolução se espera.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VII. Rio de Janeiro (RJ): Typographia de João Ignácio da Silva, 1866, p. 389-391.

A carta endereçada ao rei com as dúvidas dos colonos, apesar de ter sido elaborada em conjunto com representantes jesuítas, foi duramente criticada por um dos padres mais importantes da Companhia de Jesus, Antonio Vieira. Ele criticava não apenas os paulistas, mas também os jesuítas que fizeram parte da Junta, entre eles Alexandre de Gusmão, que segundo Vieira não tinham experiência entre os índios e nem dominavam a língua geral.¹³³

Vieira escreveu um longo parecer, no qual deixou bem clara a sua posição contrária ao modo como os paulistas conduziam a administração dos indígenas. Um trecho emblemático e que resume muito bem o trato dado pelos administradores aos seus administrados é o que se transcreve abaixo:

(...) sobre o modo, ou modos, com que se tem por lícita a presente administração, é que todo o oneroso dela cai sobre os índios, e todo o útil se concede aos Paulistas; todas as conveniências a estes; e aos índios, sempre miseráveis, todas as violências. Não é violência, que se o índio, senhor da sua liberdade, fugir, o possam licitamente ir buscar, e prender, e castigar por isso? Não é violência, que sem fugir, haja de estar preso e atado, não só a tal terra, senão a tal família? Não é violência que morrendo o administrador, ou pai de família, hajam de herdar os filhos a mesma administração, e repartirem-se por eles os índios? Não é violência que se possam dar em dote nos casamentos das filhas? Não é violência, que não tendo o defunto herdeiros, possa testar da sua administração, ou entre vivos fazer trespasso dela a outro, e que experimentem e padeçam os índios em ambos os casos, o que sucede na diferença dos senhores de escravos? Não é violência que vendendo-se a fazenda do administrador, se venda também a administração, e que os índios com ela, posto que se não chamem vendidos, se avaliem a tal e tal preço por cabeça? Não é violência, em fim, que importando a um índio, para bem de sua consciência, casar-se com índia de outro morador, o não possa fazer, sem este dar outro índio por ele? Estas são as cláusulas, que com o nome de lícitas, e sem nome de violências, leva a nova administração consigo.¹³⁴

Após as polêmicas dúvidas enviadas pelos paulistas e o inflamado parecer de Vieira, o rei era quem iria dar a palavra final a respeito do assunto. A resposta da Coroa foi dada dois anos mais tarde, em fevereiro de 1696. Nela Dom Pedro II comenta sobre o tempo que levou para considerar todos os apontamentos formulados tanto pelos paulistas como pelos jesuítas, inclusive levando em consideração as ponderações de Vieira.

(...) Uma carta vossa do dito ano de seiscentos e noventa e quatro, pela qual me dizeis, que sendo apresentado pelos ditos moradores de São Paulo, as dúvidas que se lhes ofereciam-se a execução daquele mesmo ajustamento que havia confirmado para o uso e administração dos ditos índios que já se reputavam por livres (...) e fazendo assim, se vos tinha representado a maior dúvida em resolver ao dos ditos moradores de São Paulo, pela diferença das opiniões que houve entre os ditos padres, sendo totalmente contrário a do

¹³³ MONTEIRO, John. *Negros da terra...* p. 151.

¹³⁴ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos IV-V-VI. São Paulo (SP): Edições Loyola, 2004. pp. 534-535.

padre Antonio Vieira, as dos mais que tinha conferido esta matéria (...) e mandando considerar a matéria deles, foi necessário todo este tempo para determinar qual das opiniões seria mais conforme a justiça (...) e para que aquele ajustamento pudesse ter execução, tanto a respeito de conseguirem os índios a liberdade que lhes compete por direito, como de se haverem de servir deles os moradores de São Paulo (...)¹³⁵

A resolução do rei a respeito das dúvidas não foi exatamente o que os paulistas esperavam. Apesar de “conceder aos moradores de São Paulo, e seus descendentes por linha masculina ou feminina, a administração dos índios”¹³⁶, estabeleceu uma série de condições, que não diferiam quase nada do que antes já estava na lei de 1611, ou seja, de que os índios deveriam permanecer em aldeamentos, sob a responsabilidade de um padre, e sairiam para trabalhar para seus administradores particulares, recebendo um salário semanal. Os administradores certamente não ficaram nem um pouco satisfeitos com a resolução do rei. Mas a insatisfação não impediu que continuassem praticando a administração conforme era uso e costume na região paulista, uso e costume este muito bem resumido nas 16 questões que enviaram ao rei no ano de 1694.

A realidade mostrada pela documentação da época deixa claro que os colonos não obedeciam a legislação no que diz respeito aos índios ou, no limite, davam outra interpretação à essas leis e decretos, como será demonstrado nas próximas seções e capítulos. Os documentos mais antigos analisados nesta pesquisa têm início ainda no final do século XVII (1697), portanto muito próximos dos debates que aconteceram na Capitania de São Paulo acerca da administração dos índios. É notável na documentação, como ficará melhor demonstrado nas próximas páginas, que até a primeira metade do século XVIII é mais significativa a presença de indígenas em situações semelhantes às aquelas descritas por Vieira em seu inflamado parecer. O modelo de administração que colocava os índios como propriedade, vendendo-os, legando-os e comprando-os permaneceu inalterável durante as primeiras décadas dos anos de 1700, apesar de se notar uma paulatina mudança no discurso das partes envolvidas nos processos. As duas próximas seções tratarão destas questões, sendo a primeira delas focada nos processos que envolvem transações comerciais e a segunda nos inventários e testamentos em que constam indígenas.

¹³⁵ “Alvará sobre a Liberdade dos Índios”. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo...*, p. 71.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 72

1.4. Compra e venda: transações comerciais envolvendo indígenas

No ano de 1722 o juízo ordinário da vila de Curitiba recebeu uma carta de inquirição vinda de Paranaguá em que a administração de duas mulheres indígenas estava sendo disputada. O embargante dizia que a administração das mulheres pertencia à sua esposa. O embargado, por outro lado, afirmava que as duas administradas haviam sido vendidas e que, portanto, não poderiam ficar na casa do embargante. Um dos argumentos utilizado pelo autor do embargo foi que:

(...) por direito e repetidas Leis de Sua Majestade que Deus guarde que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja compre nem possa sem ordem avaliar carijós, mas sim só passarão a administração de pais a filhos, e fazendo-se o contrário perderão suas administrações e irão para as aldeias de sua Real proteção (...) ¹³⁷

Uma das testemunhas interrogadas, Gaspar Carrasco dos Reis, corroborou a fala do embargante, afirmando que “(...) enquanto a esta vila não chegou o Dr. Rafael Pires Pardiniho em correição sempre se vendia as pessoas carijós, e disse de presente se não faz depois que assim deixou provido (...)” ¹³⁸

Rafael Pires Pardiniho, citado pela testemunha, era ouvidor da Capitania de São Paulo, já mencionado nas páginas anteriores, que esteve em Curitiba em correição entre os anos de 1720 e 1721, e deixou por escrito seus provimentos. O artigo 72 das correições proveu a proibição de entrar “pelo sertão a correr o Gentio para os obrigarem a seu serviço, por ser contra as Leis expressas de Sua Majestade”. ¹³⁹ O artigo 108, por sua vez, proveu que “[...] os juízes não mandem avaliar os carijós e seus descendentes, que forem da administração dos defuntos, como por repetidas leis se tem declarado, pois sendo estes por elas libertos não admitem valor e nem estimação [...]”. ¹⁴⁰

No entanto, no mesmo processo já referido acima, outra testemunha, Guilherme Nogueira Passos, expressa opinião diferente das demais testemunhas inquiridas. Ele afirma que “sempre vira e ouvira dizer não se podia vender carijós, porém por estas terras tem visto a vários vender”. ¹⁴¹ Ou seja, mesmo com a proibição das leis da Coroa portuguesa e com os

¹³⁷ DEAP BR PRAPPR PB045 PC13.1. Carta de inquirição vinda do juízo ordinário de Paranaguá para o de Curitiba, em que é embargante Francisco Peres Bicudo e embargado Simão Borges Serqueira. Curitiba, 1722. p. 4. A grafia deste e de todos os outros documentos adiante citados neste trabalho foi atualizada.

¹³⁸ Ibidem, p. 9

¹³⁹ *PÁGINAS escolhidas: história*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2003, p. 125.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 138.

¹⁴¹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC13.1... p. 15.

provimentos deixados pelo ouvidor, ainda era prática comum vender gentios da terra no mercado da Comarca ao longo da primeira metade do século XVIII.

O padre jesuíta Antonio Rodrigues, em visita à vila de São Paulo no final do século XVII, escreveu que “estavam tão firmes os moradores daquela vila em que os Índios eram cativos que ainda que o Padre Eterno viesse do céu com um Cristo crucificado nas mãos a pregar-lhes que eram livres os Índios, o não haviam de crer”.¹⁴² O discurso metafórico e indignado do padre reflete a situação de boa parte dos índios que vivia em vilas da Capitania de São Paulo em finais do século XVII e durante boa parte do XVIII. Não eram juridicamente escravos, mas sim livres, porém estavam sob o domínio, ou melhor dizendo, sob a administração de senhores e senhoras brancos e até mesmo mamelucos, como constatado em vários casos analisados na documentação desta pesquisa. Como o depoimento das testemunhas do processo citado anteriormente e também os provimentos de Pardinho demonstraram, era uso e costume da terra vender e usar os índios em transações comerciais.

No ano de 1736, Gaspar Carrasco dos Reis, a testemunha do processo citado anteriormente, foi interrogado novamente em uma justificação envolvendo indígenas e fez a seguinte declaração: “disse ele testemunha que sabia que João Vellozo da Costa dera ao justificante um rapagão por nome Mathias em pagamento da legitima do justificante”.¹⁴³ O “rapagão” Mathias, avaliado pelo preço de 110 mil réis, era um carijó dado a Braz Domingues Vellozo como pagamento de parte de sua herança por João Vellozo da Costa, filho de Antonio da Costa Vellozo. Este último, falecido, tinha uma dívida com os pais, também falecidos, de Braz Domingues Vellozo. A dívida então seria a parte que cabia a Braz de sua legítima, assumida pelo filho do devedor que, por sua vez, fez o pagamento da dívida com um carijó. Na verdade, de acordo com o depoimento de outras testemunhas, a dívida foi paga com dois carijós, o já citado Mathias, e Domingos. No entanto, ambos fugiram, segundo uma das testemunhas, induzidos pelos outros herdeiros de Antonio da Costa Vellozo, ficando o autor do processo, Braz Domingues Vellozo, sem o pagamento de sua herança.

Durante o processo, nada se fala sobre a ilegalidade de usar carijós para pagamento de dívidas ou de serem legados e avaliados em inventários, conforme os provimentos de Rafael Pardinho escritos 15 anos antes. A queixa de Braz Domingues Vellozo é que seu

¹⁴² Visita do padre Antonio Rodrigues, 25 de janeiro de 1700, Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Brasília 10, f. 2v. Citado por MONTEIRO, John. Os Guarani e o Brasil Meridional... p. 495.

¹⁴³ DEAP BR PRAPPR PB045 PC168. Petição em que é justificante Braz Domingues Vellozo. Curitiba, 1736..5, p. 6

pagamento havia “fugido” e, portanto, deveria receber sua legítima com outra forma de pagamento.¹⁴⁴

Este primeiro processo data de março de 1736 e, em dezembro do mesmo ano, outro processo é aberto, tendo como autor novamente Braz Domingues Vellozo. João Vellozo da Costa, o filho do devedor, havia falecido sem deixar herdeiros e Braz foi cobrar o que lhe devia.¹⁴⁵ Neste processo o discurso do autor muda. No libelo inicial apresentado por ele, toda a situação é explicada:

P[rovará] que entre as mais parcelas que lhe coube em sua folha foi uma dívida que Antonio da Costa Vellozo devia ao dito casal e falecendo este passaram seus bens a seus herdeiros entre os quais um deles foi João Vellozo da Costa o qual se obrigou espontaneamente a pagar pelo dito seu pai a sobredita quantia e com efeito logo o autor recebeu da mão do capitão Miguel Rodrigues Ribas parte do dito pagamento e lhe ficou o dito João Vellozo restando a quantia de duzentos e seis mil réis em valor de *dois negros do gentio do cabelo corredio um por nome Mathias outro por nome Domingos* no que não há dúvida. (grifo meu)¹⁴⁶

Mais adiante, o procurador de Braz, Paulo da Rocha, faz seu arrazoado em relação ao libelo do autor:

Prova-se também que o dito defunto lhe quis fazer pagamento de duzentos e seis mil réis com *dois carijós de sua administração e como estes não tem valor mas antes está proibido por leis do Reino a compra e a venda deles*, ficou sendo nenhum o pagamento com tal gente, e sempre o devedor obrigado por seus bens a ressarcir a perdida quantia. (grifo meu)¹⁴⁷

O procurador Paulo da Rocha sabia da proibição da venda de carijós e usou este fato como argumento a favor de seu cliente, alegando que os carijós recebidos como pagamento da dívida não tinham valor algum. O argumento parece ter funcionado, pois, em 14 de abril de 1737, o juiz ordinário Jerônimo da Veiga Cunha deu sentença favorável a Braz Domingues Vellozo, obrigando o curador dos bens do falecido João Vellozo da Costa a pagar a dívida por outros meios.¹⁴⁸ No entanto, é muito provável que se Mathias e Domingos não tivessem fugido, Braz Domingues Vellozo estaria satisfeito com o pagamento e não recorreria à justiça.

Dois anos mais tarde, em 1739, o mesmo Paulo da Rocha que havia sido procurador

¹⁴⁴ DEAP BR PRAPPR PB045 PC168..., p. 6.

¹⁴⁵ DEAP BR PRAPPR PB045 PC174.5. Causa cível de libelo entre partes em que é autor o tenente Coronel Braz Domingues Vellozo e réu Joseph da Silva Gavião como curador dos bens do defunto João Vellozo da Costa. Curitiba, 1736.

¹⁴⁶ Ibidem, pp. 5-5v.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 14v.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 20.

de Braz Domingues Vellozo foi intimado a devolver um “gentio do cabelo corredio”, chamado Antonio, a José da Cunha. Paulo apresentou embargos ao tal pedido, usando os mesmo argumentos:

Provará ele embargante que conforme os decretos e ordens régias se não pode obrigar ao gentio americano a servidão ou sujeição alguma contra sua vontade por lograrem o privilégio de sua liberdade conforme as referidas ordens e ainda com pena de excomunhão para aqueles que os obrigarem ou compeliem a sujeição dos carijós que forem livres como é o de que se trata nestes autos.¹⁴⁹

Pelo que alegou o embargante, fica evidente que os colonos que viviam na vila de Curitiba na primeira metade do século XVIII sabiam da proibição de escravizar os índios e, conforme lhes convinha, faziam uso dessas leis. Na sequência do embargo Paulo da Rocha contradiz o que disse no processo anterior, de 1737, ao afirmar que:

o referido rapaz por nome Antônio vendeu o dito José da Cunha ao embargante por preço e quantia de vinte mil réis como também outros mais que depois disso lhe tornaram a fugir para casa do dito Cunha e nesta venda transferiu a administração que nele tinha ao embargante em cujo poder se acha não como obrigado senão livre da sujeição servil que o embargante lhe concedeu atendendo ao contrato que tinha feito com o tal Cunha seu administrador que este com maior encargo de sua consciência recebeu a dita quantia de vinte mil réis que a deve restituir ao embargante.¹⁵⁰

O mesmo Paulo da Rocha que argumentou ser proibida pelas leis do reino a compra e a venda de *carijós* confessou ter comprado alguns administrados de José da Cunha, mas, logo em seguida, afirmou que o vendedor aceitou a quantia “com maior encargo de sua consciência” e que teria que devolvê-la a ele embargante. Paulo da Rocha alegou mais em seus embargos que José da Cunha não tratava bem aos seus administrados, que sempre fugiam. Não lhes dava ensino e nem doutrina, tampouco o vestuário e o sustento necessários. Sendo assim, de acordo com o embargante, o administrado Antonio poderia escolher sob a administração de quem gostaria de ficar e deveria, para demonstrar sua vontade, ser chamado a juízo. Infelizmente o processo foi remetido para a Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, não constando a resolução do caso. De qualquer modo, é interessante notar a maneira com que Paulo da Rocha usa a lei para construir seu argumento e justificar a compra de um gentio da terra. Ele desqualifica José da Cunha, o antigo administrador, dizendo que não tratava bem aos seus administrados, não lhes dando doutrina, sustento, vestuário ou ensino. Ou seja,

¹⁴⁹ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC264.8. Autuação de petição em que é embargante Paulo da Rocha e embargado José da Cunha. Curitiba, 1739. p. 5.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 6.

Cunha não estaria cumprindo a missão de civilizar os índios, como previam as leis régias, motivo pelo qual era justo que os administrados escolhessem outro tutor.

Neste sentido, no ano de 1727 o ouvidor da Comarca de São Paulo, Francisco Galvão de Affonseca, elaborou um documento que remeteu ao governador da Capitania, Rodrigo César de Menezes, expondo sua opinião a respeito de como deveria ser regulamentada a administração de indígenas.¹⁵¹ O ouvidor se preocupou em justificar a administração dos índios, afirmando que

É conhecida a natureza dos índios, que não são capazes de se governarem por si, nem procuram viver com alguma regularidade civil (...) com uma servidão natural só prestam para servir e trabalhar, sendo mandados (...) e ser-lhe sempre necessário quem os administre, como seus tutores e curadores por defeito de sua inércia e imbecilidade de razão (...)¹⁵²

Mais uma vez a questão da menoridade dos índios está presente entre as autoridades coloniais. O ouvidor comparou os índios a menores de idade, que não teriam condições de governarem a si mesmos, precisando de um tutor. E, diante disso, o ouvidor arremata: “Porque sendo a condição dos índios servil, tendo eles pleno conhecimento de sua liberdade, *não se lhe faz injúria em se fazerem servir*, a quem lhe dê sustento, vestuário, ensino, doutrina, e assistir em suas enfermidades (...)” (grifo meu).¹⁵³ Ou seja, reconhecia-se a liberdade dos índios, mas, por outro lado, era certo que necessitavam de alguém que lhes administrasse, não havendo nenhum problema “*em se fazerem servir*”. Havia uma preocupação por parte do ouvidor em não contrariar as leis da Coroa portuguesa, deixando claro que administração não se tratava de escravidão e que a liberdade dos índios deveria ser conservada. A proposta do ouvidor, que contava com outros pontos importantes sobre a maneira de se tratar os índios, foi aprovada pelo governador da Capitania e também por representantes das ordens religiosas de São Paulo.¹⁵⁴ Nota-se, então, que as autoridades locais trataram elas mesmas de regular as formas de administrar os índios, para além das leis, decretos e ordens régias propostas pela Coroa portuguesa. Mesmo procurando não ir de encontro ao princípio fundamental da legislação indigenista portuguesa, que era a da liberdade dos índios, os colonos paulistas encontraram uma maneira de adequar a legislação às suas necessidades.

¹⁵¹ DOCUMENTOS interessantes para a história e os costumes de São Paulo. Vol. III, São Paulo, 1913, Typografia Cardozo Filho & Cia, p. 85-92.

¹⁵² Ibidem, p. 86.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ BRIGHENTE, Liliam F. *Op. Cit.* p. 72.

As transações e disputas envolvendo *gentios da terra*, *carijós* ou *administrados*, nomes pelos quais mais comumente eram referidos nos documentos, eram recorrentes nessa primeira metade do século XVIII e certamente não causava estranhamento aos moradores de vilas como Curitiba e Paranaguá. Sabiam da proibição de tais transações, como sugeriram os documentos citados anteriormente, mas tal conhecimento não era suficiente para inibir o “uso e costume da terra”, qual seja, o de tratar indígenas como propriedades. Essa era a alternativa que a população encontrava para suprir suas necessidades de mão de obra e para tocarem seus negócios. Os índios estavam acessíveis a grande parte dos colonos, ao contrário dos escravos crioulos e africanos, mais caros e pouco disponíveis.

Gaspar Carrasco dos Reis, referido aqui muitas vezes como testemunha de processos envolvendo indígenas, é uma figura que certamente estava habituada às transações e disputas de *carijós*. Era filho do capitão povoador de Curitiba, também já citado, Balthazar Carrasco do Reis, um dos primeiros a obter sesmarias na região de Curitiba no ano de 1661.¹⁵⁵ Como referido nas seções anteriores, a família Carrasco dos Reis estava acostumada a apresar índios no sertão, conforme deduz-se do testamento deixado por Balthazar, no qual afirma que seu filho Belchior havia trazido do sertão *três peças* que figurariam em seu inventário.¹⁵⁶ Gaspar, portanto, vinha de uma família que tradicionalmente preava e explorava a mão de obra indígena e tratava-a como propriedade.

Não é de se estranhar, portanto, que no ano de 1704 o mesmo Gaspar tenha arrematado três peças do gentio da terra, pertencentes ao então falecido João Leme da Silva. Tal arrematação resultou em um processo que tramitou no ano de 1721 e que tem como réu Gaspar Carrasco dos Reis.¹⁵⁷ Os herdeiros de José Teixeira de Azevedo o estavam acusando de ter arrematado cinco *peças do gentio da terra* pertencentes ao espólio de João Leme da Silva e de não ter realizado o pagamento por tal arrematação. José Teixeira de Azevedo era o juiz ordinário à época em que foi feita a arrematação e, como tal, deveria guardar o dinheiro arrecadado que, mais tarde, seria repassado aos herdeiros de João Leme da Silva, todos menores de idade quando a transação foi executada. Os herdeiros de João Leme da Silva, já maiores de idade no ano de 1721, queriam reaver o dinheiro resultante da arrematação das *peças do gentio da terra* que pertenceram a seu pai e cobram tal dívida dos herdeiros do falecido juiz ordinário e de órfãos, José Teixeira de Azevedo. Estes, por sua vez, acusam

¹⁵⁵ DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Do Estado Do Paraná..., p. 400-401.

¹⁵⁶ Cf. NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. ..., p. 156.

¹⁵⁷ DEAP BR PRAPPR PB045 PC12.1. Carta de inquirição entre partes em que é autor Joseph Palhano de Azevedo e seus irmãos e réu Gaspar Carrasco dos Reis. Curitiba, 1721.

Gaspar Carrasco dos Reis de não ter feito o pagamento pela arrematação, pelo que pedem que ele faça o pagamento requerido pelos herdeiros de João Leme da Silva.

Por tratar-se apenas de uma carta de inquirição, não consta a resolução do processo, mas apenas a contrariedade do réu, bem como a inquirição de testemunhas apresentadas por ele. Gaspar alega que arrematou apenas três peças, a saber, Amaro, Sebastião e Luzia e que fez o pagamento de 164 mil réis em dinheiro, que logo se depositou em juízo.¹⁵⁸ Interessante notar que este processo tramitou enquanto o ouvidor Pardinho ainda estava em correição nas vilas de Paranaguá e Curitiba. Inclusive, a carta de inquirição veio do Juízo da Ouvidoria Geral e Correição da Comarca, selada e assinada pelo Desembargador Ouvidor Geral Rafael Pires Pardinho, o mesmo que em janeiro daquele ano de 1721 havia deixado provimentos proibindo a venda de gentios da terra e a legação de carijós em inventários.

Nota-se, portanto, que nem mesmo para as autoridades locais ou mesmo metropolitanas quando inseridas nesta configuração social, o trato de indígenas como propriedade era completamente rejeitado. As demandas envolvendo indígenas existiam e, como autoridade que era, o ouvidor deveria dar conta das querelas que chegavam a seu juízo. Ademais, a transação em questão ocorreu no ano de 1704 quando, apesar das frequentes proibições da Coroa portuguesa, a mão de obra indígena era largamente utilizada por colonos da Capitania de São Paulo.

Outro documento que mostra o quão frequente era a presença de indígenas nos processos de cobrança de dívida é um embargo apresentado por João Batista de Castilho contra os herdeiros de José Teixeira de Azevedo, os mesmos citados no processo anterior. No ano de 1738 João Batista de Castilho foi requerido pelos herdeiros a pagar uma dívida em nome de seu sogro, Manoel Picão Camacho. José Teixeira de Azevedo havia sido fiador de Camacho, pagando uma dívida como tal. Os herdeiros então entraram com pedido de cobrança da dívida e alcançaram sentença favorável. Camacho, no entanto, estava ausente para as Minas Gerais, na vila de Pitangui, motivo pelo qual os herdeiros acharam por bem cobrar a dívida de seu genro, João de Castilho, que segundo constava, estava em poder de bens de seu sogro, entre eles uma negra por nome Dionísia avaliada em 90 mil réis. Na petição dos herdeiros eles informam que “a sua notícia há vindo que João Batista de Castilho, genro do dito Manoel Picão, se empossou de meia légua de terras e bem assim de noventa mil réis produtos da negra Dionísia”.¹⁵⁹ A princípio parece se tratar de uma negra escrava

¹⁵⁸ DEAP BR PRAPPR PB045 PC12.1..., p. 4

¹⁵⁹ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC244.7. Autos de embargo em que é embargante João Batista de Castilho e embargados os herdeiros de José Teixeira de Azevedo, 1738.

africana ou afrodescendente, mas, no libelo apresentado pelo embargante João de Castilho, fica claro que se tratava, na verdade, de uma indígena. Castilho afirmou que recebeu a negra Dionísia de seu sogro, “porém é uma peça de administração com que se não pode pagar dívidas por ser de natureza forra e liberta de toda a obrigação servil e sem valor”.¹⁶⁰ Por fim, o juiz ordinário decidiu que João Castilho deveria pagar a referida dívida com um sítio na paragem chamada Barigui, que pertencia seu sogro mas que estava sob seus poderes. Sobre Dionísia há a informação de que falecera ao longo do processo.

Observa-se, por um lado, que o uso e costume da terra estava arraigado nessa sociedade, qual seja, o de fazer uso dos indígenas como bens de valor para pagamento de dívidas. Por outro lado, nota-se que existia a preocupação em relembrar a proibição de escravizar e de atribuir valor aos índios. Em vários dos processos apresentados até o momento constam trechos de falas de testemunhas ou de uma das partes que explicita as leis do reino que consideravam os índios livres e sem a possibilidade de ser valorados, como acontecia com os escravos africanos. É bem verdade que na maioria das vezes a parte que lembra a proibição de venda, legação e compra de indígenas é a que está sendo prejudicada, como era o caso de João de Castilho, que não quis abrir mão de Dionísia por ser ela “liberta de toda a obrigação servil e sem valor”. De qualquer maneira, isso demonstra que os colonos conheciam as leis e sabiam diferenciar a escravidão da administração, mas faziam uso desse conhecimento de acordo com seus interesses.

Outro fato interessante que se evidencia ao analisar os processos envolvendo indígenas, é que os envolvidos são geralmente pessoas abastadas e conhecidas da vila, os chamados homens bons, que ocupavam cargos administrativos, como juízes e vereadores. Além disso, havia um alto grau de parentesco, já que as vilas eram pequenas e contavam com poucos habitantes. Gaspar Carrasco dos Reis, como já foi dito, era filho do capitão povoador Balthazar Carrasco do Reis. Gaspar era casado com Anna da Silva Leme, que por sua vez era filha de Antonio da Costa Vellozo e irmã de João Vellozo da Costa, ambos envolvidos no processo citado anteriormente, em que Braz Domingues Vellozo cobrava o valor de sua herança, recebido em dois carijós, que acabaram fugindo. José Teixeira de Azevedo, o juiz ordinário e de órfãos que teria recebido o dinheiro da arrematação das *peças do gentio da terra* pertencentes a João Leme da Silva, era cunhado de Gaspar Carrasco dos Reis, pois era casado com uma filha de Balthazar, chamada Domingas Antunes Cortes.¹⁶¹ Os herdeiros de José Teixeira de Azevedo, portanto, eram sobrinhos de Gaspar e, no entanto, o estavam

¹⁶⁰ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC244.7...

¹⁶¹ LEÃO, Ermelino de. *Dicionário...* vol. III, p. 1070.

acusando de não ter feito o pagamento pelos carijós que havia arrematado. Havia, como fica evidente, uma rede de relações familiares por trás de muitas das querelas que chegavam até a justiça. Ao longo dos capítulos, outras relações de parentesco serão evidenciadas.

A disputa entre herdeiros pela posse de carijós, o seu uso para pagamento de dívidas e a sua arrematação, estão relacionadas também ao arrolamento dos índios em inventários, para serem avaliados e partilhados entre os herdeiros, ou então vendidos para pagamento de dívidas. Este será o tema da próxima seção: o arrolamento, a avaliação e a partilha de indígenas em inventários *post mortem*.

1.5. “Foram vistos e avaliados”: gentios da terra arrolados em inventários.

Não é violência que morrendo o administrador, ou pai de família, hajam de herdar os filhos a mesma administração, e repartirem-se por eles os índios?

Antonio Vieira, padre jesuíta.

Este trecho do parecer de Vieira sobre as dúvidas dos colonos paulistas a respeito da administração é bastante pertinente a esta seção. A questão da legação de indígenas aos herdeiros dos falecidos aparece em sete inventários dentro do universo dos processos levantados para esta pesquisa. Não foram muitos os inventários encontrados: 25 em um universo de 366 processos. Destes 25, como foi dito, sete trazem indígenas arrolados entre os bens, ou seja, quase um terço do total. Antes de entrar especificamente na análise dos inventários, é importante ressaltar que outros autores encontraram a mesma situação para outras áreas da América portuguesa. John Monteiro é talvez o principal autor no que se refere à administração indígena na Capitania de São Paulo e sua obra já foi bastante citada neste trabalho. Mas, para além dele, há autores que tratam da administração indígena em Minas Gerais, como é o caso de Renato Pinto Venâncio, que também encontrou indígenas arrolados em inventários da Vila do Carmo entre os anos de 1712 e 1719. Há ainda trabalhos sobre a presença de índios em inventários na Amazônia e também no Rio Grande do Norte, como o estudo de Helder de Macedo que também encontrou indígenas arrolados em inventários do século XVIII na Comarca do Caicó.¹⁶²

¹⁶² VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, vol.17, n.34, São Paulo, 1997. MACEDO, Helder A. M. de. Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 449-462,

O inventário mais antigo da amostra aqui analisada é o de Balthazar Carrasco dos Reis, datado de 1697.¹⁶³ Sobre Balthazar alguma coisa já foi dita. Era natural da vila de São Paulo e residiu na vila de Santa Ana do Parnaíba, participando de expedições sertanistas, inclusive para apresamento de índios. Em meados do século XVII se estabeleceu em Curitiba com a família, obtendo sesmaria na paragem do Barigui no ano de 1661. Era casado com Isabel Antunes da Silva.¹⁶⁴ Faleceu no ano de 1697 e no dia 21 de outubro daquele ano foi aberto seu inventário.¹⁶⁵ Seu filho, já apresentado aqui, Gaspar Carrasco dos Reis, serviu de inventariante e testamenteiro de seu pai, sendo o responsável por apresentar todos os bens e também por fazer valer as últimas vontades descritas em testamento.

A soma dos bens de Balthazar Carrasco dos Reis não foi muito avultada, mesmo para a época. Sem descontar as dívidas, os bens somaram pouco mais de 134 mil réis. Como comparação, somente sete anos depois da avaliação dos bens, em 1704, seu filho Gaspar arrematou três indígenas por 164 mil réis. Do valor total de seus bens, mais da metade era proveniente de escravos. Na verdade, *gentios da terra*, que foram avaliados e partilhados como se escravos fossem. São assim descritos pelos avaliadores:

Foi visto e avaliado um *negro do gentio da terra* por nome Angelo em vinte e quatro mil réis – 24\$000.

Foi visto e avaliado outro *negro do gentio da terra* por nome João Criolo doente de achaques antigo em vinte mil réis – 20\$000.

Foi vista e avaliada uma *negra boçal do gentio da terra* de meia idade em dezesseis mil réis – 16\$000.

Foi vista e avaliada uma negra por nome Thiadozia do *gentio da terra* com uma cria mais o filho em trinta mil réis – 30\$000.¹⁶⁶ (grifo meu)

A soma do valor dos *gentios da terra* foi de 90 mil réis, ou seja, 67% do total dos bens. Balthazar possuía algumas poucas cabeças de gado, cerca de 10, e quarenta e seis ovelhas. No mais, eram instrumentos de trabalho, como foices e machados, de pouco valor, e uma casa de palha velha na vila, avaliada em seis mil réis. Sobre os seis indígenas arrolados no inventário, chama atenção a *negra boçal do gentio da terra*, sem nome, avaliada em 16 mil réis. Segundo escreve em 1728 Raphael Bluteau, negro boçal era “aquele que não sabe outra

2008. RAMOS, André R. F. A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.241-265, jul. 2004.

¹⁶³ Este documento encontra-se, assim como todos os outros, no Arquivo Público do Paraná, mas, por ser o mais antigo da instituição e por estar em más condições de conservação, não é permitido o acesso direto ao documento, mas sim a uma transcrição realizada pela equipe do DEAP em 1986.

¹⁶⁴ *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Do Estado Do Paraná*..., p. 400-401.

¹⁶⁵ DEAP. *Peças do inventário do capitão povoador Baltazar Carrasco dos Reis – 1697*. Edição do Arquivo Público do Paraná, 1986. p. 11.

¹⁶⁶ DEAP. *Peças do inventário do capitão povoador*... p. 12

língua que a sua” ¹⁶⁷, ou seja, ela provavelmente havia sido capturada no sertão há pouco tempo, não sabendo falar português e sem um nome cristão. É possível que ela seja uma das peças trazidas pelo filho de Balthazar, Belchior, conforme declarou em seu testamento.

No entanto, para um homem que se dedicou às expedições de apresamento de índios no sertão é de se estranhar que tivesse um número tão pequeno deles. É um número pequeno quando comparamos, por exemplo, com outro senhor morador da vila de Curitiba, João Leme da Silva, que possuía quase 40 indígenas quando de seu falecimento, em 1698. ¹⁶⁸ A explicação para que uma figura tão importante na vila de Curitiba como Balthazar Carrasco dos Reis estivesse com tão poucos bens no fim da vida podem ser os seus filhos. Em seu testamento, Balthazar afirma: “meu filho André Fernandes levou de minha casa dois negros do gentio da terra, os quais entrarão em sua folha de partilha”. ¹⁶⁹ Sobre Belchior, o filho que havia trazido as *peças* do sertão, afirma que “seguiu viagem para o sertão com as armas que levou de minha casa e o mais que levou para seus gastos foi tudo de minha fazenda”. ¹⁷⁰ Os filhos de Balthazar, portanto, dispunham dos bens do pai antes mesmo de sua morte. É possível também que ainda em vida Balthazar tenha entregado parte de seus bens como dote a filhas e netas e também que tenha deixado os negócios da família aos cuidados dos filhos, todos homens com boas posições na sociedade. Gaspar era alferes, Belchior, um sertanista como o pai e André, o filho mais velho, era capitão. As mulheres casaram-se também com homens de prestígio, como José Teixeira de Azevedo, juiz ordinário da vila de Curitiba. ¹⁷¹

A situação dos herdeiros de Balthazar Carrasco dos Reis após sua morte, no entanto, parece não ter sido tão favorecida pelos bens herdados. Gaspar Carrasco dos Reis, no ano de 1737, entrou com uma petição ao Ouvidor da Comarca, Manoel dos Santos Lobato, solicitando que fosse isentado da obrigação de rezar missas por seu falecido pai, conforme solicitou em testamento. Gaspar fez tal pedido alegando que não possuía bens suficientes para manter a obrigação. ¹⁷² Tal situação mostra que mesmo a parcela da população que ocupava cargos importantes na sociedade, como era o caso do alferes Gaspar Carrasco dos Reis, vivia num estado financeiro pouco confortável. Nesse caso, se a distância econômica entre a população não era tão significativa, ficava também mais fácil para transpor as fronteiras

¹⁶⁷ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...*, vol. 2, p. 137.

¹⁶⁸ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC02.1. Autos de inventário de João Leme da Silva. Curitiba, 1698.

¹⁶⁹ NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Vol I..., p. 156.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ LEÃO, Ermelino de. *Dicionário...* vol. I, p. 161.

¹⁷² DEAP BR PRAPPR PB 045 PC233.7. Processo cível incompleto em que é autor Gaspar Carrasco dos Reis. Curitiba, 1737.

sociais. Os bastardos, por exemplo, estavam bastante próximos desta sociedade de “homens bons”, como se pode verificar no segundo processo mais antigo da amostra.

Trata-se do inventário de João Leme da Silva, citado acima. Sobre este senhor se tem poucas informações, apenas que participou do ato de criação da justiça na vila de Curitiba, em 29 de março de 1693, como eleitor.¹⁷³ Ou seja, ele foi um dos responsáveis pela eleição dos primeiros vereadores e juízes ordinários de Curitiba. Seu inventário foi aberto no dia 08 de abril de 1698 por ordem do juiz ordinário, o capitão Antonio Ribeiro da Silva. O documento está bastante danificado em algumas partes, o que acaba por dificultar sua leitura, no entanto, do que se consegue extrair, já é possível obter informações bastante interessantes.

Seu testamento está anexado ao inventário e, felizmente, é umas das peças que se consegue ler quase que integralmente. João Leme da Silva declara ser natural da vila de São Paulo e ter sido casado com Catarina de Siqueira, já falecida, com quem teve três filhos legítimos: Brás, Antonio e Maria. Logo após essa declaração, afirma:

declaro que tenho sete filhos machos bastardos naturais e seis filhas também bastardas naturais os quais também são meus herdeiros a saber Jerônimo, Domingos, Francisco, Joseph, Quintiliano, Manoel, e outro Manoel e as filhas a saber Antonia, Lianor, Luzia, Margarida, Paula, Felipa, os quais todos são meus legítimos herdeiros.¹⁷⁴

João Leme declara ter 13 filhos bastardos naturais, ou seja, provavelmente havidos depois da morte de sua mulher, uma vez que cinco deles figuram no inventário como órfãos, isto é, eram menores de idade, enquanto que seus filhos legítimos eram todos já adultos. Além disso, ele mesmo classifica os filhos como “naturais” e não como “ilegítimos”. No total, portanto, João Leme da Silva tinha 16 filhos, os quais instituiu como seus legítimos herdeiros, sem distinção entre os legítimos e os naturais. Os filhos bastardos e, portanto, tidos com mulheres indígenas, foram nesse caso instituídos como herdeiros, ficando mais próximos da fronteira social que separava índios e brancos. Lembrando o que Bonfil Batalla afirmou em seu texto já citado, os bastardos, ou mestiços como ele chama, ocupavam um espaço na hierarquia social superior aos índios, mas ainda assim inferior aos colonizadores, ou seja, aos homens brancos.¹⁷⁵ No caso dos bastardos filhos de João Leme da Silva essa limitação que sofriam na hierarquia social fica evidente, como será demonstrado logo adiante.

¹⁷³ WESTPHALEN, Cecília Maria. Origens e fundação de Curitiba. *Curitiba. Origens, fundação, nome*. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba, vol. 21, nº 105, junho/1995. p. 74.

¹⁷⁴ DEAP BR PRAPPR PB045 PC02.1..., p. 44.

¹⁷⁵ BATALLA, Bonfil. Op. Cit. p. 33.

O documento parece estar incompleto, com algumas páginas faltantes no meio do processo, inclusive na peça que trata do inventário propriamente dito e da avaliação dos bens, uma vez que não consta a soma total, incluindo dívidas ativas e passivas. No entanto, a soma dos bens arrolados, excluindo as dívidas, chega a impressionante cifra de 1:613\$800 (um conto, seiscentos e treze mil e oitocentos réis), valor muito superior aos 134 mil réis dos bens de Balthazar Carrasco dos Reis quando de sua morte, ocorrida menos de um ano antes.

João Leme da Silva, assim como Balthazar, tinha em seus escravos sua maior riqueza, mas, em números e proporções bem diferentes. Os cativos representavam 89,85% de sua riqueza, totalizando a soma de 1:450\$000 (um conto quatrocentos e cinquenta mil réis). Este inventário destoa bastante de todos os outros aqui analisados, como se verá a seguir, não apenas pela alta soma dos bens, mas também pelo impressionante número de escravos e indígenas que este senhor possuía. Vamos a eles.

O número de trabalhadores forçados, que incluía tanto mulatos quanto gentios da terra, é de 62 pessoas, incluindo algumas famílias. Deste total, a maioria, 36 deles, aparece qualificada como indígena e, os outros 26, como mulatos. Na verdade, a qualificação deixa margem para dúvidas. É possível que os qualificados apenas como *negros* fossem também de origem indígena, uma vez que era um termo comum usado tanto para índios como para africanos e crioulos. O próprio João Leme da Silva, em seu testamento, dá pistas de que os termos usados para qualificar essas pessoas não eram confiáveis:

Declaro que deixo trinta e cinco peças do gentio da terra [ilegível] famílias das ditas peças [ilegível] deixo por forras cinco a saber Joana, Romana, Sipriana, Asença, Gracia, as quais peças queiram acompanhar a meu filho Brás Leme e a estar em sua companhia durante sua vida para que ele tenha cuidado das ditas [forras] e dar-lhes os elementos que puder e por morte do dito meu filho irão por onde quiserem e peço ao dito meu filho lhes de todo o bom tratamento como forras que são não lhes faltando com o necessário [ilegível] doutrina e bons costumes.¹⁷⁶

Leme da Silva qualifica as cinco mulheres que deixa por forras como *peças do gentio da terra*, no entanto, Joana, Romana e Sipriana constam na avaliação dos bens apenas como *negras*, dando a entender que seriam de origem africana e não indígena. Mas, mesmo validando apenas o que os avaliadores e o escrivão do inventário registraram, o número de indígenas é superior aos escravos de origem africana, o que vem corroborar as análises que apontam, de fato, para uma predominância da mão de obra indígena até meados do século XVIII.

¹⁷⁶ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC02.1..., pp. 44-45.

João Leme da Silva parecia ter muita experiência no trato com indígenas, haja vista seu avultado número de gentios da terra e, também, o grande número de filhos bastardos, ou seja, tidos com mulheres índias, provavelmente de sua propriedade. Em seu testamento, ele dá a entender que seus filhos bastardos não são todos da mesma mãe, pois afirma: “somente serão os legítimos e os bastardos que *as mães* declararem em sua consciência são meus, e aos tais os instituo por meus herdeiros e como tais serão admitidos em inventário e se partirá entre eles o que seu for” ¹⁷⁷ (grifo meu). João Leme refere-se às mães, no plural, isto é, se envolveu com mais de uma mulher indígena.

Além desse envolvimento pessoal com as índias, João Leme tinha como prática apresar indígenas no sertão. Algumas evidências em seu inventário apontam para isso. A primeira delas é a presença entre os indígenas arrolados de alguns sem nome: “Foi visto e avaliado um rapagão novo do gentio da terra em 20\$000 réis. Foi visto e avaliado um ancião do gentio da terra novo em 14\$000 réis”. ¹⁷⁸

Além de não serem nomeados, o que chama atenção neste caso é a palavra “novo” agregada à descrição. Para o “rapagão” até faria sentido, mas qualificar um “ancião” como “novo” não parece muito coerente. A falta de um nome e a qualificação “novo” podem indicar que os dois haviam sido trazidos do sertão há pouco tempo, ou seja, eram novos entre seus escravos. No mesmo sentido, aparece um indígena assim descrito: “Foi visto e avaliado um rapagão bugre por nome Guaca em 30\$000 réis”. Aqui o nome e a qualificação “bugre” chamam atenção. Guaca parece ser um nome indígena e bugre é um termo pejorativo, que tem suas origens na Idade Média e que era usado para designar alguém tido por herético e devasso. ¹⁷⁹ Provavelmente “bugre” se refere, neste inventário, ao que os portugueses chamaram de tapuias, em oposição aos tupis. Ronald Raminelli, no verbete “tapuia” escrito para o Dicionário do Brasil Colonial, afirma que desde o início da colonização os portugueses dividiram os indígenas em dois grupos: tupi e tapuia. Os tapuias eram considerados grupos indígenas com hábitos e principalmente línguas diferentes dos tupis e muitas vezes desconhecidos dos europeus e, a própria denominação “tapuia”, foi dada pelos tupis, que assim chamavam os grupos inimigos e com línguas diferentes da sua. ¹⁸⁰ John Monteiro encontrou alguns casos de tapuias descritos nos inventários que analisou e observou que

¹⁷⁷ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC02.1..., p. 44.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 11.

¹⁷⁹ GUIARD, Luís Augusto de Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999, pp. 92-99.

¹⁸⁰ VAINFAS, Ronaldo (Ed.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. pp. 544-545.

muitas vezes não tinham nomes ou traziam ainda os seus nomes indígenas, de difícil compreensão para o pesquisador.¹⁸¹ Este pode ser o caso de Guaca e de outro indígena arrolado no inventário de João Leme da Silva da seguinte forma: “Foi visto e avaliado um negro do gentio da terra por nome [MZ ou PZ] em 40\$000 réis”.¹⁸² O nome do indígena, como dito antes, é difícil de decifrar e de compreender pelo pesquisador moderno, podendo indicar que havia sido incorporado há pouco tempo e que ainda não havia recebido um nome cristão.

Por fim, uma última evidência do envolvimento de João Leme da Silva com o apresamento de indígenas é um objeto arrolado em seu inventário, avaliado em cinco mil réis, que reflete parte da violência empregada contra os indígenas no período colonial. Trata-se de “uma corrente de três braças e meia com doze colares e três algemas”, ou seja, uma corrente de 7,7 metros, seguramente usada para trazer os indígenas capturados e impedir sua fuga durante a viagem de volta.

Abrindo um parêntesis na história de João Leme da Silva, há em minha amostra outro processo que traz evidências da prática do apresamento de índios nos sertões da região de Curitiba. O documento foi aberto em 1735, mas trata-se de uma sociedade feita no ano de 1716 entre Francisco Nunes e João Carvalho de Assunção.¹⁸³ Os dois senhores acertaram uma sociedade na qual o primeiro iria para o sertão “patrocinado” pelo segundo, que lhe deu panos de algodão, pólvora, chumbo, espingarda e machado. Como pagamento, Francisco Nunes daria metade das “peças” que trouxesse do sertão a João Carvalho de Assunção. No entanto, a viagem rendeu apenas a captura de uma “negra” que ficou em poder de Francisco Nunes, que se comprometeu a dar metade do valor dela quando a vendesse. No ano de 1735, data de abertura do processo, João Carvalho de Assunção soube que Francisco havia vendido a “negra” a Paulo da Rocha e, os quatro filhos que ela teve, levou consigo para a vila de Laguna. Assunção então quer justificar o seu direito sobre dois dos filhos, em virtude da sociedade que havia feito com Nunes em 1716. As testemunhas confirmam a história e afirmam que a negra capturada recebeu o nome de Florinda. Por fim, o juiz ordinário Braz Domingues Vellozo aceita a justificação de Assunção e ordena que José e Pellonia, filhos de Florinda, passem para seu poder. Interessante notar que em nenhum momento neste processo aparece a palavra *carijó*, índio ou administrado. A mulher indígena capturada é referida como “negra” e, depois de apresada, recebeu o nome cristão de Florinda. No entanto, mesmo sem a

¹⁸¹ MONTEIRO, John. *Negros da terra...*, p. 159-160.

¹⁸² DEAP BR PRAPPR PB 045 PC02.1..., p. 05.

¹⁸³ DEAP BR PR APPR PB045 PC151.5. Petição apresentada por João Carvalho de Assunção contra Francisco Nunes. Curitiba, 1735.

referência direta a indígenas, é bastante claro que se trata de apresamento deles no sertão, fazendo uso da força, haja vista a espingarda, chumbo e pólvora levados por Francisco Nunes em sua expedição.

Vê-se, portanto, que o passado dos indígenas enquanto trabalhadores forçados ainda estava presente na vila de Curitiba no ano de 1735, quando um senhor vai a juízo reclamar o valor de uma negra do gentio da terra trazida do sertão no ano de 1716 e dos filhos tidos por ela. Se em 1735 a sombra da submissão indígena semelhante àquela sofrida pelos escravos ainda estava presente nesta sociedade, no ano de 1698 ela estava ainda mais explícita. Durante todo o processo de inventário de João Leme da Silva, feito em 1698, a presença de indígenas avaliados não aparece como um problema a ser contornado, mas sim é tratado com naturalidade, como se fossem escravos de fato. O testamento deste senhor também demonstra essa normalidade do tratamento dado aos indígenas enquanto escravos, uma vez que o falecido “deixou por forras” a cinco “peças do gentio da terra”, conforme o trecho do testamento transcrito acima. Ele liberta a Joana, Romana, Sipriana, Gracia e Asença com a condição de que servissem a seu filho Brás até sua morte, ficando depois disso livres para irem “por onde quiserem”. A liberdade condicional é uma característica da escravidão africana já bastante estudada pela historiografia. Não raro os senhores libertavam seus escravos com a condição de que servissem a seus herdeiros até sua morte, depois do que ficariam livres, sendo ainda possível revogar a alforria concedida.

Os índios que aparecem neste inventário não são administrados. São arrolados na avaliação dos bens da mesma maneira que o eram os escravos de origem africana. É possível conjecturar que essas dezenas de índios avaliados no inventário de João Leme da Silva tenham sido capturados em guerra justa e, portanto, seriam escravos legítimos, uma vez que a legislação assim o permitia. No entanto, é uma hipótese pouco provável dadas as restrições impostas pela Coroa portuguesa para que uma guerra contra os indígenas fosse considerada justa. Descartada a hipótese de guerra justa, o que se vê neste inventário são indígenas avaliados, alguns arrematados, outros legados a herdeiros e, as cinco mulheres com mais sorte, foram libertadas. Ou seja, o inventário de João Leme da Silva traz em si tudo o que não poderia ser feito com os indígenas, de acordo com as leis vigentes da Coroa portuguesa. Vale lembrar que foi no ano de 1696, apenas dois anos antes, portanto, da abertura do inventário de João Leme da Silva, que o rei Dom Pedro II respondeu às dúvidas suscitadas pelos paulistas a respeito da administração de indígenas. Resposta esta que não os agradou nem um pouco, pois continuava proibindo que fosse dado aos indígenas o mesmo tratamento dado aos escravos, ou

seja, vendê-los, avalia-los em inventários ou lega-los a herdeiros.¹⁸⁴ Para além do tratamento dado aos indígenas, a forma de obtenção desses cativos permanecia a mesma, ou seja, através da preação, do assalto e das bandeiras.

Percebe-se, dessa forma, que havia um consenso entre as autoridades locais que permitia tal comportamento, não criminalizando a prática de tratar indígenas como propriedade, ainda que sob a justificativa de que os estariam evangelizando e civilizando. Fato que atesta esse posicionamento são as correições feitas pelo ouvidor Rafael Pires Pardini no inventário de João Leme da Silva no ano de sua visita às vilas de Curitiba e Paranaguá, em 1721. Pardini, como ouvidor que era, deveria inspecionar a ação da justiça local e assim o fez em alguns processos, como foi o caso do inventário aqui referido. Pardini inicia sua análise do processo da seguinte maneira: “Visto em correição. Neste inventário, mais que em outros, se manifestam as desordens que nesta vila tem havido nos bens e fazendas dos órfãos”.¹⁸⁵ E assim prossegue por mais 18 páginas, elencando todos os erros cometidos pelos juízes que atuaram no inventário, inclusive os acusando de não terem feito a vontade do falecido, que instituiu como seus herdeiros a todos os filhos, sem distinção entre os bastardos e os legítimos; no entanto, nada ficou para os bastardos além de esmolas. Aqui se percebe a inferioridade dos bastardos frente aos filhos legítimos de João Leme da Silva. Estes últimos conseguiram deixar seus meio irmãos de fora da partilha, fazendo uso de seu lugar privilegiado na hierarquia social. Os bastardos, ainda que estivessem, na trama social, acima daqueles indígenas arrolados e avaliados no inventário, foram subtraídos de seus direitos por seus irmãos, filhos legítimos tidos dentro do casamento. Para reparar o esbulho sofrido pelos filhos naturais, o ouvidor Pardini diz: “e por esmola lhes farei as partilhas do que a cada um cabe”.¹⁸⁶ Pardini fez ele mesmo as partilhas do inventário, incluindo, desta vez, os herdeiros bastardos que haviam ficado de fora da divisão dos bens. Por outro lado, o ouvidor absolutamente nada fala sobre a presença maciça de indígenas no inventário, ato proibido por ele em seus provimentos, como já foi aqui explicitado.

Os demais inventários da amostra nos quais constam indígenas foram iniciados já na primeira metade do século XVIII. O primeiro deles, datado de 1711, deixa dúvidas sobre a origem dos escravos arrolados, mas é muito provável que alguns sejam indígenas. O falecido é Manoel Alves Pedroso, escrivão, que teve a totalidade de seus bens avaliada em 181\$000 (cento e setenta e um mil réis), referente ao valor dos seis escravos que possuía. Nada mais foi

¹⁸⁴ “Alvará sobre a Liberdade dos Índios”. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo...*

¹⁸⁵ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC02.1..., p. 73.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 79.

inventariado, além de algumas poucas dívidas.¹⁸⁷ Os escravos, em sua maioria mulheres, vêm qualificados como *rapagão* ou *rapariga* e, apenas uma delas, chamada Catherina, aparece como *negra*.¹⁸⁸ É possível que Catherina fosse de fato de origem africana e, os demais, de origem indígena, por isso a distinção.

O inventário de Leonor Gonçalves, no entanto, não deixa dúvidas sobre a origem dos cativos avaliados. Falecida no ano de 1714, Leonor era casada com Diogo Dias de Moura, que fez as vezes de inventariante.¹⁸⁹ Logo nas primeiras páginas deste inventário, o juiz ordinário ordenou que o inventariante apresentasse os bens pertencentes ao casal:

(...) mandou o dito juiz ao inventariante que mostrasse e apresentasse aos avaliadores seus bens ouro prata terra [vaca vacun] ou outros de qualquer gênero [?] e *peessoas escravas do gentio da terra* ou de Guiné ou outros quaisquer bens que entre o casal possuíssem e dívidas que deixavam (grifo meu).¹⁹⁰

Conforme ordenou o juiz, o inventariante Diogo Dias de Moura, marido da defunta, apresentou sete pessoas do gentio da terra, todas avaliadas, com valores entre 40 e 110 mil réis. Portanto, o parecer de Vieira escrito em finais do século XVII, cujo trecho foi exposto no início desta seção, continuava tendo fundamento na segunda década do século XVIII. Ou seja, ao morrer o administrador ou pai de família, os índios eram avaliados e repartidos entre os herdeiros.

Além dos indígenas, Leonor possuía algumas cabeças de gado e ovelhas e meia légua de terras. A soma total dos bens foi de 693\$680 (seiscentos e noventa e três mil seiscentos e oitenta réis), na qual os escravos representam a impressionante cifra de 630\$000 (seiscentos e trinta mil réis). O valor das nove pessoas avaliadas, todas *gentios da terra*, destoa bastante das avaliações dos indígenas de outros inventários:

Foi visto e avaliado um negro do gentio da terra por nome Julio e a mulher [Messia] ambos velhos em 50 mil réis.

(...) uma negra do gentio da terra por nome Andresa em 110 mil réis.

(...) uma negra do gentio da terra por nome Thomazia em 100 mil réis.

(...) uma negra do gentio da terra por nome Vitoria em 110 mil réis.

(...) um rapaz do gentio da terra por nome Patricio em 10 mil réis.

(...) uma negra do gentio da terra por nome Filisia em 130 mil réis.

(...) um rapaz do gentio da terra por nome Braz por 80 mil réis.

¹⁸⁷ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC05.1. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de Manoel Alves Pedroso. Curitiba, 1711.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 4.

¹⁸⁹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC06.1. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de Leonor Gonçalves. Curitiba, 1714.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 3.

(...) um rapaz do gentio da terra por nome Roque em 40 mil réis.¹⁹¹

A *negra do gentio da terra* Filisia foi a que recebeu o maior valor: 130\$000 (cento e trinta mil réis). Interessante notar que as mulheres foram as que receberam os maiores valores na avaliação, ao contrário do que normalmente se vê em avaliações de escravos africanos e afrodescendentes, em que os homens sempre valem mais do que as mulheres devido a sua força maior para o trabalho. A explicação para os preços mais altos atribuídos às mulheres pode estar no fato de que elas é que desempenhavam as atividades da lavoura. Tradicionalmente, na sociedade indígena guarani, a mulher cuidava da agricultura e o homem da caça e os paulistas, pelo menos até certo ponto, se utilizaram dessa mesma divisão do trabalho em suas lavouras.¹⁹²

Mas para além da discrepância de valores entre homens e mulheres, chama atenção realmente o alto valor atribuído aos gentios da terra. Comparando os valores com os índios de João Leme da Silva, avaliados em 1698, ou seja, 16 anos antes, percebe-se que a diferença é gritante. A *negra do gentio da terra* Anna, por exemplo, foi avaliada no inventário de João Leme por 35\$000 (trinta e cinco mil réis), ao passo que no inventário de Leonor, também uma *negra do gentio da terra* por nome Andressa foi avaliada em 110\$000 (cento e dez mil réis). É possível que Andressa fosse muito mais jovem do que Anna e, além disso, é preciso levar em conta que a mão de obra indígena já começava a escassear e, conseqüentemente, seria valorizada. No entanto, ainda assim a diferença é bastante significativa. Enquanto no inventário de 1698 uma família composta pelo pai, mãe e três filhos foi avaliada em 130\$000 (cento e trinta mil réis) o mesmo valor foi atribuído a uma única mulher no inventário de 1714.

O inventário de 1715, de Izabel do Prado, pode ser mais confiável para comparações entre os valores atribuídos aos escravos, pois foi aberto apenas um ano depois do de Leonor Gonçalves.¹⁹³ Foram três as pessoas avaliadas: Pascoal, do *gentio da terra*, por 40\$000 (quarenta mil réis), um rapaz por nome João em 22\$000 (vinte e dois mil réis) e uma negra por nome Luiza em 40\$000 (quarenta mil réis).¹⁹⁴ Apenas Pascoal recebe a qualificação de indígena e foi avaliado em 40\$000 (quarenta mil réis), valor bem distante dos 130\$000 (cento e trinta mil réis) atribuídos a Filisia em 1714.

¹⁹¹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC06.1..., p. 4.

¹⁹² MONTEIRO, John. *Negros da terra...*, p. 118.

¹⁹³ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC08.1. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de Izabel do Prado. Curitiba, 1715.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 4.

Sobre o inventário de Izabel do Prado, assim como todos os outros até agora analisados, os escravos representavam a maior parte dos bens ou, nesse caso, praticamente 100%, uma vez que a única coisa avaliada além dos cativos foi uma caixa de 960 réis. José da Costa Vasconcellos, falecido em 1720, foi o único senhor cujos escravos não representavam a maior parte de sua riqueza. Eram apenas três, sendo dois *gentios da terra* e um mulato, totalizando o valor de 78\$000 (setenta e oito mil réis). A soma total foi de 328\$460 (trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e sessenta réis), sendo a maior parte representada pelas 86 cabeças de gado e os 11 cavalos que possuía.¹⁹⁵ Este caso, no entanto, é uma exceção, pois a regra para os inventários que arrolaram indígenas entre os bens consistia em que a riqueza dos habitantes baseava-se na posse ou controle, via administração, dos índios.

Este é o último inventário em que aparecem indígenas arrolados da mesma maneira que o eram os escravos, com valor atribuído e, portanto, considerados propriedade. O ouvidor Rafael Pires Pardini chegou a Curitiba menos de um ano após a abertura do inventário de José da Costa Vasconcellos, em 1720. Pardini parece entender que antes de sua vinda a Curitiba e Paranaguá a rotina nestas vilas era outra e, em seus provimentos, ressalta a falta de normas na região.

3º - E sendo esta a primeira correição que tem havido nesta Vila [de Curitiba], lhes deixa com mais extensão estes capítulos, para que observado-os evitem as desordens em que até agora alguns tropeçavam por ignorância, e os maliciosos, não tenham já a desculpa de ignorantes.¹⁹⁶

O ouvidor pode estar se referindo aqui, além de outras situações, justamente ao trato de indígenas como se fossem escravos e esperava que após seus provimentos não mais ocorressem tais “desordens”, fosse por ignorância ou malícia. Já foi demonstrado aqui que os provimentos de Pardini não surtiram os efeitos esperados e, mesmo após sua visita, indígenas estavam sendo usados para pagamento de dívidas, conforme os casos da seção anterior demonstraram, e vivendo situações que se assemelhavam à escravidão. No entanto, no último inventário da amostra em que *gentios da terra* são arrolados, parece que os provimentos e também as leis vigentes da Coroa surtiram efeito. Trata-se do inventário de Balthazar Carrasco dos Reis, datado de 1733.¹⁹⁷

¹⁹⁵ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC10.1. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de José da Costa Vasconcellos. Curitiba, 1711.

¹⁹⁶ *PÁGINAS escolhidas: história...* p. 102.

¹⁹⁷ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC105.3. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de Balthazar Carrasco dos Reis. Curitiba, 1733.

Balthazar era filho de Antonio Rodrigues Side e de Isabel Garcia, que por sua vez era filha do outro Balthazar Carrasco dos Reis. O Balthazar falecido em 1733, portanto, era neto daquele falecido em 1697.¹⁹⁸ Em seu testamento, feito em 20 de fevereiro de 1733, Balthazar declara “que em todo o monte há onze peças e uma cria de peito todas de administração, mais um velho cativo, a saber Ignácio, Lourenço, Miguel, Antonio, João, Philipa, Felicia, Domingas, Francisco, Rosa, Maria”. Nota-se que o próprio falecido fez distinção entre as *peças administradas* e um único *cativo* que possuía. O juiz que conduziu o inventário, Salvador de Albuquerque, também fez distinção entre o cativo e os administrados, conforme se constata pelo seguinte trecho:

Declaração das peças administradas

Aos sete dias do mês de janeiro de mil setecentos e trinta e quatro anos nesta vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba em casas e moradas do juiz ordinário e de órfãos o capitão Salvador de Albuquerque e sendo aí declarado aos ditos avaliadores o capitão José Nicolau Lisboa e o Sr. Francisco de Siqueira que acharam em poder da D. viúva cabeça de casal [treze] peças de administração do gentio da terra cujos nomes e idades eram os que adiante se seguem de que mandou o dito juiz fazer este termo [...].¹⁹⁹

Para nenhum dos treze indígenas arrolados foi atribuído valor, constando apenas o nome e a idade:

Ignácia que era de idade de setenta anos pouco mais ou menos.
 Monica que era de idade de setenta anos pouco mais ou menos.
 João que era de idade de oitenta anos pouco mais ou menos.
 Antonio que era de idade de quarenta e cinco anos pouco mais ou menos.
 Ignácio que era de idade de vinte e cinco anos pouco mais ou menos.
 Lourenço que era de idade de vinte e seis anos pouco mais ou menos.
 Miguel que era de idade de vinte e dois anos pouco mais ou menos.
 Philipa que era de idade de trinta e três anos pouco mais ou menos.
 Philicia que era de idade de trinta e três anos pouco mais ou menos.
 Francisca que era de idade de vinte e quatro anos pouco mais ou menos.
 Domingas que era de idade de vinte e um anos com uma cria de nome Seberino.
 Maria que era de idade de um ano pouco mais ou menos.²⁰⁰

A soma dos bens de Balthazar foi de 337\$400 (trezentos e trinta e sete mil e quatrocentos réis), sendo que 27% desse valor era representado pelo único cativo que possuía, assim descrito: “Foi visto e avaliado um negro do gentio da Guiné já ancião por nome

¹⁹⁸ WESTPHALEN, Cecília Maria. Origens e fundação de Curitiba... p. 70.

¹⁹⁹ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC105.3..., p. 21.

²⁰⁰ Ibidem, p. 22.

Lourenço em noventa mil réis”.²⁰¹ O restante dos bens era composto por alguns animais, terras e objetos como espingardas e baús.

A não avaliação das peças administradas, mas apenas seu arrolamento, vai ao encontro do Alvará sobre a liberdade dos índios, expedido pelo rei Dom Pedro II em 1696 que concedia “aos moradores de São Paulo, e seus descendentes por linha masculina ou feminina, a administração dos índios”.²⁰² Ou seja, os administrados, após a morte de seu administrador, passariam aos cuidados dos descendentes, sem, no entanto, lhes ser atribuído valor ou estima. Neste sentido, o já citado documento escrito pelo ouvidor da Comarca de São Paulo, Francisco Galvão de Affonseca, ao governador da Capitania Rodrigo César de Menezes opinando sobre a regulamentação da administração também apontava para o arrolamento dos indígenas nos inventários e sua partilha entre os herdeiros, ainda que não tivessem valor. No documento escrito em 1727 o ouvidor trata a respeito da legação dos índios quando da morte de seus administradores.²⁰³ Para ele os índios não poderiam ser passados com a herança do administrador falecido, no entanto, com o parecer da justiça e do Protetor dos Índios, a administração seria passada para outra pessoa, dando-se preferência aos herdeiros do falecido, sendo que este último poderia, inclusive, registrar em testamento qual dos filhos ficaria encarregado de administrar os indígenas. Da mesma maneira, quando fosse realizado o inventário, os juízes deveriam enviar ao Protetor dos Índios uma lista dos indígenas e bastardos e, com a participação dos herdeiros, seria decidido com quem ficaria a administração dos índios arrolados no inventário.

À primeira vista, pode parecer que o ouvidor Pardinho, quando de sua visita a Curitiba e Paranaguá no ano de 1721, não era conivente com a administração de indígenas e que suas correições não batem com a proposta do ouvidor Francisco Galvão de Affonseca, elaboradas seis anos mais tarde. No entanto, Pardinho ressalta em suas correições que os índios não poderiam ser *avaliados* em inventários, ou seja, não poderiam ser atribuídos valores a eles. Da mesma maneira, Affonseca também não sugere que sejam avaliados, mas apenas arrolados pelos juízes responsáveis pelo inventário, para que pudessem ser escolhidos novos administradores.

De fato, em relação aos inventários, parece que os provimentos de Pardinho e também as considerações do ouvidor de São Paulo sobre a não atribuição de valor aos indígenas, surtiram algum efeito, pois em nenhum dos documentos dessa tipologia aqui analisados,

²⁰¹ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC105.3..., p. 08.

²⁰² Alvará sobre a Liberdade dos Índios”. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo...*, p. 72.

²⁰³ *DOCUMENTOS interessantes para a história e os costumes de São Paulo*. Vol. III..., p. 85-92

datados após 1721, aparecem indígenas arrolados e avaliados entre os bens ou partilhados entre os herdeiros. Há que se levar em conta também que o número de inventários levantados na amostra aqui analisada não representa a totalidade de processos desse tipo instaurados nas vilas de Curitiba e Paranaguá nesse período, o que acaba por limitar uma análise mais efetiva do alcance dos provimentos de Pardinho ou das leis da Coroa portuguesa. Por outro lado, é preciso considerar também que a oferta da mão de obra indígena já começava a dar sinais de escassez a partir de 1720, não sendo mais tão frequentes as expedições para apresamento de índios no sertão. Os indígenas apresados e submetidos a um trabalho compulsório envelheciam, como mostra a relação dos administrados de Balthazar Carrasco dos Reis, o neto, e a nova geração de indígenas que nascia já não era mais tão subordinada quanto a de seus pais e avós. Mesmo que a exploração dos indígenas continuasse acontecendo, talvez de maneira menos explícita, muitos começaram a buscar seus direitos, fazendo uso da lei para conseguirem suas liberdades, como será visto no próximo capítulo.

Se por um lado existiam aqueles que burlavam a lei e tratavam os indígenas como propriedade mesmo depois do Alvará de 1696 e dos provimentos de Pardinho, havia aqueles que mesmo antes dessas regulamentações entendiam a natureza livre que tinham os indígenas perante a legislação portuguesa desde finais do século XVI. Uma prestação de contas de testamento do ano de 1720 traz dados surpreendentes. O testamento havia sido feito no ano de 1673, na vila da Graça do Rio de São Francisco, atual estado de Santa Catarina. Antonio da Fonseca faleceu deixando testamento e seu testamenteiro não apresentou as quitações necessárias para provar que havia cumprido todos os desejos do morto. Por isso, em 1720, o Juízo da Provedoria dos Resíduos exigiu que fosse feito o auto de prestação de contas, mesmo tendo passado tantos anos desde a morte do testador. O testamento, anexado ao documento, surpreende pelas seguintes palavras:

Declaro que possuo alguns *serviços do gentio da terra* Ignacio casado com três filhos, Bernardo casado com uma filha, Domingos casado com cinco filhos, Miguel casado com dois filhos, Miguel carijó casado com Francisca preta, Bartolomeu casado, Inocência casado, Diogo casado, estes casados tem todos suas mulheres que seus nomes seus maridos chamaram por elas o serviço da casa são Luiza Maria, Euzébia, Merensia, Bastiana com dois filhos.²⁰⁴ (grifo meu)

Mais adiante, Antonio da Fonseca declara:

²⁰⁴ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC09.1. Conta do testamento com que faleceu Antonio da Fonseca que se toma a seu filho João da Fonseca. Rio de São Francisco, 1720.

Tornando ao gentio da terra para desencarregar minha consciência peço a minha mulher e a meus filhos o tratem como os eu tratei *entendendo sempre serem forros e livres* e assim lhes encomendo se sirvam deles curando-os e alimentando com a doutrina e o mais necessário a sua capacidade *não os vendendo nem alheando* por nenhum modo. (grifo meu)

Este senhor, em 1673, não se refere aos administrados em nenhum momento como cativos, e afirma deixá-los para sua mulher e filhos, “entendendo sempre serem forros e livres” e não permitindo que fossem vendidos. Surpreende o tratamento dado aos indígenas principalmente em um período em que o apresamento de índios no sertão e sua escravização estavam em alta, como se pode observar pelos dois inventários do século XVII aqui analisados. Por outro lado, esta poderia ser uma estratégia senhorial para manter os indígenas como seus agregados e dependentes, mesmo que fossem considerados livres. A suposta benevolência e compreensão deste senhor fortaleceriam os laços dele e de sua família com os indígenas que viviam em suas terras, prendendo-os à sua propriedade não a partir de uma coerção física, mas emocional.

Outros dois testamentos analisados, um datado de 1740 e outro de 1759 vão na contramão daquele de 1673, referido acima. Em ambos os casos os falecidos tratam a seus administrados de maneira muito próxima a que os escravos eram tratados, um deles concedendo liberdade e o outro apenas arrolando-os entre os demais bens, inclusive escravos africanos.²⁰⁵ Ademais, os processos que serão abordados na próxima seção, sobre ações de liberdade a favor de indígenas, mostram outros exemplos de venda ilegal e de avaliação de *gentios da terra* em inventários.

Os proprietários paulistas do século XVIII, portanto, tinham por hábito fazer uso do trabalho compulsório dos indígenas por serem a alternativa que possuíam para suprir suas necessidades. Por isso, ao longo de todo o período aqui analisado, os índios aparecem quase sempre em posições sociais de desvantagem e de exploração de seus direitos. Recorrendo mais uma vez a Norbert Elias, ao falar sobre os estabelecidos e os outsiders, esse autor afirma que

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso

²⁰⁵ DEAP BR PR APPR PB 045 PC1818.57. Autos cíveis de conta de testamento que dá Domingos Ferreira de Almeida como testamenteiro de Antonio Cardoso de Mendonça. Cananéia, 1773. DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1846.58. Autos cíveis de conta de testamento que dá Antonio Ribeiro do Valle por seu procurador como testamenteiro de João Ribeiro do Valle. Curitiba, 1773. Para ambos os documentos, o testamento anexado é de data anterior a abertura do processo: 1759 e 1740, respectivamente.

costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isto, enfraquecê-lo e desarmá-lo.
²⁰⁶

Os indígenas, e também os negros escravos africanos e crioulos, sem dúvida tinham o rótulo de “valor humano inferior”, ainda que de maneiras distintas. No caso dos indígenas, precisariam de tutores para lhes ensinar a verdadeira fé e os bons costumes, ou seja, precisavam ser administrados. No entanto, vimos até agora que a linha que dividia ser administrado de ser escravo era muito tênue, sempre pendendo para um tratamento baseado na violência e na violação dos direitos à liberdade que teoricamente possuíam.

Contudo, a partir do segundo quartel do século XVIII, começam a surgir na documentação alguns processos que mostram também a atuação dos indígenas para fugir do estigma a que estavam submetidos, qual seja, o de subordinação. Ser indígena, portanto, demandava uma constante luta para não ser expropriado de seus direitos, coisa que muitos fizeram através da justiça, como veremos no próximo capítulo.

²⁰⁶ ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 24.

2. POR SUA NATUREZA SÃO LIVRES: AÇÕES DE LIBERDADE.

2.1. Breves considerações sobre a justiça e a liberdade dos índios.

O uso compulsório da mão de obra indígena era, como foi demonstrado no capítulo anterior, uso e costume da terra na Capitania de São Paulo da primeira metade do século XVIII. Os índios estavam constantemente sendo submetidos a situações em que ficavam à mercê dos interesses dos senhores a quem estavam sujeitos, que mesmo alegando estarem fazendo o papel de administradores dos índios, muitas vezes os tratavam como propriedade, ainda que de maneira distinta daquela que tratavam os escravos africanos e afrodescendentes. Por outro lado, os indígenas não estavam totalmente dispostos a aceitar pacificamente a situação. Conforme avançava o século XVIII, é possível notar o aumento gradual da busca pela justiça por parte dos administrados que não consideravam justa a maneira como estavam sendo tratados por seus administradores.

O fato de irem à justiça reclamar por sua liberdade mostra que não se pode equivaler a administração à escravidão sofrida pelos africanos e afrodescendentes. O índio era juridicamente livre, enquanto o africano e seus descendentes eram juridicamente escravos. Para estes últimos não havia a possibilidade, ao menos nesse período, de recorrer à justiça com a simples alegação de que seriam livres. Para conseguir a liberdade, africanos e crioulos precisariam ser agraciados pelos seus senhores, que os poderiam libertar pelos bons serviços prestados ou então conseguir acumular algum dinheiro para comprar suas cartas de alforria. Excetuando estas situações, todos eram escravos, até que se provasse o contrário. Já com os índios acontecia o oposto. Eram livres, até que se provasse o contrário.

É preciso destacar aqui que quando se fala em índios, não se está supondo que fossem todos iguais. Certamente existiam diferenças de comportamento, inclusive de uma geração para outra. Aqueles indígenas filhos e netos de gentios da terra apresados no sertão já nasceram em meio à sociedade luso-brasileira. Muitos deles eram bastardos, filhos de mãe indígena e pai branco, o que lhes conferia outro *status* dentro dessa sociedade. Fica evidente, portanto, o processo de mudança de *status* sofrido pela população indígena nesta configuração social. Neste sentido estão os casos que serão abordados neste capítulo, nos quais pessoas de origem indígena que mantinham um *status* diferenciado de seus antepassados apresados no sertão, foram à justiça requerer suas liberdades.

Os casos demonstrados a seguir estão intimamente relacionados com as situações expostas na seção anterior, pois quando iam à justiça reclamar por sua liberdade, os indígenas denunciavam vendas e legação a herdeiros, mostrando que sabiam da ilegalidade de tais transações comerciais. No total, são apenas quatro processos encontrados que tratam da liberdade de indígenas. Três deles tramitaram ainda na primeira metade do século XVIII, mais especificamente nos anos de 1729, 1733 e 1736. O quarto processo é datado de 1771, mas, por tratar-se de um traslado, ou seja, de uma cópia de outro documento, constam também reproduções de processos anteriores, datados desde 1751. A análise dos processos foi separada em três seções, sendo a primeira delas dedicada aos bastardos que buscaram liberdade, a segunda a uma mulher indígena que teve um filho com seu administrador e a terceira a uma família que buscava provar sua liberdade a partir de sua ascendência indígena.

O trabalho compulsório de indígenas, portanto, era ainda realidade na Capitania de São Paulo mesmo na segunda metade do século XVIII. As ilegalidades cometidas contra os índios ficam evidentes também quando se encontram processos judiciais em que os indígenas vão até a justiça reclamar por sua liberdade, já que, se fossem de fato livres, não precisariam recorrer aos magistrados para garantir esse direito. No processo de 1771 em que Aleixo dos Reis Pinto solicitou sua liberdade há um trecho bastante significativo, escrito pelo desembargador procurador da Coroa do Rio de Janeiro. Infelizmente consta apenas o sobrenome do magistrado, Pacheco, que em resposta à petição de Faustina sobre sua liberdade e dos filhos, entre eles Aleixo, assim se expressou:

Se as ordens reais que se tem expedido a favor da liberdade dos miseráveis índios se observassem como devem guardar-se e executar-se não se ouviriam os clamores da suplicante nesta mesa nem se conservariam tantos em cativeiros injustos sendo por natureza livres.²⁰⁷

As próprias autoridades admitiam a existência de indígenas submetidos a *cativeiros injustos* e observavam o não cumprimento das ordens reais, fazendo com que os índios tivessem que recorrer à justiça para garantir seu direito à liberdade. John Monteiro afirma que com a regularização da relação senhor-administrado através da Carta Régia de 1696²⁰⁸, os índios começaram a tomar consciência das vantagens do acesso à justiça colonial, sobretudo no que diz respeito à obtenção da liberdade. Segundo Monteiro:

²⁰⁷ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52. Traslado do segundo apenso da causa que correu entre partes Aleixo dos Reis Pinto e o Doutor Matheus da Costa Rosa. Paranaguá, 1771. p. 14.

²⁰⁸ “Alvará sobre a Liberdade dos Índios, 1696”. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo...*

Isso foi possível, em larga medida, devido às reformas administrativas, que foram implantadas a partir da década de 1690 que, embora tenham alcançado êxito apenas parcial, visavam subordinar a região à autoridade da Coroa, processo entrelaçado com a descoberta de ouro nas Gerais.²⁰⁹

De fato, a proximidade das instâncias judiciárias superiores parece ter feito diferença no acesso à justiça por parte dos indígenas. Todos os processos da amostra envolvendo a liberdade de gentios da terra foram iniciados após a visita do Ouvidor Pardinho, em 1721, que, como foi visto, fez correição em vários processos e deixou orientações sobre como deveriam proceder juízes e vereadores, além de salientar a proibição da escravização de indígenas, sua venda e avaliação em inventários. Ademais, os quatro processos em que os indígenas são os autores das causas foram abertos também após a criação da Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, que começou a funcionar no ano de 1723. Se a instalação da justiça local, ainda no século XVII, com as Câmaras Municipais, favorecia os homens bons, pois teriam a possibilidade de serem julgados por seus pares²¹⁰, a instalação da Ouvidoria representou para os indígenas e também para outras minorias, como os escravos africanos e crioulos, a possibilidade de ter um julgamento dado por alguém que não estivesse diretamente relacionado com seus senhores. Por mais que seja sabido que os ouvidores de Paranaguá acabassem se envolvendo em negócios locais e mantendo laços de parentesco, havia um maior distanciamento da população e, além disso, a ouvidoria era uma instância superior aos juízos ordinários e, por isso mesmo, mais próxima ao rei e à legislação da Coroa.

Talvez não por acaso, os quatro processos aqui analisados tramitaram pela Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá, mesmo que apenas na sentença final, sempre expedida pelo ouvidor. Aliado a isso está uma declaração do já citado desembargador que emitiu seu parecer sobre o caso de Aleixo dos Reis Pinto e de sua mãe, que requeriam a liberdade. O magistrado afirmou que “o conhecimento em matéria tal [liberdade dos índios] é sumário e devem os ouvidores que são juízes privativos das causas destas liberdades ouvir sumariamente as partes”.²¹¹ Logo em seguida o desembargador refere-se ao que chama de “Relação” de 5 de novembro de 1700 que determinava que para todas as causas dos índios os ouvidores seriam seus juízes privativos.

O referido documento de 1700 trata-se de uma ordem régia que, em vista das dificuldades dos índios para encaminharem suas demandas à justiça, nomeava os ouvidores gerais das Capitanias de Pernambuco e do Rio de Janeiro como “juízes privativos de todas as

²⁰⁹ MONTEIRO, John. *Negros da terra...* p. 215.

²¹⁰ BORGES, Joacir Navarro. *Das justiças e dos litígios...* p. 73.

²¹¹ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52..., p. 14.

causas dos índios e tapuias”.²¹² Mais tarde, em 1730, a Junta das Missões de Pernambuco²¹³, determinou que os ouvidores de cada uma das Capitanias subordinadas a Pernambuco ficassem responsáveis pelas causas dos índios, devido às dificuldades que estavam encontrando para cumprir as ordens régias.²¹⁴ Ou seja, os ouvidores das Capitanias seriam “juizes privativos” das causas de liberdade dos índios e, por esse motivo, o desembargador consultado no caso de Aleixo ordenou que o processo fosse analisado pelo ouvidor da Capitania de São Paulo.

Esta Ordem Régia de 1700 demonstra o quão comum eram as questões envolvendo a liberdade dos indígenas no Brasil. A nomeação de um juiz privativo para cuidar das causas dos índios mostra que de fato a demanda por justiça era significativa. A própria resolução da Junta das Missões de Pernambuco em estender o poder de juiz privativo a todos os ouvidores das Capitanias subordinadas, por não conseguirem cumprir as ordens régias, assim o demonstra. Ademais, é interessante notar que não era apenas na Capitania de São Paulo que os indígenas estavam lutando por suas liberdades em pleno século XVIII, quando a mão de obra africana já havia superado a indígena em Capitanias como a Bahia, por exemplo. Em Capitanias como Pernambuco e também na região Amazônica, havia índios buscando suas alforrias na justiça.

Marcia Eliane Souza e Melo também encontrou ações de liberdade de indígenas no Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVIII. Segundo esta autora, os índios teriam duas maneiras de recorrer à justiça. Uma delas seria dirigir uma petição diretamente à Junta das Missões, que poderia ser feita pelo próprio indígena ou através da figura do Procurador dos Índios. A outra maneira seria através do Juízo das Liberdades, no qual era aberto um processo e encaminhado ao ouvidor da Capitania para proferir sentença sumária.²¹⁵ Nos casos aqui analisados para a Capitania de São Paulo, não foram encontradas referências à Junta das Missões e nem ao Juízo das Liberdades. Ao que parece, as ações de liberdade dos indígenas corriam como um processo comum, mas que sempre acabava chegando à instância superior

²¹² AHU, Pernambuco, cx. 40, doc. 3667. Carta do governador de 30/08/1730 e cópia da carta régia de 05/11/1700.

²¹³ Sobre a Junta das Missões, Marcia Eliane Souza e Mello, estudiosa da Amazônia Colonial, afirma que por volta de 1655 foi criada em Lisboa a Junta Geral das Missões, com o intuito de fortalecer as ações missionárias da Coroa em suas possessões. Após um período suspensa, a Junta voltou a funcionar no ano de 1672 e, em 1678, o rei Dom Pedro II mandou que fosse criada uma Juntas das Missões, subordinada à Junta Geral, em Goa na Índia e enviou decreto ao Conselho Ultramarino determinando que fossem criadas outras Juntas, em Cabo Verde, Angola, Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão. Em São Paulo foi instalada uma Junta das Missões no ano de 1746. Conforme MELLO, Marcia Eliane de Souza e. As apelações de liberdade dos índios na América portuguesa. (1735-1757). *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História* – ANPUH, Londrina, 2005. pp. 4-5.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ MELLO, Marcia Eliane de Souza e. As apelações de liberdade dos índios na América portuguesa... p. 6.

da Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, como será demonstrado a seguir a partir dos quatro casos encontrados na amostra de documentos.

2.2. Índios, brancos e bastardos: os mestiços e a busca por liberdade.

No ano de 1729, Francisca Leme apresentou uma petição ao juiz ordinário da vila de Curitiba. Ela se dizia filha de Francisco Leme, este já falecido. A viúva de Francisco, Maria Antunez, ameaçou vender Francisca, ao que ela foi até a justiça para provar que era realmente filha de Francisco Leme, seu administrador, e que, portanto, não poderia ser vendida.²¹⁶

Do mesmo modo, no ano de 1733, José, gentio da terra, foi à justiça requerer sua liberdade. Ele era administrado de Anna Gonçalves e dizia ser filho de Simão Cardoso de Leão, já falecido, por quem era reconhecido como filho, assim como por seus meio irmãos, entre os quais o que lhe serviu de procurador, chamado Joaquim Cardoso de Leão. De acordo com José, Anna Gonçalves não queria lhe ceder a liberdade voluntariamente; antes, pedia-lhe a quantia de 250 mil réis. A administradora, portanto, ignorou as leis da Coroa portuguesa, das quais certamente tinha conhecimento. José, o índio administrado, através de seu procurador, demonstrou que também conhecia a legislação, uma vez que na petição apresentada ao juiz ordinário afirmou que era “forro e liberto tanto pelas leis eclesiásticas como pelas seculares”. Mesmo sendo amplamente conhecido que as leis da Coroa não permitiam a compra e a venda de indígenas, por não serem eles escravos, Anna Gonçalves – assim como outros administradores – ignorou essa proibição e estava cobrando um valor pela liberdade de seu administrado.²¹⁷

Tanto Francisca quanto José, portanto, eram bastardos e também ambos foram ameaçados de ser vendidos por seus administradores. No caso de Francisca, quem a queria vender era a mulher de seu pai, Maria Antunez, a um tal João Alves. Em sua petição, Francisca diz:

Diz Francisca Leme, filha natural do defunto Francisco Leme que ela suplicante quer mostrar por certidão de batistério em como é filha do dito defunto, e provar com testemunhas o ser assim; e como à notícia da suplicante há vindo que a mulher do defunto seu pai Maria Antunez a queria vender o que não podia fazer contra o direito; e assim

²¹⁶ DEAP BR PRAPPR PB045 PC60.2. Petição em que é suplicante Francisca Leme e suplicada Maria Antunez. Curitiba, 1729.

²¹⁷ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC94.3. Petição em que é suplicante Anna Gonçalves e suplicado José, seu administrado. Curitiba, 1733.

mais ainda que a suplicante não fosse filha a não podia vender, nem dar em dote, conforme a Lei de Sua Majestade por esta ser de cabelo corredio; só sim a poderia chamar a sua administração quando a suplicante não mostrasse nem provasse [o acima narrado] e meios [?] requer a suplicante se mande passar mandado para ser citada Maria Antunez para ver jurar testemunhas [...].²¹⁸

Francisca, através de seu procurador, ressalta em sua petição o fato de ser filha de Francisco Leme e também de “ser do cabelo corredio”, o que não permitiria que ela fosse vendida. Interessante ressaltar que Francisco Leme, o suposto pai de Francisca, é um dos filhos bastardos de João Leme da Silva, cujo inventário foi analisado no capítulo anterior. O testemunho de seu irmão, José Leme, outro filho bastardo, assim o comprova:

José Leme, morador desta vila, homem casado, que vive de suas lavouras, de idade que disse ser de 35 anos pouco mais ou menos [...] disse ele testemunha que sabe que o defunto Francisco Leme teve a justificante, enquanto ele viveu, sempre por sua filha e que ele era *homem branco filho do defunto João Leme da Silva, porém natural, e de uma negra carijó* da administração do dito.²¹⁹ (grifo meu)

Francisca, portanto, era filha de um homem bastardo livre com uma mulher indígena administrada. Francisco Leme, por sua vez, estava reproduzindo as mesmas atitudes de seu pai, que teve vários filhos com suas administradas. Outra testemunha, Miguel de Goiz, afirma que “a justificante era filha do defunto Francisco Leme e que o dito seu pai era filho da vila de Itu e era bastardo, filho natural do defunto João Leme”²²⁰. Em uma primeira sentença proferida pelo juiz ordinário também consta a informação de que o pai de Francisca era um bastardo: “se mostra o ser Francisco Leme homem branco, mas filho de uma negra e de João Leme já defunto”. A miscigenação, portanto, já vinha de outra geração. No depoimento das testemunhas, algumas alegaram inclusive que Francisco, mesmo sendo casado com Maria Antunez, teve vários filhos com uma negra de sua administração, a referida Anna Bárbara, entre eles a justificante Francisca.²²¹

No ano de 1729, quando o processo foi instaurado, Francisca era uma jovem de 17 anos, uma vez que foi batizada no ano de 1712. No registro de batismo apresentado pela administrada, consta o seguinte:

Certifico eu, o padre Antonio de Sampaio Maciel, vigário desta vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, freguesia da vila de Curitiba, que pelo despacho retro do

²¹⁸ DEAP BR PRAPPR PB045 PC60.2..., p. 2.

²¹⁹ Ibidem, p. 9.

²²⁰ Ibidem, p. 8.

²²¹ Ibidem, pp. 9 e 12.

Reverendíssimo Sr. Vigário da Vara desta Comarca reviu os assentos dos batizados e num livro deles [folha] 127 achei um do teor seguinte: Aos seis de novembro de 1712 batizei e pus os santos óleos a Francisca, filha de Anna Bárbara, serva de Francisco Leme, deram por seu pai ao mesmo Francisco Leme, foram padrinhos Luis Lopes [Lameda] e Domingaz Bicuda. Sebastião Alvarez [?]. E não se continha mais no dito assento de que passei a presente certidão [in verbo parochi] aos 7 dias do mês de fevereiro de 1729. Padre Antonio de Sampaio Maciel [assina].²²²

No próprio registro de batismo de Francisca, trasladado do livro de batizados pelo padre Antonio de Sampaio Maciel e realizado pelo padre Sebastião Alvarez, ela aparece como filha de Anna Bárbara, “serva de Francisco Leme”, e como pai o mesmo Francisco. Era mais uma criança nascida de mãe solteira e administrada, ou seja, indígena. Na já referida pesquisa de Sergio Odilon Nadalin sobre os livros de batismo da vila de Curitiba referentes aos séculos XVIII e XIX, este autor constatou que entre os anos de 1680 e 1780 mais de 80% das crianças ilegítimas nascidas em Curitiba eram filhas de mães solteiras cativas, fossem administradas ou africanas. Até a década de 1740, a porcentagem de crianças ilegítimas nascidas de mães indígenas superava as nascidas de mães africanas.²²³ Francisca nasceu em 1712, ano abrangido pelo período indicado por Nadalin como sendo o de maior número de nascimentos de crianças ilegítimas de mães administradas. Especificamente para a década de 1710, o autor informa que 74% dos ilegítimos eram filhos de administradas. A partir do registro de batismo de Francisca não é possível saber se ela era natural ou ilegítima, mas, como será visto adiante, a esposa de Francisco faz uma afirmação que corrobora a hipótese de que ela era mesmo filha ilegítima.

Teoricamente, Francisca estava bem amparada para conseguir sua liberdade. Apresentou seu registro de batismo e uma série de testemunhas que comprovaram ser ela filha de quem dizia ser. Inclusive, entre as testemunhas, o já referido irmão de Francisco Leme, José Leme, que afirmou no depoimento que era tio da justificante e que seu irmão sempre a tratou como filha. Também entre as testemunhas estava Domingues Rodrigues Bicudo que, além de confirmar a paternidade de Francisca, afirmou que sua mulher era prima irmã da justificante.

Por outro lado, Maria Antunez, a viúva de Francisco Leme, argumentou que quando a mãe de Francisca “emprenhou”, seu marido estava na cidade de São Paulo e que, portanto, não poderia ser o pai. Esta afirmação mostra que quando Francisca nasceu, Francisco Leme já era casado com Maria Antunez e que se Francisca fosse realmente sua filha, era ilegítima.

²²² DEAP BR PRAPPR PB045 PC60.2..., p.5.

²²³ NADALIN, Sergio O. Op. Cit. p. 265-282.

Para refutar o registro de batismo atestado pelo padre, afirmou que era comum aos administradores batizarem os filhos de suas índias, “isto pelo muito amor que lhe tem, o manda por ao batistério por filho, sendo outrem seu pai”. Além disso, Maria Antunez apresentou testemunhas para comprovar que seu marido estava em São Paulo quando a índia Anna Bárbara engravidou. As três testemunhas confirmaram o que foi dito pela viúva e alegaram também que Francisca sempre foi tratada como serva, pois, nas palavras de Salvador de Mello, ela “sempre andara como escrava, vestida de tipoia, carregando água e lenha”. A tipoia era uma espécie de vestido em forma de camisola que, de acordo com o depoimento da testemunha, caracterizava a condição semelhante à escrava dos gentios da terra.²²⁴ Outro dado importante do depoimento desta testemunha é o uso da palavra “escrava” para designar Francisca, reconhecidamente de origem indígena. Pouco antes em seu depoimento, Salvador de Mello referiu-se à Francisca como administrada: “disse ele testemunha que sabe que a autora embargada é da administração da embargante por ser filha de uma negra no que não há dúvida alguma”.²²⁵ Mas, pouco depois, o escrivão registrou a palavra “escrava”. Isso demonstra a linha tênue que separava os índios e os africanos e afrodescendentes. Também o uso da palavra “negra” para se referir à mãe de Francisca, sabidamente uma mulher de origem indígena, demonstra o quão próximos estavam os índios dos escravos de origem africana nessa sociedade.

Mesmo apresentando seu registro de batismo e testemunhas para comprovar o que alegava, Francisca obteve sentença desfavorável no juízo ordinário de Curitiba. Em sua primeira sentença proferida em 28 de fevereiro de 1729, Miguel Rodrigues Ribas deu por justificadas as alegações da administrada, indicando que ela e seu procurador recorressem à Ouvidoria Gezal para conseguir a sentença definitiva. Depois desse resultado, no entanto, Maria Antunes apresentou embargos e testemunhas para contradizer o alegado por Francisca. Em 26 de agosto de 1729, Miguel Rodrigues Ribas proferia sua segunda sentença, que agora favorecia a ré embargante. Ele ordenou que Francisca voltasse para a casa e para a administração de Maria Antunez, que por sua vez tinha a obrigação de administrá-la “como Deus Nosso Senhor manda”, sem maus tratos e sem dispô-la, sob qualquer pretexto.²²⁶ Nota-se aqui a preocupação da autoridade judicial em deixar claro que Francisca deveria ser administrada, sem maus tratos e sem poder ser vendida ou transferida para terceiros, evidenciando a distância que havia entre o discurso das autoridades coloniais e as testemunhas

²²⁴ DEAP BR PRAPPR PB045 PC60.2..., pp. 26 e 30.

²²⁵ Ibidem. p. 30.

²²⁶ Ibidem, pp. 13 e 47.

dos processos, estes muitas vezes simples colonos pouco habituados com as leis da Coroa, mas sim com a prática local, que ainda era a de ver os índios como escravos. No entanto, está evidente que administração e escravidão não eram a mesma instituição. Se na prática, como administrada Francisca fazia os mesmos trabalhos e recebia o mesmo tratamento que os cativos de origem africana, juridicamente eles não tinham o mesmo *status*.

O juízo ordinário, no entanto, não era a última instância da justiça no período colonial. A recém instalada Comarca de Paranaguá (1723) trouxe com ela também a Ouvidoria, instância superior ao juízo ordinário, presidida por um ouvidor geral. Antes da instalação da Comarca, os moradores de Curitiba, Paranaguá e outras vilas próximas, se quisessem recorrer a uma instância superior da justiça, teriam que ir até São Paulo, onde funcionava uma Ouvidoria desde 1699.²²⁷ Isso certamente diminuía as chances de uma apelação, dada a distância entre as vilas ao sul da Capitania e a vila de São Paulo. Com a proximidade da Ouvidoria de Paranaguá, era mais fácil apelar de uma sentença desfavorável alcançada no juízo ordinário.

E foi o que Francisca e seu procurador fizeram; apelaram da sentença para a Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá. Em dezembro de 1729 o ouvidor geral João da Veiga Siqueira ordenou que Francisca Leme provasse que na época em que foi concebida, seu suposto pai, Francisco Leme, estava na vila de Curitiba e não na de São Paulo, como alegou a ré Maria Antunez. A administrada e seu procurador, mais uma vez, apresentaram testemunhas e, finalmente, em 20 de dezembro de 1730, o ouvidor Diogo da Paz [Caria] determinou que fosse passada a carta de liberdade à Francisca:

Vistos estes autos de apelação que [lhe ficaram] e sentença de meu antecessor interlocutória a folhas 37 e justificação junta aos autos pela qual se vê jurarem as testemunhas a favor da autora assim a julgo por forra e liberta posto dos princípios e meios por ser filha de Francisco Leme seu administrador segundo por ser oriunda do gentio da terra por parte materna que como tal é de sua natureza segundo os direitos das majestades pelo que a hei por forra e condeno a ré nas custas destes autos. Paranaguá 20 de dezembro de [1730].²²⁸

A contradição em relação à situação dos índios na sociedade colonial fica evidente na sentença do ouvidor. Como alguém considerado livre desde o seu nascimento, como eram os gentios da terra, poderia por sentença ser considerado forro e liberto e ainda receber uma carta de alforria, exatamente como acontecia com os escravos africanos e afrodescendentes? Ser

²²⁷ Conforme PEGORARO, Jonas Wilson. Op. Cit. pp. 41-42.

²²⁸ DEAP BR PRAPPR PB045 PC60.2..., pp. 48, 49 e 54.

índio nessa sociedade da América portuguesa do século XVIII era transitar entre o mundo da escravidão e da liberdade, sempre numa posição inferior a dos colonizadores e submetidos a seus interesses e regras. No entanto, os índios, enquanto sujeitos pertencentes à sociedade colonial, faziam uso dos recursos disponíveis, nesse caso a justiça, para reverter o jogo a seu favor, como fez Francisca Leme.

Figura fundamental nesse processo, e também em todos os outros que envolviam administrados, era a do procurador. Era ele quem iria representar perante a justiça o administrado ou administrada reclamantes. Para todos os casos aqui analisados o procurador era uma pessoa livre, provavelmente branca. Para o caso de Francisca é possível conjecturar sobre sua relação com Guilherme Nogueira Passos, seu procurador. Um registro de batismo datado de 23 de julho de 1730 traz o assento do nascimento de Agostinho, filho do capitão Guilherme Nogueira, solteiro, e de Francisca, forra bastarda.²²⁹ É possível então, que o procurador e sua “cliente” mantivessem um relacionamento que ia além dos interesses na justiça. Apesar de existir a chance de serem pessoas diferentes das que aparecem no documento aqui investigado, é bastante possível que realmente Francisca e Guilherme tenham tido um filho juntos, ainda durante o andamento do processo.

Conjeturas à parte, o procurador de Francisca desempenhou papel importante, demonstrando que tinha conhecimentos sobre a legislação que poderiam favorecer os interesses de sua “cliente”. Nas razões apresentadas por ele após o embargo da primeira sentença, ele desconstrói uma a uma as alegações de Maria Antunez, desde os artigos do embargo até o depoimento das testemunhas. Estas últimas, segundo ele, eram parentes da ré e nada informaram sobre isso ao juiz ordinário. Em outro trecho de suas alegações, o procurador desqualifica a administradora de Francisca:

Tanto assim é a embargante de má consciência, que confessando nos seus próprios embargos, no segundo artigo, que o defunto seu marido Francisco Leme tinha muito amor aos seus crioulos, mas sendo assim não tinha a dita embargada muito amor ao dito seu marido, pois, por seu falecimento, quis vender a dita embargada como se colhe da inquirição de suas testemunhas.²³⁰

Guilherme Nogueira Passos cita ainda as Ordenações Filipinas e reforça a legislação que considera livres os gentios da terra. Finaliza suas alegações afirmando que

se deve julgar a embargada Francisca Leme, bastarda, por filha de Francisco Leme,

²²⁹ NADALIN, S. O. Op. Cit. p. 271 (nota 18).

²³⁰ DEAP BR PRAPPR PB045 PC60.2..., p. 42.

marido que foi da embargante e próprio administrador da negra Anna, mãe da embargada; e assim espera da justa justiça do senhor juiz, mandando que a ré embargante não perturbe a embargada.²³¹

A estratégia do procurador de Francisca Leme funcionou, mesmo que tenham se passado quase três anos entre a data em que entrou com o processo e a data da sentença expedida pelo ouvidor geral da Comarca de Paranaguá.

Para além da dificuldade de Francisca conseguir sua liberdade, o processo evidencia uma série de relações estabelecidas pela índia que, mesmo que lentamente, a ajudaram a alcançar seu objetivo. A pluralidade do estatuto do indígena nessa sociedade é clara. Por um lado, eram aceitos e incorporados por uma parte da família, em geral irmãos e tios, que serviam, inclusive, de procuradores. Por outro lado, eram rejeitados e tratados como propriedade pelas partes que se achavam prejudicadas com a perda de um administrado, nesse caso, a mulher do marido infiel, herdeira dos bens do falecido. A escravização de indígenas ainda fazia parte da concepção de mundo daquelas pessoas, que provavelmente cresceram vendo índios serem tratados como escravos. Por outro lado, a pressão por parte dos indígenas era cada vez maior, pois sabiam que as leis da Coroa portuguesa garantiam o direito à liberdade para os gentios da terra.

Para o caso de José, administrado que recorreu à justiça para alcançar sua liberdade e que se dizia filho de Simão Cardoso de Leão, homem branco, e de uma mulher do gentio da terra, foram encontrados dois processos, ambos de 1733. Na petição do primeiro processo, José, através de seu procurador, afirmou que

[...] tem intentado a dita sua liberdade pedida pelo dito seu pai em sua vida e agora por seus irmãos e a não pode conseguir voluntariamente da dita sua administradora sem atender aos muitos serviços que lhe tem feito pelo decurso de trinta e tantos anos servindo-a e obedecendo-lhe como negro cativo e sem embargo de tudo lhe pede por via de seu irmão Joaquim Cardoso duzentos e cinquenta mil réis [...]²³²

Como já informado, a administradora Anna Gonçalves exigia a quantia de 250 mil réis para conceder a liberdade a José. Ele e seu procurador sabiam da incoerência de tal pedido, pois nessa mesma petição citam as leis “eclesiásticas e seculares” que consideravam os gentios da terra livres. Outro dado interessante nesse documento é a comparação feita entre o trabalho prestado por José com o de um “negro cativo”, mostrando, mais uma vez, a

²³¹ Ibidem, pp. 43 e 44.

²³² DEAP BR PRAPPR PB045 PC94.3. Petição em que é suplicante Anna Gonçalves e suplicado José, seu administrado. Curitiba, 1733. p. 3.

complexidade do sistema da administração. A oposição entre gentio da terra e “negro cativo” foi notada por José e seu procurador, que fizeram uso dela em defesa de seus interesses.

Também nesse primeiro processo, consta um depoimento importante, o da mãe de José, chamada Maria. Em seu depoimento, ela afirma não ter certeza se ele era mesmo filho de Simão, disse “[...] que o justificante era seu filho, mas que realmente não sabia filho de quem era, se era de branco ou de negro, porque era [naquele] tempo solteira e negra do mundo que com vários homens falava [...]”. As outras testemunhas, ao contrário, afirmaram que José era sim filho de Simão e que sabiam isso por ouvir dizer do próprio, que inclusive queria tirar o filho do poder da administradora Anna Gonçalves. Vale lembrar que Maria era administrada da parte interessada, e que pode ter sofrido pressão psicológica e até física para dar a resposta que deu em seu depoimento, a fim de corroborar o discurso de sua administradora.²³³

Sendo também Maria administrada de Anna, não se trata aqui, portanto, de um caso de envolvimento entre administrador e administrada, como era entre Anna Bárbara e Francisco Leme, mas sim um homem branco que se envolveu com uma índia administrada por um terceiro. Se José nasceu do ventre de Maria, que era administrada de Anna Gonçalves, esta se via no direito de usufruir deste filho, uma vez que a condição jurídica era definida pela ascendência materna. José seria, portanto, um administrado ou, na prática, um trabalhador que tinha um valor material para seu dono.

No primeiro processo, o juiz ordinário de Curitiba considerou nula a petição do administrado por não ter apresentado uma procuração dando plenos poderes a seu meio irmão, o procurador, e encerrou o caso. No segundo, José voltou a juízo para de novo tentar sua liberdade, apresentando novamente testemunhas, assim como fez a ré, Anna Gonçalves. A índia Maria, mãe de José, figura nesse processo como testemunha de sua administradora, depondo contra seu filho. Novamente ela afirma que não sabia quem era o pai, pois naquele tempo era moça que falava com muitos homens. Diante dos depoimentos apresentados por ambas as partes, o juiz ordinário de Curitiba sentenciou a favor de Anna Gonçalves, alegando que a ré apresentou um maior número de testemunhas que afirmaram não ser José filho de Simão Cardoso de Leão e, portanto, não teria motivos para deixar de ser administrado pela ré, que lhe dava sustento, vestuário e doutrinação. O administrado e seu procurador, diante dessa decisão, apelaram da sentença para a Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá, do que não existe conclusão nos processos aqui analisados.²³⁴

²³³ DEAP BR PRAPPR PB045 PC94.3..., pp. 30 e 31.

²³⁴ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC95.3. Apresentação de um libelo cível ao juiz ordinário em que é autor José, administrado, e ré Anna Gonçalves. Curitiba, 1733.

Porém, para esse caso em particular, através de um artigo de Joacir Borges, foi possível saber o que aconteceu com José após a apelação. Borges fez uso dos livros de audiências dos juízes ordinários da Câmara Municipal de Curitiba, que trazem também a história de José. Para esse autor, a decisão de apelar da sentença para a Ouvidoria Geral, “indica a percepção de que, na instância judiciária local, a legislação que regulamentava o sistema de administração particular era interpretada pelos interesses da elite local, a tendência do juízo local era dar ganho de causa aos interesses dos administradores locais”.²³⁵ Interessante notar que também no caso de Francisca Leme foi apenas na Ouvidoria Geral que a índia obteve sentença favorável, o que corrobora a afirmação de Borges de que as decisões dos juízes ordinários poderiam estar carregadas de interesses pessoais.

Os juízes ordinários eram leigos, não tinham nenhuma formação jurídica, e eram em sua maioria homens de famílias influentes da própria vila de Curitiba, com muitos laços de amizade e parentesco. Não desconheciam as leis da Coroa portuguesa, mas a “tradição jurídica local” pesava muito em suas decisões.²³⁶ Os ouvidores, por sua vez, eram portugueses formados em Coimbra, enviados ao Brasil pelo rei de Portugal. Teoricamente, estavam mais distantes da população local, sem laços de parentesco ou amizade, principalmente no caso de Curitiba, distante da vila de Paranaguá, sede da Comarca e da Ouvidoria.²³⁷ Isso pode, em parte, explicar o sucesso dos administrados quando seus processos chegavam até essa instância superior da justiça.

Em 12 de abril de 1734, finalmente, José conseguiu sua liberdade ou, ao menos, foi considerado forro pelo ouvidor, que ordenou que ele fosse levado “para uma das aldeias de Sua Majestade”. O administrado conseguiu tal resultado favorável mais de um ano depois da primeira ação que entrou no juízo ordinário em 1733. A sua ida para a aldeia deve ter acontecido entre 1734 e 1736, uma vez que em maio de 1734 ainda estava trabalhando como agregado para uma viúva em Curitiba. Joacir Borges encontrou no livro de audiências do juízo ordinário uma anotação referente ao ano de 1736 confirmando a ida de José para uma aldeia. Fora o próprio Joaquim Cardoso, procurador e meio irmão de José, que o levou para uma das aldeias de Sua Majestade, do que apresentou recibo ao juízo ordinário.²³⁸

A ida de José para uma aldeia, mesmo tendo sido considerado forro, pode não ter lhe

²³⁵ BORGES, Joacir N. As demandas judiciárias envolvendo administrados em Curitiba no século XVIII. *Almanack Braziliense*, nº 06, novembro de 2007. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/6/06_artigo-04.pdf. Acessado em 20/05/2010, pp. 76-77.

²³⁶ BORGES, Joacir N. *Das justiças e dos litígios...*, p. 96.

²³⁷ Mesmo sendo proibido pelas Ordenações Filipinas, muitos ouvidores se casavam no Brasil, alguns com a permissão do rei, outros não. Sobre o assunto ver: PEGORARO, Jonas Wilson. Op. Cit.

²³⁸ BORGES, Joacir N. As demandas judiciárias... pp.76-78.

agradado, afinal, ele já estava inserido em uma configuração social específica e mantinha relações de interdependência com outros indivíduos, permitindo-lhe uma vida social à qual certamente não teria acesso na aldeia para a qual foi enviado. Se antes ele estava sujeito à sua administradora, agora estaria submetido aos padres jesuítas, administradores das aldeias.

2.3. Mãe índia, filho bastardo: o relacionamento com homens livres como justificativa para a liberdade.

Além da venda e da cobrança pela liberdade de gentios da terra, também a legação de índios em inventários era comum na vila de Curitiba na primeira metade do século XVIII, como sugeriram os inventários analisados no capítulo anterior. Por isso mesmo também era comum que índios fossem dados como dote às filhas dos administradores. Um processo datado de 1736, em que a índia Thereza Dias foi à justiça através de um procurador reclamar contra o capitão Antônio da Veiga Bueno, seu administrador, sintetiza bem este aspecto. Ela alegou que teve com ele três filhos e que outros cinco que teve com o seu marido já falecido, haviam sido dados como dote a uma filha do capitão Bueno, chamada Joanna, a quem também ela, Thereza, havia sido dada. Disse ainda que Antonio da Veiga Bueno a queria reduzir novamente à sua administração, o que não poderia fazer por ser ela livre, em razão de ter tido filhos com ele e também por ser “oriunda do gentio da terra que por sua natureza são livres e isentos de toda a obrigação servil”.²³⁹

Um ponto comum entre este processo de Thereza e os outros dois apresentados anteriormente é que o parentesco que possuíam com homens livres, em dois dos casos com seus próprios administradores, serve de justificativa para a liberdade. Francisca Leme dizia que seu administrador era também seu pai, enquanto José era administrado de Anna Gonçalves, e se dizia filho de Simão Cardoso de Leão, com quem sua administradora não mantinha nenhum tipo de relacionamento aparente. Thereza Dias, por sua vez, afirmava ter tido três filhos com o homem que lhe administrava. Em todos os casos, o parentesco foi uma alegação usada pelos indígenas e seus procuradores para justificar o direito à alforria. Para além da legislação, que proibia a escravidão, parece que ter algum tipo de relação familiar com o administrador ou com qualquer outro homem livre era algo que pesava na decisão dos juízes, de acordo com normas não escritas e criadas localmente, isto é, no mundo colonial.

²³⁹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC179.6. Causa cível entre partes. Autora: Thereza Dias, Réu: Antonio da Veiga Bueno. Curitiba, 1736, p. 3.

O processo de Thereza Dias é o mais curto e, conseqüentemente, o que fornece menos informações sobre as relações sociais e familiares estabelecidas por ela. Com apenas sete páginas, consta a petição inicial apresentada pelo procurador de Thereza, João da Silva Guimarães, no qual pede que o suplicado, Antonio da Veiga Bueno, apresente embargos à liberdade requerida pela suplicante. Nessa mesma petição, são apresentadas as alegações para justificar o pedido de liberdade reivindicado por Thereza:

[...] e porque o suplicado, o cap. Antonio da Veiga Bueno, a quer reduzir outra vez a sua administração sem fundamento, nem atender o suplicado que muito quer a suplicante seja sua escrava, o que não é, ficava sendo liberta pela razão de ter havido do suplicado os ditos filhos, que mais, sendo esta oriunda do gentio da terra que por sua natureza são livres e isentos de toda obrigação servil [...]²⁴⁰

A alegação da ilegalidade da escravização de gentios da terra e a comparação com os escravos foram mais uma vez utilizadas quando o procurador afirmou que o suplicado queria que “a suplicante fosse sua escrava”. Além disso, procurador e suplicante, usaram também como estratégia para a obtenção da liberdade o fato de Thereza ter três filhos de seu administrador. Sobre o procurador, além de João da Silva Guimarães, Thereza Dias nomeou Guilherme Nogueira Passos, o mesmo do processo de Francisca Leme. Guilherme não chegou a atuar no processo de Thereza, mas sua nomeação pode indicar que era uma referência para os indígenas que se sentiam injustiçados por seus administradores.

Na sequência do processo, foi nomeado como depositário da administrada Paulo da Rocha, sob os cuidados de quem ela ficaria até que fosse finalizado o processo e decidido o seu destino. Os cinco filhos de Thereza, que haviam sido dados como dote à filha do suplicado Antonio da Veiga Bueno, também estavam em poder de Paulo da Rocha. Em audiência realizada no dia 18 de maio de 1736, Antonio da Veiga Bueno não compareceu, pelo que foram os autos conclusos, com uma sentença bastante curta e pouco esclarecedora:

Sem embargo de lançamento do suplicado administrador da suplicante justifique esta o deduzido em sua petição. Curitiba, 29 de maio de 1736. José Nicolau Lisboa [juiz ordinário, assina]”²⁴¹

Ao que parece, Thereza teria que abrir outro processo para justificar, ou seja, provar o que alegou em sua petição, para que então fosse julgado seu pedido de liberdade. As justificações eram compostas de depoimentos de testemunhas que iriam comprovar o alegado

²⁴⁰ DEAP BR PRAPPR PB045 PC179.6..., p. 3.

²⁴¹ Ibidem, p. 7.

pela autora. Infelizmente, não consta a continuidade do processo, que se encerra com a vaga sentença do juiz ordinário exposta acima.

Apesar de Thereza ter tido três filhos com seu administrador, era, aparentemente, casada com outro índio, uma vez que em sua petição afirmou que cinco filhos que teve com seu falecido marido foram dados como dote a Joanna da Veiga Bueno. Joanna e os cinco administrados que recebeu como dote tinham em comum os três irmãos, filhos de Thereza e de Antonio da Veiga Bueno. Essa trama familiar mostra como era pequena a distância social entre índios e outros grupos na sociedade colonial paulista. Como afirmou Monteiro, “a realidade de uma sociedade fortemente miscigenada, na qual a bastardia sempre ocorreu em grande escala, entrelaçava senhores e índios numa relação social fugidia, sempre encoberta pelas malhas da dominação”.²⁴²

Se nos dois processos anteriores a reclamação dos autores dos processos era a venda ilegal a que seriam submetidos, neste Thereza Dias reclamou de ela e seus filhos serem dados como dote a uma filha do administrador, ato também ilegal no que se referia aos gentios da terra. Na próxima seção será analisado um processo de 1771 em que gentios da terra estavam de fato sendo tratados como escravos, pois seu senhor alegava que eram oriundos de negros africanos e não de indígenas. A disputa era para provar sua ascendência e, por consequência, seu direito à liberdade. Trata-se, pois, de um processo judiciário situado no âmago do processo de transição da mão de obra administrada para a mão de obra escrava africana.

2.4. Ascendência indígena: os antepassados justificam a liberdade.

Para finalizar este capítulo está o processo mais recente e também o mais longo que trata da liberdade de gentios da terra. Trata-se de um traslado feito no ano de 1771 como apenso de outra causa de liberdade entre “Maria e sua filha” contra o testamenteiro de Matheus da Costa Rosa. Sobre este primeiro processo, não há mais nenhuma informação. As 283 páginas trasladadas referem-se à causa de liberdade que moveu Aleixo dos Reis Pinto contra Matheus da Costa Rosa, iniciado no ano de 1753 se estendendo até 1765. É um documento bastante extenso e complexo e as palavras ditas pelo escrivão no início do trabalho de transladação, servem também para a transcrição feita pelo pesquisador moderno: “com muitas folhas comidas do cupim pelo que se não pode ler as escritas, e pelo modo possível

²⁴² MONTEIRO, John. *Negros da terra...*, p. 211.

aqui se traslada”.²⁴³ Apesar das dificuldades de leitura e compreensão, logo no início do processo é possível ler com clareza uma petição da mãe de Aleixo, requerendo sua liberdade e a dos filhos. Nesta petição Faustina de Ramos apresentou um histórico familiar, desde Madalena, sua bisavó, “carijó do gentio da terra de cabelo corredio vinda do sertão de Corytiba”²⁴⁴, conforme as palavras – ainda que traduzidas pelo escrivão – de Faustina, mãe de Aleixo. Desde esse tempo, a família esteve submetida a senhores em Santos e Paranaguá, sendo nesta última vila que ela e seus filhos se achavam em poder de Matheus da Costa Rosa. Em uma petição inicial do processo, destinada ao ouvidor da Comarca de Paranaguá, Aleixo assim se expressou:

Diz Aleixo dos Reis Pinto [por ele] e em nome de sua mãe Faustina de Ramos que eles procedendo do gentio da terra tiveram na vila de Santos justificação em como são legítimos descendentes de nação de carijós cuja justificação se julgou de nenhum efeito por falta de citação no Doutor Matheus da Costa Rosa *em cujo poder se acham violentados em rigorosa escravidão* e recorrendo ao desembargo do Paço da Relação do Rio de Janeiro se resolveu que vossa mercê como privativo e [rei date casa] recorrem os suplicantes [...]. (grifo meu)²⁴⁵

Mais uma vez a referência à escravidão aparece na petição apresentada pelos indígenas, numa clara comparação com a relação violenta e submissa a que estavam submetidos os escravos africanos e afrodescendentes e também ao passado dos próprios índios, que também foram submetidos ao trabalho escravo. Aleixo dos Reis Pinto litigou com o doutor Matheus da Costa Rosa, citado na petição, durante mais de dez anos em busca de sua liberdade. No ano de 1753 Aleixo dos Reis Pinto e sua mãe obtiveram resposta da Mesa do Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro, de uma carta que Faustina, a mãe, havia remetido à citada instituição. A resposta, dada pelos desembargadores, já mencionada anteriormente na seção que abriu este capítulo, ordenou que a causa de liberdade fosse novamente julgada e sentenciada pelo ouvidor da Capitania de São Paulo. Os autos, no entanto, retornaram a Paranaguá, para serem julgados pelo ouvidor da Comarca.

A carta remetida em nome de Faustina de Ramos, endereçada diretamente ao rei, começa lamentando “a pouca fortuna” com que ela e sua família vinham sendo tratados. A origem da família seria Madalena, administrada de Antonio de Oliveira e sua mulher, Beatriz Correa, moradores da vila de Santos. A índia teve uma filha, chamada Isabel, que por sua vez, entre vários outros filhos, teve uma por nome Francisca. Quando os administradores casaram

²⁴³ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52... p. 1.

²⁴⁴ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52..., p. 11.

²⁴⁵ Ibidem, p. 9.

uma filha, chamada Margarida, com Matheus da Costa Rosa, concederam que a administrada Francisca seguisse com o casal durante um ano para a vila de Paranaguá, aonde iriam passar a viver, para que ajudasse a criar uma filha recém-nascida. No entanto, o prazo de um ano que Francisca ficaria em Paranaguá se estendeu por muito mais tempo, uma vez que a administrada teve filhos nesta vila, entre eles Faustina, mãe de Aleixo e também de João, Maria e Euzébia.

Faustina informa ainda em sua carta que foi remetida a cidade do Rio de Janeiro por Matheus da Costa Rosa, onde ficou presa em poder de Antonio da Silva Borges, que a tratava como escrava. Faustina então fugiu para a vila de Santos e lá foi encontrada por um procurador de Antonio da Silva Borges, que a queria novamente prender. Diante de tal situação, ela fez requerimento ao juiz de fora, que atendeu ao seu pedido e mandou que fosse depositada em casa de Manoel Pinto Guimarães. Faustina justificou sua liberdade na justiça, mas não foi bem sucedida em seu intento. O juiz considerou nula a justificação por não existir procuração da justificante, concedendo o prazo de um ano para que justificasse novamente, citando as partes interessadas. No entanto, o prazo acabou e Faustina não conseguiu fazer citar a Matheus da Costa Rosa, legítima parte, que segundo ela era pessoa poderosa na vila de Paranaguá. Diante de tal fracasso, Faustina recorreu ao rei, que mandou dar vista ao desembargador procurador da Coroa da Mesa do Desembargo do Paço. A resposta já é conhecida e foi expedida em maio de 1753. Matheus da Costa Rosa era de fato homem poderoso em Paranaguá. Segundo Ermelino de Leão, ele foi “o primeiro ou segundo doutor paranaense” formado em Coimbra. Possuía uma sesmaria na margem do rio Nhundiaquara e várias lavras de ouro.²⁴⁶ A influência de Matheus da Costa Rosa certamente interferiu no desfecho da história de Aleixo e sua mãe, como será demonstrado mais à frente.

Somente mais de dois anos após a resposta do Desembargo do Paço, no ano de 1755, Aleixo dos Reis Pinto solicitou ao ouvidor da Comarca de Paranaguá que fosse citado Matheus da Costa Rosa para falar à causa e ver jurar testemunhas. Em 23 de setembro o ouvidor da Comarca de Paranaguá, Jerônimo Ribeiro de Magalhães, citou ao réu, Matheus da Costa Rosa, que apresentou contestação da petição do autor. O réu, da mesma maneira que Faustina, fez a genealogia da família de Aleixo, mas, bastante diferente da versão apresentada pelo autor. Segundo ele, Faustina e seus filhos “se devem declarar [...] escravos do dito réu e oriundos do gentio de Angola”. Mais adiante, Matheus da Costa Rosa afirma

²⁴⁶ LEÃO, Ermelino de. *Dicionário...* vol. III, pp. 1267-1268.

que os autores Aleixo e sua mãe Faustina e todos os mais irmãos filhos desta são descendentes de uma preta tapanhuna chamada Madalena que pela língua da terra se diz Manga e por haver outra em casa do mesmo nome lhe vieram a chamar Manga guaçu a qual era oriunda da costa de Angola e arrematou em praça na vila de Santos Antonio de Oliveira, bisavô do dito réu. ²⁴⁷

O réu, portanto, afirmava que os autores descendiam de uma negra tapanhuna, ou seja, de origem africana, mais especificamente de Angola. Segundo ele, existiriam duas Madalenas entre os escravos de seu bisavô, uma do gentio da terra e outra do gentio da Guiné e que a esta última chamavam *Manga guaçu* e a outra *Manga mirim*, por ser ela mais nova do que a africana. Interessante notar aqui o uso da língua da terra para denominar uma africana e uma carijó, o que reflete o quanto essa sociedade era miscigenada. Desde o século XVI há registros do uso do que ficou conhecida como a Língua Geral Paulista, nascida a partir do contato entre portugueses e os índios tupi. ²⁴⁸ Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, dedicou algumas páginas para discutir a respeito da Língua Geral em São Paulo. Este autor fala, inclusive, das alcunhas que se davam às pessoas, costume bastante comum entre os paulistas da época colonial. E essas alcunhas, frequentemente, eram de origem indígena, como Anhanguera, apelido de Bartolomeu Bueno, ou Jaguaretê, alcunha indígena de Gaspar Vaz da Cunha. ²⁴⁹ Eram raros, na verdade, os apelidos de origem portuguesa e, ainda de acordo com Buarque de Holanda:

Não faltam, ao contrário, casos em que nomes ou apelidos de genuína procedência lusa recebem o sufixo aumentativo do tupi, como a espelhar-se, num consórcio às vezes pitoresco, de línguas tão dessemelhantes, a mistura assídua de duas raças e culturas. ²⁵⁰

O autor cita o exemplo de Pedro Vaz *Guaçu* e de Mécia Fernandes, que recebeu a alcunha de Meciçu. No caso das duas Madalenas citadas no documento, foi usado tanto o sufixo aumentativo do tupi, *guaçu*, como também o diminutivo, *mirim*. O padre Antonio Vieira, em seu parecer sobre as dúvidas suscitadas pelos paulistas a respeito da administração, já citado anteriormente, também escreveu a respeito do uso da Língua da Terra entre os paulistas, no ano de 1694:

É certo que as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a

²⁴⁷ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52... p. 19.

²⁴⁸ LEITE, Fabiana Raquel. *A Língua Geral Paulista e o "Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira"*. Dissertação de mestrado: UNICAMP, 2013. p. 11.

²⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 92.

²⁵⁰ Idem.

língua que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola.²⁵¹

As palavras de Vieira, juntamente com a análise de Buarque de Holanda e do próprio depoimento de Matheus da Costa Rosa no processo judicial, refletem, mais uma vez, a miscigenação presente nesta sociedade colonial paulista.

Segundo Matheus da Costa Rosa, Madalena, a *Manga guaçu*, teve uma única filha chamada Isabel, que por sua vez teve quatro filhos, entre eles Francisca, a escrava que teria vindo para Paranaguá com os avós do réu. Francisca teve também quatro filhos, já em Paranaguá, entre eles Faustina, a mãe de Aleixo, que veio a pertencer ao réu por herança de seus pais. Após o depoimento de testemunhas, que não constam trasladados no processo, o ouvidor da Comarca, Jerônimo Ribeiro de Magalhães, proferiu sua sentença em 31 de janeiro de 1757:

E como por [não provarem] os autores descenderem por fêmea do gentio da terra do cabelo corredio para obterem a liberdade natural que pretendem antes pelo que se prova da inquirição do réu se verifica descenderem de uma negra cativa do gentio da Guiné cuja prova corrobora os documentos pelo réu junto dos quais se prova que a mãe e avó dos autores sempre foram possuídas por escravas pelos [ascendentes] do réu dividindo-se os tais em inventários que por suas mortes se fizeram e nos testamentos com que faleceram [...] ²⁵²

Apesar de não estarem trasladados no documento, é provável que no processo original o réu Matheus da Costa Rosa tenha apresentado cópia dos inventários e testamentos de seus avós e pais para comprovar que a família de Aleixo havia sido arrolada como cativa, conforme argumentou o ouvidor ao proferir sua sentença. Os autores, no entanto, apresentaram embargos à sentença, afirmando primeiramente que Madalena e sua filha Isabel sempre foram reconhecidas por livres na vila de Santos, onde viviam, e que a própria avó do réu havia confessado que Francisca, a mãe de Faustina, era livre por descender de uma carijó. Além disso, os autores apresentaram um argumentação interessantíssimo para explicar o arrolamento de seus ascendentes em inventários e testamentos:

[...] naqueles tempos era costume entre todos os moradores do Brasil [dar nome] de negros mulatos e cativos aos carijós vendendo-os e dividindo-os como escravos contra as ordens de sua majestade e como os autores e seus maiores não foram citados para aqueles inventários não lhe pode prejudicar estas [?] e muito menos os testamentos. ²⁵³

²⁵¹ LEITE, Serafim. Op. Cit., p. 537.

²⁵² DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52..., p. 24.

²⁵³ Ibidem, p. 26.

O argumento apresentado pelos autores em seus embargos vem corroborar o que outros documentos já apresentados nesta pesquisa, especialmente no capítulo anterior, vêm demonstrando, ou seja, indígenas e seus descendentes eram tratados como escravos: avaliados, vendidos e partilhados. O artigo do embargo afirma que era comum “dar nome de negros mulatos e cativos aos carijós”, isto é, mesmo sendo um administrado, no inventário era classificado como negro ou mulato. Este processo judiciário, portanto, traz à tona a questão da transição da mão de obra indígena administrada para a mão de obra escrava africana e afrodescendente. No discurso dos próprios envolvidos na ação judiciária fica clara a ideia deste processo de transição, conforme demonstrou o artigo do embargo citado acima. Antigamente, “naqueles tempos”, era comum tratar índios como escravos, mas agora a situação havia mudado, dando margem para que os indígenas fossem à justiça reclamar por sua liberdade.

Esta é mais uma evidência de que provavelmente alguns dos escravos avaliados nos inventários apresentados no capítulo anterior fossem em realidade gentios da terra e não negros ou mulatos, como aparecem descritos. Esse possivelmente é o caso dos escravos avaliados no inventário de João Leme da Silva, exposto no capítulo anterior, que possuía um grande número de gentios da terra, 36, e outros 26 classificados como negros ou mulatos. No próprio testamento de João Leme há uma contradição com a classificação recebida por algumas escravas. Como já foi dito, este proprietário libertou “cinco peças do gentio da terra”: Asencia e Graça, que aparecem no inventário como negras do gentio da terra, e Sipriana, Joana e Romana que aparecem apenas como negras, dando a entender que seriam de origem africana.²⁵⁴ No entanto, em seu testamento, João Leme da Silva refere-se às cinco mulheres como “peças do gentio da terra”, o que corrobora o argumento utilizado por Aleixo dos Reis Pinto e sua mãe, de que “naqueles tempos”, era comum nomear carijós como negros e mulatos nos inventários e testamentos. Para dar sustentação a essa afirmação, os autores alegam que foi arrolado em inventário da família do réu um cativo por nome Francisco, “dando-lhe o nome de mulato, e este possui o réu, sendo na realidade carijó livre e por tal tido e havido reputado de todos”.²⁵⁵ De fato, o tal Francisco inclusive depôs como testemunha, afirmando ser carijó e livre. No entanto, o réu afirmou que certamente não era o mesmo Francisco, pois seus avós eram pessoas de muitas posses, com muitos escravos, sendo que vários deles deveriam ter o nome de Francisco.

²⁵⁴ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC02.1..., pp. 44-45.

²⁵⁵ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52... p. 26.

Após o embargo apresentado pelo autor, o ouvidor Jerônimo de Magalhães afirmou não poder julgar novamente o mesmo processo, ordenando que fosse louvado outro juiz para sentenciar a causa. Um juiz louvado era escolhido pelas partes para decidir uma demanda ou emitir um parecer sobre ela e em 10 de maio de 1757 Manoel de Souza Carvalho foi escolhido para servir de juiz. Em 8 de junho proferiu sua sentença, que apenas confirmava a anterior, dada pelo ouvidor, ou seja, não aceitava as provas apresentadas pelos autores. Aleixo, no entanto, não desistiu e agravou da sentença para a Relação do Rio de Janeiro em 14 de outubro de 1757. Somente três anos depois, em 23 de outubro de 1760, a Relação expediu um Acórdão, ordenando que o ouvidor de Paranaguá recebesse os embargos antes apresentados pelo autor, por consistirem em fato novo, para serem novamente julgados.

Quando os autos retornaram à Paranaguá, a Comarca estava sem um ouvidor nomeado pelo rei. Quem estava à frente da Ouvidoria era o juiz ordinário Manoel Lourenço Pontes, nomeado pela lei. Segundo Jonas Pegoraro, quando não havia nomeação de ouvidores pelo rei, para que a Comarca não ficasse abandonada, serviria de ouvidor o juiz ordinário mais velho, o que parece ter sido o caso de Manoel Pontes e de vários outros que vieram após ele. Ainda segundo Pegoraro, após a nomeação de Jerônimo de Magalhães, ocorrida em 1754, apenas em 1772 é que outro ouvidor foi nomeado pelo rei, chamado Antonio Barbosa de Matos Coutinho.²⁵⁶ A falta de um ouvidor acabou adiando durante muito tempo a resolução do caso de Aleixo dos Reis Pinto e Matheus da Costa Rosa. Ora o réu alegava suspeição contra o ouvidor, ora o autor, isso pelo fato de serem os juízes ordinários pessoas conhecidas da vila, que mantinham relações mais próximas com as partes envolvidas, fosse de amizade ou de inimizade. No ano de 1761 o procurador de Aleixo chegou a solicitar que a causa fosse parada até a “chegada do ministro que brevemente se espera”, mas, 45 dias depois Aleixo desistiu de tal pedido e solicitou que a causa seguisse.²⁵⁷

Em fevereiro de 1762 o réu Matheus da Costa Rosa apresentou sua contrariedade aos artigos dos embargos apresentados pelo autor em 1757. Entre as suas alegações de defesa estava a de que os autores em nada se pareciam com filhos de carijós, como alegaram nos embargos, mas sim o contrário, “porque tanto na fisionomia do corpo como na cor do rosto são somente próprios filhos de mulata descendente de negro porque tem o cabelo encarapinhado e pegado ao casco”.²⁵⁸ Além da análise física utilizada para estigmatizar o outro, Matheus da Costa Rosa recorreu também a um estigma social. Ele afirmou que havia

²⁵⁶ PEGORARO, Jonas W. Op. Cit. pp. 51-54.

²⁵⁷ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52... pp. 44 e 47.

²⁵⁸ Ibidem, p. 78.

indícios de que tanto os avós, como a mãe e o próprio autor eram feiticeiros, e que este foi um dos motivos que teve para enviar Faustina ao Rio de Janeiro para ser vendida.

Após a contrariedade do réu, novamente precisaria ser nomeado um juiz louvado, em razão de suspeição contra o ouvidor. Como as partes não chegaram a um acordo quanto a quem seria nomeado, o ouvidor sugeriu que “esperem a chegada do ministro”, ou seja, do ouvidor nomeado pela Coroa. No entanto, o réu não acatou tal decisão, alegando que os moradores da Comarca estavam há seis anos na esperança da chegada do tal ministro. Por esse motivo, solicitou que a causa seguisse, e assim foi. Em 1763 autor e réu apresentaram testemunhas e, em 1764, no dia 18 de junho, o ouvidor nomeado pela lei Manoel Domingues dos Santos proferiu sua sentença, julgando por não provados os embargos do autor e

ser o autor embargante e todos os seus ascendentes conhecidos e tratados e vendidos por escravos por serem produzidos de uma negra por nome Madalena do gentio d’Angola e não de outra Madalena que viveu na casa dos avós do réu do gentio da terra²⁵⁹

Novamente Aleixo dos Reis Pinto recebeu sentença desfavorável ao seu pedido de liberdade e, novamente, apelou da sentença para a Relação do Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1764. No entanto, em 13 de setembro deste mesmo ano consta uma petição de Aleixo afirmando estar preso e ter sido desamparado por seu procurador, não tendo possibilidade de dar continuidade na apelação que seguiria para o Rio de Janeiro. Solicitou em sua petição que fosse remetido “debaixo de prisão” para a primeira audiência a fim de poder dar continuidade à apelação requerida. Seu pedido, no entanto, foi negado.²⁶⁰ Em 4 de junho de 1765 o réu Matheus da Costa Rosa fez uma petição ao ouvidor da Comarca, Manoel Domingues dos Santos, para que a apelação fosse considerada “deserta”, uma vez que nada foi apresentado pelo autor para sustentá-la. Um dia depois, o ouvidor aceitou o pedido do réu, considerando deserta a apelação de Aleixo dos Reis Pinto, por ter se passado mais de seis meses sem que fossem apresentados documentos.²⁶¹

Assim o processo foi encerrado, provavelmente com Aleixo preso e sua mãe e irmãos ainda em poder de Matheus da Costa Rosa, como escravos. No processo não existe nenhum documento explicando o motivo da prisão, mas é possível que a influência de Mateus na cidade tenha favorecido a ida do autor para a cadeia que, dessa maneira, estaria impedido de prosseguir com a causa, o que de fato aconteceu. Aleixo lutou por sua liberdade e a de sua

²⁵⁹ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC1730.52..., p. 223.

²⁶⁰ Ibidem, p. 258.

²⁶¹ Ibidem, p. 274.

família até onde conseguiu, mas, nesse caso, prevaleceu o interesse de um rico e influente proprietário de Paranaguá, que também estava disposto a lutar até o fim pela sua propriedade, usando para isso todos os artifícios possíveis, inclusive sua influência na sociedade local.

Os casos dos processos aqui apresentados mostram que durante o século XVIII os indígenas ainda precisavam lutar por seu direito à liberdade, muitas vezes violado pelos senhores, que os consideravam parte de seu patrimônio. Eram livres por lei, mas muitas vezes eram privados dessa liberdade por seus administradores. Quando se viam em situações que consideravam injustas, recorreram à justiça para tentar fazer valer os seus direitos. Recorriam aos laços sociais e familiares por eles estabelecidos para conseguir um procurador e testemunhas que depusessem a seu favor, demonstrando que poderiam fazer uso dessas relações como estratégia para alcançar o que queriam. Essa constatação vai ao encontro da preocupação de John Monteiro no que se refere aos estudos sobre os indígenas, que dificilmente os tratam como legítimos atores históricos, interagindo e se transformando culturalmente diante do contato com o outro.²⁶²

Também nos casos aqui apresentados ficou evidente a miscigenação que ocorria nessa sociedade, haja vista os casos em que os administrados alegaram serem filhos de seus administradores. O processo de Francisca Leme demonstrou ainda que a bastardia era algo tolerado por aquela sociedade, pois o homem que ela dizia ser seu pai, Francisco Leme, homem de posses e de família conhecida em Curitiba, era filho de João Leme da Silva e de uma “negra do gentio da terra”.

A justiça era um campo de tensões, no qual os processos possuíam interpretações legais produzidas de acordo com a configuração social local. A partir dos quatro casos aqui apresentados de indígenas que buscaram sua liberdade, é possível inferir que recorrer à justiça era uma estratégia comum e, mais ainda, possível, usada pelos indígenas para garantir os seus direitos. O artigo já citado de Joacir Borges vem corroborar essa afirmação, já que, através dos livros de audiência dos juízes ordinários, ele apresenta outros quatro casos em que índios recorreram à justiça como uma estratégia de resistência às situações que consideravam abusivas, todos referentes à primeira metade do século XVIII.²⁶³

A população livre que vivia em Curitiba via nos índios uma mão de obra barata da qual poderiam se utilizar e legitimar esse uso através do sistema da administração. Os índios seriam incapazes de governar a si mesmos e, portanto, precisavam de alguém que lhes

²⁶² MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de livre docência, Campinas, 2001, pp. 3-4.

²⁶³ BORGES, Joacir N. As demandas judiciais...

facultasse sustento, lhes vestisse e lhes ensinasse a moral e a religião; ou seja, precisavam de alguém que os administrasse. Os índios, por outro lado, sabiam da ilegalidade da escravização de gentios da terra e fizeram uso disso para contestar a forma pela qual eram tratados por seus administradores. Mais ainda, fizeram uso das leis e da justiça para escaparem da administração forçada a que estavam submetidos, comparando, eles mesmos, ao trabalho escravo dos negros africanos e crioulos.

Estes processos judiciais envolvendo indígenas ao longo da primeira e da segunda metade do século XVIII refletem o momento de transição pelo qual essa sociedade estava passando, qual seja, o da paulatina substituição dos trabalhadores indígenas pelos escravos africanos e crioulos. A busca pela justiça por parte dos índios é sintoma desta mudança gradual que a sociedade paulista vinha sofrendo desde as primeiras décadas do século XVIII. Este processo também fez com que os indígenas sofressem uma mudança de *status*, já referenciada em outros momentos, no qual passaram de mão de obra compulsória e utilizada em transações comerciais e legatárias, para o de pessoas administradas e, em alguns casos, para o de indígenas libertos.

No próximo capítulo serão analisados processos judiciais em que indígenas e mestiços aparecem como vítimas, autores ou réus em causas que refletem as relações sociais interdependentes que mantinham entre eles e também com a população branca. Muitas destas situações mostram o novo lugar ocupado por índios e bastardos em uma sociedade que cada vez mais deixava de associá-los a escravos, deixando esse papel para os africanos e seus descendentes, cuja presença aumentava gradualmente na Capitania de São Paulo conforme o século XVIII avançava.

3. COTIDIANO E INTERAÇÕES SOCIAIS

Este capítulo irá mostrar as relações sociais mantidas pelos indígenas e seus descendentes a partir de causas judiciais de diferentes tipologias. Trata-se de processos criminais e cíveis nos quais são apresentadas situações diversas envolvendo índios e bastardos. Apesar dos documentos aqui analisados terem sido produzidos por autoridades que faziam parte da camada mais alta da hierarquia colonial, é possível perceber as maneiras pelas quais os indígenas e mestiços se movimentavam na sociedade. Para além de mão de obra barata, os indígenas eram indivíduos que integravam e construíam a configuração social formada nas vilas paulistas do século XVIII.

Para os indígenas, essa interação forçada a que estavam submetidos, ao contrário do que a historiografia do século XIX pensava, não significou o seu desaparecimento e total extermínio, mas antes a sua transformação, em um processo contínuo e dinâmico de ressocialização. John Monteiro, em sua tese de Livre Docência, faz uma importante reflexão acerca das mudanças que vêm ocorrendo na historiografia a respeito dos efeitos da colonização europeia sobre as sociedades ameríndias. Autores como Varnhagen e Von Martius acreditavam que as sociedades indígenas estavam fadadas ao desaparecimento e que o contato com os europeus acabou com qualquer vestígio de suas culturas.²⁶⁴ No entanto, a historiografia mais recente propõe uma nova perspectiva. Guillaume Boccara, um dos autores que compartilha e reflete sobre essa nova visão sobre as sociedades indígenas coloniais, afirma que essa mudança passa pela análise “dos processos combinados de resistência, adaptação e mudança, deixando para trás a velha dicotomia entre a permanência de uma tradição imemorial por um lado e a diluição da identidade indígena através de um mecanismo de aculturação imposta por outro”²⁶⁵, ou seja, é preciso levar em conta os processos de transformação e de re-significação das culturas quando em contato com o outro. É preciso deixar de lado a visão dicotômica das sociedades indígenas, que as pensava ou como puras e mantenedoras de suas tradições ou como inevitavelmente destinadas à extinção após o contato com o outro.

Historiadores e antropólogos que estão pensando a questão indígena na época colonial se utilizam do conceito de *etnogênese* para fugir da dicotomia que norteava as análises sobre as sociedades indígenas. Boccara, ao definir o termo, afirma que sua origem remete ao escritor norte-americano Stutevart, que o forjou em 1971 para explicar a origem da

²⁶⁴ MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e historiadores...* pp.2-3.

²⁶⁵ BOCCARA, Guillaume. *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo*. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 08 febrero 2005. Acesso em 19/08/2013. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.426. par. 6. Em espanhol no original.

etnia *Seminole* que, segundo ele, seria fruto das pressões dos colonizadores ingleses no sudeste da América do Norte entre os séculos XVII e XVIII que acabaram por reunir um grupo Creek com outros indígenas e com negros fugitivos.²⁶⁶ A etnogênese, portanto, representaria uma transformação física que resultava no surgimento de outros grupos políticos. No entanto, atualmente, o uso do conceito se expandiu e

Ao desvincular a noção de etnogênese do sentido estritamente biológico, estudos recentes enfatizaram as capacidades de adaptação e criação de sociedades indígenas e começaram a considerar a possibilidade de que as novas configurações sociais se desenharam não só por processos de fissão e fusão, mas também através da incorporação de elementos alógenos e de sucessivas modificações das definições do *Self*.²⁶⁷

Monteiro, ao falar também sobre o conceito de etnogênese, define-o enquanto articulação entre processos de transformação inerentes às sociedades indígenas e a influência crescente e forçada de elementos europeus.²⁶⁸ Etnogênese, portanto, estaria relacionada à transformação e adaptação à nova realidade que se apresentava aos indígenas no período colonial. Citando o trabalho de Gary Clayton Anderson, Monteiro afirma que “tais processos envolviam a incorporação de elementos de outras etnias (no caso dos cativos, por exemplo) bem como a ‘reinvenção e incorporação’ de práticas e de tecnologias dos europeus, como o cavalo e o comércio”.²⁶⁹

As situações expostas nesta seção irão mostrar processos de interação, transformação e adaptação dos indígenas e seus descendentes à sociedade colonial, na qual tiveram que reinventar suas identidades. Os estigmas colocados sobre eles pelos colonos brancos, como o uso de termos genéricos para designá-los – carijós, índios, gentios da terra – eram incorporados como estratégia de sobrevivência e usados muitas vezes a seu favor. Os casos acima demonstrados de indígenas que entraram com ações de liberdade podem ser um exemplo, pois fizeram uso das leis formuladas pela Coroa portuguesa como argumento para conseguirem suas liberdades e fugirem dos estigmas impostos pela sociedade. São situações, portanto, que mostram o processo de mudança de *status* sofrido pelos indígenas.

A seguir veremos outras estratégias, interações e relações sociais mantidas pelos indígenas e bastardos entre eles próprios e também com a população livre. As situações tratadas nos processos são variadas e foram agrupadas conforme a temática, a fim de facilitar a análise. A primeira delas refere-se ao reconhecimento de filhos bastardos por parte dos pais,

²⁶⁶ BOCCARA, Guillaume. Op. Cit. par. 58.

²⁶⁷ Ibidem, par. 59. Em espanhol no original.

²⁶⁸ MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e historiadores...* p. 56.

²⁶⁹ Ibidem, p. 57.

que foram à justiça requerer a guarda das crianças que tiveram com mulheres indígenas. A segunda temática traz a análise de casos de violência praticados por ou contra indígenas e bastardos, como casos de assassinato e ofensa física. O terceiro tema definido é o da feitiçaria praticada por mulheres índias e mestiças, muitas das quais integrantes da mesma família. Por fim, são analisados processos judiciais que discutem dívidas e créditos, bem como a propriedade pertencente a índios e bastardos.

3.1. Paternidade assumida: reconhecimento de filhos bastardos.

O tema desta seção, de certa maneira, já foi abordado quando foram analisadas as ações de liberdade intentadas por indígenas. Como demonstrado, muitos deles usaram o parentesco com homens livres como argumento para serem libertos. No entanto, apesar de os processos que serão analisados nesta seção também tratarem de relações familiares, são de outra natureza. Trata-se de quatro processos em que pais vão à justiça para reaver seus filhos mestiços, que estão sob a administração de terceiros.

Esses casos de reconhecimento de paternidade e desejo de criar um filho bastardo revelam a complexidade e a multiplicidade de uma sociedade formada por diferentes grupos étnicos e sociais que, quando interagiam, produziam uma complexa realidade em que diferentes identidades eram forçadas. Sobre o conceito de identidade Guillaume Boccara ressalta a importância de não tomá-la isoladamente, levando em conta identificações prévias e cristalizadas dos grupos. Pelo contrário, as identidades são formadas em processos socio-históricos e através das interações sociais e nunca apenas partindo da ideia de uma cultura naturalizada.²⁷⁰ A sociedade colonial paulista tinha como uma de suas principais características a forte miscigenação, assim como todas as outras sociedades coloniais ibéricas do Novo Mundo. Reconhecer filhos mestiços, portanto, não era algo totalmente inusitado para este período e espaço.

Os filhos bastardos formavam um grupo social diferente, que transitava entre o mundo indígena e o dos brancos livres. Maria Regina Celestino de Almeida, em artigo sobre índios e mestiços no Rio de Janeiro, afirma que estas categorias devem ser pensadas como “construções históricas que adquirem significados específicos conforme os agentes sociais e

²⁷⁰ BOCCARA, Guillaume. Op. Cit. par. 56.

os momentos históricos por eles vivenciados”.²⁷¹ Os filhos de pais brancos e mães indígenas, como é o caso das crianças que figuram nos processos analisados a seguir, certamente fariam uso de sua condição de mestiços ao longo de suas vidas e das estratégias de sobrevivência. Esse foi o caso de alguns dos indígenas apresentados no capítulo anterior que utilizaram de sua identidade mestiça para justificar seus pedidos de liberdade, sendo a maioria deles bem sucedidos.

O primeiro processo encontrado em que um homem branco vai à justiça requerer um filho que teve com uma administrada data do ano de 1735. Manoel Pinto Ferreira alegou que

ele suplicante tem um filho natural chamado Salvador, filho de uma administrada do defunto João Vellozo da Costa chamada Maria já defunta, o qual rapaz se acha hoje em poder de Sebastião da Maya, e como o suplicante quer recolher a seu grêmio para o doutrinar e pôr liberto de toda a escravidão pois sempre o conheceu seu filho quer que vossa mercê mande seja notificado o suplicado para que pareça neste juízo a entregar o dito Salvador a ele suplicante.²⁷²

João Vellozo da Costa já foi mencionado anteriormente, também por ser citado em um processo envolvendo administrados. No ano de 1736 Braz Domingues Vellozo cobrou um determinado valor do curador dos bens de João Vellozo da Costa, por este já ter falecido, referente a uma dívida entre os pais de Braz e João, que foi paga por este último com dois carijós que acabaram por fugir, ficando o credor sem receber seu pagamento. João Vellozo da Costa, portanto, deveria manter sob sua administração muitos indígenas, entre eles uma índia chamada Maria, com a qual Manoel Pinto Ferreira teve um filho chamado Salvador.

Não se pode deixar de notar mais uma vez a palavra escravidão relacionada à administração. Manoel Pinto Ferreira demonstra em sua petição a vontade de reaver seu filho “para o doutrinar e pôr liberto de toda a *escravidão*” (grifo meu). Por mais que juridicamente administração e escravidão não fossem nada semelhantes, a ideia do administrado visto como escravo estava presente nessa sociedade, ao menos quando queriam justificar sua liberdade ou a sua transferência para outro administrador. Ademais, em um passado não tão distante, vivido pelos antepassados destes índios que iam agora à justiça, eles eram de fato submetidos a situações muito próximas a dos escravos africanos e crioulos. Mais uma vez aqui está refletida a ideia de transição do uso da mão de obra indígena para a africana, que aos poucos ia se desenhando nesta sociedade.

²⁷¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Op. Cit. p. 22.

²⁷² DEAP BR PR APPR PB045 PC18.1. Causa cível entre partes em que é autor Manoel Pinto Ferreira e réu Sebastião da Maya. Curitiba, 1735. p. 3.

Quando Manoel Pinto Ferreira foi a juízo requerer a posse de seu filho, Maria, a mãe, já era falecida. Salvador, o filho, estava em poder de Sebastião da Maya, não sendo explicitada qual a relação de parentesco entre ele e o falecido. Infelizmente esse documento está incompleto, não sendo possível saber se Manoel Pinto Ferreira conseguiu a guarda do filho. Consta apenas que Sebastião da Maya seria notificado para fazer a entrega do menino na Justiça.

Em todos os outros três casos, datados dos anos de 1744, 1747 e 1752, os pais conseguiram a guarda dos filhos. Em um dos processos, o mais complicado deles, que chegou até a Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, o ouvidor afirma em sua sentença que “conforme o direito todos os pais ou naturais ou legítimos estão obrigados a sustentar seus filhos passados os três anos em que as mães devem criar de leite somente”.²⁷³

Um ponto em comum entre todos os quatro processos é que os homens declararam serem os filhos tidos com as administradas “naturais”, isto é, havidos quando não eram casados. Este talvez fosse um requisito para que a Justiça concedesse a guarda dos filhos e, mais ainda, para que os pais quisessem reavê-los. Do contrário, se fossem crianças havidas enquanto eram casados e, portanto, ilegítimas, é muito provável que nunca fossem à Justiça, uma vez que o concubinato era algo condenado pela Igreja Católica, apesar de ser prática comum e socialmente admitida. Quando homens com filhos naturais se casavam, era comum que as esposas e também a sociedade aceitassem tais filhos, como aconteceu com João Batista Diniz. No ano de 1744 ele apresentou petição alegando ter um filho por nome Miguel com Natária, administrada de Salvador de Freitas. Miguel, o filho, teria aproximadamente três anos e João Batista alegou que quando esteve com a administrada Natária era ainda solteiro. No entanto, na época de tramitação do processo, era homem casado e alegou que “por consentimento e autoridade de sua mulher o procura [seu filho]”.²⁷⁴ Da mesma maneira, João Leme da Silva, já citado anteriormente, quando de seu falecimento em 1698, deixou escrito em seu testamento que possuía 13 filhos bastardos naturais, os quais instituía também por seus legítimos herdeiros, demonstrando que ter filhos naturais bastardos era algo francamente tolerado pela sociedade.

O caso de João Batista Diniz foi o mais longo e o único que chegou até a Ouvidoria da Comarca. Depois de tramitado o processo no Juízo Ordinário de Curitiba, em que João Batista apresentou testemunhas que comprovaram ser Miguel seu filho, Natária entregou o

²⁷³ DEAP BR PR APPR PB045 PC453.13. Autuação de petição de justificação em que é justificante João Batista Diniz. Curitiba, 1744. p. 32.

²⁷⁴ Ibidem, p. 22.

menino ao justificante, mas disse que não era de fato seu filho, mas sim de outro homem. Disse que estava entregando Miguel apenas para cumprir o que a Justiça determinou, mas que com a chegada do Ouvidor, faria requerimento para reaver seu filho, o que de fato fez. Em 12 de fevereiro de 1745 Natária apresentou sua petição ao ouvidor Manoel Tavares de Siqueira:

Diz Natária oriunda do gentio da terra que ela suplicante tem um filho por nome Miguel de idade de três anos pouco mais ou menos, e o qual maliciosamente se [intrometia] João Batista Diniz dizendo ser o dito rapaz seu filho pelo fundamento de ter tido algumas vezes cópula carnal com a suplicante sem que nelas concebesse o dito filho e com efeito o suplicado intentou justificar seu contento, fazendo citar a seu administrador Salvador de Freitas, e produzindo testemunhas foi a suplicante chamada para dar seu depoimento e nele declarou com toda a verdade não ser o dito rapaz filho do suplicado a este respeito as mais testemunhas não obstante a prova, mandou o juiz ordinário entregar ao suplicado o dito rapaz passando-se ordens de prisões que pela vexação entregou a suplicante em juízo o dito seu filho [...].²⁷⁵

O ouvidor não aceitou o que pedia Natária e afirmou que apenas se fosse descoberta alguma fraude no fundamento de João Batista Diniz de educar e doutrinar a Miguel é que teria lugar o requerido por ela. Apenas sete dias depois, em 19 de fevereiro de 1745, uma nova petição é acostada ao processo, dessa vez em nome de Manoel Nunes de Siqueira:

Diz Manoel Nunes de Siqueira que ele suplicante pela fraqueza humana teve tratos ilícitos com uma mulata por nome Natária administrada de Salvador de Freitas e por ser solteiro, da qual teve um filho, por nome Miguel, que o suplicante e a suplicada ocultaram pelo temor do pároco e como João Batista Diniz homem casado se opôs justificando que o dito rapaz era seu filho e se lhe entregou sem justificar com a legalidade necessária pois a mesma mãe em seu depoimento declarou ser o filho de outrem que era o suplicante o qual quer assinar termo de criar e dar toda a doutrina necessária ao dito seu filho [...].²⁷⁶

Manoel Nunes de Siqueira disse não ter assumido o filho “pelo temor do pároco” provavelmente por ser solteiro e Natária também, pelo que não poderiam ter “tratos ilícitos” como ele mesmo afirmou. Manoel apresentou testemunhas para comprovar o que alegou em sua petição. Foram ouvidas três testemunhas, que afirmaram ser Manoel o pai do filho de Natária. No entanto, todos os três afirmaram que foram depor a pedido da administrada e de sua administradora, diante do que o ouvidor indeferiu o pedido de Manoel, mantendo Miguel, o filho de Natária, em poder de João Batista Diniz, em sentença expedida no dia 05 de março de 1745.

²⁷⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC453.13..., p. 17.

²⁷⁶ Ibidem, p. 21.

Não é possível saber de quem realmente Miguel era filho, mas o que parece neste caso é que administrada e administradora entraram em consenso para tentar impedir a tomada de Miguel por parte de João Batista Diniz. Natária provavelmente para não ficar longe de seu filho e a administradora, certamente, para não perder um administrado, futuro braço de trabalho de que poderia dispor.

A administradora de Natária, apesar de não mencionada neste processo, era Ana Maria Nunes, esposa de Salvador de Freitas. Não seria a primeira vez que um administrado desse casal seria tirado de seu poder. No ano de 1752, sete anos, portanto, após o menino Miguel ter sido passado à guarda de seu suposto pai, Francisco da Cunha Alvarenga também foi à justiça requerer seu filho, igualmente chamado Miguel, que teve com Ventura, administrada do mesmo Salvador de Freitas.²⁷⁷

Francisco da Cunha Alvarenga alegou já ter tentado conseguir seu filho amigavelmente com Salvador de Freitas, mas esse se recusou a entregá-lo. Por conta de tal recusa, recorreu à justiça que ordenou fosse feita a entrega do dito menino, por não ter Salvador de Freitas alegado em juízo nada em contrário. No entanto, mesmo com mandado expedido para que Miguel fosse entregue em 24 horas, Salvador não o fez. Somente em julho de 1753 é que Francisco da Cunha Alvarenga finalmente recebeu seu filho Miguel, não das mãos de Salvador, mas de sua mulher Ana Maria Nunes e de Miguel Martins Leme. Este último foi preso na cadeia de Curitiba por não ter feito a entrega, pelo que entrou em acordo com Francisco Alvarenga. No processo não está explicitada a relação que existia entre Miguel Martins Leme e Salvador de Freitas, mas o fato de sua mulher, Ana Nunes, ter comparecido junto ao juízo pode indicar que Salvador tivesse falecido. Mais uma vez, Ana Nunes e Salvador de Freitas perderam um administrado.

Há de se ponderar também a real intenção dos pais biológicos dessas crianças bastardas administradas. Se para o atual administrador era prejuízo perder um administrado, por outro lado, para o pai, poderia significar o ganho de mais um braço para o trabalho, principalmente neste período em que a mão de obra administrada indígena, gratuita, começava a rarear no mercado de trabalho. Nem sempre ser reconhecido como filho era uma vantagem para os índios. No caso de Miguel, filho bastardo de João Batista Diniz, é possível que tenha tido problemas com a mulher de seu pai. Por mais que as mulheres aceitassem os filhos naturais de seus maridos, é fato que não eram seus filhos biológicos, podendo dar margem para todo tipo de abuso. Esse parece ter sido o caso de José, filho de Simão Cardoso

²⁷⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC860.26. Sentença cível de requerimento julgado por sentença a favor de Francisco da Cunha Alvarenga autor contra Salvador de Freitas réu. Curitiba, 1752.

de Leão, exposto no capítulo anterior. José era reconhecido por seu pai como filho, mas, quando este faleceu, sua mulher, Ana Gonçalves, não quis conceder sua liberdade, antes, queria cobrar por ela a quantia de 250 mil réis.²⁷⁸

Por fim está o processo datado de 1747 em que João Carvalho Pinto afirmou ter uma filha natural, chamada Ignácia, com Rosa, bastarda administrada de João Machado Fagundes.²⁷⁹ Ignácia teria apenas um ano e, segundo o autor, era maltratada por seu administrador por ser este “inimigo capital” dele suplicante. Ao final do processo, as partes chegaram a um acordo, acertando que a menina ficaria com João Carvalho Pinto desde que este se comprometesse a não ter mais tratos ilícitos com a dita administrada Rosa e que pagasse ao réu a quantia de quatro mil réis pelo sustento dado a menina até então. Interessante neste caso é o fato de Rosa, a mãe, ser bastarda, isto é, filha de homem branco com mulher indígena, da mesma maneira que sua filha Ignácia. Mas, ao contrário dela, Rosa seguiria sendo administrada por um senhor, não gozando plenamente de sua liberdade.

Retomando aqui o que foi dito por Monteiro a respeito do termo *bastardo* e *mamaluco*, vê-se que de fato o uso deste último já não era comum no século XVIII. De acordo com o autor, até o século XVII o termo *mamaluco* era usado para designar os indígenas filhos de pais brancos e mães índias, mas cujos pais reconheciam publicamente a paternidade. Os bastardos, por outro lado, permaneciam vinculados à linha materna, ou seja, ao segmento indígena da população.²⁸⁰ Em nenhum dos documentos aqui analisados aparece referência à palavra *mameluco*, mesmo nestes casos em que os pais reconheceram publicamente a paternidade. De qualquer maneira, essas crianças que seriam criadas pelos pais livres e brancos, certamente se aproximavam muito mais ao segmento da população branca, seguindo a linha paterna. Esse foi o caso de Francisco Leme, filho bastardo de João Leme da Silva, sobre o qual foi comentado no capítulo anterior. Ele era filho bastardo de João Leme da Silva, reconhecido por este último como tal. A convivência com o pai fez com que ele se aproximasse muito mais da parcela branca da população, repetindo atitudes e comportamentos típicos dos homens livres. Francisco também tinha administrados, legados por seu pai e, também como João Leme da Silva, matinha relacionamentos com suas índias, entre elas Anna Bárbara, com quem teve vários filhos.²⁸¹

²⁷⁸ DEAP BR PRAPPR PB 045 PC94.3...

²⁷⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC624.18. Petição em que é autor João Carvalho Pinto e réu João Machado Fagundes. Curitiba, 1747.

²⁸⁰ MONTEIRO, John. *Negros da terra...* p. 167.

²⁸¹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC60.2...

A mestiçagem, portanto, estava arraigada na sociedade colonial paulista. Serge Gruzinski, ao analisar a sociedade da América Espanhola no século XVI fala de um pensamento mestiço formado nas Américas. Segundo este autor,

Estupros, concubinagens, mais raramente casamentos, geraram uma população de tipo novo, de estatuto indefinido – os mestiços –, a respeito dos quais não se sabia muito bem se deveriam ser integrados ao universo espanhol ou às comunidades indígenas.²⁸²

Também Ronald Raminelli, em artigo sobre os mamelucos no período colonial, confere a eles o papel de intermediários entre os portugueses e os índios, afirmando que “a dualidade racial e cultural transformou os mamelucos em seres deslocados, nem índio, nem branco”.²⁸³ Porém, mesmo não sendo nem índios, nem brancos, os mestiços eram parte integrante da sociedade e formavam um grupo social que interagia com os demais. Os bastardos ocupavam um lugar nessa sociedade que, sem dúvida, era no nível inferior. No entanto, dentro deste nível, também havia uma hierarquia e nela os mestiços conseguiam ocupar altas posições. Veja-se o caso de Francisco Leme, comentado nas linhas anteriores. Este senhor, bastardo, conseguiu alcançar um alto nível social, mas o fato dele ser mestiço não foi esquecido pelas testemunhas e autoridades que conduziram o processo.

É certo que em uma sociedade fortemente miscigenada como era a da Capitania paulista no século XVIII não havia interdições rigorosas entre pessoas de raças, cores e níveis sociais distintos. Os documentos aqui analisados demonstram que não havia um grande impedimento moral para que pessoas de origem distintas se unissem e tivessem filhos, criando este grupo social formado por mestiços que, quando comparados aos índios tratados como escravos ou administrados e também aos africanos e afrodescendentes, ocupavam um lugar mais alto na hierarquia social. E também entre os bastardos havia diferentes níveis de hierarquia. Para os homens mestiços sem dúvida era mais fácil alcançar lugares mais altos, como bem demonstrou o caso de Francisco Leme. Para as mulheres, o estigma e a submissão aos homens eram maiores, fazendo com que permanecessem sempre muito mais próximas ao segmento indígena da população.

²⁸² GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 78.

²⁸³ RAMINELLI, Ronald. Da vila ao sertão: os mamelucos como agentes da colonização. *Revista de História*. São Paulo, nº 129-131, p. 209-219, ago-dez/93 a ago-dez/94. p. 213.

3.2. Violência: indígenas e bastardos como vítimas e autores.

Era 30 de janeiro de 1749, na vila de Curitiba, por volta de quatro horas da tarde. Adriana, bastarda administrada de Miguel Martins Leme, estava na casa de seu administrador, onde vivia. Aí chegou Diogo Pinto do Rego, pedindo que lhe entregasse uma menina, sua filha, cujo pai seria ele próprio, Diogo. A menina estava enferma e o suposto pai a queria levar para sua casa, a fim de dar-lhe os cuidados necessários. Adriana, no entanto, não consentiu com tal pedido, dizendo “palavras injuriosas” a Diogo que, sem pensar duas vezes, a espancou com um pedaço de pau que trazia na mão.²⁸⁴

A solução deste caso só aconteceu em 1775, ou seja, 26 anos após o crime ter sido cometido. A explicação para tal demora está na falta de um ouvidor na Comarca de Paranaguá, conforme já foi mencionado anteriormente. Entre os anos de 1754 e 1772, a Ouvidoria da Comarca de Paranaguá ficou sem um ouvidor nomeado pelo rei, sendo o cargo provido pelos juízes ordinários mais velhos, nomeados ouvidores pela lei e não diretamente pela Coroa portuguesa. Somente quando o ouvidor Antonio Barbosa de Mattos Coutinho assumiu o cargo é que o caso foi por ele julgado.²⁸⁵

A tramitação do processo teve início já no ano de 1749, quando foi feita a devassa, que constituía na inquirição de 30 testemunhas, para levantar um suspeito para o crime de espancamento cometido contra a bastarda Adriana. Depois de feita a devassa e de ser apontado como culpado Diogo Pinto do Rego, somente no ano de 1760 é que o processo contra ele fora instaurado. Diogo aparece como réu e a Justiça como autora, através de seu promotor. Consta no processo o auto de vistoria feito em Adriana, no dia cinco de fevereiro de 1749, no qual são descritos os ferimentos que possuía. Tinha duas pancadas na testa, outra no braço e uma no peito, todas inchadas. Infelizmente, não consta um depoimento de Adriana dando a sua versão do caso, até porque, no ano de 1760, quando o processo contra o réu foi aberto, Adriana já havia falecido.

A versão do réu, no entanto, está muito bem contada no documento. Segundo ele:

sendo a dita Adriana oriunda do gentio da terra e vivendo como administrada e mulher meretriz pública teve uma filha a qual ela e vários tinham e afirmavam ser filha do réu e sucedendo enfermar a dita filha gravemente tendo o réu disso notícia foi ao sítio onde elas moravam com [?] de levar a dita filha para sua casa para com mais comodidade a tratar e

²⁸⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1963.62. Autos de libelo crime que vem por apelação do juízo ordinário da vila de Curitiba para esta Ouvidoria entre partes em que autora a justiça e réu Diogo Pinto do Rego. Paranaguá, 1775.

²⁸⁵ PEGORARO, Jonas W. Op. Cit. pp. 51-54.

com efeito chegando a falar com a dita mãe ela como [quimera] logo despropositadamente lhe respondeu palavras tão descomedidas e injuriosas que por serem ditas diante de gente cegou-se o réu vendo-se injuriado sem razão de forma que logo lhe deu umas pancadas com um pau que na mão tinha levado por acaso e para natural defesa das muitas cobras que tem lá por estes campos [...]²⁸⁶

A estratégia do réu foi desqualificar a vítima, afirmando ser ela “oriunda do gentio da terra”, “administrada” e “meretriz pública”. Além disso, Diogo Pinto do Rego justificou sua atitude violenta com as palavras “injuriosas” que a administrada teria lhe dito. Ademais, o réu e seu procurador amenizaram a gravidade dos ferimentos, afirmando que as “feridas foram levíssimas e de pouca quantidade e nenhum prejuízo”, tanto que a própria vítima, quando ainda era viva, não quis queixar-se contra o réu.

O juiz ordinário Antonio João da Costa, no ano de 1760, concordou com os argumentos do réu e o absolveu, levando em conta também o depoimento de seis testemunhas apresentadas por Diogo Pinto do Rego que corroboraram o que havia dito em sua contrariedade de libelo. O juiz alegou em sua sentença que “consta das testemunhas porquanto delas se vê que uniformemente depõem a casualidade do delito e tenuidade das feridas e ser de tudo causa a mesma ofendida, absolvo ao dito réu”.²⁸⁷ Ou seja, o juiz culpou a própria administrada Adriana pelo ocorrido. Quinze anos mais tarde o ouvidor da Comarca de Paranaguá confirmou a sentença do juiz ordinário absolvendo o réu Diogo Pinto do Rego.²⁸⁸

O caso de Adriana remete aos processos apresentados na seção anterior, uma vez que o réu, Diogo Pinto do Rego, foi atrás de uma filha que teve com a referida administrada. Diogo, no entanto, não foi à justiça requerer a guarda de sua filha, mas sim a quis tirar a força de sua mãe. Isso mostra o quão frágil era a situação das mulheres indígenas nesta sociedade colonial. Viam seus filhos serem arrancados de seus braços sem que nada lhe fosse perguntado. Como os casos apresentados anteriormente demonstraram, a disputa pelo filho era unicamente entre o administrador e o pai, homens brancos e livres com muito mais poder sobre as outras camadas sociais, especialmente sobre mulheres e crianças. Adriana, ao que parece, tentou impedir que o suposto pai de sua filha a levasse para longe, mas teve que enfrentar as consequências de um espancamento. A inferioridade das mulheres aos olhos desta sociedade, principalmente as indígenas e também as de origem africana, fica refletida no

²⁸⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1963.62..., pp. 31-32.

²⁸⁷ Ibidem, p. 54.

²⁸⁸ Ibidem, p. 69.

juízo do processo. Tanto o juiz ordinário, quanto o ouvidor, absolveram o réu acusado de espancamento, alegando que os ferimentos causados em Adriana foram leves e tênues.

A violência contra as mulheres indígenas não partia apenas dos homens brancos. Elas estavam sujeitas também aos desmandos dos homens indígenas, muitas vezes seus companheiros administrados, com quem mantinham relações mais próximas. Esta foi a situação de Quitéria e Sebastião, dois administrados de Luzia Leme da Silva. No dia 9 de maio de 1753 Quitéria levou dois tiros, enquanto caminhava sobre uma ponte no bairro de São José, distrito de Curitiba. O autor dos disparos foi Sebastião, administrado, que disse deveria ter feito tal coisa há mais tempo. Quitéria estava em companhia de Antonio Malaquias da Silva, que tudo viu e confirmou ser Sebastião o autor dos disparos. O documento está incompleto, não existindo mais nenhuma informação a respeito do desfecho da história.²⁸⁹

Mesmo não sabendo os motivos que levaram Sebastião a fazer os disparos contra Quitéria, vê-se que as mulheres estavam em desvantagem quando o assunto era a violência física. Numa sociedade em que a inferioridade da mulher era senso comum entre todas as camadas da população, não causa estranheza as atitudes violentas dos homens contra elas, inclusive daqueles que pertenciam ao mesmo grupo social, no caso dos índios. Há de se levar em conta também a violência sexual sofrida por essas mulheres indígenas, principalmente praticada pelos homens brancos, visto o alto índice de crianças bastardas. É possível que muitos relacionamentos fossem consentidos, mas, como alertou Gruzinski, “as índias eram presas fáceis dos invasores, que mantiveram com essas mulheres relações quase sempre violentas e efêmeras, sem se preocupar com as jovens criaturas que deixariam atrás de si”.²⁹⁰

Mesmo que os homens indígenas também sofressem com o estigma e o consequente preconceito, ainda estavam em melhor situação do que as mulheres indígenas. Sebastião, o administrado citado acima, tinha acesso a uma arma de fogo, com a qual disparou os tiros contra Quitéria. Miguel, outro índio administrado, também teve acesso a uma arma de fogo. Ele era administrado de Euzébio Simões da Cunha e no dia 24 de dezembro de 1733 invadiu a casa de Maria das Neves dos Reis e Anna da Silva, armado com uma espingarda, e deu “bofetadas com a mão aberta” nas duas mulheres e pancadas com o cano da espingarda. Segundo a petição das vítimas, Miguel só não as matou com tiros porque a arma não disparou.²⁹¹ O crime aconteceu no bairro do Tatuquara, distrito da vila de Curitiba e, segundo

²⁸⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC813.24. Auto de devassa que manda fazer o juiz ordinário Felipe Pereira de Magalhães pelo tiro dado em Quitéria, administrada de Luzia Leme. Curitiba, 1753.

²⁹⁰ GRUZINSKI, Serge. Op. Cit. p. 78.

²⁹¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC84.3. Petição apresentada por parte das justificantes Maria das Neves dos Reis e Anna da Silva. Curitiba, 1733. p. 2.

testemunhas, Miguel, um “negro carijó”, sempre fazia desacatos pelo bairro. Segundo Izabel Garcia dos Reis, irmã das vítimas, “sabia que sempre andava o dito negro com arma de fogo e [patrona] na cinta metendo medo a todos, e por qualquer razão [...] logo ia o dito negro ameaçar a outrem e inquietador das mulheres”.²⁹² O juiz ordinário condenou Miguel e ordenou que o processo seguisse para a Ouvidoria da Comarca de Paranaguá. O ouvidor, no entanto, remeteu novamente o processo ao juízo ordinário, alegando que “bofetadas de mão aberta é caso de devassa”, na qual deveriam ser inquiridas trinta testemunhas.²⁹³ Miguel, no entanto, foi preso na cadeia de Curitiba e depois remetido para a de Paranaguá, onde iria aguardar julgamento. Nota-se aqui que o administrado Miguel foi julgado culpado pela justiça e preso na cadeia, ao passo que Diogo Pinto do Rego, homem branco e livre mencionado no início desta seção, obteve a absolvição da justiça. Ambos cometeram o crime de ofensa física contra mulheres, mas a posição social de um e de outro certamente pesou na decisão dos juízes que conduziram as sentenças.

Os dois últimos casos descritos acima deixam margem para se pensar que os homens indígenas tinham uma maior mobilidade social do que as mulheres indígenas, o que lhes concedia acesso a itens como armas de fogo, proibidas para os escravos e certamente para os índios administrados. De acordo com Sales e Zangelmi,

A ordem régia de 28 de março de 1714 aprovou o fato de o governador de São Paulo e Minas ter mandado lançar bando sobre a proibição das armas de fogo, e ficou determinado que o uso delas seria permitido somente aos nobres, quando fossem às suas fazendas ou a qualquer outra diligência, mas não aos seus escravos. Dom João justificou que a proibição era conveniente, porque os cativos eram os “*maiores provocadores de insultos*”.²⁹⁴

Existia a preocupação das autoridades da Coroa em não permitir o acesso às armas por parte dos segmentos mais pobres da população, pois como argumentou o rei Dom João V, “eram os maiores provocadores de insultos”. Apesar de a ordem Régia referir-se apenas a cativos, a restrição muito provavelmente se estendia aos indígenas. Uma provisão de 24 de fevereiro de 1731 emitida também por Dom João V dava autorização ao governador de Minas, Dom Lourenço de Almeida, para que sentenciasse a pena de morte os carijós,

²⁹² DEAP BR PR APPR PB045 PC84.3..., p. 11.

²⁹³ Ibidem, p. 23.

²⁹⁴ SALES, Izabella F. O de e ZANGELMI, Arnaldo J. Armas no termo de Mariana (1707-1736): legislação e direito comum. *Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. 28 (2), UFPE, 2010. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/130>, p. 13.

bastardos, mulatos e negros que cometessem crimes de assassinato, especialmente a morte de seus senhores. Um trecho da provisão afirma que

[...] havendo visto a conta que me deu o governador e capitão general da Capitania das Minas Dom Lourenço de Almeida em carta de 7 de maio do ano passado sobre os muitos e contínuos delitos que se estão fazendo naquelas Minas por bastardos, carijós, mulatos e negros porque, como não viam exemplo de serem enforcados e a justiça que deles se faz nessa cidade da Bahia lhe não consta, são demasiadamente matadores por cuja razão me pedia fosse servido dar aos ouvidores gerais das comarcas a mesma jurisdição que tem os do Rio de Janeiro de sentenciarem à morte em Junta com os governadores e mais ministros [...].²⁹⁵

Na provisão o rei Dom João V informa que concederia ao governador de Minas a mesma jurisdição que já havia concedido ao do Rio de Janeiro e São Paulo. Os bastardos e carijós, juntamente com os negros e mulatos, eram vistos como uma ameaça à sociedade, merecendo punição exemplar quando cometessem delitos. Diante de tal quadro, nada mais natural que fosse proibido o acesso à armas de fogo por estes que eram considerados “demasiadamente matadores”.

O ouvidor Pardinho, nos seus já conhecidos provimentos deixados na vila de Curitiba no ano de 1721 também fez alusão ao uso de armas entre a população civil. O 72º artigo proveu que “em nenhum caso se pode vender ao dito Gentio e índios, das campanhas, armas algumas de qualquer gênero que sejam quer ofensivas, quer defensivas por ser proibido pelas Leis do Reino e especiais deste Estado”. Mais adiante no 86º artigo, Pardinho “proveu que os juízes ordinários tivessem particular cuidado de vedarem o uso das armas proibidas, a qualquer pessoa dentro da vila, ainda fora dela aos negros e carijós”.²⁹⁶

A orientação dada pela Coroa portuguesa através da legislação era para que as autoridades controlassem o uso de armas pela população, especialmente pela parcela mais pobre e considerada inferior, qual seja, os índios e os negros. No entanto, a proibição pela lei não significava o cumprimento na prática. Tanto homens livres quanto índios administrados e escravos negros tinham acesso a armas. Sebastião e Miguel, administrados apresentados anteriormente, portavam espingardas; Domingues Vellozo, “homem do gentio da terra”, portava uma faca quando supostamente avançou sobre João Gonçalves Cardoso, motivado por uma discussão que tiveram a respeito de um jogo chamado “trumpho”.²⁹⁷ Segundo depoimento das testemunhas, Domingues teria perseguido João Cardoso com uma faca dentro

²⁹⁵ AHU, Registro de Cartas Régias, Cod. 248, fl. 335. Provisão de 24 de fevereiro de 1731.

²⁹⁶ *PÁGINAS escolhidas: história...* pp. 125 e 130.

²⁹⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1492.46. Traslado de apelação crime entre partes em que autora a justiça e ré João Gonçalves Cardoso. Curitiba, 1766.

do armazém que este último possuía no Arraial Grande. No meio da perseguição, João teria pegado uma espingarda, que possuía para “defesa de ladrões e feras”²⁹⁸ e, em legítima defesa, atirou em Domingues, que veio a falecer. O crime ocorreu em 1747 e no ano de 1766 o réu apelou da sentença. O documento está incompleto, mas, o fato de ser um traslado de apelação mostra que em primeira instância João Gonçalves Cardoso foi condenado pela morte do índio Domingues.

Domingues Vellozo, ao que indica o documento, era um índio forro, sem administrador. O fato de possuir um sobrenome e de estar referenciado no processo apenas como “homem do gentio da terra” assim o demonstra. Arraial Grande, local onde o crime foi cometido, era uma área de mineração na primeira metade do século XVIII e é provável que Domingues vivesse dessa atividade.²⁹⁹ Sendo um homem livre, Domingues circulava com mais facilidade entre os grupos sociais, interagindo com a população livre, fosse em relações de amizade ou de conflito, como aconteceu quando de seu encontro com João Gonçalves Cardoso, que acabou causando sua morte.

Sebastião e Miguel, mesmo sendo índios administrados e, portanto, muito próximos à condição de cativos, como ficou demonstrado nas seções anteriores, tiveram alcance a armas de fogo, as quais utilizaram para cometer atos violentos contra mulheres, indígenas ou brancas pobres, como era o caso das duas irmãs espancadas por Miguel. Ser mulher e indígena na sociedade do século XVIII, portanto, era estar sujeita aos mais variados tipos de violência: física, sexual e moral; no entanto, as mulheres também detinham poder, mesmo que em níveis mais baixos do que os homens. Em minha amostra encontrei vários processos em que mulheres indígenas, bastardas e até de origem africana foram acusadas de feitiçaria. Suas vítimas eram homens e mulheres que relatavam com temor o resultado dos feitiços lançados pelas mulheres, demonstrando que não eram completamente submissas nessa sociedade regida pelos homens.

Em setembro de 1763 João Batista Vitoriano foi acusado de ferir com ferro quente quatro administradas: Elena e suas filhas Ana e Verônica e Januária. As quatro estavam presas na cadeia da vila de Curitiba, condenadas por feitiçaria. Foi feito um auto de perguntas às mulheres presas que

responderam [...] que as prenderam e que depois de presas as tiveram na mesma prisões alguns dias em casa do ajudante Estevão Ribeiro Baião morador na freguesia de São José termo desta vila achando-se este ausente para as partes do Rio de Janeiro e pelas ditas

²⁹⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1492.46..., p. 13.

²⁹⁹ LEÃO, Ermelino de. Op. Cit, vol. V, pp. 2108-2109.

Elena e Januária foi dito que elas nas ditas prisões as trataram com açoites de ramos com espinhos e instrumentos de ferros quentes [...] ³⁰⁰

No mesmo momento em que foi feito o auto de perguntas, o tabelião e dois juízes ordinários procederam a exame de vistoria, comprovando os ferimentos alegados pelas vítimas que “pareciam serem feitos com instrumentos de ferro quente”. As quatro mulheres, antes de serem presas pela justiça, ficaram em “cárcere privado” – conforme referenciado no processo – na casa de Estevão Ribeiro Baião. Segundo elas, os autores dos ferimentos que descreveram foram João Batista Vitoriano, João Ferreira do Prado, Gregório, administrado de Gonçalo Soares Pais, e Paulo, escravo do tenente Francisco da Silva Freire. O documento ao qual se teve acesso refere-se apenas ao réu João Batista Vitoriano, cujo processo contra ele começou a tramitar somente no ano de 1770. Neste referido documento consta um traslado das tramitações anteriores, inclusive a devassa e o auto de perguntas feito às vítimas.

O réu João Batista alegou em sua defesa que não tinha nenhum motivo para espancar as administradas, pois não havia sido prejudicado por elas com seus feitiços e nem era parente de nenhuma vítima, ao contrário de Estevão Ribeiro Baião, cujas filhas ficaram gravemente enfermas, resultado dos feitiços que as administradas lhes fizeram. Pela análise de outros processos, vê-se que João Batista Vitoriano não estava tão distante das administradas quanto alegou em sua defesa. Ele foi uma das testemunhas de uma devassa realizada no ano de 1763 para saber quem teria feito feitiços a mulher de Manoel da Cunha. ³⁰¹ Em seu depoimento, João Batista afirmou que uma de suas escravas crioulas foi enfeitiçada e que

[...] viu ele testemunha botar pela boca por força de remédios contra malefícios castanhas ou caroços de pêssegos, pedaços de rendas velhas, pavios de candeias, linhas brancas do Reino, baratas e vários bichos desconhecidos, casco de gado, cabelos de negro, e pela via do intestino reto, duas penas de papagaio. ³⁰²

E quando foi perguntado sobre quem havia feito tais feitiços, não hesitou em responder que “sabia de ciência certa que Elena administrada de Úrsula de Almeida e mais duas filhas da dita Elena por nomes Anna e Verônica são feiticeiras [...]”. A julgar-se por este depoimento, João Batista Vitoriano teria motivos para querer vingar-se das administradas acusadas de feitiçaria, não apenas por ter uma sua escrava crioula prejudicada, mas também

³⁰⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1767.55. Traslado de autos de livramento crime que são partes a justiça por seu promotor autor, e réu João Batista Vitoriano. Curitiba, 1772, pp. 12-13.

³⁰¹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1363.41. Traslado de auto de devassa que mandou fazer o juiz ordinário o capitão Manoel Gonçalves de Sampaio para por ele devassar do conteúdo na petição do queixoso Manoel da Cunha, 1763.

³⁰² Ibidem, p. 7.

pela comoção e ódio que tais mulheres geravam na população. No entanto, a estratégia de João Batista funcionou e, no processo em que foi acusado de ser um dos autores dos ferimentos feitos às mulheres presas, foi absolvido tanto pelo juiz ordinário quanto pelo ouvidor, que confirmou a sentença proferida na instância inferior. O processo, porém, seguiu apelado para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, do que não consta a resolução.

A seguir Januária, Elena e suas duas filhas Anna e Verônica serão melhor apresentadas, além de outras mulheres, em sua maioria de origem indígena, que foram acusadas de feitiçaria e processadas por cometerem este ato considerado criminoso tanto aos olhos da Igreja como da Justiça. São processos judiciais que mostram o lugar que essas mulheres ocupavam nas relações de poder, a partir do domínio da feitiçaria.

3.3. Feitiçaria.

Os documentos analisados nesta pesquisa que dizem respeito à feitiçaria remetem a um universo majoritariamente feminino. De fato, durante o período colonial, quem se sobressaía nesse tipo de atividade eram as mulheres. No ano de 1728 o padre Raphael Bluteau, no verbete “feiticeira” de seu dicionário, chamou atenção para a ideia recorrente de “que haja maior número de feiticeiras que de feiticeiros”.³⁰³ A explicação dada pelo padre para a existência de mais mulheres do que homens envolvidos com a feitiçaria é simples: “ou porque as mulheres mais facilmente se deixam enganar pelo Demônio, ou porque, como são naturalmente mais vingativas e invejosas que os homens, com mais curiosa malícia estudam o modo de satisfazer estas paixões”.³⁰⁴ Bluteau não para por aí. Segundo ele, as mulheres “são embusteiras e não sabem a arte que professam, como certos homens insignes nela”.³⁰⁵ A desigualdade e a posição desprivilegiada ocupada pelas mulheres nessa sociedade ficam evidentes na definição de Bluteau.

A princípio, apenas quatro processos podem não parecer suficientes para uma análise mais aprofundada de um tema tão complexo quanto a feitiçaria. No entanto, as 382 páginas que compõem esses quatro processos, trazem informações bastante minuciosas e interessantes a respeito das relações mantidas entre os indígenas e a população branca e também sobre as crenças e superstições dessa sociedade. Mais ainda, estes processos permitem analisar a

³⁰³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...*, vol. 4, p. 63.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Ibidem, p. 64.

relação de poder das mulheres e a maneira como se comportavam nessa configuração social específica. São pelo menos 27 pessoas acusadas de praticar feitiçaria, sejam diretamente indiciadas nos processos ou apenas citadas pelas testemunhas. As vítimas somam 43, o que dá um universo de 70 pessoas envolvidas diretamente com a feitiçaria, fosse como acusadas ou como vítimas, isso sem contar as testemunhas. Tudo isso num espaço de 40 anos entre o primeiro processo (1735) e o último (1775).

Analisando o conjunto da documentação, tem-se um quadro bastante interessante. Dos 27 acusados, 24 são mulheres, ou seja, 89%. Dentre as 43 vítimas, 29 são mulheres, ou 68% do total. Como se vê esse é um universo majoritariamente feminino, apesar de não ser exclusivo delas.

Maria Beatriz Nizza da Silva analisou a presença constante das mulheres nos casos sobre feitiçaria no Brasil Colonial. Fazendo uso de documentação da Inquisição em Lisboa, juntamente com as visitas inquisitoriais feitas ao Brasil, esta autora escreveu um artigo chamado *Magia e Heterodoxia Femininas no Brasil Colonial*³⁰⁶. Ela faz uma espécie de tipologia do feitiço praticado por mulheres, classificando-os em *Rituais propiciatórios do amor, Curas e benzeduras, Malefícios, Adivinhações, Visionárias e Blasfêmias e Desacatos*.

Seguindo as definições de Nizza da Silva, todos os casos encontrados na documentação desta presente pesquisa, podem ser classificados dentro do *malefício*, ou seja, a provocação de um mal em alguém, como uma doença ou até mesmo a morte. Mas, ainda de acordo com essa mesma autora, malefício pode significar também o conjunto de coisas ou objetos que o causava, que eram colocados em locais como a soleira das portas ou embaixo das camas. Para as fontes aqui analisadas, a primeira definição é mais adequada.

No processo mais antigo, datado de 1735, Maria, mulher do gentio da terra, fora acusada de fazer malefícios à esposa de Manoel Gonçalves Carreira.³⁰⁷ Segundo o denunciante, sua mulher estava enferma há muito tempo, sem que houvesse remédio algum que a curasse. Segundo depoimentos de testemunhas, a mulher sentia dores e calores no peito, além de andar de gatinhos e gritar a todo o momento. O único alívio que conseguia, era com as sessões de exorcismo.

No processo mais complexo dos quatro, em que 19 pessoas são acusadas, várias mulheres da freguesia de São José começaram a vomitar “coisas extraordinárias”, como penas de passarinho, ossos e dentes de animais, camaleões, baratas vivas, castanhas e rendas velhas.

³⁰⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Magia e Heterodoxia femininas no Brasil Colonial*. Separata da *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, vol. XVII, 2002. pp. 185-210.

³⁰⁷ DEAP BR PRAPPR PB045 PC163.5. Denúnciação que faz Manoel Gonçalves Carreira contra Maria do gentio da terra casada com outro índio por nome Veríssimo da Silva, 1735.

A explicação encontrada para tal comportamento foi a feitiçaria. Como afirmou o denunciante, “só por arte diabólica as podem lançar pela boca quando pela grandeza das coisas se faz incrível sair pela garganta”.³⁰⁸

Da mesma maneira, Francisca Rodrigues da Cunha e sua filha Luiza, foram acusadas de matar a um homem com malefícios, o qual ficara acamado durante anos, até que veio a falecer.³⁰⁹ As duas são também acusadas de serem as culpadas pela doença que acometeu a Rita Rosa, que não encontrava remédio que a curasse, entre outras vítimas citadas ao longo do processo.

O malefício causado por feitiço, portanto, pode ser encarado como doença. Conforme argumentou André Nogueira, os malefícios causados por feitiços eram vistos pela população setecentista como mais um achaque de que poderiam ser acometidos e contra o qual também procuravam se proteger.³¹⁰ Pelo que pode ser apreendido na documentação, um dos possíveis remédios para essa doença eram os exorcismos da igreja, realizados em algumas das mulheres que vomitavam coisas extraordinárias pela boca e também na mulher que andava de gatinhos.

As acusações, portanto, eram todas pelo que Nizza da Silva chamou de malefícios. No entanto, em meio aos depoimentos, surgem dados sobre outros tipos de feitiçaria praticados nas vilas da Capitania de São Paulo durante o século XVIII.

No processo em que mãe e filha são acusadas de serem feitiçarias, surge em meio à defesa das rés a figura de um escravo de Pantaleão Pedroso, que seria adivinhador. Este negro teria vindo dos Campos Gerais a pedido de Rita Rosa, uma das supostas vítimas, para adivinhar quem teria lhe colocado os feitiços. No processo é descrito, inclusive, o ritual praticado pelo escravo, que fez uso de um prato de aguardente, onde recebia ofertas em dinheiro para fazer suas adivinhações. O procurador das rés, Joaquim Gaspar Teixeira, desqualifica o negro, chamando-o de “fingido feitiçeiro”. Independente da atuação do escravo, fato é que a população se utilizava desse tipo de prática. O escravo adivinhador deveria ter alguma fama, pois veio dos Campos Gerais até Curitiba, onde vivia Rita Rosa e as rés. Além disso, segundo consta no processo, todas as noites havia “curso de gente” para ver as adivinhações do escravo.³¹¹

³⁰⁸ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1363.41. Traslado de auto de devassa que mandou fazer o juiz ordinário o capitão Manoel Gonçalves de Sampaio para por ele devassar do conteúdo na petição do queixoso Manoel da Cunha. Curitiba, 1763. p. 2.

³⁰⁹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1947.61. Auto de prisão, hábito e tonsura feito a Francisca Rodrigues da Cunha e a sua filha Luiza Rodrigues da Cunha, 1775.

³¹⁰ NOGUEIRA, André Luís Lima. As “doenças de feitiço” e as Minas do século XVIII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011, pp. 1-16. p. 5.

³¹¹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1947.61... pp. 15-16.

Outra prática que aparece na documentação é a administração de remédios naturais. No processo mais antigo, de 1735, o denunciante Manoel Carreira chamou um índio que vivia em São Francisco do Sul para ajudar a desfazer os feitiços que foram feitos contra sua mulher, o que parecia ser uma alternativa aos exorcismos da igreja para conseguir algum alívio para as vítimas enfeitiçadas. O índio chamava-se Alexandre Pereira, testemunha jurada no processo, que disse viver “de fazer curas de várias ervas e cascas de paus e raízes tudo por saber as virtudes delas”.³¹² Este índio prestou depoimento com a ajuda de um intérprete “por não saber falar a língua portuguesa mais que tão somente a língua da terra”.³¹³ Alexandre, juntamente com o denunciante, o escravo Bernardo (seu intérprete) e a acusada Maria, foram até o local onde estavam enterrados os feitiços para desfazê-los e também foi ele quem buscou a casca de uma árvore para fazer um cozimento, na promessa de trazer algum alívio para a vítima.

A administração de remédios naturais surge também no processo em que Francisca e sua filha Luiza são acusadas de feitiçaria. Na defesa das rés, o procurador afirmou que Francisca “ama a seu próximo com muito amor e quando os vê com moléstias *lhe faz aqueles remédios* que entendem ser proveitosos como que se fosse para si própria” (grifo meu). Uma das testemunhas também afirmou que

as rés foram criadas em casa de Luzia da Cunha, pessoa de muita caridade e boa cristã, e que daí lhe procedeu o zelo com que trata os enfermos e os acodem em suas moléstias, *administrando alguns remédios que sabe* e lhes podem ser proveitosos”.³¹⁴ (grifo meu)

As curas com ervas, plantas e raízes, aliadas a rituais mágicos, poderiam ser consideradas curandeirismo e eram condenadas pela igreja. Nos dois casos aqui expostos, não fica evidente que existisse algum tipo de ritual além da administração dos remédios em si. No entanto, não deixam de ser práticas de curandeirismo, ligadas à sabedoria popular e não aos saberes médicos. Ao mesmo tempo em que Manoel Carreira abominava as práticas sobrenaturais executadas por Maria, chamou um curandeiro, na esperança de encontrar um antídoto para a doença de sua mulher. Como disse Laura de Mello e Souza, “o curandeiro tinha função paradoxal: identificado ao feitiçeiro, era frequentemente chamado para desfazer feitiços”.³¹⁵

³¹² DEAP BR PRAPPR PB045 PC163.5... p. 21.

³¹³ Ibidem, p. 22.

³¹⁴ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1947.61... p. 37.

³¹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 167.

No caso de Francisca, a administração de remédios naturais é colocada como algo benéfico, somente com a intenção de ajudar o próximo. Na verdade, essas práticas admitidas por Francisca podem ter lhe dado a fama de feiticeira. Ela era uma mulher indígena e que provavelmente tinha conhecimentos sobre os efeitos de ervas e plantas. Sua filha Luiza, cujo pai era um escravo negro do Hospício de Curitiba, deve ter aprendido as referidas práticas com a mãe, pelo que também fora acusada de feitiçaria.

Analisando mais uma vez o conjunto da documentação, percebe-se que além da predominância de mulheres entre as acusadas, há também a predominância de indígenas e seus descendentes: 18 dos 27 acusados eram do “gentio da terra”. Em contrapartida, há apenas dois negros escravos e uma mulata. Para os seis restantes não foi possível saber a origem étnica.

Essa predominância de indígenas pode ser explicada em parte pelo fato de existirem ainda na região da Comarca de Paranaguá, assim como em toda a Capitania de São Paulo para o século XVIII, conforme já explicitado anteriormente, um número significativo de índios no âmbito dos assentamentos portugueses, administrados ou não, ao contrário do que acontecia em outras regiões da América portuguesa. O estudo já citado de André Nogueira para Minas setecentista encontrou uma maior presença de africanos e crioulos envolvidos nos crimes de feitiçaria, isso porque a população mineira desse período era composta por um grande número de escravos e libertos.³¹⁶ Laura de Mello e Souza, pesquisando feitiçaria nas devassas eclesiásticas não apenas para Minas, mas para várias partes da colônia, também constatou que as práticas mágicas estavam carregadas de elementos africanos e os escravos e libertos eram presença constante na documentação.³¹⁷ Para os documentos aqui analisados, a presença de elementos africanos quase não se faz notar e a acusação de escravos e libertos é muito pequena frente à presença significativa de indígenas nessa seara. A seguir será traçado um perfil de algumas das acusadas de feitiçaria.

Maria Bicuda, do gentio da terra, era casada com o índio Veríssimo e viviam em Paranaguá no ano de 1735. Ela é a acusada no processo, mas seu marido também é referido por muitas testemunhas como sendo feiticeiro. Esse casal de indígenas, pelo que consta da documentação, não era administrado de nenhum senhor. Eles frequentavam a casa do denunciante Manoel Carreira, segundo depoimento de testemunhas e é possível que fossem agregados da propriedade desse senhor. Isso explicaria a relação com a família do

³¹⁶ NOGUEIRA, André Luís Lima. Op. Cit.

³¹⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 25.

denunciante e a motivação para Maria fazer os tais feitiços à mulher, os quais teria confessado.

Sobre essa confissão, ao ler as primeiras páginas do documento, tem-se a nítida noção de que Maria só confessara porque foi “atemorizada de alguns castigos”, conforme o próprio denunciante afirmou. No entanto, ao longo do processo, várias são as testemunhas que afirmam terem ouvido da própria Maria que fora ela quem fizera os feitiços. Aliado a isso, tem-se o fato de que ela fora juntamente com o denunciante e o índio Alexandre Pereira mostrar aonde havia feito os feitiços e que, com efeito, encontraram uma cova com carvões, que Maria confessou ser para causarem dores à mulher de Manoel Carreira. Maria parece não temer as consequências de sua confissão e, mais ainda, parece segura de suas ações, conforme demonstrou o depoimento de uma das testemunhas, que disse que “a dita denunciada dissera que se procedessem a prisão contra ela ou castigassem e morresse que todos de casa do dito denunciante haviam de morrer”.³¹⁸ Maria usava a feitiçaria também para se defender e ameaçar. Certamente sabia do temor que a população tinha de ser enfeitiçada e fazia uso disso para defender seus interesses, que no momento era não ser castigada e nem morta. As artes diabólicas de Maria, no entanto, não impediram que ela fosse condenada a quatro anos de degredo para fora da Comarca.

No ano de 1763, Manoel da Cunha foi até o juízo ordinário da vila de Curitiba para fazer uma denúncia. Dizia que sua mulher e quatro irmãs padeciam de malefícios e que por ser pessoa do povo que “está vendo este delito tão ativo por falta do castigo e tantos padecendo a força de malefício e o caso é de difícil prova, de forma que só por devassa se poderá vir no conhecimento dos delinquentes”.³¹⁹ Manoel não denunciou a ninguém, apenas relatou o sofrimento das mulheres de sua família e pediu que fosse feita uma devassa. Seu pedido foi atendido e 30 testemunhas foram inquiridas. É este processo o mais complexo, pois dentre os depoimentos surgiram 19 nomes de supostos feiticeiros e feiticeiras e 29 vítimas desses feitiços.

Nome unânime entre todas as testemunhas foi o de Elena, administrada de Úrsula Almeida de Siqueira, já apresentada na seção anterior. Várias destas testemunhas afirmam ter ouvido Elena confessar suas artes diabólicas, afirmando que foi o diabo quem a tentara a fazer tais coisas. Depois de presa, a administrada foi inquirida e afirmou que sua tia, por nome Januária, também referida na seção anterior,

³¹⁸ DEAP BR PRAPPR PB045 PC163.5..., p. 41.

³¹⁹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1363.41..., p. 2.

lhe dera uns embrulhos com umas manduzagens ensinando-lhe que os enterrasse a flor da terra para com eles fazer mal a umas filhas de Estevão Ribeiro, mas que só ao longe se lhe figuravam que viam várias coisas em diversas figuras, mas que nunca chegou a falar com o diabo, nem teve perto com ele, e que só usava das ditas coisas por lhe ensinar a dita Januária.³²⁰

Ainda sobre Elena, a testemunha João Barbosa Calheiros afirmou ter encontrado em uma cinta da administrada um *“livrinho com penas de aves e cabelos e umas raízes de pau encruzadas umas coisas com as outras”*.

Tia e sobrinha foram presas, além de três filhas de Elena, chamadas Ana, Clara e Verônica. Conforme visto na seção anterior, essas mulheres, antes de serem presas na cadeia da vila, foram torturadas na casa de Estevão Ribeiro Baião, sendo acusados João Batista Vitoriano, João Ferreira do Prado, um administrado chamado Gregório e um escravo chamado Paulo. Os dois primeiros acusados aparecem como testemunhas da devassa e, ambos, acusaram Elena e sua filha Clara, além de outras mulheres, de serem feitiçeras.

Interessante notar a relação de parentesco que existia entre Januária, Elena e suas três filhas. Trata-se de cinco mulheres da mesma família envolvidas com a feitiçaria, as mais velhas transmitindo os ensinamentos para as mais novas, pois como a própria Elena informou, sua tia Januária era sua mestra e ela, por sua vez, ensinara a suas filhas. Uma das testemunhas afirmou ter visto Elena ensinando a uma de suas filhas, com uma agulha e um fio. E a “tradição” de feitiçeras na família não para por aí. Foram também citadas no processo, porém sem serem presas, uma irmã de Januária chamada Rebeca e sua filha, chamada Silvania. Temos então sete mulheres indígenas, da mesma família, acusadas de feitiçaria.

Outro nome que chamou atenção na documentação foi o de Sipriana Rodrigues Seixas. Filha de João Mulato, casada com Antonio de Lima, impressiona o número de mortes imputadas a ela. São sete pessoas, sendo quatro escravos, um bastardo forro e duas mulheres livres. Sipriana também foi presa e pronunciada no mesmo processo de 1763, em que as mulheres da família de Elena também foram presas. Nove das trinta testemunhas citaram Sipriana como suspeita de praticar feitiçaria e uma delas afirmou que esta aprendeu as artes diabólicas com um escravo chamado Francisco, pertencente à Maria de Mendonça. Interessante notar que Sipriana era mulata e se o depoimento da testemunha for verdadeiro, ela aprendeu os feitiços com um escravo, provavelmente mulato como ela, talvez conhecido da família ainda dos tempos do cativo.

³²⁰ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1363.41..., p. 16.

O quarto processo ainda não mencionado aqui, refere-se justamente a Sipriana.³²¹ No ano de 1773, dez anos depois do primeiro processo em que foi pronunciada e presa, é feito um auto cível de libelo crime entre partes na Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá, cujo ouvidor nesse período estava em correição na vila de Curitiba. A justiça é a autora e Sipriana, representada por seu procurador, a ré. O processo refere-se a devassa produzida em 1763, da qual consta traslado das partes que referiam-se a ré em questão. Em 1773 ela estava presa na cadeia de Curitiba, mas não é possível saber se ficou durante estes 10 anos na prisão. Além disso, infelizmente, esse processo está incompleto e não é possível saber se Sipriana foi condenada ou absolvida. Se dependesse do empenho de seu procurador, é muito provável que ela fosse absolvida, como será comentado adiante.

Do outro lado da história estavam as vítimas acometidas dos malefícios. Quem eram essas pessoas? Como foi mencionado, do total de 43 pessoas referidas nos processos, mais da metade eram mulheres (29 ou 68%). 12 dessas vítimas eram escravos, o que pode incluir algum administrado, pois há casos em que as testemunhas referem-se a escravo e depois o senhor ou o próprio escravo confirmam que se tratava, na verdade, de um indígena administrado. Quatro eram indígenas, sendo um bastardo forro, um carijó, e dois administrados (mãe e filho).

A grande maioria das vítimas era, no entanto, livre, pelo menos até onde se tem informações. É possível que algumas das pessoas referidas fossem libertas ou até mesmo bastardas, sem que isso fosse mencionado na documentação. Mas é certo que entre as vítimas dos malefícios que faziam vomitar coisas extraordinárias, a maioria eram moças brancas – como inclusive se refere uma testemunha – e livres. O principal alvo de Elena, sua tia Januária e suas filhas foram, nesse caso, mulheres brancas e livres. Há, então, uma clara distinção entre as acusadas e suas vítimas. Pertenciam a camadas diferentes da população que, não raramente, deveriam entrar em conflito.

Em apenas um dos casos, o de Francisca e sua filha Luiza, uma das testemunhas afirma que Francisca colocara feitiços em um de seus filhos por este ter dado uma bofetada em um seu neto. Nos outros casos, nem as testemunhas ou mesmo as acusadas informam o que as motivou a fazer o feitiço. Apenas Elena e Maria Bicuda dizem terem sido tentadas pelo demônio, sem dar nenhuma pista da existência de alguma desavença entre os envolvidos.

Mesmo sem saber os reais motivos que podem ter levado as acusadas a fazerem os feitiços, é preciso levar em conta que a grande maioria das pessoas acusadas nesses processos

³²¹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1837.57. Autos cíveis de libelo crime entre partes, em que é autora a justiça e ré Sipriana Rodrigues Seixas. Curitiba, 1773.

aqui analisados pertencia às camadas mais pobres da população. Eram marginalizados por sua condição, fosse de indígena, escravo ou até mesmo liberto. E se os homens já eram marginalizados, as mulheres eram mais ainda. Sua condição no século XVIII era de submissão aos homens, o que se reflete inclusive na estrutura dos processos. A mulher quase nunca aparece como testemunha e, quando aparece, não pode assinar seu depoimento, mesmo que soubesse ler e escrever (o que era raro). Depois do depoimento, o escrivão diz: “por ser mulher e por não saber ler nem escrever assinou ele doutor ouvidor com o seu nome inteiro”.

A feitiçaria, portanto, pode ser vista como uma maneira dessas mulheres barganharem melhores condições dentro dessa sociedade dominada por homens. A ameaça do feitiço, temida por todos, poderia ser uma moeda de troca, como mostrou o caso de Maria Bicuda: se fosse castigada ou morta, todos da casa do denunciante morreriam. O fato de a maioria das envolvidas nos processos ser de origem indígena também revela que esse grupo cada vez mais estava ciente de que seu papel dentro desta sociedade estava mudando. O passado ligado à escravidão indígena estava ficando para trás e, por consequência, o grau de retenção de poder destas pessoas aumentava, dando margem para que fizessem ameaças a seus opositores a partir, neste caso, dos feitiços e malefícios.

Por outro lado, deve-se pensar também nos motivos que levaram os denunciante a acusar determinadas pessoas. É possível que o nome de alguns dos acusados tenha sido citado apenas por vingança ou algum conflito mal resolvido. Como afirmou Laura de Mello e Souza, “denúncias de feitiçaria frequentemente refletiam tensões existentes entre vizinhos, conhecidos, inimigos”.³²² Essa foi justamente a estratégia dos dois procuradores que aparecem nos documentos aqui analisados.

Joaquim Gaspar Teixeira, procurador de Francisca Rodrigues da Cunha e sua filha Luiza, disse que suas constituintes foram primeiramente acusadas por Romana Alvares Teixeira, vizinha das rés, com quem travaram uma ação na justiça. Os animais de Romana teriam invadido o sítio das rés e destruído suas roças. O juiz deu ganho de causa para Francisca, pelo que Romana teria dito que mãe e filha eram feiticeiras e que tinham inclusive enfeitiçado os juizes. Já o escravo adivinhador, que disse terem sido Francisca e Luiza as responsáveis pela doença de Rita Rosa, teria sido motivado pelo fato de querer casar-se com Luiza e seus pais não consentirem. A estratégia de Joaquim Gaspar Teixeira funcionou, pois mãe e filha foram absolvidas da acusação, por falta de provas e também pelo depoimento das testemunhas, que confirmaram as histórias contadas na defesa do procurador.

³²² SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra...* p. 197.

Sipriana e seu procurador, Francisco Caetano de Noronha, também fizeram uso da mesma estratégia. Desqualificaram seus acusadores, afirmando terem sido motivados por questões particulares. Segundo a defesa, o nome de Sipriana foi citado primeiramente por dois homens: Antonio Malachias e João Batista Vitoriano, o mesmo acusado de torturar Januária, Elena e suas filhas. O primeiro teria inveja dos poucos bens que Sipriana possuía e o segundo, queria ter tratos ilícitos com ela e não foi bem-sucedido no seu intuito. Toda a acusação teria começado por essas duas figuras e as outras testemunhas que também acusaram Sipriana, teriam sido influenciadas pelo discurso daqueles dois senhores. Francisco Caetano de Noronha, para estruturar a defesa de sua constituinte, fez anotações ao lado dos depoimentos no processo. Em vários momentos ele escreve a palavra “*carambola*”, que segundo Rafael Bluteau significa artifício e engano para alguém escapar e zombar de pessoa com quem trata.³²³ Além disso, escreve palavras como “Ouvira dizer não é prova atendível” ou ainda “E quem viu fazer os feitiços?” Infelizmente, como já foi mencionado, esse processo está incompleto e não foi possível saber se os esforços do procurador surtiram efeito.

Fossem carambolas ou artes diabólicas, a feitiçaria esteve presente no cotidiano da população que vivia na Comarca de Paranaguá no século XVIII. Ela reflete os conflitos que existiam entre as diferentes camadas da sociedade e até mesmo entre os iguais, que não estavam livres de se verem em situações de conflito e inimizade. Como afirmou Laura de Mello e Souza,

Muito do que ficou dito nas devassas não deve ter acontecido exatamente daquela forma e talvez não tenha acontecido nunca. Mas isso não me parece grave: fantasia ou realidade, as denúncias e relatos das testemunhas apresentam um valor que ultrapassa os subsídios eventualmente fornecidos para a melhor compreensão das condições materiais de vida das camadas pobres nas Minas setecentistas: elas permitem a elaboração de estudos sobre a mentalidade desses indivíduos e, nesse sentido, seu valor é inestimável.³²⁴

Apesar de referir-se às devassas eclesiásticas que usou em seu trabalho sobre Minas Gerais, a citação de Laura de Mello e Souza serve perfeitamente para os processos aqui analisados. Antes de refletirem a realidade tal qual acontecida, esse tipo de documentação permite apreender sobre os relacionamentos, conflituosos ou não, entre os diferentes grupos que compunham a sociedade colonial.

³²³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...*, vol. 2, p. 135.

³²⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito...*, p. 27.

3.4. Bens, dívidas e créditos.

O mercado de compra e venda das vilas coloniais era mantido por uma cadeia de endividamento. Os empréstimos de dinheiro e ouro e os créditos passados como garantia eram comuns na vila de Curitiba e Paranaguá e envolviam tanto pequenos proprietários como alguns com mais posse, considerando os padrões da sociedade local. O número de processos judiciais que dizem respeito a dívidas é bastante avultado em minha amostra. Dos 366 documentos, 182 dizem respeito a cobranças de dívidas e pedidos de execução de sentenças favoráveis, que quase sempre envolvia a penhora de bens. Joacir Navarro Borges, em sua tese de doutoramento, analisou a atividade judiciária da Câmara Municipal de Curitiba entre os anos de 1731 e 1752.³²⁵ Borges utilizou os livros de audiência da Câmara, onde constam as decisões judiciais de processos que tramitaram pelo juízo ordinário da vila. Este autor constatou que 85% dos litígios referiam-se a endividamentos.

Com um mercado de crédito tão ativo, não é de se estranhar que também a população mais pobre, que incluía os índios e também os escravos e libertos, se envolvessem nessa cadeia de endividamento. Dentre os processos judiciais levantados para esta pesquisa, constam três em que é possível verificar a presença de indígenas e seus descendentes nas transações de compra e venda, ainda que de maneira muito tímida e pouco significativa em termos financeiros. Os documentos são datados dos anos de 1740, 1741 e 1768. Todos eles envolvem animais como cavalos, potros e gado vacum e tramitaram na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, apesar de envolver pessoas de outras localidades da Comarca de Paranaguá, como Laguna, e também Viamão, no Rio Grande de São Pedro do Sul. Em dois dos casos os indígenas são proprietários desses animais e viram a sua propriedade ser contestada na justiça. No outro caso um administrado estava sendo cobrado por uma dívida por compra de tecidos e empréstimo de dinheiro, que ficou de pagar ao seu credor com uma vaca e sua cria, o que não havia feito até o momento de abertura do processo.

Em dois dos casos fica claro o envolvimento dos indígenas com o negócio de tropas, já que são citadas transações comerciais com animais em vilas como Laguna e Viamão, regiões onde o gado era comprado para então ser levado a Curitiba e, depois, a outras vilas da região sudeste da América portuguesa. Joacir Navarro Borges sugere que a abertura do Caminho de Viamão, em 1731, que ligava os campos do sul com a região sudeste, passando pelos campos de Curitiba, foi responsável pelo aumento das redes de endividamento na região

³²⁵ BORGES, Joacir Navarro. *Das Justças e dos litígios...*

não apenas da vila de Curitiba, mas de todo o seu termo.³²⁶ De fato, os três processos aqui analisados tramitaram após a abertura do caminho. Da mesma maneira, entre os outros processos de cobranças de dívidas, apenas um deles é anterior a 1731. Vamos agora aos detalhes dos casos que envolveram indígenas.

O documento de 1740 é o caso mais complexo e o mais extenso.³²⁷ Salvador Fernandes de Siqueira e João Batista Pereira estavam em Viamão fazendo negócios de compra e venda de animais. Decidiram, de comum acordo, trocar cavalos que tinham em suas tropas. Salvador ficou com um castanho que pertencia a João Batista e este, por sua vez, saiu da troca com um cavalo pangaré. No entanto, ao retornarem a Curitiba, Pedro Pinto, um administrado, entrou na justiça para justificar que o cavalo pangaré, que antes pertencia a Salvador Fernandes de Siqueira, na verdade, lhe pertencia. O processo instaurado pelo administrado, infelizmente, não foi encontrado. Consta apenas a informação de que Pedro Pinto obteve sentença favorável do juiz, que ordenou que o cavalo lhe fosse devolvido.

Com a devolução do cavalo ao administrado, seu verdadeiro dono, João Batista ficou no prejuízo e entrou na justiça para que Salvador Fernandes de Siqueira lhe pagasse o valor referente ao cavalo. É dessa contenda que o processo aqui analisado se trata. Salvador havia sido citado por João Batista para que lhe devolvesse o cavalo que tinham trocado em Viamão e, por não concordar com tal pedido, apresentou embargos na justiça. Em seus embargos ele alegou ter comprado o tal cavalo pangaré por 6\$400 réis de Bernardo Pinto na vila de Laguna e que este, por sua vez, o havia trazido do Rio Grande. Informou ainda que a troca que havia feito com João Batista ocorreu há mais de oito meses. Também nos embargos, Salvador tentou desqualificar Pedro Pinto, o administrado que ficou com seu cavalo:

[...] P[rovará] que Pedro Pinto que se diz ser seu o dito cavalo é administrado de Francisco Pinto Bandeira, irmão do vendedor do dito cavalo, e por tal tinha razão de saber de bondade, e sinais do dito cavalo e assim não se ajusta a razão de dizer ser seu, sendo administrado da casa; quanto mais P[rovará] ele embargante que comprou o cavalo em boa fé publicamente na vila de Laguna da onde o dito Pedro Pinto carijó veio e o não conheceu se não aqui, de que se colige ser aleivosia sendo feita a compra a perto de ano; em conclusão P[rovará] ele embargante ser o dito vendedor dos principais daquela terra homem muito verdadeiro e inteira satisfação e não de presumir furtasse o dito cavalo, majormente de seu administrado [...]³²⁸

³²⁶ BORGES, Joacir Navarro. *Das Justiças e dos litígios...*, p. 194.

³²⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC306.9. Autuação de petição apresentada por parte de Salvador Fernandes. Curitiba, 1740.

³²⁸ Ibidem, pp. 7-8.

Salvador enfatizou a condição de Pedro Pinto enquanto administrado da casa e que, por isso, conhecia bem o tal cavalo e se aproveitou para dizer que era seu. Pelo que se entende do documento, Pedro era administrado de um senhor em Laguna, mas veio reclamar a posse de seu cavalo na vila de Curitiba, oito meses depois de ter sido feita a troca entre Salvador e João Batista. Há de se levar em conta que a viagem entre Laguna e Curitiba não era rápida, levando certamente mais de um mês para se fazer o caminho entre uma e outra vila.³²⁹ Além disso, é possível que Pedro tenha demorado para saber que fim tinha levado seu cavalo e também para que tivesse condições de fazer uma viagem até Curitiba, uma vez que era administrado e teria restrições para sair dos domínios de seu administrador. Outro fato interessante alegado nos embargos de Salvador é a impossibilidade de que Bernardo Pinto, homem dos “principais daquela terra”, houvesse furtado um cavalo, tanto mais de um administrado. O embargante, portanto, estava tentando convencer o juiz ordinário de que Pedro Pinto não era o verdadeiro dono do cavalo, tratando-se de uma fraude ou, utilizando o termo colocado por ele em seu embargo, aleivosia.

João Batista Pereira, o embargado, contrariou os argumentos apresentados pelo embargante Salvador. Ele alegou que as razões apresentadas não eram suficientes para que fosse feito o embargo na devolução do cavalo para Pedro Pinto. Segundo João Batista, dizer que a compra foi feita de Bernardo Pinto, homem verdadeiro da vila de Laguna, não era argumento relevante. Da mesma maneira, alegou que

[...] funda-se mais o embargante Salvador Fernandes em que Pedro Pinto é administrado de um irmão de Bernardo Pinto o qual fundamento também não é o bastante por que *os administrados podem possuir seus bens como também roças, plantas, cavalos, dinheiro e outros quaisquer bens que ganharem*, e da mesma prova que o embargante produziu aos seus embargantes se mostra depor as suas testemunhas que os administrados naquela terra também possuem cavalos e outros mais bens. [...] (grifo meu).³³⁰

João Batista rebateu as alegações do embargante Salvador Fernandes de Siqueira no que se refere ao administrado. Segundo ele, não havia nada de irregular ou de incomum no fato dele possuir um cavalo, já que os administrados poderiam possuir quaisquer tipos de bens. Além disso, João Batista relembra que Pedro Pinto, o administrado, justificou na justiça

³²⁹ A viagem entre os campos de Viamão e Curitiba levava cerca de três meses. Daí infere-se que a viagem entre Laguna e Curitiba deveria levar pelo menos a metade do tempo. Cf.: HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes* (c.1727-c.1763). Dissertação de mestrado: UFRJ, 2002, p. 137

³³⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC306.9...p. 16.

que o cavalo lhe pertencia, obtendo sentença favorável do juiz, pelo que ele teve que fazer a entrega do bem reclamado.

Infelizmente não consta anexo a este documento o tal processo de justificação de Pedro Pinto, apesar de em vários momentos ser mencionado que a justificação estaria apensa. Sobre Pedro Pinto são poucas as informações que se tem além de que ele conseguiu reaver seu cavalo e que era administrado de um senhor da vila de Laguna. Em relação a contenda entre Salvador e João Batista, o juiz ordinário Salvador de Albuquerque não aceitou os embargos apresentados e sentenciou que Salvador devolvesse o cavalo castanho a João Batista, com quem o havia trocado pelo pangaré e, mais ainda, ordenou que Bernardo Pinto, o vendedor do cavalo em Laguna, devolvesse a quantia referente a compra a Salvador Fernandes de Siqueira. Todo o negócio, portanto, foi desfeito, prevalecendo o direito à propriedade do administrado Pedro Pinto.

A história de Pedro Pinto remete ao que foi dito na abertura deste capítulo em relação à reinvenção e à incorporação de práticas e tecnologias dos europeus, citada por John Monteiro.³³¹ Os dois exemplos usados por esse autor foram justamente o cavalo e o comércio. Pedro Pinto possuía um cavalo, vivia na vila de Laguna e foi até Curitiba reaver seu animal. Seu administrador, muito provavelmente, estava envolvido no negócio de tropas, que na época do processo, 1740, estava em pleno desenvolvimento na região sul, impulsionado pela abertura do Caminho do Viamão.³³² Os índios administrados que viviam nessas áreas se envolviam também se não com o comércio, ao menos com o modo de vida dos tropeiros, criando a necessidade de possuírem animais, fosse para transporte ou para seu próprio consumo. No caso dos cavalos, Martha Hameister afirma que sua utilidade era para transporte de pessoas e de cargas leves, além do seu uso militar, nas tropas de cavalaria.³³³ O cavalo castanho de Pedro Pinto, portanto, deveria ser usado por ele como meio de transporte, permitindo assim uma maior mobilidade espacial na região.

Para além do uso que Pedro fazia de seu cavalo, é importante notar o envolvimento dos indígenas dessa região com o comércio de animais. Martha Hameister, em seu mesmo trabalho citado há pouco, fala sobre a vila de Laguna e a atividade de “preia de gado”, uma das principais geradoras de recurso para a citada vila, fundada em 1684. Os índios cristianizados da região acompanharam muitas das viagens para captura do gado, que havia em abundância nos campos que se estendiam até a Colônia do Sacramento, fundada em 1680

³³¹ MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e historiadores...* p. 56.

³³² PORTELA, Bruna Marina. *Caminhos do Cativo*: a configuração de uma comunidade escrava. (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação de mestrado: UFPR, 2007. p. 9.

³³³ HAMEISTER, Martha Daisson. Op. Cit., p. 201.

pelos portugueses e alvo de constantes disputas entre estes últimos e os espanhóis de Buenos Aires.³³⁴ Dado esse contexto, é possível inferir que os indígenas dessa região estavam habituados à lida com os animais e que quando tivessem a possibilidade, tratariam de conseguir o seu próprio gado, fosse ele vacum, cavalhar ou muar.

E não era só a região de Laguna e do Continente do Rio Grande de São Pedro que estava envolvida com o comércio e animais. A vila de Curitiba e, por extensão, a vila de Paranaguá, também se beneficiavam do negócio de gado que se iniciava na década de 1730, após a abertura do Caminho de Viamão. O trato entre moradores das vilas de Laguna, Viamão e Curitiba era frequente, uma vez que o gado era capturado nos campos de Viamão e Laguna e conduzidos até Sorocaba, onde eram vendidos a negociantes de outras vilas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e utilizados no abastecimento e no transporte. Os campos de Curitiba ficavam no meio da viagem; localização perfeita para o gado descansar da longa e cansativa jornada e engordar antes de ser conduzido à Sorocaba. Além de servirem para a invernagem do gado vindo do Continente de São Pedro, os campos de Curitiba – que abrangia toda a área que atualmente ocupam os municípios de Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva no Paraná, e também Lages e o campo dos Curitibaanos em Santa Catarina – também eram utilizados para a criação do gado.

O segundo documento mais antigo entre os três selecionados para esta seção, datado de 1741, também remete ao universo do comércio e da criação de animais e das redes de relações estabelecidas entre as populações das diversas vilas envolvidas neste negócio. Na petição inicial do processo judicial não está dito que o suplicante é de origem indígena:

Diz Salvador Gonçalves, morador desta vila, que a ele suplicante se lhe tem feito embargos em dois potros que trouxe das estâncias de Viamão a requerimento de João Martins Rodrigues morador da vila de Laguna cujo embargo se tem feito em virtude de uma justificação que neste juízo fez o coronel Francisco Pinto do Rego introduzindo ser procurador do dito João Martins e porque não só fez a dita justificação sem citação da parte mas também nela não juntou procuração nem poder algum mais que [?] ao suplicante e por que este tem legítimos embargos ao procedimento do referido embargo;

Pede a vmce sr. Juiz ordinário lhe faça mercê mandar dar vista dele com a justificação junta para o suplicante dizer de sua justiça.³³⁵

A informação de que Salvador Gonçalves é indígena é dada pelo juiz ordinário, o capitão Miguel Rodrigues Ribas, em seu mandado de embargo dos cavalos que estavam em poder de “Salvador índio”. Interessante notar a distinção de Salvador em relação a Pedro

³³⁴ HAMEISTER, Martha Daisson. Op. Cit., pp. 30-32.

³³⁵ DEAP BR PRAPPR PB045 PC571.16. Autuação de petição apresentada por parte de Salvador Gonçalves. Curitiba, 1741. p. 2.

Pinto. Este último aparece sempre como “administrado”, enquanto Salvador é sempre referido apenas como “índio”, o que evidencia uma distinção social entre os dois, mesmo sendo ambos de origem indígena. Pedro tinha um administrador, cujo nome foi citado no processo e a quem deveria se submeter, mas Salvador parece ser um índio “livre”, sem ninguém a quem estivesse vinculado.

A petição de Salvador, como se vê no trecho transcrito acima, solicita que o procurador de João Martins Rodrigues apresente a procuração que lhe dá poderes e também solicita vista da justificação apresentada por João Martins Rodrigues. Por conta da justificação, o juiz determinou o embargo e o depósito dos cavalos trazidos por Salvador “das estâncias de Viamão” com Francisco Nunes, enquanto a disputa não fosse resolvida. Na justificação, João Martins Rodrigues apresentou sua petição no teor seguinte:

Diz João Martins Rodrigues por seu bastante procurador que das estâncias de Viamão lhe tem desaparecido vários cavalos seus com a sua marca a margem; e porque agora em mão e poder de várias pessoas se acham alguns, especialmente em poder de um índio por nome Salvador se acham seis que trouxe furtados da dita estância, o que quer o suplicante justificar, e provado o que baste se lhe passe mandado para deles tomar entrega, citando-se o suplicado para que tendo que alegar de seu direito e justiça o faça no termo de 24 horas.³³⁶

Como consta na petição de Salvador, João Martins Rodrigues obteve sentença favorável em sua justificação, conseguindo um mandado de embargo nos cavalos que, segundo ele, teriam sido roubados de sua estância no Viamão. Para comprovar que os cavalos eram seus, João Rodrigues apresentou três testemunhas que, de fato, afirmaram terem os cavalos a marca referida e que, portanto, pertenciam ao referido senhor. No entanto, estas mesmas testemunhas, sendo duas delas residentes em Laguna e uma nas “campanhas do Rio Grande do Sul”, conforme especificado no documento, afirmaram que o índio Salvador levou os cavalos por ordem do tenente da guarda das estâncias do Viamão, Francisco Barreto, como pagamento pelo trabalho que tinha feito na estância de João Martins Rodrigues. A testemunha José dos Santos Pereira, “estante nesta vila, homem solteiro, vindouro das partes de Laguna”³³⁷, disse em seu depoimento que:

[...] ouvira dizer em Viamão que o dito Salvador índio estivera tratando da fazenda de João Martins Rodrigues pelo pôr em seu lugar outro homem que dela tratava cujo nome ele testemunha não sabe e o tinha posto nela na ausência que fez, e que querendo seguir viagem o dito índio chamado Salvador deu parte ao tenente da guarda Francisco Barreto,

³³⁶ DEAP BR PRAPPR PB045 PC571.16..., p. 7.

³³⁷ Ibidem, p. 10.

que queria ser pago de seu trabalho, e que o tenente da guarda lhe dera de conselho ou mandara que tirasse digo que se pagasse a dita fazenda, e o dito índio tirara seis potros com a mesma marca da dita fazenda de João Martins e mais não disse e se assinou [...] ³³⁸

As outras duas testemunhas corroboraram o que disse José dos Santos Pereira e, mesmo assim, o juiz ordinário Miguel Rodrigues Ribas ordenou que os seis poldros fossem entregues ao procurador do justificante João Martins Rodrigues, dando dois dias ao índio Salvador para que apresentasse seus embargos. E foi o que ele fez. Salvador Gonçalves, o índio, nomeou Paulo da Rocha como seu procurador, que apresentou embargos de nulidade ao procedimento de embargo dos animais trazidos por seu constituinte das estâncias do Viamão. O procurador usou como argumento a inconsistência da formação do processo pelo juiz ordinário, que aceitou a justificação de João Martins Rodrigues, mas não citou a Salvador, e também denunciou a falta de uma procuração feita por João Martins Rodrigues dando plenos poderes a Francisco Pinto do Rego, o homem que o representou no pedido de justificação. Além disso, Paulo da Rocha confirma o que disseram as testemunhas a respeito do índio Salvador e complementa:

[...] o embargante [Salvador] se trouxe os tais potros fez em pagamento de seu trabalho que teve de servir oito meses na fazenda de João Martins Rodrigues a três mil réis por mês como se ajustou com sua mulher, Luiza dos Santos, e esta mesma lhe deu consentimento para se pagar nos referidos potros, visto querer o embargante seguir sua viagem e seu marido estar ausente e o mesmo se mostra pelo dito das testemunhas da inquirição como o embargante serviu na dita fazenda e que a beneplácito do tenente da guarda daquelas partes, Francisco Barreto, fizera em tomar os ditos potros em seu pagamento. ³³⁹

Salvador Gonçalves, portanto, teria trabalhado oito meses na fazenda de João Martins Rodrigues. Querendo seguir viagem e estando este último ausente, pegou como pagamento seis cavalos que pertenciam aquele senhor, orientado não só pelo tenente da guarda, mas pela própria mulher de João Rodrigues, segundo informou o procurador Paulo da Rocha nos embargos apresentados.

O processo teve início em janeiro de 1741 e, em maio, ainda não havia uma resolução. Nesta altura atuou como procurador de Salvador Gonçalves, Antonio Francisco de Siqueira, que fez suas considerações lamentando o mau ordenamento do processo e a falta de apresentação da procuração por parte de João Martins Rodrigues, o que anulava todo o processo. Antonio de Siqueira ressaltou os prejuízos de seu constituinte ao embargarem “os

³³⁸ DEAP BR PRAPPR PB045 PC571.16..., p. 11.

³³⁹ Ibidem, p. 15.

seus cavalos que com tanto trabalho ganhou e no suor de seu rosto o conduziu por sertões e caminhos tão dilatados”.³⁴⁰ Finalmente, no dia 18 de maio de 1741, o juiz ordinário ordenou que o embargo dos poldros fosse suspenso, por falta da apresentação da procuração por parte de João Martins Rodrigues. Os cavalos retornaram para o poder de Salvador Gonçalves mais de quatro meses após o início do processo.

Este documento mostra, juntamente com o anteriormente apresentado ainda nesta seção, a mobilidade espacial que havia no território meridional da América portuguesa, principalmente após a abertura do Caminho de Viamão e do incremento das atividades relacionadas ao trato com os animais. Não apenas a população mais abastada dessas regiões se beneficiou com o comércio de gado, mas também os estratos mais pobres e estigmatizados, como era o caso dos indígenas. Salvador Gonçalves, o índio que trouxe os poldros de uma estância do Viamão como pagamento de seu trabalho, residia em Curitiba, conforme consta no auto de embargo feito nos cavalos, no bairro chamado Tindiquera. No entanto, ficou oito meses em Viamão, cuidando da estância de um proprietário mais endinheirado. Pedro Pinto, o administrado do processo apresentado anteriormente, residia em Laguna, mas se deslocou até Curitiba para reaver um cavalo que dizia lhe pertencer. Assim, a mobilidade espacial parece ser uma realidade para esses dois personagens aqui apresentados, possibilitada pelas atividades que envolviam a criação, a condução e a comercialização de animais.

O último caso, datado do ano de 1768, ao contrário dos dois primeiros, não traz nenhuma evidência de mobilidade espacial, mas sim da criação de animais. Joaquim Ferreira, morador de Curitiba, foi à justiça reclamar contra Francisco das Neves, administrado de Maria das Neves, por conta de uma dívida que não foi paga, no valor de 4\$240 réis.³⁴¹ O motivo da dívida foi a compra de dois côvados de baeta de cor, o que dava pouco mais de 1,30 metros de tecido, e de dinheiro, provavelmente empréstimo, que o administrado havia feito a Joaquim Ferreira. Francisco das Neves havia prometido como pagamento desta dívida entregar ao autor uma vaca com cria, o que não fez e motivou o credor a procurar a justiça para receber o pagamento que lhe era devido. O réu foi citado pelo juiz ordinário e confessou ser devedor, pelo que foi condenado. Trata-se de um processo curto no qual não consta a execução da dívida, que era feita em outro processo, que não consta em minha amostra. Mas, mesmo que não conste a resolução do caso, este documento traz um índio administrado enquanto devedor e, portanto, possuidor de bens e ativo no mercado de crédito da região. A promessa de pagar a

³⁴⁰ DEAP BR PRAPPR PB045 PC571.16..., p. 23.

³⁴¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1575.48. Autos cíveis de ação da alma entre partes. Autor: Joaquim Ferreira. Réu: Francisco das Neves. Curitiba, 1768.

dívida com uma vaca e sua cria dá margem para pensar que o administrado Francisco das Neves possuía uma criação de animais no mínimo para seu próprio sustento.

Os casos apresentados aqui, de indígenas possuidores de bens e envolvidos no mercado de crédito da Comarca de Paranaguá – inclusive com vilas mais distantes, como Laguna e Viamão – mostram as relações mantidas por esses indivíduos que lhes permitia uma inserção no meio social diferente da condição de índio administrado. Para além da condição de menores, rústicos e miseráveis, os indígenas destas pequenas vilas coloniais conseguiram forjar situações que os capacitou a trabalhar e acumular bens e dívidas com o negócio de animais, realidade muito presente nesta região ao longo de todo o século XVIII. E para além disso, estas situações individuais trazem à tona a questão social mais ampla que marcava este período. Os índios e mestiços cada vez mais se afastavam de seu passado ligado ao trabalho compulsório e eram incorporados nos padrões de relação de poder comuns a esta configuração social, fosse negociando gado, comprando ou vendendo mercadorias. A inserção destas pessoas de origem indígena no circuito de comércio e de dívidas da Comarca demonstra a transição que seu *status* vinha sofrendo nas vilas coloniais meridionais ao longo do século XVIII.

Mesmo sendo apenas três documentos em um universo de mais de 2000 para o período aqui delimitado (1700-1780), é interessante constatar que acumular bens e dívidas era uma situação possível para os índios a partir de suas relações e de sua mobilidade não apenas espacial, mas também social, na medida em que possuir bens os distanciava de outros indígenas que viviam sob os cuidados de administradores e que não tinham as mesmas possibilidades. Francisco, administrado forro de Francisco de Souza Rocha, viu o roubo como alternativa para acumular bens, ou pelo menos, foi por isso acusado. O curioso é que quem o acusou foi seu antigo administrador, dizendo que

[...] de sua administração foi um [caboclo] por nome Francisco que deu em se encher de vícios sendo o mais [enorme] furtar o alheio como foi um carneiro de Henrique Ferreira de Barros e [pelo] mesmo se ausentou da casa do suplicante e anda vadio e dará em maiores insultos e porque existem denúncias o suplicante para que se faça dele o que sua Majestade que Deus Guarde determine.³⁴²

O caso aconteceu no ano de 1767 e quatro testemunhas foram interrogadas, entre elas o próprio dono do carneiro desaparecido e um irmão de Francisco, o ex administrado. Henrique Ferreira de Barros disse que tendo sumido um carneiro que lhe pertencia, o

³⁴² DEAP BR PRAPPR PB045 PC1503.46. Auto de denúncia em que é autor Francisco de Souza Rocha e réu Francisco forro administrado. Curitiba, 1767. p. 2.

denunciante afirmou que quem havia feito o roubo era seu antigo administrado, Francisco, e que o couro estava em sua casa, para provar o que dizia. Vitorino, o irmão de Francisco, era ainda administrado de Francisco de Souza Rocha, o denunciante. Em seu depoimento Vitorino disse que seu irmão havia de fato roubado o carneiro e disse que sabia por ter presenciado, não sabendo apenas se roubara de Henrique Ferreira de Barros ou de Bernardo José. A testemunha Ignácio Fernandes Paes disse ter ouvido dizer do irmão do denunciado que este havia furtado um carneiro de Bernardo José e a testemunha João Luiz de Aguiar disse ter ouvido dizer que um carneiro de Henrique Ferreira de Barros havia sido roubado e que o denunciante havia mostrado o pelego a Henrique como prova de que fora o seu antigo administrado quem fizera o furto. Diante de tal confusão nos depoimentos, o juiz ordinário Sebastião Teixeira de Azevedo julgou a denúncia por não provada, alegando que as provas não se mostravam com a legalidade do direito.

Este caso, mais do que mostrar um possível furto de um carneiro cometido por um indígena, traz evidências da relação dos administradores com os seus administrados que conseguiram a liberdade, como parece ser o caso de Francisco, que aparece como “administrado forro” no processo. Ou seja, ele, assim como os outros indígenas apresentados no capítulo anterior, conseguiu sua liberdade e sua independência em relação ao seu administrador. Essa liberdade pode ter causado o ressentimento que motivou Francisco de Souza Rocha a denunciar seu ex administrado por roubo e acusá-lo de ser vadio e cheio de vícios.

Não é possível saber se Francisco realmente furtou o carneiro ou se foi vítima do ressentimento de seu antigo administrador. No entanto, o furto aparece como uma possibilidade para os indígenas conseguirem seu sustento e sua sobrevivência em uma sociedade que os estigmatizava e que, certamente, não lhes facilitava a convivência. Os casos antes apresentados de Salvador Gonçalves e Pedro Pinto mostraram que mesmo quando tinham direitos de propriedade sobre determinados bens, sua posse era contestada e precisavam provar na justiça que de fato eram os verdadeiros donos dos bens. É certo, porém, que muitos outros indígenas, administrados ou não, possuíam algum tipo de patrimônio e que suas posses nunca tenham sido questionadas. O processo que contou a história de Francisco das Neves assim o demonstra, pois, se o administrado não tivesse uma dívida com Joaquim Ferreira, provavelmente nunca saberíamos que ele possuía uma vaca com cria, que prometeu como pagamento.

PARTE II – OS GENTIOS DA GUINÉ

4. ESCRAVOS DE FATO E DE DIREITO: AFRICANOS E AFRODESCENDENTES

4.1. A escravidão justificada

A escravização de negros africanos, ao contrário do que aconteceu com os indígenas, nunca foi contestada ou colocada em xeque pela Coroa portuguesa durante o período colonial, e sim apenas por alguns teólogos e juristas que pouco ou nada modificaram a instituição da escravidão. Como já foi discutido na primeira parte da tese, o debate acerca do uso da mão de obra indígena, ao contrário, aconteceu praticamente durante todos os três séculos de colonização da América portuguesa. Inúmeras leis, decretos e ordens régias proibiam a escravidão dos índios, embora isso não tenha impedido a exploração e a escravização de muitos indígenas. Ademais, os nativos americanos tinham aliados importantes e poderosos, os jesuítas, sempre dispostos a defender a salvação de suas almas. Quando se trata de africanos, porém, a história é outra, ao menos no que diz respeito às políticas e à legislação portuguesa, pois, na prática, certamente africanos e ameríndios foram os dois grupos que mais sofreram discriminação e abusos na época colonial.

Alguns autores se dedicaram à análise da dualidade com que eram tratados índios e africanos pelos impérios coloniais. Em seu livro *O problema da escravidão na cultura ocidental* David Brion Davis discute o significado da escravidão na América e ressalta a contradição que havia entre o ideal de Terra Prometida do Novo Mundo, sem males e sem pecados, e a instituição da escravidão.³⁴³ Também Giuseppe Marcocci fez uma discussão sobre o tratamento dado a ameríndios e negros africanos no império português, buscando os debates ocorridos em relação à capacidade de trabalho, a salvação da alma e a influência do paradigma antijudaico.³⁴⁴ Segundo este autor, os próprios colonos faziam comparações entre os grupos humanos, classificando os africanos como mais aptos ao trabalho, ao contrário dos índios. Isto se fez notar logo no primeiro século de colonização, principalmente no nordeste da América portuguesa. O autor apresenta um documento de 1556 em que moradores de Salvador argumentavam com o rei que o uso da mão de obra africana traria muito mais

³⁴³ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 26.

³⁴⁴ MARCOCCI, Giuseppe. *Escravos ameríndios e negros africanos...*, p. 44.

vantagens para a Coroa. Em outro documento, de 1651, foi a vez dos moradores do Maranhão lamentarem dispor apenas da mão de obra indígena, ao contrário do que ocorria em outros lugares do Brasil, que já contavam com africanos para o trabalho.³⁴⁵ Outro documento, que não foi citado por Marcocci, também deixa claro que os colonos cada vez mais mostravam sua preferência pelos africanos. O primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, se queixou ao rei Dom João III em carta de 27 de abril de 1542 da falta de escravos da Guiné e reiterou o pedido de licença que já havia feito para conseguir cativos vindos da África.³⁴⁶ Desde os primeiros anos da colonização, portanto, o nordeste da América portuguesa já reclamava escravos africanos para o trabalho.

Havia, portanto, uma distinção entre os nativos americanos e os nativos africanos que estava arraigada nesta sociedade europeia. Os primeiros eram vistos como puros e inocentes habitantes de uma terra prometida, sem males e sem pecado, ainda desconhecidos dos europeus. Já os segundos eram fortemente identificados com os mouros e também com o Velho Mundo descrito na Bíblia, no qual os africanos eram associados à praga de Noé sobre Canaã.³⁴⁷ À vista disso, no pensamento europeu do Antigo Regime havia justificativa para escravizar os africanos, mas não havia para escravizar os índios. Esta, todavia, é uma ideia da escravidão enquanto categoria abstrata, ou legal, como definiu Davis; a instituição real, pautada nos interesses econômicos e interpessoais, era bastante diferente e sofria variações regionais e temporais.³⁴⁸ Os contornos da escravidão, portanto, se desenhavam na prática e nas relações interdependentes mantidas entre os indivíduos de determinada sociedade. Foram essas variações que permitiram, por exemplo, o convívio entre indígenas utilizados como mão de obra e escravos africanos e afrodescendentes na Capitania de São Paulo do século XVIII.

Mesmo com a evidente distinção entre a escravidão de índios e africanos, na qual os primeiros sempre foram privilegiados, alguns teólogos e estudiosos já no século XVI contestaram ao menos a maneira como a escravização dos africanos estava sendo feita. Luís de Molina foi um dos primeiros a elaborar um discurso teológico-jurídico a respeito da escravização dos negros, mas em finais do século XVI, quando o tráfico de africanos já acontecia há pelo menos cem anos. A preocupação deste autor era a justificativa para a escravização, que deveria estar pautada na legitimidade, fosse da guerra justa ou da compra de

³⁴⁵ MARCOCCI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos..., pp. 42-43.

³⁴⁶ MELLO, José Antonio Gonsalves de e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997. p. 98.

³⁴⁷ DAVIS, David Brion. Op. Cit. p. 198.

³⁴⁸ Ibidem, p. 48.

alguém que já era escravo.³⁴⁹ Ainda no século XVI outros autores questionaram a maneira como a escravidão dos africanos estava sendo conduzida, como Tomás de Mercado, Diego de Covarrubias e Bartolomé de Albornoz. A crítica, no entanto, era para o uso da violência e da má fé, bem como para a escravização de homens que haviam nascido livres. A instituição da escravidão, por outro lado, não era duramente questionada por esses autores, cujos discursos pouca influência tiveram sobre as incursões na África para apresamento de escravos.³⁵⁰

Entre os missionários religiosos há vários que fizeram discursos a favor dos índios, principalmente entre os padres da Companhia de Jesus, como já mencionado anteriormente. A moral dos homens da Igreja, portanto, estava centrada nos índios, mas não nos africanos, os quais admitiam ser imprescindíveis para o crescimento e o progresso das colônias. Os negros africanos, desde meados do século XV envolvidos no processo de expansão colonial portuguesa, foram desde logo reduzidos à escravidão com a intenção de que houvesse, no futuro, uma conversão, conforme definiu a bula *Dum diversas*, de 1452 e a *Romanus Pontifex*, de 1455.³⁵¹ Segundo Hebe Mattos, o cativo era a maneira de incorporar os gentios ao Império português, com a justificativa de lhes estarem permitindo o acesso à verdadeira fé.³⁵² A teologia moral, no século XVII, defendeu que a escravidão dos negros da África só poderia ser justificada por guerra justa, assim como já acontecia com os índios no Brasil. No entanto, como já foi dito, essas ideias pouco influenciaram na prática. Os próprios padres, desde o início da colonização no Novo Mundo, mantinham escravos em suas fazendas, engenhos, mosteiros e conventos. Poucos anos após sua chegada ao Brasil, no ano de 1557, Manuel da Nóbrega escreveu para o Provincial da Companhia de Jesus em Portugal solicitando que lhe fossem enviados negros da Guiné:

[...] e digo que S. A. nos quisesse mandar dar uma boa dada [sic] de terras, onde ainda não for dado, com alguns *escravos de Guiné*, que façam mantimentos para esta Casa e criem criações, e assim para andarem em um barco pescando e buscando o necessário, seria muito acertado, e seria a mais certa maneira de mantimento desta casa. (grifo meu)

³⁵³

³⁴⁹ HESPAÑA, Antonio Manuel. Luís de Molina e a escravização dos negros. *Análise Social*, Vol. XXXV (Inverno), 2001 (n.º 157), pp. 937-960. p. 939-940.

³⁵⁰ DAVIS, David Brion. Op. Cit. pp. 130 e 215-217.

³⁵¹ MARCOCCI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos... p. 62.

³⁵² MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos Trópicos...*, p. 145.

³⁵³ NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega* (Opera Omnia). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955. p. 267.

Outro jesuíta, já no século XVII, padre Antonio Vieira, reiterava em seus sermões a conversão dos africanos como justificativa suficiente para reduzi-los à escravidão.³⁵⁴ Em sermão proferido no ano de 1633 à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na Bahia, Vieira disse:

Oh! se a gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conheceria bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre? Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentilidade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade. E que, perecendo todos eles, e sendo sepultados no inferno como Coré, vós, que sois seus filhos, vos salveis, e vades ao céu? Vede se é grande milagre da providência e misericórdia divina.³⁵⁵

A escravidão dos africanos, portanto, era vista como um mal necessário, tanto para a salvação das almas dos próprios escravos como para o desenvolvimento das colônias, que não prosperariam sem o trabalho forçado de milhões de negros levados da África para o Novo Mundo. Mesmo entre os religiosos, os mais fervorosos defensores da liberdade dos índios, era consenso que o escravo negro não poderia ser dispensado, inclusive por eles próprios em suas instituições. E não eram apenas os jesuítas que concordavam com a escravização do negro africano. O padre dominicano Bartolomé de Las Casas, já citado neste trabalho como defensor da liberdade dos nativos americanos, concordava que o trabalho dos africanos era indispensável nas colônias. O seu confrade, Jean-Baptiste Du Tertre, no século XVII, também defendia os indígenas, retratando-os como amantes da liberdade e orgulhosos, ao passo que os africanos teriam a característica da submissão e a necessidade de serem mandados e controlados.³⁵⁶ Por outro lado, Du Tertre combateu os maus tratos sofridos pelos escravos negros, argumentando que se fossem bem tratados “consideravam-se as pessoas mais felizes do mundo”. Contudo, a instituição da escravidão nunca foi contestada pelo dominicano, que sabia da essencialidade do trabalho dos africanos no Novo Mundo.³⁵⁷

A escravidão africana, pois, era justificada na sociedade colonial, que a encarava com naturalidade e, mais ainda, como necessidade para o progresso e desenvolvimento das colônias. Ao contrário, para os ameríndios, desde os primeiros anos de colonização houve manifestações contrárias à sua escravização. A Igreja Católica, já no ano de 1537, expediu a

³⁵⁴ MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit., pp. 146-147.

³⁵⁵ Padre Antonio Vieira, Sermão XIV, à Irmandade dos Negros do Rosário da Bahia, tópico VI. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000032pdf.pdf>. Acesso em 04/06/2014.

³⁵⁶ DAVIS, David Brion. Op. Cit. pp. 197 e 203.

³⁵⁷ BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Do Barroco ao Moderno, 1492-1800. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 348.

bula *Veritas Ipsa*, que considerava os indígenas plenamente humanos e condenava sua escravização.³⁵⁸ A posição da Igreja não era diferente da Coroa portuguesa, que desde as primeiras décadas do século XVI expediu uma série de alvarás, leis e decretos a respeito da liberdade dos índios e, por outro lado, nada parecido no que diz respeito à escravização dos negros africanos. Nas palavras de David Brion Davis

Embora os índios quanto os negros fossem cruelmente explorados e frequentemente reduzidos ao mesmo *status* de escravos, é incontestável que a consciência dos europeus estava mais preocupada com os problemas do americano nativo.³⁵⁹

Após estas breves considerações a respeito da diferença que havia entre o tratamento dado aos indígenas e aquele dado aos africanos, no campo da escravidão enquanto instituição legal, serão discutidas questões sobre a escravidão na prática, como o tráfico de escravos para a América portuguesa, bem como as características da escravidão africana na Capitania de São Paulo.

4.2. O tráfico de escravos

Em termos práticos, o tráfico de africanos para o Novo Mundo teve início poucos anos após a chegada da esquadra de Cabral. Antes disso, a conquista de Ceuta, no Marrocos, no ano de 1415, deu início a uma série de viagens exploratórias para a África. Em 1444, numa expedição à Costa Ocidental daquele continente, os portugueses apreenderam um navio com 235 cativos, que levaram para Lagos, no Algarve, onde seriam divididos e aproveitados. Depois disso os capitães portugueses perceberam que não seria difícil negociar com os próprios africanos para comprar escravos e revendê-los a quem se interessasse. Tinha início o tráfico de cativos.³⁶⁰

O comércio de escravos africanos, iniciado na década de 1440 pelos portugueses, tomou proporções grandiosas ao longo de quase quatro séculos de exploração da mão de obra africana. A ilha de São Tomé, ocupada pelos portugueses em 1484, foi essencial para o início da vinda de escravos africanos para o Brasil. A ilha, que mais tarde serviria de entreposto comercial de cativos entre a África e a América portuguesa, foi ocupada por colonos que se

³⁵⁸ NEVES, Cylaine Maria das. *A vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. p. 38.

³⁵⁹ DAVIS, David Brion. Op. Cit. p. 209.

³⁶⁰ BLACKBURN, Robin. Op. Cit. pp. 130-131.

dedicavam à monocultura da cana-de-açúcar, viabilizada por milhares de escravos nativos da própria ilha e trazidos de outras regiões do continente Africano. Com o tempo passou a ser mais lucrativo para os colonos de São Tomé traficar escravos do que se dedicar à plantação de cana. É a partir da ilha de São Tomé que o tráfico de africanos começa a se expandir, com os são-tomenses fazendo o trato comercial entre o Benin e a Mina e também com os mercados do Congo, que vão se incorporando ao sistema atlântico.³⁶¹

Durante os três primeiros séculos do tráfico para a América portuguesa, é a região do nordeste que mais recebe escravos procedentes da África, especialmente da Guiné, Angola, Congo e Costa da Mina. Bahia e Pernambuco dominavam as importações de africanos principalmente nos séculos XVI e XVII, nos quais a estimativa é que tenham entrado aproximadamente 584 mil escravos nessa região, de um total estimado de 813 mil para toda a América portuguesa.³⁶² Isso significa que cerca de 72% dos africanos importados nos séculos XVI e XVII desembarcaram na Bahia e em Pernambuco. No século XVII, momento em que o tráfico começou a ganhar maiores proporções, os números da Bahia se destacam: importou aproximadamente 313 mil escravos contra os 246 mil de Pernambuco e 221 mil do Sudeste (principalmente Rio de Janeiro). Aqui vale ressaltar que em 1630 os holandeses ocuparam Pernambuco e teve início a chamada Guerra do Açúcar, que desestabilizou toda a produção desta Capitania e, conseqüentemente, a importação de africanos.³⁶³

Os engenhos e a produção de açúcar do Nordeste incentivaram a compra de africanos, principal mão de obra desta região desde finais do século XVI. Entre 1580 e 1620, a produção açucareira teve um crescimento acelerado, superando todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu.³⁶⁴ No ano de 1570 o número estimado de escravos africanos na população da América portuguesa era de 3.000 pessoas, em 1590 entre 9.000 e 10.000, e em 1600 entre 12.000 e 15.000.³⁶⁵ A prosperidade da produção açucareira seguiu durante todo o século XVII, o que explica a presença maciça dos africanos importados nas regiões da Bahia e Pernambuco, principais produtores de açúcar.

³⁶¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 64-65.

³⁶² Assessing the Slave Trade, Estimates. 2009. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org> (Acesso em 27 de junho de 2013).

³⁶³ Sobre a ocupação de Pernambuco pelos holandeses e seu impacto na produção ver especialmente os capítulos 2 e 3 de MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo: Editora 34, 2007.

³⁶⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 74, p. 107-123, 2006. p. 111.

³⁶⁵ BLACKBURN, Robin. Op. Cit. p. 208.

No século XVIII a configuração do tráfico começa a mudar. A Bahia segue como a grande importadora, mas o Rio de Janeiro eleva drasticamente o número de escravos importados, chegando a um número muito próximo ao da Bahia. A estimativa é que tenham entrado no Brasil entre 1700 e 1799 aproximadamente um milhão e novecentos mil africanos, dos quais 806 mil foram destinados à Bahia e 745 mil ao Rio de Janeiro.³⁶⁶ Este salto na importação de africanos para o sudeste da América portuguesa, passando de 221 mil no século XVII para 745 mil no XVIII, está diretamente ligado à descoberta de ouro na região paulista, mais tarde conhecida como Minas Gerais. O Rio de Janeiro, portanto, era o porto de desembarque, mas não o destino final de todos os escravos aí desembarcados, da mesma maneira que ocorria na Bahia e em Pernambuco.

A possibilidade de enriquecimento rápido impulsionou uma onda de migração para a região das minas, não apenas da própria colônia, mas também de imigrantes de Portugal. Calcula-se que durante o século XVIII o número de imigrantes portugueses chegou a 400 mil pessoas. Consequentemente, os números do tráfico, que já eram os maiores do Novo Mundo, atingiram um novo pico. Entre 1701 e 1720 desembarcaram no Brasil cerca de 292 mil africanos, a maioria destinados às minas de ouro.³⁶⁷ O número total de africanos desembarcados no Brasil durante o século XVIII, que viu o apogeu e também o declínio da mineração, chega a quase dois milhões de pessoas, sendo que cerca de 750 mil escravos foram desembarcados apenas na região Sudeste da América portuguesa.³⁶⁸

No ano de 1713, a população escrava da região paulista que viria a ser conhecida como Minas Gerais (no ano de 1720) era de 33 mil pessoas. No ano de 1738 – 18 anos, portanto, após ter se tornado independente de São Paulo – o número de escravos saltou para 100 mil.³⁶⁹ Em relação ao número de escravos entrados na Capitania de Minas Gerais, Russell-Wood informa que o apogeu foi entre os anos de 1739-41, com importações anuais de 7.360 escravos.³⁷⁰ Esses números começaram a declinar a partir da década de 1740, quando a atividade aurífera começava a dar sinais de desgaste. No entanto, ainda na década de 1780, quando o ouro já era escasso, cerca de 4.000 escravos eram enviados por ano do Rio de Janeiro a Minas Gerais.³⁷¹

³⁶⁶ Assessing the Slave Trade, Estimates. 2009. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org> (Acesso em 27 de junho de 2013).

³⁶⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil... p. 114.

³⁶⁸ Assessing the Slave Trade, Estimates. 2009... (Acesso em 06 de julho de 2013).

³⁶⁹ BLACKBURN, Robin. Op. Cit. p. 590.

³⁷⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 164.

³⁷¹ BLACKBURN, Robin. Op. Cit. p. 591.

A estimativa para o Sudeste da América portuguesa do número de africanos desembarcados entre os anos de 1700 e 1750 é de aproximadamente 287 mil. Já para os 50 anos seguintes, de 1751 a 1799, a estimativa é de 464 mil africanos, ou seja, quase o dobro do período anterior.³⁷² Esse aumento não é explicado pela mineração, que já estava em declínio a partir da segunda metade do século XVIII. Outras atividades econômicas, como a produção da própria Capitania de Minas para abastecimento interno e também de São Paulo e Rio de Janeiro, como a agricultura e a pecuária, animaram o tráfico de escravos para a região Sudeste.³⁷³

Outra mudança no tráfico de africanos nesse período foi a procedência dos escravos desembarcados. Durante os séculos XVI e XVII a região da Costa da Mina, na África Ocidental, era a principal fornecedora de cativos para a América portuguesa, principalmente para a Bahia e Pernambuco. Já no século XVIII, os portos da África Centro-Ocidental passaram a ser os principais fornecedores de mão de obra escrava. Angola se estabeleceu como o grande fornecedor de cativos a partir da década de 1730 e manteve-se no posto até o fim do tráfico, em meados do século XIX.³⁷⁴

O grande porto receptor desses escravos procedentes da África Centro-Ocidental era o Rio de Janeiro. Mesmo entre os anos de 1700 e 1730, em que o número de africanos oriundos da Costa da Mina era maior que os de Angola, o Rio já absorvia a maior parte dos escravos procedentes da África Centro-Ocidental. Dos quase 255 mil cativos vindos de Angola entre os anos de 1701 e 1730, 137 mil desembarcaram no Rio de Janeiro, ou seja, 54%.³⁷⁵ No entanto, como já foi dito, durante as três primeiras décadas do século XVIII, as estimativas apontam que o número de africanos importados da Costa da Mina superava os de Angola, inclusive na região de Minas Gerais. Os chamados “minas” eram preferidos na área de mineração, por serem considerados melhores trabalhadores, mais resistentes a doenças e mais fortes que os angolanos.³⁷⁶ Russell-Wood, para exemplificar a maior presença dos “minas” e não dos

³⁷² Assessing the Slave Trade, Estimates. 2009... (Acesso em 08 de julho de 2013).

³⁷³ Sobre as formas de produção econômicas da região Sudeste da América portuguesa ver o capítulo II de FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

³⁷⁴ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V. e SILVA, Daniel D. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, 31 (2004), 83-126. pp. 84-88.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ RUSSELL-WOOD, A.J.R. Technology and Society: The Impact of Gold Mining on the Institution of Slavery in Portuguese America. In: *The Journal of Economic History*, Vol. 37, No. 1, The Tasks of Economic History (Mar., 1977), pp. 59-83. p. 68.

angolanos, cita os números da paróquia de Guarapiranga, situada na região das minas, para o ano de 1718, onde havia 1055 escravos, sendo 432 “minas” e somente 245 angolanos.³⁷⁷

E não era apenas a área mineradora que preferia os escravos da Costa da Mina durante as três primeiras décadas do século XVIII. De acordo com Ana Emília Staben, entre 1700 e 1730 os comerciantes baianos e pernambucanos ainda preferiam negociar escravos com a Costa da Mina, por dois motivos principais: a epidemia de varíola que então grassava em Angola, fazendo com que os negociantes temessem a contaminação de outros escravos nas Américas e também a morte dos cativos durante a travessia e, além disso, a viagem até a Costa da Mina era mais rápida do que para os portos de Angola e, consequentemente, mais barata.³⁷⁸ Roquinaldo Ferreira afirma também que o preço dos escravos de Angola se elevou nas primeiras décadas do século XVIII, em razão da descoberta das minas e da necessidade de mão de obra para lavrar o ouro. Ademais, os negociantes cariocas trocavam os escravos africanos por ouro em pó, facilmente adquirido ou até contrabandeado naquela região do Brasil, ao contrário das regiões da Bahia e Pernambuco, distantes da zona da mineração.³⁷⁹

Entre os anos de 1730 e 1780, estima-se que tenham desembarcado no Rio de Janeiro aproximadamente 378 mil africanos; destes, 352 mil eram procedentes de portos da África Centro-Occidental, ou seja, 93%.³⁸⁰ O elevado número de cativos dessa região se faz notar na documentação analisada nesta pesquisa. A grande maioria dos africanos que é nomeada nos processos é de nação Angola ou Benguela, refletindo justamente a tendência do período no que se refere às regiões de origem dos escravos desembarcados no porto do Rio de Janeiro que, por ser o mais próximo da Capitania de São Paulo, certamente era o principal provedor de cativos dessa área da América portuguesa.

4.3. Escravidão na Capitania de São Paulo: especificidades

O impacto da atividade aurífera foi sentido por toda a colônia. A economia se diversificou, estimulada pelo crescente desenvolvimento da região das minas, passando a ter uma produção voltada para o abastecimento interno, como a pecuária no Rio Grande do Sul e no vale do São Francisco e também a produção de mantimentos pela própria Capitania de

³⁷⁷ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Technology and Society...*, p. 69.

³⁷⁸ STABEN, Ana Emília. *Op. Cit.*, pp. 73-74.

³⁷⁹ FERREIRA, Roquinaldo. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. (PHD dissertation) UCLA, 2003. pp. 96-97.

³⁸⁰ *Assessing the Slave Trade, Estimates*. 2009... (Acesso em 14 de julho de 2013).

Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.³⁸¹ Na Capitania de São Paulo, que mais diretamente interessa nesta pesquisa, este impulso dado pela mineração à economia interna se faz sentir já nas primeiras décadas do século XVIII. A população que vivia na região da vila de Curitiba, em seus campos mais para o interior, já começava a se dedicar ao comércio e à criação de animais, ainda que não muito expressiva. Em 1730, a abertura de um caminho ligando Viamão, no Rio Grande do Sul, à Sorocaba, em São Paulo, proporcionou o escoamento da produção sulina às outras áreas do Brasil, incluindo a mineradora, que necessitava do gado muar para transporte do ouro e também do gado vacum, para alimentação.³⁸² Os campos de Curitiba ficavam no meio do caminho entre o Rio Grande e Sorocaba e serviam de invernada para o gado, que engordava antes de ser vendido nas feiras paulistas. Várias povoações foram surgindo ao longo do caminho, entre elas Castro, que no início do século XIX se consolidou como uma importante produtora e comerciante de animais.³⁸³

A mineração, portanto, estimulou o mercado interno da colônia e, conforme argumentou Marquese, essas atividades se basearam na escravidão, com uma estrutura de posse de escravos distribuída por diferentes faixas de riqueza, sem concentrá-la nas mãos apenas dos senhores mais ricos.³⁸⁴ Para a região que mais tarde veio a ser chamada de Paraná, que inclui Curitiba e Paranaguá, a presença de escravos entre a população sempre foi menos expressiva que em outras regiões da América portuguesa, porém, não menos importante. Essa posse distribuída dos escravos e não concentrada apenas nas mãos dos proprietários mais ricos, apontada por Marquese, reflete bem a realidade encontrada em vilas como Curitiba e Paranaguá, principalmente no que se refere ao final do século XVIII e todo o XIX.³⁸⁵ Apenas para o final do século XVIII é que começam a existir dados mais concretos acerca da configuração da população da Capitania paulista. Compilando esses dados, Cecília Westphalen apresenta um quadro evolutivo da presença de escravos entre a população do que ela chama de Paraná e, para o ano de 1772 consta que 22,4% de um total de 7.627 pessoas eram escravos, ou seja, 1.712 cativos. No ano de 1798 o número de escravos sobe para 4.273, representando, porém, 20,3% do total da população.³⁸⁶

³⁸¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. *A Dinâmica da Escravidão no Brasil...* p. 119.

³⁸² PORTELA, Bruna Marina. *Op. Cit.*, p. 9.

³⁸³ *Ibidem*.

³⁸⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. *A Dinâmica da Escravidão no Brasil...* p. 119.

³⁸⁵ Sobre essa característica da posse de escravos na região mais tarde denominada Paraná, ver os trabalhos de PORTELA, Bruna Marina. *Op. Cit.* e PENA, Eduardo S. *Op. Cit.*

³⁸⁶ WESTPHALEN, C. M. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? *Revista da SBPH*, nº 13: 25-63, 1997. p 26. Para o ano de 1772 Westphalen não informa quais localidades estão contempladas, mas provavelmente as vilas principais, Curitiba e Paranaguá, constavam do levantamento. Para o ano de 1798 os dados são mais completos e englobam as vilas de Antonina, Guaratuba, Castro, Curitiba, Paranaguá, Lapa e São

Não existe, portanto, para todo o período contemplado nesta pesquisa, dados censitários a respeito da presença de escravos, tampouco sobre o número de africanos entre eles. No entanto, através das fontes consultadas, quais sejam, processos judiciais, em sua maioria cíveis, mas também alguns criminais, é possível identificar, qualificar e quantificar minimamente escravos, tanto crioulos quanto africanos. E esta presença começa a se fazer notar principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando justamente há um incremento no tráfico de africanos para o porto do Rio de Janeiro.

Mesmo com todo o incremento do tráfico para a América portuguesa meridional no século XVIII, na Capitania de São Paulo havia uma predominância de escravos crioulos, ou seja, nascidos no Brasil.³⁸⁷ Já para os anos finais do século XVIII, a produção de açúcar para exportação começou a se consolidar, mudando significativamente a composição da população escrava, que cada vez mais contava com cativos procedentes da África, conforme o século XIX avançava.³⁸⁸

No entanto, esses dados sobre a população escrava não são homogêneos para toda a Capitania de São Paulo. A região abrangida por esta pesquisa, cujas principais vilas eram Curitiba e Paranaguá, não desenvolveu nenhum tipo de atividade econômica de exportação que permitisse a entrada de um grande capital, suficiente para fazer com que o número de escravos africanos superasse o de crioulos. Como afirmaram Luna e Klein, ao falar sobre a região que denominaram de Caminhos do Sul, “as principais povoações dessa região (Sorocaba, Curitiba e Paranaguá) eram pobres, usadas para agricultura de subsistência e pastagens”.³⁸⁹ Por outro lado, a mineração nas Minas Gerais sem dúvida trouxe novas possibilidades para a população dessas vilas. Mesmo que em Paranaguá e Curitiba o número de africanos tenha sido inferior ao de crioulos, houve a condição para que fossem adquiridos, ao menos por uma parcela dos moradores. Foi com o advento da mineração que os paulistas receberam pela primeira vez autorização da Coroa para obterem escravos diretamente da África, alegando que eram necessários para a exploração das minas recém-descobertas.³⁹⁰ Aqui cabe retomar a questão da mão de obra indígena e também apontar para a sua substituição por trabalhadores africanos e seus descendentes. É fato consumado na historiografia sobre a Capitania de São Paulo que esta região da América portuguesa demorou

José dos Pinhais. Cf. GUTIERREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *Revista História*, São Paulo, v. 25, n.1, pp. 100-122, 2006. p. 102.

³⁸⁷ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Op. Cit.* p. 167.

³⁸⁸ *Ibidem.* pp. 55, 167-169.

³⁸⁹ *Ibidem.* p. 33.

³⁹⁰ *Ibidem.* p. 39.

mais do que outras áreas para que a maioria dos trabalhadores fosse composta por escravos crioulos e africanos. Sobre este assunto, Luna e Klein escrevem a respeito de São Paulo:

A mudança para a mão de obra de escravos africanos foi a que levou mais tempo. Embora desde o princípio da colonização fossem encontrados alguns africanos na província, foi a população local de índios, como escravos ou como habitantes das povoações controladas pelos colonos brancos e mestiços, que constituiu a força de trabalho fundamental até o século XVIII tardio.³⁹¹

Tal constatação já foi demonstrada nos capítulos anteriores, ao analisar as fontes judiciais de vilas da Capitania paulista, aliado a outros trabalhos, como o de John Monteiro e de Liliam Brighente, que tratam da presença maciça da mão de obra indígena durante a primeira metade do século XVIII nesta região da América portuguesa. A respeito da entrada de africanos e da paulatina substituição dos índios, Luna e Klein continuam:

Mas a crescente oposição da Igreja e do governo à escravização dos índios, aliada ao crescimento de atividades econômicas que viabilizavam a compra dos caros escravos africanos, permitiu a substituição gradual dos cativos índios pelos africanos a partir de 1700, resultando no fim da escravidão indígena em meados do século XVIII.³⁹²

Stuart Schwartz também fez uma breve análise sobre a transição da mão de obra indígena para a africana na América portuguesa Meridional, mais especificamente no que ele chama de Paraná. Sua análise corrobora o que já foi apresentado acima, de que nesta região não havia capital suficiente e as atividades econômicas desenvolvidas traziam um retorno limitado dos investimentos para que fosse possível a aquisição de muitos escravos africanos, que eram mais caros. Mas, para além desta constatação, Schwartz apresenta dados interessantes a partir de registros de batismo da vila de Curitiba para o século XVIII. Entre 1685 e 1750 os registros paroquiais contêm o batismo de 975 índios e 634 negros. Até 1709 o número de crianças negras e adultos africanos batizados era insignificante e, somente em 1740, é que o número de batismos de africanos e afrodescendentes excedeu o de índios. Para o período de 1751 a 1777, no entanto, a proporção dos batizados se inverteu completamente, registrando 694 negros e apenas 192 índios.³⁹³ Ou seja, foi a partir da segunda metade do século XVIII que a configuração da população escrava começou a mudar na Capitania de São Paulo.

³⁹¹ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Op. Cit, p. 28. Os autores se referem à província, mas, no período em questão, existia apenas a Capitania de São Paulo e não a província, criada somente no ano de 1821.

³⁹² Idem.

³⁹³ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, p. 276.

O já citado John Monteiro encerra seu clássico livro, *Negros da Terra*, com uma seção intitulada *Transição para a Escravidão Negra*? O autor faz uma relativização importante a respeito da transição para a mão de obra africana. De fato, a partir da segunda metade do século XVIII a presença de escravos africanos na Capitania aumentou, sendo destinados, por um lado, ao trabalho direto nas minas e, por outro, ao trabalho nas propriedades rurais paulistas. No entanto, a aquisição de escravos africanos só era possível para senhores mais abastados, bem-sucedidos na exploração dos trabalhadores indígenas e que possuíam algum recurso. A descoberta de minas nas Gerais certamente aumentou a oferta de cativos africanos, mas, por outro lado, elevou drasticamente o preço desses trabalhadores, limitando a sua compra aos moradores da região paulista. Por mais que o surto minerador tenha permitido o enriquecimento de alguns proprietários, para a maioria da população ele não teve o mesmo efeito. Com o preço dos escravos elevado e com a escassez da mão de obra indígena, muito mais barata que a africana, muitos agricultores viram sua produção diminuir, fazendo com que a Capitania reduzisse a sua produção agrícola. Mesmo com o promissor mercado das minas, as propriedades paulistas não conseguiam pagar o transporte das mercadorias, bastante caro nesse período. As transações comerciais com as minas não envolviam tanto produtos agrícolas, mas sim escravos, aguardente e gado.³⁹⁴

As análises de Monteiro refletem, em parte, a realidade encontrada para a região específica das vilas de Paranaguá e Curitiba, analisada aqui a partir de processos judiciais datados entre os anos de 1697 e 1780. Em parte porque essa região, mais do que a vila de São Paulo, se beneficiou do comércio de animais vacuns e cavalares que, como já foi demonstrado em alguns momentos deste trabalho, estava em próspero desenvolvimento na segunda metade do século XVIII. A região de Curitiba contava com grandes fazendas de animais, controladas por proprietários que viviam nos arredores, mas também por ricos moradores de Paranaguá, que mantinham grandes porções de terras e de animais naquela área, bem como um número de escravos bastante significativo para a época, como será demonstrado nos próximos capítulos.

Mas, de fato, mesmo não existindo dados censitários mais completos para o período, a configuração da documentação levantada para esta pesquisa mostra que a parcela da população que possuía escravos era muito menor do que a que não possuía. Dos cerca de 2.265 processos existentes no Arquivo Público do Paraná para todo o período aqui delimitado, apenas 309 trazem escravos ou libertos africanos ou crioulos envolvidos nas demandas

³⁹⁴ MONTEIRO, John. *Negros da Terra...* pp. 220-226.

judiciais. Isso representa 14% da totalidade de documentos, sem diferenciar os proprietários que se repetem. Também os dados levantados por Cecília Westphalen para o ano de 1772 referentes à presença de escravos na população total, que era de 22,4%, demonstram que era a menor parcela dos moradores que conseguia manter e adquirir trabalhadores escravos para suas propriedades.³⁹⁵

No entanto, esta constatação não diminui a importância da análise daqueles proprietários que de alguma maneira conseguiram adquirir cativos africanos e crioulos. Mesmo que a maior parte da população fosse pobre e não tivesse condições de adquirir escravos, a convivência entre os grupos fora, desde então, reforçada, diária e incontornavelmente. Grupos de africanos e indígenas interdependentes e trabalhando lado a lado engendraram situações sociais que iam do conflito aberto às alianças matrimoniais e sexuais, passando pelo desprezo, indiferença e preconceito de ambas as partes. Em vilas pequenas como Curitiba e Paranaguá ter cerca de 20% de sua população composta por cativos não era um número irrelevante. Certamente a instituição da escravidão afetava não apenas os proprietários escravistas, mas todos os moradores que, de alguma maneira, poderiam se envolver com as pessoas escravizadas. Há de se levar em conta também que havia a presença significativa de índios na população, além dos 20% de escravos negros e dos livres de cor. A Comarca de Paranaguá, portanto, era de fato uma sociedade escravista nos moldes formulados por Finley. Este autor argumenta que se a elite política e econômica de determinada localidade dependia primeiramente do trabalho escravo para suas atividades básicas, esta era uma sociedade escravista, não importando se apenas um quarto da população fosse proprietária de cativos.³⁹⁶ Os números, desta maneira, não são relevantes para definir uma sociedade escravista, mas sim o valor que era atribuído à propriedade escrava.

A seguir as questões sobre o tráfico de escravos e as especificidades da escravidão na Capitania paulista serão vistas mais de perto, à luz da documentação.

³⁹⁵ WESTPHALEN, C. M. Op. Cit. p. 26.

³⁹⁶ FINLEY, Moses. Slavery. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan, v. 14, 1968, pp. 307-313. p. 310.

4.4. Os escravos e libertos da amostra: características do conjunto

Esta seção trará dados mais gerais sobre a amostra de escravos e libertos africanos e afrodescendentes encontrada nos processos judiciais, trazendo informações sobre números totais, número de africanos e afrodescendentes, procedência dos escravos e sua ocupação na Comarca de Paranaguá. Vale ressaltar aqui que a grande maioria dos processos refere-se em primeiro lugar à vila de Curitiba e arredores e, em segundo lugar, à vila de Paranaguá. Há também a presença, ainda que tímida, de vilas como Nossa Senhora das Neves de Iguape, São João Batista da Cananéia, Rio de São Francisco e Laguna.

Esta análise trará um panorama geral da escravidão na Comarca de Paranaguá justamente no período que ela começa a se desenhar nessa região, que até meados do século XVIII tinha na mão de obra indígena o principal alicerce para a economia. O conjunto de processos judiciais aqui analisados reflete, pois, a transição do uso do trabalho indígena para o africano e afrodescendente nesta sociedade, sendo este último bastante evidente a partir de 1750.

A amostra por mim selecionada para esta pesquisa, como já argumentei, é composta por 366 processos judiciais datados entre os anos de 1697 e 1780. Deste total, 297 documentos envolvem direta ou indiretamente escravos ou libertos africanos e afrodescendentes. Isto representa a importante porcentagem de 81,15% dos processos selecionados. Outros 57 documentos, ou seja, 15,58% são aqueles que envolvem exclusivamente os indígenas e seus descendentes. Os outros 12 documentos faltantes para fechar a conta em 366 são aqueles que trazem negros e índios envolvidos no mesmo litígio e que representam 3,28% do total. Sendo assim, é correto considerar que 84,40% do total de processos trazem africanos e afrodescendentes e 18,86% indígenas e seus descendentes.

Para todo o período aqui delimitado, qual seja, 1697 a 1780, 309 processos judiciais dos 2.265 documentos que existem no Arquivo Público do Paraná para este mesmo período trazem litígios que envolvem escravos ou libertos. Quando os anos selecionados são divididos em duas partes, os números são reveladores. Entre os anos de 1697 e 1749 constam 86 processos judiciais do total de 309. Já para os anos de 1750 a 1780 são 223 documentos do total. A tabela abaixo ilustra melhor a comparação entre os dois períodos:

Tabela 1 – Número de processos envolvendo africanos e afrodescendentes por período.		
Período	Número	%
1697 – 1749	86	28
1750 – 1780	223	72
Total	309	100

Fonte: Processos judiciais do Arquivo Público do Paraná, 1697-1780.

Os números apresentados na tabela corroboram o que vem sendo dito desde o início do trabalho a respeito da transição da mão de obra indígena para a africana. Nota-se que a partir de 1750 há um aumento bastante significativo no número de processos judiciais envolvendo escravos e libertos na Comarca de Paranaguá. Os números quase triplicaram de um período para outro, sendo que entre 1697 e 1749 são 52 anos e entre 1750 e 1780, 30 anos. É evidente, portanto, a mudança que estava acontecendo nesta configuração social ao longo do século XVIII. Este processo fica ainda mais evidente quando fazemos a mesma comparação apresentada nesta tabela para aqueles processos que envolvem indígenas e seus descendentes:

Tabela 2 – Número de processos envolvendo indígenas e seus descendentes por período.		
Período	Número	%
1697 – 1749	41	59,5
1750 – 1780	28	40,5
Total	69	100

Fonte: Processos judiciais do Arquivo Público do Paraná, 1697-1780.

Para os indígenas, portanto, ocorre o inverso do que foi observado para os escravos e libertos, ou seja, há uma maior concentração de processos na primeira metade do século XVIII, quando o uso de sua força de trabalho se fazia mais presente nesta sociedade. De um período para outro houve uma diminuição de 19% no número de processos, ao passo que para os escravos e libertos houve um aumento de 44% da primeira para a segunda metade do século XVIII. O processo de transição, pois, evidencia-se nas demandas judiciais, que conforme a presença de escravos e libertos avultava-se nesta sociedade, aumentavam também os litígios envolvendo africanos e afrodescendentes.

Outra informação importante é a respeito dos tipos de processos judiciais da amostra referentes a escravos e libertos. Dos 309 documentos, 182 são causas cíveis envolvendo a compra, venda, penhora e disputa pela posse de cativos. Outros 55 referem-se a inventários e testamentos, nos quais os escravos eram arrolados, legados e, algumas vezes, libertados por seus senhores. Os processos com temáticas variadas, tanto cíveis quanto criminais, somam 60 e trazem conflitos diversos, como assassinatos, fugas e questões de liberdade. Os outros 12 documentos são aqueles mencionados em que indígenas e mestiços e africanos e afrodescendentes aparecem lado a lado, em situações diversas, e que serão analisados na última parte desta tese.

Para chegar ao número total de negros escravos e libertos da amostra foram identificados todos aqueles que apareceram nos 309 documentos referidos. Esta soma resultou em 1038 pessoas de origem africana e afrodescendentes, excluindo aqueles que seguramente eram repetidos na amostra, como em casos de heranças que renderam vários processos, nos quais o mesmo grupo de escravos era mencionado em cada um dos documentos. É um número expressivo se considerarmos que não é um número muito grande de documentos para um período de mais de 80 anos (1697-1780). Distribuindo as 1038 pessoas pelos 309 processos judiciais, chega-se a uma média de 3,35 indivíduos de origem africana e afrodescendentes por documento. Mas dividindo novamente o período em dois, quais sejam, 1697-1749 e 1750-1780, a média de escravos por processo é bastante distinta. Para o primeiro período foram identificadas 130 pessoas de origem africana ou afrodescendentes, enquanto que para o segundo foram 908 pessoas. Ou seja, 87,5% do total de escravos e libertos foram identificados nos processos judiciais que se iniciaram entre os anos de 1750 e 1780. Já a média de pessoas por processo fica em 1,5 para o primeiro período e 4,05 para o segundo. A diferença do número de escravos e libertos nos processos judiciais do primeiro e do segundo período delimitado é também reflexo do aumento no uso da mão de obra escrava a partir do ano de 1750. Há muito mais demandas judiciais envolvendo a população de origem africana e afrodescendente e, conseqüentemente, mais pessoas dessa procedência são referenciadas na documentação.

Datam deste segundo período dois processos judiciais de proprietárias parnanguaras que chamaram atenção na amostra pelo número avultado de escravos que possuíam, ambos do ano de 1770. Dona Antonia da Cruz França, quando faleceu, tinha nada menos do que 158 escravos espalhados em seu sítio de Paranaguá, onde residia, e nas muitas fazendas que

possuía nos campos de Curitiba.³⁹⁷ Catharina da Silva Passos, também residente em Paranaguá, deixou após sua morte 69 cativos distribuídos em sua casa na cidade e, a maioria deles, no sítio.³⁹⁸ Os maridos das duas senhoras já eram falecidos e nenhuma das duas tinha filhos. Em vista disso e da grande fortuna acumulada por ambas, a herança deixada foi motivo de inúmeros outros litígios entre parentes que diziam ter direito aos bens dos espólios.

Há também outros inventários e testamentos datados entre 1750 e 1780 que trazem números significativos de posse de escravos, sendo que muitos dos seus proprietários possuíam fazendas de criação, o que evidencia o desenvolvimento dessa atividade na segunda metade do século XVIII. O incremento do comércio de animais sem dúvida é um dos impulsores do aumento do número de escravos após 1750. O aumento da riqueza dos proprietários da região, conseguida direta ou indiretamente através do comércio e da criação de gado, permitiu que adquirissem mais trabalhadores cativos. Analisando apenas os 55 inventários e testamentos da amostra, os escravos somam 625 pessoas, o que resulta em uma média de 11,36 cativos por proprietário. Para o ano de 1772, o levantamento das fazendas e sítios de Curitiba feita por Affonso Botelho, encontrou 67 propriedades rurais, das quais 46 eram escravistas e o número total de escravos encontrados foi de 407.³⁹⁹ Em 1772, portanto, a média de escravos nas fazendas e sítios da região de Curitiba era de 8,84 por proprietário, não tão distante dos 11,36 encontrados a partir dos processos judiciais de minha amostra, principalmente considerando que 43 dos 55 inventários e testamentos foram abertos na década de 1770, ainda que não se refiram todos à Curitiba e seu entorno.

Os processos de cobranças de dívidas, que representam quase a metade dos documentos selecionados, também sofreram um aumento significativo após 1750, indo de 49 até o ano de 1749 para 133 entre os anos de 1750 e 1780. Trata-se de processos judiciais em que pessoas escravas eram, ou o motivo da dívida, ou o pagamento delas, refletindo o mercado de compra, venda, penhora e arrematação de cativos, que se constituía em mais uma possibilidade de negócio para os habitantes da Comarca de Paranaguá.

Não há dúvidas que o mercado de escravos africanos e afrodescendentes da Capitania de São Paulo, a partir de 1750, começou a se expandir. Já foram citados autores que

³⁹⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1654.50. Traslado de autos de inventário de Antonina da Cruz França. Curitiba, 1770.

³⁹⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1659.51. Autos cíveis de petição de requerimento em que é suplicante Antonio Ferreira Matoso e suplicada Catharina da Silva Passos. Paranaguá, 1770. Catharina faleceu durante o andamento deste processo.

³⁹⁹ WESTPHALEN, C. M. Op. Cit. p. 47.

confirmam essa expansão, como Stuart Schwartz e Luna e Klein ⁴⁰⁰ e os próprios dados desta presente pesquisa. Sobre a procedência destes escravos, se eram africanos ou crioulos, estes dois últimos autores argumentam que até finais do século XVIII predominava em São Paulo os escravos nascidos no Brasil por comparação àqueles trazidos da África. ⁴⁰¹ A análise da procedência dos 1038 escravos e libertos de minha amostra corrobora a argumentação de Luna e Klein:

Tabela 3 – Procedência dos escravos e libertos da amostra		
Procedência	Número	%
Africanos	184	17,70
Afrodescendentes	415	39,95
Não mencionado	439	42,35
Total	1038	100

Fonte: Processos judiciais do Arquivo Público do Paraná, 1697-1780.

Como mostra a tabela, a maior porcentagem relativa à procedência refere-se àqueles escravos e libertos que não tiveram sua origem mencionada nos processos judiciais. A natureza da documentação dificulta esta análise da procedência, pois para a maioria dos documentos as autoridades não tinham a preocupação em registrar se era um escravo africano ou nascido no Brasil. Mesmo nos inventários, nos quais a preocupação de qualificar os escravos deveria ser maior, predominam aqueles sem procedência mencionada. No entanto, fica claro na Tabela 3 que para aqueles escravos e libertos que tiveram sua origem identificada, a maioria era nascida no Brasil, ou seja, eram afrodescendentes, representando 39,95 % do conjunto total, enquanto os africanos, por outro lado, perfazem 17,70% das 1038 pessoas da amostra. Por outro lado, estes números se modificam quando consideradas apenas as pessoas identificadas, que são 599 das 1038 totais. Tomando por base apenas os escravos e libertos com origem definida, os crioulos representam 69,28% do total e os africanos 30,72%, ou seja, praticamente um terço do total identificado.

São poucos os dados sobre a população no século XVIII e, mais diminutas ainda são as informações sobre a origem dos escravos nesse período na Capitania de São Paulo. Mas,

⁴⁰⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...* e LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo...*

⁴⁰¹ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo...* p. 167.

para o início do século XIX, já existem dados e estudos mais concretos sobre a procedência dos escravos da região, permitida principalmente pela análise das Listas Nominativas de Habitantes, que traziam dados sobre a naturalidade das pessoas, apesar de não ser difícil o não preenchimento desta informação por parte dos recenseadores, principalmente no que diz respeito aos escravos. Horácio Gutierrez foi um dos autores que utilizou esse tipo de documentação para fazer uma análise da proporção de africanos e crioulos nas vilas de Castro e Antonina, no ano de 1804. Segundo ele, “a maioria esmagadora era de nacionalidade brasileira [sic], tanto em Antonina como em Castro”.⁴⁰² De fato os dados apresentados por Gutierrez para as duas localidades mencionadas no ano de 1804 mostram que a maioria dos escravos era afrodescendente. Em Antonina, os africanos representavam apenas 11,02% do total de escravos e, em Castro, 14,10%. A análise de inventários *post-mortem* da vila de Castro entre os anos de 1800 e 1830 também demonstrou uma presença não tão expressiva de africanos, que perfaziam 17,6% do total de escravos identificados.⁴⁰³

Os dados levantados neste presente trabalho mostram que no século XVIII havia uma presença um pouco mais significativa de africanos entre a população escrava da Comarca de Paranaguá, ao menos pelo que indicam os processos judiciais do período. Os 30,72% de africanos representam o dobro do que foi identificado para as vilas de Castro e Antonina no início do século XIX. Isso demonstra que houve um aumento paulatino de escravos nascidos no Brasil na região conforme avançava o século XIX. Ademais, como vem sendo demonstrado neste trabalho, o mercado de escravos negros da Comarca de Paranaguá e também da Capitania paulista como um todo estava começando a ganhar consistência a partir de 1750, quando a região estava integrada com as áreas de exportação da colônia, como o Rio de Janeiro. Esta integração com o mercado colonial, como já foi mencionado anteriormente, deveu-se principalmente ao comércio e a criação de gado nos campos de Curitiba e, em menor parte, à produção agrícola da Comarca de Paranaguá que abastecia a região de Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como a própria Capitania de São Paulo.⁴⁰⁴

Esta relação mais estreita da Comarca com as áreas de exportação, especialmente o Rio de Janeiro, explica a presença significativa de escravos africanos. O porto carioca na década de 1790 já estava consolidado como o principal porto importador de africanos da América portuguesa, mantendo-se neste posto até o fim do tráfico em meados do século XIX.

⁴⁰² GUTIERREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná..., p. 169.

⁴⁰³ PORTELA, Bruna Marina. Op. Cit. p. 54.

⁴⁰⁴ FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura...* p. 134. LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo...* p. 33.

⁴⁰⁵ Foi, no entanto, a partir da segunda metade do século XVIII que as importações começaram a aumentar, como já foi dito na seção anterior. Entre os anos de 1700 e 1750 desembarcaram no porto do Rio de Janeiro aproximadamente 287 mil africanos e, entre os anos de 1751 e 1799, foram 484 mil os escravos desembarcados. ⁴⁰⁶ Os moradores das vilas da Comarca de Paranaguá, ao manterem relações com outras localidades da região Centro-Sul, fosse para negociar gêneros alimentícios ou gado, abriam possibilidades também de negociar escravos, muitos deles africanos e desembarcados no porto do Rio de Janeiro.

Para todos os 184 africanos encontrados na documentação há algum termo utilizado para identificar sua procedência, conforme demonstra a tabela 4:

Tabela 4 – Procedência dos africanos da amostra		
Procedência	Número	%
Angola	72	39.13
Benguela	37	20.11
Guiné	34	18.48
Mina	20	10.88
Congo	8	4.35
Massangana	3	1.63
Gangela	2	1.09
Cobu	2	1.09
Rebolo	2	1.09
Loango	1	0.54
Cafula	1	0.54
Cabo Verde	1	0.54
Inglesa	1	0.54
Total	184	100

Fonte: Processos judiciais do Arquivo Público do Paraná, 1697-1780.

A predominância de africanos oriundos da África Centro-Occidental, cujas principais procedências são Angola e Benguela, é mais uma evidência de que o Rio de Janeiro era a principal – apesar de não a única – forma de entrada dessas pessoas na Comarca de Paranaguá. Como já mencionado na seção anterior, foi na segunda metade do século XVIII que a procedência dos escravos africanos desembarcados na América portuguesa começou a mudar da Costa Ocidental, que antes predominava nos desembarques de Pernambuco e Bahia,

⁴⁰⁵ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V. e SILVA, Daniel D. Op. Cit.

⁴⁰⁶ Assessing the Slave Trade, Estimates. 2009...

para a Costa Centro-Occidental, da região Congo-Angola, principal fornecedor de cativos para o mercado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, para todo o Sul e Sudeste da colônia.

Ao separar a Tabela 4 pelas duas regiões mais abrangentes de procedência dos africanos, fica ainda mais evidente o predomínio de pessoas oriundas da África Centro-Occidental por comparação àqueles embarcados na África Occidental:

Tabela 5 - Procedência dos africanos por região abrangente					
África Centro-Occidental			África Occidental		
Angola	72	39.13%	Guiné	34	18.48%
Benguela	37	20.11%	Mina	20	10.88%
Congo	8	4.35%	Cobu	2	1.09%
Masangana	3	1.63%	Cabo Verde	1	0.54%
Rebolo	2	1.09%			
Gangela	2	1.09%			
Cafula	1	0.54%			
Loango	1	0.54%			
Total	126	68.48%	Total	57	30.99%

Fonte: Processos judiciais do Arquivo Público do Paraná, 1697-1780.

Os africanos procedentes da África Centro-Occidental representam quase 70% daqueles identificados em minha amostra e, por outro lado, aqueles oriundos da África Occidental perfazem pouco mais de 30% do conjunto. Foi excluído desta Tabela 5 um escravo de nação “inglesa” que, como a denominação que lhe foi atribuída sugere, possivelmente era procedente de alguma colônia britânica. Este escravo pertencia à Catharina da Silva Passos, já citada anteriormente e veio assim descrito entre os bens dessa senhora, no ano de 1770: “um negro por nome Bernardo de *nação inglesa* de cento [sic] anos” (grifo meu).⁴⁰⁷ Bernardo pode ser um afrodescendente nascido em uma colônia britânica ou então um africano aí desembarcado e que posteriormente foi trazido à América portuguesa. Se este for o caso, é muito provável que Bernardo fosse procedente da África Occidental, principal região da qual o império britânico importava seus escravos.⁴⁰⁸

Sobre as outras denominações encontradas, algumas delas são bem conhecidas da historiografia, como Angola, Benguela, Congo e Mina. Para outras, no entanto, pouca referência se encontra a respeito, como é o caso de “Masangana”. Um dos trabalhos

⁴⁰⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1659.51... p. 9.

⁴⁰⁸ BLACKBURN, Robin. Op. Cit. p. 281.

encontrados que cita um termo parecido é o de Regiane Augusto de Mattos, no qual ela identificou um escravo “mossangona”. Segundo a autora, “mossangona era um grupo equivalente a mossange, região do rio Sanga, no Congo ou a mussembe (Quissembo), porto ao norte de Ambriz.”⁴⁰⁹ No entanto, Mattos não cita referências e nem justifica a sua informação a respeito deste etnônimo. Mariza de Carvalho Soares é outra autora que cita rapidamente o termo “massangano” como um grupo procedente de Angola, de maneira ampla, sem especificar qual seria a região.⁴¹⁰ A palavra Massangano, por sua vez, aparece em outros trabalhos não relacionada à uma etnia ou nação de um escravo africano, mas sim a uma localidade de Angola, que ainda existe nos dias de hoje, localizada às margens do rio *Kwanza*, no interior do país. Massangano foi ocupada pelos portugueses no século XVII, quando os holandeses assumiram o controle de Luanda. Após a restauração em 1648, Massangano continuou sendo ocupada por portugueses, que ali construíram um forte e outras instituições administrativas.⁴¹¹ Durante todo o século XVIII a Coroa portuguesa manteve relações com Massangano, de onde certamente eram enviados escravos para a América. Sendo assim, os três escravos identificados como “Masangana” em minha amostra são procedentes desta região específica de Angola.

Da mesma maneira a denominação “Cobu” não é muito referenciada pela historiografia. A única autora encontrada que tenta identificar a procedência do termo é, mais uma vez, Mariza de Carvalho Soares, que encontrou o termo “Cobu” ou “Cabu” associado à um escravo “Mina”, denominado “Antonio mina cobu”. Ela encontrou esta denominação para cativos de Minas Gerais e também do Rio de Janeiro e classificou-os como “não-identificados”.⁴¹² Em trabalho sobre africanos classificados como “Benguelas” em São João del Rei, Minas, nos séculos XVIII e XIX, Brügger e Oliveira encontraram 17 escravos africanos com a denominação “Cobu”, ente os anos de 1782 e 1800.⁴¹³ Os dois autores, porém, não fazem nenhuma discussão a respeito da origem do termo e a que lugar específico

⁴⁰⁹ MATTOS, Regiane Augusto de. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social, FFLCH/USP, 2009. p. 84.

⁴¹⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. Reis minas da corte do Santo Imperador. As folias dos pretos minas na vidade do Rio de Janeiro no século XVIII. In: LIMA, Lana L. da G., et al. *História e Religião*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002. p. 119.

⁴¹¹ PANTOJA, Selma. O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil. *Textos de História*, Revista do Programa de Pós Graduação em História da UNB, vol. 11, nº 1/2, pp. 187-215, 2003. p. 195.

⁴¹² SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, nº 2, pp.303-330, 2004. pp. 307 e 317.

⁴¹³ BRÜGGER, Silvia e OLIVEIRA, Anderson de. Os Benguelas de São João del Rei: tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas (séculos XVIII e XIX). *Tempo*, nº 26, vol. 13, pp. 177-204, janeiro, 2009. p. 185.

da África ele se refere. Mariza Soares, em nota de rodapé de seu já citado trabalho, aventa a possibilidade de que o termo “Cobu/Cabu” se refira aos *Kaabu* do Senegâmbia, mas que por falta de informações não conseguiu avançar nesta possibilidade. Fala, ainda, na hipótese de que seja algum lugar não identificado do entorno da Baía do Benim.⁴¹⁴ De qualquer maneira, pelo fato do termo estar relacionado à “Mina”, seria um etnônimo da África Ocidental.

Em relação aos escravos e libertos dessa procedência é preciso fazer uma ressalva a respeito dos identificados em minha amostra como “Guiné”. Todos os 34 aparecem nos documentos como “gentios da Guiné”. O uso deste termo remonta ao século XV, quando do início da exploração da África pelos portugueses. No início das relações comerciais estabelecidas por Portugal com a África, Guiné designava o litoral da costa ocidental africana, com um centro comercial em Cachéu, próximo às ilhas de Cabo Verde. Conforme o comércio de escravos se expandia, o território conhecido por Guiné foi estendido para toda a África Ocidental ao norte do Equador.⁴¹⁵ Até mesmo as regiões de Congo e Angola foram designadas como Guiné no século XV e há indicações do uso do termo “Baixa Guiné” para designar essas regiões ainda no século XVIII.⁴¹⁶ O termo, portanto, é bastante genérico tanto em relação ao território, como também em relação aos escravos assim designados. É consenso entre a historiografia que até finais do século XVI “gentio da Guiné” ou “negro da Guiné” era uma denominação dada a escravos procedentes de toda a costa ocidental africana, da Gâmbia até o Congo.⁴¹⁷

Em função dessa abrangência, o termo estava associado muito mais à própria condição de escravo do que a uma região específica da África. Por isso há que se relativizar a procedência dos 34 africanos de minha amostra identificados como “gentios da Guiné”. É possível e provável que boa parte deles, se não todos, sejam procedentes não da Costa Ocidental da África, mas da Centro-Ocidental. Os números do tráfico de escravos para esse período, como já foi exposto anteriormente, mostram que a grande maioria dos africanos desembarcados no Rio de Janeiro era procedente da região Congo-Angola, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII. Dos 34 “gentios da Guiné” identificados, 21 deles, ou seja, mais da metade, foram descritos em documentos datados entre os anos de 1750 e 1780, indicando uma maior probabilidade de serem procedentes da África Centro-Ocidental. Mariza Soares, ao analisar registros de batismo do Rio de Janeiro do século XVIII constata também a presença de “escravos da Guiné”, indicando que o uso deste termo nos batismos

⁴¹⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem... p. 323.

⁴¹⁵ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os negros da Guiné?... p. 39.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 40.

caiu de 75,22% para 9,60% entre os anos de 1718 e 1760. Por outro lado, no mesmo período, a autora encontrou um aumento significativo no número de escravos classificados como Angola, de 9,18% para 62,29%. Sobre esta inversão, a autora afirma:

A progressiva inversão dos percentuais e a consequente constatação de um aumento da presença de angolas entre os escravos africanos da cidade permitem afirmar que boa parte dos escravos designados como “de Guiné” ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII sejam procedentes de Angola. Sobre isso não pairam dúvidas já que os próprios números do tráfico confirmam a supremacia do tráfico angolano, no porto do Rio de Janeiro.⁴¹⁸

Portanto, seguindo a esteira do que foi dito por Soares para o Rio de Janeiro do século XVIII, também na Comarca de Paranaguá a maioria dos escravos denominados como “da Guiné” eram provenientes da região Congo-Angola e não da Costa Ocidental. Conforme mostrou a Tabela 5, 68,48% dos africanos da amostra eram oriundos de regiões da África Centro-Ocidental, isso sem considerar os “gentios da Guiné”. Já é um percentual bastante expressivo e majoritário, mas que certamente está subestimado. Considerando que os 34 escravos do “gentio da Guiné” fossem de fato da região Congo-Angola este percentual se elevaria para 86,96% dos africanos da amostra. Pode-se considerar, portanto, que entre 70 e 87 por cento dos cativos vindos da África eram da Costa Centro-Ocidental.

Para os escravos e libertos nascidos no Brasil não há informação de suas origens para quase nenhum deles. Apenas em três processos judiciais foi possível saber a naturalidade dos envolvidos. O primeiro deles se trata de um auto de perguntas feito ao crioulo Felipe Ferreira e sua mulher Tereza, presos na cadeia de Paranaguá. Era o ano de 1741 e os dois estavam presos por suspeitarem ser cativos, quando alegavam ser libertos. No auto de perguntas Felipe disse ser

[...] natural de Pernambuco, nascido e batizado na freguesia de Santo Antonio da Matta e que fora cativo de Domingos Fernandes que [?] indo para as Minas Gerais e estando situado no Rio das Velhas na freguesia de Santo Antonio ele depoente se forrara dando a seu senhor duas livras de ouro de que lhe passara carta de alforria e que depois de forro se casou com uma crioula por nome Tereza de Jesus [...].⁴¹⁹

Tereza, em seu auto de perguntas, respondeu que

⁴¹⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. Descobrimos a Guiné no Brasil Colonial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 161 (407), pp. 71-94, abr/jun. 2000. p. 93.

⁴¹⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC382.11 Autuação de auto de perguntas feito na cadeia ao crioulo Felipe Ferreira e a crioula Tereza de Jesus. Paranaguá, 1741. pp. 3-4.

[...] era natural de Pernambuco batizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição e que sendo escrava do sargento mor João Gonçalves de Azevedo nas Minas Gerais assistente na freguesia de Santo Antonio do Rio das Velhas nela se forrou dando ao dito seu senhor duas livras de ouro de que lhe passara por sua própria mão carta de alforria, e que depois se casara com o crioulo Felipe [...].⁴²⁰

Os dois eram naturais de Pernambuco e foram levados por seus antigos senhores para Minas Gerais, justamente no período do auge da mineração, qual seja, a primeira metade do século XVIII. Com o trabalho nas minas conseguiram comprar suas liberdades e seguiram, junto com outros “companheiros”, para a região sul da colônia. Tereza segue em seu depoimento:

[...] na dita paragem vivia de suas roças, e que pela incapacidade das ditas minas se resolveu o dito seu marido e os mais companheiros a retirar-se para estas partes fazendo de rota pela vila de Guaratinguetá e Cubatão de Santos e a esta e ultimamente foram ao Rio de São Francisco donde foi presa e [sua] companhia e remetidos a esta cadeia [...].⁴²¹

Os companheiros referidos por Tereza eram Antonio de Matos, homem branco; Madalena, mulata forra, natural do Rio de Janeiro e casada com Antonio de Matos; Antonio Manoel, mulato forro, irmão de Madalena, também natural do Rio de Janeiro e, por fim, o crioulo Gonçalo Fernandes, também forro e natural de Pernambuco. O grupo saiu de Minas Gerais, passou pelas vilas de Guaratinguetá, Cubatão, Santos, Paranaguá e, finalmente, Rio de São Francisco, onde foram presos e levados para a cadeia de Paranaguá, sede da Comarca. Este processo é bastante emblemático no que se refere à mobilidade espacial na colônia e à busca por melhores condições de sobrevivência. Felipe e Tereza foram às minas ainda escravos, levados por seus respectivos senhores, que por sua vez residiam em Pernambuco. Seguiram para Minas Gerais assim como outros milhares de colonos e também de reinóis, animados com as descobertas auríferas da região.⁴²² Felipe e Tereza conseguiram comprar suas alforrias com o ouro que extraíam das minas em seu trabalho e “pela incapacidade das ditas minas”, decidiram seguir suas vidas em outro lugar. A jornada foi interrompida com a prisão do casal, que depois de apresentarem uma série de documentos que comprovavam suas liberdades, foram soltos da cadeia de Paranaguá.

Da mesma maneira que os senhores de Felipe e Tereza saíram de Pernambuco para Minas Gerais, muitos senhores de escravos da região de Curitiba e Paranaguá e de outras

⁴²⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC382.11... pp. 6-7.

⁴²¹ Ibidem, p. 7.

⁴²² RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil Colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. p. 482.

localidades da Capitania paulista seguiram para as minas no início do século XVIII. Este foi o caso do capitão Amador da Veiga Bueno, que em um processo de cobrança de dívida no qual era réu, alegou ter pagado o que devia a João Rodrigues França em uma paragem quando se dirigia para as Minas Gerais.⁴²³ A experiência que já tinham com a mineração, tendo em vista que tanto no planalto quanto no litoral houve exploração de ouro, ainda que não muito expressiva, pode ter incentivado muitos senhores a seguir para Minas Gerais com seus escravos para minerar. Isto dá margem para pensar que alguns dos escravos de minha amostra possam ser procedentes da região das minas, comprados aí por senhores que residiam na Comarca de Paranaguá. Passada a febre do ouro, a partir da segunda metade do século XVIII, é possível que estes senhores tenham retornado das minas com alguns escravos aí adquiridos, inclusive africanos. Conforme argumentou Sheila Faria, a migração no período colonial sempre foi expressiva, sendo que em determinados momentos o fluxo aumentava significativamente para algumas áreas, motivado por um atrativo especial, como por exemplo a intensificação da atividade econômica.⁴²⁴

Os outros dois documentos para os quais foi possível saber a naturalidade dos envolvidos são processos criminais que tinham escravos como réus. Em ambos os casos consta no processo o “auto de prisão, hábito e tonsura”. Esta era uma prática estabelecida pelas Ordenações Filipinas, em seu Livro V, Título 121:

Mandamos aos desembargadores, corregedores, juízes e mais justiças, alcaides, meirinhos, escrivães e tabeliães que nas prisões de quaisquer pessoas se acharem, sejam obrigados perguntar às pessoas que prenderem, tanto que forem presos, se têm ordens menores; e o que responderem escrevam ou façam escrever no ato, e os vestidos e trajos em que forem achados, e as cores e feição, e comprimento deles, declarando se trazem coroa e o tamanho e comprimento dos cabelos dela, e quanto mais curtos são que os outros cabelos da cabeça; e não o fazendo assim o julgador que aí presente estiver à prisão e os tabeliães ou escrivães que aí presentes forem percam os ofícios.⁴²⁵

Apesar do título das Ordenações não indicar, nos dois casos dos processos de minha amostra foi incluída informação sobre a naturalidade dos presos. A não obrigatoriedade de constar tal informação fica evidente em outros processos criminais de minha amostra com autos de prisão para os quais não consta a naturalidade dos réus. Felizmente, para os escravos envolvidos nestes dois processos referidos, a naturalidade foi incluída nos autos.

⁴²³ DEAP BR PR APPR PB045 PC53.2. Causa cível de embargos em que é embargante o capitão Antonio da Veiga Bueno e embargada Francisca Pinheira, viúva do capitão-mor João Rodrigues França. p. 8.

⁴²⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 170

⁴²⁵ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro V, título CXXI. *Que ao tempo da prisão se faça acto do hábito, e tonsura do preso*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. pp. 1281-1282.

No ano de 1774, Antonio, mulato, escravo de Antonio Martins Novais, foi acusado de ameaçar a outro escravo, chamado Lucas, com uma faca de ponta em uma noite de abril de 1760 na vila de Cananéia.⁴²⁶ No auto de prisão do acusado consta que

[...] se chamava Antonio, *natural desta vila de Cananeia*, casado, morador no sítio do Chiqueiro termo desta vila e que vive de servir o seu senhor Antonio Martins Novais, a quem o transpassou do seu domínio João Gomes Mendes, seu primeiro senhor [...]. (grifo meu)⁴²⁷

Antonio foi preso e no ano de 1775 aparece em outro processo judicial, ao lado de Ignácio, também escravo. Os dois estavam presos na cadeia da vila de Cananéia e foram acusados de fugir, arrombando o alçapão que ficava no teto. Ignácio era escravo de João Gomes Mendes, o antigo senhor de Antonio, referido em seu auto de prisão no processo anterior. Antonio Martins Novais, senhor de Antonio, era genro de João Gomes e havia recebido o cativo como dote. Ao saber que o escravo era criminoso, devolveu-o para seu sogro, que aparece no segundo processo como senhor tanto de Ignácio quanto de Antonio. No auto de prisão, hábito e tonsura de Ignácio, ele afirma ser natural de Cananéia e que tinha 25 anos “pouco mais ou menos”.⁴²⁸ Os dois escravos, portanto, eram nascidos na Comarca de Paranaguá, vila de Cananéia, provavelmente na propriedade de João Gomes Mendes, já que Antonio afirmou ser ele “seu primeiro senhor”. Este certamente é o caso de muitos outros escravos denominados na documentação como “crioulos” ou “mulatos”. Nasceram e cresceram nas terras dos senhores de seus pais, estes últimos muitas vezes trazidos da África ou também eles próprios nascidos já em território da América portuguesa.

Esta análise geral dos escravos e libertos de minha amostra evidenciou que a escravidão negra na Comarca de Paranaguá ganhou força especialmente após 1750, quando o comércio e a criação de animais começaram a se desenvolver na região. Ainda que o número de senhores de escravos fosse diminuto, havia alguns que mantinham um grande número de cativos em suas propriedades, sendo todos esses senhores ligados à atividade da pecuária. Os processos judiciais também evidenciaram que aproximadamente dois terços dos escravos eram nascidos na América portuguesa, ou seja, eram afrodescendentes. Os africanos, que representaram cerca de 30% da amostra, eram em sua maioria vindos da África Centro-Ocidental, dado que condiz com a procedência dos escravos desembarcados no Rio de

⁴²⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1872.59. Traslado dos autos crimes em que são partes como autora a Justiça por seu promotor e réu o mulato Antonio, escravos de Antonio Martins Novaes. Cananeia, 1774.

⁴²⁷ Ibidem, p. 6.

⁴²⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1962.62. Autos de livramento crime entre partes como autora a Justiça por seu promotor e réus Antonio mulato e Ignacio crioulo, escravos de João Gomes Mendes. Cananeia, 1775. p. 10.

Janeiro, o porto mais próximo da Capitania de São Paulo e que certamente abastecia a região com a mão de obra escrava.

4.5. Usos da mão de obra escrava

O contingente de escravos da Comarca de Paranaguá, formado por africanos e afrodescendentes, era usado por seus senhores para fazer mover as atividades econômicas às quais se dedicavam. Já foi dito que o percentual de escravos entre a população dessa região da América portuguesa não era tão significativo quanto em áreas como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. No ano de 1772 aproximadamente 22% da população da Comarca de Paranaguá era formada por escravos e é provável que este percentual não tenha se alterado muito durante toda a segunda metade do século XVIII.⁴²⁹ A título de comparação, para o ano de 1786 há uma estimativa de que 48% dos habitantes da Capitania de Minas Gerais eram de cativos.⁴³⁰

No entanto, fazendo uso mais uma vez dos dados populacionais apresentados por Cecília Westphalen, de acordo com o levantamento das fazendas e sítios da região de Curitiba para o ano de 1772, 68,5% destas propriedades contavam com a mão de obra escrava. Em Paranaguá e nas povoações de Antonina e Guaratuba, no mesmo ano, o percentual de escravos na população estava acima da média encontrada para toda a Comarca, atingindo 42,1% contra os 22,4% quando consideradas todas as localidades.⁴³¹ Estes dados demonstram que a presença de escravos e de pessoas livres de cor entre a população da Comarca de Paranaguá era uma constante nesta sociedade que era, sem dúvida, escravista.

As atividades desenvolvidas pelos escravos iam desde o serviço doméstico até a exploração de lavras de ouro. A documentação aqui analisada, qual seja, processos judiciais, é de natureza bastante diversa e, em sua maioria, traz poucas informações diretas sobre a ocupação dos cativos da região. Somente em alguns poucos inventários consta a ocupação de escravos que tinham ofícios específicos e que geralmente eram melhores avaliados que os demais. Trata-se dos escravos pertencentes à herança de Antonia da Cruz França e de Catharina da Silva Passos e seu marido, Manoel Gonçalves Carreira, já citados anteriormente.

⁴²⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, p. 274. WESTPHALEN, Cecília. Op. Cit. p. 26.

⁴³⁰ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 70.

⁴³¹ WESTPHALEN, Cecília. Op. Cit. p. 26 e 31.

Entre os bens do casal Passos e Carreira havia um escravo mulato, chamado Nicolau, 22 anos, com o ofício de alfaiate, avaliado em 80 mil réis no ano de 1780.⁴³² Nicolau residia na cidade, na casa junto com sua senhora, Catharina da Silva Passos. Era, portanto, um escravo doméstico que se ocupava nos trabalhos de alfaiataria, podendo inclusive trabalhar como escravo de ganho, costurando roupas para terceiros e repassando o valor das vendas para seus proprietários. Maria Helena Flexor, ao estudar os ofícios de escravos na Bahia entre 1730 e 1830 distingue os alfaiates das costureiras, afirmando que os primeiros

costuravam para homens e mulheres, com maior requinte, fazendas mais refinadas, roupas que serviam para as ocasiões importantes. As costureiras escravas cuidavam das vestes cotidianas, chamadas de costura chã, normalmente de algodão, incluindo as roupas das senhoras, muito criticadas pelos viajantes oitocentistas pelo fato de se vestirem muito mal no dia-a-dia.⁴³³

Sendo assim, Nicolau deveria se ocupar com as costuras mais requintadas, solicitadas por sua senhora ou senhor. Constam, inclusive, algumas peças de roupa arroladas entre os bens, provavelmente algumas delas feitas pelo escravo Nicolau.⁴³⁴ Para as escravas deveria ficar o trabalho de costurar as roupas mais simples, de algodão, que seriam usadas pelos 69 escravos que o casal possuía em Paranaguá e Curitiba. Outro escravo referenciado com o ofício de alfaiate foi Joaquim, de 20 anos, avaliado em 140 mil réis no ano de 1770, pertencente aos bens que ficaram da falecida Antonina da Cruz França. Joaquim, ao contrário de Nicolau, não permanecia na cidade, mas sim em uma das fazendas de sua senhora na região de Curitiba, a fazenda dos Papagaios, junto com mais 27 escravos.⁴³⁵ Dona Antonia era uma senhora muito abastada, constando entre seus bens toalhas, colchas e cortinas de Damasco, pratos da Índia, de Veneza e de Macau, louça portuguesa, entre outros utensílios importados. É possível que essa senhora adquirisse boa parte de suas roupas em vilas fora de Paranaguá, como Santos, onde possuía vários bens, ou mesmo Rio de Janeiro e Portugal. Por outro lado, há entre os bens uma grande quantidade de varas⁴³⁶ de tecido como algodão, linho e renda, certamente utilizados por suas escravas para costurar roupas e outros acessórios feitos com tecido e também por Joaquim, o alfaiate que residia na Fazenda dos Papagaios.

⁴³² DEAP BR PR APPR PB045 PC2255.73. Autos cíveis de inventário que se fazem entre o inventariante Francisco da Silva Freire e as herdeiras Maria Thereza do Couto e Luiza Maria do Couto. Paranaguá, 1780.

⁴³³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Os escravos e os ofícios mecânicos na Bahia-Brasil. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.). *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPESE, 2007. p. 335.

⁴³⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1659.51... p. 10.

⁴³⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC2234.72. Certidão do primeiro inventário da falecida Dona Antonia da Cruz França. Paranaguá, 1780. p. 54. A avaliação dos bens foi feita no ano de 1770, da qual consta cópia neste processo.

⁴³⁶ Antiga medida de comprimento, equivalente a 1,10m.

Há também entre os bens de Antonia da Cruz França um escravo com o ofício de sapateiro, o mulato Pedro, de 25 anos, avaliado em 80 mil réis.⁴³⁷ Este escravo permanecia no sítio de Paranaguá, junto com outros 37 escravos e era o único que possuía ofício especificado. Na verdade, a descrição deste escravo no inventário dá a entender que ainda era um aprendiz de sapateiro: “Foi visto e avaliado um mulato, por nome Pedro, de idade de 25 anos pouco mais ou menos, *meio sapateiro*, com seus achaques, em 80.000 réis” (grifo meu).⁴³⁸ A expressão “meio sapateiro” pode indicar que ainda estava aprendendo o ofício ou então que entendia pouco do assunto. Em Salvador Flexor encontrou escravos “pouco perito” ou “tem princípio de ofício”, indicando uma hierarquia na profissão.⁴³⁹ Enquanto aprendiam, na prática do dia-a-dia, eram qualificados como aprendizes, oficiais imperfeitos ou “meio sapateiro”, como foi a expressão que qualificou Pedro. Há ainda o escravo Manoel, ferreiro, avaliado em 80 mil réis, arrolado entre os bens do sítio de Paranaguá pertencente a Catharina da Silva Passos e seu marido Manoel Gonçalves Carreira. Entre os bens do casal, constam muitos instrumentos que indicam a atividade da ferraria como martelos, bigornas, fole e forno.

Todas estas profissões desempenhadas pelos escravos aqui descritas – alfaiate, sapateiro e ferreiro – eram ofícios mecânicos ou trabalhos considerados artesanais. Este tipo de ofício era quase exclusivo dos escravos e libertos por ser visto como algo inferior. Os trabalhos manuais eram desprezados justamente por estarem associados aos escravos e os homens livres, por sua vez, se afastavam deste tipo de ocupação.⁴⁴⁰ Para Salvador, Maria Helena Flexor encontrou alguns poucos ofícios mecânicos desempenhados por homens livres, como a carpintaria. No entanto, a grande maioria dos artífices era de escravos e libertos.⁴⁴¹ Para os documentos de minha amostra há um número significativo de homens livres desempenhando ofícios mecânicos, como carpinteiros e ferreiros. A natureza da documentação judicial, que em vários casos trazia o depoimento de testemunhas e suas qualificações (naturalidade, estado civil, ocupação e idade), permitiu identificar homens livres que viviam de ofícios mecânicos. Por exemplo, Antonio Bonete Vareiro, testemunha de um processo judicial no ano de 1773, afirmou viver “de seu ofício de ferreiro”, assim como José

⁴³⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC2234.72... p. 37.

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Op. Cit. p. 336.

⁴⁴⁰ CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005. p. 16.

⁴⁴¹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Op. Cit. p. 323.

Martins de Almeida, no mesmo processo.⁴⁴² No entanto, a grande maioria das testemunhas livres declarava viver de suas lavouras ou de seus negócios. Também entre os libertos foram encontrados alguns com ofícios mecânicos, como será visto logo a seguir.

Para os escravos artífices ter uma qualificação significava, muitas vezes, receber um valor maior do que os outros cativos quando avaliados em inventários ou em transações de compra e venda.⁴⁴³ Joaquim, o alfaiate pertencente a Antonia da Cruz França tinha 20 anos e foi avaliado em 140 mil réis no ano de 1770. Dionísio, outro escravo de Antonia, também com 20 anos mas sem profissão definida, foi avaliado em 120 mil réis no mesmo ano.⁴⁴⁴ Para os senhores, portanto, poderia ser vantajoso possuir um escravo com habilidades específicas, como era o caso dos quatro aqui mencionados. Interessante notar que em toda a amostra apenas as duas proprietárias mais abastadas e com o maior número de escravos é que possuíam oficiais mecânicos. Talvez o preço mais alto destes escravos explique a restrição apenas a quatro artífices em toda a amostra.

Se para os homens livres o trabalho manual significava algo inferior do qual queriam se distanciar, para os homens e mulheres libertos ele poderia significar ascensão social dentro de seu próprio grupo. Roberto Guedes relativiza a questão do estigma dos ofícios mecânicos e de sua depreciação pela sociedade colonial, sugerindo que esta noção tinha uma fluidez no tempo e no espaço, não apenas para os grupos mais subalternos, mas até mesmo para a elite.⁴⁴⁵ O autor não esquece o caráter hierárquico da sociedade de Antigo Regime, formada por diferentes grupos e que, por esse motivo, implicava em várias formas de mobilidade social. Não era apenas a passagem de um grupo a outro, como a de escravos a libertos, que caracterizava a mobilidade social, mas sim a ascensão dentro de seu próprio grupo, como no caso dos forros e libertos.⁴⁴⁶

Este pode ter sido o caso de Antonio do Amaral, alfaiate pardo preso na cadeia de Curitiba no ano de 1745, acusado de assassinato. Antonio foi à justiça apresentar testemunhas para justificar que ele não era o responsável por uma morte, cuja vítima não é referenciada no processo, ocorrida na vila de Iguape. Segundo ele havia sido outro “pardo oficial do mesmo

⁴⁴² DEAP BR PR APPR PB045 PC1830.57. Autos cíveis de apelação que vêm do juízo ordinário desta vila para o juízo da Ouvidoria em que é apelante João Lopes e apelado Pantaleão Pedroso de Moraes. Curitiba, 1773. pp. 88 e 90.

⁴⁴³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Op. Cit., p. 338.

⁴⁴⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1654.50... pp. 23 e 25.

⁴⁴⁵ GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX). *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 379-423.

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 399.

ofício por nome José Gomes Sobral” o autor do assassinato.⁴⁴⁷ Antonio do Amaral afirmou ter vindo da Ilha de Santa Catarina para a vila de Paranaguá “na companhia do reverendo vigário da vara Visitador, a sombra do qual viveu com loja posta trabalhando pelo seu ofício oito meses como é notório ainda nesta vila”.⁴⁴⁸ À época que foi preso, Antonio estava na vila de Curitiba, para onde foi enviado pelo vigário da vara de Paranaguá, de quem consta uma carta anexa ao processo:

Sr. Reverendo Vigário Manoel Domingues Leitão

O portador desta é um pardo chamado Antonio do Amaral o qual é de minha obrigação e vai a essa vila para ver se pode ganhar alguma coisa pelo seu ofício de alfaiate enquanto se não transporta comigo para as minas peço a vm^{ce} me faça favor servir-lhe de seu amparo porque não conheça nessa terra pessoa alguma e tudo o que vm^{ce} lhe fizer o estimarei.⁴⁴⁹

Manoel Domingues Leitão era vigário da vila de Curitiba e foi a ele que o vigário de Paranaguá, Antonio Coimbra, recorreu para que acolhesse ao pardo Antonio do Amaral. A carta é de 29 de abril de 1745 e em 23 de maio do mesmo ano ele já estava preso na cadeia de Curitiba. Pelo que diz a carta, Antonio iria tentar viver de seu ofício fora de Paranaguá, enquanto esperava o vigário para seguirem para as minas, mas encontrou um empecilho no caminho. Teve sua liberdade privada por um engano que se confirmou com o depoimento de testemunhas apresentadas por ele e que depuseram a seu favor, informando conhecerem o outro pardo, oficial de alfaiate, chamado José Gomes Sobral. O juiz ordinário acatou o depoimento das testemunhas e libertou Antonio do Amaral, visto estar comprovado que ele não teria culpa no referido crime.

Antonio do Amaral certamente possuía um *status* diferenciado entre a categoria de libertos da Comarca de Paranaguá. Tinha uma profissão, oficial de alfaiate, e durante oito meses manteve uma loja em Paranaguá, onde viveu de seu negócio. A retenção de poder deste pardo em relação a outros libertos e forros era maior, permitindo a ele uma maior articulação nesta sociedade. A sua rede de relações assim o demonstra, uma vez que, como ele mesmo afirmou, vivia “à sombra” do vigário da vila de Paranaguá e, por conta dessa relação, havia conseguido um contato na vila de Curitiba com o também vigário Manoel Domingues Leitão. Ademais, a palavra “pardo” designava um distanciamento maior da escravidão por geralmente

⁴⁴⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC547.15. Autuação de petição de justificação em que é justificante Antonio de Amaral. Curitiba, 1745. p. 2.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC547.15... p. 4.

se referir a filhos de forros.⁴⁵⁰ Antonio do Amaral, um pardo que ocupava lugar privilegiado numa sociedade hierarquizada, viu suas conquistas serem ameaçadas com sua prisão, da qual conseguiu se livrar a partir de suas relações de interdependência com outros indivíduos. Os ofícios mecânicos, portanto, poderiam significar melhores condições de vida e mobilidade social, não necessariamente de um grupo a outro, mas de ocupar um lugar mais alto dentro da hierarquia social de seu próprio grupo, neste caso, o de forros e libertos.

Se entre a categoria de libertos havia distinções entre as pessoas, o mesmo ocorria entre os escravos. Os cativos com ofícios específicos sem dúvida eram mais valorizados por seus senhores e com isso tinham mais poder para negociar e conseguir alcançar melhores condições entre os demais cativos dentro de uma mesma propriedade. Não apenas os ofícios mecânicos mais básicos, como a alfaiataria e a ferraria, mas também outros serviços específicos prestados por escravos poderiam atribuir-lhes um *status* diferenciado aos olhos de seus senhores e também de seus iguais. Em minha amostra, além dos quatro escravos já referidos que possuíam ofícios manuais distintivos, outros seis figuram na documentação como “capatazes”. Todos eles pertenciam a Dona Antonia da Cruz França e residiam em suas fazendas nos campos de Curitiba no ano de 1770. Francisco, crioulo, 60 anos, avaliado em 35 mil réis, era capataz da fazenda de Botuquara; José, mulato, 70 anos, avaliado em 50 mil réis, capataz da fazenda de Cancela; Adão, 40 anos, avaliado em 60 mil réis, capataz da fazenda do Lago; João, 45 anos, avaliado em 60 mil réis, capataz da fazenda de Santa Cruz; Vitoriano, crioulo, 45 anos, avaliado em 60 mil réis, capataz da fazenda de Porcos de Cima; Francisco, mulato, 50 anos, avaliado em 80 mil réis, capataz da fazenda dos Papagaios. A única fazenda de Dona Antonia da Cruz França para a qual não consta um capataz, ao menos não explicitado na documentação, é a de Palmital.⁴⁵¹

Dona Antonia era uma dos muitos proprietários absenteístas de fazendas nos campos de Curitiba que residiam em vilas como Santos, São Paulo e Paranaguá. Brasil Pinheiro Machado escreveu a respeito das terras nos Campos Gerais:

Entre 1725 e 1744, mais de noventa sesmarias foram requeridas, alegando ocupação anterior, por pessoas de São Paulo, Santos e Paranaguá. O número de requerentes dessas noventa e poucas sesmarias, que variavam de tamanho entre 4.000 a 8.000 alqueires paulistas, era muito menor do que o próprio número das sesmarias, o que quer dizer que a mesma pessoa requeria mais de uma. [...] Esses sesmeiros não se deslocavam com a

⁴⁵⁰ GUEDES, Roberto. Op. Cit. p. 400.

⁴⁵¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2234.72... e DEAP BR PR APPR PB045 PC1843.58. Traslado do auto de sequestro nos bens do sargento mor Cristovão Pinheiro França. Paranaguá, 1773. Cristovão Pinheiro França era tio de Antonia da Cruz França e estava em poder de todos os bens de sua falecida sobrinha.

família, seus escravos e bens. A fazenda ficava sob a administração de um capataz que tinha a denominação de “fazendeiro”.⁴⁵²

Machado ressalta a característica comum a esses sesmeiros, que era a de não residir em suas fazendas. O autor, no entanto, afirma que nem a família e nem os escravos se deslocavam para essas áreas, que ficavam sob os cuidados de *um* capataz. De fato havia capatazes nas fazendas de Dona Antonia, todos eles, porém, escravos. E, além deles, todas as propriedades dessa senhora contavam com outros inúmeros escravos nelas residentes. Os escravos citados acima, capatazes de fazendas, tinham sob seu comando um grupo de cativos, formado basicamente por sua própria família. Este é um dado bastante interessante que será retomado mais adiante, mas, por ora, é importante ressaltar que em três das seis propriedades os capatazes eram referenciados, juntamente com suas esposas, como o casal mais velho da grupo de escravos, seguido por todos os filhos e algumas vezes os netos desse casal “fundador”.

As fazendas de Dona Antonia eram essencialmente de criação de gado e os animais de suas sete fazendas somavam cerca de 5.000 cabeças, entre vacum, muar e cavalar, no ano de seu falecimento em 1770.⁴⁵³ O trabalho dos escravos e principalmente dos capatazes seria o de, sem dúvida, cuidar do gado, e também produzir para sua própria subsistência. Entre os outros bens das fazendas constam apenas casas cobertas de palhas e ferramentas diversas, como enxadas, machados e foices. A lida com o gado não requeria tantos homens quanto a lida com a terra. Helen Osório informa que eram necessários entre 3 e 4 trabalhadores, incluindo um capataz e dois ou três peões, para cuidar de um rebanho de 2.000 cabeças de gado.⁴⁵⁴ Considerando essa média, aproximadamente oito escravos dariam conta de todo o gado das fazendas de Dona Antonia. No entanto, é possível que o número de animais fosse maior do que o referido no inventário em outras épocas do ano. No levantamento das fazendas e sítios de Curitiba do ano de 1772, feito por Afonso Botelho de Sampaio, foram encontrados 15.501 animais nas 67 propriedades identificadas. O próprio Sampaio estranhou o número de animais, como informa Cecília Westphalen:

Afonso Botelho de Sampaio observa na sua correspondência ao Capitão-General que lhe pareciam diminutos os números encontrados em relação aos animais “face à reputação com que se acham estabelecidas tais fazendas”, mas que o andar do gado no mato, por ser

⁴⁵² MACHADO, Brasil Pinheiro, et al. *Campos Gerais, Estruturas Agrárias*. Curitiba: Editora da UFPR, 1968. pp. 30 e 31.

⁴⁵³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1654.50... pp. 10-23.

⁴⁵⁴ OSÓRIO, Helen. *Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII*. Texto apresentado no *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005.

tempo de inverno, fizera diminuta a sua quantidade. Mesmo assim, acreditava que os declarantes haviam ocultado a terça parte dos animais.⁴⁵⁵

No caso da avaliação do inventário dos bens de Antonia da Cruz França é possível que seu tio, Cristovão Pinheiro França, tenha ocultado alguns animais com o intuito de excluí-los da partilha e apoderar-se deles depois, já que este senhor possuía também fazendas em Curitiba que faziam divisa com as de sua sobrinha. De qualquer maneira, fica evidente que o trabalho dos escravos nesta fazenda não se resumia à lida com o gado, uma vez que havia 119 escravos espalhados pelas sete fazendas de Dona Antonia, entre eles muitas crianças e mulheres.

Estes escravos capatazes, portanto, tinham uma posição diferenciada frente aos demais cativos, ocupando lugar de comando nas fazendas. Para o capataz da fazenda dos Papagaios, Francisco, da fazenda de Cancela, José, e de Botuquara, outro Francisco, a autoridade era dupla, já que estes cativos com posições de comando eram, além de capatazes, chefes da numerosa família que residia nas respectivas propriedades. E os filhos seguiam os passos do pai. Um termo de vereança da Câmara Municipal de Curitiba do dia 14 de fevereiro de 1789 cita o escravo Gregório, filho de Francisco capataz da fazenda de Botuquara:

[...] mandaram passar – mandado para ser preso – um Gregório escravo da fazenda de Botuquara e do capitão mor da vila de Paranaguá José Carneiro dos Santos por serem contumazes em passar boiada por cima das pontes tendo-se publicado sobre isso Edital a que se não passasse e sendo avisados com pena de ficarem condenados em cabeça a duzentos réis por cada uma cabeça de que recomendaram ao Alcaide recolher-se o tal escravo capataz da tal boiada [...]⁴⁵⁶

No ano de 1770 Gregório figura na documentação com 17 anos. Em 1789, portanto, estaria com 36 anos e ainda residia na fazenda de Botuquara, sendo agora ele capataz, como o pai, que nesta época já estaria com 79 anos. O termo de vereança mostra que de fato os escravos cuidavam dos animais das fazendas, conduzindo boiadas pelos campos.

O caso das fazendas de Antonina da Cruz França é o mais emblemático da amostra no que se refere às criações de animais, pois era a mais rica proprietária e também a que possuía o maior número de escravos e de gado. Porém, ela não era a única nesse ramo de atividade. Catharina da Silva Passos e seu marido Manoel Gonçalves Carreira, já referidos acima, também possuíam fazendas nos campos de Curitiba desde pelo menos o final da década de

⁴⁵⁵ WESTPHALEN, Cecília M. Op. Cit. p. 47.

⁴⁵⁶ Vereança de 14 de Fevereiro de 1789 da Câmara Municipal de Curitiba. In: *BOLETIM do Arquivo Municipal de Curitiba*, v. 33, pp. 89-90.

1750, quando faleceu Manoel e os bens do casal apareceram pela primeira vez na documentação. As fazendas eram duas: a de Palmeira e a de Piraquara, nas quais juntas havia cerca de 1.000 cabeças de gado.⁴⁵⁷ Os escravos nessas fazendas, por outro lado, não eram muitos. Em Palmeira vivia apenas o casal de escravos Domingos, Gangela, 30 anos, e sua mulher Elena, crioula, 20 anos. Na fazenda de Piraquara viviam quatro escravos no ano de 1760, a saber, Thomé, mulato crioulo de 24 anos, sua mulher Silvana de 18 anos, Theodoro, mulato, filho do casal, de 3 anos e André, mulato crioulo de 18 anos, irmão de Thomé.⁴⁵⁸ Na nova partilha de bens feita no ano de 1780, Elena e Domingos permaneciam na fazenda de Palmeira, mas em Piraquara a composição do grupo de escravos havia mudado. Eram agora sete escravos e Thomé, um dos dois escravos que permaneceram na fazenda, vem assim descrito:

Foi visto e avaliado um escravo mulato por nome Thome, que governa esta fazenda, de idade de 40 anos pouco mais ou menos, com achaque na perna direita de uma dentada de cobra e dela rengo do quadril e a perna esquerda inchada no lugar da barriga e canela da dita perna por respeito de sua ferida, no valor de 50 mil.⁴⁵⁹

Thomé, portanto, era também capataz na fazenda de Piraquara, ou seja, tinha uma posição de autoridade perante os demais, da mesma maneira que os escravos das fazendas de Antonia da Cruz França, inclusive no que se refere à questão da família, já que Thomé também tinha mulher, filhos e um irmão vivendo com ele em Piraquara. Para esta fazenda especificamente foi possível saber que havia um administrador, homem livre, chamado Manoel Cordeiro Mathoso. No ano de 1770, este senhor requereu na justiça a posse da escrava Ignácia, cabra, de quatro anos, que segundo ele havia recebido de Catharina da Silva Passos como pagamento pelos serviços que prestava na referida fazenda. Manoel apresentou recibos de despesas que fez em Piraquara, incluindo gastos com enterro de dois escravos, um deles Silvana, mulher de Thomé, cujo recibo passado pelo padre João da Silva Reis data de 12 de maio de 1769.⁴⁶⁰ Entre os recibos apresentados por Manoel está também um de mantimentos que comprou para os escravos, mostrando que nem todo o necessário para a subsistência dos escravos era produzido na própria fazenda.

⁴⁵⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1707.52. Traslado de autos de inventários dos bens que ficaram por falecimento de Manoel Gonçalves Carreira e de sua mulher Dona Catharina da Silva Passos. Curitiba, 1771. pp. 5-8. Os bens foram avaliados no ano de 1760, sendo que Manoel faleceu no ano de 1758.

⁴⁵⁸ Ibidem, pp. 5 e 8.

⁴⁵⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2255.73... pp. 32-33

⁴⁶⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1699.51. Autos cíveis de requerimento de petição em que é autor Manoel Cordeiro Mathoso e réu Antonio Ferreira Mathoso, capitão mor e tesoureiro geral. Paranaguá, 1770. p. 3.

Os casos aqui apresentados dos escravos que viviam em fazendas de proprietários absenteístas e que desempenhavam a função de capatazes desses campos são todos da segunda metade do século XVIII, corroborando, por um lado, o que vem sendo dito a respeito das atividades de criação e comércio de gado nesta região, que começaram a tomar corpo a partir de 1730. Por outro lado, estes dados reiteram o quadro de transformação pelo qual passava esta sociedade no que diz respeito à composição de sua mão de obra, agora predominantemente africana ou afrodescendente. O fato dos dois maiores proprietários de escravos estarem envolvidos com a pecuária mostra também que ela foi responsável pelo aumento de capital entre esses senhores, que puderam aumentar seu número de escravos a partir da compra de cativos no mercado da Comarca, o qual estava interligado com outras regiões importantes da colônia, como Rio de Janeiro. É notável também que boa parte do aumento no grupo de escravos, ao menos nas propriedades de Antonia da Cruz França e Catharina da Silva Passos, deveu-se ao crescimento vegetativo da própria comunidade, que se reproduzia nas fazendas. A transição da mão de obra escrava ou administrada indígena para a escrava africana já estava consolidada nestas propriedades na década de 1770.

Ainda no que se refere às ocupações dos escravos, é possível inferir outras atividades por eles desempenhadas, mesmo que não estejam explicitadas na documentação. Os casos mais evidentes já foram expostos acima, nos quais os inventários *post mortem* e outros tipos de documentos relacionados com a avaliação de bens deram conta de informar algumas ocupações específicas desempenhadas por escravos da amostra. Para todos os outros cativos, que era a maioria, é possível inferir em que trabalhavam a partir de informações secundárias descritas nos processos.

Para o litoral constam evidências da fabricação da farinha de mandioca por alguns senhores. Pelo menos em cinco processos judiciais, sendo três de Paranaguá e dois de Cananéia, há entre os bens petrechos usados no fabrico da farinha de mandioca como tachos, rodas, prensas e fusos.⁴⁶¹ A importância da farinha para o litoral já vinha desde início do século XVIII. Em carta ao rei Dom João V de 30 de agosto de 1721, o então ouvidor geral de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, escreveu sobre a vila de Paranaguá:

⁴⁶¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1659.51...; DEAP BR PR APPR PB045 PC1843.58...; DEAP BR PR APPR PB045 PC1826.57. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Domingos Antunes de Aguiar e testadora Thereza das Neves. Cananéia, 1773; DEAP BR PR APPR PB045 PC2038.65. Traslado de autos cíveis de apelação em que é apelante Magdalena de Freitas Sobral e apelado Leandro de Freitas Sobral. Cananéia, 1777; DEAP BR PR APPR PB045 PC2238.72. Autuação de sentença em que são executantes Maria Tereza do Couto e sua irmã Luiza Maria do Couto e executado Francisco da Silva Freire. Paranaguá, 1780.

Tratam aqui mais que nas circunvizinhas da lavoura de mandioca, de que fazem farinhas, que bastantes embarcações vêm aqui carregar, e com que se provê a vila de Santos, e muita vai para o Rio de Janeiro, e alguns anos também para a Bahia.⁴⁶²

A produção da farinha de mandioca era tanto vendida para outros lugares da colônia como também era consumida pela população local, inclusive de Curitiba, que também se alimentava da produção litorânea de farinha.⁴⁶³ Esta, portanto, sem dúvida era uma atividade desempenhada tanto pelos escravos daqueles proprietários mais abastados, como era o caso da própria Catharina da Silva Passos, já citada anteriormente, como também pela população livre mais pobre, uma vez que era a base da alimentação dos moradores da Comarca de Paranaguá.

Outra atividade que merece destaque na Comarca é a mineração. Sobre ela há evidências na documentação de que o envolvimento de escravos era recorrente, tanto nas minas do litoral quanto nas minas da região de Curitiba e também em outras áreas de mineração, como Minas Gerais. Nos inventários e testamentos há três processos que trazem evidências desta atividade. O primeiro deles, datado de 1754, refere-se ao inglês Guilherme Paullo, que teve uma “lavra e seus serviços” avaliados em 20 mil réis na vila de Paranaguá.⁴⁶⁴ Guilherme possuía 13 escravos e, pela sua relação de bens, todos provavelmente trabalhavam na cata do ouro. O já conhecido casal Catharina da Silva Passos e Manoel Gonçalves Carreira, cujos bens foram avaliados pela primeira vez em 1760, também possuía lavras para mineração em Paranaguá.⁴⁶⁵ Por fim, para o ano de 1769 há o inventário de Pedro Ribeiro de Andrade, falecido quando seguia para as minas da Campanha do Rio Verde, evidenciando seu envolvimento com a mineração.⁴⁶⁶ Dono de oito escravos, é possível que este senhor os levasse em sua viagens para exploração das minas mais distantes.

Os processos judiciais de cobranças de dívidas igualmente trazem evidências sobre o uso da mão de obra escrava na mineração, em Curitiba e também no litoral, ainda que em menor número. São seis processos dessa natureza nos quais lavras de ouro são penhoradas para pagamento de dívidas pela compra de escravos ou então que os envolvidos nos autos, sempre proprietários de cativos, residiam em áreas de mineração como Arraial Grande e Itambé na região de Curitiba. Destes seis processos, cinco referem-se a localidades do planalto curitibano e apenas um ao litoral. Há ainda outros dez processos de naturezas

⁴⁶² Carta do ouvidor Rafael Pires Pardiniho ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721... Op. Cit. p. 24.

⁴⁶³ WESTPHALEN, Cecília M. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998. p. 207.

⁴⁶⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC998.30. Auto de inventários dos bens que ficaram por falecimento de Guilherme Paullo, de nação inglesa. Paranaguá, 1754. p. 11

⁴⁶⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC1707.52...

⁴⁶⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1590.49. Auto de inventário nos bens que ficaram por falecimento de Pedro Ribeiro de Andrade em que é inventariante Luiza Vaz Torres, sua mulher. Curitiba, 1769.

diversas que se referem à questão da mineração e do uso do trabalho escravo nessa atividade, todos eles alusivos à vila de Curitiba. Sendo assim, dos 20 processos judiciais encontrados em minha amostra que trazem evidências da mineração, 16 são concernentes ao planalto curitibano e apenas quatro ao litoral.

Logo no início deste trabalho foi abordada a questão da ocupação do território que hoje pertence ao estado do Paraná, ocorrida no século XVII e motivada pela descoberta de ouro primeiramente no litoral. No entanto, já na década de 1660, a busca pelo ouro no litoral foi oficialmente abandonada pelas autoridades da Coroa portuguesa após a visita de Salvador Correia às minas de Paranaguá, nas quais não encontrou sequer “uma onça de ouro”.⁴⁶⁷ Mesmo com o desestímulo das autoridades, o ouro continuou sendo explorado pelos moradores do litoral, sem, contudo, se obter grandes resultados. Nesta mesma década de 1660 chegaram notícias da descoberta de ouro no planalto, próximo à região onde mais tarde, em 1693, seria instalada a vila de Curitiba.⁴⁶⁸ O ouvidor Pardinho, em carta já mencionada ao rei Dom João V do ano de 1721, deu notícias sobre as lavras de Paranaguá das quais, segundo ele, já se havia tirado bastante ouro, mas cuja exploração havia perdurado somente até o ano de 1699. Sobre as minas de Curitiba, o ouvidor também informa que muito ouro foi tirado por paulistas, que agora haviam seguido para as Minas dos Cataguases. Contudo, Pardinho prossegue afirmando: “mas alguns moradores as continuaram, ainda que com pouca frequência, e algum ouro tiravam para se remediarem”.⁴⁶⁹ A exploração do ouro na região de Curitiba vigorou durante mais tempo do que no litoral, perdurando ainda no século XVIII, conforme os documentos aqui analisados demonstraram. No entanto, a maioria destes processos judiciais em que constam situações relacionadas à mineração, aconteceu entre os anos de 1700 e 1760. Dos 20 documentos desta tipologia, 13 são datados neste referenciado período, demonstrando um gradativo desaparecimento da exploração das lavras de ouro também na vila de Curitiba, para dar lugar à criação e ao comércio de animais, conforme já demonstrado nas páginas anteriores.

Entretanto, a pouca expressão do ouro na Comarca de Paranaguá não impediu que ainda no século XVIII alguns moradores, principalmente do planalto, explorassem as lavras da região, inclusive com o uso da mão de obra escrava. Um processo judicial que exemplifica o envolvimento de cativos na cata do ouro é uma causa de libelo cível datada do ano de 1750, em que Francisco Nabarro vai à justiça cobrar uma dívida de 32 oitavas de ouro de Thereza

⁴⁶⁷ CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. Cit. p. 38.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Carta do ouvidor Rafael Pires Pardinho ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721... Op. Cit. pp. 22.

Correa.⁴⁷⁰ O empréstimo, no entanto, havia sido feito à Thereza por Gonçalo, um escravo do capitão Amador Bueno da Rocha que minerava nas minas de Araçatuba. Nos libelos apresentados por Francisco Nabarroto consta o seguinte:

[Provará] que no tempo das minas de Araçatuba estava ele autor nelas com seu negro e também Paullo da Rocha Dantas com os seus escravos e do capitão Amador Bueno da Rocha tempo em que havia muita falta de mantimentos assim para os brancos como para os escravos

Ermelino de Leão informa que as minas de Araçatuba foram descobertas em 1742 por Paullo da Rocha Dantas e que ficavam à margem do ribeirão de mesmo nome. Dantas informou a descoberta à Superintendência de terras minerais da Comarca de Paranaguá, à época exercida por Manoel dos Santos Lobato, que a partilhou entre os mineiros que estivessem interessados em explorá-la.⁴⁷¹

Nabarreto prossegue com seu libelo:

E sendo assim
[Provará] que com autoridade do dito Paullo da Rocha Dantas assistiu ele autor com mantimentos necessários a um escravo do dito capitão Amador Bueno da Rocha por nome Gonçalo *que era como cabeça dos mais*; que importavam vinte e oito oitavas de ouro dizendo-lhe o dito escravo que brevemente lhe havia de dar, pois que tinha donde as tirar. (grifo meu)⁴⁷²

Gonçalo era “como cabeça” dos outros escravos de Amador Bueno da Rocha que trabalhavam nas minas. Deveria trabalhar como uma espécie de capataz, coordenando as atividades dos outros cativos e de certa maneira independente, pois seu senhor não permanecia o tempo todo na região de cata do ouro. Francisco Nabarroto segue em seu libelo alegando que passados vários dias sem que Gonçalo lhe satisfizesse a quantia emprestada, chegou às ditas minas Amador Bueno da Rocha, a quem ele contou sobre o empréstimo feito ao escravo.

[Provará] que foi o dito capitão Amador Bueno da Rocha ao rancho do dito seu escravo e pedindo-lhe a chave da sua caixa e abrindo-a não achou ouro algum e só um crédito de dívida de trinta e duas oitavas de ouro que lhe devia a dita ré Thereza Correa, feito e assinado por seu filho em seu nome e perguntando-lhe que ouro era aquele disse o dito seu escravo que o havia emprestado a dita ré [...] .⁴⁷³

⁴⁷⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC720.22. Causa cível de libelo em que é autor Francisco Nabarroto e ré Thereza Correa. Curitiba, 1750.

⁴⁷¹ LEÃO, Ermelino de. *Dicionário...* vol. I, pp. 126-127.

⁴⁷² Ibidem, p. 4.

⁴⁷³ DEAP BR PR APPR PB045 PC720.22... p. 4.

Amador Bueno da Rocha, usando a autoridade de senhor, repassou o crédito que pertencia a Gonçalo a Francisco Nabarreto para que este último ficasse satisfeito da dívida e, como havia diferença de valores, pagou ao escravo as quatro oitavas de ouro que sobravam. O processo se arrastou por mais de um ano e meio sem que Nabarreto recebesse o crédito de Thereza, que não aparecia nas audiências. Infelizmente trata-se de um documento incompleto e não foi possível saber seu desfecho. Contudo, o que importa neste momento é mostrar o envolvimento de escravos nos trabalhos das minas e como eles transitavam por esse meio. No caso de Gonçalo, nos seus dias de folga, minerava para seu próprio benefício, chegando inclusive a emprestar certa quantia a terceiros. Mais adiante a história de Gonçalo voltará a aparecer, bem como o real motivo do empréstimo do ouro à Thereza Correa.

A ocupação dos escravos, obviamente, era condizente com as atividades desenvolvidas por seus senhores. Para a Comarca de Paranaguá no século XVIII é possível afirmar que as principais atividades desenvolvidas eram a mineração, mais fortemente durante a primeira metade do século, a pecuária, que ganhou força a partir de 1750 e, em todo o período, as atividades ligadas à produção agrícola para a própria subsistência e também para venda ou troca do excedente. Há também em minha amostra dois casos de comerciantes de Paranaguá, senhores de alguns poucos escravos e que deveriam usá-los para o serviço doméstico.⁴⁷⁴

Como foi demonstrado na seção anterior, a maior concentração dos 1038 escravos e libertos da amostra está entre os anos de 1750 e 1780, perfazendo 87,5% do total. Ademais, os dois maiores proprietários de escravos também estavam desenvolvendo suas atividades neste período, que era, não por acaso, a pecuária. Levando em conta que a partir de 1750 a criação e o comércio de gado estavam em pleno desenvolvimento na região de Curitiba, podemos inferir que foi a partir desse período e a partir dos lucros conseguidos com essa atividade que os moradores e possuidores de terras da Comarca de Paranaguá começaram a adquirir um maior número de cativos para trabalharem em suas propriedades. Portanto, a maioria destes 909 escravos e libertos encontrados na amostra entre os anos de 1750 e 1780 estava, sem dúvida, envolvida de alguma maneira com a atividade da pecuária.

A transição do uso da mão de obra indígena, administrada ou escrava, para o uso da força de trabalho da escravidão africana, se fez na Comarca de Paranaguá acompanhada do desenvolvimento e do incremento das atividades ligadas à criação e ao comércio de animais.

⁴⁷⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC2174.70. Autos de inventário nos bens que ficaram por falecimento de Antonio Saraiva Pereira da Costa em que é inventariante Anna Ferreira da Rocha. Paranaguá, 1779. DEAP BR PR APPR PB045 PC2194.71. Traslado de autos de inventário dos bens que ficaram por falecimento de José de Souza Pedro em que é inventariante Gaspar Gonçalves de Moraes. Paranaguá, 1779.

O mercado de escravos da Comarca, ainda tímido nas primeiras décadas do século XVIII, foi se consolidando a partir da segunda metade deste mesmo século, conforme demonstraram os processos judiciais aqui analisados.

5. A PROPRIEDADE ESCRAVA: COMPRA, VENDA, PARTILHA E LEGAÇÃO.

5.1. O mercado de escravos a partir da amostra de processos judiciais.

A natureza dos processos judiciais selecionados para esta pesquisa é bastante diversa. No entanto, 182 dos 366 documentos dizem respeito a transações comerciais envolvendo escravos, sendo a maioria deles cobrança de dívidas. Deste total de 182, 132 processos foram iniciados entre os anos de 1750 e 1780, contra apenas 50 no período anterior, qual seja, 1697-1749. Essa maior expressão de autos judiciais desta natureza na segunda metade do século XVIII, representando 72,5% do total, é reflexo do processo de transição pelo qual a Comarca de Paranaguá estava passando neste período. A partir de 1750 é crescente a entrada de cativos africanos e afrodescendentes, criando um mercado de escravos que movimentava interesses e dinheiro.

Os escravos eram utilizados para pagamento de dívidas e eram eles próprios motivos de dívidas que iriam ser cobradas na justiça. Outras vezes os cativos eram comprados e não satisfaziam seus compradores, que descobriam achaques e defeitos, motivando a devolução do “produto” adquirido. Há também processos em que a venda de um escravo é contestada, solicitando que o mesmo seja devolvido a seu antigo senhor. Entretanto, a maioria dos processos judiciais envolvia a cobrança de dívidas. O crédito e as redes de endividamento eram essenciais na sociedade colonial, fosse nas pequenas vilas, como Curitiba e Paranaguá, ou em grandes centros como Rio de Janeiro ou Salvador. Já no início do século XVIII o Rio de Janeiro se consolidava como a principal praça mercantil da colônia, em detrimento de Salvador, concentrando boa parte do tráfico de escravos e mantendo uma relação estreita com a região de Minas Gerais.⁴⁷⁵ Para a praça mercantil carioca há uma série de trabalhos e pesquisas que se dedicaram a analisar as redes de comércio estabelecidas pelos negociantes da região.⁴⁷⁶

É claro que em vilas periféricas, como Curitiba e Paranaguá, o mercado de crédito não era tão avultado quanto o do Rio de Janeiro. É certo também que havia uma hierarquização da

⁴⁷⁵ SAMPAIO, Antonio C. Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O antigo regime nos trópicos...* Op. Cit., p. 75.

⁴⁷⁶ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura...*; SAMPAIO, Antonio C. Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro....; SAMPAIO, Antonio C. Jucá de. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 29, pp. 29-49, 2002.

cadeia de endividamento, na qual os negociantes cariocas ocupavam o posto mais alto, fazendo a conexão entre o Reino e a colônia. Jucá de Sampaio e também Fragoso falam em seus estudos sobre a centralidade da praça mercantil do Rio de Janeiro e da relação de subordinação que o Centro-Sul da América portuguesa tinha com esses negociantes.⁴⁷⁷ De fato constam em minha amostra de processos judiciais algumas evidências sobre o endividamento de proprietários de Curitiba e Paranaguá com credores do Rio de Janeiro. Em 1770, Manoel José Ferreira cobrou uma dívida de quase 500\$000 (quinhentos mil réis) de João Vieyra Chaves, proveniente de fazendas trazidas pelo autor do Rio de Janeiro, compradas de Manoel Correa da Cunha.⁴⁷⁸ Autor e réu residiam em Curitiba, sendo que o primeiro mantinha relações comerciais com negociantes do Rio de Janeiro, servindo como intermediário entre os grandes comerciantes cariocas e os pequenos negociantes de vilas menores. Conforme observou Fragoso, “a cadeia de haver e dever (...) transformava o mercado colonial em um mercado cativo, onde os empresários menos abastados passavam a ficar presos aos mais poderosos”.⁴⁷⁹

Essa hierarquização do mercado de crédito proposta por Fragoso e Jucá de Sampaio acontecia também em escala menor dentro da própria Comarca de Paranaguá. Os negociantes mais abastados faziam empréstimos e vendas a crédito para aqueles com menor poder aquisitivo, criando, também, uma relação de dependência. Nem sempre os negociantes do Rio de Janeiro estavam envolvidos nas transações comerciais que aconteciam nas regiões periféricas. Para o caso dos processos judiciais aqui analisados, apenas em cinco documentos há algum tipo de relação com a praça mercantil do Rio de Janeiro. Por outro lado, a cidade de São Paulo aparece em 16 processos de cobranças de dívidas, muitos deles relacionados com o comércio e a criação de animais. A relação mais estreita da Comarca de Paranaguá com a vila de São Paulo é evidente não apenas em minha documentação, mas também em outros estudos que já demonstraram a interdependência entre as regiões. Muitos campos de criação de animais da região de Curitiba pertenciam a proprietários absenteístas que residiam em São Paulo.⁴⁸⁰ Ademais, os vínculos tanto com Rio de Janeiro como São Paulo eram decorrentes e ao mesmo tempo motivados pelo processo de transição do uso da mão de obra indígena para a

⁴⁷⁷ SAMPAIO, Antonio C. Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro..., p. 85.

⁴⁷⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1664.51. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Manoel José Ferreira e réu João Vieyra Chaves. Curitiba, 1770.

⁴⁷⁹ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura...* p. 247.

⁴⁸⁰ MACHADO, Brasil Pinheiro, et al. Op. Cit. p. 30.

africana e afrodescendente, que contribuiu para a abertura da Comarca de Paranaguá para outros mercados coloniais.

Joacir Borges, em pesquisa já referida neste trabalho, analisou os livros de audiência do juízo ordinário da vila de Curitiba entre os anos de 1731 e 1752 e constatou também a importância do mercado de créditos e a predominância dos litígios relacionados a ele nas demandas judiciais. Cabe lembrar novamente aqui que os processos relativos a algum tipo de dívida representavam 85% do total de documentos do período relacionados por Borges.⁴⁸¹ As análises feitas por esse autor a respeito do mercado de créditos da vila de Curitiba são bastante interessantes e pertinentes à minha amostra de processos judiciais. Muitos dos casos registrados nos livros de audiência do juízo ordinário são os mesmos que encontrei nos processos judiciais, como o já mencionado caso do administrado José que foi à justiça requerer sua liberdade. Borges fala em uma cadeia de adiantamento/endividamento que se formava na vila de Curitiba e se expandia para outras localidades dentro da própria Comarca ou para outras vilas da colônia. Os créditos moviam o mercado colonial e eram eles mesmos negociados para pagamento de outras dívidas.⁴⁸² O crédito passado por Thereza Correa ao escravo Gonçalo, citado há pouco, é um exemplo de como as dívidas eram negociadas no mercado de crédito e passavam de um devedor para outro credor e vice-versa. Gonçalo, por força da autoridade de seu senhor, usou o crédito que tinha com Thereza Correa para pagar uma dívida que ele próprio tinha com Francisco Nabarreto. Esta era uma situação bastante comum nos processos de dívidas aqui analisados. Muitas vezes o crédito apresentado não pertencia originalmente ao autor da demanda judicial, mas sim a um terceiro que havia lhe passado o crédito.

Outro processo que exemplifica a cadeia de endividamento e de negociação de dívidas é uma “causa cível de assinatura de dez dias” em que o já conhecido Francisco Nabarreto é réu e Paulo da Rocha Dantas, também já citado anteriormente, era autor como “mostrador do crédito” de Damião de Carvalho.⁴⁸³ A dívida original de Damião com Francisco era pela compra, por este último, de fazendas no valor de 220\$260 (duzentos e vinte mil duzentos e sessenta réis). Damião, por sua vez, teria uma dívida com Paulo da Rocha Dantas, cujo motivo não é especificado neste processo, e a qual pagou entregando-lhe o crédito que possuía com Nabarreto. Para pagamento da dívida foi penhorado um escravo de Nabarreto chamado Manoel, descrito como “maneta”, duas peças de roupa, e 74\$000 (setenta e quatro mil réis)

⁴⁸¹ BORGES, Joacir N. *Das justiças e dos litígios...* p. 202.

⁴⁸² Ibidem, p. 205.

⁴⁸³ DEAP BR PR APPR PB045 PC142.4. Causa cível de assinatura de dez dias em que é autor Paulo da Rocha e réu Francisco Nabarreto. Curitiba, 1734.

que estavam em poder de Antonio da Veiga Bueno. Este último havia comprado uma negra de Nabarro e até o momento não havia quitado sua dívida. Quando o fez, a quantia serviu para inteirar o valor do pagamento devido a Paulo da Rocha Dantas. Esta ciranda de dívidas aparece em muitos outros processos judiciais e os escravos envolvidos, da mesma maneira que os créditos, passavam de mão em mão de credores e devedores.

As causas cíveis de assinação de dez dias eram o primeiro passo para a cobrança de uma dívida na justiça ordinária quando os autores possuíam o crédito em mãos, assinado pelo devedor. Os créditos, que eram uma espécie de recibo, quase sempre iniciavam com a frase “Devo que pagarei a [nome do credor]”, informando também a quantia devida e, algumas vezes, o motivo da dívida. Por fim, havia no crédito a assinatura do devedor. Quando o prazo estipulado para pagamento entre as partes se excedia, era hora de recorrer à justiça para conseguir reaver os valores devidos. Os juro quase sempre estavam incluídos e seus índices vinham especificados no próprio crédito. Na assinação de dez dias o crédito era apresentado perante a justiça, que comprovava a autenticidade da assinatura do devedor, o qual, por sua vez, tinha o prazo de dez dias para fazer pagamento da dívida ou para apresentar embargos à cobrança. Caso não fizesse, a dívida era julgada pelo juiz, que em todos os casos aqui analisados condenou os réus ao pagamento requerido pelos autores. Após a sentença favorável na causa de assinação de dez dias, os credores deveriam recorrer novamente à justiça para executar suas dívidas de fato. A maioria dos processos dessa natureza traz o título de “autos cíveis de execução de sentença”. Era na execução que seriam penhorados bens do devedor e levados à praça para serem arrematados. O valor arrecadado com a arrematação era repassado aos credores.

A assinação de dez dias tem origem nas Ordenações Manuelinas, publicadas no ano de 1521 durante o reinado de D. Manuel I.⁴⁸⁴ No seu Livro III, título XVI, intitulado “Em que maneira se procederá contra os demandados por escrituras públicas, ou alvarás que têm força de escritura pública ou reconhecidos pela parte”, consta o seguinte texto:

PORQUE as demandas, que são fundadas em escrituras públicas, devem com muita razão mais brevemente de ser acabadas, e para que os credores possam sem delonga cobrar o que lhe for devido e seu pagamento se não delongue com as maliciosas exceções, que os devedores muitas vezes põe ao que por escrituras públicas são obrigados, Mandamos que, tanto que alguma pessoa em Juízo demandar outra por razão dalguma cousa, ou quantidade, que lhe seja obrigada dar, ou entregar, e o Autor amostrar escritura pública da dita obrigação, ou Alvará feito, e assinado por tal pessoa a que se deva dar tanta fé como a escritura pública, o Juiz que de tal causa conhecer assine logo termo de dez dias

⁴⁸⁴ VAINFAS, Ronaldo (Ed.) *Dicionário do Brasil Colonial*...p. 436.

peremptórios a esse, que se amostrar ser obrigado, a que pague ao Autor todo o na dita escritura, ou Alvará conteúdo, ou a mostre paga, ou quitação, ou alegue, e prove dentro dos ditos dez dias qualquer outra razão de embargos, que tiver a não pagar, ou cumprir o que assim por a dita escritura, ou Alvará se mostrar ser obrigado; e passados os ditos dez dias não amostrando, nem provando o Réu paga, ou quitação, ou outra tal razão que o desobrigue de pagar, seja logo condenado por sentença, que pague ao Autor tudo aquilo em que assim se mostrar ser obrigado.⁴⁸⁵

A ideia geral da assinação de dez dias permaneceu a mesma ainda no século XVIII, mais de duzentos anos depois da publicação das Ordenações Manuelinas. A intenção foi a de tornar mais ágeis as cobranças de dívidas na justiça, principalmente aquelas que os credores possuíam documentos assinados pelos devedores que não deixavam dúvidas sobre a existência do compromisso. Quando não havia documento para comprovar, era feito outro tipo de processo, de cuja natureza consta apenas três em minha amostra, que eram os “autos cíveis de ação da alma”. Neste caso credor e devedor faziam um acordo verbal, tendo como garantia somente a palavra dada. Caso a dívida não fosse paga, o credor ou seu procurador poderiam ir à justiça e pedir que o devedor jurasse pela sua alma que havia de fato feito o tal empréstimo. Joacir Borges encontrou um número significativo de ações da alma em sua pesquisa e ressalta que geralmente eram dívidas de pequeno valor, que não compensavam o custo de uma escritura pública.⁴⁸⁶

De fato um dos processos judiciais de minha amostra corrobora a afirmação de Borges. No ano de 1771, Antonio do Loureyro e Almeida Cação foi à justiça contra José Antonio Rodrigues, em um auto cível de ação da alma, cobrar uma dívida de 6\$640 (seis mil seiscentos quarenta réis) provenientes de fazendas e de “jornais de negros”.⁴⁸⁷ Era uma dívida pequena, se comparada, por exemplo, com a de Francisco Nabarreto a Damião de Carvalho, que era de 220\$260 (duzentos e vinte mil duzentos e sessenta réis). Por outro lado, os outros dois processos de ação da alma de minha amostra parecem fugir à regra do valor baixo. João da Silveira Miranda foi à justiça no ano de 1770 contra Ignácio Alvares da Silva, de quem era fiador de uma dívida que este último tinha com Thomaz Fernandes Novais na cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente não consta no processo o valor da dívida, mas o réu deu à penhora para pagamento quatro escravos, um sítio com engenho de moer cana e dois bois.⁴⁸⁸ Eram

⁴⁸⁵ ORDENAÇÕES MANUELINAS. Livro III, título XVI. *Em que maneira se procederá contra os demandados por escrituras públicas, ou alvarás que têm força de escritura pública ou reconhecidos pela parte*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797. pp. 65-66.

⁴⁸⁶ BORGES, Joacir N. *Das justiças e dos litígios...* p. 215.

⁴⁸⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1752.53. Autos cíveis de ação da alma em que é autor Antonio do Loureyro e Almeida Cação e réu José Antonio Rodrigues. Curitiba, 1771.

⁴⁸⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1683.51. Autos cíveis de ação de juramento da alma em que é autor João da Silveira Miranda e réu José Antonio Rodrigues. Paranaguá, 1770.

sem dúvida bens com valores altos, talvez ultrapassando os 500\$000 (quinhentos mil réis). O outro processo, do ano de 1765, trata-se de uma dívida no valor de 88\$000 réis procedida de resto de quantia pelo valor de venda de uma escrava por Manoel Pinto Ribeiro a Ignácio da Motta.⁴⁸⁹ Valor também significativo frente aos 6\$640 (seis mil seiscentos e quarenta réis) da primeira ação da alma aqui mencionada.

No entanto, para a maioria dos processos de dívidas de minha amostra, o crédito ou escritura pública assinada pelo devedor era apresentado pelos credores perante a justiça. Levando em conta o que foi dito por Borges a respeito das ações da alma, que geralmente eram para cobrança de dívidas de baixo valor, não é de se estranhar que existam poucos processos dessa natureza quando havia cativos envolvidos nas transações. Escravos, em geral, eram bens valiosos, com valores significativos frente a outras propriedades e, portanto, compensariam a feitura de uma escritura pública que garantiria a cobrança da dívida na justiça. O fato de em minha amostra terem sido selecionados apenas processos judiciais que envolviam escravos nas transações, pode explicar a pouca relevância das ações da alma na documentação aqui analisada.

Os 182 processos judiciais de minha amostra que têm como tema a compra, venda, penhora e arrematação trazem um total de 328 escravos, excluindo aqueles que certamente eram os mesmos já referenciados em outros processos. Nos inventários e testamentos, que somam 55 documentos, constam referenciados 625 escravos, número bem acima dos 328 e em uma quantidade menor de processos. Isto demonstra as diferentes naturezas destes documentos; enquanto nos inventários e testamentos vinham arrolados todos os escravos de determinado proprietário, nos processos de cobranças de dívidas vinham descritos escravos específicos, envolvidos nas negociações. Por isto mesmo este tipo de documentação é interessante para se analisar o mercado de escravos de determinada região, identificando os nomes mais frequentes entre credores e devedores, o destino dos escravos penhorados e arrematados, a procedência destes cativos, bem como os valores pagos por eles. Todavia, apesar de ser possível realizar essa análise do mercado de escravos a partir dessa documentação, é preciso ressaltar que estes processos judiciais representam apenas uma parcela pequena da cadeia de endividamento da Comarca de Paranaguá. Boa parte das dívidas deveria ser paga sem a intervenção da justiça. Além disso, não se pode deixar de notar que este era um mercado escravista em formação dentro de uma configuração social específica que passava pelo processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana.

⁴⁸⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1439.44. Autos cíveis de ação da alma em que é autor Manoel Pinto Ribeiro e réu Ignácio da Motta. Curitiba, 1765.

5.2. Homens de negócio: credores e devedores.

As dívidas movimentavam o mercado desde os consumidores menos abastados até os grandes comerciantes com suas transações de milhares de réis. A falta de pagamento destas dívidas, não poucas vezes, levou credores à justiça para satisfazer as quantias que lhes eram devidas. Através dos processos judiciais, portanto, é possível traçar um perfil das pessoas envolvidas nessa rede de crédito. Vale ressaltar aqui, no entanto, que a intenção neste trabalho não é fazer uma investigação profunda a respeito desses credores e devedores, mas sim dos escravos envolvidos nessas transações. Por outro lado, é essencial saber quem eram os proprietários de escravos, já que, afinal, foi através deles que a comunidade escrava da Comarca de Paranaguá se formou.

Os processos de dívidas de minha amostra são, em sua maioria, tramitados na vila de Curitiba, no juízo ordinário. Dos 182 documentos desta natureza, 153 dizem respeito à esta localidade. Outros 28 são da vila de Paranaguá e 1 de Cananéia. Sendo assim, a documentação aqui analisada permitirá uma análise mais ampla do mercado de escravos de Curitiba. A relação desta vila com a de Paranaguá fica evidente em muitos documentos, nos quais uma das partes envolvidas residia nesta última vila. Esta relação já foi aqui evidenciada com os casos de Dona Antonia da Cruz França e Catharina da Silva Passos e seu marido, Manoel Gonçalves Carreira. Todos residiam em Paranaguá mas possuíam muitos bens em Curitiba. Outro proprietário já citado é Cristovão Pinheiro França, tio de Antonia da Cruz França, também morador de Paranaguá e proprietário de terras e escravos em Curitiba.

Os processos de dívida mostram que as relações entre o litoral e o planalto envolviam, além das propriedades, o mercado de créditos e, também, o de escravos. João da Cruz Borges, morador de Paranaguá, cobrou uma dívida do alferes Francisco Diniz Pinheiro, residente em Curitiba. O crédito assinado pelo réu no dia 15 de maio de 1735 era procedido da compra de fazendas do autor e importava a quantia de 174\$690 (cento e setenta e quatro mil seiscentos e noventa réis).⁴⁹⁰ Em fevereiro de 1737 o autor entrou na justiça para cobrar o que Francisco Diniz Pinheiro lhe devia, através de um procurador nomeado na vila de Curitiba, já que residia em Paranaguá. No entanto, não era apenas para João da Cruz Borges que o réu estava devendo. Manoel Rodrigues da Mota era outro credor de Borges e os bens dados à penhora no processo serviriam para pagar tanto Mota quanto Borges. Foram penhoradas duas moradas de casas que o réu possuía em Curitiba e também a escrava Maria, gentio da Guiné, com sua

⁴⁹⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC223.7. Autuação de execução de sentença em que é autor João da Cruz Borges por seu procurador e réu o alferes Francisco Diniz Pinheiro. Curitiba, 1737.

filha por nome Antonia. O valor da arrematação, entretanto, não foi suficiente para pagar os dois credores, mas apenas Manoel Rodrigues da Mota. Este último entrou em acordo com o procurador de João da Cruz Borges, o outro credor, para que esperassem a volta de Borges da cidade do Rio de Janeiro para Paranaguá, bem como a volta de Manoel Rodrigues da Mota da vila de São Paulo, para a qual estava de partida. Este é um processo bastante interessante para demonstrar a rede de interdependência que havia no mercado de crédito colonial. O alferes Pinheiro, residente em Curitiba, era devedor a dois senhores, um deles residente em Paranaguá e com negócios no Rio de Janeiro, e o outro com negócios em São Paulo.

Litoral e planalto estavam conectados, não sendo difícil encontrar relações interdependentes entre proprietários das duas regiões e, em menor número, relações entre estes e negociantes de outras praças mercantis da colônia, como São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, a maioria dos credores e principalmente dos devedores mantinha relações também interdependentes, mas a nível local, entre os moradores da própria vila. Em análise feita por Magnus Pereira e o já citado Joacir Borges a respeito do mercado de créditos na vila de Curitiba, estes autores constatarem que em mais da metade dos processos de cobrança de dívida os valores devidos estavam entre 1\$000 e 9\$999 réis. Eram valores considerados modestos, demonstrando que a maioria da população, ainda que também fizesse parte do mercado de créditos, sofria de uma escassez material.⁴⁹¹ O perfil dos credores e devedores de minha amostra difere desta camada mais pobre da população, pois, como já foi dito, foram selecionados apenas aqueles processos que constavam escravos envolvidos nas transações. Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, na Comarca de Paranaguá era a minoria dos moradores que contavam com a mão de obra escrava para suas atividades. As pessoas, portanto, que faziam parte desta rede de endividamento por mim identificada através dos processos judiciais, ocupavam um lugar privilegiado na sociedade da Comarca de Paranaguá.

Justamente por isso, os valores das dívidas encontradas em minha amostra diferem daqueles encontrados por Pereira e Borges quando consideraram todos os processos de cobrança de dívida da vila de Curitiba registrados nos livros de audiência do juízo ordinário entre os anos de 1731 e 1752. Dos 182 processos desta natureza aqui analisados, apenas 10 referiam-se a dívidas entre 1\$000 e 9\$999, ou seja, 5,5% do total. Vale ressaltar que o período por mim delimitado é maior do que aquele apresentado pelos dois citados autores, abrangendo processos que se iniciaram entre os anos de 1727 e 1780. A tabela abaixo usou como

⁴⁹¹ PEREIRA, Magnus R. de M. e BORGES, Joacir N. Tudo consiste em dívidas, créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. *Revista de História*, nº 162, 1º semestre de 2010, pp. 105-129. p. 121.

referência os mesmos intervalos de valores definidos por Pereira e Borges ⁴⁹² e considerou apenas os 157 processos de dívidas para os quais foi especificado o valor:

Tabela 6 – Montante das dívidas nos processos de cobrança de dívidas entre os anos de 1727 e 1780				
Intervalos de valor em réis	Número de processos	%	Montante das dívidas	%
1\$000 - 9\$999	10	6,4	58\$977	0,30
10\$000 - 49\$999	37	23,5	904\$290	3,80
50\$000 - 99\$999	47	30	3:345\$714	14
100\$000 - 999\$999	60	38,1	14:475\$848	60,5
Acima de 1:000\$000	3	2	5:113\$603	21,4
Total	157	100	23:898\$452	100

Fonte: Processos judiciais do Arquivo Público do Paraná, 1697-1780.

Considerando apenas os 157 processos de dívidas para os quais foram especificados os valores, o percentual daqueles entre 1\$000 e 9\$999 ficou em 6,4% do total. Na pesquisa de Pereira e Borges esse percentual chegou a 53,8% do total, representando a maioria das cobranças de dívidas encontradas por eles. Já em minha amostra, 38,1% dos valores das dívidas estavam entre 100\$000 e 999\$000 réis, seguido daquelas entre 50\$000 e 99\$999, que representam 30% do total. O montante total das dívidas chegou a quase 24 contos de réis, sendo que 60,5% deste valor corresponde aos 60 processos nos quais as dívidas ficaram entre 100\$000 e 999\$000.

Estes valores de dívidas mais altos encontrados em minha amostra quando comparados àqueles encontrados por Pereira e Borges para a vila de Curitiba evidenciam que os escravos eram bens com valores significativos nesta sociedade. Os valores dos escravos encontrados nos processos de inventário variaram de 6\$400 por um escravo de menos de um ano de idade, doente, a 150\$000 por um mulato chamado Dionísio, cuja idade não vem especificada, mas que pelo valor que lhe foi atribuído deveria ser jovem. ⁴⁹³ A média de preço de um escravo ficava em torno de 50\$000 (cinquenta mil réis) na Comarca de Paranaguá no século XVIII, de acordo com os documentos de minha amostra, o que, portanto, explica os altos valores das dívidas encontradas nos processos. Cabe ressaltar também que os dados

⁴⁹² PEREIRA, Magnus R. de M. e BORGES, Joacir N. Op. Cit. p. 119.

⁴⁹³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1590.49...; DEAP BR PR APPR PB045 PC2038.65... É mais fácil estabelecer a média de preços dos escravos a partir dos inventários e processos relacionados à disputa de bens do que nos processos de cobrança de dívida. Nos inventários os escravos deveriam obrigatoriamente ser avaliados, enquanto que nas dívidas, na maioria das vezes, o valor do escravo não vem especificado. Apenas para alguns processos nos quais há a arrematação dos cativos é possível saber o valor aproximado que valiam.

levantados por Pereira e Borges referem-se à primeira metade do século XVIII, período no qual o processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana ainda estava em seu início. Já no período por mim delimitado, que abrange boa parte da segunda metade do século XVIII, o processo de transição se consolidava, fazendo com que os valores das dívidas aumentassem motivados pela presença de escravos africanos e afrodescendentes.

Os credores e também os devedores envolvidos nestas cobranças de dívidas eram pessoas mais abastadas e que tinham possibilidade de manter escravos entre seus bens, o que reflete as condições sociais favoráveis ao processo de transição do uso da mão de obra indígena, mais barata, para a africana e afrodescendente, mais cara. Entretanto, é certo também que muitos dos devedores estavam passando por um período de decadência social, já que tinham seus bens penhorados para pagamento de dívidas, ficando, muitas vezes, sem nenhum escravo e regredindo para um nível social e econômico mais baixo na sociedade.

Como era de se esperar em uma região que não contava com muitos habitantes em sua população, os nomes tanto de credores quanto de devedores se repetem nos 182 processos de minha amostra. Entre os autores estão 125 nomes diferentes, enquanto que entre os réus estão 124 pessoas distintas. Entre os credores o nome que mais chamou atenção é o de Miguel Gonçalves Lima, que foi a juízo 11 vezes cobrar dívidas de seus devedores entre os anos de 1741 e 1759. A soma das dívidas que este senhor tinha para receber era de 1:267\$040 (um conto duzentos e sessenta e sete mil e quarenta réis) de 10 devedores diferentes. De acordo com Ermelino de Leão, este português de São Cristovão de Labruja “granjeou bens de fortuna no comércio”, foi tesoureiro dos órfãos no ano de 1759 e em 1763 foi proposto para o cargo de sargento-mor das ordenanças de Curitiba pela Câmara Municipal.⁴⁹⁴ Além disso, Miguel foi vereador da Câmara de Curitiba no ano de 1743 e por cinco vezes foi indicado como eleitor, sendo eleito em todas as ocasiões.⁴⁹⁵ Pelas informações constantes nos processos judiciais percebe-se que Miguel Gonçalves Lima era um homem de posses que vivia do comércio de fazendas, da venda de escravos e do empréstimo a juros. Em três das cobranças de dívidas o motivo foi a compra, pelos réus, de fazendas não especificadas. Em 1749 João Simões da Silva foi intimado a pagar a quantia de 25\$500 réis “de compra de fazenda na loja do autor”.⁴⁹⁶ Para pagamento desta dívida o réu penhorou um escravo de nome Estevão, de um ano de idade. Pelo que consta neste processo Miguel Gonçalves Lima tinha uma loja de

⁴⁹⁴ LEÃO, Ermelino de. *Dicionário...* vol. IV, p. 1301.

⁴⁹⁵ SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. E mandem convocar o povo... eleições municipais em Curitiba (1735-1765). In: *Anais da V Jornada Setecentista*, Curitiba, 2003. Pp. 654 e 658.

⁴⁹⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC698.21. Sentença cível de ação de assinação de dez dias em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu João Simões da Silva. Curitiba, 1749.

fazendas em Curitiba e, como era de praxe no comércio colonial, vendia suas mercadorias a crédito.

Mas não eram apenas fazendas que este senhor comerciava. Em duas cobranças de dívidas de Miguel Gonçalves Lima o motivo foi a venda de escravos e a falta de pagamento por eles. No ano de 1741 ele cobrou de Thereza Correa o valor de 120 oitavas de ouro pela venda de João, de nação Angola. Para este caso constam dois processos, sendo um a ação de assinação de dez dias e o outro a execução da sentença, favorável ao credor. A pedido de Miguel Gonçalves Lima foi penhorado o próprio escravo que motivou a dívida, mas, ao final do documento, consta a informação de que o autor foi pago pela ré com oitavas de ferro e não com o cativo João.⁴⁹⁷ O outro processo judicial de cobrança de dívida em que Miguel cobra o valor da venda de um escravo é datado de 1747. A venda foi feita a Domingos de Freitas, que comprou a escrava Maria, do gentio da Guiné, ainda no ano de 1741 por 110\$890 réis. Além da dívida da venda da escrava, Miguel cobrou de Domingos 15\$300 réis procedidos de fazendas e mais 25\$960 de uma dívida que o réu tinha com Sebastião dos Santos Pereira, mas cujo crédito estava agora nas mãos de Miguel Gonçalves Lima. O total devido a este último por Domingos de Freitas era de 152\$150 réis. Em fevereiro de 1748 foi acostada ao processo uma certidão comprovando que o réu havia sumido da vila de Curitiba e seus bens, que já haviam sido penhorados, seriam arrematados à sua revelia. Tratava-se de 86 cabeças de gado vacuum com 20 crias e um rancho velho de palha.⁴⁹⁸

O maior valor cobrado por Miguel Gonçalves Lima em único processo foi de 461\$727 réis sobre os quais, infelizmente, não consta a procedência, mas apenas a informação de que eram valores referentes a duas execuções alcançadas pelo autor contra Manoel Correa de Castro. Para pagamento desta dívida foram penhorados seis escravos, um sítio e mais remanescentes da penhora feita em outra escrava para complementar o valor.⁴⁹⁹ Os demais processos referem-se a empréstimos feitos por Miguel Gonçalves Lima, venda de fazendas e também de 40 bois para Manoel Pinto Ribeiro, cujo fiador era seu sogro, Manoel Alvares Fontes.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC372.11. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Miguel Gonçalves Lima e ré Thereza Correa. Curitiba, 1741. DEAP BR PR APPR PB045 PC389.11. Execução de sentença em que é autor Miguel Gonçalves Lima e ré Thereza Correa. Curitiba, 1741.

⁴⁹⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC614.17. Autuação de sentença em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu Domingos de Freitas. Curitiba, 1747.

⁴⁹⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1138.34. Sentença cível de assinação de dez dias em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu Manoel Correa de Castro. Curitiba, 1758.

⁵⁰⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1341.41. Causa cível de execução entre partes em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu Manoel Alvares Fontes. Curitiba, 1758.

O segundo credor que mais aparece cobrando dívidas é o padre Manoel Domingues Leitão, que esteve à frente da paróquia de Curitiba no vasto período recoberto entre os anos de 1731 e 1782, ano de seu falecimento. Entre os 182 processos de dívidas selecionados que envolvem escravos, seis trazem o controverso padre como credor. Manoel Domingues Leitão era figura polêmica na vila, pois, diversamente ao que era determinado ao estado eclesiástico, ele era conhecido por ser usurário e cobrar juros altíssimos de seus devedores. Um termo de vereança da Câmara de Curitiba do dia 12 de fevereiro de 1752 mostra o incômodo causado pelo padre com suas atividades de agiotagem. Os oficiais da Câmara escreveram:

(...) que por quanto o Reverendo Vigário desta vila era usurário público praticando este prejudicialíssimo delito emprestando dinheiro com a usura de dez por cento (...) passando seus créditos e letras da usura a principal como se tudo emprestasse e na forma da Constituição deste Bispado (...) se impõem pena de excomunhão (...) e por este respeito se acha o dito Reverendo Vigário excomungado e celebrando missa (...) e faz com que todo este povo ande com a consciência perdida e desinquieta considerando sua alma que se teria a dar a tão grande necessidade de absolvição que, pois, o Reverendo Vigário da vara se achava nesta vila lhe sentenciasse o Procurador do Conselho do Reverendo Vigário semelhantes delitos para que tomando dele conhecimento e achando serem verdadeiros lhe pusesse quem seguramente lhes administrasse os sacramentos e em lugar deste lobo ao invés deste lobo infernal lhe pusesse um pastor afável (...).⁵⁰¹

Sobre este termo de vereança Francisco Negrão informa que estava riscado no original com uma nota do Ouvidor Dr. Jerônimo Ribeiro de Magalhães: “Risquei por ímpio, escandaloso e temerário este Acordão”.⁵⁰² De fato parece que a denúncia dos oficiais da Câmara contra o padre Leitão não deu em nada. Ele continuou como vigário da vila por mais 30 anos, bem como continuou praticando a usura entre os moradores de Curitiba, talvez a juros menos abusivos. Todos os seis processos de minha amostra que trazem o padre como autor são posteriores ao polêmico termo de vereança, ou seja, Manoel Domingues Leitão continuou com seu negócio, que lhe rendia alguns contos de réis. Os processos tramitaram entre os anos de 1757 e 1779 e somam juntos a importância de 1:554\$633 réis. Joacir Borges também encontrou o reverendo Leitão nos livros do juízo ordinário da vila de Curitiba entre os anos de 1731 e 1752. Na amostra deste autor ele aparece como requerente em dez processos que somaram a quantia de 1:485\$090 réis.⁵⁰³ Ao longo de todo o século XVIII, portanto, Manoel Domingues Leitão esteve bastante ativo no mercado de créditos da Comarca

⁵⁰¹ Vereança de 12 de Fevereiro de 1752 da Câmara Municipal de Curitiba. In: BOLETIM do Arquivo Municipal de Curitiba, v. 21, p. 47.

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ BORGES, Joacir N. O processo de endividamento em Curitiba no século XVIII. In: DORÉ, Andréa e SANTOS, Antonio Cesar de A. (orgs.) *Temas Setecentistas*. Governos e Populações no Império português. Curitiba: UFPR/SCHLA/Fundação Araucária, 2008. p. 565.

de Paranaguá e também de outras Capitanias da colônia, como demonstraram os processos judiciais de minha amostra.

No ano de 1771, Manoel Domingues Leitão foi ao juízo ordinário da vila de Curitiba para cobrar uma dívida de João Vieyra Chaves no valor de 572\$839 réis. O réu, já citado anteriormente também como devedor, residia na vila de Pitangui, em Minas Gerais até pelo menos março de 1770, quando então já estava em Curitiba. Neste processo de 1771 Vieyra Chaves devia para Manoel Gonçalves de Souza, este último residente em Pitangui e fiador de Vieyra da referida quantia, devida ao reverendo Bernardo Rebelo, também da vila mineira. O fiador Manoel Gonçalves de Souza conseguiu alcançar sentença favorável a ele no juízo ordinário de Pitangui, mas, como João Vieyra Chaves havia se mudado para Curitiba, a execução da dívida com penhora dos bens do devedor deveria ocorrer onde o réu estava residindo. Foi aí que entrou o reverendo vigário Manoel Domingues Leitão. Ele comprou a dívida de Manoel Gonçalves de Souza pelo valor de 416\$000 réis e agora era o credor de Vieyra Chaves do valor de 572\$839 réis. O fiador residente em Pitangui provavelmente julgou ser bom negócio repassar a dívida para Leitão mesmo que por um valor abaixo da quantia original. E foi uma decisão acertada, pois o vigário de Curitiba recebeu a quantia devida apenas no ano de 1778, sete anos após iniciar o processo.

João Vieyra Chaves aparece em dois processos como devedor e pelo que consta nos documentos era um proprietário em decadência. Deixou devedores na vila de Pitangui, como demonstrou o litígio citado acima e, já em Curitiba, devia quase 500\$000 réis a Manoel José Ferreira de fazendas que este último trouxe do Rio de Janeiro.⁵⁰⁴ Em apenas dois processos Vieyra Chaves devia mais de um conto de réis. Para ter esse crédito é certo que era um senhor bem sucedido financeiramente, com bens suficientes para que seus credores confiassem no pagamento. No entanto, na década de 1770 este proprietário viu seus bens diminuírem significativamente. Nos dois processos foram penhorados 14 escravos, uma lavra e uma casa. Destes 14 escravos, dois morreram durante o andamento dos litígios. Para o reverendo Manoel Domingues Leitão haviam sido penhorados sete escravos, mas apenas cinco foram arrematados por conta do falecimento de Pascoal e Miguel.⁵⁰⁵ O arrematante foi o próprio Leitão, que recebeu os escravos em benefício da dívida por não ter ninguém que desse lance nos cativos quando estes foram à praça pública para leilão. O grupo de cinco escravos foi avaliado em 405\$000 réis no ano de 1778.

⁵⁰⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1664.51...

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 43.

O reverendo Leitão cobrou outras cinco dívidas além desta com João Vieyra Chaves, todas elas de devedores diferentes. O mesmo acontecia com Miguel Gonçalves Lima, outro credor citado anteriormente, que cobrou dívidas de 10 pessoas distintas. Isso também foi observado por Joacir Borges entre os credores analisados por ele. Segundo este autor,

Este era o padrão de cobranças, ou seja, os prestamistas estabeleciam relações de crédito com o maior número possível de pessoas, seja para estabelecer relações comerciais mais longas e capilarizadas, seja para diversificar a concessão de crédito e minimizar os riscos de inadimplência.⁵⁰⁶

De fato esta capilarização das dívidas acontece também com o 3º maior credor de minha amostra, José de Mendonça Coelho, que cobrou dívidas de cinco pessoas diferentes, todos na vila de Curitiba. Este senhor, assim como Miguel Gonçalves Lima, está entre os homens bons da pequena vila curitibana, tendo sido também vereador da Câmara no ano de 1754.⁵⁰⁷ Os três maiores credores encontrados nos processos aqui analisados eram figuras importantes e que ocupavam cargos camarários e eclesiásticos, além de serem donos de um grande capital, suficiente para ceder créditos a terceiros e lucrar com isso. Não apenas estes três credores, mas também os outros, ainda que em menor proporção, retinham muito mais poder do que outros membros desta sociedade, sujeitos às imposições colocadas por esses senhores para conseguirem crédito. Veja-se o exemplo do reverendo Manoel Domingues Leitão, acusado de cobrar juros abusivos de seus devedores, mas que ainda assim conseguiu permanecer no mercado de créditos até sua morte.

Os outros 27 credores da amostra que aparecem mais de uma vez cobrando dívidas têm um perfil muito parecido com os três já mencionados. Eram homens que ocupavam lugares de destaque nesta sociedade. No Livro de Atas das Eleições Municipais da vila de Curitiba entre os anos de 1748 e 1762, apenas 11 dos 29 credores (excetuando o reverendo Leitão) não aparecem como eleitores ou como ocupantes de cargos camarários.⁵⁰⁸ Destes 11 sete aparecem em processos de períodos posteriores às datas do Livro de Atas mencionado ou então residiam em Paranaguá, o que explica a ausência de seus nomes. Era, pois, a elite curitibana que dominava o mercado de créditos e, por consequência, o mercado de escravos da pequena vila.

Entre os devedores o nome que se destaca é o de Pedro Antonio Moreira, morador de Curitiba, que aparece como réu em 10 processos judiciais. Há de se considerar, no entanto,

⁵⁰⁶ BORGES, Joacir N. O processo de endividamento em Curitiba no século XVIII... p. 566.

⁵⁰⁷ SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. E mandem convocar o povo... p. 657.

⁵⁰⁸ Ibidem, pp. 653-659.

que em um deles Pedro é réu embargado, ou seja, alcançou uma sentença favorável para pagamento de uma dívida que lhe devia Francisco Nabarroto pela compra de um escravo crioulo de nome Clemente; Nabarroto, por sua vez, embargou a sentença e intimou Pedro Antonio Moreira como embargado.⁵⁰⁹ Há também dois processos movidos pelo mesmo credor e que se referem à mesma dívida e ainda uma cobrança de entrega de bens penhorados para pagamento de dívida a Francisco da Silva Braga, cujos bens estavam depositados com Pedro Antonio Moreira, que não os queria entregar.⁵¹⁰ Isso reduz, portanto, a sete cobranças de dívidas contra Pedro Antonio Moreira. Ainda assim ele aparece como o nome que mais se envolveu em processos de cobrança de dívida na qualidade de devedor.

A soma das dívidas de Pedro nos sete processos, tramitados entre os anos de 1742 e 1773, é de 655\$141 réis procedidos de honorários devidos a advogado, compra de fazendas, ouro em pó e três escravos. Há ainda uma cobrança de dívida como fiador de seu filho que comprou fazendas diversas de Custódio Martins de Araújo. Em todos os sete processos os credores são pessoas diferentes, o que pode se explicar pelo grande espaço de tempo entre uma dívida e outra. O primeiro processo contra Pedro Antonio Moreira que aparece na amostra é do ano de 1742 e o último de 1773; são 31 anos entre eles, o que, de certa maneira, não coloca este senhor em posição financeira tão frágil quanto João Vieyra Chaves, que entre 1770 e 1771 foi cobrado por dívidas que somavam mais de um conto de réis. O impacto das dívidas de Pedro em seu patrimônio se distribuiu pelos 31 anos, ao contrário do que ocorreu com Vieyra Chaves. Ademais, Pedro Antonio Moreira era também um dos homens bons da vila, exercendo o cargo de vereador e também de juiz ordinário.⁵¹¹

Ser devedor, portanto, não significava necessariamente uma má situação financeira. O crédito era a maneira mais comum de negociação na sociedade colonial. João Frago, analisando o mercado comercial do Rio de Janeiro constatou que o endividamento era algo corrente na Colônia em qualquer nível econômico. Este mesmo autor, analisando os processos tramitados na Real Junta de Comércio, observou que “o funcionamento das atividades empresariais se dava através do adiantamento de mercadorias e de créditos, isto é, os negócios

⁵⁰⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC762.23. Causa cível de assinação de dez dias de embargos entre partes em que é embargante Francisco Nabarroto e embargado Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1750.

⁵¹⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC448.13. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Manoel Correa e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1744. DEAP BR PR APPR PB045 PC457.13. Autos de execução entre partes em que é autor Manoel Correa e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1744. DEAP BR PR APPR PB045 PC1162.35. Causa cível de embargos em que é embargante Francisco da Silva Braga e embargado Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1758.

⁵¹¹ SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. E mandem convocar o povo... p. 659.

se faziam por meio de uma infinita cadeia de dívidas ativas e passivas”.⁵¹² O mesmo pode ser dito para outros contextos, como a vila de Curitiba, que também tinha sua própria cadeia de endividamento, mas em níveis muito menores. Ter dívidas tanto ativas quanto passivas, portanto, era algo essencial para a realização das transações comerciais. Stuart Schwartz também observou a importância do crédito para os engenhos de açúcar do Nordeste afirmando que “o crédito (...) fundamentou a organização da economia açucareira no Brasil, como já fizera e faria mais tarde com outras agriculturas de exportação”.⁵¹³ A falta de uma instituição financeira, pública ou privada, que oferecesse uma linha de crédito para a população, fazia com que o capital comercial e os usurários fossem as principais fontes de empréstimos para a população.⁵¹⁴ Pedro Antonio Moreira e todos os outros devedores, portanto, faziam parte dessa cadeia de endividamento, necessária para a sustentação do mercado de créditos. Dever não era problema, mas sim a falta de pagamento dessas dívidas, que muitas vezes precisaram ser executadas na justiça, como demonstraram os processos judiciais aqui analisados.

Entre os demais devedores constam outros homens bons da vila de Curitiba, como Manoel Pinto Ribeiro, que foi indicado para o cargo de juiz ordinário em 1748 e Manoel Alvares Fontes, vereador em três ocasiões: 1751, 1756 e 1760.⁵¹⁵ Interessante notar que estes dois devedores constam também entre os credores da amostra, assim como outras 17 pessoas que tinham dívidas a receber e também a pagar. A cadeia de endividamento fica evidente nestas situações e mostra que ter crédito, tanto para oferecer um empréstimo quanto para requerer um, era algo fundamental nessa sociedade, mesmo em vilas menores como Curitiba e Paranaguá. Os escravos sem dúvida incrementaram esse mercado de créditos a partir da segunda metade do século XVIII, quando sua presença era mais significativa nessa região. Como foi dito no início da seção anterior, 72,5% dos processos de dívida envolvendo escravos estão situados entre os anos de 1750 e 1780, demonstrando a importância dos cativos nesse período para o mercado de créditos. A restrição que antes havia para o uso da mão de obra indígena não existia quando se tratava dos africanos e seus descendentes. Eles poderiam ser comprados e vendidos, o que originava cobranças de dívidas na justiça, bem como poderiam ser usados para pagamento de quantias devidas por outros motivos, como a compra de fazendas diversas, gado ou terras. A transição do uso da mão de obra indígena para a africana, portanto, trouxe também uma maior possibilidade de negociação para credores e devedores que tinham acesso a escravos.

⁵¹² FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura...* p. 243.

⁵¹³ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos...* p. 179.

⁵¹⁴ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura...* p. 246.

⁵¹⁵ SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. *E mandem convocar o povo...* pp. 649 e 658.

5.3. Escravos entre credores e devedores.

Os 328 cativos encontrados nos 182 processos judiciais que envolvem a compra, venda, penhora e arrematação de escravos, faziam parte da cadeia de endividamento que existia na Comarca de Paranaguá. Estas pessoas participavam da ciranda de créditos e dívidas, passando de um proprietário a outro, num momento que para eles deveria ser de muita tensão, pois seus destinos eram incertos. Um processo de cobrança de dívida poderia durar anos e, enquanto a causa não estivesse resolvida, eram nomeados depositários dos bens que tivessem sido penhorados, entre os quais muitas vezes estavam os escravos. Nestas transações não era difícil que mães e filhos, irmãos, marido e mulher, fossem separados, vivendo cada parte da família com um proprietário diferente. A formação do mercado de escravos da Comarca de Paranaguá, possibilitado pelo processo de transição do uso do trabalho indígena para o africano e afrodescendente, trouxe consequências também para a vida dos cativos. Inevitavelmente formavam laços, que poderiam ser desfeitos a partir do momento que eram penhorados, comprados ou vendidos.

Estes homens e mulheres escravizados, por outro lado, não estavam totalmente alheios às transações de negócio feitas por seus senhores. Uma das cobranças de dívida que fez o reverendo vigário Manoel Domingues Leitão foi contra João Batista Vitoriano, no ano de 1779.⁵¹⁶ O reverendo serviu de fiador ao réu na quantia de 457\$000 réis que este último devia a Veríssimo Cardoso dos Santos, morador em Paranaguá. João Batista hipotecou todos os seus bens móveis e de raiz e todos os seus escravos para garantia de pagamento da dívida. Chegou ao conhecimento de Manoel Domingues Leitão que o réu estava de mudança para umas minas em Santa Catarina, no Rio de São Francisco, e que ele estava levando alguns cavalos e escravos para esta vila. Alguns bens que ainda estavam na freguesia de São José, local onde o réu residia até então, estavam sendo vendidos por um irmão de João Batista chamado Antonio da Cunha. Por esse motivo o reverendo pediu embargos em todos esses bens, a fim de garantir o pagamento da dívida.

Os embargos foram feitos em sete escravos, a saber, Florência, crioula, e seus quatro filhos também crioulos chamados Anacleto, Manoel, Francisco e Bento, e ainda Pelônia, mulata, e seu filho também mulato chamado Alberto. João Batista Vitoriano era um homem abastado, visto o número significativo de escravos que este senhor possuía. Além dos sete já

⁵¹⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC2172.70. Autos cíveis de embargos entre partes em que é autor embargante Manoel Domingues Leitão e réu embargado João Batista Vitoriano. Curitiba, 1779.

mencionados, embargados a pedido do reverendo Leitão, no processo judicial há menção a um crioulo chamado Antonio, que João Batista já teria levado consigo para Rio de São Francisco e ainda mais um casal de escravos, totalizando dez pessoas escravizadas de sua propriedade. É justamente através da informação que consta sobre esse casal de cativos que se evidencia a interação e o conhecimento deles sobre as transações que os envolvia. Uma das testemunhas apresentadas por Leitão para comprovar que João Batista lhe devia e que estava se desfazendo dos bens hipotecados era Salvador da Costa Collaço, alcaide da vila de Curitiba, homem casado de 44 anos. Este senhor afirmou que,

[...] sabe mais ele testemunha, por ver e presenciar, que um casal de escravos que o dito Batista tinha comprado a Antonio Ferreira Matoso os tinha o dito Batista mandado ir para donde ele se achava, e achando-se os ditos dois escravos na freguesia de São José, estes tiveram notícia um dos filhos do dito Batista os vinha levar para o dito Rio de São Francisco, e estes da dita freguesia fugiram e se vieram meter em casa de Antonio Rodrigues Pinto, por saberem o dito Pinto era fiador do dito João Batista pela quantia que eles custaram [...].⁵¹⁷

O depoimento do alcaide diz que os dois escravos, cujos nomes não vêm especificados, fugiram da freguesia de São José, onde residiam com seu senhor João Batista Vitoriano, e foram para a casa de Antonio Rodrigues Pinto, “por saberem o dito Pinto era fiador do dito João Batista pela quantia que eles custaram”. Ou seja, o casal sabia dos meandros de sua própria negociação e provavelmente sabia também que João Batista ainda não havia quitado a dívida com o homem que de fato havia feito o pagamento por eles, o fiador Antonio Rodrigues Pinto. Quando se viram ameaçados de ir para a vila de Rio de São Francisco, para onde seriam levados por um filho de João Batista, trataram de fugir para um local que consideravam seguro. Infelizmente não é possível saber o que motivou a fuga do casal e o temor de ir residir em outra vila, mas é possível supor que talvez tivessem filhos que permaneceriam na vila de Curitiba ou então que não gostassem de João Batista, considerando-o um mau senhor. A fuga para a casa do fiador seria uma possibilidade de se livrar de uma situação que não julgavam ser justa. Os escravos deveriam saber do momento de fragilidade econômica pelo qual passava seu senhor e das dívidas pelas quais estava sendo cobrado. A situação era oportuna para tentar escapar de novas mudanças indesejadas. Ademais, conforme já foi demonstrado, esta era uma configuração social pequena, onde todos se conheciam e sabiam dos movimentos uns dos outros.

⁵¹⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC2172.70... p. 25.

Ficar entre credores e devedores era algo bastante instável e imprevisível para os escravos. Um bom exemplo desta instabilidade é o que ocorreu com o escravo Gaspar, Benguela. No dia 29 de outubro do ano de 1740, na vila de Itu, Gaspar e outros dois escravos também de nação Benguela, Luiz e Antonio, foram vendidos a Fabião de Azevedo e Sá por Domingos da Cunha Teixeira. Fabião, no mesmo ano de 1740, vendeu apenas Gaspar a Inocêncio Alvares Pedroso, sem indicação de onde foi feita a venda. No ano de 1754, Inocêncio foi citado como réu devedor em um processo judicial por requerimento de Manoel Pinto Ribeiro. Este último senhor era mostrador do crédito de Henrique Ferreira Barros, que por sua vez havia pegado o crédito de Fabião de Azevedo e Sá, referente ao resto da quantia que faltava para pagamento do escravo Gaspar, comprado por 144\$000 réis, restando a quantia de 68\$000 réis.⁵¹⁸ Fica então mais uma vez evidenciada a ciranda de créditos que havia nesta sociedade, que fazia as dívidas girarem entre credores e devedores e, com elas, os escravos.

O processo que envolve o africano Gaspar se complica ainda mais. O próprio escravo foi penhorado por Inocêncio para pagamento da dívida solicitada por Manoel Pinto Ribeiro. No entanto, Francisco da Cunha Braga apresentou embargos da tal penhora, alegando que Gaspar lhe pertencia, comprovando sua alegação com uma declaração de Inocêncio Alvares Pedroso afirmando ter vendido o escravo a Francisco no ano de 1754. Porém, inesperadamente surge Domingos da Cunha Teixeira, o primeiro vendedor de Gaspar a Fabião de Azevedo e Sá 14 anos antes do processo judicial movido contra Inocêncio Alvares Pedroso, e alega que Gaspar deveria retornar para seu poder, uma vez que Fabião não satisfez a quantia que lhe devia. O juiz ordinário da vila de Curitiba, Salvador de Albuquerque, acolhe a reclamação de Domingos e ordena que Gaspar volte para o domínio de seu antigo senhor.⁵¹⁹

Gaspar foi vendido no ano de 1740 na vila de Itu a Fabião de Azevedo e Sá, que pelo que consta no documento residia na cidade de São Paulo. Pouco mais de um mês depois, Fabião o vendeu a Inocêncio Alvares Pedroso, este residente em Curitiba, que permaneceu com Gaspar durante 14 anos, até se endividar e se ver obrigado a penhorar e a vender seus bens para pagamento de suas dívidas. Em janeiro de 1754, Francisco da Cunha Braga comprou Gaspar que logo em seguida lhe foi tomado a pedido da justiça para ser penhorado. Por fim, o escravo que chegou a ficar preso na cadeia da vila aguardando a resolução da

⁵¹⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC993.30. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Manoel Pinto Ribeiro e réu Inocêncio Alvares Pedroso. Curitiba, 1754.

⁵¹⁹ Ibidem, p. 45.

justiça sobre seu destino, acabou voltando para Domingos da Cunha Teixeira, seu antigo proprietário.

O caso de Gaspar mostra que os escravos eram vendidos por proprietários que ainda não haviam feito o pagamento por eles, o que gerava demandas confusas na justiça em que diversas pessoas se viam no direito de reclamar pela posse do mesmo escravo. A instabilidade para os cativos era certa nestas situações desde o início das demandas na justiça. Como já foi dito anteriormente, durante o andamento do processo judicial era nomeado um depositário dos bens, que ficava responsável por eles até a resolução da contenda. Os escravos, portanto, saíam da posse de seus senhores para a de um terceiro, os quais ficavam obrigados a não dispô-los sem autoridade de justiça. Geralmente os depositários nomeados eram homens com muitos bens e conhecidos na vila, o que servia como uma espécie de garantia, já que um homem de posses estaria menos inclinado a dispor dos bens que ficassem sob sua responsabilidade. Em um auto de penhora e apreensão feita no escravo Ventura, gentio da Guiné, consta a seguinte informação a respeito do depositário:

E logo o dito alcaide fez penhora e apreensão no referido negro escravo e depositou em mão e poder de Sebastião Alvares de Araújo, *homem bem casado e arraigado na terra e abonado de bens* o qual recebeu o dito negro e se obrigou às leis de fiel depositário [...] (grifo meu).⁵²⁰

Por outro lado, parece que nem sempre os depositários nomeados eram homens “abonados de bens” e é muito provável que fizessem uso dos escravos enquanto estavam sob seu poder. Em alguns dos processos judiciais da amostra os depositários se recusaram a fazer a entrega dos bens. Este foi o caso de Bernardo Martins Ferreira, que obrigado a entregar uma escrava para ser arrematada, não o fez, pelo que foi ordenada a sua prisão.⁵²¹ A mesma coisa fez José Simões da Costa, depositário de Thereza, que no ano de 1768 se recusou a entregar a escrava para ser arrematada.⁵²² A recusa em devolver os cativos pode indicar que os depositários estavam tirando proveito deles e que a sua devolução lhes traria prejuízos, valendo a pena correr o risco de ser preso. A figura dos depositários de escravos era cada vez mais frequente na Comarca de Paranaguá, na medida em que o mercado de cativos se

⁵²⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1150. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor executante Miguel Gonçalves Lima e réu executado Amador da Veiga Bueno. Curitiba, 1758. p. 19.

⁵²¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1226.37. Autos de execução entre partes em que é autor Luís da Rocha Martins e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1758.

⁵²² DEAP BR PR APPR PB045 PC1624.50. Autos de execução entre partes em que é autor José Nabo de Medeiros e ré Rosa Maria Guedes. Curitiba, 1768.

consolidava. Quanto mais cobranças de dívidas na justiça em que houvesse a penhora de escravos, mais depositários precisavam ser nomeados.

Sobre estes dois últimos casos referidos não foi possível saber se os depositários devolveram os bens sem que fosse necessária a intervenção da justiça. Mas há ainda outro caso de recusa de entrega de bens por parte de um depositário. Trata-se de Pedro Antonio Moreira, referido anteriormente, que se recusava a entregar para arrematação 50 cabeças de gado, campos, uma casa e quatro escravos.⁵²³ Francisco da Silva Braga havia conseguido sentença favorável para cobrar uma dívida do sargento mor Felix Ferreira Neto, cujos bens penhorados estavam em poder de Moreira. Foi preciso um embargo na justiça para que a entrega fosse feita. No entanto, este caso não parece ser má fé do depositário, que no processo judicial apresentou uma petição alegando não ter sido notificado para entrega dos bens. Além disso, o processo transcorreu em apenas nove dias, terminando com a entrega pacífica dos bens por parte de Pedro Antonio Moreira. Os depositários, portanto, eram mais um elemento presente nos processos de cobrança de dívida aos quais os escravos estavam submetidos. Muitas vezes passavam pela mão de mais de um depositário, que quando precisava se ausentar da localidade, solicitava a nomeação de um novo para substituí-lo.⁵²⁴

A cobrança de dívidas era também um momento de tensão para os devedores, que viam seus bens serem apreendidos e penhorados e, conseqüentemente, suas propriedades diminuir. Alguns proprietários devedores tomaram atitudes extremas. Miguel Gonçalves Lima, o credor que moveu o maior número de processos em minha amostra, alcançou sentença para execução de duas dívidas que tinha com Manoel Correa de Castro da quantia de 461\$727 réis.⁵²⁵ Foi o maior montante cobrado por Lima, conforme referenciado anteriormente. Após a nomeação dos bens para penhora, que eram seis escravos, um sítio e o remanescente de uma negra pertencente ao réu e já arrematada, foi escolhido como depositário Amador Bueno da Rocha. Porém, consta no processo a informação de que o réu recusou-se a entregar os escravos para o depositário “e anda refugido com eles pelos matos”.⁵²⁶ Manoel Correa de Castro, no desespero de ver seus bens penhorados, fugiu com seus escravos para os matos com o fim de tentar proteger seu patrimônio. Não há informações no documento se Castro fugiu com todos os seus escravos ou se apenas com os homens. Os

⁵²³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1162.35...

⁵²⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC492.14. Autos de execução entre partes em que é autor Manoel Muniz Barreto e réu Francisco da Cunha. Curitiba, 1744. Neste processo Antonio Gomes Setubal foi nomeado depositário, mas quando foi viajar foi nomeado Antonio Francisco de Siqueira para substituí-lo.

⁵²⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC1138.34...

⁵²⁶ Idem.

seis escravos eram Pedro, um crioulo de 25 anos, Sebastião e Caetano, ambos de nação Angola e sem idade especificada, Luzia, uma mulata de 18 anos, sua filha também mulata de 4 anos chamada Francisca e Salvador, crioulo, de 10 anos. Para as mulheres e crianças era mais difícil fugir para os matos e, para além disso, não era fácil fugir com seis escravos, número considerável de pessoas. Mas parece que Manoel Correa de Castro de fato escondeu todos eles, talvez com a ajuda de algum familiar ou capataz. Consta a informação no documento que Pedro foi o primeiro a ser encontrado e logo foi colocado em depósito com Pedro Gonçalves da Cruz. Se as mulheres e crianças não tivessem sido ocultadas também, certamente seriam elas as primeiras a serem penhoradas. Este processo durou 10 anos, de 1758 a 1768, e o autor Miguel Gonçalves Lima faleceu neste meio tempo, no ano de 1766. Ao final quem está cobrando a dívida de Castro é o filho de Lima a favor de sua mãe, que fez uma composição amigável com o réu; este último, por sua vez, entregou além do escravo Pedro, arrematado em 1761 pelo próprio Miguel Gonçalves Lima, sua escrava Luzia e a filha Francisca.

O curso natural de um processo de cobrança de dívida seria a condenação do devedor, a penhora de bens suficientes para pagamento ao credor e, por fim, a arrematação destes bens por um terceiro. Para que acontecesse a arrematação os bens penhorados, estes deveriam ser levados à praça pública para um leilão com as informações sobre os bens em editais públicos, informando o preço pelo qual foram avaliados. Caso não houvesse lance igual ou superior a avaliação, era realizada uma nova praça, também chamada de pregão, desta vez com o lance inicial abaixo da primeira avaliação.⁵²⁷ No entanto, para a maioria dos processos judiciais de cobrança de dívida de minha amostra, não houve arrematação dos bens, terminando o litígio com a penhora. Para alguns destes casos há a informação de que o réu pagou o que devia ao credor de outra maneira. Por exemplo, no ano de 1771, Baltazar da Costa Pinto devia 42\$509 réis de custas vencidas de um processo judicial ao tabelião João Pereira de Azevedo. Para pagamento da dívida foi penhorada a escrava Quitéria, crioula, que não foi arrematada por ter o réu pagado o que devia com fazendas da loja que possuía.⁵²⁸ Até o pagamento da dívida, que ocorreu em 1773, Quitéria ficou depositada com Estevão José Ferreira, para só então retornar a casa de seu antigo senhor.

Para os casos em que foi feita a arrematação dos bens, que são 47 processos dos 182 totais dessa natureza, há três situações possíveis. A que mais ocorreu foi a de os escravos

⁵²⁷ RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais* (séc. XVI-XX). Tese de doutorado em História Social: USP, 2010. pp. 134-135.

⁵²⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1723.52. Autos cíveis de mandado executório para penhora em que é executante João Pereira de Azevedo e executado Baltazar da Costa Pinto. Curitiba, 1771.

penhorados serem arrematados por terceiros, ou seja, por pessoas que não estavam envolvidas no processo judicial. A segunda situação mais comum nas arrematações de escravos para pagamento de dívidas era que o próprio credor arrematasse os cativos para satisfação da quantia que lhe era devida. Em 16 dos 47 processos em que consta a arrematação foram os próprios autores que ficaram com os escravos. Por fim, em apenas dois casos, o arrematante dos bens foi o próprio devedor, retornando, portanto, o escravo para seu antigo proprietário.

Em qualquer das situações fica claro que este era um momento de incerteza para os escravos. Seus destinos dependiam das decisões tomadas por juízes, credores e devedores nos processos judiciais em que estavam envolvidos. Em muitos casos de arrematação de cativos deve ter acontecido a separação de famílias, como se pode depreender de um processo de cobrança de dívida do ano de 1774 em que Francisco Xavier de Carvalho era devedor de Baltazar da Costa Pinto, este último citado há pouco.⁵²⁹ A dívida era proveniente de nove bois que o réu comprou do autor, que somavam a quantia de 18\$670 réis. Foi dada à penhora pelo réu a escrava Izabel, uma crioula de apenas três anos de idade. A menina ficou depositada com Antonio Francisco de Oliveira até que Joaquim Gaspar Pereira a arrematou por 24\$000 réis, depois de ter ido à praça pública por nove vezes, sem que ninguém a arrematasse. Izabel muito provavelmente era filha de uma escrava pertencente ao devedor Francisco Xavier de Carvalho, haja vista sua pouca idade. A dificuldade para que ela fosse arrematada, tendo ido à praça pública por nove vezes, mostra que os proprietários não estavam interessados em adquirir escravos ainda crianças, que levariam alguns anos para começarem a trabalhar e trazer algum lucro para seus senhores. No entanto, mesmo com demora, Izabel foi arrematada por um terceiro, sendo levada para longe de sua família.

Outra situação a que os escravos envolvidos em transações comerciais estavam sujeitos era a sua venda e posterior devolução pelos compradores aos vendedores. Enjeitar escravos comprados era algo previsto pelas Ordenações Filipinas, no Livro IV, título XVII, que diz o seguinte:

Quando os que comprarem escravos, ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras.

Qualquer pessoa, que comprar um escravo doente de tal enfermidade, que lhe tolha servir-se dele, o poderá enjeitar a quem lho vendeu, provando que já era doente em seu poder da tal enfermidade, tanto que cite ao vendedor dentro de seis meses do dia que o escravo lhe for entregue.⁵³⁰

⁵²⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1903.60. Autos cíveis de execução entre partes em que é executante Baltazar da Costa Pinto e executado Francisco Xavier de Carvalho. Paranaguá, 1774.

⁵³⁰ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV, título XVII. *Quando os que comprarem escravos, ou bestas, os poderão enjeitar, por doenças ou manqueiras*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. p. 798.

O sargento-mor Manoel Gonçalves da Costa valeu-se do que diziam as Ordenações Filipinas e, em dezembro de 1727 foi à justiça da vila de Curitiba apresentar testemunhas para provar que o escravo do gentio da Guiné chamado Ventura, que havia comprado de João Batista na vila de Paranaguá, estava com achaques. A petição apresentada pelo justificante é a seguinte:

Diz o sargento mor Manoel Gonçalves da Costa que vindo da vila de Santos para esta vila desembarcando na vila de Paranaguá comprara a João Batista morador na dita vila um moleque do gentio da Guiné por nome Ventura haverá um mês pouco mais ou menos em preço de cento e cinquenta mil réis de que lhe passara crédito e logo que comprasse o dito negro fez ele suplicante viagem para esta vila [de Curitiba] e desde este tempo lhe caíra em cama doente queixando-se ser achaque procedido de uma queda que dera de uma janela de umas casas de sobrado na ocasião em que seu primeiro senhor chamado Salvador Pinto sendo meirinho geral do visitador do ano passado fazendo prender ao reverendo padre Manoel da Costa de Andrade e desde esse tempo se queixava dos peitos por tal feitio que o dito seu senhor receando-lhe maior achaque o vendera ao suplicado e não obstante este defeito se tem queixado que estando servindo em Paranaguá ao dito suplicado seu senhor lhe dera várias bordoadas pelas costas de que ficara bem molestado e desde então lhe ficara uma tosse seca sem ter saúde que boa fosse e acrescenta o dito negro que desde o tempo da primeira queda que dera da janela em Cananéia ficara com efeito rendido dos peitos e sentia grande sufocamento na respiração pelo que sabia claramente proceder disso sua morte e porque todo o referido o confessou perante várias pessoas quer ele suplicante justificar todo o deduzido.⁵³¹

Ventura foi rejeitado por três senhores diferentes, ao que parece em um curto espaço de tempo. Após sofrer uma queda em Cananéia, seu então proprietário Salvador Pinto o vendeu, “receando-lhe maior achaque”, a João Batista da vila de Paranaguá. Este, por sua vez, deu “várias bordoadas pelas costas” no escravo, prejudicando-lhe ainda mais a saúde. Foi então comprado por Manoel Gonçalves da Costa, que um mês depois foi à justiça para enjeitá-lo ao seu antigo proprietário e recuperar os 150\$000 réis de que havia passado crédito. As testemunhas juradas no processo comprovaram o que afirmou o sargento-mor em sua petição, dizendo terem ouvido do próprio escravo que não estava bem de saúde desde os tempos que vivia em Cananéia. O juiz acatou a justificação e Manoel Gonçalves da Costa teria que seguir com a ação na justiça para recuperar o valor investido no cativo.

Situação semelhante viveu Catharina, uma escrava crioula que pertencia a José Rodrigues Lanhoso. No ano de 1754, este senhor fez uma troca com Manoel Carvalho da Cunha entre a escrava Catharina, que lhe pertencia, e a escrava Romana, também crioula,

⁵³¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC33.2. Autuação de petição apresentada por parte do sargento-mor Manoel Gonçalves da Costa. Curitiba, 1727. p. 2.

pertencente a Cunha.⁵³² Catharina valia mais do que Romana pelo que Lanhoso receberia 32\$000 réis além da escrava. Inclusive, desta quantia, ele já havia recebido um cavalo no valor de 9\$000 réis e outros 6\$400 réis em dinheiro. José Rodrigues Lanhoso, em sua petição afirma que

[...] se acha descontente do trato e enganado em razão da negra que o suplicado lhe deu ter o vício de fujona além de outros e de algum modo o suplicado lhe ter faltado e em dolo e engano ao suplicante que está dentro do termo que a lei concede e permite se arrepender e se enjeitar, pois ainda não haverá dez dias.⁵³³

Depois disso Romana, a escrava com “vício de fujona”, foi depositada com Paulo José da Costa até que se resolvesse a querela entre os dois proprietários. O processo foi iniciado no dia nove de agosto de 1754 e, no dia 30 deste mesmo mês e ano, o juiz ordinário Salvador de Albuquerque condenou o réu, visto este não ter apresentado nenhum tipo de alegação em sua defesa. No entanto, no dia nove de setembro o réu apresentou embargos à sentença, através de seu procurador, Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade, licenciado pela Universidade de Coimbra no ano de 1747.⁵³⁴ Os embargos apresentados pelo Dr. Andrade foram muito bem fundamentados nas Ordenações Filipinas e outras leis do Reino, mostrando que os estudos em Coimbra não foram em vão. Segundo o procurador, quando um negócio era feito e o comprador dava ao vendedor algum dinheiro como parte do pagamento, não poderia haver arrependimento de nenhum lado.⁵³⁵ Ribeiro de Andrade citou o título XVII do Livro IV das Ordenações, transcrito anteriormente, que diz que aquele que quiser enjeitar um escravo teria que provar que já era doente quando o comprou, o que o autor José Rodrigues Lanhoso não havia feito.⁵³⁶ Por fim, o próprio autor desiste do destrato do negócio e se conforma em ficar com a escrava Romana e receber o que faltava dos 32\$000 réis. Somente no dia 25 de novembro de 1754 a causa chegou ao fim.

Os dois casos de escravos enjeitados, junto com os outros apresentados nesta seção, mostraram como essas pessoas ficavam ainda mais vulneráveis nas negociações de compra, venda e de cobranças de dívidas. A incerteza e a instabilidade que marcavam esses momentos certamente lhes traziam angústias ou até mesmo esperança. Para o casal de escravos pertencente a João Batista Vitoriano que fugiu da freguesia de São José para não serem

⁵³² DEAP BR PR APPR PB045 PC980.30. Autos cíveis de notificação entre partes em que é autor José Rodrigues Lanhoso e réu Manoel Carvalho da Cunha. Curitiba, 1754.

⁵³³ Ibidem, p. 3.

⁵³⁴ LEÃO, Ermelino de. *Dicionário...* vol. III, p. 1168.

⁵³⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC980.30... p. 20.

⁵³⁶ Ibidem, p. 21.

levados para a vila do Rio de São Francisco foi um momento de angústia.⁵³⁷ Por outro lado, Ventura, o escravo com achaque no peito, sentiu um breve alívio ao ser vendido para Manoel Gonçalves da Costa e ter se livrado de seu antigo senhor, que lhe dera bordoadas, para, um mês depois, se sentir temeroso por correr o risco de ser devolvido para o homem que lhe castigou e piorou sua saúde.⁵³⁸ A vulnerabilidade que já era inerente à vida dos escravos se intensificava quando eram envolvidos em transações comerciais, como a compra, a venda, a penhora e a arrematação. Assim como os créditos, os escravos circulavam entre os negociantes, que os repassavam de um para outro conforme suas necessidades e interesses.

Entre os 182 processos judiciais de minha amostra analisados nesta seção, constam 328 escravos envolvidos. Dado interessante sobre eles é que o número de africanos e crioulos é bastante equilibrado, diferindo dos números encontrados quando toda a amostra foi considerada. Retomando os dados, quando considerados todos os 1038 escravos os africanos representam 17,70% e os afrodescendentes 39,95%, sendo a maioria sem procedência mencionada. Ao considerar apenas as 599 pessoas para as quais há informações sobre sua origem, os africanos representam 30,72% e os crioulos 69,28%. A tabela abaixo se refere apenas aos 328 cativos mencionados nos processos de cobranças de dívida e compra e venda:

Tabela 7 – Procedência dos escravos presentes nos processos judiciais referentes a transações comerciais.		
Procedência	Número de escravos	%
Africanos	121	36,9
Afrodescendentes	123	37,5
Não mencionado	84	25,6
Total	328	100

Fonte: Processos judiciais do Arquivo Público do Paraná, 1697-1780.

A Tabela 7 demonstra que nas transações comerciais envolvendo escravos na Comarca de Paranaguá os africanos eram mais representativos do que em outros tipos de processos judiciais, como por exemplo, nos inventários *post-mortem*. Isto pode ser explicado pela conjuntura favorável à compra de africanos que desembarcavam no porto do Rio de Janeiro e que abastecia as demais áreas da região Centro-Sul da colônia. O acesso aos escravos

⁵³⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC2172.70...

⁵³⁸ Idem.

procedentes da África foi facilitado aos moradores de São Paulo e também de Minas Gerais que agora faziam negócios com os comerciantes do Rio de Janeiro, que estavam em próspera ascensão a partir de meados do século XVIII. Quando analisados somente os processos de cobranças de dívida que se referem à compra de escravos os números são ainda mais reveladores. Entre os 182 processos judiciais que envolvem transações comerciais, 51 são cobranças de quantias devidas pela compra de cativos, que somam 67 pessoas. Destes 67 escravos negociados, 26 eram africanos, 25 crioulos e 17 sem procedência mencionada. Neste caso, portanto, os cativos procedentes da África eram maioria, representando 38,8% do total contra 35,8% de afrodescendentes.

O mercado de escravos da Comarca de Paranaguá, pois, era interdependente com as outras regiões da América portuguesa e estava inserido no contexto que se delineava a partir de 1750, qual seja, o de incremento do tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro. Em 1748, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro foi extinta, ficando a região de São Paulo subordinada à Capitania do Rio de Janeiro ⁵³⁹ e intensificando ainda mais a interdependência que já existia entre as duas áreas, levada também para a estrutura administrativa. Mesmo depois de 1765, quando a Capitania de São Paulo foi restaurada, as relações entre as duas Capitanias seguiram sólidas. O Rio de Janeiro, como dito anteriormente, se consolidava como a mais importante praça comercial da América portuguesa, cujos negociantes estabeleciam redes de relações com toda a região Centro-Sul. Como afirmou Russel-Wood,

se no século XVII comerciantes [do Rio de Janeiro] haviam adquirido considerável proeminência, suas posições tornaram-se invulneráveis no século XVIII. O principal ponto de destino dos escravos vindos diretamente da África havia mudado da Bahia e de Pernambuco para o Rio de Janeiro. ⁵⁴⁰

A proeminência do comércio do Rio de Janeiro teve consequências também para a Comarca de Paranaguá que ampliou as suas relações com negociantes cariocas e também de outras partes da colônia. O desenvolvimento do comércio e da criação de animais na região para abastecimento das Minas e também do Rio de Janeiro e da própria Capitania de São Paulo facilitou a entrada de escravos africanos, dos quais havia maior disponibilidade a partir da segunda metade do século XVIII no mercado carioca. Fica evidente, mais uma vez, o processo de transição do uso da mão de obra indígena, escrava ou administrada, para o uso de

⁵³⁹ BUENO, Beatriz Picolotto Siqueira. Op. cit. p. 278.

⁵⁴⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n.º 36, São Paulo, 1998, pp. 187-250. p. 237.

trabalhadores africanos ou crioulos nesta região meridional da colônia, que a partir de 1750 passou a estabelecer fortes relações com o mercado colonial voltado para a exportação. Toda esta conjuntura explica a presença significativa de africanos quando se trata de processos de cobrança de dívidas proveniente da compra de escravos. Por outro lado, nos inventários *post-mortem* e testamentos a presença de cativos nascidos no Brasil é muito maior, como será detalhado na próxima seção.

5.4. Entre herdeiros, dívidas e partilhas: escravos arrolados em inventários e testamentos.

A soma de todos os escravos mencionados nos processos judiciais de inventários e testamentos, como informado anteriormente, é de 625 pessoas em apenas 55 documentos. Estão englobados nestes 55 autos dez documentos que não são especificamente inventários ou testamentos, mas que dizem respeito a eles. Há, por exemplo, um auto cível de vista entre partes em que os herdeiros de João Carvalho de Assunção que receberam dote do falecido deveriam apresentar os bens à justiça.⁵⁴¹ Existe também um auto de sequestro feito nos bens de Cristovão Pinheiro França, herdeiro da já citada Antonia da Cruz França, no qual os bens desse senhor, bem como de sua falecida sobrinha, vêm arrolados no processo.⁵⁴² Há ainda uma tentativa de anulação do testamento de Lourenço de Freitas Henriques por parte de sua irmã, Madalena de Freitas Sobral.⁵⁴³ Todos os outros sete documentos que não são inventários *post mortem* ou testamentos se referem à herança deixada por Catharina da Silva Passos e seu marido Manoel Gonçalves Carreira, já apresentados anteriormente. Por se tratar de documentos relativos aos legados de pessoas falecidas, optou-se por incluí-los na amostra dos testamentos e inventários.

Além dos dez processos acima referidos constam 18 inventários e 27 testamentos. Estes são documentos com íntima relação com a morte e com o patrimônio deixado pelos falecidos. Os testamentos, feitos ainda em vida por aqueles que temiam o destino de sua alma e de seus bens após a morte, deveriam conter as últimas vontades do testador, que nomeava

⁵⁴¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1634.50. Autos cíveis de vista entre partes em que são autores Matheus de Souza Fagundes e sua cunhada Quitéria Maria de Jesus e réu Miguel de Miranda Coutinho. Curitiba, 1769.

⁵⁴² DEAP BR PR APPR PB045 PC1843.58. Traslado de auto de sequestro em que é autor Antonio Barbosa de Mattos Coutinho, ouvidor geral da Comarca de Paranaguá e réu Cristovão Pinheiro França. Paranaguá, 1773.

⁵⁴³ DEAP BR PR APPR PB045 PC2038.65...

um testamenteiro, responsável por fazer valer todas as cláusulas por ele referidas.⁵⁴⁴ A primeira parte de um testamento era sempre dedicada aos assuntos da alma, na qual o testador informava os santos de devoção e pedia para que rezassem missas não só por ele, mas por outros que desejasse, como os pais, algum filho já falecido e, algumas vezes, até pelos seus escravos mortos. A segunda parte tratava da vida material, ou seja, do patrimônio do falecido. O testador poderia indicar os bens que possuía e informar o que queria que fosse feito de sua terça parte (quando casado e com filhos) ou então de todo o seu patrimônio, quando solteiro e sem herdeiros forçados.⁵⁴⁵ Os testamentos poderiam trazer revelações importantes, como foi o caso de João Leme da Silva, citado na primeira parte deste trabalho, que confessou ter 13 filhos bastardos naturais, os quais instituía por seus legítimos herdeiros.⁵⁴⁶ Entre os proprietários escravistas não era raro o testador libertar alguns de seus escravos, na maioria das vezes com alguma condição, como a de servir a um de seus filhos até a sua morte. O testador também nomeava em seu testamento três pessoas que deveriam servir de testamenteiros, em ordem de preferência. A escolha de três nomes era para garantir que haveria um responsável pelo testamento. Caso o primeiro escolhido não pudesse assumir, passava a obrigação para o segundo e este para o terceiro. O testamenteiro ficava obrigado a prestar contas do testamento perante a justiça, apresentando certidões e recibos. Por fim o testador assinava o testamento junto com o escrivão e mais testemunhas. Quando viesse a falecer, o testamento era aberto e validado na justiça. Em geral, era feito um processo judicial à parte, denominado “auto de contas de testamento”, para que fosse comprovada a execução das vontades do testador. Outras vezes o testamento, bem como sua prestação de contas, poderia vir anexado ao próprio inventário do falecido.⁵⁴⁷

O número de inventários *post mortem* de minha amostra não é muito significativo. No total, foram encontrados 25 documentos desta tipologia que traziam gentios da terra ou escravos africanos e crioulos arrolados entre os bens. Em um universo de 366 documentos, representam menos de 7% do total. Esta situação pode ser em parte explicada pela própria natureza do acervo do Poder Judiciário sob a guarda do Arquivo Público do Paraná. Parte da documentação que compõe esse acervo é proveniente da 10ª Vara Cível da vila de Curitiba, a qual sofreu um incêndio na década de 1930, sendo possível que muitos documentos, não

⁵⁴⁴ O modo pelo qual os testamentos deveriam ser feitos está indicado nas ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, título LXXX. *Dos testamentos e em que forma se farão*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. pp. 900-907.

⁵⁴⁵ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006. p. 63.

⁵⁴⁶ DEAP BR PRAPPR PB045 PC02.1...

⁵⁴⁷ RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Op. Cit. p. 67.

apenas dessa tipologia, tenham sido destruídos. No entanto, a abertura de inventários não era obrigatória para todas as pessoas que faleciam. Eram obrigatórios apenas em três situações: quando havia menores de idade entre os herdeiros, que nessa época eram considerados os que tinham menos de 25 anos; quando o falecido morria sem testamento e sem herdeiros forçados; e também quando não tinha herdeiros e sua fortuna passava para o Estado.⁵⁴⁸ Por outro lado, a população da Comarca de Paranaguá era ainda diminuta no século XVIII e com muitas pessoas vivendo em situação de pobreza, sem um número significativo de bens, seja de raiz ou móveis, para que fosse feito um inventário e partilha entre herdeiros. Os casos aqui apresentados são de pessoas que se destacavam nessa sociedade e que tinham uma melhor situação econômica do que as demais, sendo possível para elas acumularem bens, ainda que muitas vezes fossem diminutos.

Este tipo de documentação cível, qual seja, inventários e testamentos, é tradicionalmente usada por muitos estudiosos da escravidão no Brasil.⁵⁴⁹ Através deles é possível analisar a distribuição da posse de escravos em uma sociedade, o preço médio dos cativos, o peso destes no total da riqueza, a composição demográfica do grupo de escravos, além de uma série de outros dados fornecidos por um número razoável de processos judiciais desta espécie. Não farei aqui este tipo de análise por considerar 25 documentos um número insuficiente para um período bastante abrangente de 83 anos delimitados para esta pesquisa (1697-1780). Contudo, os inventários e testamentos trazem informações interessantes mesmo quando tomados separadamente, mostrando situações diversas às quais os escravos estavam sujeitos quando acontecia a morte de seu proprietário. Assim como nas transações comerciais, comentadas na seção anterior, processos de inventário e testamento poderiam trazer, por um lado, muita instabilidade e tensão, e por outro, alguma esperança para a vida dos cativos.

Antes de entrar na análise mais específica dos documentos, vale relembrar que destes 55 documentos referentes à herança de proprietários de escravos africanos e afrodescendentes, apenas três foram abertos antes de 1750; todos os outros 52 processos judiciais tramitaram entre os anos de 1750 e 1780, deixando clara novamente a transição da mão de obra indígena para a escrava africana e crioula nesta sociedade. A maior presença de escravos se faz notar no patrimônio dos falecidos nesse período e, por consequência, nas demandas na justiça movidas por herdeiros e outros interessados.

⁵⁴⁸ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Op. Cit. p. 61.

⁵⁴⁹ Para citar apenas alguns exemplos: SLENES, Robert. Op. Cit.; PAIVA, Eduardo França. Op. Cit.; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Op. Cit.; PENA, Eduardo Spiller. Op. Cit.; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos...*; CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade...*

Os inventários traziam arrolados todos os bens do falecido e, além deles, as dívidas ativas e passivas. Para quitar as dívidas deixadas pelo inventariado eram penhorados bens do próprio espólio para serem arrematados e os credores satisfeitos das quantias que lhes eram devidas. Depois de quitadas todas as dívidas, era feita a partilha dos bens restantes entre os herdeiros. Os escravos, portanto, poderiam ser destinados à penhora para serem arrematados por um terceiro ou iriam para o poder de algum dos herdeiros nomeados.

O capitão Pedro Ribeiro de Andrade faleceu, segundo sua mulher, quando saía de São Paulo para as minas da Campanha do Rio Verde, sem indicar as circunstâncias da morte, em julho de 1769. Luiza Vaz Torres, a esposa inventariante, tinha dois filhos menores com o falecido, uma menina de cinco anos e um menino de três. A soma total dos bens do casal foi de 511\$204 réis, mas as dívidas passivas somaram a quantia de 796\$105 réis, ou seja, não eram suficientes para pagar os credores de Pedro Ribeiro de Andrade. Em vista disso os seis escravos que possuíam foram penhorados e arrematados por Lourenço Ribeiro de Andrade, o senhor licenciado pela Universidade de Coimbra citado anteriormente, sobrinho do falecido Pedro Ribeiro de Andrade, pelo valor de 270\$000 réis.⁵⁵⁰ Somou-se a esse valor a quantia de 9\$400 pela qual o restante dos bens foi arrematado e também as dívidas ativas do falecido, totalizando 527\$204 réis. Este valor foi rateado pelos credores, que receberam quantias proporcionais às suas dívidas. Os inventários refletiam, muitas vezes, o mercado de créditos das pequenas vilas. As dívidas ativas e passivas do falecido eram reflexos das negociações feitas pelos proprietários ainda em vida. No momento da morte, todos os seus credores deveriam ser pagos, bem como os seus devedores deveriam quitar todas as dívidas com o falecido. Da mesma maneira que nos processos de cobrança de dívida, os escravos eram alvo de penhoras e arrematações para quitação dos débitos nos inventários.

No caso do inventário de Pedro Ribeiro de Andrade, a arrematação não trouxe más consequências para os escravos, ao menos a primeira vista. Dos seis cativos constantes no inventário, cinco eram da mesma família. Tratava-se de Joana, uma crioula de 28 anos, e seus quatro filhos: Thomaz, de nove anos, Maria, de oito anos, Manoel, de quatro anos, e Sebastião, de quase dois anos. O outro escravo era o menino Clemente, de menos de um ano, doente, cuja mãe havia falecido há seis meses. Ele foi o escravo que recebeu o menor valor em toda a minha amostra, citado anteriormente, de 6\$400 réis. Para esta família escrava a arrematação não impediu que vivessem juntos, já que foram arrematados pelo mesmo senhor. É possível, inclusive, que Joana tenha retornado para perto de outros familiares, talvez até do

⁵⁵⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1590.49... p. 33.

pai de seus filhos. No documento consta o crédito passado por Pedro Ribeiro de Andrade ao capitão Miguel Rodrigues Ribas pela compra de Joana e seu filho Thomaz no dia 28 de setembro de 1766.⁵⁵¹ Miguel Rodrigues Ribas já havia falecido no ano de 1769 e era pai de Lourenço Ribeiro de Andrade, o arrematador dos escravos.⁵⁵² Joana estava, então, retornando para a propriedade onde viveu anteriormente e para o grupo de escravos, com o qual deveria manter relações mesmo durante os três anos que viveu com Pedro Ribeiro de Andrade. A proximidade das duas famílias pode ter permitido o contato entre os escravos de uma e de outra propriedade, o que explicaria o fato de Joana ter um filho de dois anos de idade e não constar nenhum homem adulto entre os cativos de Pedro Ribeiro de Andrade que pudesse ser o pai de seus filhos. Há também a possibilidade de que o pai dos filhos de Joana tivesse falecido ou sido vendido a outra pessoa.

Outros escravos não tiveram a mesma sorte de Joana e seus filhos. No momento de falecimento de seus senhores e de feitura do inventário foram espalhados entre vários arrematadores. Isto aconteceu com os escravos pertencentes a Bento Magalhães Peixoto, cujo inventário foi feito no ano de 1770. Para pagamento de dívidas foram penhorados 10 escravos no ano de 1774, sendo três homens para os quais não consta informação sobre o estado civil, a saber, Felix, Benguela, 44 anos, Francisco, Monjolo, 34 anos, e Mateus, Benguela, 32 anos. Havia ainda a escrava Maria, Benguela, de 25 anos com seus três filhos Sebastião, quatro anos, Joaquim, dois anos, e Benedita, de um ano. Por fim havia Pascoal, Angola, de 44 anos e sua mulher Maria, Congo, de 22 anos, com um filho pequeno do casal por nome Antonio, de um ano de idade. Sobre esta última família não consta informação de sua arrematação, mas somente para os outros sete escravos. Maria, Benguela, foi separada de dois de seus filhos. Ela foi arrematada juntamente com Benedita, a filha mais nova, por Angelo Gonçalves Padilha na vila de Curitiba. O filho Joaquim, de dois anos, foi arrematado por Antonio Teixeira Alves na mesma vila e Sebastião, o filho mais velho de quatro anos, foi arrematado por Francisco Xavier Pinto também em Curitiba. Os outros três escravos foram remetidos a Paranaguá, onde Francisco e Mateus foram arrematados pelo sargento-mor Francisco José Taveira e Felix por José de Mattos Câmara.⁵⁵³ Maria, uma escrava africana, viu seus dois filhos pequenos, um de dois e outro de quatro anos, serem vendidos para senhores diferentes. Ficou apenas com Benedita, “sua filha de peito”, como vem especificado no documento.⁵⁵⁴

⁵⁵¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1590.49... p.9.

⁵⁵² LEÃO, Ermelino de. *Dicionário...* vol. III, p. 1168.

⁵⁵³ DEAP BR PR APPR PB045 PC2002.63. Inventário dos bens que ficaram por falecimento de Bento Magalhães Peixoto. Curitiba, 1770.

⁵⁵⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC2002.63...

Para os herdeiros e interessados na herança do falecido, o que importava era o lucro que iriam obter com os bens. Esta preocupação aparece neste inventário de Bento Magalhães Peixoto. Micaela Josepha da Silva, mulher de Bento, casou-se novamente com Antonio de Loureiro de Almeida Cação, e este ficou responsável por cuidar dos bens do falecido marido, já que Bento e Micaela não tiveram filhos. Cação solicitou que os escravos penhorados para pagamento das dívidas fossem levados à praça em Paranaguá, pois em Curitiba “não haveria quem os comprasse pela falta que há de dinheiro”.⁵⁵⁵ Importava arrematar os escravos pelo melhor preço, nem que fosse necessário levá-los a outra vila.

Por outro lado, o momento de morte de seus proprietários algumas vezes trazia surpresas agradáveis para os escravos. Faleceu no ano de 1764 a senhora Tereza das Neves na vila de Cananéia, com testamento.⁵⁵⁶ Somente no ano de 1773 é que seu testamenteiro prestou contas do testamento, apresentando os recibos e certidões necessárias. O motivo para tanta demora na prestação de contas é a falta de um ouvidor na Comarca de Paranaguá. Como informado anteriormente, a Ouvidoria ficou sem um ouvidor nomeado pela Coroa portuguesa entre os anos de 1754 e 1772.⁵⁵⁷ Nesse tempo, vários processos judiciais ficaram parados, à espera da chegada do magistrado, como o testamento de Dona Tereza das Neves. Em seu testamento, essa senhora informou sobre quatro escravos que possuía. Deixou Manoel e Inocência libertos após sua morte e também Francisco, filho do escravo Anacleto, nas mesmas condições. A alforria por si só já era motivo de esperança para o começo de uma nova vida por parte dos cativos. Mas Inocência tinha mais motivos para comemorar do que seus companheiros de cativeiro. Em seu testamento, Tereza das Neves disse ser sua vontade deixar para seu escravo Inocência metade das terras do sítio *Carau* e outros objetos de trabalho. É sabido que muitas vezes os herdeiros dos falecidos faziam o possível e o impossível para revogar a alforria de muitos dos escravos libertados em testamento; tanto mais quando ganhavam não apenas a liberdade, mas levavam junto uma parte dos bens, como foi o caso de Inocência. No entanto, para este escravo as coisas parecem ter corrido bem. Consta na prestação de contas de testamento um recibo com o sinal de Inocência que diz:

Recebi do testamenteiro o senhor Domingos Antunes as terras onde estou morando assim mais uma roda e uma prensa e um tacho grande que me deixou no seu testamento a defunta Tereza das Neves e como recebi pedi ao senhor Domingos Antonio de Almeida

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1826.57. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Domingos Antunes de Aguiar e testadora Tereza das Neves. Cananéia, 1773.

⁵⁵⁷ PEGORARO, Jonas W. *Op. Cit.* pp. 51-54.

este por mim fizesse em que somente me assino com o meu sinal que é uma cruz [...] Cananéia, 28 de agosto de 1764.⁵⁵⁸

Inocência afirmou já estar vivendo no sítio que sua senhora lhe deixou, inclusive com instrumentos de trabalho, provavelmente para o fabrico da farinha de mandioca. O marido de Tereza das Neves já era falecido e eles não tiveram filhos, e o testamenteiro era compadre da testadora. O fato de não existirem herdeiros diretos, filhos do casal, certamente facilitava o cumprimento das últimas vontades do testador, já que a possibilidade de existir contestação por parte de herdeiros era menor.

Em minha pequena amostra de testamentos, consta ainda um segundo documento no qual escravos ganharam além da alforria, um pedaço de terra de seus proprietários. Clara Pereira Paes, moradora na vila de Iguape, faleceu no ano de 1765 com testamento. Assim como aconteceu com Tereza das Neves, a prestação de contas só foi feita pelo testamenteiro no ano de 1773, quando já havia um ouvidor na Comarca.⁵⁵⁹ Clara Pereira Paes redigiu seu testamento conjuntamente com seu marido, Manoel Fernandes Sardinha, que lhe serviu de testamenteiro. No entanto, Clara faleceu no ano de 1765 e ele ainda estava vivo e casado novamente no ano de 1773. No testamento, o casal declarou que

[...] o escravo Felix, casado com a escrava Francisca pelos bons serviços que deles temos tido os deixamos forros e libertos livres de toda a escravidão por *falecimento nosso* e lhes deixamos, das quinhentas braças de terras na paragem chamada Vila Velha, cem braças de terras para eles viverem e sustentarem, que destas cem braças poderão dispor como suas, o que fazemos também pelo amor de Deus. (grifo meu)⁵⁶⁰

Felix e Francisca, um casal de escravos, receberia a liberdade e mais cem braças de terras, sob a condição do falecimento de seus senhores. Já havia se passado oito anos desde o falecimento de Clara e Manoel ainda estava vivo. Felix e Francisca certamente não haviam recebido nem a alforria e nem as terras, pois além da condição não estar cumprida, não consta nenhuma certidão anexada à prestação de contas. Ademais, Manoel casou-se novamente e, ao final da prestação de contas de testamento consta uma petição de sobrinhos de Clara Pereira Paes reivindicando a parte de sua tia na herança.

Houve muitos outros casos em que senhores deixaram alguns de seus escravos libertos em testamento, mas esse assunto será objeto de análise mais demorada em uma seção

⁵⁵⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1826.57... p. 27.

⁵⁵⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1859.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Manoel Fernandes Sardinha e testadora Clara Pereira Paes. Iguape, 1773.

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 8.

específica do próximo capítulo. O que interessa neste momento é mostrar como a morte do proprietário impactava na vida dos cativos, tanto para o bem quanto para o mal. As experiências vividas pelos escravos de Tereza Neves e Clara Paes são bastante distintas, pois receberam a promessa de ganhar não apenas suas liberdades, mas bens de raiz, importantes para iniciar uma vida em liberdade. As relações estabelecidas por esses escravos com seus senhores ainda em vida permitiram que fossem recompensados após sua morte, ou ao menos a tentativa de serem, “pelos bons serviços” prestados, como afirmaram Clara Paes e Manoel Sardinha a respeito do casal Felix e Francisca.

Para encerrar essa seção, falarei do casal Catharina da Silva Passos e Manoel Gonçalves Carreira, moradores de Paranaguá, mas donos de propriedades também em Curitiba, como já foi indicado em alguns momentos deste trabalho. Catharina foi vítima, no ano de 1735, de feitiçaria feita por uma índia chamada Maria, a quem o marido de Catharina, Manoel Gonçalves Carreira, foi à justiça denunciá-la. Catharina sobreviveu aos feitiços e viveu mais do que seu marido, falecido em fevereiro de 1758, e ela somente em 1770. A disputa pelos bens desse casal é sem dúvida a que durou mais tempo e a que gerou mais demandas judiciais em toda minha amostra. Após a morte de Catharina, foi somente no ano de 1780 que os bens foram finalmente partilhados. Há vários complicadores a respeito desse caso e que, como era de se esperar, trouxeram consequências para os escravos, que no ano de 1770 somavam 69 pessoas distribuídas nas propriedades do casal em Curitiba e em Paranaguá.

As complicações começaram com o testamento de Manoel Gonçalves Carreira, escrito por ele em 1754 e aberto após sua morte, no ano de 1758. Este senhor parece ter sido o grande patrocinador das obras do Colégio Jesuíta de Paranaguá, inaugurado oficialmente no ano de 1755.⁵⁶¹ A vinda dos padres jesuítas e a instalação de um Colégio foram muito desejadas pelos moradores de Paranaguá, que escreveram inclusive ao Provincial da Companhia de Jesus solicitando autorização. Desde finais do século XVII já havia uma movimentação na vila para conseguir tal intento. Após muitos ofícios trocados e doações de moradores, o Colégio foi finalmente inaugurado em 19 de março de 1755.⁵⁶² No testamento de Carreira é possível constatar que este senhor sem dúvida contribuiu muito para a finalização das obras. Mal sabia ele, no entanto, que apenas quatro anos após a inauguração do edifício, os jesuítas seriam expulsos de todo o império graças às políticas regalistas. Carreira foi poupado de presenciar a expulsão dos padres, pelos quais certamente se empenhou bastante para que

⁵⁶¹ O edifício do Colégio Jesuíta permanece ainda hoje na cidade de Paranaguá, sendo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde 1963 abriga o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná.

⁵⁶² *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná...* pp. 87-88.

pudessem se instalar em Paranaguá. Como foi mencionado, ele faleceu em fevereiro de 1758, mais de um ano antes da Lei de Expulsão, datada de três de setembro de 1759.⁵⁶³

Em seu testamento, Manoel Gonçalves Carreira disse:

Declaro que foi meu casamento por carta de ametade e de toda esta fazenda a metade é de minha mulher e como não tenho herdeiros. Declaro e instituo por minha herdeira universal de tudo o que depois de se cumprirem meus legados e obras pias aqui declaradas a minha mulher Catharina da Silva, enquanto sua vida *e por sua morte deixo tudo o que há de herdar dos remanescentes da minha metade aos reverendos padres da Companhia de Jesus* para aumento e continuação das obras que andam fazendo.⁵⁶⁴

Carreira doou em testamento a metade de seus bens, após o falecimento de Catharina, para os padres jesuítas de Paranaguá. Além disso, este senhor perdoou uma dívida que o Colégio tinha com ele e informou que uma quantia que possuía em dinheiro e ouro não iria colocar em testamento “porque vou fazendo obras no Colégio”.⁵⁶⁵ Com a expulsão dos jesuítas e a ordem da Coroa para que todos os bens pertencentes aos padres fossem confiscados, Dona Catharina da Silva Passos ficou na mira dos agentes da Coroa. Após a morte de Carreira, Catharina poderia usufruir da metade dos bens que pertencia ao falecido marido para seu sustento, mas sem dispor de nada, ou seja, não poderia vender e nem doar. No entanto, pouco antes da morte de Catharina, o capitão-mor Antonio Ferreira Mathoso, tesoureiro geral dos bens que ficaram para a Coroa pelo sequestro feito aos padres jesuítas, foi à justiça denunciá-la, afirmando estar doente e fora do seu juízo, passando alforrias a escravos e fazendo doação de terras.⁵⁶⁶ De fato Catharina fez muitas doações não só de terras, mas também de escravos, e vendeu outros bens. Neste processo judicial iniciado pelo tesoureiro geral, o ouvidor Cristovão Pinheiro França ordenou que todos os bens fossem entregues pelas pessoas beneficiadas, mesmo aqueles que os haviam comprado. Essa resolução do ouvidor gerou uma enxurrada de outros processos judiciais, movidos pelas pessoas que haviam recebido ou comprado os bens de Catharina e que não admitiam perdê-los.

Não é preciso dizer que entre os bens estavam muitos escravos, que antes viviam juntos, muitos inclusive com famílias constituídas, e que foram separados e espalhados entre vários senhores moradores tanto da vila de Paranaguá como de Curitiba. No ano de 1778, um dos processos envolvendo a herança do casal Carreira e Passos dá conta que havia escravos

⁵⁶³ Lei de 03 de setembro de 1759. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação...* p. 715.

⁵⁶⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1765.54. Autos cíveis de notificação entre partes em que é autor Antonio Ferreira Mathoso, tesoureiro geral dos bens que ficaram pelo sequestro feito aos padres jesuítas. Paranaguá, 1770. p. 32.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 28.

⁵⁶⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1659.51... p.3.

pertencentes ao espólio com 20 pessoas diferentes.⁵⁶⁷ Os escravos que permaneceram na propriedade de Catharina da Silva Passos, no sítio em Paranaguá, penavam com a situação de não saberem com quem iriam permanecer. Em processo judicial de 1772, cujo autor era mais uma vez o tesoureiro geral Antonio Ferreira Mathoso, este demonstra preocupação em sua petição com os escravos, pelo fato de ainda não terem sido feitas as partilhas:

E porque tem notícia que os escravos vivem quase absolutos na dúvida em que estão a quem poderão pertencer e assim nada adquirem nem ainda para seus alimentos e da demora da partilha se segue prejuízo ao rendimento da Real Fazenda.⁵⁶⁸

A tensão e a instabilidade vivida pelos escravos no momento da morte do proprietário foram anotadas pelo tesoureiro geral. Depois da morte de Manoel Gonçalves Carreira, sua mulher começou a dispor dos cativos que lhe pertenciam, vendendo e doando, inclusive crianças. Já foi aqui comentado do administrador da fazenda de Piraquara, Manoel Cordeiro Mathoso, que recebeu como pagamento por seus serviços a escrava Ignácia, cabra, de apenas quatro anos de idade.⁵⁶⁹ No ano de falecimento de Catharina da Silva Passos, 1770, havia 14 crianças escravas cujas mães eram também escravas da mesma proprietária e outros oito cativos menores de 15 anos para os quais o nome da mãe não vem especificado. A presença de 22 crianças entre os 69 escravos que Catharina possuía indica a presença de famílias neste numeroso grupo de pessoas escravizadas.⁵⁷⁰ Os homens e mulheres adultos mantinham relacionamentos entre si e tinham filhos, que seriam a nova geração de escravos. Na propriedade de Dona Catharina é possível perceber a existência de pelo menos quatro gerações de cativos, pois havia entre eles Bernardo, o tal escravo de nação inglesa, mencionado anteriormente, que teria “cento” anos de idade e Ana, filha da escrava Domingas, de apenas quatro meses. O comentário do tesoureiro geral em sua petição, portanto, é compreensível. Certamente os escravos de Catharina da Silva Passos temiam pelo seu destino e pela separação de suas famílias a que estariam sujeitos.

A angústia destas pessoas só teve fim no ano de 1781, quando finalmente a partilha dos bens do casal Carreira e Passos foi feita. Eles não tiveram filhos, mas não faltaram herdeiros para receber a herança. Além da própria Coroa interessada na parte que cabia aos jesuítas deixada por Manoel Gonçalves Carreira, duas sobrinhas deste senhor vieram de

⁵⁶⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC2127.69. Autos de protesto em que são autoras Maria Tereza do Couto e sua irmã Luiza Maria do Couto. Paranaguá, 1778. p. 5.

⁵⁶⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1765.54... p. 2.

⁵⁶⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1699.51...

⁵⁷⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1659.51...

Portugal para reivindicar a herança. E pela parte de Catharina, seu também sobrinho Francisco da Silva Freire, morador em Paranaguá, reivindicou a parte que lhe cabia. O processo de inventário e partilha dos bens foi para o Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, onde as irmãs Maria Tereza do Couto e Luiza Maria do Couto conseguiram anular o confisco dos bens pela Real Fazenda, alegando que os bens de seu tio somente passariam para os padres jesuítas quando sua mulher, Catharina, falecesse.⁵⁷¹ Quando isso aconteceu, no ano de 1770, os jesuítas já haviam sido expulsos do Reino, não cabendo, portanto, o confisco dos bens. O argumento das irmãs foi acatado pelo desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, que ordenou a partilha dos bens entre as irmãs e o tenente Freire, sobrinho de Catharina, sem que nada fosse repassado para a Coroa. Em 1781 os 69 escravos já haviam reduzido para 58, dos quais 30 ficaram com as irmãs e 28 com Francisco da Silva Freire.

A morte do proprietário poderia, pois, ser um momento de esperança ou de angústia para os escravos. Eles estavam sujeitos a serem vendidos para pagamento de dívidas, separados de seus familiares e companheiros para seguir com um ou outro herdeiro, terem alforrias revogadas, antes concedidas por seus falecidos proprietários. Por outro lado, a liberdade poderia de fato se concretizar e, em alguns poucos casos, poderiam também receber algum tipo de herança de seus falecidos senhores. A análise deste tipo de documentação mostrou também evidências do processo de transição do uso da força de trabalho indígena para a escrava africana e afrodescendente, uma vez que 95% dos inventários e testamentos com cativos foram iniciados entre os anos de 1750 e 1780.

⁵⁷¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2238.72...

6. CAMPO DE TENSÕES: AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA TRAMA SOCIAL

Neste capítulo serão analisadas algumas situações limite vividas por escravos e libertos em meio à sociedade na qual estavam inseridos. As relações de interdependência aconteciam entre todos os níveis sociais, independente da condição jurídica. Livres, libertos e escravos conviviam e se relacionavam, criando um campo de tensões entre eles. Os processos judiciais analisados neste capítulo trarão à tona situações diversas, em sua maioria de conflitos, que chegaram ao extremo de gerar demandas judiciais. São casos de fugas, assassinatos, furtos e roubos, dívidas, créditos e também questões envolvendo a liberdade, todas elas resultantes de relações interdependentes mantidas entre os indivíduos. Se no capítulo anterior os escravos foram mostrados a partir de sua natureza jurídica, qual seja, a de propriedade, neste capítulo eles serão vistos atuando em diferentes situações, para além da relação senhor-escravo.

6.1. Fugas.

As fugas de escravos vêm sendo analisadas por vários autores que pesquisam a escravidão e são vistas como uma atitude de resistência por parte dos escravos contra as violências às quais estavam submetidos, que iam desde o próprio cativeiro, até os castigos desmedidos.⁵⁷² Em minha amostra também constam alguns casos de fugas de escravos, sendo alguns inclusive já relatados. O casal de escravos pertencente a João Batista Vitoriano, residente na freguesia de São José, fugiu para o homem que serviu de fiador de Vitoriano na compra dos dois cativos.⁵⁷³ Romana, a escrava trocada por outra chamada Catharina, correu o risco de ser devolvida para seu antigo senhor por ter o “vício de fujona”.⁵⁷⁴

As fugas sem dúvida fizeram parte do cotidiano de escravos e proprietários escravistas durante os quatro séculos de escravidão no Brasil. Para o século XIX os senhores tinham o recurso dos anúncios nos jornais, em que ofereciam recompensas e descreviam as

⁵⁷² SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo (orgs.) *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 62.

⁵⁷³ DEAP BR PR APPR PB045 PC2172.70...

⁵⁷⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC980.30... p.3.

características dos cativos fujões.⁵⁷⁵ No século XVIII os proprietários contavam com a justiça e com amigos, vizinhos e outras pessoas que ficavam sabendo de uma fuga de um escravo pelo “ouvir dizer”. Em uma configuração social menor, como era a aqui analisada, em que as pessoas conheciam umas às outras, não era difícil que a notícia da fuga de um escravo se espalhasse. Nos processos judiciais as fugas podem aparecer de forma secundária, como no caso dos dois escravos que fugiram para a casa do fiador de quem os havia comprado. O objetivo dos autos era a cobrança de uma dívida, mas uma das testemunhas acabou dando a informação sobre o casal fugitivo. Mas, algumas vezes, as fugas de escravos foram as causadoras diretas de demandas na justiça, conforme será demonstrado adiante.

Cativos fugidos, portanto, não era algo incomum, mas também não era prática da maioria dos escravos, muito pelo contrário. Em toda a minha amostra de 366 documentos, apenas em 14 consta alguma situação que envolve escravos fugidos. No entanto, mesmo sendo uma parcela diminuta de cativos que fugia, ela foi motivo de preocupação não apenas para os senhores, mas para a própria Coroa portuguesa, que desde a formação do quilombo de Palmares na Capitania de Pernambuco, passou a intensificar a legislação que coibia as fugas de escravos.⁵⁷⁶ As Ordenações Filipinas já tratavam dos escravos fujões e, após Palmares, uma série de cartas régias tratou de intensificar a repressão a essa prática, inclusive coibindo os abusos cometidos pelos senhores no trato com os cativos, visto como uma motivação para as fugas.⁵⁷⁷ Os próprios senhores entendiam que os maus tratos aos escravos poderiam motivar o desejo de fuga. Em 1750, Francisco Nabarreto se queixou de um escravo crioulo, chamado Clemente, que havia comprado de Pedro Antonio Moreira, dizendo que dois meses depois de levá-lo para casa ele fez um furto em sua loja e sempre estava fugido, como inclusive estava no momento do processo judicial.⁵⁷⁸ O vendedor, em sua defesa, disse que:

O dito réu comprador do dito escravo é habitante nesta comarca de Paranaguá há mais de trinta anos e sempre comprou e possuía escravos e pouco lhe duravam em seu poder pelo mau trato, e mal pode o crioulo da contenda, sendo rapaz como é, aturá-lo sem fugir.⁵⁷⁹

⁵⁷⁵ Entre os autores que fizeram uso dos anúncios de jornais para o estudo da escravidão estão, apenas para citar alguns: FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 3ª edição. São Paulo: Global Editora, 2010. SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Mais recentemente há uma série de artigos, citados adiante.

⁵⁷⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. Ideologia imperial, poder patriarcal e o governo dos escravos nas Américas, c. 1660-1720. *Afro-Ásia*, 31, 2004, pp. 39-82. p. 53.

⁵⁷⁷ Idem.

⁵⁷⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC762.23... p. 9.

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 26.

Pedro Antonio Moreira, obviamente tratando de seus interesses, justificou as fugas do escravo vendido pelos maus tratos que recebia de seu novo senhor, sendo difícil “aturá-lo sem fugir”. A preocupação da Coroa portuguesa, refletida na legislação, e a própria fala dos senhores mostra que havia um senso comum, ainda que precisasse ser regulado por leis, sobre o uso da violência contra os escravos. Silvia Lara, em *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*, traz algumas discussões sobre a aplicação de castigos e o modo como os senhores deveriam tratar seus escravos. A autora ressalta a preocupação que havia por parte de autores como Benci e Ribeiro da Rocha, no século XVIII, em “adequar a escravidão a valores morais, teológicos e legais”.⁵⁸⁰ Ribeiro da Rocha, por exemplo, sugere sempre um equilíbrio entre a violência e a benevolência, “para que deste modo, sempre o amor, o poder, e o respeito reciprocamente se temperem de sorte, que nem os senhores, por rigorosos, deixem de ser amados; nem também, por benévolos, deixem de ser temidos, e respeitados”.⁵⁸¹ Esta moderação no uso da violência era vista também como uma medida preventiva para evitar fugas e até atos violentos cometidos pelos próprios escravos contra seus senhores e familiares, práticas essas também reprimidas pela legislação.⁵⁸²

As Ordenações Filipinas também previam pena para aqueles que encontravam escravos fugidos e não devolviam a seus donos ou não apregoavam:

Se algum escravo, que andar fugido, for achado, o achador o fará saber a seu senhor, ou ao Juiz da cabeça do Almojarifado da Comarca, em que for achado, do dia em que o achar, a quinze dias. E não fazendo assim, haverá pena de furto.⁵⁸³

Em cinco dos processos judiciais de minha amostra que tratam de fugas de escravos, pessoas livres são acusadas de acobertá-los ou de incentivá-los a fugir. Isabela dos Reis, em estudo sobre fuga e família na Bahia, utilizando como fonte os anúncios de jornais e documentação policial do século XIX, informou que para aquela região quase sempre havia

⁵⁸⁰ LARA, Silvia H. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. In *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de Iberoamérica*. Madri: Fundación Histórica Tavera-Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom). p. 28.

⁵⁸¹ ROCHA, Manuel Ribeiro. *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corregido, instruído, e libertado* (1758). Apud: LARA, Silvia H. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa...* p. 29.

⁵⁸² As Ordenações Filipinas previam que a mão dos escravos que matassem seus senhores ou filhos deles fossem decepadas e depois seriam enforcados; e se apenas os ferissem deveriam morrer por “morte natural”. ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, título XLI. *Do escravo ou filho que arrancar arma contra seu senhor ou pai*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. pp. 1190-1192. Já foi também aqui referida a Provisão de 24 de fevereiro de 1731 que proibia o uso de armas por escravos, bastardos e índios e também previa a pena de morte aos que matassem seus senhores. AHU, Registro de Cartas Régias, Cod. 248, fl. 335. Provisão de 24 de fevereiro de 1731.

⁵⁸³ ORDENAÇÕES FILIPINAS. *Da pena que haverão os que acham escravos, aves, ou outras cousas, e as não entregam a seus donos, nem as apreçoam*. Livro V, título LXII... p. 1210.

uma rede de solidariedade entre os senhores e os setores livres da população para captura e devolução do escravo fujão. A autora, no entanto, coloca uma ressalva de que não foram raros os casos de apropriação do escravo alheio, “permitindo-lhe a permanência em sua propriedade, fazendo vistas grossas à sua procedência, para desfrutar de seus serviços”.⁵⁸⁴

Este foi o motivo de um processo judicial instaurado no juízo ordinário da vila de Curitiba no ano de 1735, por parte de Pedro de Souza Pereira, morador de Paranaguá. Este senhor afirmou que

[...] haverá um ano e oito meses pouco mais ou menos lhe fugira um negro do gentio da Guiné, nação Angola, por nome Phelipe da dita vila de Paranaguá e porque tem notícia e sabedoria certa que em uma fazenda dos Campos Gerais chamada São Pedro, distrito de São Paulo, assiste o dito negro por conhecimento do fazendeiro dela, chamado João Pompeo, servindo-se dele todo este tempo como seu, sem o querer entregar a pessoa alguma.⁵⁸⁵

O fazendeiro João Pompeo acolheu o escravo Phelipe em sua fazenda, não se importou se era fugido ou não, e fez uso de seus serviços, da mesma maneira que faziam alguns senhores da Bahia. Por outro lado, esse processo judicial traz também evidências da rede de informações e da coesão social que havia entre os proprietários de escravos e a população livre. Manoel Pinto Ferreira, testemunha apresentada por Pedro de Souza Pereira, afirmou que quando estava de viagem, passando pelos Campos Gerais e pela fazenda de São Pedro, viu o negro Phelipe e o reconheceu como sendo o escravo que fugira de Pereira na vila de Paranaguá. Afirmou que sabia ser o mesmo por ser também ele morador de Paranaguá e que sempre via e conhecia Phelipe. Ferreira disse ter oferecido quatro patacas, cerca de 1\$280 réis, para que Pompeo segurasse o escravo na fazenda até a sua volta, o que de fato fez. Porém, quando chegou novamente à fazenda, encontrou “o dito negro sem estar branco algum com ele e com os mais negros da fazenda” e à noite “o dito negro disparara um tiro de espingarda e fugira para os matos”.⁵⁸⁶ Infelizmente este processo está incompleto, terminando com o testemunho de Manoel Pinto Ferreira. Mas o caso é bastante elucidativo no que se refere à questão da fuga de escravos. As redes de relações estabelecidas pelos senhores poderiam ajudá-los a recuperar um escravo fugido, mesmo tendo se passado um ano e oito meses da fuga e estando o escravo a muitos quilômetros de distância da propriedade de seu

⁵⁸⁴ REIS, Isabela C. F. dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”. Fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23, 1999, pp.27-46. p. 43.

⁵⁸⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC157.5. Petição apresentada por parte do justificante Pedro de Souza Pereira contra João Pompeo. Curitiba, 1735. p. 2.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, p. 4.

antigo dono. Por outro lado, o fazendeiro dos Campos Gerais aproveitou-se dos serviços de Phelipe por pelo menos cinco meses, conforme afirmou Manoel Pinto Ferreira em seu depoimento, sem medo de ser penalizado, talvez por acreditar que a grande distância de sua fazenda com Paranaguá seria suficiente para que nem ele e nem o escravo fossem descobertos.

Em outro processo, as relações interdependentes entre os proprietários moradores na Comarca de Paranaguá, interferiram nos rumos de uma fuga bem sucedida realizada pelo escravo João, africano Benguela. O caso rendeu um processo judicial de 192 páginas que chegou até o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Era o dia primeiro de junho de 1770 quando João Lopes deu pela falta de seu escravo João. Ele foi apanhado em São Paulo, com um passaporte falso e uma carta, também falsa, endereçada ao coronel Francisco Pinto do Rego. João foi remetido de volta para seu senhor por Afonso Botelho, mas, no caminho, fugiu novamente, indo parar na casa de Pantaleão Pedroso de Moraes. Em julho de 1771 João Lopes, o dono do escravo, entrou com processo judicial contra Pantaleão, afirmando ser ele o responsável pela fuga e que, portanto, deveria reembolsar-lhe o valor do escravo e também o de seus serviços.⁵⁸⁷

João Lopes acusou Pantaleão de ser o falsificador do passaporte e da carta, apresentando outros documentos escritos por ele, inclusive cartas enviadas pelo réu ao autor, evidenciando que já havia uma relação entre estes dois senhores. De fato, em sua defesa, o réu afirma que o autor era seu inimigo por lhe cobrar uma dívida na justiça e que por isso o estava acusando injustamente.⁵⁸⁸ Pantaleão, portanto, era devedor de João Lopes. O procurador do autor, Paulo de Chaves Almeida, sabiamente usou a confissão do réu de que devia a João Lopes para dizer que esse era o motivo de ter acobertado e incentivado a fuga do escravo João.⁵⁸⁹ O autor não era inimigo do réu, mas sim o contrário, o réu tinha inimizade com o autor por este lhe cobrar uma dívida na justiça.

Os procuradores das partes duelaram por um ano e quatro meses, apresentando réplicas e trélicas dos artigos elaborados por um e por outro e oferecendo testemunhas. O autor inclusive apresenta o passaporte e a carta dados ao escravo João para que este fosse para São Paulo. O passaporte era do seguinte teor:

Vai esse escravo por nome Manoel digo por nome João e vai do meu mandado levar uma carta de importância para o senhor coronel Francisco Pinto e peço aos senhores dos

⁵⁸⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1830.57..., p. 5.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 37.

⁵⁸⁹ Ibidem, p. 40.

caminhos que não entendam com ele e que vai com muita pressa e para vir e que [?] for fora do meu mandado me pagará os dias de serviço para o dito me perder, hoje primeiro de agosto de 1770. [...] Dr. Lourenço Rodrigues Ribas [assina]. ⁵⁹⁰

Junto com o passaporte João levou a carta referida, que tratava de amenidades e falava de uma procuração que mandava buscar sobre um negócio particular de lavras. Tudo falso, segundo o autor João Lopes. Depois de ir para São Paulo e lá ser capturado, João fugiu novamente, quando seguia a caminho da casa de seu senhor, e foi para a casa de Pantaleão. O réu esclareceu o fato do escravo ter ido parar em sua casa dizendo que um filho seu, chamado José Pedroso de Moraes, quando voltava de Paranaguá para os Campos Gerais, onde residiam, na paragem chamada Bugre, encontrou com o escravo João. O filho de Pantaleão teria levado o escravo até Ponta Grossa, local onde residia o autor, para o entregar, mas, lá chegando, encontrou apenas as mulheres, que não o quiseram receber e que por esse motivo o levou para seu sítio nos Campos Gerais. O fato de estarem apenas as mulheres na casa do autor é explicado por seu procurador, que informa que João Lopes estava participando da Real Expedição de *Vurapuava* (sic)⁵⁹¹, o que era sabido por Pantaleão, que se aproveitou do momento para não devolver o escravo. A participação do autor na Expedição de Guarapuava explica a devolução de seu escravo feita por Afonso Botelho de Sampaio e Souza, uma vez que este senhor era o capitão responsável pelas expedições militares.

Finalmente, 16 meses depois de iniciado o processo, em setembro de 1772 o juiz ordinário da vila de Curitiba, Antonio dos Santos Teixeira, proferiu sentença favorável ao réu, ordenando apenas que o escravo João fosse devolvido a seu verdadeiro senhor. ⁵⁹² João voltou para seu proprietário, mas João Lopes não estava satisfeito apenas com a devolução. Queria ser reembolsado por todo o período que seu cativo esteve afastado, exigindo uma diária mínima de \$100 réis por dia. Não satisfeito com a sentença, Lopes apelou para a Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá em junho de 1773. Foram nomeados novos procuradores tanto para o autor como para o réu, que apresentaram novamente suas razões agora ao ouvidor. Ao final do processo que tramitou pelo juízo ordinário, o escravo João, que estava preso na cadeia de Curitiba, foi chamado a depor judicialmente. O escravo confirmou que quem lhe dera o passaporte e a carta fora de fato Pantaleão Pedroso de Moraes, porém, não sabia quem a tinha escrito. O escravo, por outro lado, confirmou que depois de ter voltado da

⁵⁹⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1830.57... p. 11.

⁵⁹¹ A Expedição de Guarapuava foi uma das expedições militares realizadas no território do atual estado do Paraná, iniciada em 1768, comandadas pelo capitão Afonso Botelho de Sampaio e Souza. As expedições faziam parte dos planos de Marques de Pombal de ocupar as fronteiras da colônia e garantir o território a oeste. Ver: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná...* pp. 143-144 e 480-481.

⁵⁹² DEAP BR PR APPR PB045 PC1830.57..., p. 144.

vila de São Paulo, vindo de Paranaguá para Curitiba, encontrou com o filho de Pantaleão, que tentou lhe entregar em Ponta Grossa, tendo sido recusado pelas mulheres da casa, que estavam sozinhas.⁵⁹³

O depoimento de João foi usado por ambas as partes, da maneira que melhor lhes apetecia. O autor, através de seu procurador, enfatizava que o próprio escravo havia confessado ter recebido o passaporte do réu. O réu, por sua vez, desmereceu o testemunho e desqualificou o escravo:

Sem que nos faça argumento atendível o astucioso juramento que se descobre a fl. 36 ou perguntas ao mesmo negro em que assevera que o dito passaporte lhe fora dado pelo apelado, porque além de serem os escravos de fácil convenção (sic) é muito presumível que o apelante com a pequena despesa de uma cuia de cachaça o movesse a que assim dissesse [...].⁵⁹⁴

Seria possível imaginar que o escravo João tivesse confessado que foi Pantaleão quem lhe dera o passaporte e a carta por medo de sofrer represálias de seu senhor João Lopes. No entanto, em sua sentença, o ouvidor esclarece que

Prova-se da confissão do escravo deliberada a favor e rogo do mesmo réu a fls. 55 que muito além do seu entender depôs a favor do autor de onde se não pode, nem deve imaginar a suspeita indução por estar a esse tempo vendido, e menos haver retido na companhia daquele que logo sem o querer possuir fez dele venda, de onde se infere que sem temor diria a verdade.⁵⁹⁵

Segundo as palavras do ouvidor, o escravo não teria motivos para temer seu senhor, uma vez que já havia sido vendido na época de seu interrogatório. Nada impede, porém, que João Lopes tenha feito ameaça a João antes mesmo de vendê-lo prometendo algum tipo de punição se não dissesse que tinha recebido o passaporte de Pantaleão Pedroso de Moraes. O que de fato aconteceu e os pormenores da história não são contados no processo judicial e, não se pode esquecer, que o que é revelado nos autos sempre passa pelos ouvidos e pelas mãos de juízes e escrivães, que não eram isentos de preconceitos e de posicionamentos sociais.

Pelo trecho da sentença do ouvidor transcrita acima, é de se prever que desta vez o autor João Lopes foi atendido em seus pedidos. Antonio Barbosa de Mattos Coutinho condenou Pantaleão ao pagamento das custas do processo e dos serviços do escravo no valor

⁵⁹³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1830.57... p. 95.

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 178.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 188.

de \$60 réis por dia.⁵⁹⁶ O réu apelado, obviamente não satisfeito com a sentença, recorreu à última instância possível, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, para onde o processo foi remetido no dia 25 de junho de 1773.⁵⁹⁷ Infelizmente não consta o resultado desta apelação.

A relação de inimizade mantida entre João Lopes e Pantaleão Moraes acabou por interferir no destino do africano João. Não há informações sobre a motivação da fuga por parte do escravo e nem as circunstâncias em que Pantaleão lhe entregou o passaporte. Autor e réu não deveriam morar muito distantes um do outro, já que ambos residiam em propriedades nos Campos Gerais. É possível que Pantaleão, querendo se vingar de Lopes pela cobrança da dívida, tenha incitado o escravo a fugir para São Paulo. O passaporte e a carta de fato funcionaram, pois João chegou até esta vila, de onde logo foi remetido para Paranaguá. Quando imaginava que sua aventura tinha chegado ao fim, o africano foi levado para o sítio do réu e, depois, para a cadeia da vila. É interessante notar a capacidade de circulação que teve o escravo João. Vivia nos Campos Gerais, seguiu para a vila de São Paulo, depois Paranaguá, para finalmente retornar a Curitiba. Da mesma maneira o escravo Phelipe, que fugiu de seu senhor na vila de Paranaguá e estava vivendo em uma fazenda dos Campos Gerais.

Se entre a população livre existia uma rede de relações mantida justamente pela circulação das pessoas pela Comarca de Paranaguá e fora dela, também entre a população cativa estas redes existiam, uma vez que muitas vezes circulavam junto com seus senhores, estabelecendo relações de interdependência não apenas com outros escravos, mas com libertos e livres. Essas relações permitiram que Phelipe chegasse até os Campos Gerais e João até a vila de São Paulo. O mulato escravo João também deveria manter uma rede de relações que lhe permitiu sair da vila de Paranaguá e se estabelecer nos campos de Ambrósios, freguesia de São José dos Pinhais, distrito de Curitiba. No ano de 1739, o tesoureiro dos defuntos e ausentes da Comarca de Paranaguá, Luiz da Rocha Martins, ordenou que fosse apreendido e remetido para a vila de Paranaguá o mulato João, que estava fugido há muito tempo. Chegou a informação ao tesoureiro de que o escravo estava morando na casa de João Pais Domingues, onde o escrivão, o alcaide e mais quatro soldados da vila de Curitiba foram à meia noite para fazer uma diligência. Nada foi encontrado e Domingues afirmou que não conhecia o mulato João.⁵⁹⁸ Dois dias depois foi feita nova diligência e, no caminho para Ambrósios, o escrivão e o alcaide encontraram o mulato João e o prenderam. Sete dias depois,

⁵⁹⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1830.57... p. 188.

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 189.

⁵⁹⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC270.8. Autuação de mandado vindo do juízo da Ouvidoria Geral a requerimento do tenente Luiz da Rocha Martins. Curitiba, 1739. p. 3.

em 25 de fevereiro de 1739, João foi remetido para a vila de Paranaguá, com uma corrente no pescoço e algemas nas mãos. No dia seis de março do mesmo ano o alcaide apresentou recibo comprovando a entrega do escravo a Provedoria das Fazendas dos Defuntos e Ausentes. João provavelmente era um escravo fugido pertencente a algum espólio que tinha herdeiros órfãos ou ausentes. Era função dos provedores cuidar dos bens daqueles que não estivessem em condições de administrá-los, como os órfãos, defuntos, ausentes, e cativos.⁵⁹⁹

No capítulo anterior foi destacado o momento de tensão e de incertezas que viviam os escravos no momento da morte do proprietário. As mudanças eram temidas por eles, pois, poderiam ser para pior. Da mesma maneira, as cobranças de dívidas traziam insegurança aos escravos, que eram penhorados e arrematados para pagamento das quantias devidas por seus proprietários. Estes também eram momentos de instabilidade para os herdeiros e para os proprietários endividados, que viam seus bens serem distribuídos ou penhorados para pagamento de dívidas. Sabendo da fragilidade e vulnerabilidade dos proprietários, alguns escravos aproveitaram justamente esses momentos para fugir. Foi o que fez Domingos, escravo de José de Souza Pedro, este último falecido em Paranaguá no ano de 1779, que no momento de avaliação dos bens vem assim descrito: “Um negro por nome Domingos, que anda fugido pelos matos há seis meses, por cuja razão se avaliou em somente 60\$000 réis”.⁶⁰⁰ O inventário foi iniciado em dezembro de 1779 e finalizado em setembro de 1780. Neste meio tempo, Domingos aproveitou para fugir, não sendo capturado até o momento da avaliação. Vitoriano, escravo crioulo de Cristovão Pinheiro França também se aproveitou de uma situação de fragilidade de seu senhor para fugir. No ano de 1773, Pinheiro França foi preso e foi realizado sequestro em todos os seus bens, assim como nos de sua sobrinha, Antonia da Cruz França, já conhecida das seções anteriores. Não consta o motivo pelo qual estava preso, mas provavelmente estava relacionado com a herança de Antonia. No momento do sequestro, no qual todos os bens foram arrolados, consta o escravo “Vitorino, crioulo que se acha fugido”.⁶⁰¹

Nos processos judiciais de cobranças de dívidas em que escravos foram penhorados, há menção a três que estavam fugidos antes de irem à penhora. José, um africano Benguela, foi solto da cadeia de Curitiba, onde estava preso desde o dia 26 de abril de 1751, para ser penhorado como pagamento de uma dívida de seu senhor, Maximiano da Silva Bueno. O motivo da prisão era por “andar fugido”. No dia cinco de maio do mesmo ano, dez dias após

⁵⁹⁹ CAMARGO, Angélica Ricci. *Provedor/Provedoria dos Defuntos e Ausentes*. (verbete). In: Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4421>.

⁶⁰⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC2194.71...

⁶⁰¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1843.58... p. 39.

ser preso, foi solto para ir à penhora.⁶⁰² No entanto, ao fim do processo, autor e réu entraram em acordo e o escravo foi liberado, comprometendo-se o réu a pagar a dívida em seis meses.⁶⁰³ Sobre o mulato escravo Pedro, também penhorado para pagamento de dívidas de seu senhor, José dos Santos Pacheco Lima, há a informação de que “anda fugido”, dando a entender que a penhora foi feita mesmo com o escravo desaparecido.⁶⁰⁴ Por fim, o escravo José, pertencente a Francisco Gonçalves de Macedo, foi penhorado para pagar ao credor de seu senhor, Francisco Pinto do Rego, morador em São Paulo, o destinatário da carta falsa passada ao escravo João, Benguela, citado anteriormente. Gonçalves de Macedo tinha bens em Rio Grande e também em Curitiba, para onde veio uma carta precatória solicitando penhora dos bens. Sobre o escravo José, consta que “veio parar fugido do Rio Grande da casa do devedor no Registro desta mesma vila [de Curitiba]”.⁶⁰⁵

Para estes escravos fugidos em meio a feitura de inventário e partilha de bens ou de penhora para pagamento de dívidas, seja lá o que os tenha impulsionado a fugir, aproveitaram o momento, que era de instabilidade e tensão. Também é certo que estes escravos, na ocasião da fuga, acionavam suas redes de relacionamento para serem bem sucedidos em seu intento, contando, algumas vezes, com a ajuda de outros senhores, interessados em prejudicar seus inimigos. No entanto, para nenhum dos casos de fuga é possível saber com certeza o que a motivou. Alguns autores, fazendo uso de vários tipos de documentos, conseguiram evidenciar os motivos de fugas dos escravos. De acordo com Márcia Amantino, que estudou os escravos fugitivos de Minas Gerais através de anúncios de jornais, as fugas ocorriam por uma negação do cativeiro e também por não enxergarem mais “alternativas dentro do sistema”.⁶⁰⁶ A autora vai mais longe e afirma que “A fuga significava para o fugitivo recobrar o domínio sobre sua vida, refazer, no caso dos crioulos, possíveis laços parentais, acabar com os castigos e dispor de sua força de trabalho como lhe aprouver”.⁶⁰⁷ Cabem, porém, algumas ressalvas às formulações da autora. As fugas poderiam ser nem tanto uma negação do cativeiro e do “sistema” da escravidão, mas sim uma negação da realidade que estavam vivendo naquele momento. O casal de escravos de João Batista Vitoriano, citados há pouco, é um exemplo de

⁶⁰² DEAP BR PR APPR PB045 PC781.23. Sentença cível de assinação de dez dias em que é autor Manoel José e réu Maximiano da Silva Bueno. Curitiba, 1751. p. 35.

⁶⁰³ Ibidem, p. 36-37.

⁶⁰⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1156.35. Autuação de execução entre partes em que é autor Mathias Alves Vieira Castro e réu José dos Santos Pacheco Lima. Curitiba, 1758.

⁶⁰⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC871.26. Carta precatória vinda do juízo da vila de São Paulo em que é autor o coronel Francisco Pinto do Rego e réu Francisco Gonçalves de Macedo. Curitiba, 1752.

⁶⁰⁶ AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825-1832. *Locus Revista de História*, v. 12, n. 2, 2006, Juiz de Fora, pp.59-74. p. 63.

⁶⁰⁷ Idem.

que nem sempre as fugas eram do cativeiro enquanto instituição, mas sim de uma situação específica. Os dois fugiram de seu senhor para a casa do fiador, não indicando uma fuga para “recobrar o domínio sobre sua vida”, mas sim para fugir de uma realidade que eles não consideravam justa, qual seja, a de serem remetidos para a vila de Rio de São Francisco, onde seu senhor estava residindo. A fuga, nesse caso, não era para busca da liberdade, mas para manutenção de uma realidade prestes a ser modificada com a mudança para outra vila.

Isabel dos Reis, já citada anteriormente, reafirma o caráter e os significados diversos que as fugas tinham para os escravos. Segundo a autora, as fugas

iam desde pequenas ‘escapadelas’ para divertimento, prática religiosa, visita a parentes ou encontros amorosos, à fuga definitiva, preferencialmente um caminho sem volta, em que se buscava a construção de uma nova vida em liberdade (...).⁶⁰⁸

Há de se considerar, portanto, as motivações para fuga menos pretensiosas, que Isabel dos Reis chamou de “escapadelas”. Veja-se, por exemplo, o caso do escravo Clemente, vendido por Pedro Antonio Moreira a Francisco Nabarro. Este senhor disse que se arrependera de comprar o escravo e

Que se o comprou o dito moleque foi por iludir que o dito moleque não tinha achague nem manha alguma, e depois de levar para sua casa, passados dois meses lhe fez na sua loja um furto grande; como também que depois disto *o mais do tempo gasta em fugidas*, como agora presente anda fugido e lhe tem feito vários furtos. (grifo meu)⁶⁰⁹

Pelo que disse Nabarro, Clemente fugia constantemente, mas sempre voltava. Eram “escapadelas” esporádicas, ao que parece sem a intenção de fuga definitiva. A relação senhor-escravo era regida por um “equilíbrio de poder bipolar”, conforme definiu Elias.⁶¹⁰ Era uma relação de poder desigual, evidentemente, na qual o escravo estava sujeito ao poder dos senhores, mas que também exercia certo poder sobre seu proprietário, na medida em que este dependia de seu trabalho. As fugas, portanto, faziam parte do jogo de poder que envolvia senhores e escravos. Se o senhor, com sua autoridade e maior retenção de poder, cometesse algum ato de violência contra o escravo, este usava os recursos que tinha para atingir seu proprietário, sendo um deles a fuga. Ainda que fossem recapturados, os cativos sabiam que eram essenciais para seus senhores e que a fuga, ainda que momentânea, lhes prejudicaria de alguma maneira.

⁶⁰⁸ REIS, Isabel C. F. dos. Op. Cit. p. 27.

⁶⁰⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC762.23... p. 9.

⁶¹⁰ ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia...*, p. 81.

As relações de poder entre senhores e escravos estavam em jogo o tempo todo. As fugas, demonstração de uso do poder por parte dos cativos, era depois reprimida pelos senhores, fosse com os açoites previstos em lei ou com outras medidas um pouco mais inusitadas. Para falar sobre o que estava previsto na legislação, o título LXII do Livro V das Ordenações Filipinas, citado no início desta seção, previa também os castigos. O escravo que fosse encontrado deveria ser levado a um julgador que iria lhe interrogar para saber a quem pertencia. Nesse interrogatório, para que o escravo falasse a verdade, os juízes poderiam fazer uso de “tormentos de açoites”, desde que não passassem de quarenta. O título das Ordenações prossegue dando instruções para os escravos fugidos que fossem encontrados na cidade de Lisboa. Depois de interrogados, os fujões poderiam ser mandados ao tronco, à cadeia, ou a seu dono, se fosse morador da cidade.⁶¹¹ Pela colônia as coisas não eram muito diferentes. O escravo José, Benguela, pertencente a Maximiano da Silva Bueno, estava preso na cadeia, a mando do escrivão, por andar fugido, sendo solto dez dias depois para ir à penhora.⁶¹² Nos documentos da amostra não há nenhuma menção a escravos açoitados por terem fugido, mas é muito provável que esta ação violenta era praticada por muitos senhores da Comarca de Paranaguá como punição aos cativos fugitivos.

A forma mais inusitada de punição a um escravo fugitivo foi a aplicada por Domingos Pinto, morador de Iguape, ao mulato Sebastião no ano de 1755. A petição é a que segue:

Diz Domingos Pinto morador desta vila que ele suplicante lhe fugiu um mulato por nome Sebastião e depois de ter fugido fez ele suplicante uma *venda fingida* ao sargento mor Nuno Mendes Torres da qual houve uma ressalva que para prova o apresentará a seu tempo e depois do dito trato houve a si o dito sargento mor o dito escravo e escreveu a ele suplicante se lhe queria vender ao que ele suplicante lhe mandou pedir 150 mil réis e como lhe não fizesse conta o dito preço dizem lhe remetera e também dizem que do caminho fugira o dito escravo, como de presente tem ele suplicante notícia que o dito escravo está em poder do dito sargento mor ou em poder de seu filho família e ele suplicante com adjudicado quer citar ao dito sargento mor por libelo no que lhe quer pedir o conteúdo e a razão [...]. (grifo meu)⁶¹³

Domingos Pinto, após a fuga de Sebastião, fez uma “venda fingida” do escravo, numa espécie de encenação para que ele acreditasse estar sendo vendido a outro senhor. Mas o tiro saiu pela culatra, pois pelo que consta na petição, Nuno Mendes Torres, o falso comprador, ficou com o escravo Sebastião a revelia de Domingos Pinto. Fingiu interesse em comprá-lo,

⁶¹¹ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro V, título LXII... p. 1211.

⁶¹² DEAP BR PR APPR PB045 PC781.23...p.35.

⁶¹³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1030.31. Autos cíveis de petição e embargos para justificação entre partes em que é justificante o capitão Domingos Pinto e réu Nuno Mendes Torres. Iguape, 1755.

rejeitou o preço e disse que quando o escravo estava a caminho da casa de seu senhor, fugiu novamente. No entanto, Domingos Pinto soube que na verdade Sebastião estava em poder de Mendes Torres, pelo que solicitou embargos em alguns bens do réu para pagamento do valor do escravo.

Esta venda fingida arquitetada por um senhor de escravos de Iguape mostra como a mudança de dono era temida pelos escravos. Eduardo Spiller Pena aborda a questão da troca de senhor em *O Jogo da Face* e afirma sobre a venda dos cativos que “a simples ameaça desta transferência, se foi motivo de receio para o cativo, foi um artifício de grande valia para os senhores quando desejavam que seus trabalhadores se esforçassem mais nos seus serviços”.⁶¹⁴ Este deveria ser o plano de Domingos Pinto. Dar um susto em Sebastião, como punição para a fuga, e depois torná-lo à sua propriedade. É possível que Sebastião mantivesse algum laço familiar ou amoroso com outros escravos de seu senhor e, por isso, a ida para outra propriedade seria para ele um castigo. No fim das contas, a venda que era fingida, acabou se concretizando e trazendo prejuízos tanto para Domingos Pinto como para o mulato Sebastião.

Interessante notar o perfil dos escravos fugitivos. Dos 14 casos encontrados para a Comarca de Paranaguá, 11 eram escravos homens, dois casais e apenas uma mulher, a escrava Romana, que a bem da verdade não chegou a fugir, mas apenas recebeu o adjetivo de “fujona”. A predominância de homens nas fugas aparece em outras pesquisas sobre escravos fugitivos. O trabalho de Márcia Amantino sobre Minas Gerais, citado há pouco, encontrou 83,62% de homens entre os cativos fugidos.⁶¹⁵ Eduardo Saguier, analisando as fugas de escravos de Buenos Aires para o interior, encontrou 71% de homens.⁶¹⁶ A baixa incidência de mulheres nas fugas pode ser explicada pelos laços familiares mais fortes que elas mantinham no cativeiro. Muitas das mulheres escravas de minha amostra tinham filhos pequenos, como era o caso das escravas que viviam nas fazendas de Catharina da Silva Passos e de Antonia da Cruz França. Nessas duas propriedades havia um número grande crianças pequenas, cujas mães eram também cativas do mesmo senhor. Para as mulheres, a fuga colocaria muito mais coisas em risco do que para os homens solteiros. Quando casados tendiam a fugir juntos, como fez o casal pertencente a João Batista Vitoriano, já conhecido, e outro casal, também sem nomes especificados, que estavam sendo acobertados nas terras de Gregório da Silva. Braz Domingues Velloso, o réu embargado no processo, diz que cedeu terras a Gregório para que ele vivesse e cultivasse, mas que agora estava levando para as ditas terras mulheres de má

⁶¹⁴ PENA, Eduardo S. Op. Cit. p. 215.

⁶¹⁵ AMANTINO, Márcia. Op. Cit. p. 62.

⁶¹⁶ SAGUIER, Eduardo. La Crisis Social. La fuga esclava como resistencia rutinaria y cotidiana. *Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, v. 1, n. 2, Santa Cruz de la Sierra, 1995, pp. 115-184. p. 116.

vida e acobertando escravos, pelo que queria reaver sua propriedade. Em sua defesa o autor embargante afirmou ser casado e ter filhos e que o casal de escravos fugidos pertencia a Sebastião Rodrigues e que Manoel Soares da Silva lhe havia incumbido de dar abrigo e agasalhar aos escravos até que pudessem ser remetidos a seu dono.⁶¹⁷

Os processos judiciais apresentados nesta seção mostraram que as fugas de escravos, ainda que não muito frequentes neste tipo de documentação, aconteciam na Comarca de Paranaguá assim como em todas as partes da América portuguesa, mas com características e intenções diferentes. As fugas e as consequências delas para os cativos eram resultado do jogo de poder que existia na relação senhor-escravo, ainda que os primeiros detivessem mais poder do que os segundos. As relações interdependentes entre pessoas livres e escravos permitiram que estes últimos realizassem fugas bem sucedidas e com ampla capacidade de circulação, não apenas na Comarca de Paranaguá, principalmente entre o litoral e o planalto, mas também em vilas mais distantes, como São Paulo e Rio Grande.

6.2. Atos de violência no cotidiano escravo.

Falar em violência no cotidiano da escravidão parece redundância. O sentido primeiro da palavra escravizar, já e, por si só, um grande ato de violência. No entanto, para além da perda de sua liberdade, os escravos sofriam e também eram causadores de atos violentos no cotidiano das vilas coloniais da Comarca de Paranaguá. Alguns destes atos chegaram até a justiça e, em minha amostra de processos judiciais, são cinco casos de crimes cometidos e sofridos por cativos das vilas de Curitiba, Cananéia e Paranaguá, contados em sete processos.

O primeiro caso poderia ter passado despercebido aos olhos da justiça. Tratava-se de mais um escravo sendo castigado. Contudo, o acontecido gerou mais de uma demanda judicial. Entre os documentos constantes no acervo do Arquivo Público do Paraná, havia três referentes a este mesmo caso. Os três processos foram iniciados no ano de 1748 na vila de Curitiba. Dois deles são de cartas de inquirição, enviadas da Ouvidoria da Comarca de Paranaguá para a vila de Curitiba, a fim de serem inquiridas testemunhas. O terceiro se trata de um auto de sequestro de bens para pagamento dos prejuízos causados pelo réu condenado. Este caso certamente rendeu muitas outras demandas judiciais além das três encontradas em minha amostra, haja vista as características dos três autos. As cartas de inquirição indicam que

⁶¹⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1377.42. Causa cível de embargos em que é autor embargante Gregório da Silva e réu embargado Braz Domingues Velloso. Curitiba, 1764.

estava sendo tramitado na Ouvidoria Geral em Paranaguá um processo judicial e que foi necessário ouvir testemunhas na vila de Curitiba. O auto de sequestro nos bens do réu também indica a existência de outro processo no qual foi condenado. No entanto, mesmo não tendo em mãos todos os documentos que trataram deste caso, com os três aqui referidos é possível reconstruir essa história.

João Cardoso de Leão era casado com Thereza Correa, referida anteriormente como devedora de certa quantia a um escravo minerador.⁶¹⁸ Este casal, em meados do século XVIII, vivia na região de Arraial Grande, local de exploração de minas, conforme já foi mencionado. João Cardoso de Leão acusou João Pinto de Carvalho e Clemente Rodrigues Barreto de serem os responsáveis pela morte de um escravo seu, chamado Francisco.⁶¹⁹ Os dois autos de inquirição eram para interrogar testemunhas a favor de Carvalho e Barreto. Por esse motivo, as cartas contêm apenas as razões apresentadas pelos réus, contrariando as acusações que receberam do autor. É, portanto, a versão dos acontecimentos contada pela visão dos acusados.

O autor João Cardoso de Leão estava em Arraial Grande, em suas “lavras de cachoeira” juntamente com o escravo Francisco em quem quis dar umas “varancadas”, ou varadas⁶²⁰, mas, o referido escravo avançou em sua direção com uma faca, ferindo-o na mão. Leão pediu socorro e veio em seu auxílio Francisco Xavier Garcês, que levou também duas facadas pelas costas. Neste momento João Pinto de Carvalho, um dos acusados, correu para acudir os dois senhores feridos, levando Garcês para sua casa em uma rede, pois não conseguia caminhar devido aos ferimentos. Uma das testemunhas, Manoel Soares da Silva, dá uma informação que pode explicar o motivo das “varancadas” que o autor quis dar em seu escravo:

Disse ele testemunha que fora ao Arraial a visitar a Francisco Xavier e o achou em casa do réu pela notícia que teve de estar com umas feridas e com efeito perguntando ele testemunha ao dito ferido qual fora a causa respondera o dito Xavier que vindo do Porto o agasalhara o autor [João Cardoso de Leão] na cachoeira e que estando o dito Xavier jantando, do que o autor lhe fazia mercê, ouvira o dito autor *estar o negro mencionado na sua senzala fazendo bulha com sua mulher* ao que acudira o autor com um bordão⁶²¹ e

⁶¹⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC720.22...

⁶¹⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC632.18. Autuação de carta de inquirição vinda do juízo da Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá em que é justificante João Pinto de Carvalho. Curitiba, 1748. DEAP BR PR APPR PB045 PC648.19. Autuação de carta de inquirição vinda do juízo da Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá em que é justificante Clemente Rodrigues Barreto. Curitiba, 1748.

⁶²⁰ Segundo Raphael Bluteau, “varancada” era sinônimo de “vardascada”, que significava “pancada com vara delgada”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...* vol. 8, p. 363.

⁶²¹ Bordão, segundo Raphael Bluteau, era um “pau que os que andam a pé se encostam”, ou seja, uma espécie de bengala. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...* vol. 2, p. 158.

querendo dar no dito negro ele se avançara ao dito seu senhor com um facão e com ele o ferira em uma mão e que vendo-se o dito autor precipitado com o dito negro chamara pelo dito Xavier e que acudindo-lhe o dito pegara de um pau e dera com ele na cabeça do dito negro estando embaraçado com o dito seu senhor e quebrando-se lhe o dito pau e na pancada e abaixo ainda se pegar de outro, o dito negro neste tempo dera com o mesmo facão no dito Xavier com que lhe fizera duas feridas nas costas [...] (grifo meu).⁶²²

De acordo com o depoimento da testemunha, o escravo Francisco estava em sua senzala fazendo “bulha” com sua mulher, ou seja, uma “contenda estrondosa” segundo Raphael Bluteau.⁶²³ Francisco, que já deveria estar nervoso com a discussão que estava tendo com sua esposa, avançou para seu senhor com uma faca ou facão, como afirmaram algumas testemunhas. Fato interessante é que dentro de sua senzala havia um facão, ferramenta de trabalho da qual o escravo se fez valer para ferir primeiro a seu senhor e depois a Francisco Xavier, que veio para socorrê-lo.

O acontecido chegou até os ouvidos de Joaquim Cardoso de Leão, sobrinho de João Cardoso de Leão, que quis saber se o escravo agressor havia sido punido. Chegando a casa de seu tio e familiares, soube que o escravo não tinha recebido castigo algum e pediu para que lhe castigassem ou então que lhe entregassem o escravo Francisco para que ele mesmo o castigasse. Escolheram a segunda opção. O réu João Pinto de Carvalho diz ter fornecido a corrente para amarrar o escravo “e o entregou ao dito Joaquim Cardoso que o levasse ao campo e castigasse a seu gosto”.⁶²⁴ Carvalho segue em seus artigos de libelo dizendo

que estando no Arraial o réu pacificamente entre várias pessoas mandando castigar um negro de que era administrador por delitos que merecia, chegou Joaquim Cardoso indo de caminho para sua fazenda nos Campos Gerais com o escravo do autor acorrentado dizendo que os tios lhe o deram para que o castigasse e que lhe fizesse favor de lhe mandar dar o princípio do castigo, e no mesmo lugar que se estava açoitando o outro negro da mesma sorte lhe deu o réu trinta açoites nas nádegas com um bacalhau de quatro pernas e ao depois lhe deu Thomé Ribeiro outros tantos e por fim lhe deu Inácio Preto, este genro do autor mais empenhado pela justa razão do escravo querer matar ao sogro, mas não em presença do réu, nem por seu consentimento.⁶²⁵

Carvalho, portanto, havia dado 30 açoites no escravo Francisco, que apanhou ainda de outros dois senhores, Thomé Ribeiro e Inácio Preto, genro de João Cardoso de Leão. O “bacalhau” referido pelo réu, de acordo com Clóvis Moura, era um “chicote de pequeno cabo

⁶²² DEAP BR PR APPR PB045 PC632.18... pp. 67-68.

⁶²³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...*, vol. 2, p. 207

⁶²⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC632.18... p. 5.

⁶²⁵ Ibidem, pp. 5-6.

de couro, a que se seguia o couro retorcido, terminando em cinco pontas livres”.⁶²⁶ O chicote usado por Carvalho tinha, ao invés de cinco, quatro pontas ou “pernas”, como ele mesmo informou. Os castigos recebidos por Francisco não pararam por aí. Antonio da Veiga Godoy, outra testemunha apresentada por João Pinto de Carvalho, afirmou

[...] que sabe pelo ouvir dizer a Antonio Ribeiro Baião e Estevão Ribeiro Baião que o negro mencionado o mandara do dito Arraial o dito Joaquim Cardoso diante [de si] em adjunto com outros seus negros para o seu sítio o qual negro, com efeito, viera em adjunto com os do dito Joaquim Cardoso, tocando cavalos, rijo e valente, e que ouviu dizer de Francisco Xavier que o dito *Joaquim Cardoso açoitara o dito negro mencionado no dito seu sítio três dias* e que ao depois o mandara entregar pelo mesmo Xavier ao autor.⁶²⁷ (grifo meu)

No dia seguinte ao que levou açoites, Francisco foi levado por Joaquim Cardoso de Leão para seu sítio, acompanhado de outros escravos. Todas as testemunhas e o réu João Pinto de Carvalho foram enfáticos em afirmar que o escravo Francisco estava “rijo e valente”, mesmo depois de ter sido açoitado dezenas de vezes. O motivo é explicado a seguir, após o desfecho da história. Depois de ter sido castigado por mais três dias no sítio de Joaquim, Francisco voltou para seu senhor, João Cardoso de Leão. De acordo com Francisco Xavier, que foi quem conduziu o escravo de volta, “quando ele testemunha levava o dito negro a entregar ao autor, fora este por seus pés e com boa disposição com as feridas dos açoites quase sãs”.⁶²⁸ Carvalho, o réu, afirmou que depois de terem recebido o escravo de volta, o autor e sua mulher “o botaram no seu rancho ao desamparo, sem quererem-no curar”.⁶²⁹ Depois de cinco dias que Francisco tinha retornado para seu senhor, veio a falecer. A intenção de João Cardoso de Leão ao acusar João Pinto de Carvalho e Clemente Rodrigues era que estes senhores lhe pagassem o valor do prejuízo que teve com o falecimento de seu escravo. Os réus estavam sendo acusados de serem os causadores da morte de Francisco e, por isso, foram tão enfáticos em afirmar que o cativo estava “rijo e valente” após receber os primeiros açoites. No caso de Clemente, ele estava sendo acusado de ser cúmplice da morte do escravo, mas afirmou que não concorreu para nenhum dos castigos dados ao escravo.⁶³⁰

Na carta de inquirição a favor de Clemente Rodrigues Barreto, o que este senhor alega em sua defesa é que tendo notícias de que seu irmão, Francisco Xavier Garcês, tinha sido

⁶²⁶ MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 59.

⁶²⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC632.18..., p. 35.

⁶²⁸ Ibidem, p. 40.

⁶²⁹ Ibidem, p. 6.

⁶³⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC648.19..., p. 6.

ferido pelo escravo Francisco, foi até o local do acontecido, acompanhado de Joaquim Cardoso de Leão, com quem encontrou no caminho. Afirma, como informado anteriormente, que não concorreu para nenhum dos castigos aos quais foi submetido o escravo, mas apenas esteve na ocasião do ocorrido para ver como estava seu irmão.⁶³¹ Clemente morava em Paranaguá e veio do porto de Cubatão, nesta vila, para visitar Francisco Xavier. Antonio Ribeiro Baião, uma das testemunhas, é quem informa sobre o local de residência de Clemente e afirma também que

[...] pela notícia que teve de suas feridas que o escravo do autor lhe fizera e a saber se carecia de alguma cousa e com efeito vira ele testemunha que o réu na dita paragem comprou para o dito seu irmão um pouco de açúcar por respeito da dita enfermidade das feridas com que estava [...].⁶³²

Uma informação importante que aparece somente no processo judicial em que é réu Clemente Rodrigues Barreto é a de que o outro acusado, João Pinto de Carvalho, era feitor nas lavras do Dr. Matheus da Costa Rosa. Este senhor já foi referenciado no capítulo 2 deste trabalho por uma disputa judicial que travou com Aleixo dos Reis Pinto, que se dizia descendente de indígenas e que, portanto, não poderia ser escravizado. Costa Rosa era um senhor poderoso, dono de terras em Antonina e Morretes e de lavras na região de Curitiba.⁶³³ Estas últimas eram mantidas com muitos escravos, que ficavam aos cuidados do feitor João Pinto de Carvalho. Ao final de sua contrariedade apresentada contra o autor João Cardoso de Leão, Carvalho diz que “deve o dito réu ser absolvido e o autor condenado nas custas e pelos danos nos dias de serviços de dois negros seus matriculados e de vinte e quatro de que está de posse por administrador”.⁶³⁴ Estes 24 escravos que estava de posse, pertenciam ao Dr. Matheus da Costa Rosa. Não foi a toa, portanto, que Joaquim Cardoso de Leão pediu a João Pinto de Carvalho que castigasse o escravo Francisco. Carvalho era feitor e entedia do assunto de castigos. Inclusive umas das testemunhas relata que foi Carvalho quem disse que já bastavam os castigos recebidos pelo escravo, pois se dependesse da vontade de Joaquim Cardoso de Leão, Francisco teria levado mais açoites ainda nas lavras:

[...] disse ele testemunha [Antonio Ribeiro Baião] que sabe por ver que chegando o dito Joaquim Cardoso ao dito Arraial com o dito negro mencionado acorrentado, onde o réu estava açoitando um negro que governava, dissera o dito Joaquim Cardoso ao réu que

⁶³¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC648.19..., pp. 6-7.

⁶³² Ibidem, p. 20.

⁶³³ LEAO, Ermelino de. *Dicionário Histórico...*p. 1267.

⁶³⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC632.18..., p. 7.

visto estar com as mãos na massa e ele ir enfadado que lhe açoitasse o dito negro mencionado do autor que trazia na corrente e, com efeito, o réu dera alguns açoites que ao parecer dele testemunha não chegaram ao número declarado no dito artigo [30] e que também Thomé Ribeiro açoitara ao dito negro e que lhe dera menos açoites do que lhe tinha dado o réu *e que pedindo o dito Joaquim Cardoso lhe continuassem com o dito castigo o réu pedira ao dito Cardoso que bastava o que ele tinha dado pelo dito negro ir de caminho ao que com efeito o dito Joaquim Cardoso obedecera e se lhe não deu mais açoites nem castigo [...]* (grifo meu).⁶³⁵

Sobre os castigos aplicados a escravos alguma coisa já foi dita na seção anterior. No século XVIII, autores como Manoel Ribeiro Rocha e Jorge Benci, se preocuparam em escrever tratados sobre a forma que deveria se dar a relação senhor-escravo. Rafael Marquese, em texto sobre o governo dos escravos nas Américas fala sobre as transformações sofridas pelos poderes imperiais europeus no espaço atlântico a partir da segunda metade do século XVII, que acabaram por reordenar os projetos imperiais.⁶³⁶ A presença de outras potências europeias nas Américas, além de Portugal e Espanha, como Inglaterra, França e Holanda, incentivaram as mudanças nos projetos imperiais. Marquese afirma que o avanço da agricultura nas Antilhas inglesas e francesas, bem como a descoberta do ouro nas Gerais na América portuguesa, fez com que houvesse um aprofundamento da dependência da mão de obra escrava. Por consequência, acentuaram-se os movimentos de resistência escrava, como a Guerra dos Palmares em Pernambuco, fugas nas Antilhas francesas e outros levantes ocorridos na Jamaica e em Barbados.⁶³⁷ Em resposta a esses novos acontecimentos causados pela expansão da escravidão nas Américas, surgiram uma série de escritos sobre a maneira que deveriam ser tratados os escravos nestes espaços.⁶³⁸ Os textos de Benci e Ribeiro Rocha estão inseridos neste contexto, além de outros autores como Du Tertre e Antonil.

Para Marquese, que não incluiu o texto de Ribeiro Rocha em seu trabalho por ser posterior ao período por ele delimitado (1660-1720), acredita que as reflexões destes autores usaram “o ideal clássico de senhor patriarcal e cristão”.⁶³⁹ Silvia Lara, em texto que abre *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*, também ressalta o caráter paternalista e cristão dado por esses autores em seus textos que pretendiam instruir os senhores sobre o tratamento que deveria ser dado aos seus escravos. A preocupação destes autores, segundo Lara, era mais com os senhores do que com os cativos, estabelecendo

⁶³⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC632.18..., 45-46.

⁶³⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. Ideologia imperial, poder patriarcal...

⁶³⁷ Ibidem, pp. 39-40.

⁶³⁸ Ibidem, p. 40.

⁶³⁹ Ibidem, p. 41.

princípios que serviriam para a salvação da alma da classe senhorial.⁶⁴⁰ É difícil dizer se os textos de Ribeiro Rocha, Benci e de outros teólogos e juristas do século XVIII chegaram até a população da Comarca de Paranaguá. No entanto, o fato do feitor João Pinto de Carvalho ter sido comedido no castigo e ter argumentado com Joaquim Cardoso de Leão que os açoites dados no escravo Francisco eram suficientes, pode indicar que o modelo “patriarcal e cristão” de senhor, proposto pelos autores referidos, estava sendo seguido pelo menos por alguns senhores da América meridional. Aliado a isso, tem-se a declaração de Pedro Antonio Moreira sobre Francisco Nabarreto, citado na seção anterior, alegando que este senhor tratava mal a seus escravos, o que justificaria a fuga feita por um cativo que havia lhe vendido.⁶⁴¹ Claro está, porém, que este modelo não era seguido por todos. Joaquim Cardoso de Leão, não satisfeito com os açoites dados no escravo Francisco, o castigou durante mais três dias, do que decorreu sua morte.

Sobre o número máximo de açoites que um escravo poderia receber nada consta nas Ordenações Filipinas, exceto em casos específicos. Um deles já foi mencionado e tratava-se dos 40 açoites que poderiam ser dados pelo julgador para descobrir a quem o escravo fugido pertencia.⁶⁴² O outro caso é o número máximo de dez açoites nos escravos cujos senhores se negassem a pagar a multa imposta aos que tiram gado dos currais do Concelho.⁶⁴³ Pelas Ordenações Filipinas, portanto, não havia uma imposição sobre o número de açoites, mesmo porque esse Código foi elaborado em outro contexto, em finais do século XVI e início do XVII, quando a escravidão ainda não havia tomado grandes proporções nas Américas. Por outro lado, a guerra de Palmares na segunda metade do século XVII fez com que surgisse uma preocupação também por parte das autoridades régias em coibir os maus tratos aos escravos, que se acreditava serem incentivadores de fugas e de atitudes violentas por parte dos cativos, como dito nas páginas anteriores. Nesse sentido foram emitidos pelo rei Dom Pedro II o Alvará de 20 de março de 1688 e a Carta Régia de 23 de março do mesmo ano. O Alvará obrigava aos senhores que maltratassem seus escravos com exagero, comprovado através de devassas, a vender seus escravos.⁶⁴⁴ O rei tomou a precaução de solicitar do Governador Geral do Brasil, na Carta Régia, que evitasse que a medida chegasse ao conhecimento dos escravos, “por se evitar que com menos justificada causa possam arguir a seus senhores”.⁶⁴⁵

⁶⁴⁰ LARA, Silvia. Legislação sobre escravos africanos... p. 28.

⁶⁴¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC762.23... p. 26.

⁶⁴² ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro V, título LXII... p. 1211.

⁶⁴³ LARA, Silvia. Legislação sobre escravos africanos... p. 34. Concelho vem escrito com C por se tratar de circunscrição administrativa, e não uma reunião de pessoas.

⁶⁴⁴ LARA, Silvia. Legislação sobre escravos africanos..., p. 198.

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 199.

No entanto, em Carta Régia de 23 de fevereiro de 1689, o rei declarou sem nenhum efeito o Alvará de 20 de março do ano anterior, considerando os inconvenientes de que resultaria tal medida, expostos pelo Governador Geral do Brasil.⁶⁴⁶ Contudo, mesmo com a revogação do Alvará, essa documentação demonstra a preocupação que havia por parte da Coroa portuguesa em amenizar os maus tratos dados os escravos, como medida preventiva de problemas maiores, como as revoltas, fugas e a violência praticada por eles.

Toda essa movimentação em torno da questão do tratamento dado aos escravos a partir da segunda metade do século XVII certamente teve repercussões por toda a América portuguesa, inclusive na região que mais tarde viria a ser constituída a Comarca de Paranaguá, em processo de formação e de consolidação de seu povoamento a partir de 1650. As orientações dadas pelo rei sobre a maneira mais humana com que deveriam ser tratados os escravos não estavam tão distantes da população das vilas de São Paulo, Curitiba ou Paranaguá. Por exemplo, em 7 de fevereiro de 1698 o rei Dom Pedro II enviou uma Carta Régia ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, Martim Correia Vasques, com o seguinte teor:

Sou informado que nessa Capitania costumam os senhores que têm escravos, para os castigarem mais rigorosamente, prendê-los por algumas partes do corpo com argolas de ferro para que assim fiquem mais seguros para sofrerem a crueldade do castigo que lhe quiserem dar. E porque este procedimento é inumano e ofende a natureza e as leis, vos ordeno que com prudência e cautela procureis averiguar o que há nesta matéria exatamente e que, achando que assim é, o façais evitar pelos meios que vos parecerem mais prudentes e eficazes, procurando que estes não causem alvoroço nos donos e que se consiga o fim que se pretende sem ruído ou alteração dos mesmos escravos.⁶⁴⁷

Tais recomendações certamente circulavam entre a população, que aos poucos interiorizava um modelo de escravidão patriarcal e cristão, para usar as palavras de Marquese. Não se pode negar que os excessos continuavam existindo, como o caso do escravo Francisco, falecido por conta dos castigos, demonstrou. Mas, também é perceptível nessa sociedade um senso comum de que os castigos excessivos poderiam levar a consequências piores, como o desejo de vingança, a fuga e as revoltas. Claro está, porém, que os escravos seguiam estigmatizados e ocupando o nível mais baixo dentro da hierarquia social.

A morte do escravo Francisco estava sendo encarada nos processos judiciais aqui analisados como um prejuízo financeiro para seu senhor, que foi à justiça arranjar culpados para pagar a conta. Pelo que se depreende do auto de sequestro feito nos bens de Joaquim

⁶⁴⁶ LARA, Silvia. Legislação sobre escravos africanos..., p. 201.

⁶⁴⁷ Ibidem, p.211.

Cardoso de Leão, este senhor foi pronunciado e obrigado a livramento pelos açoites e morte de Francisco.⁶⁴⁸ O sequestro em seus bens móveis e de raiz foi feito para pagamento das despesas da justiça e consistiam em umas capoeiras de terras lavradas no bairro de São José, duas éguas e uma espingarda.⁶⁴⁹ Sobre os outros dois réus, João Pinto de Carvalho e Clemente Rodrigues Barreto não é possível saber se foram absolvidos ou condenados. A devassa aberta pela Ouvidoria Geral, que não foi encontrada entre a documentação, e a sentença emitida pelo ouvidor é que iria determinar a condenação ou não dos acusados. Joaquim Cardoso, pelo que consta, foi condenado, mas já estaria livre, vivendo com sua mãe, a viúva Isabel Antunes Fernandes, quando foi feito o sequestro nos seus bens.⁶⁵⁰

A impetuosidade do escravo Francisco lhe custou a vida. E o desejo de vingança do sobrinho de João Cardoso de Leão, lhe custou um escravo. Castigar escravos era prática recorrente e na grande maioria das vezes esses casos não chegavam à justiça. Antes, resolviam-se dentro do espaço privado da família do senhor do escravo. Era o que aconteceria na família Cardoso Leão se Francisco tivesse resistido aos ferimentos. Mas, o que era para ser apenas mais um escravo castigado, acabou em vários processos judiciais. O escravo Francisco poderia ter sido levado à justiça pelos Cardoso Leão para ser julgado pelo crime de ofensa física, já que atacou seu senhor e outra pessoa com um facão, causando ferimentos. As Ordenações Filipinas previam penas duras para escravos que matassem ou ferissem seus senhores:

Do escravo ou filho que arrancar arma contra seu senhor ou pai.

O escravo, ora seja cristão, ora não seja, que matar seu senhor ou filho de seu senhor, seja atezado e lhe sejam decepadas as mãos, e morra morte natural na forca para sempre; e se ferir seu senhor sem o matar, morra morte natural. E se arrancar alguma arma contra seu senhor, posto que o não fira, seja açoitado publicamente com barão e pregão pela vila, e seja-lhe decepada uma mão.⁶⁵¹

Se a justiça realmente seguisse à risca o que continha nas ordenações, o escravo Francisco seria morto pela lei por ter ferido seu senhor. Para os proprietários, portanto, entregar o escravo criminoso à justiça, nesses casos, era sinônimo de prejuízo. Era preferível castigá-lo dentro do espaço privado e continuar fazendo uso de sua força de trabalho. Joaquim Cardoso de Leão, de acordo com o réu João Pinto de Carvalho, disse algumas palavras em

⁶⁴⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC672.20. Auto de sequestro feito nos bens de Joaquim Cardoso de Leão. Curitiba, 1748. p. 2.

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 4.

⁶⁵⁰ Ibidem, p. 5.

⁶⁵¹ ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro V, título XLI. *Do escravo ou filho que arrancar arma contra seu senhor ou pai*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. pp. 1190-1192.

relação a entregar o escravo Francisco à justiça. Quando Joaquim chegou a casa de seus tios e viu que não havia sido aplicado nenhum castigo ao escravo “pediu que o castigassem ou lhe entregassem para o fazer e que não o ia acusar a justiça fazendo-se parte pelo familiar de sua casa”. Ou seja, o escravo receberia a punição merecida dentro do espaço privado, sem a interferência da justiça. No fim das contas, o prejuízo foi o mesmo, pois se livraram Francisco de ser morto pela justiça, não o livraram de ser morto pelos pesados castigos por eles aplicados.

A região de Arraial Grande, em meados do século XVIII, era ocupada por muitos senhores interessados em explorar o ouro. Era um espaço de convivência entre vários tipos de personagens que compunham essa sociedade, como o caso descrito acima demonstrou. Viviam e trabalhavam na região pessoas livres, libertos e escravos, que inevitavelmente mantinham relações entre si. Daí decorriam conflitos e desentendimentos que muitas vezes acabavam em violência. Havia nas pequenas vilas da Comarca de Paranaguá uma proximidade entre a população livre e a escrava e liberta. Mesmo que alguns proprietários da região tivessem um número significativo de escravos, para a maioria da população não era possível contar com cativos para o trabalho. A pobreza que atingia a maior parte das pessoas na Comarca foi inclusive referida pelo ouvidor Pardinho em carta ao rei Dom João V no ano de 1721. Ao final da carta, o ouvidor refere-se à demora que teve nas vilas de Paranaguá, Curitiba, Laguna, Ilha de Santa Catarina e Rio de São Francisco, referindo-se a elas como “pobres e miseráveis”.⁶⁵² Maria Cristina Cortez Wissenbach, analisando processos criminais para a cidade de São Paulo e seus arredores entre os anos de 1850 e 1888, associou a pobreza da população a uma relação senhor-escravo “afrouxada”, já que a distância social entre eles não era tão marcante como, por exemplo, nas regiões voltadas para uma economia de exportação. Ainda segundo a autora, as características da produção agrícola das cercanias da cidade de São Paulo não exigiam um ritmo intenso de trabalho e, portanto, um controle rígido e constante sobre o trabalho escravo.

Fatores esses que contribuíram para o desenvolvimento de uma série de outras relações, além das mantidas com os senhores, integrando os escravos de diferentes senhores entre si e aproximando-os, por sua vez, ao universo social de homens livres.⁶⁵³

⁶⁵² Carta do ouvidor Rafael Pires Pardinho ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721... Op. Cit. pp. 26.

⁶⁵³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: HUCITEC, 1989. pp. 115-116.

Mesmo sendo períodos e contextos diferentes, a análise da autora serve também para se pensar o regime escravista na Comarca de Paranaguá do século XVIII. O número pequeno de pessoas nas vilas, as características das atividades econômicas, e a posse de escravos por uma minoria da população, contribuíram para uma aproximação entre os diferentes níveis sociais, ainda que a distinção e a hierarquia não deixassem de existir. A relação entre escravos de diferentes senhores, também percebida por Wissenbach para São Paulo do século XIX, fica evidente em outro processo judicial de minha amostra. No ano de 1750, o já conhecido Pedro Antonio Moreira, foi à justiça solicitar que fosse feito sequestro nos bens do também já conhecido Dr. Matheus da Costa Rosa. Foram apreendidas 25 cabeças de gado vacum, que seriam arrematadas para pagamento do prejuízo que Moreira teve, causado por um escravo do Dr. Matheus. Além do sequestro dos bens, Moreira solicitou que fosse preso o escravo por alcunha Caçula, responsável pela morte de Antonio, cativo pertencente a Pedro Antonio Moreira.

Neste processo, uma autuação de mandado de sequestro de bens, não constam informações sobre as motivações e os pormenores do crime, mas apenas que o escravo chamado Caçula, pertencente ao Dr. Matheus da Costa Rosa, matou a outro escravo chamado Antonio, pertencente a Pedro Antonio Moreira, no Arraial Grande. Trata-se, portanto, de outra situação ocorrida nas minas do Arraial Grande, evidenciando mais uma vez que essa era uma região de convivência entre escravos, senhores e libertos e, por consequência, de conflitos e desavenças. Os dois escravos envolvidos no crime certamente trabalhavam muito próximos, ambos extraíndo ouro para seus senhores. Sobre Matheus da Costa Rosa, o caso anterior demonstrou que este senhor, residente em Paranaguá, mantinha 24 escravos nas minas do Arraial Grande, aos cuidados de João Pinto de Carvalho, feitor e administrador dos bens do Dr. Matheus no distrito de Curitiba. Neste processo de sequestro dos bens solicitado por Moreira, Carvalho também é citado, e foi ele quem entregou as 25 cabeças de gado à justiça para pagamento do prejuízo causado pela morte do escravo.

Antonio e Caçula, portanto, mesmo pertencendo a senhores diferentes, conviveram a ponto de existir um desentendimento entre eles, possivelmente a motivação do assassinato de Antonio. As minas do Arraial Grande, como demonstraram os dois casos apresentados até aqui, eram um espaço onde as relações extrapolavam os limites da propriedade do senhor e misturavam escravos, feitores e proprietários. Veja-se o exemplo do escravo Francisco, pertencente a João Cardoso de Leão, mas castigado pelo feitor de Matheus da Costa Rosa e outras pessoas que ali estavam no momento do ocorrido. E também o caso dos escravos

Antonio e Caçula, trabalhadores de senhores diferentes, mas que puderam manter um relacionamento entre si. Também nas minas do Arraial trabalhava o escravo Gonçalo, referido anteriormente, que emprestou certa quantia em ouro para Tereza Correa, esposa de João Cardoso de Leão. As pessoas que aí viviam, portanto, estabeleciam relações com pessoas de diferentes níveis sociais, unindo trajetórias bastante distintas, como a de um escravo e um senhor.

E não era apenas em Arraial Grande que as relações entre pessoas de diferentes níveis sociais aconteciam. Na vila de Cananéia, Antonio Martins Novais, homem de 34 anos, estatura ordinária, alvo, pouca barba e cabelo corredio curto, conforme descrito no auto de prisão e tonsura, foi acusado de ferir a um escravo chamado Felix, pertencente ao sargento mor Francisco Gago da Câmara.⁶⁵⁴ Antonio Martins Novais já foi referido anteriormente, no capítulo 4, como senhor do escravo Antonio, também acusado de um crime. O delito cometido por Novais aconteceu na véspera do dia de São João Batista, padroeiro da vila, no dia 23 de junho de 1769. O escravo Felix chegou a casa de seu senhor ferido no rosto e no mesmo momento foi levado pelo sargento mor, seu proprietário, ao juiz ordinário de Cananéia, para que fosse feito exame e vistoria no dito escravo. Às oito horas da noite do dia 23, o escrivão anotou que o mulato Felix tinha “uma ferida de sangue feita na face esquerda (...) a qual tinha de comprido uma polegada (...) e assim mais uma massa dura que vertia sangue sobre a fonte da mesma parte esquerda, este pequeno”.⁶⁵⁵ No mesmo auto o juiz ordinário Theodoro José Lisboa “perguntando (...) ao dito escravo Felix de quem se queixava não disse nada”.⁶⁵⁶ O escravo, portanto, não quis denunciar seu agressor. No mesmo dia 23 de junho de 1769 o juiz ordinário ordenou que fosse feita devassa sobre o caso e, no dia 26 de junho, começaram a ser inquiridas as 30 testemunhas.

A essência da história foi a mesma contada por todos os depoentes, mudando apenas alguns detalhes. Todos sustentaram a versão contada por Antonio Martins Novais, que foi a seguinte:

Provará e é certo que estando o réu em sua casa quieto e pacífico na noite de véspera de São João Batista, 23 de junho do ano de 1769 [...], aí foi ter o mulato Felix escravo então do sargento mor Francisco Gago da Câmara e traçando-se de razões com o réu o desafiou para fora, do que o réu não fez caso por atender a sua acomodação, benevolência e a bebedice (sic) com que estava o dito mulato. Provará que sendo sete para oito horas da

⁶⁵⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1827.57. Traslado de Autos de livramento crime que vão por apelação do juízo da Ouvidoria Geral de Paranaguá para o Superior Tribunal da Relação da cidade do Rio de Janeiro em que é autora a justiça por seu promotor e réu Antonio Martins Novais. Cananéia, 1773. p.2.

⁶⁵⁵ Ibidem, p. 12.

⁶⁵⁶ Idem.

dita noite, saindo o réu de sua casa para a de seu pai, saiu o dito mulato ao encontro desafiando-o outra vez e querendo-lhe atracar-se com o réu, o que vendo o réu a resolução do dito mulato, antes que chegasse a mais, com um pequeno pau fino que trazia na mão lhe deu uma ou duas pancadas para o fazer afugentar dele e por isso sucedeu a feri-lo ou arranha-lo.⁶⁵⁷

As testemunhas acrescentaram alguns detalhes interessantes à história, como a possível motivação de Felix procurar briga com Novais. O alferes João Gracia da Cruz afirmou que

[...] já pelas oitavas do Espírito Santo entrou o dito mulato Felix em casa do dito Antonio Martins com uma navalha na mão para fazer o que quer que fosse o entendendo o dito Antonio Martins que o mulato é desavergonhado e desatencioso lhe botou a mão e lhe tomou a navalha e lhe deu uns bofetões do que causou inquietação [...].⁶⁵⁸

As oitavas⁶⁵⁹ do Espírito Santo aconteciam no final do mês de maio, um mês antes, portanto, dos ferimentos feitos em Felix. Várias outras testemunhas repetem a história da navalha, mas algumas dizem que Felix chegou com ela aberta e outros que estava na algibeira do dito escravo. João Martins Ribeiro, outra testemunha, disse que “entrou o dito mulato Felix na casa de Antonio Martins com uma navalha de barba na mão e entrou a mandar botar aguardente”.⁶⁶⁰ João Marques, por sua vez, afirmou que “ouve dizer que o mulato Felix foi a casa de Antonio Martins beber aguardente” na noite de 23 de junho, quando foi ferido por Novais.⁶⁶¹ Todas as testemunhas e também o réu descreveram o escravo como um sujeito chegado às bebidas alcoólicas, desmerecendo Felix e justificando a atitude violenta tomada por Novais. Pelos depoimentos das testemunhas, o que motivou o escravo Felix a tirar satisfações e incitar Novais para a briga foi o ocorrido um mês antes, no episódio da navalha, quando Felix supostamente já tinha levado uns “bofetões” de Novais.

Interessante nesta história é a aparente facilidade de circulação pela vila que tinha o escravo Felix. As atitudes descritas pelos depoentes dão a entender que ele frequentava a casa de Novais e aí consumia bebida alcoólica. É possível que o réu tivesse uma loja ou armazém na vila onde vendia aguardente e outros produtos, apesar de nada ser mencionado a esse respeito no documento. No entanto, sendo esse o caso, seria fácil entender o motivo do escravo entrar na casa de Novais e “mandar botar aguardente”. Independente de ser uma loja

⁶⁵⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1827.57..., p. 9.

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 14.

⁶⁵⁹ Segundo Raphael Bluteau, as oitavas eram o “espaço de oito dias, consagrado à celebração de uma festa solene”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...*, vol. 6, p. 51.

⁶⁶⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1827.57..., p. 27.

⁶⁶¹ Ibidem, p. 26.

ou a casa do próprio Novais, fato é que algum tipo de relacionamento com esse senhor o escravo mantinha e, muito provavelmente, também o seu proprietário, Francisco Gago da Câmara, se relacionava de alguma maneira com Novais. A existência de algum tipo de relação entre os dois fica evidente quando, ao apresentar suas razões finais de defesa, o réu afirmou que o próprio sargento mor Câmara não o quis denunciar “por saber a justíssima razão a que o mesmo réu assistia”.⁶⁶² O dono do escravo não quis denunciar Novais, o que talvez explique o silêncio de Felix ao ser perguntado pelo juiz ordinário sobre quem lhe fizera os ferimentos. É provável que seu senhor o tenha obrigado a tomar tal atitude.

Mesmo sem a denúncia feita pelo sargento mor, o juiz ordinário ordenou que fosse feita a devassa, tendo a própria justiça como autora. Apesar de todas as testemunhas da devassa deporem de maneira a tentar amenizar e justificar a atitude do réu, no dia quatro de julho de 1769 o juiz ordinário ordenou a prisão de Antonio Martins Novais na cadeia da vila de Cananéia e remeteu os autos para a Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá. No entanto, como referido outras vezes ao longo deste trabalho, somente no ano de 1772 é que o ouvidor nomeado pelo rei, Antonio Barbosa Mattos Coutinho, assumiu a Ouvidoria e passou a julgar os processos pendentes.⁶⁶³ E foi somente em 1773 que o caso dos ferimentos feitos por Novais ao escravo Felix foi julgado. O réu apresentou outras quatro testemunhas a seu favor e apresentou as razões finais através de seu procurador. No dia 13 de setembro de 1773, Antonio Barbosa Mattos Coutinho absolveu Novais e o mandou soltar da cadeia da vila de Cananéia.⁶⁶⁴ Mesmo sendo considerado inocente pelo ouvidor, o réu permaneceu na cadeia por quatro anos, não pela sua atitude violenta contra o escravo, mas sim pela morosidade e burocracia da justiça colonial.

Ainda na vila de Cananéia, em julho de 1774, Antonio Martins Novais esteve novamente às voltas com a justiça, menos de um ano após ter sido solto da cadeia da mesma vila. Desta vez como senhor do escravo Antonio, acusado de ameaçar com uma faca de ponta a outro escravo, chamado Lucas, pertencente a Manoel de Souza Rodrigues, já referido no capítulo 4.⁶⁶⁵ O suposto crime aconteceu na noite do dia 20 de abril de 1760, mas apenas em 1774 é que foi julgado pelo ouvidor Coutinho, pelos mesmos motivos relatados anteriormente, ou seja, a falta de um ouvidor nomeado pelo rei entre os anos de 1754 e 1772. Novais, o senhor de Antonio em 1774, nomeou um procurador para cuidar da defesa do escravo, que apresentou os artigos de contrariedade, desmerecendo Lucas, o outro escravo, e

⁶⁶² DEAP BR PR APPR PB045 PC1827.57..., p. 39.

⁶⁶³ PEGORARO, Jonas W. Op. Cit. pp. 51-54.

⁶⁶⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1827.57..., p. 43.

⁶⁶⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC1872.59...

exaltando as qualidades de submissão de Antonio. João Crisostomo Salgado, o procurador, afirma sobre a conduta de Antonio: “é pública a quietação em que sempre tem vivido no seu cativoiro”.⁶⁶⁶ Sobre o denunciante Lucas, por outro lado, afirma que “era tido e havido por revoltoso, amigo de discórdias e como tal tinha já cometido vários insultos”.⁶⁶⁷ Sobre o ocorrido, o procurador argumenta:

Provará que na dita noite, andando o réu com outros em um folguedo de violas pela rua em cujo rancho vinha o dito mulato Lucas, este por rivalidade de ânimo começara a gritar que o réu lhe queria dar com uma faca. Provará que acudindo o juiz e mais oficiais de justiça aos ditos gritos e estando o dito mulato Lucas acusando o réu que lhe queria dar com uma faca fora esta buscada pela justiça e lhe não acharam arma alguma. Provará que sim aparecera depois a dita faca, mas fora mostrada pelo dito mulato Lucas, em sua mão, sem que houvesse evidência alguma porque se presumisse fosse trazida pelo réu.⁶⁶⁸

Mesmo com os argumentos do procurador, todas as 30 testemunhas inquiridas na devassa foram unânimes em dizer que Antonio realmente havia ameaçado Lucas. A maioria dos depoentes estava presente no momento da confusão e disseram ouvir os gritos de Lucas “Senhor juiz, acuda-me!”⁶⁶⁹ e terem visto Antonio correndo atrás dele com uma faca. Quando o juiz e outros oficiais acudiram Lucas, Antonio tratou de sair correndo para os matos. Diante dos testemunhos uniformes culpando o réu, o juiz ordinário da vila de Cananéia, ordenou a sua prisão no dia 10 de maio de 1760.

Este caso também traz evidências da proximidade entre as pessoas livres e os escravos nestas pequenas vilas da América meridional. Um grupo de escravos andava à noite, com suas violas, “brincando” pelas ruas de Cananéia, como afirmou uma das testemunhas.⁶⁷⁰ Estavam próximos de outro grupo, composto pelo juiz e outros oficiais da localidade, que prontamente acudiram o escravo Lucas. Esta convivência entre os diferentes grupos criava entre eles relações que iam além da condição de escravos e livres, juridicamente distantes, mas que na prática estavam muito próximos. Também este caso mostrou que o vínculo entre cativos de diferentes senhores era possível e acontecia com frequência, culminando inclusive com desavenças entre eles. É patente nessa sociedade, portanto, que os escravos tinham possibilidade de circular e de estabelecer vínculos para além do cativoiro, inclusive com pessoas livres.

⁶⁶⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1872.59..., p. 10.

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 11.

⁶⁶⁸ Idem.

⁶⁶⁹ Ibidem, p. 25.

⁶⁷⁰ Ibidem, p. 43.

O escravo Antonio estava encarcerado. Foi preso e ficou aguardando julgamento durante 14 anos. Não é possível saber se o escravo ficou realmente na cadeia durante todos esses anos. Isso sem dúvida traria um prejuízo enorme para seu senhor. O que vem dito no processo, porém, dá a entender que de fato Antonio ficou preso, pois consta a sentença do juiz ordinário em 1760 ordenando sua prisão e, em 1774, aparece ainda como “mulato preso” na procuração que fez seu senhor.⁶⁷¹ Contudo, outro processo envolvendo Antonio, o qual será exposto ainda nesta seção, traz evidências de que ele estava em liberdade. Antes disso, é preciso contar o desfecho desta história.

Somente no ano de 1774 é que o processo judicial teve continuidade, com a chegada do ouvidor. O procurador do réu Antonio apresentou outras quatro testemunhas, que afirmaram que a faca não foi encontrada com ele e sim no chão e também confirmaram a má conduta que já tinha o escravo Lucas. O procurador apresentou as razões finais e o processo foi remetido ao ouvidor, que estava em correição na vila de Iguape, para que desse sua sentença. Antonio Barbosa de Mattos Coutinho condenou Antonio, baseado no depoimento das testemunhas na devassa. A pena dada pelo ouvidor foi duríssima:

[...] se não pode negar se acha o réu compreendido naquela culpa e como tal o condeno a que leve *quinhentos açoites* no pelourinho daquela vila e nas custas de seu livramento ex causa e apelo. Vila de Iguape, 23 de julho de 1774. (grifo meu)⁶⁷²

No capítulo 3 deste trabalho já foi comentado sobre a proibição do uso de armas pelos escravos e indígenas, o que não impedia que eles fizessem uso delas. Sebastião e Miguel, índios administrados, tiveram acesso a armas de fogo e Domingues, indígena, portava uma faca, assim como o escravo Antonio. Para Sebastião e Miguel, não foi possível, através dos processos, saber que condenação receberam, um documento por estar incompleto e o outro por ter sido remetido para a Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá, sem constar a sentença. Sendo assim, não é possível fazer uma comparação com a pena imposta ao escravo Antonio. Quinhentos açoites é um número que assusta e pode parecer exagerado da parte do ouvidor. No entanto, Mattos Coutinho fez o que previa a lei nestes casos. No dia 24 de janeiro do ano de 1756, o rei Dom José I expediu uma lei com o seguinte teor:

[...] sendo-me presente que no Estado do Brasil continuam os mulatos e pretos escravos a usar de facas, e armas proibidas, por não ser bastante para coibi-los as penas impostas pelas Leis de vinte e nove de março de mil setecentos e dezenove e vinte e cinco de junho

⁶⁷¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1872.59..., p. 4.

⁶⁷² Ibidem, p. 52.

de mil setecentos e quarenta e nove: hei por bem que em lugar da pena dos dez anos de galés impostas nas referidas Leis, incorram os ditos pretos e mulatos escravos do dito Estado, que as transgredirem, na *pena de cem açoites no pelourinho, e repetidas por dez dias alternados*; o que se não entenderá com os negros e mulatos que forem livres, porque com estes se devem observar as Leis já estabelecidas. [...] (grifo meu) ⁶⁷³

A lei, portanto, previa a pena de 500 açoites divididos em dez dias alternados. Apesar do ouvidor Coutinho não ter sido específico em relação a maneira como os açoites seriam dados, certamente seria de acordo com a lei. Em 1756, o rei apenas modificou a pena imposta aos escravos, mas cita outras leis, de 1719 e de 1749, que já proibiam o uso de armas pelos escravos. No entanto, as penas previstas na lei não agradavam os senhores de escravos. No ano de 1725, o governador da Capitania do Rio de Janeiro escreveu ao rei Dom João V informando que a lei novíssima sobre as armas proibidas, provavelmente se referindo a do ano de 1719, estava sem nenhum efeito na Capitania pela falta de execução. O rei respondeu ao governador com uma Provisão do dia 21 de janeiro de 1726 e nela expôs quais eram as razões argumentadas pelo governador para a não execução da lei:

[...] não havendo branco nem preto que deixe de usar delas, principalmente das facas, com que fazem todos os dias lamentáveis estragos, opondo-se à execução a circunstância dos escravos, alegando os senhores que os não devem prender impondo-se-lhes a pena da lei de tantos anos para galés, e só querem que os açoitem no pelourinho a arbítrio dos governadores [...]. ⁶⁷⁴

A pena prevista para escravos que portassem armas proibidas, o que incluía as facas, era a condenação à galés, ou seja, a trabalhos forçados. É claro que nenhum senhor que investiu dinheiro em um escravo queria perder o uso de sua mão de obra. A insatisfação por parte dos proprietários de escravos era esperada. Eles alegavam que os cativos que viviam no campo precisavam constantemente de facas para abrir picadas e outros serviços, além de se defenderem das feras. O rei, entretanto, foi categórico ao afirmar:

E vendo o mais que nesta parte insinuais me pareceu ordenar-vos façais executar a lei e não há razão para que deixe de ter a sua devida execução com os escravos e os senhores tenham vigilância em que não usem das armas proibidas se não querem perder as obras dos seus servos no tempo por que forem condenados a galés, e quando no campo sejam precisas as facas para o que se refere a mesma lei as permitais para o uso preciso e necessário. ⁶⁷⁵

⁶⁷³ Lei de 24 de janeiro de 1756. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maignrense, 1830. pp. 411-412.

⁶⁷⁴ Provisão de 21 de janeiro de 1726. In: LARA, Silvia. *Legislação sobre escravos africanos...*, p. 274.

⁶⁷⁵ Idem.

Contudo, apenas 30 anos depois, em 1756, a Coroa portuguesa aceitou as reivindicações dos colonos e modificou a pena para os escravos, que após receberem a punição com os açoites, estariam livres. Esse seria o destino de Antonio, que teve sua sentença decretada pelo ouvidor Coutinho, na vila de Iguape, no dia 23 de julho de 1774. Dezesete dias depois, em nove de agosto do mesmo ano, o escravo Antonio, condenado a 500 açoites, e também o escravo Ignácio, fugiram da prisão da vila de Cananéia, onde estavam presos. Arrombaram um alçapão, saíram em uma sala e dela arrebentaram o batente da janela, onde a grade estava presa, e fugiram para a rua com a ajuda de uma corda.⁶⁷⁶ Os dois escravos foram processados pela fuga e estavam sendo julgados no ano de 1775 por mais esse crime. Ambos aparecem como pertencentes a João Gomes Mendes. É neste processo judicial que consta uma informação que pode indicar que o escravo Antonio não esteve preso os 14 anos que ficou aguardando julgamento. Logo no início do processo, na procuração que faz João Gomes Mendes, ele informa que havia dado o escravo Antonio como dote a seu genro, Antonio Martins Novais, mas, depois de saber que era criminoso, abriu mão do escravo e devolveu-o. Por isso, nesse processo de 1775, é Mendes que está cuidando da defesa dos dois escravos. Ora, se Antonio foi dado como dote a Novais, significa que não estava na cadeia, mas apenas voltou pra ela quando o primeiro processo foi retomado, no ano de 1774, para julgar o crime de ameaça com uso de faca. Novais, na primeira demanda judicial, ainda aparece como senhor do escravo acusado, mas, parece que depois de Antonio ter sido condenado pelo ouvidor, desistiu do dote recebido e devolveu-o a seu sogro.

A punição que seria dada a Antonio era bastante rigorosa. A dureza da pena imposta ao escravo Antonio foi percebida inclusive pela população local. O procurador dos dois escravos argumentou que Antonio e Ignácio fugiram da cadeia, mas se entregaram sem que fossem obrigados e, o motivo que os levou à fuga seriam “boatos de pessoas mal afeitas”.⁶⁷⁷ A testemunha apresentada a favor dos réus, Antonio Pestana Garces, natural da Ilha da Madeira, afirmou que

[...] ouviu dizer ao capitão Domingos Ferreira de Almeida que indo a vila de Iguape ouvira dizer que tinha saído a sentença do crime dos réus presos pelo qual se achavam presos nesta vila [de Cananéia], que haviam ser castigados rigorosamente no Pelourinho e que depois haviam ser soltos e livres.⁶⁷⁸

⁶⁷⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1962.62..., p. 11.

⁶⁷⁷ Ibidem, p. 17.

⁶⁷⁸ Ibidem, p. 53.

Os boatos das pessoas mal afeitas, portanto, seriam a notícia da sentença e da punição rigorosa a que seriam submetidos. Sobre o crime cometido por Ignácio, não há informações, mas parece que também havia recebido uma pena severa. No desespero e na ânsia de evitar uma punição tão rigorosa de 500 açoites, os dois cativos fugiram da prisão. Contudo, a mesma testemunha Antonio Pestana Garces, informou que “os réus são tementes a Deus e às justiças de sua majestade e como tementes a Deus se vieram recolher à prisão sem serem obrigados pela justiça”.⁶⁷⁹ Os dois, depois de fugir, voltaram para a cadeia “sem serem obrigados”. Não se explica no processo o que motivou, de fato, a volta dos dois à prisão, mas é certo que esta atitude os livrou de mais uma condenação. Tanto o juiz ordinário quanto o ouvidor Coutinho absolveram os dois deste crime, tendo em vista que se apresentaram de livre e espontânea vontade e só fugiram por temerem os castigos que iriam receber.⁶⁸⁰ A sentença final do ouvidor para este caso foi dada no dia 23 de abril de 1775, exatamente nove meses após a pena de 500 açoites imposta a Antonio. Não constam elementos no processo judicial que informem se o pesado castigo havia sido aplicado ou não em Antonio e nem em Ignácio.

Essa punição rigorosa e pública, no pelourinho da vila, não era à toa. O castigo dado a Antonio serviria de exemplo a outros escravos, que pensariam duas vezes antes de cometer crime semelhante, temendo a dura punição que poderiam sofrer. Em Provisão de 20 de outubro de 1735, encaminhada pelo rei Dom João V ao governador das Capitanias de Pernambuco e Paraíba, foi concedida a mesma autorização dada às Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas de condenar com pena de morte os índios, bastardos, carijós, mulatos e negros que cometessem crimes atrozes. Nesta Provisão o rei ressalta que “vendo aqueles povos o castigo, se contivessem com este exemplo de obrarem semelhantes absurdos”.⁶⁸¹ Esta certamente era também a intenção do ouvidor Mattos Coutinho ao punir o escravo Antonio.

Interessante também neste caso é a circularidade das informações entre estas pequenas vilas. A sentença foi dada pelo ouvidor em Iguape, no dia 23 de julho e, dezessete dias depois, os dois escravos fugiram da cadeia de Cananéia. A informação de que seriam castigados rigorosamente chegou a eles sem demora, mesmo estando presos na cadeia. Seguindo uma linha reta, as duas cidades estão distantes 50 quilômetros uma da outra. Não era uma distância muito grande, porém, o fato da notícia chegar até os escravos na prisão mostra como as

⁶⁷⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1962.62...

⁶⁸⁰ Ibidem, pp. 53, 56-57.

⁶⁸¹ Provisão de 20 de outubro de 1735. In: LARA, Silvia. Legislação sobre escravos africanos..., p. 293.

relações entre essas pessoas eram interdependentes, fazendo circular informações e unir trajetórias, como a dos dois escravos que fugiram juntos da prisão.

Para finalizar esta seção sobre a violência no cotidiano escravo, consta na amostra um processo judicial incompleto e bastante danificado, faltando páginas entre uma e outra, o que acaba por dificultar a compreensão e o desfecho da história. Mas, do pouco que se lê, é possível saber que no ano de 1754, na vila de Paranaguá, João, um africano Benguela, foi denunciado por ter “dado umas porretadas de noite em Francisco Nunes e, outrossim, cometido outros crimes proibidos por direito comum e ordenações do reino e suas extravagantes”.⁶⁸² Seu senhor era Ignácio Luis Chaves, que o defendeu na justiça, nomeando procurador, dizendo que seu escravo era inocente. Chaves conseguiu, inclusive, uma carta de seguro para o escravo João, que ficaria em liberdade até ser julgado.⁶⁸³ A carta de seguro “era uma promessa judicial, pela qual o réu deixava de ser preso, até finalizar o processo ordinário”.⁶⁸⁴

Apesar de não ser possível saber muita coisa sobre esse caso, ele mostra, mais uma vez, a interação e as conexões feitas pelos escravos nas vilas em que viviam, tanto com outros cativos como com pessoas livres. O africano João foi acusado de ir até a casa de Francisco Nunes às nove horas da noite, bater em sua porta dizendo ser amigo e ter lhe dado umas “porretadas” na cabeça. Há ainda uma informação de que teria feito isso a mando de um sargento mor, Patrício da Silva. Existia, portanto, uma circulação dos escravos entre os diferentes níveis dessa sociedade, gerando conflitos e situações que chegavam até a justiça.

Os casos de violência envolvendo escravos demonstraram que a mobilidade espacial e social destes cativos nas vilas da Comarca de Paranaguá era significativa. Mantinham relações não apenas com escravos de diferentes senhores, mas também com as pessoas livres. Essas interligações com diferentes pessoas mostram que apesar das distinções sociais existirem, havia uma aproximação entre elas. É certo, porém, que escravos e libertos eram estigmatizados e, quando algum conflito ou desavença decorrente dessas relações mantidas por eles com outras camadas da população chegavam até a justiça, eram eles que sofriam as penalidades mais duras. De todos os casos aqui apresentados, apenas dois trazem como réus homens livres. Antonio Martins Novais, acusado de ferir o escravo Felix com um pau foi

⁶⁸² DEAP BR PR APPR PB045 PC1013.30. Autos crimes de agravo em que é agravante João Benguela por seu senhor Ignácio Luis Chaves e agravado o Dr. Ouvidor Geral da Comarca da Paranaguá, Antonio Pires da Silva Mello Portocarreiro. Paranaguá, 1754. p. 3.

⁶⁸³ Ibidem, p. 3-4.

⁶⁸⁴ TEIXEIRA, Maria Lúcia R. C. *As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia*. O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1831). Tese de doutorado: Universidade de São Paulo, 2011. p. 38.

absolvido pelo ouvidor e Joaquim Cardoso de Leão, responsabilizado pela morte do escravo Francisco, teve algumas cabeças de gado sequestradas para pagamento do prejuízo causado. Por outro lado, Antonio, o escravo acusado de ameaçar a outro com uma faca, foi condenado a receber 500 açoites.

Todavia, os conflitos descritos nestes processos trazem a evidência de que apesar de estarem sujeitos a um trabalho forçado e aos mandos e desmandos de seus senhores, os escravos encontravam, nessas relações mantidas para além do cativo, uma maneira de romper com a dominação senhorial, ainda que por um curto período de tempo.

6.3. Bens, dívidas e créditos.

Esta seção é dedicada a análise de ações judiciais em que escravos e libertos aparecem envolvidos em querelas sobre bens materiais. A tipologia dos documentos desta seção é igual a de outros já analisados nos capítulos anteriores. Trata-se de sete processos de cobrança de dívidas e um inventário. Documentos desta mesma natureza foram analisados no capítulo 5, mas optou-se por fazer uma análise diferenciada para estes dez documentos em função de que, nestes casos, os escravos e libertos não aparecem de maneira secundária, em meio aos bens avaliados ou devidos, mas sim eles próprios aparecem como credores, devedores ou inventariados. Como era esperado, destes oito processos judiciais, apenas dois trazem escravos e, os seis restantes, se referem a libertos.

Os dois processos que trazem escravos envolvidos com empréstimos e dívidas mostram que os cativos se faziam valer de formas de acumular bens e riquezas, como o trabalho extra nos feriados, autorizado por seus senhores. Essa concessão era feita a Gonçalo, o escravo pertencente ao capitão Amador Bueno da Rocha, que tinha autorização de seu senhor para minerar em benefício próprio. Parte desta história foi contada no capítulo 4 para evidenciar o envolvimento dos escravos nas atividades da mineração. Agora, ela será trazida novamente para enfatizar a prática comum aos senhores de escravos da Comarca de Paranaguá, que era a permissão dada aos seus cativos para que produzissem em seu próprio benefício.

Vale a pena lembrar rapidamente o caso do escravo Gonçalo. O processo judicial em que ele aparece foi instaurado por Francisco Nabarreto contra Thereza Correa Guedes no ano

de 1750 na vila de Curitiba.⁶⁸⁵ Nabarroto minerava nas minas de Araçatuba junto com um negro que lhe pertencia, numa época em que havia muita carência de alimentos, tanto para homens livres como para os escravos. Por esse motivo, Nabarroto emprestou ao escravo Gonçalo 28 oitavas de ouro “dizendo-lhe o dito escravo que brevemente lhe havia de dar, pois que tinha donde as tirar”.⁶⁸⁶ Passado alguns dias sem que o escravo lhe pagasse e vindo até as minas o senhor de Gonçalo, Amador Bueno da Rocha, Nabarroto lhe contou sobre o empréstimo feito ao cativo. Prontamente Amador foi “ao rancho do dito seu escravo e pedindo-lhe a chave da sua caixa e abrindo-a não achou ouro algum e só um crédito de dívida de trinta e duas oitavas de ouro que lhe devia a dita ré Thereza Correa”.⁶⁸⁷ Amador resolveu o problema da dívida repassando o crédito que Gonçalo tinha com Thereza Correa a Francisco Nabarroto. A diferença que ficou da dívida, já que a Nabarroto eram devidas 28 oitavas e o crédito que o escravo possuía era de 32 oitavas, foi paga a Gonçalo por Amador Bueno da Rocha. A petição inicial do processo, dada pelo autor, é a seguinte:

Diz Francisco Nabarroto homem de negócio morador em esta vila, que Thereza Correa da mesma, lhe é devedora de trinta e duas oitavas de ouro em pó procedidas de outras tantas que lhe emprestou um escravo do capitão Amador Bueno da Rocha por nome Gonçalo, escravo do dito capitão, para remir suas [avexações], *que havia granjeado em os dias de sua liberdade [...]* (grifo meu).⁶⁸⁸

Gonçalo, portanto, também tinha autorização de seu senhor para “granjear” nos dias de folga e acumular algum pecúlio. As 32 oitavas de ouro emprestadas por Gonçalo a Thereza Correa valiam a quantia significativa de 38\$400 réis⁶⁸⁹, suficientes para comprar um escravo ainda bem jovem, ou então algumas cabeças de gado. Mas o escravo Gonçalo tinha outros planos para esta quantia.

O processo foi iniciado em novembro de 1750 e, em março de 1751, Thereza Correa ainda não havia comparecido em juízo. Nabarroto citou também o marido da ré, João Cardoso de Leão. Somente em maio de 1751 é que João Cardoso de Leão nomeou um procurador para que atuasse na causa da dívida de sua mulher. Mas, mesmo com procurador nomeado, os réus não compareceram nas audiências e em 24 de dezembro o juiz ordinário Miguel Ribeiro Ribas os condenou ao pagamento da dívida, visto não terem apresentado nenhum embargo ou defesa. Depois de seis dias, em 30 de dezembro de 1751, João Cardoso de Leão e sua mulher

⁶⁸⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC720.22...

⁶⁸⁶ Ibidem, p. 5.

⁶⁸⁷ Idem.

⁶⁸⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC720.22..., p. 3.

⁶⁸⁹ VELOSO, José Mariano da Conceição. Op. Cit., p. 99.

Thereza Correa apresentaram uma petição dizendo que fariam embargo da sentença. Após várias audiências e pareceres dos procuradores, no dia 16 de junho de 1752 a ré Thereza Correa foi inquirida sobre a dívida.

Thereza Correa Guedes, casada e moradora no bairro de São José, termo desta vila, de idade que disse ser de sessenta e seis anos pouco mais ou menos, depoente a quem ele juiz deu o juramento [...] disse ela depoente que do negro Gonçalo recebera na Araçatuba uma quarta de ouro em pó para ela depoente lhe trazer da vila de Paranaguá, para onde na dita ocasião estava de partida, será [?] para a festa de Nossa Senhora do Rosário do bairro de São José de que o dito negro era rei e outras encomendas como foi um corte de camisa de bretanha e um traje de [?] e outras miudezas que com efeito lhe trouxe e o resto pagou por autoridade do dito negro algumas dívidas que ele devia como foi de Antonio Cardoso de Leão, filho dela depoente e a Diogo Pinto do Rego e o mais o entregou ao dito negro em ouro em pó e lhe não ficara devendo nada da dita quarta de ouro [...].⁶⁹⁰

Thereza Correa revelou em seu depoimento que Gonçalo havia lhe dado as 32 oitavas de ouro para que ela comprasse a ele roupas e outras miudezas para a festa de Nossa Senhora do Rosário do bairro de São José, da qual Gonçalo seria o rei. A devoção de cativos e libertos à Nossa Senhora do Rosário já é conhecida pela historiografia e era a santa mais popular entre os negros durante o século XVIII.⁶⁹¹ Há estudos para várias localidades da América portuguesa, como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco sobre a participação dos escravos e forros nas irmandades, que eram instituições dedicadas à devoção de um santo católico.⁶⁹² Apesar de não estar explicitada no documento a existência de uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário no bairro de São José, distrito da vila de Curitiba, o fato de existir uma festa com um rei cativo, é informação suficiente para inferir que havia uma irmandade dedicada a essa santa, cujos principais membros eram escravos.

As irmandades funcionavam como uma sociedade, com a qual os sócios deveriam contribuir, recebendo em troca assistência em momentos de doença, morte ou de prisão. Dentro das irmandades existia uma hierarquia de cargos, composta de juízes, provedores, escrivães e tesoureiros, que juntos compunham a *mesa* ou corpo dirigente.⁶⁹³ Era também função das irmandades promover as festas para celebrar o santo ou santa de devoção. Para as festas elegiam reis e rainhas que seriam coroados numa encenação que remetia aos reinos do

⁶⁹⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC720.22..., p. 78.

⁶⁹¹ VAINFAS, Ronaldo (Ed.) *Dicionário do Brasil Colonial*...p. 316-317.

⁶⁹² Apenas para citar alguns exemplos de estudos sobre irmandades: SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. SILVA, Luiz Geraldo. "Sementes da sedição": etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). *Afro-Ásia*, 25-26, 2001, pp. 9-60. OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. *Afro-Ásia*, 6-7, 1968, pp. 119-126.

⁶⁹³ REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1996, pp. 7-33. p. 10.

Congo e Angola.⁶⁹⁴ Os estudos sobre irmandades revelaram que a grande maioria dos membros era de crioulos ou africanos provenientes da África Centro-Occidental, ou seja, Congo e Angola. A presença de irmãos de outras etnias nem sempre era vetada, mas a ocupação dos cargos mais importantes, que incluía a de rei e rainha das festas, era restrita aos escravos e libertos nascidos no Brasil ou africanos centro-ocidentais.⁶⁹⁵ Para o escravo Gonçalo não há informações sobre sua procedência, se africano ou nascido no Brasil, mas, considerando o que já foi exposto no capítulo 4 deste trabalho, as chances de Gonçalo ser crioulo ou um africano oriundo da África Centro-Occidental eram bem maiores. Marina de Mello e Souza, ao analisar o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo do ano de 1711, observou que para se tornar membro não havia nenhuma restrição à origem étnica, mas, especificamente sobre a eleição de reis e rainhas, o capítulo do compromisso era claro quanto à obrigatoriedade de que fossem de Angola.⁶⁹⁶

O escravo Gonçalo certamente tinha grande prestígio entre a comunidade negra da região, uma vez que foi escolhido para ser o rei da festa de Nossa Senhora do Rosário. Tomando por base o compromisso da irmandade de São Paulo, referida acima, Marina de Mello e Souza afirma que para ser rei ou rainha, era preciso “ter condições de arcar com o custo do cargo”, pois de acordo com o compromisso, os reis precisavam dar “esmolas avantajadas” para a irmandade.⁶⁹⁷ O escravo Gonçalo parecia fazer jus ao cargo de rei, pois, segundo o depoimento de Thereza Correa, deu a ela 32 oitavas de ouro, equivalente a 38\$400 réis, para que ela comprasse, em Paranaguá, roupas e outras miudezas para a festa da qual seria rei.

Gonçalo, um escravo que trabalhava na mineração, demonstrou ter uma grande atuação na sociedade da Comarca de Paranaguá, muito além da sua condição de cativo. Era rei da importante festa de Nossa Senhora do Rosário e ganhava dinheiro suficiente para sustentar esse cargo. Além disso, de acordo com Thereza Correa, Gonçalo tinha dívidas com homens livres, um deles seu filho Antonio Cardoso de Leão, e também com Diogo Pinto do Rego. Este último senhor foi referido no capítulo 3, acusado de espancar uma bastarda chamada Adriana no ano de 1749, com quem teve uma filha. A própria relação de Gonçalo com Thereza Correa é bastante próxima, já que esta senhora iria a Paranaguá comprar as

⁶⁹⁴ Ibidem, p. 21.

⁶⁹⁵ SILVA, Luiz Geraldo. “Sementes da sedição”..., pp. 22-23.

⁶⁹⁶ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. pp. 192-193.

⁶⁹⁷ Ibidem, p. 193.

encomendas do escravo e, ainda, pagaria os seus credores. Gonçalo, portanto, circulava em diversos meios sociais e mantinha relações com pessoas de diferentes níveis.

Esse caso, aliado a outros já expostos, demonstra como havia na Comarca de Paranaguá uma vivência muito próxima entre escravos, libertos, homens livres e também indígenas. A população reduzida, bem como a relativa pobreza que atingia os moradores da região, contribuía para que os relacionamentos sociais não ficassem restritos ao interior de cada um dos grupos. É certo que a interdependência entre as pessoas que ocupavam diferentes níveis sociais também existia em regiões cuja economia era voltada para a exportação e que, portanto, mantinham um grande número de escravos. No entanto, essas relações interdependentes não se processavam da mesma maneira em vilas menores, voltadas para o abastecimento interno, com a mão de obra escrava distribuída entre a minoria da população, como eram as localidades da Comarca de Paranaguá. Nestas áreas as relações estabelecidas entre as pessoas eram muito mais próximas e interligadas, diminuindo, pois, a distância social. Não se quer aqui, de modo algum, neutralizar os estigmas e preconceitos inerentes a essa sociedade, mas sim demonstrar que eles se processavam de maneiras diferentes de acordo com o período e a região analisada. Certamente não era em todas as regiões da América portuguesa que um escravo tinha condições não só de acumular pecúlio, mas também de emprestar quantias a terceiros e também de fazer dívidas em seu nome, como fez o escravo Gonçalo.

O escravo Manoel, pertencente a José Bernardino de Souza, assim como Gonçalo e outros cativos da Comarca de Paranaguá, tinha autorização de seu senhor para trabalhar em benefício próprio e acumular bens. No ano de 1777, Manoel foi à justiça da vila de Curitiba, como autor do processo, para cobrar o valor que João Batista Vitoriano lhe devia referente à compra de um cavalo. A petição de Manoel é a que segue:

Diz Manoel, preto escravo, sujeito a seu senhor José Bernardino de Souza, desta vila, que pela ordem junta lhe dá faculdade para poder haver a si qualquer dívida que se lhe deva; ao suplicante lhe está devendo João Batista Vitoriano morador da freguesia de São José 4\$000 réis de um cavalo colhudo tostado curitibano que lhe comprou, e como lhe não satisfaz por várias vezes que lhe tem pedido o quer fazer citar para na primeira audiência deste juízo vir pessoalmente e não por procurador jurar ou ver jurar ser ou não devedor da sobre dita quantia [...].⁶⁹⁸

⁶⁹⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC2061.66. Autos cíveis de ação da alma entre partes em que é autor Manoel, preto escravo de José Bernardino de Souza, e réu João Batista Vitoriano. Curitiba, 1777. p. 3.

João Batista Vitoriano já foi citado anteriormente em duas ocasiões. A primeira quando foi acusado, em 1763, de ferir com um ferro quente a quatro administradas acusadas de feitiçaria e, a segunda, quando foi chamado à justiça pelo reverendo Manoel Domingues Leitão, no ano de 1779, para que lhe pagasse uma dívida no valor de 457\$000 réis. Vitoriano, pelo que consta nos documentos, estava passando por dificuldades econômicas, entrando em um processo de decadência social. As dívidas que este senhor possuía e a consequente falta de crédito que teria na vila de Curitiba podem ter motivado a sua mudança para a vila do Rio de São Francisco, conforme relatado no processo judicial que o reverendo Leitão moveu contra ele. Vitoriano, apesar de seu visível declínio econômico, era um senhor considerado abastado para os padrões da Comarca de Paranaguá. Em 1779, quando o reverendo Leitão cobrou a dívida avultada de 457\$000 réis de Vitoriano, ele penhorou sete escravos que possuía e, ao longo do processo, são mencionados outros três, somando dez cativos.⁶⁹⁹ Interessante notar que João Batista Vitoriano mantinha relações creditícias tanto com homens poderosos da vila, que era o caso do reverendo Manoel Domingues Leitão, mas também fazia negócio com escravos, como o era Manoel, pertencente a José Bernardino de Souza.

O processo judicial instaurado a pedido do escravo Manoel contra Vitoriano era uma “ação da alma”, referida anteriormente como sendo aquelas em que não havia um crédito ou escritura registrada na justiça e que, geralmente, eram referentes a quantias menores. O autor, portanto, solicitou a presença do réu em audiência para que esse jurasse se era ou não devedor da quantia requerida. E, “achando-se presente na dita própria audiência o dito réu João Batista Vitoriano por ele foi confessado ser devedor da sobredita quantia de 4\$000 réis ao dito Manoel preto”. O réu, após confessar que devia, solicitou que lhe fosse dado um prazo para pagamento da dívida e das custas do processo, “por ele réu andar no serviço de El Rei até que cheguem os pagamentos para esta vila vindos da Junta de São Paulo e que seja pago o seu trabalho”.⁷⁰⁰ O juiz ordinário, Estevão José Ferreira de Barros, concedeu o prazo de dois meses a Vitoriano para que pagasse a dívida e as custas do processo, o que foi consentido pelo autor.

Para poder cobrar a dívida, o escravo Manoel precisou da autorização de seu senhor e de um procurador que por ele respondesse. Na petição inicial do processo, Manoel se refere à uma ordem em que seu senhor lhe dá “faculdade” para cobrar as dívidas que tivesse com qualquer pessoa. A referida ordem está anexada ao processo judicial e é a que segue:

⁶⁹⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2172.70...

⁷⁰⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC2061.66..., p. 2.

Por esta minha ordem e autoridade que dou ao escravo Manoel, pelo poder que nele tenho, pode este tratar de cobrar qualquer dívida que se lhe deva pertencente a sua pessoa de qualquer que lhe deva por me constar ser adquirida nos dias que Deus Nosso Senhor lhe dá fora da obrigação que tem trabalhar para seu senhor e assim que lhe passo este poder, para que em qualquer juízo que se apresentar lhe dê valimento e a mandei passar por João de Abreu Guimarães que esta ordem por mim escrevesse e como testemunha se assinasse por mim somente assinado. Vila de Curitiba 13 de abril de 1777.
José Bernardino de Souza e João de Abreu Guimarães [assinam].⁷⁰¹

A ordem passada pelo proprietário a seu escravo, deixa margens para se pensar que Manoel tinha mais de um credor, pois em nenhum momento aparece na ordem que era específica para cobrar a dívida de Vitoriano, mas sim para “cobrar qualquer dívida que se lhe deva”. Nota-se que esta era uma prática comum entre os senhores de escravos durante o século XVIII na Comarca de Paranaguá, mais especificamente a partir de 1750, quando se tem início o processo de aumento da posse de escravos africanos e afrodescendentes como força de trabalho. O caso do escravo Gonçalo que minerava em seu próprio benefício é do ano de 1750 e este, do escravo Manoel, do ano de 1777.

Da mesma maneira, entre os processos judiciais envolvendo negros e mulatos libertos, apenas um é anterior a 1750. Todos os outros sete foram iniciados entre os anos de 1759 e 1776, o que é bastante coerente com a ideia central deste trabalho, qual seja, o processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana que começou a se desenhar na Comarca de Paranaguá a partir de meados do século XVIII. Não é de se estranhar, portanto, que os homens e mulheres libertos e forros comecem a aparecer com maior frequência a partir de 1750. Os processos judiciais de cobranças de dívidas que trazem homens e mulheres libertos envolvidos, seja como credores ou devedores, mostram como esses ex-escravos transitavam e interagiam com diferentes atores sociais em sua vida em liberdade. Dos oito processos judiciais desta natureza, três se referem ao mesmo caso, totalizando, portanto, seis casos diferentes em que pessoas libertas estiveram às voltas com a justiça colonial para tratar de seus bens materiais.

O mais antigo dos documentos é do ano de 1739, instaurado na vila de Curitiba, em que são autores João Batista Pereira e Pedro Mina, forro, e réu o capitão Miguel Rodrigues Ribas.⁷⁰² Pereira comprou uma égua castanha de Pedro Mina e, depois de efetuada a venda, o capitão Ribas apresentou embargos alegando que a égua era sua, por conta da marca existente no animal, feita com o ferro que lhe pertencia. O pedido do capitão foi atendido e a égua foi

⁷⁰¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2061.66..., p. 4.

⁷⁰² DEAP BR PR APPR PB045 PC287.8. Autos de petição entre partes em que são autores João batista Pereira e réu o capitão Miguel Rodrigues Ribas. Curitiba, 1739.

colocada em depósito, na mão de Antonio de Andrade. A solicitação de João Batista Pereira e de Pedro Mina era para que a égua fosse devolvida, uma vez que o capitão Ribas não havia comprovado o que alegou em seu embargo dentro do prazo da lei.

João Batista Pereira é quem faz a petição inicial no processo solicitando que o escrivão copiasse para os autos o embargo feito na égua a pedido de Ribas. Consta, portanto, o termo de depósito feito no animal no dia 17 de julho de 1739. Em novembro do mesmo ano Pereira solicitou ao juiz ordinário que Pedro Mina fosse citado para que viesse à justiça alegar o que fosse para comprovar que a égua lhe pertencia. Em 30 de novembro ainda de 1739, Miguel de Souza e Silva foi nomeado procurador do forro Pedro Mina e apresentou a contrariedade do que foi alegado por Miguel Rodrigues Ribas. Em um dos artigos consta

que o dito Pedro Mina serviu a Eusébio Simões e em satisfação de seu trabalho não tendo dinheiro para lhe dar lhe deu a égua da contenda e mandou laçar no curral de Manoel Moreira por Manoel Pinto, que laçando-lha entregou a vista e face de todos.⁷⁰³

Pedro, portanto, tinha trabalhado para Eusébio Simões e como pagamento recebeu a referida égua, que agora lhe estava sendo tomada pelo capitão Miguel Rodrigues Ribas. Miguel era um dos homens bons da vila de Curitiba, exerceu por várias vezes o cargo de juiz ordinário e também foi indicado e eleito para ser eleitor na escolha dos nomes que iriam ocupar os cargos camarários.⁷⁰⁴ Era, pois, uma disputa entre pessoas de níveis sociais bastantes distintos, o que sem dúvida poderia pesar na decisão do juiz.

Miguel Rodrigues Ribas, no dia sete de dezembro de 1739, apresentou uma declaração que deve ter surpreendido a Pereira e Pedro Mina. Ribas desistiu dos direitos que tinha sobre a égua e doou-a, por esmola, a Nossa Senhora da Conceição e a Santo Antonio, repassando os poderes que tinha sobre o animal para o frei Domingos da Purificação que, a partir desta data, iria brigar na justiça com Pereira e Pedro pela posse da égua. O frei nomeou José Jacome de Azevedo para seu procurador e, em suas razões, alegou que “o autor é um negro mina sem domicílio certo nem bens de qualidade alguma”.⁷⁰⁵ Além disso, o frei argumentou que quando chamado a dar fiança para pagamento das custas do processo, Pedro não apareceu. Diante de tais argumentos, no dia quatro de janeiro de 1740, o juiz ordinário Manoel Rodrigues da Motta ordenou que a égua fosse entregue ao frei Domingos e que Pedro Mina pagasse as custas.

⁷⁰³ Ibidem, p. 15.

⁷⁰⁴ SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. E mandem convocar o povo... pp. 654 e 659.

⁷⁰⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC287.8..., p. 24.

Fica evidente, pois, a fragilidade da situação vivida pelos libertos nessa sociedade. Ainda que conseguissem manter uma rede de relações que lhes permitia trabalhar, comprar e vender coisas, não há dúvida que a sua retenção de poder era muito menor do que a dos homens livres e, menor ainda quando comparada a homens influentes como o capitão Miguel Rodrigues Ribas. Nas situações limite, como eram as que chegavam até a justiça, a corda acabava sempre arrebentando para o lado mais fraco. Os estigmas sofridos pelas pessoas de cor, ainda que libertas, vinham à tona e eram usados inclusive como argumentos pelos procuradores para desmerecê-los perante a justiça. Estes estigmas eram também reconhecidos e sentidos pelos próprios libertos, que sabiam o peso que a cor da pele tinha na sociedade colonial da América portuguesa.

O caso do liberto Ignácio Antunes é bastante emblemático no que tange à percepção que os próprios ex-escravos tinham de si mesmos. No ano de 1776, na vila de Paranaguá, Bartholomeu Lopes entrou com um processo na justiça contra o “preto forro” Ignácio Antunes.⁷⁰⁶ A alegação do primeiro era de que Ignácio lhe devia 14\$880 réis procedidos de jornais de um escravo seu que trabalhou para o réu durante quatro meses e mais \$800 réis provenientes de gasto que teve com a venda do escravo. Ao longo do processo judicial, a história vai ficando mais clara. Ignácio e Bartholomeu eram compadres e pelo que consta no depoimento de testemunhas e das próprias partes, mantinham uma relação de amizade.⁷⁰⁷ Mas, o escravo Joaquim, de nação Angola, foi motivo de discórdia entre os dois compadres, que acabaram litigando na justiça, provavelmente colocando fim à amizade entre os dois. Pelo tempo que transcorreu entre o ocorrido e a abertura do processo, nove meses, parece que ainda tentaram uma solução pacífica, sem obter resultado. A vista disso, Bartholomeu, que se considerava o mais prejudicado na história, foi à justiça cobrar a quantia que considerava justa.

O autor, em seu libelo acusatório, disse que vendeu o escravo Joaquim a Ignácio Antunes dando o prazo de um ano para que este lhe pagasse. No entanto, passados quatro meses, o escravo retornou para a casa do autor e o réu, Ignácio, disse que não queria mais o escravo. Segundo Bartholomeu, o réu afirmou que pagaria a ele os jornais referentes aos quatro meses de trabalho do escravo, na quantia de \$120 réis por dia. Ignácio Antunes, por outro lado, negou ter feito tal acordo com o réu e se negava a pagar as diárias e sim, apenas,

⁷⁰⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1998.63. Autos cíveis de libelo entre partes em que é autor Bartholomeu Lopes e réu Ignácio Antunes, preto forro. Paranaguá, 1776.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 14

os gastos que teve com a venda do cativo, provavelmente da feitura de uma escritura pública ou crédito.

Nos artigos apresentados por Ignácio Antunes para sua defesa contra as acusações do autor, um deles chama a atenção: “P[rovará] que o réu *ainda que de cor preta* é pessoa de verdade e vive com crédito nesta vila e não é capaz de negar dívida que devesse nem contradizer sua palavra” (grifo meu).⁷⁰⁸ É claro que essas palavras foram escritas no processo judicial pelo procurador de Ignácio Antunes, o senhor Joaquim Gaspar Pereira. Contudo, é também certo que Ignácio conhecia as limitações e os preconceitos que a cor de sua pele impunha, tratando logo de justificar que apesar de sua “cor preta”, era uma pessoa de palavra e que não se negava a pagar o que devia. O estigma da cor, portanto, era mais um desafio para a vida em liberdade com o qual os forros e libertos tinham que lidar. Não obstante terem conseguido manter uma rede de relacionamentos que lhes trazia oportunidades, como a compra de um escravo, tudo era sempre alcançado com um maior número de obstáculos do que aqueles enfrentados pelos homens livres brancos.

Este processo judicial mostra a complexidade com que se davam os relacionamentos entre os diferentes atores sociais nessa sociedade colonial. Um liberto, ex-escravo, poderia adquirir um cativo para si, tornando-se ele próprio um senhor de escravos. Mas, a experiência de Ignácio Antunes como proprietário de um cativo não funcionou. Bartholomeu Lopes alegou que o escravo Joaquim fugiu da casa do réu cerca de quatro meses depois de feita a venda e afirmou:

[...] que se o dito escravo depois de possuído pelo réu se retirou da casa do mesmo para a do autor foi pelo mau trato que o mesmo réu lhe dava maliciosamente por ver era chegado o tempo de pagar o primeiro quartel inserto na dita obrigação ou crédito.⁷⁰⁹

As testemunhas apresentadas pelo autor também confirmam que o escravo Joaquim era maltratado pelo réu e que por isso fugiu, voltando para a casa de seu antigo senhor. No entanto, uma testemunha apresentada pelo réu Ignácio Antunes, conta uma versão diferente sobre a motivação do escravo em voltar para seu antigo dono, Bartholomeu Lopes.

O guarda mor Cristovão Pereira de Macedo, homem solteiro, natural de Portugal e morador nesta vila, que vive de minerar, de idade que disse ser de 40 anos [...] sabe por ver em casa do réu o escravo que comprara ao autor trabalhando em seu serviço [...] Ao terceiro disse que ouviu dizer ao mesmo réu que tinha comprado o dito escravo ao autor

⁷⁰⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1998.63..., p. 14.

⁷⁰⁹ Ibidem, p. 16.

por dez dobras e dali a poucos dias fugira o dito escravo ao réu e viera para esta vila e para a sua condução alugara um negro de Francisco da Costa por nome João para o reconduzir a esta dita vila e outrossim *dizia ele dito escravo que não queria servir a outro negro como ele* e mais não disse [...] (grifo meu).⁷¹⁰

Mesmo que não tenha sido essa a verdadeira motivação da fuga do escravo Joaquim, as palavras do guarda mor refletem as ideias que existiam nessa sociedade a respeito dessa relação tão complexa que era a de um liberto possuir um cativo. Para os escravos certamente era difícil aceitar que alguém que conhecia de perto as agruras da escravidão, pudesse então passar a ocupar o papel de opressor e não mais de oprimido. No entanto, essa era a dinâmica do sistema escravista. A sociedade colonial da América portuguesa era toda fundamentada no regime escravo e, portanto, mesmo que as contradições deste sistema fossem reconhecidas pelas pessoas, ter escravos era algo natural e desejado, inclusive por aqueles que um dia já haviam ocupado o lugar mais baixo da hierarquia social. Stuart Schwartz atentou para a complexidade social que se formou na América portuguesa. Segundo este autor

A complexidade originou-se da alforria de escravos e do nascimento de indivíduos mestiços, alguns nascidos livres e outros, escravos, estes últimos sendo favorecidos no processo de manumissão. Esses indivíduos criaram novas categorias sociais que precisaram ser ajustadas à hierarquia social.⁷¹¹

De fato, as alforrias de escravos e as possibilidades que eles tinham de ascender socialmente, conseguindo inclusive adquirir cativos, criaram relações complexas dentro da sociedade colonial luso-brasileira. O caso do liberto Ignácio Antunes, morador na vila de Paranaguá, assim demonstrou. Uma das testemunhas do autor, João José da Silva, chegou a afirmar que Ignácio disse não querer mais ver o escravo, “porque do contrário, pelo desaforo do negro, era capaz de lhe dar com uma carga de chumbo”.⁷¹² Este processo foi julgado pelo ouvidor geral da Comarca de Paranaguá, João da Silva Pinheiro, no dia oito de novembro de 1776. Pinheiro condenou Ignácio Antunes a pagar 4\$000 réis a Bartholomeu Lopes pelos quatro meses que havia ficado com o escravo Joaquim. Alegou que nenhuma das partes foi contundente em suas alegações, mas que o réu foi menos ainda do que o autor e, portanto, o condenou a pagar uma quantia abaixo daquela requerida por Lopes, que era de 14\$880 réis. O autor, através de seu procurador, pediu embargo da sentença por considerar o valor muito

⁷¹⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1998.63..., pp. 47-48.

⁷¹¹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos...*, p. 213.

⁷¹² DEAP BR PR APPR PB045 PC1998.63..., p. 43.

baixo, indicando que seguiria com o processo judicial numa instância superior para tentar conseguir os 14\$880 réis. Sobre esta apelação, nada mais consta no processo.

Assim como Ignácio Antunes, outros libertos conseguiram ascender econômica e socialmente na Comarca de Paranaguá. Lucas Bueno, preto forro, casado com Maria Alves, faleceu em fevereiro de 1767 na freguesia de São José, distrito de Curitiba, com testamento. O falecido deixou a parte que lhe cabia nos bens a São José, patrono da freguesia de mesmo nome, onde Lucas e sua mulher Maria moravam. Além disso, deixou bens para Nossa Senhora do Rosário, Santa Anna e para a igreja matriz da freguesia de São José.⁷¹³ Cabe aqui relembrar as três situações em que a feitura do inventário era obrigatória: quando havia filhos herdeiros menores de 25 anos; quando o falecido não tinha herdeiros forçados e falecia sem testamento; e por fim, quando o inventariado não tivesse herdeiros e seus bens fossem legados ao Estado. No caso de Lucas Bueno, se enquadra esta última situação, já que legou a parte que lhe cabia nos bens à Igreja, que nesse período não era desvinculada do Estado.

Entre os bens descritos pertencentes ao casal não consta nenhum escravo, apesar de seu patrimônio demonstrar que se quisessem, poderiam ter adquirido cativos. O monte mor somou a quantia de 262\$300 réis e, descontadas as dívidas, o valor líquido foi de 243\$570 réis. Deste valor total, quase a metade era proveniente de dívidas que se deviam ao casal: 115\$820 réis; em contraponto, o casal devia para terceiros apenas 18\$730 réis.⁷¹⁴ O restante dos bens era composto por “um sítio chamado Campestre que consta de campinas, terras lavradas, casas de palha de dois lanços, com três portas”, mais um pequeno terreno, uma espingarda, uma frasqueira, quatro enxadas, um machado quebrado e 61 animais, entre vacas, touros, bois, novilhas e uma égua.

Lucas Bueno era um africano, “natural da Costa da Mina”, conforme ele mesmo informou em seu testamento.⁷¹⁵ Trazido da África, teve que recomeçar sua vida como escravo e, depois de liberto, teve um novo recomeço, conseguindo alcançar certa estabilidade em sua vida. Casou-se, era dono de um número significativo de animais, possuía terras, coisa que muitos homens livres não tinham acesso, e ainda era credor de várias pessoas. Também pelo que consta em seu testamento era um católico bastante devoto, deixando a sua parte na herança a São José. Além disso, mandou rezar uma missa para Nossa Senhora do Rosário, deixou para Santa Anna dois bois e para as obras da matriz, três bois, conforme tinha prometido. Em seu testamento Lucas diz: “meu corpo será sepultado na igreja matriz desta

⁷¹³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1491.46. Autos de inventário dos bens que ficaram por falecimento de Lucas Bueno, preto forro. Curitiba, 1767. p. 8.

⁷¹⁴ Ibidem, pp. 12-13.

⁷¹⁵ Ibidem, p. 7.

freguesia no hábito do glorioso padre São Francisco, havendo e levado com acompanhamento da cruz da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, da qual sou irmão”.⁷¹⁶ O escravo Gonçalo citado no início dessa seção, rei da festa de Nossa Senhora do Rosário que iria acontecer na freguesia de São José, possivelmente era conhecido de Lucas Bueno, já que os dois frequentavam a mesma Irmandade. Essa declaração de Lucas em seu testamento, de que era irmão da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, vem corroborar o que foi dito anteriormente sobre a restrição étnica que se tinha em algumas Irmandades. Na freguesia de São José, para ser membro, não era necessário ser crioulo ou oriundo da África Centro-Ocidental, uma vez que Lucas declarou ser natural da Costa da Mina, localizada na África Ocidental. No entanto, a restrição étnica poderia existir para os cargos mais importantes da Irmandade, como era o do rei.

Através do inventário e testamento de Lucas Bueno é possível perceber a rede de relações mantida por esse liberto com vários segmentos da sociedade. Provavelmente era bem quisto na igreja, haja vista as doações significativas que fez, inclusive para a construção da igreja matriz da freguesia. Era irmão da Confraria de Nossa Senhora do Rosário e aí mantinha contato com outros libertos e também escravos, alguns inclusive africanos como ele. Também tinha bom trato com pessoas livres e mantinha negócios com elas, sendo credor de quatro pessoas diferentes no momento de sua morte, todas elas, ao que tudo indica, pessoas livres. Por todas estas nuances apreendidas da documentação é possível perceber que Lucas, um africano liberto, recriou sua identidade na América portuguesa, a partir dos contatos e relações sociais que manteve tanto em sua vida como escravo, como também em sua vida em liberdade. Como afirmou Luiz Geraldo Silva,

A experiência histórica particular de cada rincão da América portuguesa, as formas específicas de relações entre senhores e autoridades coloniais locais e os cativos, a maneira pela qual estes se organizavam corporativamente, ou seja, a configuração social na qual cativos homens e mulheres africanos eram introduzidos, fossem adultos ou crianças, marcava profundamente suas vidas daí por diante.⁷¹⁷

Sobre a vida no cativeiro de Lucas Bueno o documento nada informa. Não fosse o complemento escrito após seu nome logo na capa do processo judicial, “preto forro”, dificilmente seria possível saber as origens deste senhor. O mais provável é que se pensasse tratar de um homem livre, haja vista todas as conexões e posições que Lucas mantinha na freguesia de São José, com a igreja e também com homens livres. Os africanos trazidos para a

⁷¹⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC1491.46..., p. 7.

⁷¹⁷ SILVA, Luiz Geraldo. “Sementes da sedição”..., p. 20.

América portuguesa como escravos tinham que se reinventar e se adequar ao novo ambiente e situação a que foram submetidos. Era preciso se adaptar para sobreviver, recriar e reinventar suas visões de mundo depois de trazidos para a América portuguesa. É claro que quando vindos da África, traziam junto toda a experiência e visões de mundo a partir de suas comunidades de origem, mas, como afirmou Reis, “predominou a reinvenção, a mistura fina de valores e instituições várias, a escolha de uns e o descarte de outros recursos culturais trazidos por diferentes grupos étnicos africanos ou aqui encontrados entre os brancos e índios”.⁷¹⁸

Os três últimos processos judiciais a serem analisados nesta seção tratam de um único caso, também de cobrança de dívida. Domingos Lopes de Brito, preto forro, devia 76 oitavas de ouro a Ignácio Antonio da Silveira pela compra de uma lavra nas minas de Itambé. Domingos assinou um crédito para segurança do vendedor, que é o que se transcreve abaixo:

Devo que pagarei a Ignácio Antonio da Silveira a quantia de 76 oitavas de ouro em pó capaz de receber procedidos de uma fazenda, e umas lavras que foi do defunto pai Francisco com serviços abertos capaz de trabalhar e duas vacas com uma cria e um capado e mais umas moradas de casa e vinte galinhas e uma alavanca e um almocafre já antigo no trabalho e uma enxada e um machado e duas bateias e cinco [cavumbes] e uma roça [...] hoje, 29 de junho de 1767.⁷¹⁹

Domingos comprou a instalação completa para lavar ouro nas minas, incluindo uma casa e animais, além dos instrumentos de trabalho. Sobre as minas de Itambé Ermelino de Leão informa que tiveram muita notoriedade no século XVII, sendo uma das “mais ricas do Brasil”. Este mesmo autor informa também que a lavra foi dividida em cartas de data e posta em arrematação, sendo uma delas comprada por João Rodrigues França no ano de 1677 por 150\$000 réis.⁷²⁰ Quase cem anos depois, possivelmente as minas de Itambé já não eram tão lucrativas. O liberto Domingos se comprometeu a pagar 76 oitavas de ouro pela lavra, ou o equivalente a 91\$200 réis. Contudo, menos de um ano depois da compra, Domingos já havia vendido as lavras, sem ter feito o pagamento devido a Ignácio Antonio da Silveira, sinal de que o ouro já era escasso na região na segunda metade do século XVIII.

Em março de 1768 Ignácio da Silveira abriu um processo de justificação para provar que Domingos Lopes lhe devia, apresentando para isso testemunhas. Os três depoentes

⁷¹⁸ REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, 28, São Paulo, dez/fev 95/96, pp. 14-39. p. 19.

⁷¹⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1568.48. Autos cíveis de assinação de dez dias entre partes em que é autor Ignácio Antonio da Silveira e réu Domingos Lopes de Brito. Curitiba, 1768. p. 6.

⁷²⁰ LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico...*, vol. 2, p. 880.

confirmaram que Domingos devia a Ignácio e que para não ter que pagar a dívida, havia vendido as lavras para outro mineiro, “fiado por oito ou nove meses”.⁷²¹ O juiz ordinário da vila de Curitiba, Henrique Ferreira de Barros, deu por justificada a petição e mandou que o autor prosseguisse com a ação judicial. Na assinatura de dez dias, Domingos foi condenado ao pagamento da dívida e das custas do processo e, como não tinha bens para serem penhorados, foi preso na cadeia de Curitiba em março de 1768.⁷²² Em junho deste mesmo ano Domingos, ainda preso, abriu processo para pedir seu livramento, alegando que tinha feito um acordo com Ignácio da Silveira. O liberto Domingos passou a seu credor um crédito que lhe pertencia no valor de 34\$000 réis e informou que teria outros bens para dar a penhora, mas que para isso precisava ser solto.⁷²³ Neste processo o juiz ordenou que Domingos desse os bens à penhora, mas nada consta sobre sua saída da prisão. Somente na ação de assinatura de dez dias é que consta o alvará de soltura de Domingos Lopes de Brito, no dia 18 de julho de 1768, por ter se “arrumado” com o réu, como informou o juiz ordinário.⁷²⁴

Domingos, apesar de ter sido preso e não ter boas condições financeiras, demonstrou que tinha boas relações com pessoas livres. Para sair da prisão, o liberto precisou apresentar um fiador que pagasse por ele as custas do processo. Manoel Gomes de Mattos assinou um termo de obrigação e fiança, no qual dizia que “de sua própria e livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma se queria e vinha obrigar como fiador de pé de juízo pelo executado preso na cadeia Domingos Lopes”.⁷²⁵ O liberto, portanto, mantinha em sua vida em liberdade uma rede de apoio com a qual pôde contar num momento de dificuldade. Depois de preso, acionou sua rede de relacionamentos e conseguiu nomear um procurador, Antonio Francisco Guimarães, e um fiador, Manoel Gomes de Mattos.

Os processos judiciais analisados nesta seção trouxeram um conjunto de histórias a partir das quais foi possível dimensionar até onde ia a atuação dos escravos na Comarca de Paranaguá no século XVIII. Para os escravos fica evidente que era prática comum entre os senhores, ainda que houvesse exceções, permitir a seus cativos que produzissem em benefício próprio, criando o que a historiografia chama de “economia interna dos escravos”.⁷²⁶ Stuart Schwartz, que também observou a existência de uma produção autônoma dos escravos na

⁷²¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1541.47. Autos de justificação entre partes em que é justificante Ignácio Antonio da Silveira e réu Domingos Lopes de Brito. Curitiba, 1768. p. 5.

⁷²² DEAP BR PR APPR PB045 PC1568.48..., p. 7.

⁷²³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1546.47. Autos cíveis entre partes em que é autor Domingos Lopes e réu Ignácio Antonio da Silveira. Curitiba, 1768. p. 14.

⁷²⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1568.48..., p. 12.

⁷²⁵ Ibidem, p. 10.

⁷²⁶ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor...*, pp. 199-208.

Bahia, acredita que este era um aspecto constituinte do regime escravo. No entanto, o mesmo autor pondera que grande parte da documentação que traz aspectos relacionados à economia interna dos escravos refere-se às décadas finais do século XVIII e início do XIX, quando então a economia de exportação da colônia se expandiu e houve um consequente aumento da população e da importação de cativos. Todos estes fatores contribuíram para a formação e consolidação de um mercado interno na colônia que necessitava de toda sorte de gêneros alimentícios. Este incremento na demanda do mercado interno teria contribuído para que os escravos também tivessem acesso a ele, enquanto fornecedores de produtos.⁷²⁷

A realidade da Comarca de Paranaguá, durante o século XVIII, era bastante distinta de outras áreas da América portuguesa, como Minas Gerais e a própria Bahia, estudada por Schwartz. Até meados do século XVIII quase não havia ligação entre esta região com o restante da colônia, no que diz respeito a economia. Somente após a abertura do Caminho de Viamão, no ano de 1730, é que teve início o processo de integração da região meridional, especialmente os campos próximos à vila de Curitiba, que passaram a contar com propriedades dedicadas à pecuária. Antes disso, no século XVII e ainda nas primeiras décadas do século XVIII, a população se dedicava à extração do ouro, não muito abundante, e também à agricultura de subsistência. Mas, também pelo que se pode verificar nos processos judiciais da amostra, a atividade da mineração continuou a existir, ainda que em menor grau, concomitantemente às atividades ligadas à pecuária.

Como afirmou Schwartz, de fato foi somente nas últimas décadas do século XVIII que também a região meridional da colônia viu crescer sua economia e expandir o mercado interno. No entanto, na Comarca de Paranaguá, há indícios da autonomia dos escravos antes mesmo da expansão do mercado interno acontecer. Há dois casos de escravos que trabalhavam nas minas da região de Curitiba, Antonio Cafelle e Gonçalo, que tinham a autorização de seus senhores para minerar em seu próprio benefício, sendo um dos processos judiciais datado de 1748 e outro de 1750.⁷²⁸ Há também outros dois casos, ambos do ano de 1777, que também mostram a autonomia dos escravos relacionada não com a mineração, mas com outras atividades. O escravo Manoel, morador em Curitiba, vendeu um cavalo e foi à justiça cobrar a dívida.⁷²⁹ Já o escravo Gonçalo, morador de Paranaguá, foi acusado de roubo por ter sido visto com uma quantia avultada de dinheiro. Em sua defesa, seu senhor afirmou que o dinheiro que Manoel tinha era fruto de trabalhos no sábado e domingo, para os quais

⁷²⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, p. 115.

⁷²⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC664.20...; DEAP BR PR APPR PB045 PC720.22...

⁷²⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2061.66...

tinha sua autorização.⁷³⁰ Para além da venda dos excedentes de sua produção, alguns escravos da Comarca de Paranaguá participavam também do mercado de créditos, emprestando ouro ou vendendo cavalos.

Tanto os forros quanto os escravos mantinham relações interdependentes com pessoas que ocupavam diferentes níveis da hierarquia social. A pequena população da Comarca de Paranaguá, bastante miscigenada, contava com escravos, libertos, livres, indígenas e bastardos que, apesar dos diferentes lugares ocupados por eles nessa sociedade, estavam em convívio constante, mantendo, inclusive, relações de comércio.

6.4. Entre a liberdade e o cativo.

*[...] passar-se-á com o produto da mesma escrava a satisfazer os mais legados, muito mais dignos de cumprir do que a liberdade a uma escrava para ser vadia como muitas que vemos e tem morrido a desamparo, o que lhes não aconteceria se fossem cativas e cujos senhores reparariam suas misérias e lhes acudiriam em suas moléstias e trabalhos.*⁷³¹

As palavras acima foram ditas pelo promotor do Juízo da Provedoria dos Resíduos da Comarca de Paranaguá, Pedro Martins Coimbra, no ano de 1776. O promotor, que neste caso era também escrivão da Ouvidoria Geral, era responsável por fiscalizar o cumprimento dos legados deixados pelos falecidos em testamento.⁷³² Catharina Correa das Neves faleceu no ano de 1774, em Paranaguá, com testamento. O padre Antonio Pereira de Macedo seria o seu testamenteiro, ou seja, seria o responsável por prestar contas à justiça do cumprimento de todas as cláusulas deixadas pela falecida em seu testamento. No entanto, o padre faleceu logo depois de Catharina, também com testamento, no qual nomeou seu sobrinho, Cristovão Pereira de Macedo por seu testamenteiro. Este último, então, foi o responsável por prestar as contas do testamento não apenas de seu falecido tio, mas também de Catharina, em nome do padre Antonio Pereira de Macedo.

⁷³⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC2115.68. Auto de libelo cível entre partes em que é autor Francisco da Silva Ilhas e réu Amaro Moreira da Rocha. Paranaguá, 1778. p. 49.

⁷³¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2005.64. Autos cíveis de contas de testamento que dá o Guarda Mor Cristovão Pereira de Macedo, herdeiro e testamenteiro do reverendo vigário que foi desta vila, que era testamenteiro da falecida Catharina Correa das Neves, a quem pertence esta conta. Paranaguá, 1776. p. 27.

⁷³² Joacir Borges também encontrou escrivães servindo de promotores no juízo ordinário da vila de Curitiba em casos que o réu dirigia um requerimento diretamente à justiça. Era o caso também das prestações de contas de testamentos, nos quais os testamenteiros apresentavam as contas à justiça e não à outra pessoa qualificada como parte no processo. BORGES, Joacir N. *Das justiças e dos litígios...*, p. 122.

Pela declaração do promotor, já se pode imaginar que Catharina Correa das Neves incluiu uma cláusula em seu testamento libertando uma escrava que lhe pertencia. Chamava-se Maria e sobre ela sua senhora disse: “quero de minha última vontade seja forra pelos bons serviços que me tem feito”.⁷³³ O valor da escrava seria incluído na terça de Catharina, ou seja, em 1/3 do valor total dos bens de cuja parte o testador poderia dispor da maneira que quisesse, sendo normalmente utilizado para pagamento das despesas com o funeral, missas, dotes de filhos, esmolas e doações.⁷³⁴ Mas, Catharina incluiu no valor de sua terça outros legados, ou “últimas vontades”, que não poderiam ser cumpridos se a escrava recebesse a alforria. Um destes legados era o pagamento de uma dívida que tinha com seu filho Manoel Correa de Barros e que, portanto, não seria pago tendo em vista a libertação da escrava Maria. O testamenteiro, contudo, cumpriu a cláusula que dava a liberdade à escrava e justificou na justiça que não poderia cumprir os demais itens do testamento. Cristovão Pereira de Macedo disse que “as disposições 5, 6, 9, 10, 11, 12 e 13 não poderão cumprir-se porque se cumpriu a 7ª lançando-se à terça da testadora a mulata Maria para ficar liberta, com cujo valor se preencheu a dita terça sem ficar coisa alguma para as mais disposições”.⁷³⁵ E foi justamente por essa decisão do testamenteiro, de cumprir a cláusula que libertava Maria, que o promotor deu o parecer transcrito no início desta seção. Por fim, Manoel Correa de Barros, que tinha uma dívida para receber de sua mãe, ficou com a escrava Maria para satisfazer a quantia devida. O argumento do promotor teve mais peso na decisão da justiça e Maria permaneceu na sua condição de cativa.

Não é novidade para a historiografia o uso de testamentos para estudar a concessão de liberdade a escravos. Junto com eles, as cartas de alforria registradas em cartório e os registros de batismo têm sido as principais tipologias de fontes utilizadas pelos autores para uma análise da liberdade na América portuguesa, onde havia maior incidência desta prática do que no regime escravista da América do Norte, por exemplo.⁷³⁶ Apesar de ser comum a toda a colônia, como observou Russel-Wood, os processos de manumissão variavam conforme o período, o local, a sociedade, a economia e até os fatores psicológicos e familiares.⁷³⁷ Vários autores se dedicaram a estudar a questão da liberdade, como o já citado Russel-Wood, Sidney

⁷³³ DEAP BR PR APPR PB045 PC2005.64..., p. 6.

⁷³⁴ RODRIGUEZ, Sonia M. T. Op. Cit. p. 64.

⁷³⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC2005.64..., p. 20.

⁷³⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, p. 172.

⁷³⁷ RUSSEL-WOOD, A.J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 59.

Chalhoub, Mary Karasch, Stuart Schwartz entre muitos outros trabalhos, incluindo teses e dissertações.⁷³⁸

A intenção neste trabalho, ao contrário dos que foram citados, não é investigar a fundo a manumissão de escravos, até porque o número de testamentos constantes nos processos judiciais da amostra é bastante reduzido. No entanto, os casos trazidos nesta seção dão conta de mostrar que essa era uma prática existente nesta sociedade que, ainda na segunda metade do século XVIII, não contava com um grande contingente de escravos africanos ou afrodescendentes. A relativa demora na entrada de cativos na Comarca de Paranaguá e na Capitania de São Paulo como um todo não foi impedimento para que os escravos fossem alforriados. A posse de um número pequeno de escravos pela maioria dos proprietários da região também não inibiu a concessão da liberdade. A Comarca de Paranaguá, pois, seguia a tendência do que estava acontecendo em toda a América portuguesa a respeito das alforrias concedidas aos escravos, pautando-se, contudo, na realidade encontrada para esta região específica.

É preciso, porém, ter cautela com as conclusões, pois, trata-se de apenas 12 casos de alforrias concedidas em testamentos, que totalizam 29 libertandos. Este número aumenta quando considerados também os ex-escravos que aparecem em minha amostra, envolvidos em situações diversas. Ainda assim, não existem dados suficientes na documentação aqui analisada para traçar um perfil das manumissões concedidas a escravos na Comarca de Paranaguá ao longo do século XVIII. A seguir serão analisados casos de liberdades concedidas em testamento e também outros processos judiciais que tratam de contestações de alforrias. Todos eles servem para mostrar a configuração social encontrada nas vilas da América portuguesa meridional e também as formas de agir e interagir dos indivíduos que compunham essa sociedade. Os jogos de poder entre um grupo e outro são refletidos nestes processos em que escravos estavam lutando para se tornarem libertos e, também, libertos que lutaram para não voltarem ao cativeiro. A alforria era concedida pelo senhor, o que não significa, contudo, que o escravo não tinha papel algum nesse processo. A concessão da liberdade era antecedida por uma série de negociações tanto da parte dos escravos quanto dos senhores e era também reflexo das relações mantidas entre eles ao longo da vida em cativeiro.

Algumas vezes as alforrias em testamento traziam algo além da simples concessão de liberdade a um escravo por seu senhor. O caso mais antigo de um testador que libertou cativos

⁷³⁸ RUSSEL-WOOD, A.J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial...*, CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SCHWARTZ, Stuart. Alforria na Bahia, 1684-1745. In: *Escravos, roceiros e rebeldes...*, pp. 171-218.

em testamento data de 1755, o que vai ao encontro do que está aqui sendo proposto, sobre a transição do uso predominante da mão de obra indígena para o uso de escravos de origem africana a partir de meados do século XVIII. Felício Vieira, morador em Paranaguá, faleceu em dezembro de 1755, com testamento. Manoel Martins da Rocha foi o responsável por prestar contas na justiça, ou seja, foi o testamenteiro do falecido, já no ano de 1757. Em uma das cláusulas de seu testamento, Felício Vieira disse:

Declaro que nunca fui casado e somente tenho uma filha que a houve de uma escrava mulata por nome Francisca, cuja filha por nome Theodozia com a mãe comprei para forrar e com efeito as tenho forrado e a dita minha filha Theodozia habilito por minha legítima herdeira, visto não ter filhos legítimos nem herdeiros alguns ascendentes nem descendentes.⁷³⁹

O testamenteiro havia sido também nomeado para tutor da filha de Felício, órfã ainda menor, o que significava que tinha menos de 25 anos.⁷⁴⁰ Mãe e filha foram compradas de outro proprietário, não mencionado no processo, para serem alforriadas por Felício Vieira. Além disso, Theodozia, a filha, herdaria todos os bens de seu pai, exceto a terça parte, que ele dispôs para pagamento de missas, dos serviços do testamenteiro e de esmolas para “órfãos pobres e viúvas honestas em vestuário”.⁷⁴¹ Por tratar-se de um testamento, não consta o rol de todos os bens que possuía, mas, declarou possuir três escravos do gentio da Guiné, chamados Izabel, Maria e João, além de 400 ou 500 mil réis em negócios. Declarou também algumas dívidas passivas, inclusive com o testamenteiro Manoel Martins da Rocha. É muito provável que a maior parte dos bens tenha sido penhorada para pagamento de suas dívidas, não restando muito para sua filha Theodozia. Há a informação na prestação de contas que a terça do falecido somou a quantia de 34\$442 réis, o que indica que o total do monte chegou a pouco mais de 100 mil réis. Theodozia, portanto, receberia talvez pouco mais de 70\$000 réis, e isso apenas quando atingisse a maioridade. Como não há menção a sua idade no documento, não é possível saber se isso demoraria ou não a acontecer.

Na parte I desta tese muito já foi dito sobre a miscigenação nesta sociedade, formada por um grande número de bastardos, ou seja, de filhos de índios com brancos. Mas a forte miscigenação não era advinda somente dessa mistura, mas vinha também de relacionamentos entre negros e brancos. O mais comum era que homens brancos se envolvessem com negras e mulatas, escravas ou libertas. O tema da miscigenação vem sendo objeto de estudo desde

⁷³⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1128.34. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Manoel Martins da Rocha e testador Felício Vieira. Paranaguá, 1757. p. 7.

⁷⁴⁰ RODRIGUEZ, Sonia M. T. Op. Cit., p. 74.

⁷⁴¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1128.34..., p. 9.

Martius, passando por Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Hollanda.⁷⁴² O envolvimento de Felício Vieira e a escrava Francisca, portanto, não era algo raro na sociedade colonial. Eram poucas as mulheres brancas em idade de se casar que viviam na América portuguesa, principalmente em seus extremos Sul e Norte, como mostrou Stuart Schwartz, mesmo no século XVIII, depois de duzentos anos de colonização.⁷⁴³ Russel-Wood aponta duas razões principais para esta escassez, quais sejam, a predominância de homens portugueses vindos para a colônia nos séculos XVI e XVII e a segunda seria a vida reclusa das moças brancas trazidas para a América, de família aristocrática, que tradicionalmente eram colocadas em conventos.⁷⁴⁴ Para as sociedades formadas nas vilas da Comarca de Paranaguá no século XVIII, composta de alguns poucos “homens bons”, que se destacavam econômica e socialmente frente aos demais, e uma maioria da população livre formada por brancos pobres, bastardos, mulatos e negros, a convivência e a aproximação entre os grupos era inevitável. Portanto, para esta região, muito mais do que os fatores apontados por Russel-Wood, o que permitia o relacionamento afetivo de pessoas que pertenciam a diferentes níveis da hierarquia social, era justamente a fluidez dessas posições sociais.

Se o envolvimento de homens brancos com escravas era algo corriqueiro na sociedade colonial, o reconhecimento dos filhos havidos destes relacionamentos e, mais ainda, a sua instituição por herdeiros, era caso menos comum. Felício Vieira, no momento em que se viu próximo da morte, tratou de instituir Theodozia como sua “única e universal herdeira”.⁷⁴⁵ Neste caso não haveria nenhuma outra pessoa interessada em impedir Theodozia de ficar com seus bens, já que Felício declarou não ter herdeiros ascendentes ou descendentes, o que sem dúvida facilitou a decisão de deixar tudo para sua filha tida com uma escrava.

Para Bento, também filho de um relacionamento entre um homem branco e uma escrava, a história foi um pouco diferente. Seu pai, o português Sebastião dos Santos Pereira, era um dos “homens bons” da vila de Curitiba, sendo cinco vezes indicado para ser eleitor e eleito três vezes⁷⁴⁶, além de ter exercido o cargo de juiz ordinário e de ser um dos importantes

⁷⁴² VON MARTIUS, Karl F. Como se deve escrever a História do Brasil. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 6 (24): 381-403, Jan. 1845. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961. HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil...*

⁷⁴³ SCHWARTZ, Stuart. O Brasil colonial, c. 1580-c. 1750: as grandes lavouras e a periferia. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. p. 386.

⁷⁴⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial...*, p. 56-57.

⁷⁴⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC1128.34..., p. 9.

⁷⁴⁶ SANTOS, Rosângela M. F. Op. Cit., p. 655.

credores da vila.⁷⁴⁷ Ermelino de Leão incluiu-o em seu *Dicionário Histórico e Biográfico* e informou que “dedicou-se ao commercio e conquistou no seio da sociedade curitybana, uma posição de alto relevo, tendo exercido os mais elevados cargos do governo da villa e das irmandades religiosas”.⁷⁴⁸ Sebastião dos Santos Pereira faleceu no ano de 1760, era casado com Joanna Garcia e com ela teve seis filhos legítimos, todos eles citados por Ermelino de Leão em seu verbete. Por outro lado, sobre Bento, o filho tido com uma escrava, não foi feita nenhuma menção pelo historiador paranaense. Quem conta sobre Bento é o próprio Sebastião dos Santos Pereira em seu testamento:

Declaro que assisti algum tempo, sendo solteiro, na cidade de São Paulo e nesse tempo tive alguma comunicação com uma crioula por nome Andreza do Espírito Santo do gentio, escrava de Cosme Duarte, e esta teve um filho por nome Bento dizendo esta que o dito era meu filho a qual era cativa e servia de roça e fonte e rio e nasceu o dito escravo e eu não tinha neste tempo nada de meu, que se me aumentei depois de casado foi com o dote que me deram; outrossim que quem nasce escravo não tem direito de herança, e falecendo o defunto Cosme Duarte, seu senhor, foi o dito Bento à praça e sua senhora o tomou na sua folha de partilhas e o cortou em 50 mil réis pelo ter criado e lhe ter amor e esta, dando-me parte que lhe fizesse por esmola dar os ditos 50 mil réis, lhos mandei dar por esmola e com eles ficou a dita viúva paga e satisfeita de que lhe passou a dita carta de alforria e eu nunca o tive nem reconheci por filho, que o que lhe dei foi por esmola pelo amor de Deus e, para que a nenhum tempo possa alegar coisa alguma, passo essa declaração em desengargo de minha consciência.⁷⁴⁹

Com o temor da morte, a consciência de Sebastião pesou. Registrou em testamento a boa ação feita, “para que a nenhum tempo possa alegar coisa alguma”. O que Sebastião fez foi pagar pela alforria de seu suposto filho, pertencente a outro senhor. Nada deixou para ele, alegando que “quem nasce escravo não tem direito de herança”. Theodozia, contudo, nasceu escrava e, ainda assim, foi instituída herdeira de seu pai, Felício Vieira, alguns anos antes da morte de Sebastião. Estes dois senhores, no entanto, viviam situações bastante diversas. Enquanto Felício nunca foi casado, não tinha filhos e nem herdeiros obrigatórios ascendentes ou descendentes, Sebastião havia conquistado uma posição importante na vila de Curitiba, casou-se e tinha filhos legítimos. Havia muito mais em jogo para Sebastião do que para Felício. Os herdeiros do primeiro certamente não permitiriam que um meio-irmão filho de uma escrava tomasse parte dos bens de seu falecido pai, tampouco sua mulher, que como ele mesmo deixa transparecer em seu testamento, era vinda de uma família de posses, haja vista a referência ao dote recebido quando se casou. Como afirmou Schwartz, o ato de ter filhos com

⁷⁴⁷ BORGES, Joacir N. *Das justiças e dos litígios...*, pp. 143 e 230.

⁷⁴⁸ LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Biográfico...*, vol. V, p. 2159.

⁷⁴⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1831.57. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Bento dos Santos Pereira e testador Sebastião dos Santos Pereira. Curitiba, 1773. p. 6

escravos não era rigidamente punido pela lei ou pela sociedade para que os senhores precisassem esconder a paternidade.⁷⁵⁰ No caso de Sebastião dos Santos Pereira, portanto, o que mais pesou em sua decisão certamente foi a reação de sua mulher e herdeiros se tivessem que dividir não o pai, mas a herança deixada por este.

Há outros dois casos de alforrias passadas em testamento que vão além da liberdade e que já foram comentados no capítulo anterior, na seção que tratou do momento de tensão e de incerteza vivido pelos escravos na morte do proprietário. Inocência, cativo de Thereza das Neves, foi lembrado por sua falecida senhora em seu testamento, que lhe deixou, além da alforria, um pedaço de terra e várias ferramentas, na vila de Cananéia no ano de 1764.⁷⁵¹ O casal de escravos Francisca e Felix também foi incluído nas cláusulas do testamento de Clara Pereira Paes e de seu marido, Manoel Fernandes Sardinha. Eles receberiam 100 braças de terras quando seus senhores falecessem, mas, como apenas a mulher faleceu no ano de 1765, na vila de Iguape, não puderam concretizar nem suas liberdades e nem tampouco usufruir do pedaço de terra que seria doado. O viúvo casou-se novamente e ainda era vivo no ano de 1773.⁷⁵² Na história da escravidão no Brasil não foram raros os casos de escravos alforriados por seus senhores que receberam terras e outros bens em testamento. Para o século XIX há alguns estudos sobre terras doadas a cativos e que, anos mais tarde, foram tomadas de seus descendentes, dando origem aos processos recentes de demarcação de terras quilombolas. No Paraná, o caso mais emblemático é o da Invernada Paiol de Telha, localizada em Guarapuava, que no ano de 1860 foi doada por Balbina Francisca de Siqueira a todos os seus escravos e às suas famílias, que também receberam a liberdade.⁷⁵³

Clara Pereira Paes e seu marido Manoel Fernandes Sardinha concederiam alforria a outros dois de seus escravos depois que falecessem, além de Francisca e Felix, citados acima. Tratava-se de dois irmãos, Lourenço e Ignácia, para os quais foi dada alforria condicional.

Declaramos que o escravo Lourenço deixamos por nosso falecimento forro com a condição de ficar acostado a Gonçalo Luís como seu administrador sem que de seu trabalho se utilize, tão somente para o dirigir no bem viver.⁷⁵⁴

⁷⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, p. 199.

⁷⁵¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1826.57...

⁷⁵² DEAP BR PR APPR PB045 PC1859.58...

⁷⁵³ SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando. P.; PORTELA, Bruna. M. *Paiol de Telha: gênese e transformação de uma comunidade quilombola*. 2008. (Texto produzido para o Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Paiol de Telha, no Projeto Direito à Terra e Comunidades Quilombolas no Paraná).

⁷⁵⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1859.58..., p. 9.

Gonçalo Luís era casado com uma afilhada do casal, Maria de Assunção, que também receberia 200 braças de terras, das 500 que possuíam no local chamado Vila Velha, mesma origem das 100 braças que receberia o casal de escravos Francisca e Felix.⁷⁵⁵ Sobre Ignácia, a irmã de Lourenço, o casal Manoel e Clara fizeram um adendo ao testamento, quando este já estava finalizado.

Declaramos mais que a escrava Ignácia por nosso falecimento fique forra e liberta e sem pensão alguma acostada ao dito Gonçalo Luís, da mesma forma que fica o escravo Lourenço, seu irmão.⁷⁵⁶

A condição imposta à liberdade do casal de irmãos cativos, portanto, era que vivessem junto a Maria de Assunção, afilhada do casal de testadores, e seu marido, sem, porém, que estes últimos pudessem usufruir de seus trabalhos. Era uma maneira de prender os libertos às terras e aos parentes, como uma forma de gratidão pela alforria concedida. A liberdade com condição era muito comum nos testamentos, que incluíam pedidos de servidão dos escravos a algum parente, até a morte deste, antes de receberem a alforria, o que muitas vezes acabava por impedir que os cativos gozassem da liberdade, pois morriam antes daqueles a quem estavam servindo. Dos 29 libertandos que figuram nos testamentos, apenas 11 receberiam a liberdade com a condição da morte de seu senhor, o que, no entanto, não era garantia de que seriam de fato alforriados. O casal de escravos Felix e Francisca é um exemplo. Seriam libertados após a morte de seus dois proprietários, mas, como apenas um faleceu, não puderam ser agraciados. O mesmo aconteceu com a escrava Maria, citada no início desta seção, que recebeu a alforria de sua senhora em testamento, mas que por ordem do promotor de justiça foi usada para pagar uma dívida da falecida, legado “muito mais digno de cumprir” do que a liberdade de uma escrava.⁷⁵⁷ Esta predominância das alforrias condicionais, observada em minha amostra, no entanto, não era comum a toda a colônia. Stuart Schwartz, para a Bahia, entre os anos de 1684 e 1745, encontrou nas cartas de alforria uma maioria de emancipações incondicionais, que representaram 81% do total.⁷⁵⁸

Havia ainda o risco da revogação da alforria, o que aconteceu com o escravo Anicleto, pertencente a Thereza das Neves, a mesma que deixou terras e ferramentas ao seu escravo Inocência. Em seu testamento, escrito em 1762, Thereza libertou Anicleto, sem nenhuma outra condição além de sua morte. Em 1764, pouco antes de falecer, fez um codicilo, ou seja,

⁷⁵⁵ Ibidem, p. 7.

⁷⁵⁶ Ibidem, p. 10.

⁷⁵⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC2005.64..., p. 27.

⁷⁵⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, p. 213.

modificou algumas das disposições testamentárias e disse que “deixava um escravo por nome Anicleto forro e de presente revoga que não deixa forro”.⁷⁵⁹ A testadora não deu maiores explicações para a revogação da alforria. Sobre esse assunto, alguns autores têm se dedicado, principalmente para o século XIX. Keila Grinberg e Sidney Chalhoub chamaram atenção para a importância das revogações de liberdade e também para a reescravização de libertos.⁷⁶⁰ A revogação das alforrias era permitida por lei até o ano de 1871, quando então foi promulgada a Lei do Ventre Livre.⁷⁶¹ Antes disso, as Ordenações Filipinas já dispunham sobre as situações que permitiam a anulação da liberdade, o que incluía o desrespeito do liberto ao seu ex-senhor.⁷⁶² O parágrafo sete do título LXIII do Livro IV das Ordenações previa que

Se alguém forrar seu escravo, livrando-o de toda a servidão e, depois que for forro, cometer contra quem o forrou alguma ingratidão pessoal, em sua presença ou em ausência, quer seja verbal, quer de feito e real, poderá esse patrono revogar a liberdade que deu a esse liberto, e reduzi-lo à servidão em que antes estava. E bem assim por cada uma das outras causas de ingratidão, porque o doador pode revogar a doação feita ao donatário, como dissemos acima.⁷⁶³

O escravo Anicleto não chegou nem a usufruir de sua liberdade. Provavelmente nos dois anos que separam a primeira versão do testamento de sua senhora e o codicilo feito por ela, Anicleto cometeu alguma ingratidão com Thereza das Neves, que antes de morrer cuidou para que o cativo ingrato não usufruísse de sua liberdade. Não há nenhum outro caso de revogação de alforria ainda em testamento pelo próprio senhor, mas, ainda nesta seção serão vistos casos de tentativa de reescravização de libertos.

As condições impostas aos escravos para receberem a alforria eram variadas. Entre os casos ainda não mencionados, havia dois em que os escravos deveriam servir aos cônjuges dos falecidos até sua morte.⁷⁶⁴ Em um deles havia uma especificidade muito mais complexa na condição imposta ao libertando do que a simples servidão ao cônjuge. Antonio de Moraes

⁷⁵⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1826.57..., p. 11.

⁷⁶⁰ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *Revista História Social*, n. 19, Unicamp, 2010, pp. 33-62. GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli M. N. *Direitos e justiça no Brasil*. Ensaios de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. pp. 101-128.

⁷⁶¹ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural..., p. 45.

⁷⁶² SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, p.214.

⁷⁶³ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV, título LXIII. *Das doações e alforria que se podem revogar por causa de ingratidão*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. pp. 865-866.

⁷⁶⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1833.57. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Antonio Ribeiro e testador Antonio de Moraes Cardoso. Iguape, 1773. DEAP BR PR APPR PB045 PC1857.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro João Ribeiro Paes e testadora Margarida Guedes. Iguape, 1773.

Cardoso, morador da vila de Iguape, fez seu testamento no ano de 1759. Sobre o escravo Ignácio, ele diz:

Declaro que possuo um mulato por nome Ignácio, mulato oficial de sapateiro, filho da dita Rosa Maria, o qual por minha morte, com a condição de acompanhar a dita minha mulher e sua senhora enquanto for viva, servindo-a e obedecendo-a, trabalhando três dias da semana, segunda terça e quarta, deixo por forro e liberto como se assim nascesse e os outros três dias da semana trabalhará para si para com esse trabalho sustentar sua mãe e irmãs. Declaro que se minha mulher Joana de Deus se determinar a tomar o estado conjugal, no mesmo dia do seu casamento poderá o sobredito Ignácio mulato ir para donde muito quizer sem que ninguém o possa impedir. [...] e por morte da dita minha mulher não ficará ele dito Ignácio obrigado a pensão alguma.⁷⁶⁵

Ignácio era filho de Rosa Maria, uma mulata que pertenceu ao testador, mas que já havia recebido alforria, juntamente com outros quatro filhos. Em seu testamento Antonio de Moraes Cardoso afirmou que “posso mais uma mulata por nome Rosa Maria da Cruz, com quatro filhos, a saber, Isabel, João, Margarida e Maria aos quais todos deixo por forros e libertos por o serem já antes de me casar com esta minha segunda mulher”.⁷⁶⁶ Ou seja, a família já era liberta, mas continuava servindo ao seu senhor, sendo necessário que ele reafirmasse, em testamento, a condição de libertos. Ignácio, também filho de Rosa Maria, parece ter sido o único membro desta família que realmente era ainda escravo quando seu senhor fez o testamento. Para receber sua liberdade o oficial de sapateiro teria que trabalhar três dias da semana para sua senhora, Joana de Deus Pereira. A condição imposta ao escravo era uma maneira de mantê-lo, bem como o restante de sua família, presos à propriedade de sua senhora mesmo depois de libertos. Não bastasse essa condição, Antonio de Moraes Cardoso ainda declarou em seu testamento: “E peço a dita minha escrava que foi Rosa Maria que por minha morte não desampare a minha mulher antes por meu respeito e por agradecida e seus filhos a acompanhem pelo amor de Deus”.⁷⁶⁷ Toda a família, portanto, estaria presa aos seus antigos proprietários, mesmo sendo forros e libertos, pelos laços da gratidão.

As condições impostas pelos proprietários para alforriar seus escravos, ou ainda, os caminhos que eram percorridos pelos escravos para alcançar sua liberdade, eram bastante diversos. A realidade vivida por cada um dos envolvidos e, mais ainda, as relações interdependentes mantidas por eles é que iria determinar o caminho da alforria. Escravos e senhores estavam o tempo todo negociando e o resultado dessas negociações poderia culminar com uma alforria em testamento. Da mesma maneira, as relações estabelecidas pelos senhores

⁷⁶⁵ Ibidem, pp. 10-11.

⁷⁶⁶ Ibidem, p. 10.

⁷⁶⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1833.57..., p. 11.

com outras pessoas livres, muitas vezes parentes ou até pessoas pobres que foram acolhidas por eles, se beneficiavam no testamento e recebiam um escravo do testador. Antonia da Cruz França, senhora da qual muito já se falou neste trabalho, possuía o maior grupo de escravos de minha amostra. Faleceu no dia oito de outubro do ano de 1770 em Paranaguá quando então possuía 158 cativos entre crianças e adultos, africanos e crioulos. Em seu testamento, essa senhora libertou apenas uma única escrava, e ainda condicionalmente. Na verdade, a cláusula foi incluída no codicilo, feito no dia cinco de outubro de 1770, três dias antes de seu falecimento. Maria, uma mulata, depois da morte de sua senhora deveria servir a enjeitada Rita Micaela, criada por Antonia, até que ela se casasse, ficando depois disso liberta. No entanto, se Rita não se casasse dentro de um ano após seu falecimento, a escrava Maria ficaria liberta e, se Maria se casasse antes disso, também receberia sua liberdade e 20\$000 réis de esmola.⁷⁶⁸

Os senhores eram livres para impor as condições que quisessem aos seus escravos antes de obterem a alforria definitiva. É claro que os cativos fariam o possível para cumprir as exigências que lhes cabiam, como no caso de Maria, que deve ter tratado de logo encontrar um marido, pois, se casasse, receberia além da liberdade, uma esmola de 20\$000 réis. Antonia da Cruz França não teve filhos e por isso elegeu Rita Micaela, uma enjeitada criada por ela, para ser beneficiada com uma escrava. Joanna Rodrigues, falecida em Curitiba no ano de 1771, também não tinha filhos e era viúva. Escolheu como sua herdeira universal uma sobrinha chamada Josefa da Silva.⁷⁶⁹ A ela deixava o casal de escravos José e Isabel, que lhe serviriam até sua morte. Depois disso, passariam para a posse do reverendo João da Silva Reis, também sobrinho de Joanna Rodrigues, e somente depois da morte deste, a escrava Isabel ficaria forra e liberta.⁷⁷⁰ O testamento foi feito por Joanna em 1768 e, somente três anos depois que veio a falecer. Isabel, portanto, não deve ter criado muitas expectativas em relação à sua alforria. Sabia que havia um longo caminho antes disso acontecer. Primeiro, esperou a morte de sua senhora, depois, teria que esperar a morte da sobrinha herdeira e, a última etapa, seria a morte do sobrinho reverendo. Isabel certamente não era mais uma menina, pois já estava casada com o escravo José em 1768. Havia chance de ela vir a falecer antes mesmo de poder usufruir de sua liberdade.

⁷⁶⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1638.50. Cópia do testamento de Dona Antonia da Cruz França. Paranaguá, 1770. pp. 11-12.

⁷⁶⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1816.56. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro João da Silva Reis e testadora Joanna Rodrigues. Curitiba, 1773. p. 6.

⁷⁷⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC1816.56..., p. 6.

As alforrias condicionais, como os exemplos acima mostraram, variavam bastante no que se refere às imposições dos proprietários aos seus escravos. Os estudos dedicados às alforrias condicionais já demonstraram o caráter diverso e nada unívoco das exigências dos senhores. Andréa Lisly Gonçalves, ao analisar as alforrias da Comarca de Ouro Preto no século XIX, observou que

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas pelos estudiosos do tema das manumissões é exatamente a de classificar as diversas modalidades de alforrias condicionais que emergem da documentação. Talvez pelo motivo de se definirem no âmbito privado das relações escravistas, os termos que aparecem nos papéis de liberdade estão longe de apresentarem um padrão único.⁷⁷¹

Esta mesma autora, depois de fazer este alerta e de admitir os prejuízos decorrentes da tentativa de categorizar as alforrias, definiu quatro tipos principais de condicionalidade encontradas em sua documentação. São elas, “liberdade a crédito”, na qual a alforria era comprada pelo escravo e paga em parcelas, estipuladas pelo proprietário; “prestação de serviços”, na qual o escravo trabalharia para o proprietário ou para outra pessoa por ele designada até a morte deste; “troca de cativos”, na qual o libertando pagaria sua alforria substituindo o seu trabalho pelo de outro escravo; e, por fim, “autocompra e pagamento de terceiros”, na qual o escravo pagaria ao senhor o preço pelo qual foi avaliado, fosse com recursos próprios acumulados com o trabalho nos dias livres, ou ainda por empréstimo de terceiros, que compravam a liberdade do cativo.⁷⁷²

Esta última categoria, definida pela autora como autocompra, também apareceu em minha amostra de processos judiciais. No entanto, não foi o ato da alforria que figurou no processo, como no caso dos testamentos, mas sim a cobrança de uma dívida proveniente de um empréstimo para compra da liberdade. Era o ano de 1776 na vila de Paranaguá. O guarda mor Cristovão Pereira de Macedo, já citado na seção anterior e no início desta, era testamenteiro de seu falecido tio, o reverendo Antonio Pereira de Macedo. Foi ele quem prestou contas do testamento de Catharina Correa das Neves, a senhora que libertou a escrava Maria, para quem a alforria foi negada em decorrência do pagamento de uma dívida. Como testamenteiro de seu tio, Cristovão foi à justiça para cobrar 53\$080 réis que Cristina, uma

⁷⁷¹ GONÇALVES, Andréa Lisly. Práticas de alforrias nas Américas: dois estudos de caso em perspectiva comparada. In: PAIVA, Eduardo F. e IVO, Isnara P. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 70.

⁷⁷² Ibidem, pp. 70-74.

preta forra, devia ao reverendo pelo empréstimo que fez para comprar sua liberdade e a de seu filho.⁷⁷³ O crédito passado por Cristina é o que segue:

Digo eu, Cristina, que é verdade que devo ao reverendo Sr. Dr. Antonio Pereira de Macedo a quantia de cinquenta e três mil e oitenta réis que me emprestou para minha alforria e de meu filho a qual quantia pagarei a ele dito ou a quem este me mostrar da feitura deste a um ano ficando eu de assistência em sua casa como escrava para a sua segurança e não lhe satisfazendo no dito tempo ficar sua cativa e meu filho e por não saber ler nem escrever pedi e roguei a Joaquim Gaspar Pereira este por mim fizesse e como testemunha assinou sendo também presente o Sr. Guarda Mor Cristovão Pereira de Macedo. Paranaguá, 9 de janeiro de 1776.⁷⁷⁴

Era final do mês de abril de 1776 quando Cristovão Pereira de Macedo entrou na justiça para cobrar a dívida. O prazo para pagamento ainda não havia vencido, mas Cristovão alegou em sua petição que depois da morte de seu tio, Cristina havia ido embora da casa e dizia para todos que o reverendo havia lhe dado a tal quantia por esmola.⁷⁷⁵ Cristina apresentou também uma petição na qual de fato alegou que havia recebido a quantia por esmola do reverendo Pereira de Macedo, sem que ela e seu filho ficassem obrigados a nada e livres para viverem onde quisessem.⁷⁷⁶ Cristina e seu filho Francisco eram escravos de Domingos Luís Viana, falecido. Os dois cativos entraram no inventário de seu senhor e seriam arrematados por 51\$200 réis, valor que pagaram por suas liberdades. Consta neste documento o traslado do processo judicial para concessão da alforria a Cristina e seu filho. No dia 19 de dezembro de 1775 os dois foram considerados libertos por apresentarem em juízo a quantia pela qual seriam arrematados para pagamento de dívidas de seu antigo senhor.⁷⁷⁷

A discussão sobre a maneira pela qual foi concedida a quantia pelo falecido reverendo Antonio Pereira de Macedo, se gratuita ou condicional, rendeu um processo judicial de 125 páginas. Francisco Caetano de Noronha, procurador em vários dos autos judiciais aqui analisados, representou a forra Cristina e seu filho, e Joaquim Gaspar Pereira, também presente em outros documentos, serviu de procurador de Cristovão Pereira de Macedo. Noronha alegou em seu libelo que o crédito apresentado pelo autor apelado, transcrito acima, não era verdadeiro e que o reverendo havia passado um papel para Cristina, dizendo ser ele o doador da quantia com a qual compraria a sua alforria e a de seu filho, apenas para que ela

⁷⁷³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1985.63. Autos cíveis de apelação entre partes em que é autor apelado o guarda mor Cristovão Pereira de Macedo e ré apelante Cristina, preta forra, por seu procurador. Paranaguá, 1776. p. 5.

⁷⁷⁴ Ibidem, p. 7.

⁷⁷⁵ Ibidem, p. 5.

⁷⁷⁶ Ibidem, p. 8.

⁷⁷⁷ Ibidem, p. 17.

pudesse provar para os herdeiros de seu falecido senhor a origem do dinheiro. Neste papel nada havia sobre a necessidade de pagamento da quantia concedida.⁷⁷⁸ De fato, no crédito apresentado por Cristovão Pereira de Macedo não consta nenhum sinal de Cristina, como uma cruz, comumente presente nos documentos feitos por pessoas que não sabiam ler nem escrever, o que deixa margem para questionar a autenticidade do crédito. O procurador do autor apelado, Joaquim Gaspar Pereira, foi quem escreveu o referido crédito e afirmou que o fez a pedido do próprio reverendo e na presença de Cristina, que concordou com tudo o que constava no documento.⁷⁷⁹

Os procuradores foram bastante prolixos, constando o libelo inicial da ré apelante, a contrariedade do autor apelado, a réplica e a tréplica. Noronha, o defensor de Cristina, ressaltou a impossibilidade de revogação da liberdade já concedida a mãe e filho. Nos primeiros artigos apresentados, o procurador escreveu: “Provará que a liberdade assim conseguida não pode revogar-se por terceiro que contra ela se opõe e só teria lugar sendo pelo mesmo libertante no caso de ingratidão ou nos que por direito se admitam em caso tal”.⁷⁸⁰ O caso era difícil, pois até mesmo o procurador do autor apelado concordou que a alforria não poderia ser revogada por seu constituinte. O pedido deste último era para que a dívida fosse paga, mas, Cristina não tinha meios para fazer esse pagamento. Noronha afirmou

Provará que a ré nem se obrigou a satisfação da quantia mencionada na fingida obrigação nem a pagar-lhe com o serviço de sua pessoa por ser uma *preta velha e doente* e muito apenas disse que serviria ao dito reverendo vigário por agradecimento daquele benefício e não por obrigação, sem que para esta voluntária oferta a persuadissem, nem obrigasse aquele defunto benfeitor. (grifo meu)⁷⁸¹

Cristina, de acordo com as alegações de seu procurador, não conseguiria pagar a dívida com dinheiro e nem com serviços, por ser “velha e doente”. A liberta e seu filho não poderiam retornar ao cativeiro e também não tinham condições de quitar a dívida, deixando o juiz em uma situação difícil de ser resolvida. Foram ainda apresentadas testemunhas, sendo cinco da parte da ré apelante e quatro da parte do autor apelado. No entanto, até mesmo as testemunhas que depuseram a favor de Cristina afirmaram que o reverendo Pereira Macedo havia feito um empréstimo e não uma “dádiva graciosa”⁷⁸², como afirmou o procurador Noronha. Diante das alegações dos procuradores e dos depoimentos das testemunhas, o juiz

⁷⁷⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1985.63..., p. 22.

⁷⁷⁹ Ibidem, p. 40.

⁷⁸⁰ Ibidem, p. 24.

⁷⁸¹ Ibidem, pp. 44-45.

⁷⁸² DEAP BR PR APPR PB045 PC1985.63..., p. 82.

ordinário da vila de Paranaguá, Manoel Vaz de Figueiredo, no dia oito de setembro de 1776 proferiu o seguinte julgamento:

Vistos estes autos [...] como se mostra pelo escrito de obrigação a fl. 3 passado a rogo da embargante que esta recebera do defunto tio do embargado aquela mesma quantia para com ela se libertar e por parte da embargante se não prova que fora dada por esmola sem o qual requisito se não livra da dívida, ainda no caso de se não dar crédito ao escrito de obrigação porque confessando a embargante recebera aquele dinheiro, para deixar de o pagar se lhe fazia necessário provar que este procedera de ação gratuita, meramente a efeitos de generosidade daquele mutuante, antes pelas testemunhas de sua inquirição se mostra o contrário jurando algumas contraproducente, condeno a ré a que pague a quantia pedida, e porque segundo a natureza do contrato e pobreza da devedora não pode ser em dinheiro físico, condeno a ré a que sirva o embargado até preencher a quantia pedida, e custas dos autos, devendo porém entrar em conta o benefício da embargante o tempo que serviu ao defunto tio do embargado e lhe arbitro de soldada por ano doze mil réis atendendo aqui posto sirva como criada, contudo se assemelha este serviço a uma espécie de escravidão incompatível e odiosa ao estado livre de que goza, porque não tendo a liberdade de poder mudar de amo, ainda apesar do [menor] agasalho que nele encontra, deve perceber maior [entrese] do que aquelas que na escolha de patrões que se lhe suaviza o incômodo de servi-los.⁷⁸³

Cristina e seu filho não poderiam ter pior destino. Precisariam ficar mais de cinco anos servindo ao sobrinho do reverendo que lhes permitiu a compra da liberdade, haja vista o valor de doze mil réis por ano arbitrado pelo juiz pelos seus serviços e a dívida no valor de 53\$080 mais as custas do processo judicial, que somaram 15\$000 réis. Havia ainda a esperança da apelação ao ouvidor geral da Comarca, o que foi feito por Noronha, sem, contudo, conseguir obter sucesso. No dia 26 de outubro de 1776, Antonio Barbosa de Matos Coutinho confirmou a sentença proferida pelo juiz ordinário da vila de Paranaguá, afirmando que

[...] como assaz se manifesta por uma e outra inquirição, que aquele dinheiro se emprestara em benefício com o ônus de satisfação, não havendo outro meio mais suave de recompensa a apelante tendente ao fim daquela graça sem que fique gravado o benefício da sua liberdade condicional nos breves anos de serviço pelo arbitrado estipêndio na sentença apelada, fica quando satisfeita a obrigação a fl. 3, logrando o favor que condicionalmente da sua liberdade se lhe avulta, porque se depois de satisfeita aquela obrigação se verifica o benefício, debaixo daquela condição, adquirido [...].⁷⁸⁴

Uma liberdade que seria gratuita acabou se tornando condicional. Os documentos da época, e inclusive este processo judicial, chamam esta condição de “coartação” ou de “coartamento”, como também ficou conhecida pela historiografia aquelas alforrias que exigiam pagamento em parcelas dos escravos, quer fosse em dinheiro ou em serviços. O

⁷⁸³ Ibidem, pp. 96-97.

⁷⁸⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1985.63..., p. 124.

termo foi encontrado para a Bahia por Schwartz e também para Minas, por Laura de Mello e Souza, indicando uma incidência desse tipo de liberdade desde finais do século XVII até o século XIX na América portuguesa.⁷⁸⁵ Também na América espanhola essa era uma modalidade comum de alforria, como em Cuba, estudada por Herbert Klein, onde os escravos poderiam pedir para serem avaliados em juízo e então pagarem por sua liberdade em muitas prestações.⁷⁸⁶ Como observou Schwartz, este tipo de alforria “criou uma categoria de pessoas em situação intermediária entre escravo e livre, não no sentido figurado de liberdade mas no sentido estritamente legal”.⁷⁸⁷

O caso da forra Cristina e de seu filho Francisco mostra o quão complexas eram as relações estabelecidas pelos indivíduos nesta sociedade. A escrava comprou sua liberdade na categoria que Andréa Gonçalves chamou de “autocompra e pagamento de terceiros”, pois entregou em juízo a quantia total pela qual ela e seu filho foram avaliados no inventário de seu falecido senhor. No entanto, o reverendo vigário benfeitor que lhe havia dado a quantia para compra de sua liberdade faleceu, vindo seu sobrinho, testamenteiro e herdeiro, cobrar a quantia repassada à escrava. Depois de um longo processo, Cristina se viu incluída dentro do sistema de coação ou da “liberdade a crédito”, como definiu Andréa Gonçalves. A história também mostrou a fragilidade em que viviam os africanos e afrodescendentes mesmo depois de receberem suas cartas de liberdade. Eram bastante vulneráveis e estavam sujeitos a todo tipo de artimanha dos senhores e de seus parentes, que não mediam esforços, muitas vezes, para complicar a vida dos libertos.

Sobre o caso de Cristina foi dito que o procurador da forra, Francisco Caetano de Noronha, afirmou que o reverendo vigário Antonio Pereira de Macedo havia escrito um papel afirmando ser ele quem havia dado a quantia para que Cristina comprasse sua liberdade, a fim de que ela pudesse comprovar a origem do dinheiro para os herdeiros de seu falecido senhor. O motivo para tal preocupação é também explicada por Noronha no libelo da ré apelante:

Provará que, temendo-se a embargante dos filhos e herdeiros do defunto seu senhor, Domingos Luis Viana, que com errado fundamento diziam que iriam cativar a embargante, sabendo que iria em juízo comprar as ditas suas liberdades, e que a mesma teria furtado aquele dinheiro ao defunto seu senhor no tempo que esta assistiu com o dito senhor minerando no Assungui, se foi chorar ao dito benfeitor o dito reverendo vigário.⁷⁸⁸

⁷⁸⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, pp. 207-208. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito...*, pp. 151-174.

⁷⁸⁶ KLEIN, Herbert. *Slavery in the Americas*. A comparative study of Virginia and Cuba. Chicago: The University of Chicago Press, 1967. p. 196.

⁷⁸⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes...*, pp. 207-208.

⁷⁸⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1985.63..., p. 22.

Cristina, portanto, fugiu de uma enrascada para cair em outra. O papel passado pelo vigário comprovando que havia sido ele quem concedeu a quantia à escrava, livrou-a de ser acusada de roubo pelos herdeiros de seu senhor e garantiu a compra de sua alforria, mas, por outro lado, obrigou-a a anos de serviço para o sobrinho do vigário.

E não foi apenas Cristina que sofreu na mão dos herdeiros de seu falecido senhor. Uma companheira de cativo, chamada Florência Luís, também foi ameaçada pelos herdeiros e credores de Domingos Luís Viana. Em dezembro de 1775, mesmo período que Cristina entrou na justiça para comprar a sua liberdade e a de seu filho, Luís Gomes de Medeiros e outros legatários e credores do falecido Viana entraram na justiça para embargar uma carta de liberdade concedida a Florência Luís por seu senhor quando este ainda era vivo.

⁷⁸⁹ Curioso nesta ação é que Francisco Caetano de Noronha, que no processo anterior defendeu a forra Cristina, neste estava defendendo os credores de Domingos Luís Viana; e Joaquim Gaspar Pereira, que havia defendido o sobrinho do vigário, agora era curador da mulata Florência Luís. Os procuradores, portanto, poderiam atuar tanto do lado de pessoas que ocupavam os níveis mais baixos da hierarquia social, como daqueles que ocupavam os níveis mais altos.

Domingos Luís Viana faleceu e deixou muitas dívidas passivas como legado a seus filhos. A soma delas ultrapassava o valor dos bens avaliados no inventário. Noronha, o procurador dos credores embargantes, afirmou que as dívidas chegavam a “mais de duzentos e tantos mil réis, de sorte que só o embargante Luís Gomes de Medeiros se acha credor de 140\$700”. ⁷⁹⁰ A situação dos herdeiros frente aos credores, portanto, era péssima. Isso explica a tentativa de acusar Cristina de ter roubado certa quantia de Domingos Luís Viana para poder comprar sua liberdade, bem como o embargo da alforria concedida a Florência Luís. As duas escravas serviriam para aumentar os bens do falecido e ajudar na quitação das dívidas.

A carta de liberdade foi passada à escrava em seis de outubro de 1774 por Domingos Luís Viana e sua mulher Maria Dias. Não consta a data exata de falecimento de Domingos, mas provavelmente foi no ano de 1775. O que os embargantes alegam é que as dívidas contraídas pelo falecido eram anteriores à carta de liberdade e que, portanto, ela havia sido feita com a intenção de defraudar os credores, devendo ser considerada nula e a escrava

⁷⁸⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2085.67. Autos cíveis de apelação entre partes em que são embargantes Luís Gomes de Medeiros e outros e embargada Florência Luís. Paranaguá, 1777.

⁷⁹⁰ Ibidem, p. 24.

arrematada para pagamento das dívidas.⁷⁹¹ Florência, através de seu procurador, alegou que havia outros bens no inventário que poderiam ser usados para quitação dos credores. Na cópia dos bens avaliados em inventário, os que constam de maior valor são três escravos, a saber, Escolástica, Cristina e seu filho Francisco. Pelo processo judicial apresentado anteriormente foi possível saber que estes dois últimos escravos já não estavam mais entre os bens inventariados, mas sim a quantia de 51\$200 réis que pagaram por suas liberdades. Restava Escolástica, cativa que foi comprada por Domingos Luís Viana, por 105\$000 réis, de Luís Gomes de Medeiros, um dos embargantes neste processo, que também cobrava o valor desta venda, ainda por pagar. Não havia, portanto, muita alternativa aos credores para se verem satisfeitos de suas dívidas além da liberta Florência.

Nas alegações em defesa da embargada, seu procurador, Joaquim Gaspar Pereira escreveu:

P[rovará] que logo de pequena foi prometida a liberdade da embargada pelo doador Domingos Luis Viana e sua mulher pela razão de ter ciência certa que a embargada era sua neta, filha de um seu filho por nome Carlos Luís Viana.

P[rovará] que por este conhecimento criaram a embargada com boa criação diferentes dos mais escravos que tinham, tanto no trato como na educação de filha e diziam que a criavam assim porque não era cativa.⁷⁹²

A tentativa foi a de legitimar a liberdade de Florência, que seria filha de um dos filhos de Domingos, a quem desde pequena lhe fora prometida a alforria. Depois da revelação de que Florência seria filha de Carlos Luís, os embargantes solicitaram a prisão da mulata ou a apresentação de um fiador, pois, “consta que um Carlos Luís morador neste termo a levou consigo e por razões particulares a pode sumir com prejuízo dos suplicantes”.⁷⁹³ O suposto pai de Florência, Carlos Luís, assinou um termo de obrigação no qual se comprometeu a prestar contas da liberta até que se decidisse seu destino em juízo.

Os procuradores, da mesma maneira que no processo judicial de Cristina e seu filho, foram bastante loquazes em suas razões. Testemunhas foram ouvidas, tanto da parte dos embargantes como da embargada e, somente em maio de 1777 o juiz ordinário Luiz Manoel Pereira proferiu sua sentença. Diante das evidências de que as dívidas do falecido Domingos Luís Viana haviam sido contraídas antes da carta de alforria passada a Florência, considerou o documento como feito dolosamente em fraude de seus credores e, portanto, embargava a

⁷⁹¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2085.67..., p. 25.

⁷⁹² Ibidem, p. 51.

⁷⁹³ Ibidem, p. 55.

liberdade da mulata.⁷⁹⁴ Joaquim Gaspar Pereira, o procurador de Florência, apelou da sentença para a Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá. Antonio Barbosa de Matos Coutinho, no dia quatro de julho de 1777, confirmou a sentença do juiz ordinário, considerando “dolosa, fraudulenta e caluniosa aquela doação”⁷⁹⁵, ou seja, a carta de alforria seria revogada e Florência voltaria a ser cativa. Ainda houve a tentativa por parte de Gaspar Pereira de apelar da sentença para o Superior Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, mas, em 15 de janeiro de 1778 a apelação foi considerada deserta, pois já havia se passado seis meses sem que nada fosse apresentado por Florência e seu procurador.⁷⁹⁶

Em outro processo, datado de 1778, a agora novamente escrava Florência Luís, ainda contando com Gaspar Pereira por seu procurador, tentou reverter seu destino. Tratava-se dos autos de execução da sentença proferida anteriormente contra ela, no qual seria penhorada e arrematada para pagamento dos credores de seu falecido senhor.⁷⁹⁷ Florência solicitou que fosse avaliada por um cirurgião e uma parteira para comprovar que tinha vários problemas de saúde.⁷⁹⁸ Depois disso, solicitou que fosse estipulado o seu preço, que os avaliadores arbitraram em 50\$000 réis.⁷⁹⁹ Florência protestou e afirmou que “os avaliadores a puseram em preço grande, a fim de se não poder libertar”.⁸⁰⁰ De nada adiantaram seus protestos. No dia 16 de março de 1778, em Paranaguá, Florência foi arrematada por 56\$520 réis por Antonio de Oliveira Pedroso.⁸⁰¹

Keila Grinberg, já citada nesta seção, ressaltou a importância dos casos de reescravização de libertos para o século XIX. Esta autora pesquisou ações de escravidão e de manutenção da liberdade que tramitaram e foram julgadas pela Corte de Apelação do Rio de Janeiro e, entre os documentos, encontrou vários em que os libertos lutavam para manter suas liberdades e também aqueles em que os senhores tentavam reaver a posse de antigos escravos.⁸⁰² Para o século XIX, Grinberg resalta que esse tipo de ação, que visava a reescravização de libertos, foi perdendo força conforme os anos avançavam.⁸⁰³ Os debates abolicionistas estavam muito mais presentes neste século do que no XVIII, período dos processos judiciais de minha amostra. De qualquer maneira, a discussão trazida pela autora

⁷⁹⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC2085.67..., p. 180.

⁷⁹⁵ Ibidem, p. 214.

⁷⁹⁶ Ibidem, p. 225.

⁷⁹⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC2135.69. Autos cíveis de execução entre partes em que são executantes Luis Gomes de Medeiros e outros e executada Florência Luís, parda cativa. Paranaguá, 1778.

⁷⁹⁸ Ibidem, pp. 3-4.

⁷⁹⁹ Ibidem, p. 7.

⁸⁰⁰ Ibidem, p. 9.

⁸⁰¹ Ibidem, p. 23.

⁸⁰² GRINBERG, Keila. Reescravização, Direitos e Justiças..., p. 104.

⁸⁰³ Idem.

serve também para se pensar as ações dessa natureza tramitadas nos anos de 1700. Não é intenção aqui, e nem as fontes permitem, fazer uma análise mais aprofundada sobre as questões jurídicas que pautavam essas ações, tanto pelo lado dos senhores, que justificavam o direito de reescravizar libertos, como do lado dos alforriados, que também buscavam argumentos na legislação para assegurar suas liberdades. Mas, como afirmou Grinberg, se tais ações judiciais existiam é porque havia essa possibilidade jurídica no direito brasileiro.⁸⁰⁴ E, pelo que o caso de Florência mostrou, essa possibilidade também era real para o século XVIII.

Entre os processos de minha amostra, há apenas mais dois casos de tentativa de reescravização de libertos, que serão vistos a seguir. No entanto, essa não era uma prática exclusiva da Comarca de Paranaguá ou da Capitania de São Paulo no século XVIII. Em estudo para Vila Rica, em Minas Gerais, entre os anos de 1716 e 1815, Jener Gonçalves encontrou também uma ação judicial de tentativa de reescravização de libertos, no ano de 1782, muito semelhante ao caso de Florência, no qual os credores pediram a reescravização para pagamento de dívidas.⁸⁰⁵ Também Andréa Lisly Gonçalves, outra autora já citada neste trabalho, fez uma comparação das alforrias no sul dos Estados Unidos, Lima, Cuba e Demerara com as alforrias de Minas Gerais e encontrou, para vários destes contextos escravistas, a possibilidade de reescravização.⁸⁰⁶

No outro caso de tentativa de reescravização presente em minha amostra, mais uma vez a dupla de procuradores se repete: Francisco Caetano de Noronha e Joaquim Gaspar Pereira. Trata-se de um auto de libelo cível iniciado no ano de 1774 na vila de Paranaguá entre João Manuel, como autor por cabeça de sua mulher Brígida, e Francisco de Borja e Manoel Ferreira Faleyros como réus.⁸⁰⁷ Brígida, a esposa do autor, era uma crioula forra, mas, havia sido posta à penhora para pagamento de uma dívida de seu ex-senhor, Manoel Faleyros. Francisco de Borja, reverendo, foi quem arrematou Brígida e dizia, então, ser ela sua escrava. João Manuel, em seu libelo, apresentado por seu procurador Gaspar Pereira, explica o que aconteceu:

P.[rovará] que o autor é homem branco sem nota no seu procedimento como é público nesta vila.

⁸⁰⁴ Ibidem, p. 108.

⁸⁰⁵ GONÇALVES, Jener C. *Justiças e direitos costumeiros: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)*. Dissertação de mestrado: UFMG, 2006. pp. 100-105.

⁸⁰⁶ GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudos sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011 (versão E-book). Ver especialmente os capítulos 2 e 3.

⁸⁰⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1877.59. Autos de libelo cível entre partes em que é autor João Manuel por cabeça de sua mulher Brígida e Francisco de Borja e Manoel Ferreira Faleyros como réus. Paranaguá, 1774.

P.[rovará] que para efeito de se casar com sua mulher Brígida, Manoel Ferreira Faleyros induziu ao autor que se casasse com sua escrava, e que logo lhe passava carta de liberdade, como com efeito logo a passou como se vê do escrito junto, passado depois do autor estar casado há tempos.

P.[rovará] que o ficar sempre vivendo a mulher do autor na companhia do dito Faleyros foi por este pedir ao autor que se deixasse ficar em sua casa, que viveriam todos juntos.

P.[rovará] que o autor nunca consentiu na arrematação de sua mulher, que diz fizera o reverendo porquanto querendo este obrigar a escravidão sempre lhe disse o autor que a dita sua mulher era forra, apresentando-lhe a sua carta, e procurou sempre viver apartada do reverendo.

P.[rovará] que nos termos referidos conforme aos de direito se deve julgar a mulher do autor por forra na forma da sua carta, por ser esta dada sem constrangimento de pessoa alguma, como ela declara, aceitando o autor como dote para seu casamento o que deve proferir a tudo, o que espera assim se julgue com a justiça costumada.⁸⁰⁸

A carta de liberdade foi passada a Brígida no ano de 1767, sete anos antes da abertura deste processo. João Manuel, um homem branco que se casou com uma escrava, recebendo como dote a liberdade de sua mulher, informa em seu libelo que mesmo depois de casados continuaram vivendo na casa do antigo senhor de Brígida. Os laços firmados ainda no cativeiro não eram desfeitos mesmo depois da alforria, o que era um ótimo negócio para os senhores. No caso de Faleyros, alforriou uma escrava, mas ganhou dois agregados em suas terras, certamente pobres e que dependiam economicamente dele. Ademais, quando se viu endividado e sem recursos para quitar o que devia, não pensou duas vezes antes de penhorar uma escrava que havia alforriado sete anos antes.

Faleyros, através de seu procurador Noronha, disse que não induziu João Manuel a casar com sua escrava Brígida, “mas sim o mesmo autor por vontade própria, e andar com a mesma amigado, o procurou para com a mesma casar-se”.⁸⁰⁹ O réu disse também que só passou a carta de liberdade à escrava com a condição de que ela e seu marido permanecessem em sua companhia, “ajudando no que pudesse em recompensa daquele benefício”.⁸¹⁰ Brígida, no entanto, estaria fazendo o oposto, não obedecendo ao réu e tratando-o mal, tendo inclusive o tentado matar com uma faca. Diante disso, o procurador alegou que pela ingratidão da escrava, a liberdade poderia ser revogada, o que de fato o réu já havia feito, apesar de não formalmente, quando penhorou Brígida.

No dia 29 de maio de 1775 o ouvidor Antonio Barbosa de Mattos Coutinho proferiu sua sentença, favorável à Brígida e seu marido João Manuel. O ouvidor alegou que não caberia a revogação da carta de alforria por ingratidão porque não havia nenhuma condição

⁸⁰⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1877.59..., pp. 8-9.

⁸⁰⁹ Ibidem, p. 25.

⁸¹⁰ Ibidem, p. 26.

imposta na carta, passada gratuitamente.⁸¹¹ A arrematação foi anulada e Manoel Ferreira Faleyros foi condenado a pagar ao reverendo Francisco de Borja a quantia paga por Brígida. Interessante notar uma observação do ouvidor em sua sentença em relação a arrematação. Manoel Ferreira Faleyros era dono de muitos escravos, muitos dos quais, inclusive, eram filhos de Brígida, e, portanto, não precisaria ter colocado justamente ela para ser penhorada. A escolha foi claramente vingativa, deixando transparecer os conflitos que existiam entre eles.

A vingança pode ter inclusive se estendido a uma das filhas de Brígida, chamada Brazida Andreza, contra quem Faleyros entrou com processo na justiça, no mesmo ano de 1774, para provar que ela era sua escrava e não forra como dizia ser.⁸¹² Brazida Andreza, por outro lado, alegou que foi forra desde o seu nascimento, pois sua madrinha, Dona Micaela da Silva, disse que a batizaria somente se fosse registrada no livro de batismos como liberta, o que foi aceito pela mulher de Faleyros.⁸¹³ Os procuradores das partes seguiam sendo os mesmos Joaquim Gaspar Pereira, que neste processo defendeu a filha de sua constituinte do processo anterior, e Francisco Caetano de Noronha, que seguiu ao lado de Manoel Ferreira Faleyros. No entanto, mais uma vez Noronha fracassou, pois, em 12 de dezembro de 1774 o ouvidor geral Antonio Barbosa de Mattos Coutinho considerou Brazida Andreza liberta desde o seu nascimento e classificou o ato de Faleyros como maldade, citando, inclusive, o caso de Brígida, mãe de Brazida, a qual também o mesmo senhor tentou reescravizar.⁸¹⁴

Mais uma vez as relações interdependentes entre os indivíduos geravam situações que iriam interferir nos destinos de cada um deles. Não há dúvidas que nesta relação os escravos e libertos eram mais vulneráveis e fragilizados, sempre sujeitos aos mandos e desmandos de seus senhores. As fronteiras bastante fluidas desta sociedade, já ressaltada em vários momentos desta tese, permitiam que os senhores mantivessem com os escravos relações muito próximas, mesmo com aqueles que vieram a receber a liberdade. Esse foi o caso de João Manuel e Brígida, que continuaram vivendo nas terras do antigo senhor até o momento que se desentenderam. As terras de Faleyros em Paranaguá refletiam a composição da sociedade formada nas vilas ao sul da América portuguesa. Viviam junto à propriedade desse abastado senhor pessoas brancas livres, libertos, escravos e, muito provavelmente, indígenas e seus descendentes. O casal João Manuel e Brígida é um exemplo de forra e homem livre

⁸¹¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1877.59..., p. 122.

⁸¹² DEAP BR PR APPR PB045 PC1918.60. Traslado de autos cíveis de apelação que vão deste juízo da Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá para o Supremo Tribunal da Relação da cidade do Rio de Janeiro entre partes, em que é apelante Manoel Ferreira Faleyros e apelado Ignácio Pinto e sua mulher Brazida Andreza. Paranaguá, 1774.

⁸¹³ Ibidem, p. 11.

⁸¹⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1918.60..., pp. 127-130.

vivendo nas terras de Faleiros. Também Brazida Andreza e seu marido Ignácio Pinto viviam na mesma propriedade e constam informações nos processos judiciais sobre um senhor chamado João de Borba Gato, homem livre, que “tinha trato” com uma das escravas da propriedade, com quem tinha dois filhos, estes também escravos.⁸¹⁵

Nestes dois últimos casos apresentados a tentativa de reescravização de libertos por parte dos senhores não funcionou; as liberdades foram mantidas pelas autoridades judiciais. O mesmo aconteceu com Tereza e Felipe, dois crioulos naturais de Pernambuco, citados no capítulo anterior, que foram capturados em Rio de São Francisco e levados para a cadeia de Paranaguá para averiguações no ano de 1741.⁸¹⁶ Neste caso não era o senhor que os acusava de serem escravos, mas a própria justiça, para quem todos os negros eram cativos, até que se provasse o contrário. E foi o que Felipe e Tereza fizeram. Apresentaram suas cartas de alforria e outros documentos, vindos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, para provar que eram libertos. O provedor dos defuntos e ausentes, Luiz da Rocha Martins, foi quem julgou o caso e mandou que fosse libertado da cadeia o casal de forros.⁸¹⁷ Como informou Angélica Camargo, o provedor também funcionava como instância judicial e era responsável por julgar as causas concernentes aos defuntos e ausentes.⁸¹⁸ No caso de escravos que se suspeitava serem fugidos, por não estar o senhor presente para reclamar seus cativos, cabia ao provedor fazer esse papel.

Exceto por este último processo judicial, todos os outros citados, incluindo os testamentos, ocorreram depois de 1750. Tal constatação, como já foi dito no início desta seção, reflete a configuração desta sociedade da Capitania paulista, que começou a se transformar a partir de meados do século XVIII com a entrada de escravos africanos e afrodescendentes. Não é de se estranhar, portanto, essa presença significativa de autos judiciais envolvendo questões de liberdade de escravos de origem africana, principalmente nas décadas de 1760 e 1770. Os casos trazidos pelos processos judiciais demonstraram que as vilas da Capitania de São Paulo, na segunda metade do século XVIII, contavam em sua configuração social com forros e libertos, estes advindos de uma geração de escravos que começou a ser introduzida mais significativamente nesta região somente a partir de 1750.

A presença de indivíduos libertos é característica comum a todas as sociedades de regime escravista e a Capitania paulista não fugiu à regra. Esses homens e mulheres libertos tinham um *status* diferenciado dos escravos e, mais ainda, de gerações anteriores de cativos

⁸¹⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC1877.59..., p. 75.

⁸¹⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC382.11...

⁸¹⁷ Ibidem, p. 22.

⁸¹⁸ CAMARGO, Angélica Ricci. *Provedor/Provedoria dos Defuntos e Ausentes*. (verbete). Op. Cit.

trazidos diretamente da África e introduzidos em uma nova sociedade, completamente diferente da sua de origem. Aqui cabe lembrar a definição de Igor Kopytoff para a escravidão, que seria antes um “processo de transformação de *status*” e não apenas um *status*. Para este autor as experiências da escravidão e da liberdade não eram opostas e apartadas, mas sim faziam parte de um mesmo encadeamento. O africano era trazido para o Novo Mundo e transformado em escravo. Aqui chegava como um estrangeiro, mas logo se adaptava e passava por um processo de reumanização e construção de uma nova identidade a partir do grupo e da configuração social na qual foi inserido. Esse *status* poderia durar a vida inteira, ou ainda, se estender para as gerações futuras. A liberdade, portanto, seria mais um caminho dessas transformações de *status* sofridas pelas pessoas sujeitas à escravidão, e que estava intimamente relacionada à ela.⁸¹⁹ Veja-se, por exemplo, o caso de Brígida e sua filha Brazida Andreza, exposto há pouco. Brígida era uma escrava já nascida no Brasil, descendente de africanos, que depois de adulta transformou seu *status* de escrava para liberta. Brazida, sua filha, foi alforriada quando nasceu e, portanto, matinha uma posição diferenciada de sua mãe. Ademais, o *status* das duas foi ameaçado de sofrer nova transformação, retornando para o cativeiro, como era desejo de seu senhor. A liberdade, desse modo, não pode ser vista independentemente da escravidão.

⁸¹⁹ KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, vol.11, 1982, pp.207-230. pp. 221-222. Outros dois autores que se utilizam da definição de escravidão proposta por Kopytoff são: SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa..., pp. 118-119; e MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da escravidão no Brasil..., pp. 109-110.

PARTE III – MUNDOS CONECTADOS

7. POR UMA HISTÓRIA CONECTADA

7.1. Índios e negros em uma mesma realidade: possibilidades e limites das fontes judiciais.

Os processos judiciais analisados nas partes I e II desta tese mostraram primeiramente a presença de indígenas escravos e administrados entre a população da Comarca de Paranaguá e, depois, os escravos e libertos africanos e afrodescendentes. Ficou claro que durante a primeira metade do século XVIII a presença dos ameríndios nas demandas judiciais se faz mais presente do que aquelas envolvendo cativos ou forros de origem africana. A presença destes últimos é mais significativa a partir de 1750, quando a atividade da pecuária na região começou a se expandir e a conectar a Comarca de Paranaguá e a Capitania de São Paulo ao restante da América portuguesa através do comércio de gado e também da agricultura, ainda que em menor escala. Contudo, a mudança no uso da mão de obra indígena para africana, que refletiu também na configuração social desta região, não significou a falta de convivência e de interação entre os dois grupos. Os indígenas e seus descendentes não sumiram de uma hora para outra para dar lugar aos escravos vindos da África e nascidos no Brasil. Sem dúvida a convivência entre eles nas pequenas vilas da América meridional foi intensa e direta, gerando uniões, solidariedades e conflitos. Eles formavam parte das mesmas configurações sociais e mantinham entre si relações de interdependência.

No entanto, este tema do contato entre índios e negros é ainda pouco explorado pela historiografia, ao contrário dos estudos de um e de outro grupo separados. Sobre os escravos e libertos africanos e afrodescendentes não faltam estudos para o Brasil Colonial. Para os índios, as análises de historiadores sobre esta temática ainda são tímidas, mas, ainda assim, muito mais frequentes do que aquelas que se dedicam à uma história conectada entre os indígenas e os africanos da diáspora. Stuart Schwartz é um dos autores que se preocupou em pensar a convivência entre negros e índios em artigo no qual fez uma discussão abrangente sobre as causas comuns e confrontos entre os dois grupos.⁸²⁰ O foco, como em várias outras pesquisas de Schwartz, foi o nordeste açucareiro, mais precisamente a Bahia, apesar de se referir rapidamente a outras regiões. O autor ressalta que durante o período colonial, índios e

⁸²⁰ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas...

negros tinham muito em comum. “Os dois grupos foram escravizados, sofreram com a criação da colônia portuguesa, ocupação das terras e regime de exportação agrícola”.⁸²¹ Os dois grupos ocupavam posições inferiores nesta sociedade dominada pelos colonizadores portugueses e o uso do termo “negro”, sinônimo de escravo, foi usado tanto para africanos como para indígenas, refletindo o *status* servil a que ambos foram submetidos.

Desde os anos iniciais da ocupação da América pelos portugueses e espanhóis, os ameríndios e os africanos escravizados estiveram submetidos aos mesmos colonizadores. A convivência era inevitável. No entanto, essa convivência era temida pelos europeus, que trataram de utilizar os indígenas como força militar para justamente se opor aos escravos africanos. No nordeste dos séculos XVI e XVII não foram raros os casos de grupos de índios usados para destruir comunidades de cativos fugidos, formando o que Schwartz chamou de “blindagem étnica”, na tentativa de inibir o agrupamento de índios e negros, que poderiam se unir para lutar contra os colonos.⁸²² Na Bahia e também em Pernambuco, as tropas indígenas foram bastante usadas pela Coroa portuguesa, principalmente para dismantelar quilombos e coibir a formação de novas comunidades de escravos fugidos. Ronald Raminelli escreveu artigo sobre a família Camarão, índios da etnia potiguar que receberam ordens e patentes militares da Coroa portuguesa, demonstrando sua participação significativa nas guerras e conflitos ao lado dos colonos no Novo Mundo.⁸²³ Mas não eram apenas as autoridades régias que se valiam dos índios; eles também eram mobilizados por particulares, que pagavam certas quantias para que capturassem seus cativos fugidos. Essa foi uma prática comum até o século XVIII nas duas citadas Capitanias, que neste século contavam com um sistema regular para arregimentar indígenas com o propósito de usá-los contra os quilombolas.⁸²⁴

Esta era, no entanto, a realidade do nordeste da América portuguesa, que não se aplicava ao restante da colônia. O próprio Schwartz lembra que em Minas Gerais no século XVIII o sistema de capitães do mato indígenas para captura dos escravos fugidos não funcionou devido a grande extensão territorial, ao crescimento rápido da população e o pequeno número de índios submetidos aos colonos para fazer frente ao grande número de escravos. Schwartz também menciona o Maranhão, onde o baixo volume do tráfico de africanos antes de 1680 não permitiu que houvesse muitas oportunidades para interação entre

⁸²¹ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 14.

⁸²² Ibidem, p. 17.

⁸²³ RAMINELLI, Ronald. Privilegios y malogros de la familia Camarão. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [Online], Colóquios, posto online no dia 17 Março 2008, consultado em 15 de junho de 2014. URL : <http://nuevomundo.revues.org/27802> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.27802.

⁸²⁴ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., pp. 21-25.

índios e negros. Esta realidade mudou quando houve uma expansão econômica no Estado do Grão Pará e Maranhão que permitiu o aumento do tráfico de escravos para a região. Já em Goiás, a presença de índios hostis, como grupos falantes do Jê e também os guaranis que fugiram da escravização dos paulistas, formava uma barreira natural que dificultava a entrada de brancos e de negros.⁸²⁵ Cada região da colônia, portanto, tinha sua própria realidade e configuração social, gerando diferentes níveis de interação entre indígenas e africanos.

Na Capitania de São Paulo e, mais especificamente na Comarca de Paranaguá, pode-se dizer que antes de 1700 não havia muita oportunidade de convivência entre negros e índios, assim como apontou Schwartz para o Maranhão antes de 1680. Também da mesma maneira que no Estado do Grão Pará e Maranhão, foi a expansão econômica da região sul da Capitania de São Paulo que permitiu a entrada de um maior número de escravos de origem africana na segunda metade do século XVIII. A expansão da pecuária, incentivada pela descoberta de ouro nas Gerais e pela necessidade de transporte e alimentação também para o Rio de Janeiro e outras vilas paulistas, garantiu a entrada da Comarca de Paranaguá no circuito econômico da colônia, ligando-se com o mercado atlântico. Esse estreitamento de ligações com outras regiões da América portuguesa permitiu que a instituição da escravidão africana fosse difundida entre a população, que já encontrava dificuldades em fazer uso da mão de obra indígena diante, principalmente, das muitas proibições impostas pela Coroa portuguesa.

John Monteiro, ao final de sua obra *Negros da Terra*, chamou atenção para a questão da transição para a escravidão negra em São Paulo. Segundo o autor, este processo foi se completar somente no final do século XVIII, quando a expansão açucareira transformou a economia paulista e de fato o uso de escravos africanos para o trabalho compulsório era majoritário.⁸²⁶ Luna e Klein sinalizaram a segunda metade do século XVIII para o que seria o momento de substituição do braço indígena para o africano na Capitania paulista. Os dois autores apontam a pecuária como atividade importante na expansão da economia de São Paulo já nas últimas décadas do século XVIII, ao contrário de Monteiro, que não confere nenhuma importância a ela, mas sim ao declínio sofrido pela agricultura paulista ao longo dos setecentos e o decorrente empobrecimento da população.⁸²⁷ Para a Comarca de Paranaguá não há dúvidas de que a pecuária e o comércio de gado foram fundamentais para a substituição do trabalho compulsório indígena para o africano. A presença de grandes proprietários de escravos depois de 1750 envolvidos com as atividades pecuaristas e também

⁸²⁵ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., pp. 26-27.

⁸²⁶ MONTEIRO, John. *Negros da terra...*, pp. 220-221.

⁸²⁷ LUNA, F. V. e KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo...*, p.44.

os proprietários menos abastados, mas que ainda assim eram donos de cativos, reflete a transformação sofrida pela composição social da região.

O processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana e crioula ficou bastante evidente na documentação, que também permitiu perceber as interações e as relações mantidas por indígenas e africanos e afrodescendentes com a população livre das vilas ao sul da América portuguesa. Por outro lado, o número de processos judiciais que traz casos de interação entre índios e negros não é muito avultado, principalmente quando comparado àqueles que tratam somente dos escravos e libertos africanos e afrodescendentes. Os documentos que trazem diretamente o envolvimento de índios e negros são apenas nove.

Mas para além destes nove processos judiciais mencionados, a documentação analisada nas partes I e II da tese, ainda que agrupadas separadamente, possuem convergências temporais. Não obstante a maior presença de indígenas na primeira metade do século XVIII e de africanos a partir de 1750, a convivência entre os dois grupos existiu. Há processos envolvendo apenas africanos e afrodescendentes antes de 1750 e, da mesma maneira, documentos que tratam apenas de indígenas e bastardos que são datados da segunda metade do século XVIII. Por mais que na documentação judicial as interações entre um e outro não tenham sido muito evidentes, ou seja, os conflitos e alianças não tenham chegado até a justiça, não significa que o contato não existiu ou que não foi relevante.

Apesar da óbvia coexistência de índios e negros no mesmo espaço e período no Novo Mundo, pouco se escreveu sobre essa convivência, como já dito algumas linhas acima. Ademais, como alertou Schwartz, o pouco que se sabe sobre esse relacionamento reflete os interesses do regime colonial.⁸²⁸ Por conta disso, se sabe muito mais sobre as hostilidades entre índios e negros do que as interações amigáveis que aconteceram entre os dois, como o próprio artigo de Schwartz mostrou, ao evidenciar com maior afinco os enfrentamentos e a oposição entre os dois grupos, principalmente na destruição de quilombos. Esse era o tipo de relação desejada pelas autoridades coloniais entre as duas classes mais baixas da hierarquia social e que compunham mais da metade da população da colônia. A oposição e o conflito impediam que as duas partes se unissem e tentassem algo maior contra os colonizadores.

Contudo, a tentativa de manter as relações entre índios e negros apenas no nível do conflito não funcionou. O próprio Schwartz evidencia algumas situações de interação amigável e cordial, como os casamentos mistos e a convivência em quilombos e comunidades indígenas de um e de outro grupo. Em livro organizado por Mathew Restall que traz nove

⁸²⁸ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 14.

artigos sobre as relações entre os nativo-americanos e os africanos no Novo Mundo, os autores se preocuparam em trazer em suas análises não apenas as relações de hostilidade, mas também aquelas de integração. Segundo Restall, na América espanhola havia uma tendência de enxergar as relações entre índios e negros como hostis e antagônicas, mas, a preocupação dos autores do livro foi justamente a de mostrar a relação dialética hostilidade-harmonia que figurava entre os dois grupos.⁸²⁹ Patrick Carrol neste mesmo livro faz uma revisão das análises que se fizeram sobre as relações entre negros e ameríndios no México Colonial, que as enxergavam muito mais como hostis do que amigáveis. Estas últimas, quando aconteciam, eram consideradas excepcionais. No entanto, o que Carrol argumenta em seu artigo é que a relação índios e negros era muito mais equilibrada do que se supõe, oscilando entre a hostilidade e a harmonia.⁸³⁰

As relações entre índios e negros mantidas na Capitania de São Paulo e que puderam ser evidenciadas em minha amostra de processos judiciais, também se mostram oscilantes entre a hostilidade e a harmonia. O contato e o compartilhamento de experiências resultavam em aproximações entre os dois grupos e também entre os mestiços, filhos de índios com brancos, negros com brancos e até de índios com negros. A configuração social das vilas da Comarca de Paranaguá no século XVIII, como as centenas de processos judiciais apresentados nas partes I e II demonstraram, era bastante miscigenada, convivendo no mesmo espaço indígenas administrados e livres, escravos e libertos africanos e afrodescendentes, brancos pobres e mais abastados. As relações interdependentes mantidas por esses grupos, fosse no ambiente de trabalho, nos momentos de diversão, nas ruas ou nos lugares onde residiam, geravam, como era de se esperar, conflitos e alianças, alguns dos quais ficaram registrados nos documentos judiciais.

Os documentos produzidos pela justiça colonial podem ser muito ricos para uma análise das interações mantidas entre negros e índios. Nos documentos de minha amostra há, por exemplo, um caso de assassinato de um carijó cometido por um escravo mulato, ou ainda, um bastardo que induziu uma escrava a fugir com ele para São Paulo. No entanto, o número pequeno de processos desta natureza, conforme dito anteriormente, é reflexo primeiramente da “cronologia das relações sociais entre índios e negros”⁸³¹, pois, como os documentos mostraram, na primeira metade do século XVIII predominaram os índios e bastardos na população, em contraposição a uns poucos africanos e crioulos. Já na segunda metade do

⁸²⁹ RESTALL, Mathew. *Beyond Black and Red...*, pp.2-3.

⁸³⁰ CARROL, Patrick. Black Native Relations and the Historical Record in Colonial Mexico. In: RESTALL, Mathew. *Beyond Black and Red...*, pp. 248-249.

⁸³¹ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 26.

século a situação se inverteu, predominando então os escravos e libertos de origem africana. Não por acaso, nos processos judiciais que trazem casos de interações entre negros e índios há um equilíbrio em relação às datas dos documentos, iniciados tanto na primeira como na segunda metade do século XVIII. Para esse segundo período provavelmente houve mais situações de interação entre os negros e a população de origem indígena do que constam nos documentos, mas é provável que muitos dos descendentes de índios, os bastardos, já não fossem mais identificados dessa maneira, fazendo com que sua presença fosse ocultada dos processos. Além disso, há de se levar em conta que o número de casos de interação entre um e outro grupo que chegava até à justiça era bastante reduzido. Muitos conflitos eram provavelmente resolvidos no âmbito particular, sem a interferência das autoridades régias.

Vários outros processos judiciais que já foram mencionados nos capítulos anteriores, tanto na parte que trata dos gentios da terra como da que aborda os gentios da Guiné, trazem evidências da interação de negros e índios ainda que de maneira indireta e sem que seja possível saber que tipo de relacionamento era mantido, se conflituoso ou amigável. Este é o caso, por exemplo, de alguns inventários expostos na parte I, que traziam arrolados além de indígenas, negros de origem africana. O inventário de João Leme da Silva, datado de 1698, trazia arrolado junto aos gentios da terra alguns escravos mulatos. Além dele, outros três inventários datados ainda da primeira metade do século XVIII traziam escravos negros e índios como pertencentes ao mesmo proprietário, ainda que os indígenas fossem sempre em maior número.⁸³² Há também dois casos em que administrados serviram de testemunha de crimes cometidos por ou contra escravos ou libertos, o que também é mais uma evidência de que as experiências entre os dois grupos eram compartilhadas. O assassinato do pardo forro Pedro, cometido por Joaquim José Alvarez no ano de 1766 em Curitiba, gerou um processo judicial em que uma das depoentes foi uma bastarda chamada Romana, que disse ter sido ela quem acudiu o pardo logo após receber os ferimentos que lhe levaram à morte.⁸³³ Já no caso de roubo cometido pelo escravo Gonçalo em Paranaguá no ano de 1778, o administrado Lucas foi uma das testemunhas, que disse ter ouvido de uma escrava que Gonçalo era o autor do crime.⁸³⁴

É possível, então, fazer uma história conectada dos dois grupos mais subjugados do período colonial através dos processos judiciais. É preciso ponderar, no entanto, que os

⁸³² DEAP BR PRAPPR PB 045 PC02.1...; DEAP BR PRAPPR PB 045 PC08.1...; DEAP BR PRAPPR PB 045 PC10.1...; DEAP BR PRAPPR PB 045 PC105.3...

⁸³³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1811.56. Autos crimes de livramento entre partes em que é autora a justiça por seu promotor e réu o tenente Joaquim José Alvarez. Curitiba, 1773.

⁸³⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC2115.68...

conflitos e as causas comuns trazidas nos documentos são sempre vistos pelos olhos das autoridades régias e dos colonos. Como alertou Schwartz, “o que os negros e indígenas pensaram, uns sobre os outros, é particularmente difícil de desvendar, já que a documentação sobre o relacionamento mútuo é esparsa, e sempre filtrada pelo olhar atento dos colonizadores”.⁸³⁵ Assim acontece nos processos judiciais. Escrivães, procuradores, juízes e ouvidores se encarregaram de dar sentido aos conflitos que chegavam até à justiça. Como formulou Ginzburg ao analisar os relatos orais deixados em documentos escritos a partir da atuação dos inquisidores, as respostas dadas pelos réus nos processos eram distorcidas pelas pressões psicológicas e físicas. Além disso, muitas respostas dadas pelos réus eram induzidas pelos inquisidores e acabavam por ecoar muito mais estereótipos inquisitoriais do que a própria opinião do depoente.⁸³⁶ No entanto, apesar dessas limitações da documentação inquisitorial, Ginzburg não deixa de reconhecer a sua riqueza para os historiadores. Também assim a documentação judiciária analisada nesta tese é encarada. Para além dos estereótipos impostos pelas autoridades judiciárias, através deles é possível chegar mais perto do cotidiano das populações que normalmente pouco aparecem nas fontes oficiais. A partir dos processos judiciais, portanto, foi possível evidenciar alguns aspectos da interação entre negros e índios na Capitania de São Paulo ao longo do século XVIII.

Um ponto importante para se falar sobre a relação entre negros e índios no período colonial é a atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro de Dom José I. Foi a partir de 1755 que o futuro Marquês de Pombal implementou políticas que afetavam diretamente a população indígena e também a população negra. Com a legislação pombalina as diferenças entre índios e negros ficaram mais evidentes e foram, inclusive, bem marcadas pela política implementada por Pombal. A necessidade de incorporar os indígenas à população colonial, igualando-os aos brancos, conseqüentemente fez com que aumentassem as diferenças entre eles e os negros, que seguiram ocupando o nível mais baixo da hierarquia social. As próximas seções deste capítulo tratarão especificamente da legislação de Pombal e suas conseqüências para indígenas e africanos e seus descendentes, bem como os distanciamentos e as aproximações entre um e outro grupo. Alguns casos relatados em processos judiciais dão conta de mostrar que a política pombalina também serviu para conectar as histórias de índios e negros no período colonial.

⁸³⁵ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 14.

⁸³⁶ GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo..., p. 12.

7.2. Os indígenas e a legislação pombalina.

O início da atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo ao lado do rei Dom José I de Portugal, no ano de 1755, coincide com o início do período em que os indígenas começam a rarear em minha documentação. Como os capítulos anteriores demonstraram, foi na segunda metade do século XVIII que os escravos africanos e afrodescendentes passaram a ser maioria na Comarca de Paranaguá, aumentando significativamente o volume de processos judiciais em que estavam envolvidos. Por outro lado, no mesmo período, os indígenas, administrados, livres ou forros, não aparecem com tanta frequência. A legislação pombalina sem dúvida contribuiu para que houvesse esse rareamento das pessoas classificadas como indígenas na documentação, uma vez que a principal proposta de Pombal para os índios era a sua completa integração à sociedade colonial, incentivando inclusive os casamentos com pessoas brancas. É importante ressaltar, todavia, que o alcance da legislação e da proposta de Pombal foi limitado, apesar de importante. Não seria de maneira rápida e imediata que a população colonial perderia todos os preconceitos e os estigmas que colocavam sobre as pessoas de origem indígena.

Os índios ganharam muita atenção de Pombal durante a sua atuação junto ao gabinete real. Uma das primeiras ações de Sebastião José de Carvalho e Melo nesse sentido foi a promulgação da Lei de 06 de junho de 1755, a qual declarou livres todos os indígenas do Estado do Maranhão e Grão Pará. O rei Dom José I retomou várias leis e alvarás expedidos no século XVII e os reforçou, declarando que todos os indígenas do referido Estado ficariam livres e com direito à propriedade, da qual até então muitos eram privados.⁸³⁷ Três anos depois, em 08 de maio de 1758, o rei assinou um Alvará no qual ampliou o texto da Lei para todo o Estado do Brasil.

[...] Ordeno que a sua disposição se estenda aos índios que habitam em meus domínios em todo aquele continente, sem restrição alguma, e a todos os seus bens, assim de raiz como semoventes e móveis e à sua lavoura e comércio, assim, e da mesma sorte, que se acha expresso nas referidas Leis, sem interpretação, restrição, ou modificação alguma, qualquer que ela seja [...].⁸³⁸

A atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo na política portuguesa foi muito além da referida Lei de 1755 e do Alvará de 1758. Não é intenção aqui discorrer sobre a vasta

⁸³⁷ Lei de 06 de junho de 1755. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maignrense, 1830. pp. 369-376.

⁸³⁸ Alvará de 08 de maio de 1758. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação...* p. 604.

atuação política do futuro marquês, mas sim entender em que medida sua política interferiu no trato com os indígenas a partir de 1755, quando efetivamente entra para o gabinete real de D. José I, ainda sem indicação de pasta, mas depois designada a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.⁸³⁹ É característica principal da política de Melo, em relação aos índios, sua integração à sociedade colonial portuguesa. Já em 1751 enviou uma carta ao governador-geral Gomes Freire afirmando que o aumento da população do Brasil era o que iria fortalecer o poder e a riqueza de Portugal, sendo, para isso, necessário abolir as diferenças entre portugueses e índios, incentivando a miscigenação.⁸⁴⁰

Não é de se estranhar, portanto, que em 1755 tenha sido aprovada a Lei de Liberdade dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e estendida em 1758 para todo o Brasil. Foi justamente no ano de 1755 que Sebastião José de Carvalho e Melo começou a ter mais influência sobre o governo, por conta de sua atuação após o terremoto devastador que atingiu Lisboa neste mesmo ano.⁸⁴¹ A partir de então, com amplos poderes sobre a administração da Coroa portuguesa, o futuro marquês começou a implantar sua política reformista.

Este movimento reformista ia de encontro à imagem do atraso português que era corrente na Europa neste período. As reformas buscavam equiparar Portugal aos outros reinos europeus, considerados mais civilizados. Quando os próprios estadistas portugueses se deram conta do seu atraso em relação a outros impérios, as ações tiveram início, alavancadas por Sebastião José de Carvalho e Melo.⁸⁴² Como afirmaram Hespanha e Xavier, houve uma mudança de paradigma significativa na segunda metade do século XVIII na Europa. A ideia de sociedade corporativa deu lugar à valorização do indivíduo, entendidos como súditos. O poder não seria mais plural, mas sim absoluto, baseado na legitimação e na soberania do rei.⁸⁴³

A antiga sociedade baseada no modelo corporativo estava pautada na hierarquia natural entre as diferentes partes do corpo social: nobreza, clero e povo. A política reformista iniciada no reinado de Dom José I e executada, em grande parte, por Carvalho e Melo, buscava justamente acabar com a hierarquia e os privilégios conseguidos por partes específicas do corpo social. O paradigma individualista, conforme Hespanha e Xavier,

⁸³⁹ AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP/Ed. da Universidade de Brasília, 1983. p. 10.

⁸⁴⁰ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal...*, p. 53.

⁸⁴¹ AVELLAR, Hélio de Alcântara. *Op. Cit.* p. 15.

⁸⁴² LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados*. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). Dissertação de mestrado. Curitiba: PGHIS/UFPR, 2011. p. 13.

⁸⁴³ HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal...*, p. 126.

buscava a igualdade entre os súditos, tornando-se todos vassallos de um mesmo rei, este dotado de poder absoluto.

A busca pela igualdade entre os súditos iniciou com a população indígena na América portuguesa. Antes mesmo da Lei de Liberdade dos Índios, o primeiro passo para a equiparação jurídica dos índios aos brancos, durante o governo pombalino, veio em 4 de abril de 1755, quando foi incentivado o casamento entre portugueses e indígenas, para ambos os sexos. Os casamentos mistos já aconteciam antes do Alvará, mas o próprio texto explica o motivo pelo qual era necessário impor regras e comportamentos em relação a essas uniões:

Sou servido declarar que os meus vassallos deste Reino e da América que se casarem com as Índias dela, não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da minha Real atenção [...] e que seus filhos e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra, ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma [...]. E outrossim proíbo que os ditos meus vassallos casados com as Índias ou seus descendentes sejam tratados com o nome de Caboclos, ou outro semelhante que possa ser injurioso [...] O mesmo se praticará a respeito das Portuguezas que casarem com Índios [...].⁸⁴⁴

O Alvará ordenava, portanto, que aqueles que se casassem com índios não poderiam sofrer nenhum tipo de preconceito, o que vinha acontecendo até então. Alguns dos processos judiciais apresentados na primeira parte desta tese mostraram como os indígenas e seus descendentes ocupavam uma posição socialmente desqualificada. Aqueles que se casassem com indígenas, certamente sofreriam a mesma intolerância. Depois deste referido Alvará e da Lei de Liberdade dos Índios, talvez a mais significativa resolução da Coroa em relação aos indígenas, sob a influência de Carvalho e Melo, foi a publicação, em 03 de maio de 1757, do *Diretório dos Índios*, transformado em Alvará no ano seguinte, no dia 17 de agosto.⁸⁴⁵ O Diretório seguia os planos da Coroa para os índios, qual seja, o de integrá-los à sociedade equiparando-os aos outros súditos. O documento é composto por 95 parágrafos e foi escrito pelo meio-irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A princípio o Diretório era específico para os índios do referido Estado, mas, posteriormente, com a promulgação do Alvará de 1758, passou a valer para todo território da América portuguesa.⁸⁴⁶

⁸⁴⁴ Alvará de 4 de abril de 1755. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação...* pp. 367-368.

⁸⁴⁵ “Directorio, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto sua majestade não mandar o contrário” e “Alvará de 17 de agosto de 1758 aprovando o Directorio dos Índios do Pará e Maranhão de 03 de maio de 1757”. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação...* pp. 507-530 e pp. 634-635 (respectivamente).

⁸⁴⁶ FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Diretório dos Índios de Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. In: *Revista Politéia: História e Sociedade*, v. 2. n. 1, Vitória da Conquista, Bahia, 2002, pp. 167-183. p. 168.

O Diretório dos Índios vinha regulamentar o Alvará de 07 de junho de 1755⁸⁴⁷, que proibia os religiosos de praticarem a administração temporal dos indígenas nas aldeias. Apesar de o Alvará referir-se a outros religiosos, como os capuchinhos, a medida visava principalmente barrar os padres da Companhia de Jesus, diretamente envolvidos com a administração das aldeias. Estas, agora, passariam a ser administradas por um diretor, nomeado pelo governador e capitão-general do estado.

A mudança no comando da administração temporal dos aldeamentos não foi a única proposta do Diretório. Várias outras medidas pretendiam integrar o índio à sociedade, como por exemplo abolindo o uso da Língua Geral e obrigando o ensino da Língua Portuguesa, a inclusão de sobrenomes nos nomes dos indígenas, a construção de casas com repartições internas e o incentivo ao uso de roupas. O parágrafo 20 do Diretório demonstrava a preocupação com a ociosidade dos índios e também com “o errado uso, que até agora se fez do trabalho dos mesmos Índios, que aplicados à utilidade particular de quem os administrava, e dirigia, haviam de padecer os habitantes do Estado (...)”.⁸⁴⁸ Os indígenas deveriam ser estimulados a terem sua própria roça e a produzirem não apenas para sua subsistência, mas também para prover as vilas e aldeias que necessitassem. O trabalho e a comercialização da produção excedente, portanto, seria mais uma maneira de integrar os indígenas à sociedade.

Outra resolução marcante do Diretório é o incentivo à miscigenação e a equiparação entre índios e brancos, todos “Vassalos de sua majestade”. Brancos foram incentivados a ocupar as aldeias antes exclusivas dos indígenas. O documento ressalta também a importância de se manter a paz e a união com os índios, a fim de se extinguir “a odiosa, e abominável distinção, que a ignorância, ou a iniquidade de quem preferia as conveniências particulares aos interesses públicos, introduzia entre os índios, e brancos, fazendo entre eles quase moralmente impossível aquela união”.⁸⁴⁹ Nesse sentido, o Diretório também estimulava o casamento entre brancos e índios, orientando os diretores das aldeias a convencerem os brancos que os índios não eram de qualidade inferior.

Entende-se essa preocupação em convencer os brancos de que os índios não seriam inferiores a eles, pois, na política do Antigo Regime, havia uma diferenciação natural entre os corpos sociais, como já mencionado anteriormente. Para os cristãos-novos, ciganos, indígenas, mulatos e negros havia alguns impedimentos sociais. Eram excluídos de cargos públicos e religiosos e não teriam acesso à nenhuma honraria. Conforme Priscila Lima,

⁸⁴⁷ “Alvará de 07 de junho de 1755”. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação...* pp. 392-393.

⁸⁴⁸ “Directório, que se deve observar...” p. 512.

⁸⁴⁹ Ibidem, parágrafo 87, p. 528.

É plausível entender a institucionalização dessas hierarquias como uma reação concreta por parte dos grupos de poder tradicionais da sociedade portuguesa visando assegurar suas posições de prestígio em face da presença de segmentos sociais concorrentes. Nesse contexto, a forma privilegiada para obter tal intento consistiu na estigmatização do “outro” em face da afirmação crescente do “nós”, que, no caso, eram os cristãos-velhos e nobres tidos como honrados e puros.⁸⁵⁰

Portanto, é perfeitamente entendível a preocupação da Coroa portuguesa em lançar mão de leis que equiparassem os indígenas aos brancos e, mais ainda, a preocupação em convencer os últimos de que os primeiros não eram de qualidade inferior. Mudar um paradigma instituído há tanto tempo, qual seja, o da inferioridade dos índios, não seria tarefa das mais fáceis, resolvida apenas com a promulgação de leis. Os 95 parágrafos do Diretório dos Índios deixam claro que a proposta da Coroa portuguesa, orquestrada por Sebastião José de Carvalho e Melo, era de fato integrar os indígenas à sociedade colonial e, hipoteticamente, acabar com as distinções que havia entre brancos e índios, sendo agora todos considerados, antes de tudo, vassalos de um mesmo rei.

Outro ponto crucial da política pombalina é a relação da Coroa portuguesa com a Companhia de Jesus. O próprio Diretório contribuiu para intensificar os conflitos entre os padres jesuítas e o governo, uma vez que foram destituídos de seu poder temporal sobre as aldeias indígenas. No entanto, os embates com os religiosos começaram desde a demarcação das divisas estabelecidas pelo Tratado de Madri, em que eram acusados de não colaborar com os agentes da Coroa, tendo como principal acusador o meio-irmão do futuro marquês de Pombal, Mendonça Furtado. Em abril de 1753 Furtado foi nomeado para exercer a função de demarcador da fronteira norte e, nessa ocasião, afirmou não poder contar com a colaboração dos padres jesuítas para realizar o trabalho.⁸⁵¹ Somado a isso, cresciam os boatos de corrupção entre os religiosos da Companhia de Jesus, que eram também homens de negócio e que detinham uma grande fortuna.⁸⁵²

A intensificação dos conflitos com os jesuítas culminou na expulsão dos religiosos do reino, ordenada pela Lei de 03 de setembro de 1759. O texto da Lei é bastante duro com os padres, acusando-os de “notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores”, pelo que o rei Dom José I ordenou que “como tais sejam tidos, havidos e reputados”.⁸⁵³ E a Lei prossegue:

⁸⁵⁰ LIMA, Priscila. Op. Cit. p. 22.

⁸⁵¹ AVELLAR, Hélio de Alcântara. Op. Cit. p. 23.

⁸⁵² Idem, p. 22.

⁸⁵³ Lei de 03 de setembro de 1759. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação...* p. 715.

E os hei desde logo em efeito desta presente Lei por desnaturalizados, proscritos, e exterminados: mandando que efetivamente sejam expulsos de todos os meus Reinos, e Domínios, para neles mais não poderem entrar: e estabelecendo de baixo de pena de morte natural, e irremissível, e de confiscação de todos os bens para o Meu Fisco e Câmara Real (...) ⁸⁵⁴

A expulsão dos jesuítas do reino fazia parte do plano mais amplo da Coroa portuguesa, orquestrado por Sebastião Carvalho, de secularização da sociedade e também da afirmação do poder real sobre o eclesiástico. Por sua vez, poucos anos após a expulsão da Companhia de Portugal em 1759, a Coroa espanhola seguiu os passos de seu vizinho, expulsando os jesuítas da Espanha. O rei Carlos III, em 2 de abril de 1767, expediu a Pragmática Sanção, pela qual a ordem inaciana ficava proscrita e expulsa dos domínios espanhóis. ⁸⁵⁵ O paradigma individualista era, nesse período, um aspecto comum a todos os impérios coloniais católicos, que buscaram a centralização e o fortalecimento do poder real. A expulsão da poderosa ordem jesuíta era uma das ações implementadas para atingir tal objetivo.

O impacto causado pela expulsão dos jesuítas foi sofrido especialmente pelos indígenas, principalmente os do Maranhão e Grão-Pará, que tinham nos religiosos seus principais aliados e protetores nas aldeias. Para a Comarca de Paranaguá, onde não há notícias de aldeamentos indígenas administrados por jesuítas, a expulsão dos padres foi sentida na vila de Paranaguá, onde fora recém-instalado o Colégio, mencionado anteriormente e também em fazendas de criação localizadas nos Campos Gerais, próximas à Curitiba. Sem dúvida os padres eram donos de escravos africanos e crioulos e é possível que também vivessem indígenas sob seus cuidados. Com a expulsão dos padres, os indígenas que eventualmente estivessem vivendo com eles, ficariam desamparados. Já os escravos se viram sujeitos aos agentes da Coroa portuguesa, responsáveis pelo confisco dos bens dos jesuítas.

A legislação pombalina, para os índios, significou a possibilidade de melhorar seu nível social, distanciando-se dos negros e mulatos. Como observou Maria Regina Celestino Almeida, é preciso refletir sobre as apropriações feitas pelos próprios indígenas a respeito dessas novas categorias e classificações a que estavam sujeitos. ⁸⁵⁶ Resta saber também o peso que teve a legislação de Pombal sobre os índios de diferentes partes da colônia. Nos processos judiciais de minha amostra foi possível perceber alguns movimentos dos índios que podem ser reflexo da nova política implementada pela Coroa portuguesa. É certo que houve uma

⁸⁵⁴ Lei de 03 de setembro de 1759. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação...* p. 715.

⁸⁵⁵ ARENAS, Mar García. La colaboración hispano-portuguesa contra la Compañía de Jesus. In: *Esteban de Terreros y Pando: vizcaíno, polígrafo y jesuita*. III Centenario: 1707-2007, Bilbao, Universidad de Deusto, 2008, pp. 511-536. p. 517.

⁸⁵⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Op. Cit. p. 27.

diminuição dos casos de pessoas indígenas ou bastardas que após 1750 estivessem lutando por suas liberdades. Dentre os processos aqui expostos, há apenas o de Aleixo e sua família, que no ano de 1753 entraram na justiça contra seu senhor para provar que eram oriundos de uma carijó e, portanto, livres.⁸⁵⁷

Em outro processo judicial, datado de 1776, é possível perceber como os indígenas e seus descendentes faziam uso de suas condições sociais de acordo com seus interesses. Domingos Rodrigues estava preso na cadeia de Paranaguá, acusado pela justiça, através de seu promotor: “P[rovará] que na noite do dia 19 de janeiro do ano de 1773 quebrou o réu a prisão em que se achava e arrombando a cadeia fugiu dela e por essa razão deve ser castigado com todas as penas que o direito determina”.⁸⁵⁸ Na contrariedade apresentada pelo réu através de seu procurador, Joaquim Gaspar Pereira, ele alegou que fugiu apenas para acompanhar os demais presos que arrombaram a cadeia e que ele estava doente, sem forças para cooperar com o arrombamento. O que surpreende nesse caso são as palavras ditas pelo procurador sobre a qualidade do réu:

P[rovará] que o réu é pessoa de baixa esfera, procedendo do gentio da terra e nada tem de branco e se pode reputar por escravo.

P[rovará] que além dele réu ser da qualidade que é, é também muito pobre e vive de jornal, ganhando salário para se sustentar.⁸⁵⁹

O ano era 1776, ou seja, as leis de Pombal, teoricamente, já seriam conhecidas por todos na colônia. O argumento usado pelo procurador vai totalmente contra os preceitos da reforma pombalina, que pretendia equiparar os índios aos brancos, ao dizer que o réu era “gentio da terra e nada tem de branco” e para terminar ainda afirma que “se pode reputar por escravo”. As testemunhas de defesa também usaram palavras semelhantes em seus depoimentos. Joaquim Tavares, homem casado, sapateiro e de idade de 28 anos disse que “sabe por conhecer ao réu ser procedido de gentio da terra e mais tem de preto que de branco e de pardo e sempre foi administrado e serviu a várias pessoas [...]”.⁸⁶⁰ João da Silveira Miranda, outra testemunha, disse que “conhece o réu ser provindo do gentio da terra e nada tem de branco”, mesmas palavras usadas por outra testemunha, chamada José Nunes Santiago.⁸⁶¹ Em uma configuração social como a da Comarca de Paranaguá, na qual o

⁸⁵⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1730.52...

⁸⁵⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC1997.63. Autos crimes de libelo que vem por apelação do juízo ordinário desta vila em que é autora a justiça por seu promotor e réu preso Domingos Rodrigues. Paranaguá, 1776. p. 10.

⁸⁵⁹ Ibidem, p. 15.

⁸⁶⁰ Ibidem, p. 45.

⁸⁶¹ Ibidem, pp. 47-48.

processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana foi a que mais demorou para se consolidar na América portuguesa, como afirmam Luna e Klein, não é de se estranhar que mesmo em finais da década de 1770 os índios ainda fossem associados a escravos e administrados.⁸⁶²

A explicação para que o procurador e o réu insistissem em sua qualidade inferior e de ser um gentio da terra que se poderia reputar por escravo pode estar nas últimas páginas do processo judicial. O escrivão da Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá, Pedro Martins Coimbra, trasladou um trecho de uma ordem do rei Dom José I, do ano de 1752. Nesta ordem o rei diz que “se manda aplicar a metade de todas as condenações criminais para cativos”, citando a Lei de 20 de dezembro de 1733 e o Alvará de 15 de outubro de 1741, que não estariam sendo cumpridos. Infelizmente não foi possível achar o texto integral destas leis, mas apenas breves menções a elas, que estariam relacionadas com o cargo de mamposteiro dos cativos.⁸⁶³ Este cargo teria sido criado ainda na Idade Média e era destinado a recuperar a liberdade de prisioneiros de guerra, através da arrecadação de esmolas, custas de processos, resíduos e deixas testamentárias. O primeiro Regimento, contudo, veio somente no reinado de D. Manuel I, entre 1495 e 1521.⁸⁶⁴ Em 1560 o Regimento foi reformulado e, segundo Schwartz, o cargo de mamposteiro passou a existir em cada Capitania do Brasil, a fim de proteger a liberdade dos índios⁸⁶⁵, considerados prisioneiros quando sujeitos à escravidão injusta e aos abusos praticados pelos colonizadores.⁸⁶⁶

No traslado da Ordem do rei Dom José I existente no processo judicial em que Domingos Rodrigues era réu, em nenhum momento há menção aos índios ou aos gentios da terra, mas apenas a “cativos”. No entanto, ao consultar o significado desta palavra no Dicionário de Raphael Bluteau, não há referência a escravos africanos e afrodescendentes, mas somente a “prisioneiro de guerra ou preso pelos piratas”.⁸⁶⁷ Neste caso, cativo e escravo não eram sinônimos. A intenção do réu e do procurador, portanto, poderia ser a de mostrar que Domingos Rodrigues era oriundo do gentio da terra e tratado como escravo. Em razão disso, seria justo que recebesse a ajuda prevista para proteger os índios do cativo. Porém, em 04 de dezembro de 1775 o cargo de mamposteiro foi extinto pelo rei Dom José I, que

⁸⁶² LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Op. Cit, p. 28.

⁸⁶³ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Tomo Primeiro, A-E. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825. Verbete *Cativo*.

⁸⁶⁴ CAMARGO, Angélica Ricci. *Mamposteiro-mor dos Cativos*. (verbete). In; Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4433>.

⁸⁶⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade...*, p. 52.

⁸⁶⁶ CAMARGO, Angélica Ricci. *Mamposteiro-mor dos Cativos...*

⁸⁶⁷ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário...*, vol. 2, p. 202.

passou a função de zelar pelas causas dos cativos aos Provedores das Comarcas, Escrivães da Provedoria e Solicitadores dos Resíduos.⁸⁶⁸ A sentença de Domingos Rodrigues foi expedida pelo ouvidor da Comarca de Paranaguá no dia três de julho de 1776, ou seja, já não havia mais a preocupação tão evidente da Coroa portuguesa em zelar pela liberdade dos índios, arrecadando verbas específicas para tal fim.

A história deste processo judicial mostrou como a população indígena e seus descendentes poderiam fazer uso de sua condição social da maneira que mais lhes fosse interessante. No ano de 1776, quando já havia se passado quase 20 anos da publicação do Diretório dos Índios e hipoteticamente os indígenas estariam bastante integrados à sociedade colonial, Domingos Rodrigues usou exatamente o argumento contrário para se livrar da prisão. Ressaltou a sua diferença e qualidade inferior, enfatizando que “nada tinha de branco”. O juiz ordinário da vila de Paranaguá, que deu a primeira sentença, nada disse sobre a inferioridade alegada pelo réu, mas o absolveu a vista do depoimento das testemunhas, que foram unânimes em dizer que ele não teve culpa no arrombamento da cadeia. O ouvidor Antonio Barbosa de Mattos Coutinho corroborou a sentença do juiz ordinário e absolveu Domingos Rodrigues.⁸⁶⁹ Curioso é que os mamposteiros existiam desde o século XVI, sendo extintos somente em 1775, e em nenhum outro documento de minha amostra, que trata da liberdade dos índios, esse cargo ou a legislação referente a ele são mencionados.

No que se refere à legislação pombalina, ainda neste capítulo serão vistos alguns processos judiciais que mostram que os indígenas fizeram uso dela, quando era de seu interesse. Não há dúvidas de que as leis de Pombal expedidas especificamente para a população indígena a partir de 1755 surtiram efeito na colônia. No entanto, o último caso exposto acima deixa claro que o alcance desta legislação era limitado e seu uso variava de acordo com o tipo de situação vivenciada pelos indígenas.

7.3. Africanos e afrodescendentes na legislação pombalina.

A política de Marquês de Pombal não esteve diretamente voltada para os africanos e afrodescendentes, escravos ou libertos. Não há dúvidas de que os índios tiveram um papel muito mais central nas ações políticas da Coroa a partir de 1750. No entanto, a população

⁸⁶⁸ Lei de 04 de dezembro de 1775. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Typografia Maignense, 1828. pp. 66-69.

⁸⁶⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1997.63..., p. 62.

negra da América portuguesa também sofreu consequências dessa política. O primeiro ponto é o aumento da distância social entre negros e índios, favorável a estes últimos, ao menos na legislação. Durante todo o período colonial sempre houve uma diferenciação entre os ameríndios e os africanos escravizados. Apesar de na prática os índios terem sofrido violências semelhantes às sofridas pelos africanos e afrodescendentes escravizados, desde o século XVI a Coroa se preocupou em expedir leis que protegessem sua liberdade, ao contrário dos últimos, conforme já exposto neste trabalho. Há um consenso entre os estudiosos do período colonial de que as discriminações contra os índios eram menores, ainda que não deixassem de existir.⁸⁷⁰ Com a política proposta por Pombal, estas diferenças se acentuaram ainda mais.

Já nos primeiros anos de atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, é sensível a diferença no tratamento dado a negros e indígenas. A Lei de Liberdade dos Índios, de 06 de junho de 1755, conferiu a eles um *status* superior ao dos negros e mulatos. Nesta Lei o rei Dom José I deixou claro que "Desta geral disposição excetuo somente os oriundos de pretas escravas, os quais serão conservados no domínio de seus atuais senhores".⁸⁷¹ Ou seja, aqueles escravizados que tivessem pai indígena e mãe negra, não se beneficiariam com a Lei de 1755. O que valia era a linha de ascendência materna. Isto não impediu que alguns mestiços tentassem fazer uso de sua ascendência indígena, ainda que fosse por parte de pai.

Este foi o caso do mulato Antonio, enviado para Viamão para ser vendido por seu dono, Braz Domingues Vellozo. Este senhor já foi citado no capítulo 1 deste trabalho por ter participado de uma transação envolvendo gentios da terra. Ele havia recebido como pagamento de uma dívida dois rapazes indígenas, no ano de 1736, que lhe fugiram.⁸⁷² Vellozo certamente possuía outros indígenas e descendentes em sua propriedade, como era o caso de Antonio, que entregou a um padre religioso de São Francisco, que o venderia no Viamão.⁸⁷³

No entanto, no ano de 1759, Braz Domingues Vellozo foi ao juízo ordinário da vila de Curitiba requerer uma justificação. O mulato Antonio, após chegar a Viamão, afirmou não

⁸⁷⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Op. Cit., p. 27. Esta autora cita trabalhos de Evaldo Cabral de Mello e de Stuart Schwartz para corroborar a ideia de que os índios sofreram menos discriminação do que os escravos africanos e afrodescendentes. MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. SCHWARTZ, Stuart. Brazilian Ethnogenesis: Mestiços, Mamelucos and Pardo. In: GRUZINSKI, S. e WACHTEL, N. *Le Nouveau Monde. Mondes Nouveaux: l'expérience américaine*: 7-27. Paris, Recherche sur les civilisations. ERC/Ecole des hautes études en sciences sociales, 1996.

⁸⁷¹ Lei de 06 de junho de 1755. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação...* p. 373.

⁸⁷² DEAP BR PRAPPR PB045 PC174.5...

⁸⁷³ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1217.37. Autos cíveis de justificação que faz o tenente coronel Braz Domingues Vellozo a respeito de um mulato chamado Antonio. Curitiba, 1759.

poder ser vendido, pois seria um administrado da capela de Tamanduá. Vellozo foi à justiça para comprovar que Antonio era de fato um escravo. Em sua petição disse:

(...) porque hoje há notícia que o dito se faz forro dizendo ser oriundo do gentio da terra, e da administração da capela de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, o que é falso; porque foi nascido de uma escrava do suplicante por nome Florencia de nação Angola e criado na mesma casa do suplicante até o dito tempo que o mandou vender (...).⁸⁷⁴

A capela de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá foi construída em 1727 e pertencia à fazenda de Antonio Luiz Tigre; posteriormente foi doada pelos seus herdeiros ao Convento do Carmo de São Paulo.⁸⁷⁵ Não há informações sobre o local onde morava Braz Domingues Vellozo, mas é possível que fosse próximo à capela. Independente disto, fato é que as testemunhas chamadas pelo justificante para depor a seu favor, afirmaram que Antonio era filho de Florência, "gentio da Guiné, ou para melhor dizer, de nação Angola".⁸⁷⁶ A testemunha Josefa da Silva, viúva de 40 anos, disse em seu depoimento

[...] que o tal escravo Antonio de que o justificante trata na sua petição é escravo por filho de uma negra escrava da nação Angola este filho a ficar mais claro foi por ser filho que diziam ser filho de um administrado da capela do Tamanduá de Nossa Senhora da Conceição e a esse respeito se quer o dito Antonio chamar administrado não que seja por parte da mãe pois ela é escrava diretamente [...].⁸⁷⁷

Josefa informa que Antonio era filho de um administrado e que por isso ficou “mais claro”, mas sua mãe, não havia dúvidas, era uma negra de nação Angola. É muito provável que Antonio tenha se aproveitado de sua cor de pele mais clara para alegar que era livre por ser descendente de gentio da terra. Em Viamão ninguém conhecia sua mãe e nem seu pai, sendo a oportunidade perfeita para tentar se passar por indígena, com a ajuda de seu tom de pele. O plano não deu certo, pois todas as testemunhas foram unânimes em dizer que era filho de uma negra escrava e que, portanto, seria ele também escravo.

Como foi dito acima, a Lei de 06 de junho de 1755, que concedia liberdade aos indígenas, excluía deste privilégio os "oriundos de pretas escravas", como parece ser o caso de Antonio. A lei, portanto, era conhecida pelos colonos e proprietários de escravos, que se faziam valer dela para garantirem seu direito de propriedade. Por outro lado, Antonio, o

⁸⁷⁴ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1217.37..., p. 2.

⁸⁷⁵ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais*. 107 p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974. p.17.

⁸⁷⁶ DEAP BR PRAPPR PB045 PC1217.37..., p. 5.

⁸⁷⁷ Ibidem, p. 6.

mulato, sabia que se fosse administrado não poderia ser escravizado, pelo que fez a tentativa de dizer para a justiça que era indígena e não afrodescendente. As distinções e discriminações legais havidas entre índios e afrodescendentes, portanto, eram conhecidas por todos os níveis da hierarquia social. Ainda que não haja menção direta à legislação pombalina neste documento, é muito provável que os colonos já tivessem conhecimento dela. Ademais, a proibição de vender gentios da terra não era uma novidade trazida pela política de Pombal, que apenas reforçou e incluiu a importância da miscigenação entre índios e brancos e a sua integração à sociedade. Para aqueles filhos de mães negras, no entanto, nada mudou. Seguiam na sua condição de escravos.

Dois anos após a Lei de 1755, o Diretório dos Índios, de 1757, já referido na seção anterior, também veio para reforçar as diferenças entre os ameríndios e os negros africanos escravizados. Em seu parágrafo 10 o Diretório proibia os índios de serem chamados de *negros*. Conforme o texto original:

Entre os lastimosos princípios, e perniciosos abusos, de que tem resultado nos índios o abatimento ponderado, é sem dúvida um deles a injusta, e escandalosa introdução de lhes chamarem *Negros*; querendo talvez com a infâmia e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África.⁸⁷⁸

Nada mais elucidativo da distância cada vez maior entre negros e índios, no que se refere à sua situação perante as autoridades portuguesas, do que este parágrafo 10 do Diretório dos Índios. Negro era sinônimo de escravo e, este termo, só estaria adequado aos “pretos da Costa da África”, ao menos nesse momento. A preocupação do parágrafo do Diretório em proibir os índios de serem chamados *negros* refere-se ao fato de que muitos indígenas foram assim chamados durante mais de 200 anos de colonização. Os *negros da terra* viviam e trabalhavam, muitas vezes, ao lado dos *negros da Guiné*, como venho argumentando nesta tese. No entanto, mesmo sabendo que na prática a submissão de indígenas a trabalhos forçados ocorreu em larga escala e de maneira muito semelhante à que estavam sujeitos os africanos, não se pode deixar de notar as diferenças de tratamento dadas aos dois grupos por parte da legislação e também da teologia europeia, como foi demonstrado anteriormente neste trabalho.

Por outro lado, as ações de Pombal junto ao rei Dom José I trouxeram a possibilidade de mudança também para os negros e pardos libertos. Não obstante a elevação do *status* dos índios na América portuguesa, os negros escravos e forros que viviam no Reino também

⁸⁷⁸ “Directorio, que se deve observar...” p. 510.

tiveram sua posição social elevada. O Alvará de 16 de janeiro de 1773 determinou que os escravos que tivessem bisavós e avós escravas ficariam livres e também todos aqueles nascidos após a promulgação da lei, que ficariam “hábeis para todos os ofícios, honras e dignidades, sem a nota distintiva de libertos”.⁸⁷⁹ A notícia do Alvará rapidamente chegou à América e gerou uma série de petições e cartas de libertos do Novo Mundo que também se viram no direito de usufruir as mesmas prerrogativas que tinham os forros em Portugal. De acordo com Silva e Lima, os grupos de pardos libertos que já atuavam em corporações e milícias na América portuguesa, se organizaram e enviaram diversas petições ao rei, solicitando a equiparação e a elevação dos pardos para acesso a certos privilégios, como o recebimento de honras, mercês e a ocupação de cargos específicos.⁸⁸⁰ Em outro artigo, Silva também analisou as consequências do Alvará de 1773 na Capitania da Paraíba, onde se espalhou a notícia em Paraíba de Nossa Senhora das Neves de que os escravos daquela cidade ficariam também libertos pelo referido Alvará.⁸⁸¹ Se por um lado a distância entre os índios e os negros escravos aumentou com as leis e alvarás expedidos durante a atuação de Pombal, os pardos libertos souberam fazer uso de outras resoluções a seu favor. Ainda que a partir dos processos judiciais utilizados nesta pesquisa não seja possível verificar se também os pardos libertos da Comarca de Paranaguá se fizeram valer do Alvará de 1773, não se pode deixar de considerar essa possibilidade, que significaria uma mudança de *status* importante para este grupo.

Para os escravos da Comarca de Paranaguá, outra resolução de Pombal que trouxe graves e funestas consequências foi a expulsão dos jesuítas, já comentada na seção anterior. O confisco dos bens da Companhia de Jesus trouxe transformações também para a população escrava crioula e africana, já que os jesuítas eram donos de muitas propriedades, todas elas abastecidas com mão de obra escrava. O Colégio Jesuíta de Paranaguá certamente não era diferente, e deveria contar com escravos principalmente para a construção do edifício, que durou mais de 40 anos. Apesar de não ter acesso ao inventário dos bens deixados pelos jesuítas, foi possível através de outro documento saber que os padres eram, de fato, senhores de escravos. O casal Catharina da Silva Passos e Manoel Gonçalves Carreira já foi

⁸⁷⁹ Alvará com força de lei de 16 de janeiro de 1773. IN: LARA, Silvia. Legislação sobre escravos africanos..., pp. 359-360.

⁸⁸⁰ SILVA, Luiz Geraldo e SOUZA, Priscila de Lima. ‘Without freedmen note’: changes in the petitions of the pardos of Portuguese America throughout the eighteenth century. Texto apresentado no *Seminário Internacional Colonial (Mis) Understandings: Portugal and Europe in Global Perspective, 1450-1900*. Lisboa: FCT/CHAM, 2013, v. 1, p. 140.

⁸⁸¹ SILVA, Luiz Geraldo. ‘Esperança de liberdade’. Interpretações populares da abolição ilustrada. *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 144, 2001, pp. 107-149.

menção várias vezes neste trabalho e já é sabido, portanto, que este senhor faleceu no ano de 1758 e deixou a sua metade dos bens aos padres da Companhia de Jesus, que seriam legados somente após o falecimento de sua esposa. O desejo do falecido, após inúmeros processos judiciais⁸⁸², não foi concretizado. Em 1781 o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro decidiu que a Coroa portuguesa não tinha direito aos bens do casal, pelo simples fato de Catharina ter falecido no ano de 1770, quando a Companhia de Jesus já havia sido extinta.⁸⁸³ No entanto, a viúva, com medo de perder seus bens, passou a vender e a doar muitos de seus escravos, inclusive crianças, como já foi mostrado nos capítulos anteriores. Portanto, mesmo que os bens não tenham ido para a mão da Coroa, os escravos deste casal sofreram as consequências da Lei de Expulsão promulgada por Pombal.

E é justamente no testamento de Catharina da Silva Passos que existe uma menção à posse de escravos pelos padres inacianos. Em um dos itens de seu testamento ela diz:

Declaro que o dito Colégio pediu emprestado ao defunto meu marido, por vezes, em tempo dos padres Reitores o padre Manoel da Cruz, o padre João Gomes, o padre Estanislau Cardoso, o padre Manoel Amaro, o padre Caetano Dias, o padre Manoel Martins, o padre Christovão da Costa a quantia de 600 mil réis e o mais que constar dos livros de razão do dito Colégio e dos de meu marido para comprar três mulatos ou negros, a saber, José mulato, Antonio Congo e Rosa mulata e para outras coisas de gosto do Colégio, ainda que me consta que meu marido perdoara a dita dívida que o Colégio lhe devia ao casal, contudo eu não perdoei o que tocava a minha parte não obstante algum papel que houver de constar o contrário, o que ignoro porque nunca lhe dei tal consentimento.⁸⁸⁴

Interessante notar o descontentamento de Catharina com as atitudes do marido em relação ao Colégio. Manoel Gonçalves Carreira perdoou a tal dívida, mas ela não. Em outro momento de seu testamento, é possível perceber mais uma vez a insatisfação da viúva:

Declaro que o defunto meu marido gastou com as obras do Colégio desta vila vinte e oito mil cruzados e o mais que constar de seu livro de razão, assim declaro que o convim em os vinte e não em os oito, assim quero que para a minha metade venha o resto da quantia que eu não convim.⁸⁸⁵

Mil cruzados eram equivalentes a 400 mil réis, ou seja, Manoel Gonçalves Carreira gastou aproximadamente 11 contos de réis somente com as obras do Colégio, sem contar os

⁸⁸² Processos cíveis referentes aos bens do casal Manoel Gonçalves Carreira e Catharina da Silva Passos, 1770-1780. DEAP BR PR APPR PB 045 PC1659.51, PC1662.51, PC1673.51, PC1698.51, PC1699.51, PC1707.52, PC1765.54, PC1781.55, PC2238.72.

⁸⁸³ DEAP BR PR APPR PB045 PC2238.72...

⁸⁸⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC1765.54..., p. 48.

⁸⁸⁵ Ibidem, p. 47.

empréstimos, entre os quais o de 600 mil réis para a compra de três escravos e “outras coisas de gosto do Colégio”, como informou Catharina. Certamente estes não eram os únicos escravos possuídos pelos padres jesuítas de Paranaguá. Estes sim não puderam escapar do confisco da Coroa. É muito provável que tenham sido arrematados por diferentes pessoas, resultando na separação de famílias e acabando com a convivência e a estabilidade que o grupo teria com a presença dos padres.

Através da documentação judicial foi possível perceber que a atuação de Marquês de Pombal durante o reinado de Dom José I teve efeitos também na população escrava da Comarca de Paranaguá. A restrição da liberdade dos descendentes de indígenas somente para os que tinham ascendência materna e não paterna, deve ter frustrado muitos mestiços, como foi o caso de Antonio, citado ainda nesta seção. Já para o importante Alvará de 1773 que equiparou os libertos do Reino, permitindo-lhe acesso a privilégios antes vetados a eles, os processos judiciais não permitiram verificar se também entre os pardos livres da Comarca de Paranaguá houve movimentos no sentido de reivindicar os mesmos direitos. No entanto, há notícias do uso do referido Alvará para defender o interesse de libertos da Capitania de São Paulo. Priscila de Lima cita o exemplo do músico Antonio Manso, mulato, que em 1774 foi proibido de tocar na igreja da Sé pelo novo bispo. Saiu em sua defesa ninguém menos do que o governador da Capitania, D. Antonio de Souza, que se referiu à novíssima lei que equiparava os mulatos às pessoas livres.⁸⁸⁶ É muito provável, portanto, que alguns pardos e mulatos da Comarca de Paranaguá, também pertencente à Capitania de São Paulo, tenham recorrido ao mesmo artifício para ter acesso a cargos e privilégios que não tinham antes. Por fim, a expulsão dos jesuítas também trouxe consequências para a população escrava que estava sob seu domínio em toda a Colônia, incluindo a Comarca de Paranaguá. Não era apenas o Colégio na sede da Comarca que era de propriedade da Companhia de Jesus. Os religiosos possuíam também fazendas de gado nos Campos Gerais, entre elas a de Pitangui, que ainda no ano de 1806 aparece na documentação como pertencente à Real Coroa. Neste ano a fazenda contava com 31 escravos, muitos com idade bastante avançada, indicando que estavam na fazenda desde a época dos padres inacianos.⁸⁸⁷

Marquês de Pombal propôs mudanças para Portugal e seus domínios, a partir de 1755, na tentativa de transformar a sociedade antes plural e com o poder diluído entre várias corporações em uma sociedade formada por súditos de um rei com poder absoluto. As medidas tomadas por ele e acatadas pelo rei Dom José I foram sentidas, não há dúvida, em

⁸⁸⁶ LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados...*, p. 99.

⁸⁸⁷ PORTELA, Bruna Marina. Op. Cit., p. 27.

toda a América portuguesa. Para os dois grupos privilegiados nesta pesquisa, quais sejam, os negros e os índios, as transformações foram mais visíveis e diretas para os últimos. Porém, os negros escravos e libertos também fizeram parte dos campos de tensões criados a partir das mudanças sofridas por toda a sociedade colonial. A legislação pombalina muitas vezes foi um fator de aproximação entre negros e índios e de associação entre os dois grupos, causada também pela forte miscigenação social. O caso do mulato Antonio, citado nesta seção, é um exemplo de como as fronteiras entre ser escravo e ser índio eram bastante tênues e sujeitas à variações. Na próxima seção serão mostrados dois exemplos extraídos dos processos judiciais que mostram o aumento do distanciamento entre negros e índios como resultado das propostas de Pombal e, ao mesmo tempo, a grande proximidade que havia entre os dois mundos.

7.4. Distanciamentos e aproximações entre os dois grupos.

Índios e negros foram os dois segmentos da sociedade colonial que mais sofreram preconceitos e que ocupavam o nível mais baixo da hierarquia social. No entanto, entre eles, também existiam diferenciações, desde os primeiros anos da colonização, conforme já foi demonstrado nesta tese. A escravidão indígena sempre foi contestada e condenada pela Coroa portuguesa, mesmo que na prática os índios tenham se aproximado bastante dela. Por outro lado, a escravidão africana nunca foi motivo de dúvida para o império português. Giuseppe Marocci, em artigo publicado na Revista *Tempo*, comparou a discriminação sofrida por índios e negros, concluindo que estes últimos sempre foram mais discriminados que os primeiros.⁸⁸⁸ O uso do termo *negro*, já durante o século XVII, era sinônimo de escravo e, os indígenas em situação muito próxima à escravidão, eram chamados de *negros* da terra. A distinção entre índios e negros se faz clara também no Diretório dos Índios, já citado anteriormente, em que o parágrafo 10 proíbe os indígenas de serem chamados de *negros*⁸⁸⁹.

Para os indígenas, essa mudança na hierarquia social, com o maior afastamento da condição de escravos e a sua superioridade em relação aos negros, lhes trouxe novas possibilidades. Conforme argumentou Almeida, “cabe refletir sobre as possíveis compreensões que os próprios grupos étnicos e sociais tinham a respeito dessas categorias

⁸⁸⁸ MARCOCCI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos...

⁸⁸⁹ “Directorio, que se deve observar...” p. 510.

utilizadas para classificá-los.”⁸⁹⁰ Esta autora investigou os índios aldeados do Rio de Janeiro e, através de diferentes tipos de fontes, conseguiu perceber as apropriações feitas por eles da nova situação e categoria em que estavam inseridos com a legislação proposta por Pombal. A autora exemplifica com um caso de 1771, em que um índio capitão-mor de uma aldeia denunciou um colega também capitão-mor de outra aldeia por este ter se casado com uma preta, “manchando com este casamento o seu sangue”.⁸⁹¹ Para além das razões da denúncia, a autora alerta para o fato de os indígenas conhecerem a sua posição de superioridade em relação aos negros a partir da legislação pombalina.

Em minha amostra de processos judiciais constam dois exemplos em que os índios buscaram demonstrar o seu afastamento dos negros e mulatos. Os dois documentos são datados do ano de 1778, quando então as principais leis de Pombal referentes à população indígena já estavam em vigor. São processos da mesma natureza, justificações, nas quais duas mulheres vão à justiça para provar igualdade com seus noivos. A petição de Ana Maria do Rosário começa da seguinte maneira:

Diz Ana Maria do Rosário que estando contratada e já corridos os pregões para casar com Francisco Álvares, veio diante do reverendo vigário da vara Ana Pereira, viúva mãe do contraente, afetando desigualdade dizendo que a suplicante era de menor qualidade e desigual a seu filho [...].⁸⁹²

Quem denunciou a suplicante, portanto, foi sua futura sogra, Ana Pereira. Logo em seguida, ainda em sua petição, Ana Maria do Rosário expõe suas razões que provam não ser ela de qualidade inferior a seu noivo:

A justificante é filha legítima de Antonio da Silva, já defunto, e de sua mulher Ignácia Álvares da Cunha, também defunta, os quais não tem, nem seus antepassados, nunca em tempo algum tiveram em a sua geração casta de negro ou mulato. Que suposto os antepassados da justificante procedam de gentio da terra, também a impediante Ana Pereira é filha de gente da terra, que procede do gentio, em cujos termos não pode haver a desigualdade que se quer afetar.⁸⁹³

A justificante é clara ao argumentar que não tem em sua família “casta de negro ou mulato”, o que seria um impedimento para que se casasse com Francisco Álvares. No entanto, Ana Maria do Rosário alegou que seu noivo e sua mãe, a denunciante Ana Pereira, eram

⁸⁹⁰ ALMEIDA, Maria Regina C. *Op. Cit.* p. 27.

⁸⁹¹ ALMEIDA, Maria Regina C. *Op. Cit.* p. 27.

⁸⁹² DEAP BR PRAPPR PB045 PC2099.67. Autos cíveis de justificação em que são partes Ana Maria do Rosário, justificante, e Ana Pereira, justificada. Paranaguá, 1778. p. 3.

⁸⁹³ DEAP BR PRAPPR PB045 PC2099.67..., p. 3.

também oriundos do gentio da terra, sem que houvesse fundamento o impedimento alegado por sua futura sogra. No último item exposto por Ana em sua petição, a justificante vai além:

Que ainda no caso negado que a justificante só tivesse casta de gentio da terra e o contraente não, nem por isso se pode chamar desigualdade, porque a Lei de 06 de junho de 1755 os nobiliza [sic] e os não distingue dos que procedem de branco.⁸⁹⁴

Ana Maria do Rosário, descendente de indígenas, fez uso da legislação pombalina para garantir seus interesses. Note-se que este processo é apenas dois anos posterior ao de Domingos Rodrigues, iniciado no ano de 1776, no qual ele alegou ser procedente do gentio da terra, que “nada tinha de branco”.⁸⁹⁵ Ana, ao contrário, lembrou a Lei de 06 de junho de 1755 para argumentar que agora índios e brancos não eram distintos, mas sim equiparados uns aos outros. Os dois processos tramitaram na vila de Paranaguá com apenas dois anos de diferença. O fato de Domingos Rodrigues e seu procurador não terem citado a legislação de Pombal e inclusive usar argumentos contrários a ela é muito mais uma estratégia de acordo com seus interesses, do que o desconhecimento da Lei.

Na sequência do processo, Ana Maria do Rosário apresentou três testemunhas para corroborarem suas alegações, o que de fato todas fizeram. Vicente Pereira Rosa, uma das testemunhas, disse que sabia que a justificante era filha de Antonio da Silva e Ignácia Álvares da Cunha, “dos quais em tempo nenhum houve a menor nota de mulato ou negro”, e que sabia que a justificante descendia do gentio da terra “que hoje por Lei de sua majestade se reputam por brancos”.⁸⁹⁶ Havia um esforço, portanto, por parte dos índios, para se afastar dos negros e mulatos, esses ainda com “nota” de infâmia, ao passo que eles, os indígenas, de acordo com as leis do Reino, seriam reputados por brancos. O projeto de Pombal para Portugal e seus domínios era justamente equiparar vários grupos sociais, elevando o *status* daqueles que antes ocupavam lugares sociais baixos dentro da hierarquização natural que existia nas sociedades de Antigo Regime, transformando todos em súditos reais. Os índios na América portuguesa foram um desses grupos que teve seu *status* equiparado ao dos brancos, como a própria testemunha, na vila de Paranaguá, lembrou. O mesmo aconteceu com os naturais da Índia e com os libertos do Reino, conforme já exposto anteriormente.⁸⁹⁷ No entanto, em relação aos negros e mulatos, as novas ações executadas pelo Reino, principalmente em relação à essa população no Novo Mundo, nunca foram a eles direcionadas e nem voltada à sua equiparação

⁸⁹⁴ DEAP BR PRAPPR PB045 PC2099.67..., p. 4.

⁸⁹⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC1997.63...

⁸⁹⁶ DEAP BR PRAPPR PB045 PC2099.67..., p. 9

⁸⁹⁷ LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados...*, p. 26-27.

a outros grupos sociais e a elevação de seu *status*. Como bem observou Priscila de Lima, “as figuras do negro e do mestiço ainda eram admitidas como sinônimo de infâmia. Estes eram grupos tratados de forma diferenciada no interior das políticas do período”.⁸⁹⁸ E também o eram pelos próprios indivíduos que compunham a sociedade, o que incluía os índios, que sofreram um processo de mudança de *status* com as novas leis do Reino. Os indígenas, eles próprios estigmatizados, lançavam mão de recursos que os distinguiu dos negros e mulatos, estes muito mais discriminados do que aqueles.

Após o depoimento das testemunhas, foi ouvida Ana Pereira, a mãe do noivo, que disse “que quanto a razão do sangue da justificante não tinha nota alguma que lhe pusesse, mas que a razão só que tinha era que o referido seu filho era o seu encosto e de quatro filhos que tem”.⁸⁹⁹ Na justiça, Ana Pereira fez um discurso diferente, não questionando a “pureza de sangue” de sua futura nora, mas alegando que seu filho era arrimo de família. O ouvidor geral da Comarca, Antonio Barbosa de Mattos Coutinho, emitiu sua sentença sobre o caso em dezembro de 1778, favorável à justificante Ana Maria do Rosário, considerando “frívolos” os motivos alegados pela mãe do noivo.⁹⁰⁰

Sobre o outro processo judicial desta mesma natureza um pouco já foi dito ainda no capítulo 1 desta tese. Trata-se de Elena Micaela de Souza que estava contratada para se casar com Ignácio da Costa, também no ano de 1778. O pai do contraente, Francisco da Costa, foi até o reverendo vigário da vara para denunciar desigualdade. O caso também se passou na vila de Paranaguá e Elena recorreu ao ouvidor geral da Comarca para que pudesse justificar que ela não era de qualidade inferior a de seu futuro esposo. Em sua petição, Elena diz que seu pai e sua mãe são descendentes do gentio da terra “sem mistura de mulato ou negro na sua geração”.⁹⁰¹ Na sequência, a justificante faz uma séria acusação à família de seu noivo:

P[rovará] que o contraente Ignácio da Costa é filho do dito Francisco da Costa, descendente do gentio da terra, e nesta parte com igualdade com a suplicante, porém da parte materna é muito inferior, porque
P[rovará] que Isabel dos Santos, mãe do contraente, descende de uma negra mina a qual chamada Francisca era avó do dito contraente Ignácio da Costa pela parte materna, e nestas circunstâncias não tem o suplicado pai do contraente motivos para dirimir o matrimônio com desigualdade em conformidade da Lei Novíssima porque a melhoria da suplicante fica manifesta e só ela e seu pai é que podiam impedir, se quisessem, e não o suplicado sendo de inferior condição.⁹⁰²

⁸⁹⁸ Ibidem, p. 30.

⁸⁹⁹ DEAP BR PRAPPR PB045 PC2099.67..., p. 11.

⁹⁰⁰ Ibidem, p. 12.

⁹⁰¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC2129.69..., p. 2.

⁹⁰² Ibidem, p. 3.

Elena Micaela afirma que a mãe de seu noivo era filha de uma negra mina e que se alguém poderia alegar desigualdade seria ela e seu pai, de acordo com a “Lei Novíssima”. Certamente a Lei refere-se ao Diretório dos Índios, que incentivava o casamento dos índios com brancos, mas não o de índios com negros, considerando “injusta e escandalosa a introdução de lhes chamarem negros”⁹⁰³, deixando bem marcada a diferenciação que havia entre um e outro grupo. O casamento misto dos indígenas com os negros passou a ser mal visto pelos próprios índios, como demonstrou Almeida no exemplo citado há pouco do capitão-mor de uma aldeia que denunciou a outro por ter se casado com uma negra.⁹⁰⁴ Não obstante as “Leis Novíssimas” e a recriminação do próprio grupo, os casamentos mistos ainda existiam, como demonstra este caso de Elena Micaela, disposta a se casar com Ignácio da Costa, um mestiço que tinha negros em sua geração.

No entanto, não era o que Francisco da Costa, o pai do noivo, alegava. Ele apresentou contestação da petição da justificante, dizendo ser falso que ele era descendente de gentios da terra, “mas sim desde seus avós paternos e maternos é branco legítimo”.⁹⁰⁵ E sobre a família de Elena Micaela, Francisco disse:

P[rovará] que é falso dizer a autora que a negra mina chamada Francisca é avó do contraente, porque o é da mãe do contraente e vem a ser bisavó do mesmo contraente vindo a ficar em quarto grau tal parentesco e extinta conforme o Direito Canônico a nota de mulato de sorte que se se pretendesse ordenar outro qualquer cargo que requiera limpeza de sangue o havia de conseguir por ficar extinta semelhante nota, o que acontece pelo contrário com a autora porque

P[rovará] que a mesma autora procede de carijó com negro porque Ana carijó teve de um mulato por nome Antonio, cativo do defunto Manoel Gonçalves Carreira uma filha por nome Luzia e esta casou com um carijó por nome Thomé Rangel dos quais procedeu Joanna, mãe da autora, termos em que se mostra bem claramente a desigualdade do réu por ser melhor a sua geração e para mostrar a inferioridade da autora basta olhar para a cor dela que bem mostra por negra a sua qualidade.⁹⁰⁶

Note-se que pelas palavras de Francisco da Costa, a justificante Elena Micaela também seria a quarta geração sem que houvesse negros ou mulatos na família, da mesma maneira que ele alegou sobre a família de sua mulher. Ainda assim, Francisco da Costa insistiu em desqualificar a justificante, dizendo que bastava “olhar para a cor dela que bem mostra por negra”. Francisco alegou que seu filho, Ignácio, poderia ocupar qualquer cargo que desejasse, pois era parente de uma negra em quarto grau, o que significava que a nota de

⁹⁰³ “Directorio, que se deve observar...” p. 510.

⁹⁰⁴ ALMEIDA, Maria Regina C. *Op. Cit.* p. 27.

⁹⁰⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC2129.69..., p. 10.

⁹⁰⁶ Idem.

mulato já estaria extinta, conforme o Direito Canônico. Esta mesma lógica da quarta geração já havia sido usada para os libertos do Reino, de acordo com o Alvará de 16 de janeiro de 1773, exposto na seção anterior, que declarou que aqueles que tinham bisavós escravos ficariam livres.⁹⁰⁷ Apesar de no processo não estar referida nenhuma lei específica para os indígenas, como a de 1755 e o Diretório, que os equiparava com os brancos, fica subentendido que o problema não era descender de gentios da terra, mas sim de negros e mulatos.

Foram ouvidas duas testemunhas apresentadas por Elena Micaela, que confirmaram tudo o que por ela foi dito em sua petição, e no dia 03 de julho de 1778 o ouvidor Antonio Barbosa de Mattos Coutinho emitiu sua sentença, favorável à justificante. Coutinho argumentou que nada impedia o casamento dos contraentes e que o pai do noivo não apresentou prova alguma do que alegava, ao contrário de Elena, que apresentou duas testemunhas. Francisco da Costa, no entanto, não desistiu. Apresentou embargos à sentença através de seu procurador, Manoel Vieira dos Santos, que centrou todo o embargo à forma do processo e aos erros cometidos em sua execução, que deveria ser julgado por nulo.⁹⁰⁸ Após vários textos apresentados pelos procuradores das partes, todos focados na maneira em que o processo foi executado e não mais na desigualdade do casal, o ouvidor proferiu um despacho novamente contra Francisco da Costa, dizendo não aceitar o embargo “por morosos contra o espírito das leis”. Não satisfeito, Costa agravou contra o ouvidor Coutinho para o Tribunal da Relação da cidade do Rio de Janeiro.⁹⁰⁹ O Tribunal, porém, não aceitou o agravo e manteve a sentença favorável a Elena Micaela.⁹¹⁰ Somente em 23 de setembro de 1779, mais de um ano após a primeira sentença do ouvidor da Comarca de Paranaguá, foi enviada a carta da sentença ao vigário da vara para que casasse Elena Micaela e Ignácio da Costa.⁹¹¹ O pai, Francisco da Costa, conseguiu adiar por mais de um ano o casamento de seu filho com a mulher que ele julgava ser inferior. O desprezo por Elena Micaela apareceu também no agravo de Francisco, que ao se reportar ao Tribunal da Relação escreveu que “impedindo o agravante o tal casamento pela desigualdade que entre um e outro havia, por ser a agravada mulata fusca e o filho do agravante homem branco já de seus antepassados”.⁹¹²

Os dois exemplos apresentados nesta seção mostram como a partir da segunda metade

⁹⁰⁷ LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados...*, p. 74.

⁹⁰⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC2129.69..., pp. 30-33.

⁹⁰⁹ Ibidem, pp. 48-50.

⁹¹⁰ Ibidem, p. 85.

⁹¹¹ Ibidem, p. 89.

⁹¹² Ibidem, p. 54.

do século XVIII, com as ações implementadas pela Coroa portuguesa e em grande parte orquestradas por Sebastião José de Carvalho e Melo, refletiram na relação entre índios e negros. Os primeiros tiveram seu *status* elevado em relação aos últimos, distanciando socialmente os dois grupos antes muito mais próximos. O esforço dos descendentes de gentios da terra, como mostraram os dois processos judiciais, era para afastar qualquer resquício de sangue negro ou mulato que tivessem herdado de seus antepassados, pois isto os colocava em posição de inferioridade, como mostrou o caso do mulato Antonio, filho de pai indígena e de mãe negra. Contudo, ao mesmo tempo em que a legislação pombalina afastou os negros e os índios, também mostrou o quão próximos eram este dois grupos. A mestiçagem entre eles não foi nada incomum na Comarca de Paranaguá, como já foi exemplificado com alguns casos e ainda outros que serão vistos a seguir. Ademais, tanto Elena Micaela quanto Ignácio da Costa, casal do último processo judicial exposto, tinham antepassados negros em sua família, assim como gentios da terra. Neste momento, descender de indígenas tinha muito mais prestígio do que descender de negros e mulatos, estes ainda estigmatizados pela sociedade colonial. A possibilidade dada pela legislação pombalina de equiparação com os brancos, forçou os indígenas a demonstrarem que não descendiam de negros ou mulatos e, por outro lado, gerou denúncias como a dos dois processos judiciais acima exemplificados, evidenciando a aproximação que existia entre os dois grupos.

Os índios e seus descendentes, colocados em posição de superioridade em relação aos negros nessa nova organização social, passaram a fazer parte da sociodinâmica da estigmatização, como chamou Norbert Elias. Em uma sociedade em que um grupo se considera superior ao outro e se vê ameaçado por ele, o coloca em condição de inferioridade, estigmatizando-o.⁹¹³ Foi o que fez Ignácio da Costa, um descendente de gentios da terra, que desprezou Elena Micaela por seu tom de pele mais escuro e pelos seus antepassados negros e mulatos. As medidas de Pombal para equiparação de diversos grupos sociais tornaram as relações entre índios e negros ainda mais complexas na América portuguesa, especialmente em regiões como a Capitania de São Paulo, onde havia um alto nível de miscigenação entre as pessoas. O convívio entre negros e índios, proporcionado pelo lento e gradual processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana, ocorrido ao longo do século XVIII, permitiu que estas pessoas mantivessem relações interdependentes nos mais variados níveis, incluindo a formação de famílias mestiças. No próximo capítulo serão vistos outros exemplos

⁹¹³ ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders...*, p. 23.

de interação entre negros e índios, que não estavam, porém, relacionados com as novas propostas de Marques de Pombal para Portugal e seus domínios.

8. A JUSTIÇA COMO INTERMEDIADORA ENTRE NEGROS E ÍNDIOS

8.1. Desventuras.

Na Comarca de Paranaguá do século XVIII não havia a mesma relação entre indígenas e africanos que em outras regiões da América portuguesa. Se no nordeste os conflitos eram frequentes, em função do uso dos índios para combater os escravos fugidos, na América meridional os conflitos eram mais locais e específicos, muito mais resultado da convivência entre um e outro grupo, do que de uma ação mais ampla partindo da própria administração colonial. A configuração social das vilas da Capitania de São Paulo, marcada pela miscigenação e pelo compartilhamento de experiências entre pessoas que ocupavam diferentes hierarquias, gerava conflitos e também relações amistosas entre negros e índios. Nesta seção serão apresentados dois casos que são resultado dessa convivência inevitável entre os gentios da terra e os gentios da Guiné e que geraram situações de conflito, intencionais ou não. Ambos tratam de homicídios.

O primeiro deles ocorreu no ano de 1727 na vila do Rio de São Francisco, mas, foi somente em 1732 que chegou à Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá. A justiça foi a autora no processo e o libelo apresentado por Manoel Gonçalves Junqueira, o promotor, dizia:

P.[rovará] que tendo o reverendo padre Antonio Ferreira da Cruz em seu sítio na vila do Rio de São Francisco e de portas adentro ao réu e a outro administrado por nome Antonio, o réu de seu mote próprio com ânimo danado e rixa velha em trinta e um de outubro de 1727 anos fizera uma cilada ao dito Antonio, e nela o matara com um tiro de espingarda com o qual logo sem mais demora alguma dera a alma a Deus com tal barbaridade e pouco temor a Deus que pelo dito caso deve o réu de ser punido e castigado na forma da lei por ser o caso atroz.⁹¹⁴

O réu era Ventura, mulato escravo pertencente ao padre Antonio Ferreira da Cruz. Pela acusação do promotor, entende-se que escravo e administrado tinham uma rixa antiga que motivou Ventura a atirar em Antonio com uma espingarda. No entanto, toda a argumentação do réu, através de seu procurador, se baseou na alegação de que tudo não passou de um acidente. Ventura, na época do ocorrido, tinha apenas 14 anos de idade, conforme alegou em sua contrariedade de libelo:

⁹¹⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC90.3. Livramento crime de Ventura, escravo do reverendo padre Antonio Ferreira da Cruz. Paranaguá, 1732. pp. 24-25.

P.[rovará] ele réu que no tempo em que se deu o dito tiro no dito defunto, sendo ele réu de menor idade de catorze anos, estando quieto e pacífico, e como rapaz que era [?] com o sentido em folgar como são os daquela idade, o dito defunto sendo maior começou a zombar com ele réu e para lhe fazer medo pegara em uma arma de fogo com a qual havia naquele dia seu senhor o reverendo Antonio Ferreira da Cruz feito tiro a um gavião que lhe fazia dano as aves de seu terreiro, e parecendo-lhes ao dito defunto e a ele réu que estava descarregada começaram a brincar com ela fazendo seus remessos e sucedendo dar volta com a dita espingarda que já o dito defunto tinha posto [de cabo] armado disparou e feriu ao dito defunto [...].⁹¹⁵

A causa da morte do administrado, portanto, seria não uma rixa antiga ou conflito entre os dois, mas sim uma brincadeira, que acabou com um deles morto e o outro preso. Ventura estava na cadeia da vila de Paranaguá, aguardando julgamento. Não é possível saber, através do documento, desde quando ele estava preso, mas é provável que logo após a morte, em outubro de 1727, ele tenha sido encarcerado na enxovia de Rio de São Francisco, para depois ser remetido à Paranaguá. Cinco anos já haviam se passado desde o ocorrido quando finalmente o ouvidor geral da Comarca iniciou a apreciação do caso. Ventura já estava com 20 anos.

As 30 testemunhas ouvidas foram unânimes em afirmar que havia sido de fato um acidente e que Ventura não tivera culpa. Francisco de Miranda Tavares, um lavrador de 56 anos, disse que

ouviu ele testemunha dizer por boca do dito defunto que estando folgando com seu parceiro Ventura lançou mão de uma arma de fogo que estava no seu rancho dizendo que o ia matar e que lhe dissera seu parceiro Ventura não brincasse com armas e que fora lançar mão dela e como o defunto tinha já o cano levantado se disparara e feriu ao defunto pela barriga dois dedos acima do umbigo [...].⁹¹⁶

Manoel Alvarez de Siqueira, também lavrador, disse que

[...] indo no sítio do padre vigário aonde estava bebendo um mate de congonha ouviu um tiro e saindo ao terreiro ouviu uns gritos em um rancho dos negros do dito padre vigário e acudindo a ele a este rapaz Antonio com a mão na barriga e cheio de sangue e perguntando o que houve lhe dissera o rapaz é uma desgraça e eu mesmo tive culpa [...].⁹¹⁷

As palavras dos depoentes deixam transparecer a convivência que havia entre Ventura e Antonio, um escravo e outro administrado, vivendo na mesma propriedade e sob as ordens e

⁹¹⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC90.3..., p. 28.

⁹¹⁶ Ibidem, pp. 50-51.

⁹¹⁷ Ibidem, p. 46.

cuidados do mesmo senhor. O “rancho dos negros” era frequentado também pelos indígenas e, desta inevitável convivência, surgiam relacionamentos, amigáveis ou não. Pelos depoimentos das testemunhas, Ventura, ainda um menino na época do ocorrido, não tinha nenhuma rixa com Antonio, o administrado, que também era bastante jovem quando faleceu, contando apenas 16 anos. O crime foi pura falta de sorte, ou ainda, uma desventura para ambos. Vários depoentes usaram as palavras “folgando com seu parceiro”, ou seja, eram vistos como companheiros e, para ir mais além, como dois indivíduos que ocupavam o mesmo lugar nesta sociedade, qual seja, o de subordinados. Uma das definições de Raphael Bluteau para a palavra “folgar” é a de cessar o trabalho ou andar ocioso. Além desta, Bluteau também a define como “recrear-se” e, ao citar alguns ditados portugueses com a palavra, consta o seguinte: “Cada um folga com seu igual”.⁹¹⁸ Ventura, um escravo afrodescendente, folgava com Antonio, um índio administrado.

Apesar de índios e negros possuírem *status* diferentes na sociedade colonial, pois as implicações sociais e jurídicas de ser administrado e de ser escravo eram distintas, não há dúvida de que os dois grupos compartilharam muitas experiências. A documentação por mim analisada mostrou muito mais as relações harmoniosas entre negros e índios do que as hostilidades. O caso de Ventura e Antonio, apesar de violento, não foi resultado de uma rivalidade ou conflito, mas sim de uma “desgraça”, como o próprio administrado se referiu ao acontecido a uma das testemunhas. A relação entre os dois era a de indivíduos que partilhavam momentos juntos, no trabalho e nas horas de folga. Essa convivência de negros e índios mostra como a transição para o uso da mão de obra africana em substituição à indígena foi de fato um processo longo e gradual na Capitania de São Paulo, dando margem para que um e outro grupo se encontrassem e mantivessem relações interdependentes.

No dia 20 de julho de 1733 o ouvidor Antonio dos Santos Soares proferiu sua sentença sobre o caso.

[...] se mostra provado com legalidade porque uniformemente o depoimento de todas as 30 testemunhas da devassa; que fora verdade dar o réu o tiro de espingarda no queixoso Antonio seu parceiro da administração do dito padre seu senhor, mas que o fizera casualmente e por desgraça, andando folgando porque não entendera que estava carregada e não houvera propósito, nem ânimo deliberado de fazer a dita morte depondo as mais das ditas testemunhas de ouvida, e confessam ao mesmo morto achando-se vivo nos três dias que viveu e que o dito tivera a culpa no caso por ser ele o que principiara a folgar com a dita espingarda. [...] Atendendo, porém, a menoridade que tinha quando fez o delito e que não é lícito à pessoa alguma por menor que seja, zombaria tão pesada de

⁹¹⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, 1728, vol. 4, p. 158.

que se segue a morte, condeno ao dito réu somente em três anos de degredo para fora da vila do Rio de São Francisco.⁹¹⁹

Além do tempo que ficou preso, Ventura teria que viver três anos longe da vila de Rio de São Francisco. Não é mencionado no documento o local do degredo e nem com quem ele ficaria durante esse período. É possível que Paranaguá tenha sido o destino do escravo, já que estava preso na cadeia desta vila. O padre, seu senhor, pode ter recorrido à suas redes de relacionamento para que Ventura ficasse sob os cuidados de outro religioso, como aconteceu com o pardo forro Antonio do Amaral, referido na parte II desta tese, remetido para a vila de Curitiba pelo vigário de Paranaguá, para que fosse amparado por Manoel Domingues Leitão, o reverendo da vila de Curitiba já citado neste trabalho.⁹²⁰

O segundo processo judicial que será analisado nesta seção é datado de 1750 e, como já foi informado, relata também a história de um homicídio, apesar de indiretamente. O autor da causa foi Ignácio da Silva Moura, “fazendeiro do sargento mor Cristovão Pinheiro na fazenda chamada Capão dos Porcos tendo a seu cargo assim escravos como criações de gado e cavalgaduras dos quais bens está obrigado a dar contas sendo-lhe pedida.”⁹²¹ Cristovão Pinheiro França já foi referido algumas vezes durante a tese; era tio de Antonia da Cruz França, a maior proprietária de escravos de minha amostra. Ignácio da Silva Moura cuidava de uma das fazendas deste senhor nos campos de Curitiba, já que ele residia em Paranaguá, assim como sua sobrinha.

Moura, o autor, se queixou contra Manoel Marques, dizendo que este lhe devia 32 mil réis pelo tratamento que deu aos ferimentos de um escravo do réu, chamado Bernardo, durante 42 dias. O motivo de tais ferimentos é explicado no libelo do autor:

P.[rovará] que vindo um escravo chamado Bernardo da fazenda das Furnas em cuja companhia vinha um carijó e perto da fazenda onde o autor assiste o referido carijó deu um tiro de espingarda no dito Bernardo e o feriu gravemente com uma bala e perdigotos que por morto o deixou.⁹²²

Bernardo não morreu imediatamente. Sobreviveu por 42 dias na casa do autor, que continua em seu libelo:

⁹¹⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC90.3..., pp. 118-119.

⁹²⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC547.15...

⁹²¹ DEAP BR PR APPR PB045 PC732.22. Causa cível de libelo entre partes em que é autor Ignácio da Silva Moura e réu Manoel Marques. Curitiba, 1750. p. 5.

⁹²² Idem.

P.[rovará] que o autor assistiu ao doente em todo o medicamento necessário e sustento de galinhas e ovos e o mais sustento não só ao ferido se não também a uma filha dele chamada Anna que também assistia em casa dele autor que também adoeceu e foi necessário assistir-lhe com cura e sustento necessário.

P. [rovará] que por tempo de 42 dias esteve o escravo ferido com feridas abertas e em todo este tempo e mais tirava o autor um escravo do serviço da fazenda para assistir ao doente e perdendo mais alguns dias para procurar galinhas e o mais necessários para o doente como tudo consta da receita junta que com esta apresenta.⁹²³

Toda a discussão no processo está centrada nas despesas feitas pelo autor com o escravo Bernardo e sua filha Anna, ambos pertencentes ao réu, e na falta de pagamento dos tais gastos por parte de Manoel Marques. O documento foi encerrado com um termo de composição feito entre autor e réu, que chegaram a um acordo amigável sobre a forma que seria paga a dívida. Sobre os motivos do tiro disparado pelo carijó no escravo nada é dito. Nem ao menos o nome do tal carijó é citado. A única informação sobre o crime é a de que Bernardo, escravo, e o indígena sem nome vinham juntos da Fazenda das Furnas e no caminho o crime foi cometido. É possível que se trate de mais uma desventura, como a que ocorreu com Ventura e Antonio do caso referido há pouco, e que uma falta de sorte tenha provocado o disparo e os ferimentos em Bernardo. Mas nesse caso não se pode deixar de considerar a hipótese de um desentendimento entre os dois e no uso deliberado da espingarda por parte do carijó contra o escravo.

Os dois casos analisados nesta seção trazem novamente à tona a questão do acesso às armas de fogo pelos indígenas e escravos, proibido pela lei, mas largamente utilizada por esse segmento da população. Ao longo da tese foram dados vários exemplos de uso de armas tanto pelos indígenas, no capítulo 3, como pelos escravos, no capítulo 6. Agora, nesta seção, o tema aparece novamente e deixa claro que nas vilas coloniais da Capitania de São Paulo era comum o porte de armas tanto por negros como por índios, o que eventualmente causava acidentes e mortes como a do administrado Antonio e do escravo Bernardo. O uso de espingardas certamente era uma necessidade para os moradores do campo, assim como as facas, cujo uso foi defendido pelo governador da Capitania do Rio de Janeiro em carta enviada ao rei Dom João V no ano de 1725, afirmando que os escravos precisavam delas “para abrirem picada no mato e para se defenderem das feras”.⁹²⁴ Portanto, o fato de escravos e indígenas terem acesso às armas de fogo não era encarado pela população como algo preocupante, mas sim como algo necessário. No caso de Ventura e Antonio, a espingarda estava à mão, em um dos

⁹²³ DEAP BR PR APPR PB045 PC732.22..., pp. 5-6.

⁹²⁴ Provisão de 21 de janeiro de 1726. In: LARA, Silvia. Legislação sobre escravos africanos... , p. 274. A resposta do rei à carta do governador foi dada nesta Provisão, que reiterou a proibição do uso das facas pelos escravos.

ranchos dos negros, e havia sido usada pelo senhor para matar um gavião. Era algo tão comum no dia a dia destas pessoas que escravo e administrado estavam “folgando” com a arma. Bernardo e o carijó vinham de uma fazenda para outra e carregar uma espingarda era gênero de primeira necessidade para se defender das “feras”.

Não há dúvidas de que o acesso às armas de fogo facilitava o acontecimento de mortes como as duas aqui mencionadas, fossem elas acidentais ou não. Mas para além de saber se os homicídios foram intencionais ou acidentais, estes dois processos judiciais mostram a convivência e o compartilhamento de experiência que havia entre negros e índios na Capitania de São Paulo. Os dois documentos são datados na primeira metade do século XVIII, um em 1732 e outro em 1750, mostrando que mesmo nesse período em que a presença de escravos africanos e afrodescendentes ainda era reduzida na região, houve a possibilidade de contato e do estabelecimento de relações bastante próximas entre pessoas de um e de outro grupo. Diferente das hostilidades e enfrentamentos entre índios e negros apresentados por Schwartz para o nordeste da América portuguesa, na Capitania de São Paulo as relações entre eles foram muito mais próximas e pontuais. Nas Capitanias nordestinas, onde desde o século XVI já havia um grande contingente de escravos negros e, por outro lado, tribos indígenas aliadas, os colonos e também os jesuítas se faziam valer dos índios como força militar, tanto para conter os numerosos escravos africanos dos engenhos, como também os estrangeiros (franceses e holandeses) e outras tribos indígenas inimigas.⁹²⁵ Nas ações antiquilombolas não era raro que os capitães do mato fossem negros ou mulatos livres que chefiavam as operações com o apoio de indígenas.⁹²⁶ Portanto, as relações entre negros e índios, para além da inevitável convivência cotidiana, eram movidas também por interesses mais amplos dos próprios agentes da colonização, que tratavam de colocar índios e negros em posições opostas e hostis.

Na Comarca de Paranaguá do século XVIII não há evidências de que houvesse interesse por parte da Coroa portuguesa e nem dos próprios colonos em opor índios e negros. A documentação por mim analisada mostrou que essa era uma população bastante miscigenada e pouco abastada, que durante a primeira metade do século XVIII se fazia valer da mão de obra indígena apresada no sertão e dos filhos destes, muitos dos quais bastardos, e de alguns poucos escravos de origem africana, cujo número aumentou conforme o século XVIII avançava. Para uma população pobre e que dependia de braços administrados e escravos para o trabalho, certamente não valeria a pena colocar uns contra os outros, mas sim

⁹²⁵ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 19.

⁹²⁶ Ibidem, p. 23.

somar o trabalho de ambos. Para um proprietário sem dúvida era vantajoso manter em suas terras o máximo de pessoas subordinadas que conseguisse, fossem elas escravas, libertas, administradas ou livres pobres.

Já foram citados alguns exemplos de propriedades em que viviam escravos, libertos e livres, como a de Manoel Ferreira Faleyros, morador de Paranaguá, onde viviam Brígida e sua filha Brazida, ambas libertas, com seus respectivos maridos no ano de 1774.⁹²⁷ Sobre o esposo de Brazida não havia informações a respeito de sua condição jurídica, mas João Manoel, marido de Brígida, era um homem branco livre. Pela documentação também foi possível saber que Faleyros possuía alguns escravos vivendo em sua propriedade. Ou seja, era um local de convivência entre pessoas de diferentes hierarquias sociais e que sem dúvida mantinham relacionamentos interdependentes uns com os outros, sendo possível também que houvesse indígenas ou descendentes vivendo nas mesmas terras.

Os conflitos entre índios e negros, portanto, seriam resultantes dessa convivência bastante próxima e cotidiana. Os desentendimentos e as rixas certamente faziam parte do dia a dia e, em alguns poucos casos, chegavam até a justiça. Índios e negros poderiam se confrontar em causas judiciais, o que poderia causar um desentendimento posterior entre eles. No caso do escravo Gonçalo, já referido anteriormente, acusado de roubo na vila de Paranaguá no ano de 1777, uma das testemunhas que depôs contra o acusado foi Lucas Dias Pedroso, um administrado que estaria alugado para o autor do processo, segundo informou o procurador do escravo.⁹²⁸ Lucas informou em seu depoimento que sabia que o escravo era o autor do roubo por ter lhe contado uma das escravas de Francisco da Silva Ilhas, o acusador de Gonçalo e a vítima do roubo. Este processo judicial revela que ainda em finais do século XVIII na Comarca de Paranaguá o trato entre indígenas ou seus descendentes com a população negra, escrava ou liberta, era possível e real. Gonçalo, um escravo negro, e Lucas, um administrado, podem ter mantido uma relação pouco amigável depois do processo, já que o segundo acusou o primeiro de ter cometido um roubo.

Não há dúvidas, portanto, que os encontros e confrontos entre negros e índios aconteciam com frequência nas vilas da Comarca de Paranaguá durante o século XVIII, pois existiu, de fato, uma convivência entre os dois grupos. Tal convívio foi proporcionado pelo processo de transição do uso dos indígenas como trabalhadores para os escravos africanos e afrodescendentes, processo este que se estendeu por todo o século XVIII, ainda que a mudança mais significativa tenha sido percebida já a partir de 1750, quando a presença de

⁹²⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC1877.59...; DEAP BR PR APPR PB045 PC1918.60...

⁹²⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC2115.68..., pp. 29-31.

índios na documentação começa a ficar mais rara. Esse processo de transição transformou a composição desta sociedade, que contava com pessoas que ocupavam os mais diferentes níveis sociais.

É possível perceber na população da Capitania de São Paulo, através dos documentos judiciais analisados, o que Igor Kopytoff chamou de “processo de transformação de *status*”, tal como discutido anteriormente.⁹²⁹ Os índios que até final do século XVII e início do XVIII muitas vezes tinham o *status* de escravos, conforme passaram as primeiras décadas do século, transformaram sua situação para “administrados” e, alguns deles, para indígenas e bastardos livres. Para os africanos e afrodescendentes que chegavam escravizados a transformação do *status* começava logo quando saíam da África e chegavam ao Novo Mundo, enquanto estrangeiros e *outsiders*, para então se incorporarem à nova realidade, transformando novamente seu *status*. A conquista da liberdade, que poderia acontecer somente com as futuras gerações, seria mais uma transformação a que estavam sujeitos. Sendo assim, os escravos e também os indígenas sofreram mudanças em seus *status* nessa sociedade colonial, o que também interferia nas relações mantidas entre os dois grupos. No início do século XVIII indígenas e escravos africanos compartilharam a vivência do cativeiro, como mostraram alguns inventários nos quais foram arrolados negros e índios, lado a lado. Mais tarde as diferenças entre um e outro grupo foram se acentuando, com os índios ocupando o lugar de administrados e inclusive lutando na justiça por sua liberdade. Ainda assim, o convívio entre eles e as pessoas de origem africana não deixou de existir e de gerar situações de enfrentamento e conflitos.

8.2. Parcerias.

Muito mais do que situações de conflito, os poucos processos judiciais de minha amostra que trazem índios e negros, mostram situações de interação amigável entre um e outro grupo. Esta seção dará continuidade às análises da convivência entre negros e índios na Comarca de Paranaguá do século XVIII, assim como na seção anterior, mas, ao contrário, o cenário aqui serão as “interações cordiais”⁹³⁰ e seus desdobramentos. Stuart Schwartz citou exemplos desse tipo de interação em seu artigo, chamando atenção para os casamentos mistos, que nos engenhos baianos seriam motivados pelo grande número de escravos africanos do

⁹²⁹ KOPYTOFF, Igor. *Slavery...*, pp. 221-222.

⁹³⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Tapanhuns, negros da terra e curibocas...*, p. 29.

sexo masculino e as poucas mulheres, o que acabava por facilitar o casamento com índias, ainda que pouco frequentes na realidade dos engenhos. Para o sertão, porém, Schwartz alerta que “era comum a utilização concomitante de trabalhadores indígenas e negros. Possivelmente, nesse contexto, a união entre eles podia ser mais frequente”.⁹³¹ Essa mesma realidade encontrada para o sertão baiano poderia ser percebida na Capitania de São Paulo. Conforme argumentado na seção anterior, a configuração social encontrada nas vilas da Comarca de Paranaguá fazia com que o uso simultâneo do trabalho de índios e negros fosse vantajoso e necessário para os proprietários, facilitando as aproximações e as uniões mistas.

Nos processos judiciais de minha amostra, são três os documentos que trazem evidências do envolvimento entre homens negros e mulheres índias e vice-versa, não necessariamente de cunho amoroso. A situação mais antiga data do ano de 1747 e aconteceu na vila de Curitiba. Maria Buena da Rocha, esposa de João Carvalho de Assunção, foi até a justiça para justificar que Antonio, um mulato forro, havia levado em sua companhia uma administrada de sua casa. Em sua petição consta o seguinte:

Diz Maria Bueno da Rocha por cabeça de seu marido João Carvalho de Assunção, por ele se achar ausente, que tendo ela suplicante uma rapariga administrada por nome Pellonia, e ficando esta em casa da suplicante quando veio a esta vila, agora de presente tem a suplicante notícia certa que na sua ausência foi Antonio mulato forro tirar a dita rapariga, e a levou consigo para Tinguiquera, e quer a suplicante que os oficiais deste juízo vão na dita paragem a trazer a dita rapariga para o poder da suplicante [...].⁹³²

Maria diz que seu marido não estava em casa e que quando ela foi de seu sítio para a vila de Curitiba por ocasião da festa de Páscoa, Antonio levou Pellonia de sua casa. O escrivão da vila foi até a paragem chamada Tinguiquera atrás da administrada, mas encontrou apenas Antonio, o mulato, que foi levado preso para a cadeia de Curitiba. Depois de feita a prisão, Maria Bueno da Rocha apresentou nova petição na qual alegou que Pellonia não foi encontrada por ter sido escondida por Antonio e solicitou que o mesmo fosse remetido “em prisão para a Ilha de Santa Catarina a trabalhar nas obras de sua Majestade, que Deus Guarde”.⁹³³ Para tanto, a justificante apresentou três testemunhas que afirmaram ter sido Antonio o autor do furto da administrada. No dia oito de abril de 1747, apenas três dias após Antonio ter sido preso, Francisco de Siqueira Cortes, juiz ordinário, proferiu sua sentença:

⁹³¹ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 30.

⁹³² DEAP BR PR APPR PB045 PC593.17. Autuação de justificação em que é justificante Maria Bueno da Rocha, por cabeça de seu marido João Carvalho de Assunção. Curitiba, 1747. p. 2.

⁹³³ Ibidem, p. 6.

Vistos estes autos de justificação neles se mostra a queixosa Maria Bueno da Rocha mulher casada com João Carvalho de Assunção que estando pacífica e sossegadamente em sua casa em ausência do dito seu marido e tendo vários administrados alimentando-os com toda a indução que por Lei é admitido e na ocasião que veio a esta vila em ausência do dito seu marido assistir ao culto divino e deixando entre os mais administrados uma rapariga por nome Pellonia no seu sítio fora um mulato forro chamado Antonio e tirou de sua casa a dita rapariga e a levou para donde lhe pareceu que se deve atribuir e a vista disso requereu a Autora se lhe restituísse a dita administrada ou fosse preso o agressor e cúmplice do dito efeito [?] o delinquente por oficial deste juízo o que tudo visto citação feita ao Réu justificando a Autora em que por ditos das testemunhas uniformemente se vê que o dito Antonio mulato foi o que tirou a dita Pellonia de casa de sua administradora em ausência de seu marido João Carvalho de Assunção e requerimentos da Autora julgo que o mulato Antonio como agressor seja logo debaixo de prisão remetido a vila e praça da Ilha de Santa Catarina a trabalhar nas obras de sua Majestade que Deus Guarde por evitar semelhantes absurdos que comumente resulta de semelhantes sujeitos, outrossim pague as custas em que também o condeno. Curitiba 8 de abril de 1747. Francisco de Siqueira Cortes [assina].⁹³⁴

Em três dias e com o depoimento de apenas três testemunhas, o juiz ordinário condenou Antonio a seguir para a Ilha de Santa Catarina, onde trabalharia nas obras das fortificações que lá estavam sendo construídas. Interessante notar a preocupação do juiz ordinário em frisar que os administrados que a autora possuía eram tratados como a Lei permitia e em nenhum momento Maria Bueno da Rocha foi chamada de “senhora” de Pellonia, mas sim de “administradora”. No ano de 1747, portanto, as autoridades ainda defendiam e justificavam a administração dos índios, também pelo fato de muitos deles serem administradores, conforme foi demonstrado na parte I desta tese. Ao fim da sentença Francisco de Siqueira Cortes reforçou o estigma que havia sobre os mulatos forros dizendo que o condenava para “evitar semelhantes absurdos que comumente resulta de semelhantes sujeitos”. Ou seja, os mulatos seriam inclinados a cometer crimes.

No entanto, em março de 1748, um ano após o julgamento, o processo judicial foi visto em correição pelo ouvidor geral da Comarca de Paranaguá, Manoel Tavares de Siqueira, que mandou prender Francisco de Siqueira Cortes e o condenou a pagar 10 mil réis de multa “pela desordem com que procedeu neste processo”.⁹³⁵ Não constam os detalhes do motivo de tal atitude do ouvidor, mas é muito provável que em um caso como esse apenas o depoimento de três testemunhas, sendo uma delas o escrivão que fez a prisão do mulato Antonio, não fosse suficiente para a condenação. O fato é que Antonio foi para a Ilha de Santa Catarina, pois consta inclusive o recibo de sua entrega. Pelo menos durante um ano o mulato deve ter

⁹³⁴ DEAP BR PR APPR PB045 PC593.17..., pp. 16-17.

⁹³⁵ Ibidem, p. 21.

prestado serviços para cumprir sua pena. Após a interferência do ouvidor, não consta nenhuma informação sobre o que aconteceu a Antonio.

Em nenhum momento do processo judicial há menção a algum envolvimento amoroso entre Antonio e Pellonia, mas certamente havia algum tipo de relacionamento de muita confiança entre os dois e até entre seus parentes. Uma das testemunhas, Pedro Rodrigues Pinto, afirmou que ouviu do próprio mulato Antonio que fora ele quem furtara a administrada Pellonia, mas que fez por “mandado e conluio do pai da dita administrada por nome Salvador”.⁹³⁶ Se o depoimento da testemunha for verdadeiro, não havia somente um relacionamento entre Pellonia e Antonio, mas também com o pai dela, que junto com o mulato forro planejou o furto. Fica evidente, portanto, que índios e negros estabeleciam redes de ajuda mútua nesta sociedade colonial fortemente miscigenada e que contava em sua população com pessoas dos mais variados *status*, eles mesmos em constante transformação.

Não é a primeira vez que Pellonia é citada neste trabalho. No capítulo 1 ela apareceu em um processo no qual João Carvalho de Assunção litigava na justiça com Francisco Nunes no ano de 1735 para cobrar o resultado de uma sociedade estabelecida pelos dois no ano de 1716.⁹³⁷ Assunção forneceu dinheiro e outros apetrechos para que Nunes fosse para o sertão apresar índios e, dos que fossem trazidos, cada um receberia a metade. Contudo, Nunes voltou com apenas uma “negra”, como aparece especificado no documento, que depois de batizada recebeu o nome de Florinda. Francisco Nunes ficou com a mulher, que teve quatro filhos, motivo pelo qual, no ano de 1735, João Carvalho de Assunção foi à justiça para requerer os direitos sobre dois dos filhos de Florinda. O juiz aceitou o pedido e ordenou que José e Pellonia fossem entregues para Assunção. Doze anos mais tarde Pellonia foi furtada pelo mulato forro Antonio, gerando o processo judicial analisado nesta seção.

A história de Pellonia e de sua família permite observar o processo de transformação de *status* proposto por Kopytoff para os escravos, sofrido também pelos indígenas na Capitania de São Paulo.⁹³⁸ Florinda foi tirada do sertão e chegou à vila de Curitiba como estrangeira, ainda sem um nome cristão, e como escrava, sendo inclusive referida como “negra”. Logo em seguida foi batizada e incorporada nesta sociedade, onde encontrou um parceiro e com quem teve quatro filhos. Os filhos de Florinda já sofreram transformação de *status* quando comparados à sua mãe. Pellonia, como foi dito, aparece como administrada, de acordo com o que a Lei permitia, já bastante diferente da situação sofrida por Florinda.

⁹³⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC593.17..., p. 12.

⁹³⁷ DEAP BR PR APPR PB045 PC151.5...

⁹³⁸ KOPYTOFF, Igor. *Slavery...*, pp. 221-222.

No ano de 1762, na vila de Curitiba, o bastardo Gabriel também foi acusado de furtar uma escrava de João Gonçalves Teixeira, chamada Joana.⁹³⁹ O processo é curto e não constam muitas informações sobre as motivações de Gabriel. O autor afirma que Joana estava há um mês e meio em companhia do bastardo, que era “natural das partes de São Paulo”⁹⁴⁰, pelo que temia que ambos fugissem. Antes disso, porém, Gabriel Antonio, como ele mesmo se refere em uma petição, foi preso na cadeia de Curitiba. O bastardo solicitou que fosse solto com a promessa de que nunca mais voltaria para a vila e caso voltasse, poderia ser preso novamente. O autor aceitou a proposta e Gabriel foi solto, pagando as custas e se comprometendo a nunca mais voltar para Curitiba ou para o termo de São José. Nada mais foi dito sobre a escrava Joana, que provavelmente retornou para a casa de seu antigo senhor.

Da mesma maneira que Pellonia e Antonio, não há menção a algum envolvimento amoroso entre Gabriel e Joana, mas também é certo que havia algum tipo de relacionamento entre os dois ou, no mínimo, entre o senhor de Joana e o bastardo Gabriel. No termo assinado por autor e réu para que este último fosse embora da vila, consta a informação de que João Gonçalves Teixeira devia para Gabriel, “que se deu por pago do que lhe devia o autor com o desconto que descontava dos ditos serviços da negra do autor”.⁹⁴¹ É possível, portanto, que o bastardo tenha furtado a negra Joana para satisfazer o que o autor lhe devia, mas, por outro lado, pode ser que Gonçalves Teixeira tenha aproveitado o ocorrido para se livrar da dívida que tinha com Gabriel. Conjeturas à parte, o que estes dois processos judiciais apresentados até agora nesta seção mostram é que índios e negros, independente de seus *status*, mantinham relacionamentos interdependentes entre si nas vilas da Capitania de São Paulo. O convívio inevitável e as experiências compartilhadas por ambos geravam uma rede de relacionamentos dos mais variados tipos, que poderia beneficiá-los ou não.

Entre os processos judiciais há apenas um caso em que uma união mista é claramente explicitada. Trata-se do caso de Francisca Rodrigues da Cunha, uma carijó acusada de feitiçaria no ano de 1775, já referida no capítulo 3 desta tese. Francisca e sua filha Luiza Rodrigues da Cunha foram presas na vila de Curitiba e, no auto de prisão, hábito e tonsura das duas consta o seguinte:

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1775 aos seis dias do mês de fevereiro do dito ano nesta vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba em a

⁹³⁹ DEAP BR PR APPR PB045 PC1356.41. Causa de requerimento cível e crime entre partes em que é autor João Gonçalves Teixeira e réu Gabriel Antonio de Carvalho. Curitiba, 1762.

⁹⁴⁰ Ibidem, p. 2.

⁹⁴¹ Ibidem, p. 7.

grade da enxovia da cadeia pública desta dita vila aonde eu escrivão ao diante nomeado fui vindo com o meirinho geral Antonio Ferreira Lisboa para efeito de se fazer auto de prisão, hábito e tonsura nas pessoas das rés presas Francisca Rodrigues da Cunha e sua filha Luiza Rodrigues da Cunha, e sendo aí foram chamadas as ditas presas e em presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas se fez exame em suas pessoas e se achou ser a mãe de mediana estatura, nação carijó, cabelo corredio e comprido que mostra ter de idade sessenta anos pouco mais ou menos, tinha vestida uma saia de algodão e coberta com uma baeta azul, descalça de pé e perna; a filha de estatura ordinária, de cor mais trigueira que da mãe *por ser filha desta com um negro*, cabelo comprido, mostra ter de idade vinte e três anos pouco mais ou menos, tinha vestida uma saia de baeta verde e coberta com uma baeta azul, descalça de pé e perna [...] (grifo meu).⁹⁴²

Já no auto de prisão há a informação de que Luiza, a filha, tinha um pai negro. Francisca já estava com 60 anos e sua filha com 23, indicando que o envolvimento da carijó com o negro era antigo. No entanto, o auto de prisão segue:

[...] e pela mãe me foi respondido que foram presas pelos oficiais deste juízo na tarde do dia sábado quatro do corrente, que se chamava Francisca Rodrigues da Cunha, natural desta vila, que é *casada com João de Araújo, escravo do hospício desta dita vila*, moradora no rocio da mesma e que vive dos alimentos que lhe dá o dito seu marido; e pela filha me foi respondido as mesmas perguntas que lhe fiz, que fora presa no mesmo dia e hora em que sua mãe também o fora, que viera conduzida a cadeia pelos ditos oficiais acima expressados que se chama Luiza Rodrigues da Cunha, natural e moradora desta vila ou rocio dela, solteira, que vive dos alimentos que lhe dão seus pais [...] (grifo meu).⁹⁴³

Francisca ainda estava casada com o negro João de Araújo, um escravo do hospício da vila de Curitiba, que era quem sustentava mãe e filha, provavelmente com seu trabalho nos feriados, domingos e dias santos. No libelo apresentado pelas rés Francisca informa que “há mais de 30 anos é casada com o preto João escravo dos religiosos do Hospício desta vila vivendo com o dito seu marido como Deus manda procedendo bem e servindo aos ditos religiosos com o seu préstimo”.⁹⁴⁴ Sendo assim, Francisca e João se casaram ainda na década de 1740, permanecendo juntos ainda no ano de 1775. O desfecho do processo já foi contado lá no capítulo 3; mãe e filha foram absolvidas por falta de provas de que realmente eram feiticeiras.

As interações se davam em todos os níveis da sociedade colonial nas vilas da Comarca de Paranaguá, permitindo que um escravo se casasse com uma carijó. As fronteiras sociais eram bastante fluidas e móveis e a própria composição social permitia uma maior proximidade entre pessoas que ocupavam diferentes níveis hierárquicos, como já vem sendo

⁹⁴² DEAP BR PR APPR PB045 PC1947.61..., p. 2.

⁹⁴³ Ibidem, p. 3.

⁹⁴⁴ Ibidem, p. 13.

argumentado ao longo deste trabalho. Nos processos judiciais, em razão de sua natureza, foi possível verificar apenas uma união mista entre negros e índios e de forma indireta. Mas em outros tipos de documentos, como os autos de casamentos, é viável identificar outras uniões entre negros e índios. A Mitra Arquidiocesana de São Paulo possui em seu acervo processos de dispensas matrimoniais e de autos de casamentos, muitos dos quais dizem respeito às vilas da Comarca de Paranaguá. Uma breve e parcial consulta das cópias microfilmadas destes documentos, mostrou que os casamentos mistos entre indígenas e negros não eram raros.⁹⁴⁵ Entre os anos de 1770 e 1777 foram encontrados sete autos de casamentos mistos, evidenciando que mesmo na segunda metade do século XVIII, quando o *status* dos indígenas já sofria modificações em função das leis pombalinas de incorporação e de igualação destes aos brancos, ainda aconteciam interações e uniões entre eles e os negros.

Um destes autos de casamento chamou atenção. No ano de 1770, em Curitiba, Calisto, administrado de Antonia da Cruz França, solicitou autorização para se casar com Maria, escrava da mesma senhora.⁹⁴⁶ Mais uma vez essa abastada proprietária aparece na documentação, justamente no ano de seu falecimento. O auto de casamento entre um administrado e uma escrava de sua propriedade deixa transparecer que ao lado de seus 158 escravos de origem africana, viviam também pessoas de origem indígena, que partilharam experiências e mantiveram relações de conflito e também amigáveis, além de eventuais envolvimento matrimoniais, como aconteceu com Calisto e Maria.

Os casamentos mistos na Capitania de São Paulo já foram objeto de estudo de alguns historiadores. Talvez o trabalho mais conhecido seja o de Nizza da Silva, que em *História da Família no Brasil Colonial* dedicou parte de suas análises aos casamentos mistos, inclusive entre índios e negros.⁹⁴⁷ Eliana Goldschmidt se dedicou especificamente ao estudo dos casamentos mistos na Capitania de São Paulo, entre os anos de 1728 e 1822, fazendo uso justamente dos autos de dispensas matrimoniais e casamentos do Arquivo da Mitra Arquidiocesana, centrando sua análise na cidade de São Paulo.⁹⁴⁸ Sobre estes autos, a autora informa que pertenciam à justiça eclesiástica e antecederiam o casamento, trazendo

⁹⁴⁵ Autos de casamentos, 1770-1777. Rolos de microfilme 11, 12, 13 e 14, pertencentes ao acervo do CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses) – UFPR. Originais no Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Mitra Arquidiocesana de São Paulo.

⁹⁴⁶ Auto de casamento entre Calisto, administrado e Maria, escrava. Curitiba, 1770. Rolo de microfilme 11, pertencente ao acervo do CEDOPE-UFPR. Originais no Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Mitra Arquidiocesana de São Paulo.

⁹⁴⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁹⁴⁸ GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

depoimentos de testemunhas e informações sobre o casal.⁹⁴⁹ Estas pesquisas, portanto, vêm para reforçar a inegável convivência que existiu entre índios e negros na Capitania de São Paulo durante o século XVIII, quando o processo de transição do uso da mão de obra indígena para a escrava africana estava se consolidando.

Os casamentos mistos entre negros e índios também foram observados na América inglesa. Daniel Mandell estudou esse tipo de união em *New England* e constatou que não foram raros os casos de casamentos inter-raciais. Estas uniões, além das motivações sentimentais, eram carregadas de significados para um e outro lado e de vantagens mútuas. Casar-se com alguém de outro grupo significava adquirir novas habilidades, conexões políticas e sociais e outras formas de poder dentro da comunidade. Os homens africanos ou afrodescendentes escravos que casassem com mulheres indígenas, tinham o benefício, por exemplo, de ter filhos nascidos livres.⁹⁵⁰ Este foi o caso de Francisca Rodrigues da Cunha, carijó citada há pouco, casada com um escravo chamado João há mais de trinta anos. A filha dos dois, Luiza, nasceu livre e vivia ao lado da mãe. Por outro lado, os casamentos mistos também podem ter interessado aos senhores, que ao casar seus escravos com mulheres indígenas poderiam contar também com a mão de obra de uma agregada, esposa do escravo, que mesmo sendo livre, viveria ao lado do marido cativo. Sobre o caso de Francisca e João não foi possível saber se a mulher e sua filha viviam ao lado do marido ou em local separado, mas para a cidade de São Paulo Nizza da Silva encontrou exemplos de senhores que perderam suas administradas que se casaram com escravos de origem africana.⁹⁵¹

A convivência entre negros e índios, como se pôde observar com os exemplos dados nesta seção e na anterior, aconteceu na Capitania de São Paulo ao longo de todo o século XVIII. Um processo judicial datado de 1738, iniciado na vila de Curitiba, dá conta de outras formas de interação não apenas entre negros e indígenas, mas também entre eles e a população branca e mestiça. Gaspar Carrasco dos Reis é o autor e se queixa contra Jerônimo da Veiga Cunha, o réu. Ambos já foram citados em outros momentos desta tese, sendo o primeiro filho do capitão povoador de Curitiba Balthazar Carrasco dos Reis, e o segundo juiz ordinário da vila de Curitiba no ano de 1737. Eram, portanto, duas figuras influentes e que ocupavam lugares de prestígio na sociedade.

⁹⁴⁹ GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. Op. Cit. p. 14.

⁹⁵⁰ MANDELL, Daniel R. Shifting Boundaries of Race and Ethnicity: Indian-Black Intermarriage in Southern New England, 1760-1880. In: *The Journal of American History*, vol. 85, nº 2, pp. 466-501, sep. 1988. pp. 469-470.

⁹⁵¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História de São Paulo Colonial...*, p. 116-117.

O autor demandou na justiça que o réu lhe pagasse a quantia referente a várias cabeças de gado que lhe pertenciam e que teriam sido mortas pelos filhos e escravos de Jerônimo da Veiga Cunha. O prejuízo, segundo Gaspar, chegava a 375 mil réis, provenientes de 150 rezes que foram mortas a mando de Jerônimo.⁹⁵² Os dois eram proprietários de fazendas de gado na região dos campos de Curitiba, com um número significativo de animais, o que reflete o início do período de desenvolvimento desta atividade na região. São as testemunhas que fornecem informações interessantes a respeito da convivência que havia nas terras desses dois senhores. João Carvalho de Assunção, citado há pouco nesta seção, disse em seu depoimento que “sabia que na ausência do réu seus *filhos bastardos e seus negros* matavam gado fronteiro ao sítio dele testemunha” (grifo meu).⁹⁵³ Roque Fernandes da Costa, outra testemunha, também afirmou ter visto os filhos do réu e seus negros matando gado na fazenda do autor.⁹⁵⁴ Jerônimo da Veiga Cunha, assim como vários outros homens da vila de Curitiba, tinha filhos bastardos, ou seja, se relacionava com mulheres indígenas. Esses filhos viviam lado a lado com os negros da fazenda, cuidando do gado e, segundo o autor do processo, matando gado do vizinho. Além disso, constam nesse documento informações de casamentos mistos, entre homens brancos e administradas e também com mulatas, todos eles testemunhas no processo judicial em questão. Era, portanto, um universo bastante complexo onde as relações interdependentes eram mantidas por pessoas de diferentes níveis sociais. Negros escravos, bastardos e homens livres dividiam o mesmo espaço e, inevitavelmente, compartilhavam experiências, vínculos e tensões.

O último caso a ser relatado nesta seção é bastante interessante e elucidativo no que se refere aos níveis de interação entre negros e índios na sociedade colonial. O processo judicial é datado de 1743, mas é alusivo a um crime ocorrido no final do ano de 1741, nas estâncias do Viamão. O réu era Manoel Nunes de Brito, que estava sendo acusado da morte de quatro soldados e um índio. O libelo apresentado pela justiça diz:

Provará que sendo o réu morador na povoação do Rio Grande, nas estâncias do Viamão, vieram dar a sua casa no fim do ano de 1741 entrada de 1742, quatro soldados chamados um João do Prado, outro José Paes, outro João Cardoso, e outro Antonio Fernandes Angelo, desertados do Regimento e Estabelecimento do dito Rio Grande e um índio chamado Salvador, da administração do coronel Francisco Pinto do Rego a pedir-lhe hospedagem e com efeito lha deu com o perverso ânimo de os matar e roubar.

⁹⁵² DEAP BR PR APPR PB045 PC235.7. Causa cível de libelo entre partes em que é autor o alferes Gaspar Carrasco dos Reis e réu o sargento mor Jerônimo da Veiga Cunha. Curitiba, 1738. p. 6-7.

⁹⁵³ Ibidem, p. 37.

⁹⁵⁴ Ibidem, p. 33.

Provará que depois de os ditos soldados e índio terem passado no sítio do Rio alguns dias e estando bem descuidados comendo em um terreiro, o réu com outros seus parceiros lhe atiraram vários tiros com que os mataram, e os enterraram no mesmo sítio aonde seus corpos foram achados ainda inteiros nas sepulturas e logo foi notório em toda aquela povoação que o réu havia feito o referido malefício.⁹⁵⁵

Foi na contrariedade do libelo apresentada pelo réu que o relacionamento entre negros e índios foi revelado. Manoel Nunes de Brito afirmou que os quatro soldados eram mulatos. A trama revelada pelo réu para tentar se livrar da culpa dos assassinatos é bastante complexa. Segundo ele, Sebastião de Brito queria casar com uma de suas filhas e por ele não consentir, tornou-se seu inimigo, sempre tentando o matar. Segundo Manoel Nunes de Brito, foi a mando de Sebastião que os quatro soldados e mais o índio Salvador foram até seu sítio para o matar. Antes disso, o índio Diogo teria ido até a casa do réu a fim de conseguir armas, também a mando de Sebastião. Diogo, no entanto, foi pego numa emboscada preparada pelo réu, que manteve o tal índio em suas terras. Dias depois chegaram os quatro soldados desertores acompanhados de Salvador, também indígena. O grupo ficou arranchado na casa do réu, segundo ele, planejando o seu assassinato e o rapto de sua mulher e filhas.⁹⁵⁶

Ainda de acordo com a versão de Manoel Nunes de Brito, o soldado João do Prado foi morto dias depois pelos próprios companheiros, que o acusaram de ser traidor. Da mesma maneira foi morto o índio Diogo, por seus companheiros acreditarem ter ido ele contar o plano ao réu. Salvador, o outro índio, havia sido golpeado também por seus companheiros, ficando gravemente ferido. Nesse meio tempo chegaram também ao sítio de Manoel outros três soldados, estes brancos, e também pediram para permanecer um tempo em suas terras. Os soldados mulatos, ao encontrarem com os brancos, festejaram bastante, pois eram conhecidos. Depois de alguns dias, os soldados brancos teriam descoberto as verdadeiras intenções dos mulatos e contaram tudo ao réu, que lhes implorou ajuda para salvar a sua vida e a de sua família. Os soldados brancos prontamente atenderam ao pedido e cada um tratou de matar um dos soldados mulatos.⁹⁵⁷ Interessante no libelo do réu é a insistência em distinguir os soldados brancos dos mulatos, numa clara tentativa de desmerecer estes últimos e valorizar os primeiros. O processo é bastante longo e seu caminho jurídico é curioso. Depois de feita a devassa na vila de Laguna, a cargo do juiz ordinário da localidade, o auto foi remetido para a Ouvidoria Geral da Capitania do Rio de Janeiro. Depois de mais de trezentas páginas de

⁹⁵⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC416.12. Traslado de uns autos crimes em que são partes a justiça autora contra Manoel Nunes de Brito que se mandam remeter com o mesmo réu preso para o Juízo da Ouvidoria de Paranaguá. Rio de Janeiro, 1743. pp. 9-10.

⁹⁵⁶ Ibidem, pp. 20-23.

⁹⁵⁷ Ibidem, pp. 25-32.

processo judicial, o ouvidor geral da referida Capitania não expediu sentença sobre o caso, mas apenas ordenou que os autos, juntamente com o réu, fossem remetidos à Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, jurisdição à qual Laguna pertencia e onde o caso poderia ser melhor julgado, devido à proximidade e o melhor conhecimento dos delitos.⁹⁵⁸ Nada consta sobre a sentença emitida pelo ouvidor de Paranaguá.

A falta de um desfecho para a história, no entanto, não prejudica o entendimento que se pode ter das relações mantidas por afrodescendentes e indígenas na extensa Comarca de Paranaguá. Soldados mulatos, desertores, juntaram-se a dois indígenas e viveram enquanto grupo durante alguns dias no sítio de Manoel Nunes de Brito, até serem executados. Estes homens de diferentes origens, sem dúvida tinham muito em comum. Daniel Mandell, já citado anteriormente, chamou atenção para a convergência entre negros e índios, reunidos pelo compartilhamento de condições demográficas, econômicas, legais e sociais.⁹⁵⁹ Não se pode negar que havia, de fato, muito em comum entre um e outro grupo, submetidos a ocupar o nível mais baixo da hierarquia social, ainda que houvesse distanciamentos, principalmente a partir da implementação das leis pombalinas. Stuart Schwartz chamou atenção para as relações desenvolvidas entre negros e índios durante o serviço militar. Durante a invasão holandesa no nordeste da América portuguesa, escravos e livres foram convocados para a luta e, pelo lado holandês, havia uma tropa formada por índios tupis, mulatos e negros.⁹⁶⁰ O índio Salvador, que chegou ao sítio de Manoel Nunes de Brito com os quatro mulatos, não aparece como soldado em nenhum momento, sendo provável que apenas tivesse se juntado aos desertores. Ainda assim é provável e possível que na América meridional existissem indígenas envolvidos com o serviço militar, prática comum para as Capitanias do nordeste, conforme observou Schwartz e também Raminelli em seu já referido artigo sobre a família Camarão.⁹⁶¹

Todos os casos relatados nesta seção e na anterior mostraram que a convivência entre negros e índios nas vilas da Capitania de São Paulo era inevitável. Partilhavam espaços de trabalho e de diversão e mantinham relacionamentos sociais interdependentes uns dos outros, formando uma complexa rede de relações que poderia ser positiva ou negativa. Os conflitos existiam, assim como as alianças e até as uniões amorosas e sexuais. Outros trabalhos dão conta de mostrar que esta interação não era exclusiva da Comarca de Paranaguá no século XVIII, nem tampouco da América portuguesa. Daniel Mandell revelou casamentos inter-

⁹⁵⁸ DEAP BR PR APPR PB045 PC416.12..., p. 373-375.

⁹⁵⁹ MANDELL, Daniel R. *Shifting Boundaries of Race and Ethnicity...*, p. 468.

⁹⁶⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Tapanhuns, negros da terra e curibocas...*, p. 30.

⁹⁶¹ RAMINELLI, Ronald. *Privilegios y malogros de la familia Camarão...*

étnicos na América do Norte e, em outros artigos do livro já citado, organizado por Mathew Restall, há outros autores que conseguiram evidenciar diferentes níveis de interação entre negros e índios também na América espanhola. Palma e Kellogg utilizaram também fontes judiciais para investigar as relações entre os africanos e afrodescendentes e os nativos na região de Cholula, no México Central. As duas autoras reforçam o caráter harmonioso existente na maioria das relações entre negros e índios e dos poucos casos de conflito que encontraram.⁹⁶² A situação encontrada por elas muito se assemelha a que foi encontrada por mim para a Comarca de Paranaguá. Em sua conclusão as autoras chamam a atenção para a maneira que se dava a interação:

[...] that interaction, while often conflicted in nature, was also frequently rooted in the interpersonal alliances that formed in the streets, workshops, fields, and homes of Cholula's plebeian population. These alliances could be quite close, reflecting the many and multifaceted interactions between those of African descent and those of indigenous descent.⁹⁶³

A convivência nas ruas, nos campos, nas áreas de trabalho e nas casas, resultava em conflitos e alianças estabelecidos por índios e negros. Assim também acontecia nas vilas da Comarca de Paranaguá. A presença significativa de indígenas ainda no século XVIII, identificados como tal na documentação, e o crescente número de africanos e afrodescendentes na região, possibilitado pelo incremento das atividades econômicas, permitiu que indígenas e seus descendentes mantivessem relações de todo o tipo com os africanos e seus descendentes. E para além dessa dualidade, índios x negros, é preciso ressaltar a forte presença da miscigenação nesta sociedade, que contava com mestiços filhos não apenas de índios com brancos e de negros com brancos, mas também de índios com negros, o que deixava essa sociedade ainda mais complexa. Palma e Kellogg também encontraram uma “mistura de identidades” na região de Cholula, igualmente miscigenada. Nos processos judiciais que consultaram, uma mesma pessoa é identificada de diferentes maneiras pelas testemunhas, ora como descendente de africanos, ora de espanhóis. E entre os próprios acusados havia a tentativa de encobrir suas origens, a fim de amenizar o tratamento recebido das autoridades, que tendiam a ser mais duras com os mulatos.⁹⁶⁴

Índios e negros, portanto, vivam muito próximos uns dos outros, dividiam espaços sociais e infalivelmente estabeleciam relações. Algumas delas chegaram até a documentação

⁹⁶² PALMA, Norma Angélica Castillo e KELLOGG, Susan. Conflict and Cohabitation between Afro-Mexicans and Nahuas in Central Mexico. In: RESTALL, Mathew. *Beyond Black and Red...*, p. 116.

⁹⁶³ Ibidem, p. 132.

⁹⁶⁴ Ibidem, p. 122.

judicial, ainda que de maneira indireta, sendo possível perceber as nuances dessas interações. Os mundos de um e de outro eram tão próximos que muitas vezes se confundiam, ao mesmo tempo em que havia um esforço por parte dos indígenas, em determinadas situações, de se afastar do estigma sofrido pelos negros. Ser negro era sinônimo de ser escravo, ou seja, de ocupar o nível social mais baixo mesmo dentro das menores hierarquias. No capítulo anterior já foram dados alguns exemplos de como os indígenas muitas vezes precisaram provar na justiça que não carregavam o sangue de negros para poderem se casar e provar igualdade social com seus cônjuges. A miscigenação resultante das uniões entre índios e negros sem dúvida contribuiu para que esse tipo de situação ocorresse, misturando identidades, que eram usadas de acordo com os interesses. A próxima seção mostrará casos em que o universo de índios e negros se confundiu, fazendo com que transitassem de um lado para outro dentro da sociedade.

8.3. De um lado para o outro.

No capítulo anterior foi apresentado o caso de Antonio, um mulato que após ser vendido por seu senhor no Viamão disse ser forro, por ser filho de uma carijó. O ano era 1759 e as leis de Pombal começavam a ser conhecidas na América portuguesa, o que de certa maneira deve ter incentivado o mulato Antonio a alegar que tinha origem indígena. Aliado à legislação pombalina, a partir da segunda metade do século XVIII o processo de consolidação das leis de proibição da escravidão dos índios estava já bastante enraizado, sendo poucos os colonos que arriscavam vender seus administrados, ao menos não abertamente, como antes era comum.

Além da história de Antonio, no capítulo anterior também foram apresentados outros dois processos judiciais que mostraram a necessidade de índios provarem que não tinham antepassados negros ou mulatos, sendo oriundos somente de gentios da terra. Estes dois documentos são datados do ano de 1778, quando a Reforma Pombalina já havia sido sentida em toda a América portuguesa. Em um dos processos, inclusive, a Lei de 6 de junho de 1755 é citada, numa clara alusão às reformas propostas por Pombal. Nesta seção serão apresentados dois processos judiciais, que da mesma maneira que estes outros três citados, tratam das aproximações e distanciamentos que conectavam índios e negros na sociedade colonial. Ao contrário daqueles vistos no capítulo anterior, os que serão aqui analisados são datados da

primeira metade do século XVIII, quando Marquês de Pombal ainda não ocupava um Ministério e a legislação sobre os índios não havia sofrido grandes transformações. Mas, mesmo antes de Pombal, as proximidades e afastamentos entre índios e negros já eram sentidas, confundindo as identidades de um e de outro e trazendo consequências ruins principalmente para os indígenas, quando confundidos com um escravo de origem africana, ou benefícios para aqueles cativos que conseguissem se passar por descendentes de gentios da terra.

A convivência entre negros e índios na Capitania de São Paulo, bem como a miscigenação ocorrida entre os dois grupos, gerou filhos mestiços que poderiam ser escravos se a mãe fosse cativa de origem africana, ou livres se a mãe fosse indígena. Essa mistura de identidades facilitou a transposição das fronteiras que separavam índios e negros, muitas vezes confundidos, ainda que intencionalmente, entre um e outro grupo. Foi o que aconteceu com um administrado chamado João, que vivia na vila de Curitiba no ano de 1738, mas que foi trocado por um escravo africano e levado para a cidade de São Paulo. Manoel da Rocha, homem forasteiro, apresentou no juízo ordinário um mandado vindo da Ouvidoria de Paranaguá, para que fosse citado Pantaleão Rodrigues. A petição de Manoel é a que segue:

Diz Manoel da Rocha que assistindo na vila de Curitiba algum tempo fez negócio com Pantaleão Rodrigues, morador da mesma vila com um escravo por nome João, nação Benguela, por um mulato do dito por nome João. O qual parecendo lhe ser escravo aceitou pela troca do dito negro e com efeito levando para a cidade de São Paulo sucedeu achar-se no engano por se saber que o dito mulato é do gentio da terra oriundo de uma negra carijó, e porque os tais se não podem aliar nem a doar nem com eles fazer convenção ou trato algum por serem de sua natureza forros e livres, o quer fazer tornar ao dito seu administrador para que este lhe satisfaça entregue do dito seu negro escravo como também haver dele o serviço do dito negro em decurso de três anos a esta parte pelo dolo e malícia com que fez a dita troca sabendo era o dito mulato do gentio da terra [...].

965

João, tido por mulato escravo, foi trocado por um africano escravo, também chamado João, de nação Benguela. Pantaleão Rodrigues, o dono do administrado João, pagou a Manoel da Rocha 21\$400 réis, certamente porque o africano valia mais. Pantaleão, no entanto, fez um ótimo negócio, pois trocou um administrado, sem valor algum, por um escravo africano Benguela, no qual pagou apenas 21\$400 réis. O negócio, porém, não foi bem sucedido, o “dolo e a malícia” de Pantaleão foram descobertos por Manoel, que recorreu à Ouvidoria de Paranaguá e não ao juízo ordinário da vila de Curitiba, por temer que os juízes não citassem

⁹⁶⁵ DEAP BR PR APPR PB045 PC246.7. Autuação de um mandado vindo do juízo da Ouvidoria Geral da Comarca a requerimento de Manoel da Rocha contra Pantaleão Rodrigues. Curitiba, 1738. p. 2.

ao suplicado, por ser ele casado e conhecido de todos.⁹⁶⁶ O ouvidor, Manoel dos Santos Lobato, foi quem expediu o mandado para que Pantaleão fosse citado. No dia 22 de maio de 1738, vinte e dois dias depois do mandado, as partes desfizeram a troca e Manoel da Rocha devolveu a quantia que havia recebido de Pantaleão.⁹⁶⁷

Este caso mostra como as fronteiras entre ser administrado e escravo eram bastante fluidas. O mulato João provavelmente era filho de mãe indígena e pai negro, ou seja, era um mestiço que foi vendido por seu administrador como cativo. Este deve ter sido um artifício bastante usado por senhores para seguirem negociando seus administrados, ao menos aqueles que carregavam o sangue negro de seus pais e o indígena de suas mães. As características físicas dos mestiços convenceriam o comprador de que se tratava de um escravo legítimo, como aconteceu com Manoel da Rocha, que chegou a levar o administrado para São Paulo. Não há detalhes sobre como a notícia de que João era gentio da terra chegou até Manoel, mas é possível que o próprio administrado o tenha alertado, ou ainda que pessoas que conheciam Pantaleão e João o tenham avisado. O fato de Manoel da Rocha ser homem forasteiro na vila de Curitiba também contribuiu para que fosse facilmente enganado, uma vez que não mantinha relações estreitas com pessoas da vila, as quais tinham mais condições de saber quem eram os pais e avós dos administrados.

Os mestiços, fossem filhos de índios com brancos, índios com negros ou negros com brancos, sofriam forte discriminação e ocupavam posições socialmente desqualificadas. Schwartz, no entanto, faz uma reflexão importante sobre o peso da miscigenação para as pessoas de origem indígena:

Na medida em que a população geral crescia, a indígena declinava e seu papel como mediadora perdia relevância. Mais importante ainda foi que com a chegada de um grande número de africanos e o aumento da população mulata o *status* dos miscigenados declinou devido ao estigma atribuído aos africanos, tanto por sua associação com a condição de escravo, como por ideias raciais. Todas as categorias intermediárias tendiam a ser agregadas como pardos.⁹⁶⁸

No caso de Antonio ele foi identificado como mulato e sofreu justamente com essa agregação de categorias apontadas por Schwartz. Este mesmo autor, mais adiante em seu texto, afirma que apesar da miscigenação ser responsável por produzir novas formas de classificação racial e multiplicar as categorias sociais, a elite tendia a vê-las todas da mesma

⁹⁶⁶ DEAP BR PR APPR PB045 PC246.7..., p. 3.

⁹⁶⁷ Ibidem, pp. 5-6.

⁹⁶⁸ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 35.

maneira ⁹⁶⁹, o que aumentava significativamente as chances de um administrado ser vendido como mulato escravo.

O estigma de ser índio, negro ou mestiço, mesmo que livre, era carregado por gerações. Outro processo judicial de minha amostra, datado do ano de 1744 na vila de Curitiba, trata de uma justificação apresentada por Joaquim Monteiro da Conceição, que diz o seguinte:

Diz Joaquim Monteiro da Conceição, natural da cidade de São Paulo, filho natural de Bartolomeu Rodrigues da Conceição e de sua mãe Marcelina Monteiro, que ele suplicante para certos requerimentos que tem que fazer no Juízo onde lhe competir quer justificar em como é solteiro livre e desimpedido como também quer mostrar ser isento de qualquer cativo e administração e justificado todo seu alegado e julgado por sentença mande vossa mercê dar ao suplicante sua justificação por instrumento na forma do estilo. ⁹⁷⁰

Joaquim possivelmente estava envolvido em outra demanda judicial, na qual teve que comprovar suas origens, dizendo ser livre de “qualquer cativo e administração”. As palavras usadas na petição do justificante refletem a proximidade que havia entre ser escravo e ser administrado, duas condições sociais restritivas e estigmatizadas pela sociedade. Se Joaquim Monteiro da Conceição precisou justificar que não era nem uma coisa e nem outra, seguramente tinha características físicas que depunham contra ele. Provavelmente era um mestiço livre ou liberto, com pais também livres, mas de origem indígena ou africana.

Quatro testemunhas foram interrogadas no processo judicial e todas elas confirmaram o que foi alegado por Joaquim em sua petição. Uma delas, Antonio Pereira Rodrigues, morador dos Campos Gerais, solteiro e de 50 anos, disse em seu depoimento que

[...] sabia de ciência certa que o justificante é natural da cidade de São Paulo e filho natural de Bartolomeu Rodrigues e de sua mãe Marcelina Monteiro como também disse ele testemunha que sabia que o dito justificante era solteiro livre e desimpedido e forro e isento de todo o cativo e que não é sujeito a administração alguma, e a razão de seu dito é por ele testemunha assistir em casas de seus pais na dita cidade e conhecer o justificante há oito anos pouco mais ou menos e todo este tempo assistiu o dito justificante nos Campos Gerais quase junto a ele testemunha [...]. ⁹⁷¹

Ser filho “natural” indica que os pais de Joaquim não eram casados quando ele nasceu, mas que também não havia impedimento por ser um deles casado, pelo que seria não um filho natural, mas ilegítimo, ainda que pudesse estar omitindo sua ilegitimidade a fim de melhorar

⁹⁶⁹ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 35.

⁹⁷⁰ DEAP BR PR APPR PB045 PC497.14. Autuação de petição de justificação em que é justificante Joaquim Monteiro da Conceição. Curitiba, 1744. p. 2.

⁹⁷¹ Ibidem, p. 4.

sua imagem perante a justiça. A testemunha afirma também que ele era “forro”, informação que só aparece neste depoimento e que pode indicar não que Joaquim houvesse sido escravo e conseguisse sua liberdade, mas sim que fosse descendente de gentios da terra ou de afrodescendentes libertos.

Alguns casos tratados na primeira parte da tese sobre a liberdade de índios também mostraram a conexão que havia entre eles e os escravos africanos e afrodescendentes. O bastardo José, administrado de Anna Gonçalves, ao requerer sua liberdade na justiça disse que

[...] tem intentado a dita sua liberdade pedida pelo dito seu pai em sua vida e agora por seus irmãos e a não pode conseguir voluntariamente da dita sua administradora sem atender aos muitos serviços que lhe tem feito pelo decurso de trinta e tantos anos *servindo-a e obedecendo-lhe como negro cativo* e sem embargo de tudo lhe pede por via de seu irmão Joaquim Cardoso duzentos e cinquenta mil réis [...] (grifo meu).⁹⁷²

As comparações existiam entre os próprios índios e negros, que conheciam as aproximações entre eles, mas também o que os distanciava, pois escravo e administrado eram duas condições jurídicas, e também sociais, distintas. Não era incomum, porém, que suas histórias fossem conectadas. Essas conexões eram forjadas no convívio e no compartilhamento de experiências entre índios e negros, que mantinham relacionamentos hostis ou amigáveis. E para além dessa convivência e aproximação, em alguns momentos suas identidades se confundiam, fazendo com que homens e mulheres indígenas fossem confundidos com escravos e vendidos, como aconteceu com o mulato João, que na verdade era um administrado. O contrário também poderia acontecer, de escravos africanos e afrodescendentes tentarem se valer de algum antepassado indígena para conseguir sua liberdade, ainda que fosse pelo lado paterno, como mostrou ser Antonio, o escravo vendido em Viamão que se dizia livre por ser sua mãe uma carijó, quando na verdade as testemunhas afirmaram que quem era administrado era seu pai.

O caso de Aleixo e sua família, que no ano de 1753 entraram na justiça para provar que eram descendentes de gentios da terra e não da Guiné, exposto no capítulo 2, também mostra a fluidez das fronteiras entre negros e índios e a mobilidade social a que estavam sujeitos, o que nem sempre significava ascensão.⁹⁷³ Este processo se arrastou até o ano de 1765, sem que Aleixo conseguisse provar suas origens e obter sua liberdade e a de sua família. Na justiça Matheus da Costa Rosa, seu senhor, insistia que Aleixo, sua mãe e irmãos eram oriundos de uma negra da Guiné, chamada Madalena; a outra parte, por sua vez, alegava

⁹⁷² DEAP BR PR APPR PB045 PC94.3..., p. 3.

⁹⁷³ DEAP BR PR APPR PB045 PC1730.52...

que eram oriundos de uma negra do gentio da terra, também chamada Madalena. Por fim, foi a versão de Matheus da Costa Rosa que prevaleceu.

A miscigenação, sem dúvida, foi essencial para que as histórias de indígenas e negros fossem conectadas, como demonstraram alguns exemplos acima, de filhos de pais de origens diferentes. Stuart Schwartz, em seu já citado artigo, atenta para a variação regional que existiu no processo de miscigenação afro-indígena, que dependia da composição dos trabalhadores de determinada sociedade.⁹⁷⁴ Na Capitania de São Paulo e mais especificamente na Comarca de Paranaguá, a composição social era extremamente propícia para a miscigenação, pois ao longo do século XVIII contou com a presença de indígenas e de africanos e afrodescendentes, apesar da já citada maior presença dos primeiros entre 1700 e 1750 e dos segundos a partir de 1750. A transição do uso da mão de obra, como muitos outros processos de transição verificados historicamente, aconteceu de maneira lenta e gradual, com encontros e compartilhamentos de experiências entre um e outro grupo, como mostraram vários processos judiciais analisados neste trabalho.

As aproximações entre índios e negros e a fluidez das fronteiras entre um e outro grupo eram permitidas não somente pela miscigenação desta população, como os casos expostos nesta seção mostraram, mas também pela proximidade social que sempre existiu entre indígenas e negros. Ambos ocupavam lugares baixos na hierarquia da sociedade colonial e eram vistos como pessoas de qualidade inferior, ainda que a legislação pombalina tenha tentado elevar o *status* dos índios. A confusão de identidades era, portanto, resultado dessas aproximações, fazendo com que índios e negros trocassem de papéis ou que fossem tomados uns pelos outros.

⁹⁷⁴ SCHWARTZ, Stuart. Tapanhuns, negros da terra e curibocas..., p. 34.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias emanadas dos 366 processos judiciais utilizados nesta pesquisa, datados entre os anos de 1697 e 1780 e referentes à demandas judiciais das vilas da Comarca de Paranaguá, Capitania de São Paulo, permitiram perceber que este foi um período marcado pelo processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana. Até meados do século XVIII esta era uma sociedade marcada pela pouca integração com o restante da colônia e que contava principalmente com os indígenas apresados no sertão e seus descendentes para trabalharem nas atividades da agricultura e da mineração. Alguns poucos escravos africanos e afrodescendentes, pertencentes às pessoas mais abastadas da região, trabalhavam lado a lado com os indígenas. Grande parte da população era pobre e com poucos recursos, vivendo muitas vezes como agregados dos proprietários mais ricos e convivendo com pessoas de diferentes níveis sociais. Esta característica facilitou a miscigenação entre essas pessoas e não foi raro encontrar mestiços na documentação, filhos de índios com brancos e também de índios com negros.

A situação econômica da Comarca de Paranaguá começou a mudar mais significativamente a partir de 1750 com o desenvolvimento da atividade da pecuária e do comércio de gado nos campos de Curitiba, que atraiu proprietários de Santos, São Paulo e Paranaguá. Ainda que desde a abertura do Caminho do Viamão, em 1730, a atividade com o gado já tenha começado a prosperar, foi na segunda metade do século XVIII que a região se integrou ao mercado atlântico, fornecendo animais tanto para a zona da mineração, em Minas Gerais, como também para o abastecimento de São Paulo e Rio de Janeiro. Os campos de Curitiba eram passagem obrigatória para o gado que vinha do Rio Grande do Sul e que seguia para a feira de Sorocaba, trazendo novas possibilidades não apenas para os criadores de gado, mas também para outras camadas da população, que de alguma maneira se envolviam com o comércio de animais, incluindo indígenas e libertos.

Essa abertura para o mercado colonial e o incremento da economia da região facilitou a entrada de escravos africanos e crioulos, mais caros do que os indígenas até então mais largamente utilizados. Aliado à isso, o incremento significativo do tráfico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, mais próximo da Capitania de São Paulo, também foi fundamental para que a posse de escravos aumentasse na região a partir de 1750. Ficou visível que os indígenas, na segunda metade do século XVIII, aparecem na documentação compulsada com frequência muito menor do que nos 50 anos anteriores, ao passo que com a população negra

escrava e liberta ocorre o movimento contrário. Para os indígenas, a crescente limitação da Coroa portuguesa para o uso de sua mão de obra, culminando com a legislação pombalina que instituiu sua liberdade incondicional e equiparou seu *status* ao dos brancos, fez com que esse grupo se tornasse cada vez mais raro na documentação, ao menos enquanto escravos e administrados.

E para além do processo de transição do uso da mão de obra indígena para a africana, este trabalho demonstrou outros aspectos importantes desta sociedade, tanto em relação aos ameríndios, como aos africanos e afrodescendentes, bem como às relações interdependentes entre estes dois grupos. Para os indígenas, o processo de mudança de *status* ficou bastante visível a partir da documentação. Na primeira década do século XVIII índios e mestiços, denominados como *peças do gentio da terra* ou *negros da terra*, ainda figuravam nos inventários e recebiam valores nas avaliações, sendo legados e partilhados entre herdeiros, mesmo com as leis de proibição da Coroa portuguesa. Também foram vendidos e usados como pagamento de dívidas, mesmo depois do Ouvidor Geral da Capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, ter deixado provisões que proibiam a venda e a legação dos gentios da terra, num esforço para fortalecer as orientações do Reino. A partir das décadas de 1720 e 1730 começam a aparecer na documentação processos judiciais em que índios e mestiços recorrem à justiça para conseguir suas liberdades, ainda que a lei já os considerasse livres. Tais atitudes faziam parte do processo gradual de transição do uso da mão de obra indígena para a africana. Aos poucos os índios foram tomando consciência de seu lugar na sociedade colonial, que já não era mais o de trabalhar compulsoriamente, em troca de vestuário, alimentação e doutrina, como previa a administração por particulares. Por fim, nas décadas finais do período delimitado para esta pesquisa, foi possível perceber as consequências da legislação pombalina sobre a população indígena da Comarca, que foi colocada em posição de superioridade em relação aos negros. Ainda que as interações entre os dois grupos não tenham deixado de existir, os contornos dessa relação mudaram. Ao mesmo tempo, a proposta do Marquês de Pombal de integrar os índios à sociedade, pode ter contribuído para que esse grupo não fosse mais denominado na documentação judicial como indígenas ou descendentes, camuflando a presença destas pessoas nas vilas da Comarca de Paranaguá.

Os escravos e libertos africanos e afrodescendentes, muito mais numerosos em minha amostra, tiveram maior predominância a partir de 1750. Entre as mais de 1000 pessoas que compunham este grupo, para a maioria delas não foi possível saber a procedência, mas, daquelas que puderam ser identificadas, a predominância era de nascidos já em território da

América portuguesa, chegando este grupo a constituir quase 70% de minha amostragem. Os africanos, apesar de em número bem menor, representaram a importante porcentagem de 30% dos escravos e libertos identificados. Sobre os africanos a análise de suas procedências deixou clara a predominância daqueles vindos da África Centro-Occidental, principalmente da região de Angola. Esse dado coincide com os números do tráfico para o porto do Rio de Janeiro, onde também predominavam os africanos procedentes da região Centro-Occidental. Havia para a Capitania de São Paulo, portanto, uma importante entrada de escravos vindos do Rio de Janeiro, permitida pela abertura econômica da região da Comarca de Paranaguá para o restante da colônia e também ao mercado atlântico. O número bem menos expressivo de escravos e libertos procedentes da África Occidental, mais ainda assim significativo, podem ser reflexo das relações comerciais estabelecidas por comerciantes e criadores de gado com pessoas da região de Minas Gerais, que contava efetivamente com um grande número de escravos procedentes da Costa Occidental. Além, é claro, daqueles africanos dessa procedência que também chegavam pelo porto do Rio de Janeiro, ainda que em menor número.

A posse de escravos pelos proprietários da Comarca de Paranaguá, analisada através dos processos judiciais, mostrou que a grande maioria possuía um número pequeno de escravos, mas que havia senhores com mais de 50 e até com mais de cem escravos, todos envolvidos com o comércio e a criação de animais. Apesar de não existirem dados sobre a população para todo o período delimitado para a pesquisa, fica evidente que a posse de escravos não era acessível a todos. Apesar de existirem alguns proprietários mais abastados, a população da Comarca de Paranaguá e da Capitania de São Paulo como um todo, no século XVIII, era bastante pobre. Aqueles que possuíam escravos os utilizavam nos trabalhos domésticos, de agricultura e também na pecuária e na mineração, atividades que predominaram ao longo do século XVIII, ainda que com variada intensidade. Estes escravos foram envolvidos também em inúmeras negociações no mercado de créditos da Comarca de Paranaguá. Eram penhorados para pagamento de dívidas e eram também motivo de muitos endividamentos. Foram também legados em inventários e partilhados entre herdeiros, a quem ficavam sujeitos após a morte de seu senhor.

Como em toda sociedade escravista da América portuguesa, havia também a liberdade. Foram significativos os casos de alforrias concedidas em testamento, todas elas condicionais e muitas vezes contestadas pelos herdeiros, que dificultavam a vida dos libertandos, pois não queriam perder parte de sua herança. Os processos judiciais também mostraram que escravos e libertos estavam inseridos no campo de tensões dessa sociedade,

marcada pela miscigenação e pelo convívio bastante próximo entre pessoas que ocupavam diferentes níveis na hierarquia social. Esse compartilhamento de experiências gerava situações de conflito e de aliança, como fugas, assassinatos, agressões físicas, bem como a possibilidade de negociar e de acumular bens. Foi possível evidenciar a partir dos processos judiciais que os escravos tinham a possibilidade de produzir em seu próprio benefício e que chegaram, inclusive, a fazer empréstimos para terceiros.

Apesar do uso da mão de obra escrava não estar acessível a toda a população da Comarca de Paranaguá, a convivência entre a população livre, a liberta e a escrava era comum nas pequenas vilas da América meridional. As relações trazidas pelos processos judiciais mostraram uma convivência bastante próxima e interdependente entre pessoas de diferentes condições sociais, o que facilitou também que os negros escravos e libertos interagissem com a população indígena. O processo paulatino de diminuição da presença de índios nesta sociedade, administrados ou livres, e o também processo lento e gradual de aumento da população negra, escrava ou liberta, permitiu que os dois grupos coexistissem e, conseqüentemente, mantivessem relações que poderiam ser positivas ou negativas. As famílias mistas eram uma realidade na Capitania de São Paulo, não sendo poucos os filhos mestiços de pais negros e indígenas. Compartilharam experiências, hostis ou harmoniosas, que resultaram em assassinatos de índios por negros e vice-versa, parcerias em crimes e uniões afetivas.

A ampla documentação usada nesta tese possibilitou visualizar de perto o que a historiografia sobre a Capitania de São Paulo e, mais especificamente sobre a Comarca de Paranaguá já indicava. O processo de transição do uso da mão de obra indígena, escrava ou administrada, para a africana e crioula, aconteceu, de fato, ao longo do século XVIII, especialmente a partir de 1750, quando ficou evidente o aumento no número de escravos negros. A natureza das fontes judiciais também proporcionou uma análise mais detalhada das relações estabelecidas pelas pessoas que formavam essa configuração social específica, composta por homens brancos livres, indígenas administrados e livres, escravos e libertos africanos e afrodescendentes. Esta mesma documentação aqui utilizada ainda não está esgotada e pode, sem dúvida, render novas pesquisas e análises, dando nova luz sobre as sociedades das vilas ao sul da América portuguesa.

FONTES

Processos Judiciais

1. DEAP. *Peças do inventário do capitão povoador Baltazar Carrasco dos Reis – 1697*. Edição do Arquivo Público do Paraná, 1986.
2. DEAP BR PR APPR PB045 PC0002.1. Autos de inventário de João Leme da Silva. Curitiba, 1698.
3. DEAP. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de Manoel Alves Pedroso. Curitiba, 1711. BR PR APPR PB045 PC0005.1
4. DEAP BR PR APPR PB045 PC0006.1. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de Leonor Gonçalves. Curitiba, 1714.
5. DEAP BR PR APPR PB045 PC0008.1. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de Izabel do Prado. Curitiba, 1715.
6. DEAP BR PR APPR PB045 PC0009.1. Conta do testamento com que faleceu Antonio da Fonseca que se toma a seu filho João da Fonseca. Rio de São Francisco, 1720.
7. DEAP BR PR APPR PB045 PC0010.1. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de José da Costa Vasconcellos. Curitiba, 1711.
8. DEAP BR PR APPR PB045 PC0012.1. Carta de inquirição entre partes em que é autor Joseph Palhano de Azevedo e seus irmãos e réu Gaspar Carrasco dos Reis. Curitiba, 1721.
9. DEAP BR PR APPR PB045 PC0013.1. Carta de inquirição vinda do juízo ordinário de Paranaguá para o de Curitiba, em que é embargante Francisco Peres Bicudo e embargado Simão Borges Serqueira. Curitiba, 1722.
10. DEAP BR PR APPR PB045 PC0014.1. Autuação de uma petição em que é autor o sargento mor Manoel do Valle Porto. Paranaguá, 1723.
11. DEAP BR PR APPR PB045 PC0018.1. Causa cível entre partes em que é autor Manoel Pinto Ferreira e réu Sebastião da Maya. Curitiba, 1735.
12. DEAP BR PR APPR PB045 PC0027.2. Livramento crime de Francisco Rangel de Mendonça, réu seguro. Paranaguá, 1726.
13. DEAP BR PR APPR PB045 PC0029.2. Autuação de carta de inquirição a favor do réu Francisco Xavier dos Reis. Curitiba, 1727.
14. DEAP BR PR APPR PB045 PC0033.2. Autuação de petição apresentada por parte do sargento-mor Manoel Gonçalves da Costa. Curitiba, 1727.
15. DEAP BR PR APPR PB045 PC0048.2. Autos de inventário de Luis Rosado. Curitiba, 1729.
16. DEAP BR PR APPR PB045 PC0049.2. Auto de inventário de Maria Bicuda Camacha. Curitiba, 1729.
17. DEAP BR PR APPR PB045 PC0050.2. Autuação de petição em que é autor Zacarias Dias Cortes e réu João Carvalho. Curitiba, 1729.
18. DEAP BR PR APPR PB045 PC0053.2. Causa cível de embargos em que é embargante o capitão Antonio da Veiga Bueno e embargada Francisca Pinheira, viúva do capitão-mor João Rodrigues França.
19. DEAP BR PR APPR PB045 PC0060.2. Petição em que é suplicante Francisca Leme e suplicada Maria Antunes. Curitiba, 1729.
20. DEAP BR PR APPR PB045 PC0067.3. Causa cível de embargos em que é embargante a ré Maria Leme da Silva e embargado o autor Manoel Picão de Carvalho. Curitiba, 1729.
21. DEAP BR PR APPR PB045 PC0068.3. Petição apresentada por parte de Antonio Garcia Barreto. Curitiba, 1730.

22. DEAP BR PR APPR PB045 PC0075.3. Autuação de petição em que é autor Manoel Gonçalves Carreira e réu Felix Fernandes Leite. Curitiba, 1732.
23. DEAP BR PR APPR PB045 PC0084.3. Petição apresentada por parte das justificantes Maria das Neves dos Reis e Anna da Silva. Curitiba, 1733.
24. DEAP BR PR APPR PB045 PC0090.3. Livramento crime de Ventura, escravo do reverendo padre Antonio Ferreira da Cruz. Paranaguá, 1732.
25. DEAP BR PR APPR PB045 PC0094.3. Petição em que é suplicante Anna Gonçalves e suplicado José, seu administrado. Curitiba, 1733.
26. DEAP BR PR APPR PB045 PC0095.3. Apresentação de um libelo cível ao juiz ordinário em que é autor José, administrado, e ré Anna Gonçalves. Curitiba, 1733.
27. DEAP BR PR APPR PB045 PC0105.3. Auto de inventário dos bens que ficaram por morte de Balthazar Carrasco dos Reis. Curitiba, 1733.
28. DEAP BR PR APPR PB045 PC0109.4. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Paulo da Rocha, como mostrador do crédito de Manoel Pinto do Rego e réu Francisco Nabarreto. Curitiba, 1734.
29. DEAP BR PR APPR PB045 PC0142.4. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Paulo da Rocha, como mostrador do crédito de Damião de Carvalho e réu Francisco Nabarreto. Curitiba, 1734.
30. DEAP BR PR APPR PB045 PC0143.4. Autuação de petição de agravo por parte do alferes Domingos Ribeiro. Curitiba, 1734.
31. DEAP BR PR APPR PB045 PC0151.5. Petição apresentada por João Carvalho de Assunção contra Francisco Nunes. Curitiba, 1735.
32. DEAP BR PR APPR PB045 PC0157.5. Petição apresentada por parte do justificante Pedro de Souza Pereira contra João Pompeo. Curitiba, 1735.
33. DEAP BR PR APPR PB045 PC0163.5. Denúnciação que faz Manoel Gonçalves Carreira contra Maria do gentio da terra casada com outro índio por nome Veríssimo da Silva, 1735.
34. DEAP BR PR APPR PB045 PC0168. Petição em que é justificante Braz Domingues Vellozo. Curitiba, 1736.
35. DEAP BR PR APPR PB045 PC0170.5. Petição apresentada por parte do tenente Manoel Alvarez Fontes, contratador dos dízimos da vila de Curitiba, contra José de Mendonça. Curitiba, 1736.
36. DEAP BR PR APPR PB045 PC0174.5. Causa cível de libelo entre partes em que é autor o tenente Coronel Braz Domingues Vellozo e réu Joseph da Silva Gavião como curador dos bens do defunto João Vellozo da Costa. Curitiba, 1736.
37. DEAP BR PR APPR PB045 PC0179.6. Causa cível entre partes. Autora: Thereza Dias, Réu: Antonio da Veiga Bueno. Curitiba, 1736.
38. DEAP BR PR APPR PB045 PC0189.6. Petição apresentada por parte de Luzia Martins, viúva de Manoel de Lima Pereira. Curitiba, 1736.
39. DEAP BR PR APPR PB045 PC0191.6. Autuação de petição apresentada por parte de Antonio Francisco de Siqueira. Curitiba, 1736.
40. DEAP BR PR APPR PB045 PC0223.7. Autuação de execução de sentença em que é autor João da Cruz Borges por seu procurador e réu o alferes Francisco Diniz Pinheiro. Curitiba, 1737.
41. DEAP BR PR APPR PB045 PC0233.7. Processo cível incompleto em que é autor Gaspar Carrasco dos Reis. Curitiba, 1737.
42. DEAP BR PR APPR PB045 PC0235.7. Causa cível de libelo entre partes em que é autor o alferes Gaspar Carrasco dos Reis e réu o sargento mor Jerônimo da Veiga Cunha. Curitiba, 1738.

43. DEAP BR PR APPR PB045 PC0244.7. Autos de embargo em que é embargante João Batista de Castilho e embargados os herdeiros de José Teixeira de Azevedo, 1738.
44. DEAP BR PR APPR PB045 PC0246.7. Autuação de um mandado vindo do juízo da Ouvidoria Geral da Comarca a requerimento de Manoel da Rocha contra Pantaleão Rodrigues. Curitiba, 1738.
45. DEAP BR PR APPR PB045 PC0251.7. Autuação de mandado de execução em que são autores os oficiais da Câmara e réu Francisco de Siqueira Cortes. Curitiba, 1738.
46. DEAP BR PR APPR PB045 PC0264.8. Autuação de petição em que é embargante Paulo da Rocha e embargado José da Cunha. Curitiba, 1739.
47. DEAP BR PR APPR PB045 PC0270.8. Autuação de mandado vindo do juízo da Ouvidoria Geral a requerimento do tenente Luiz da Rocha Martins. Curitiba, 1739.
48. DEAP BR PR APPR PB045 PC0281.8. Autuação de petição apresentada por Martha bastarda. Curitiba, 1739.
49. DEAP BR PR APPR PB045 PC0283.8. Autuação de mandando de prisão de Feliciano bastardo da casa de João de Chaves. Curitiba, 1739.
50. DEAP BR PR APPR PB045 PC0287.8. Autos de petição entre partes em que são autores João batista Pereira e réu o capitão Miguel Rodrigues Ribas. Curitiba, 1739.
51. DEAP BR PR APPR PB045 PC0289.8. Autuação de petição em que é autor João Pinto de Carvalho e réu Damião Carvalho da Cunha. Curitiba, 1739.
52. DEAP BR PR APPR PB045 PC0294.8. Auto cível de injúria entre partes em que é autor Francisco Pinto e ré Inês Ribeiro. Iguape, 1739.
53. DEAP BR PR APPR PB045 PC0306.9. Autuação de petição apresentada por parte de Salvador Fernandes. Curitiba, 1740.
54. DEAP BR PR APPR PB045 PC0315.9. Agravo cível entre partes em que é agravante Manoel Martins de Faria e réu Gonçalo Soares Paes, juiz ordinário. Curitiba, 1740.
55. DEAP BR PR APPR PB045 PC0322.9. Auto de execução de sentença em que é autor o capitão Miguel Rodrigues Ribas e ré Anna Martins das Neves. Curitiba, 1740.
56. DEAP BR PR APPR PB045 PC0331.10. Autuação de petição apresentada por parte de Simão da Costa. Curitiba, 1740.
57. DEAP BR PR APPR PB045 PC0333.10. Auto de execução de sentença em que é autor Paulo da Rocha e réu Antonio da Veiga Bueno. Curitiba, 1740.
58. DEAP BR PR APPR PB045 PC0335.10. Auto de execução de sentença em que é autor Miguel Rodrigues Ribas e réu Pedro Dias Cortes. Curitiba, 1740.
59. DEAP BR PR APPR PB045 PC0336.10. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor o capitão Miguel Rodrigues Ribas e réu José Martins Leme. Curitiba, 1740.
60. DEAP BR PR APPR PB045 PC0350.10. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Manoel Muniz Barreto e réu o capitão Amador Bueno da Rocha. Curitiba, 1740.
61. DEAP BR PR APPR PB045 PC0351.10. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Paulo da Rocha e réu o capitão Antonio da Veiga Bueno. Curitiba, 1740.
62. DEAP BR PR APPR PB045 PC0353.10. Causa cível de libelo entre partes em que é autor o capitão João Carvalho de Assunção e réu o capitão Antonio da Veiga Bueno. Curitiba, 1740.
63. DEAP BR PR APPR PB045 PC0372.11. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Miguel Gonçalves Lima e ré Thereza Correa. Curitiba, 1741.
64. DEAP BR PR APPR PB045 PC0382.11 Autuação de auto de perguntas feito na cadeia ao crioulo Felipe Ferreira e a crioula Tereza de Jesus. Paranaguá, 1741.
65. DEAP BR PR APPR PB045 PC0389.11. Execução de sentença em que é autor Miguel Gonçalves Lima e ré Thereza Correa. Curitiba, 1741.

66. DEAP BR PR APPR PB045 PC0396.12. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Sebastião dos Santos Pereira e réus João Cardoso de Leão e sua mulher Tereza Correia Guedes. Curitiba, 1742.
67. DEAP BR PR APPR PB045 PC0405.12. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Sebastião Teixeira de Azevedo e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1742.
68. DEAP BR PR APPR PB045 PC0406.12. Avaliação de bens de Thomé de França Maciel. Curitiba, 1742.
69. DEAP BR PR APPR PB045 PC0414.12. Autuação de petição de justificação apresentada por Fabião de Azevedo e Sá. Curitiba, 1743.
70. DEAP BR PR APPR PB045 PC0415.12. Autos de agravo crime em que são agravantes João da Costa Rosa e seu mulato Thimotio. Curitiba, 1743.
71. DEAP BR PR APPR PB045 PC0416.12. Traslado de uns autos crimes em que são partes a justiça autora contra Manoel Nunes de Brito que se mandam remeter com o mesmo réu preso para o Juízo da Ouvidoria de Paranaguá. Rio de Janeiro, 1743.
72. DEAP BR PR APPR PB045 PC0419.12. Autuação de petição apresentada por Fabião de Azevedo e Sá. Curitiba, 1743.
73. DEAP BR PR APPR PB045 PC0425.13. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Manoel Muniz Barreto e réu José de França Lima. Curitiba, 1743.
74. DEAP BR PR APPR PB045 PC0438.13. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor João de Araújo Cavalheiro e réu Fabião de Azevedo e Sá. Curitiba, 1743.
75. DEAP BR PR APPR PB045 PC0443.13. Autuação de petição de justificação por parte de Simão Gonçalves de Andrade. Curitiba, 1744.
76. DEAP BR PR APPR PB045 PC0448.13. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Manoel Correa e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1744.
77. DEAP BR PR APPR PB045 PC0449.13. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Sebastião dos Santos Pereira e réu Manoel Pinto Ribeiro. Curitiba, 1744.
78. DEAP BR PR APPR PB045 PC0451.13. Auto de execução de sentença em que é autor Antonio Gomes Setúval e réu Manoel Pinto Ribeiro. Curitiba, 1744.
79. DEAP BR PR APPR PB045 PC0453.13. Autuação de petição de justificação em que é justificante João Batista Diniz. Curitiba, 1744.
80. DEAP BR PR APPR PB045 PC0457.13. Autos de execução entre partes em que é autor Manoel Correa e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1744.
81. DEAP BR PR APPR PB045 PC0465.13. Autuação de petição apresentada por parte de Francisco de Siqueira Cortes, Antonio Gomes Setúval e Simão Gonçalves de Andrade contra Francisco da Cunha. Curitiba, 1744.
82. DEAP BR PR APPR PB045 PC0467.13. Autuação de mandado de embargo em que é autor Manoel Alvarez e réu Antonio Fernandes de Siqueira. Curitiba, 1744.
83. DEAP BR PR APPR PB045 PC0472.14. Autos de execução de sentença em que é autor Manoel Muniz Barreto e réu José de França Lima. Curitiba, 1744.
84. DEAP BR PR APPR PB045 PC0474.14. Autuação de mandado de sequestro nos bens de Álvaro Machado. Curitiba, 1744.
85. DEAP BR PR APPR PB045 PC0481.14. Autuação de petição em que é autor Francisco Baptista e réu José Correa Ordonho. Curitiba, 1744.
86. DEAP BR PR APPR PB045 PC0487.14. Autuação de petição em que é autor Silvestre Marques da Cunha e réu Francisco da Cunha. Curitiba, 1744.
87. DEAP BR PR APPR PB045 PC0492.14. Autos de execução entre partes em que é autor Manoel Muniz Barreto e réu Francisco da Cunha. Curitiba, 1744.
88. DEAP BR PR APPR PB045 PC0497.14. Autuação de petição de justificação em que é justificante Joaquim Monteiro da Conceição. Curitiba, 1744.

89. DEAP BR PR APPR PB045 PC0499.14. Autos de execução entre partes em que é autor Manoel Pereira do Valle e réus João Aires da Silva e Antonio Alves Martins. Curitiba, 1744.
90. DEAP BR PR APPR PB045 PC0500.14. Autos de execução entre partes em que é autor Antonio Gomes Setúval e réu Manoel Garcia. Curitiba, 1744.
91. DEAP BR PR APPR PB045 PC0507.14. Auto de agravo em que é agravante Pedro Antonio Moreira e agravados os oficiais da Câmara. Curitiba, 1745.
92. DEAP BR PR APPR PB045 PC0547.15. Autuação de petição de justificação em que é justificante Antonio de Amaral. Curitiba, 1745.
93. DEAP BR PR APPR PB045 PC0557.16. Autuação de petição apresentada por Miguel Rodrigues Ribas. Curitiba, 1745.
94. DEAP BR PR APPR PB045 PC0561.16. Causa cível de libelo em que é autor Pedro Rodrigues Pinto e réu o tenente coronel Diogo da Paz Carias. Curitiba, 1746.
95. DEAP BR PR APPR PB045 PC0565.16. Autuação de petição em que é autor Inocência Álvares Pedroso e réu Francisco da Cunha. Curitiba, 1746.
96. DEAP BR PR APPR PB045 PC0566.16. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Francisco da Cunha e réu Inocência Álvares Pedroso. Curitiba, 1746.
97. DEAP BR PR APPR PB045 PC0571.16. Autuação de petição apresentada por parte de Salvador Gonçalves. Curitiba, 1741.
98. DEAP BR PR APPR PB045 PC0593.17. Autuação de justificação em que é justificante Maria Bueno da Rocha, por cabeça de seu marido João Carvalho de Assunção. Curitiba, 1747.
99. DEAP BR PR APPR PB045 PC0606.17. Autuação de petição e mais papéis em que é embargante Manoel Pinto do Rego e embargado Francisco Vellozo e Silva. Curitiba, 1747.
100. DEAP BR PR APPR PB045 PC0608.17. Autuação de sentença em que é autor Sebastião dos Santos Pereira e réu Maria Leme de Lima, viúva de Manoel Pinto Ribeiro. Curitiba, 1747.
101. DEAP BR PR APPR PB045 PC0614.17. Autuação de sentença em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu Domingos de Freitas. Curitiba, 1747.
102. DEAP BR PR APPR PB045 PC0624.18. Petição em que é autor João Carvalho Pinto e réu João Machado Fagundes. Curitiba, 1747.
103. DEAP BR PR APPR PB045 PC0632.18. Autuação de carta de inquirição vinda do juízo da Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá em que é justificante João Pinto de Carvalho. Curitiba, 1748.
104. DEAP BR PR APPR PB045 PC0648.19. Autuação de carta de inquirição vinda do juízo da Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá em que é justificante Clemente Rodrigues Barreto. Curitiba, 1748.
105. DEAP BR PR APPR PB045 PC0650.19. [Sem capa]. Autor Antonio Alvarez Freire, réu João Carvalho de Assunção. Curitiba, 1748.
106. DEAP BR PR APPR PB045 PC0663.19. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Antonio Alvarez Freire e réu João Carvalho de Assunção. Curitiba, 1748.
107. DEAP BR PR APPR PB045 PC0664.20. Causa cível de libelo entre partes em que é autor Pedro Antonio Moreira e réu José Gabriel Leitão. Curitiba, 1748.
108. DEAP BR PR APPR PB045 PC0670.20. Causa de embargos em que é autor o capitão Francisco de Siqueira Cortes e réu o sargento mor Pedro da Silva Pinto. Curitiba, 1748.
109. DEAP BR PR APPR PB045 PC0672.20. Auto de sequestro feito nos bens de Joaquim Cardoso de Leão. Curitiba, 1748.
110. DEAP BR PR APPR PB045 PC0676.20. Autuação de sentença em que é autor Manoel Borges de Sampaio e réu José Dias Cortes. Curitiba, 1749.

111. DEAP BR PR APPR PB045 PC0677.20. Autos de petição de vista para embargos em que é autor Manoel Alvarez Fontes e réu Veríssimo Gomes da Silva. Paranaguá, 1749.
112. DEAP BR PR APPR PB045 PC0686.20. Autuação de carta precatória executória em que é autora Izabel Ribeiro da Silva, viúva de Antonio Gonçalves Figueira, e ré Josepha de Almeida, viúva de João Gonçalves Figueira. Curitiba, 1749.
113. DEAP BR PR APPR PB045 PC0688.20. Autuação de carta precatória executória em que é autor o capitão mor José Goes de Moraes e ré Josepha de Almeida, viúva de João Gonçalves Figueira. Curitiba, 1749.
114. DEAP BR PR APPR PB045 PC0689.20. Autuação de carta precatória executória em que é autor o capitão mor José Goes de Moraes e ré Josepha de Almeida, viúva de João Gonçalves Figueira. Curitiba, 1749.
115. DEAP BR PR APPR PB045 PC0690.20. [Ilegível]. Autor: Maximiano da Silva Bueno, réu: Manoel Rodrigues. Curitiba, 1749.
116. DEAP BR PR APPR PB045 PC0698.21. Sentença cível de ação de assinação de dez dias em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu João Simões da Silva. Curitiba, 1749.
117. DEAP BR PR APPR PB045 PC0705.21. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor José de Medonça Coelho e réu Antonio Pereira Gomes. Curitiba, 1749.
118. DEAP BR PR APPR PB045 PC0707.21. Inquirição de causa de libelo cível por parte de João Simões da Costa contra Miguel Rodrigues Ribas. Curitiba, 1749.
119. DEAP BR PR APPR PB045 PC0710.21. Autuação de uma sentença e mais termos em que é autor Veríssimo Gomes da Silva e réu Manoel Alvarez Fontes. Paranaguá, 1749.
120. DEAP BR PR APPR PB045 PC0712.21. Autuação da carta de inquirição do justificante capitão Miguel Rodrigues Ribas. Curitiba, 1749.
121. DEAP BR PR APPR PB045 PC0714.21. Autuação de carta de inquirição em que é justificante Miguel Rodrigues Ribas. Curitiba, 1749.
122. DEAP BR PR APPR PB045 PC0719.20. [Sem capa]. Réu: Antonio da Silva Leme. Curitiba, 1750.
123. DEAP BR PR APPR PB045 PC0720.22. Causa cível de libelo em que é autor Francisco Nabarroto e ré Thereza Correa. Curitiba, 1750.
124. DEAP BR PR APPR PB045 PC0721.22. Sentença cível de assinação de dez dias em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu Antonio Fernandes Nogueira. Curitiba, 1750.
125. DEAP BR PR APPR PB045 PC0732.22. Causa cível de libelo entre partes em que é autor Ignácio da Silva Moura e réu Manoel Marques. Curitiba, 1750.
126. DEAP BR PR APPR PB045 PC0747.23. Autuação de mandado de sequestro feito nos bens do Dr. Mateus da Costa Rosa a requerimento de Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1750.
127. DEAP BR PR APPR PB045 PC0758.23. Autuação de petição de justificação em que é justificante Felix Ferreira Netto e justificado Francisco Barbosa. Curitiba, 1750.
128. DEAP BR PR APPR PB045 PC0762.23. Causa cível de assinação de dez dias de embargos entre partes em que é embargante Francisco Nabarroto e embargado Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1750.
129. DEAP BR PR APPR PB045 PC0765.23. Sentença cível de assinação de dez dias em que é autor o tenente Manoel Rodrigues Seixas e réu Manoel Correa Castro. Curitiba, 1750.
130. DEAP BR PR APPR PB045 PC0773.23. [Sem capa]. Autor: Antonio de Amaral Coutinho; ré: Maria de Oliveira. Curitiba, 1750.
131. DEAP BR PR APPR PB045 PC0781.23. Sentença cível de assinação de dez dias em que é autor Manoel José e réu Maximiano da Silva Bueno. Curitiba, 1751.
132. DEAP BR PR APPR PB045 PC0789.24. Auto de vistoria feito em Maria de Cubas. Curitiba, 1751.

133. DEAP BR PR APPR PB045 PC0796.24. Autuação de petição em que é autor Antonio Gonçalves Padilha e réu Jerônimo da Rocha de Oliveira. Curitiba, 1751.
134. DEAP BR PR APPR PB045 PC0809.24. Autos de agravo em que é agravante Antonio do Rego da Costa e agravado o juiz ordinário da vila. Curitiba, 1751.
135. DEAP BR PR APPR PB045 PC0813.24. Auto de devassa que manda fazer o juiz ordinário Felipe Pereira de Magalhães pelo tiro dado em Quitéria, administrada de Luzia Leme. Curitiba, 1753.
136. DEAP BR PR APPR PB045 PC0816.25. Autuação de petição em que é autor o reverendo padre José Rodrigues França e réu o capitão José Martins Leme. Curitiba, 1751.
137. DEAP BR PR APPR PB045 PC0824.25. Autuação de petição em que é autor Miguel Rodrigues Ribas e réu Manoel dos Santos. Curitiba, 1751.
138. DEAP BR PR APPR PB045 PC0838.25. Execução de sentença em que é autor Sebastião Gonçalves Lopes e réu João Paes Domingues. Curitiba, 1752.
139. DEAP BR PR APPR PB045 PC0843.25. Autuação de petição em que é autor Sebastião Gonçalves Lopes e réu João Paes Domingues. Curitiba, 1752.
140. DEAP BR PR APPR PB045 PC0845.25. Autuação de petição em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu João Simões da Costa. Curitiba, 1752.
141. DEAP BR PR APPR PB045 PC0858.26. Traslado de autuação de carta de inquirição vinda do juízo da Ouvidoria Geral desta Comarca de Paranaguá em que é autor Antonio Rodrigues Freitas e réu Frutuoso da Costa Braga. Curitiba, 1752.
142. DEAP BR PR APPR PB045 PC0860.26. Sentença cível de requerimento julgado por sentença a favor de Francisco da Cunha Alvarenga autor contra Salvador de Freitas réu. Curitiba, 1752.
143. DEAP BR PR APPR PB045 PC0871.26. Carta precatória vinda do juízo da vila de São Paulo em que é autor o coronel Francisco Pinto do Rego e réu Francisco Gonçalves de Macedo. Curitiba, 1752.
144. DEAP BR PR APPR PB045 PC0872.26. Autuação de petição em que é autor José de Mendonça Coelho e réu José Dias Cortes. Curitiba, 1752.
145. DEAP BR PR APPR PB045 PC0890.27. Autuação de petição em que são autores Francisco de Siqueira Cortes e Antonio Fernandes de Siqueira e réu Francisco da Silva Xavier. Curitiba, 1752.
146. DEAP BR PR APPR PB045 PC0900.27. Causa cível de citação sobre a tirada de um menino administrado entre Francisco da Cunha Alvarenga, autor, e Salvador de Freitas, réu. Curitiba, 1752.
147. DEAP BR PR APPR PB045 PC0919.28. Causa cível de requerimento entre partes em que é autor Simão Gonçalves de Andrada e réu João Simões da Costa. Curitiba, 1752.
148. DEAP BR PR APPR PB045 PC0927.28. Auto de execução entre partes em que é autor Manoel Lourenço e réu João de Bastos Coimbra. Curitiba, 1753.
149. DEAP BR PR APPR PB045 PC0930.28. Auto de execução entre partes em que é autor José de Mendonça Coelho e réu Manoel Pinto Ribeiro. Curitiba, 1753.
150. DEAP BR PR APPR PB045 PC0940.29. Autuação de petição em que é autor Bento Gonçalves Soutinho e réu João de Bastos Coimbra. Curitiba, 1753.
151. DEAP BR PR APPR PB045 PC0941.29. Autuação de petição em que é autor Pedro José Tavares e réu Antonio Lourenço. Curitiba, 1753.
152. DEAP BR PR APPR PB045 PC0951.29. Autuação de petição em que é autor Simão Gonçalves de Andrada e réu Manoel Pinto Ribeiro. Curitiba, 1753.
153. DEAP BR PR APPR PB045 PC0953.29. Autuação de petição em que é autor João da Silva Guimarães e réu João de Bastos Coimbra. Curitiba, 1753.

154. DEAP BR PR APPR PB045 PC0958.29. Autuação de petição em que é autor o alferes João Batista Diniz e réu Manoel Pinto Ribeiro. Curitiba, 1753.
155. DEAP BR PR APPR PB045 PC0960.29. Autuação de petição em que é autor o sargento mor Domingos Cordeiro e réu João Simões da Costa. Curitiba, 1753.
156. DEAP BR PR APPR PB045 PC0961.29. Autuação de petição em que é autor José de Mendonça Coelho e réu Domingos da Cunha Teixeira. Curitiba, 1753.
157. DEAP BR PR APPR PB045 PC0967.29. Autuação de petição em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu João de Bastos Coimbra. Curitiba, 1753.
158. DEAP BR PR APPR PB045 PC0969.29. Causa cível de libelo entre partes em que autor Antonio Machado de Almeida e réu Jerônimo Rodrigues da Cruz. Curitiba, 1753.
159. DEAP BR PR APPR PB045 PC0980.30. Autos cíveis de notificação entre partes em que é autor José Rodrigues Lanhoso e réu Manoel Carvalho da Cunha. Curitiba, 1754.
160. DEAP BR PR APPR PB045 PC0993.30. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Manoel Pinto Ribeiro e réu Inocêncio Alvares Pedroso. Curitiba, 1754.
161. DEAP BR PR APPR PB045 PC0998.30. Auto de inventários dos bens que ficaram por falecimento de Guilherme Paullo, de nação inglesa. Paranaguá, 1754.
162. DEAP BR PR APPR PB045 PC1013.30. Autos crimes de agravo em que é agravante João Benguela por seu senhor Ignácio Luis Chaves e agravado o Dr. Ouvidor Geral da Comarca da Paranaguá, Antonio Pires da Silva Mello Portocarreiro. Paranaguá, 1754.
163. DEAP BR PR APPR PB045 PC1030.31. Autos cíveis de petição e embargos para justificação entre partes em que é justificante o capitão Domingos Pinto e réu Nuno Mendes Torres. Iguape, 1755.
164. DEAP BR PR APPR PB045 PC1050.31. Autuação de petição em que é autor José de Mendonça Coelho e réu Bernardo Martins. Curitiba, 1754.
165. DEAP BR PR APPR PB045 PC1084.32. Autuação de petição em que é autor o capitão Manoel Gonçalves Sampaio e réu Sebastião Teixeira de Azevedo. Curitiba, 1756.
166. DEAP BR PR APPR PB045 PC1087.32. Autuação de petição em que são autores os oficiais do juízo ordinário e réu João de Barros da Rocha. Curitiba, 1756.
167. DEAP BR PR APPR PB045 PC1092.33. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Antonio do Rego Costa e réu Sebastião Teixeira de Azevedo. Curitiba, 1756.
168. DEAP BR PR APPR PB045 PC1102.33. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor o alferes Manoel Lourenço Bastos e réu Ignácio Gonçalves Bueno. Curitiba, 1757.
169. DEAP BR PR APPR PB045 PC1109.33. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Joaquim Manoel de Abreu e réu Nazário Ferreira de Oliveira. Curitiba, 1757.
170. DEAP BR PR APPR PB045 PC1115.33. Autuação de mandado executório e penhora filhada em que é autor o juízo dos ausentes por dívida ao defunto João Gomes da Silva e ré Ignácia Correa de Castro. Curitiba, 1757.
171. DEAP BR PR APPR PB045 PC1116.33. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Pedro José Tavares e réu José de Mendonça Coelho. Curitiba, 1757.
172. DEAP BR PR APPR PB045 PC1126.34. Autos cíveis de justificação do testamenteiro do defunto Manoel Pereira do Vale. Curitiba, 1757.
173. DEAP BR PR APPR PB045 PC1128.34. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Manoel Martins da Rocha e testador Felício Vieira. Paranaguá, 1757.
174. DEAP BR PR APPR PB045 PC1138.34. Sentença cível de assinação de dez dias em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu Manoel Correa de Castro. Curitiba, 1758.
175. DEAP BR PR APPR PB045 PC1139.34. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Gaspar Teixeira Ribeiro e réu Manoel Alvarez Fontes. Curitiba, 1758.
176. DEAP BR PR APPR PB045 PC1141.34. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Simão Gonçalves de Andrada e réu João Pinto de Carvalho. Curitiba, 1757.

177. DEAP BR PR APPR PB045 PC1147.34. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Domingos da Cunha Pereira e réu Antonio Pereira de Faria. Curitiba, 1758.
178. DEAP BR PR APPR PB045 PC1150. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor executante Miguel Gonçalves Lima e réu executado Amador da Veiga Bueno. Curitiba, 1758.
179. DEAP BR PR APPR PB045 PC1156.35. Autuação de execução entre partes em que é autor Mathias Alves Vieira Castro e réu José dos Santos Pacheco Lima. Curitiba, 1758.
180. DEAP BR PR APPR PB045 PC1162.35. Causa cível de embargos em que é embargante Francisco da Silva Braga e embargado Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1758.
181. DEAP BR PR APPR PB045 PC1167.35. Causa cível de assinação de dez dias em que é autor Manoel Domingues Leitão e réu Francisco da Silva. Curitiba, 1758.
182. DEAP BR PR APPR PB045 PC1171.35. Autos cíveis de execução em que é autor Baltazar da Costa Pinto e ré Maria Pereira Maciel. Curitiba, 1758.
183. DEAP BR PR APPR PB045 PC1187.36. Traslado de uns autos que vão remetidos para a Superior Instância da Ouvidoria Geral da Comarca em que é autor Antonio de Medeiros Chaves e réu os Irmãos Terceiros da Venerável Ordem Seráfica de São Francisco de Curitiba. Curitiba, 1759.
184. DEAP BR PR APPR PB045 PC1192.36. Autos cíveis de justificação entre partes em que é justificante Manoel e sua mãe Madalena e justificado Antonio Vieira. Rio de São Francisco, 1759.
185. DEAP BR PR APPR PB045 PC1193.36. Autos cíveis de execução em que é autor José Cabral e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1759.
186. DEAP BR PR APPR PB045 PC1198.36. Autos cíveis de execução em que é autor Amador Bueno da Rocha e ré Gertrudes Bueno da Rocha. Curitiba, 1759.
187. DEAP BR PR APPR PB045 PC1199.36. Autos cíveis de execução em que é autor Joaquim Manoel de Abreu e réu Francisco de Souza Rocha. Curitiba, 1759.
188. DEAP BR PR APPR PB045 PC1217.37. Autos cíveis de justificação que faz o tenente coronel Braz Domingues Vellozo a respeito de um mulato chamado Antonio. Curitiba, 1759.
189. DEAP BR PR APPR PB045 PC1226.37. Autos de execução entre partes em que é autor Luís da Rocha Martins e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1758.
190. DEAP BR PR APPR PB045 PC1228.37. Autos cíveis de execução em que é autor Francisco Nabarro e réu Bonifácio da Costa. Curitiba, 1759.
191. DEAP BR PR APPR PB045 PC1229.37. Autos cíveis de execução em que é autor Joaquim Manoel de Abreu e réu José Gabriel Leitão. Curitiba, 1759.
192. DEAP BR PR APPR PB045 PC1235.37. Autos cíveis de execução em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu Francisco da Silva. Curitiba, 1759.
193. DEAP BR PR APPR PB045 PC1247.37. Autos de execução é autor Luís Pedro de Barros e ré Agostinha Rodrigues. Paranaguá, 1757.
194. DEAP BR PR APPR PB045 PC1249.38. Autuação de carta de inquirição vinda da Relação da cidade do Rio de Janeiro por parte do sargento mor Miguel de Aguiar Cordeiro. Curitiba, 1760.
195. DEAP BR PR APPR PB045 PC1250.38. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Manoel Gonçalves Carreira e réu Manoel Alvarez Fontes. Paranaguá, 1748.
196. DEAP BR PR APPR PB045 PC1253.38. Autos de petição e justificação entre partes em que é justificante Paulo Pereira Nunes e réu Francisco da Silva Braga. Curitiba, 1760.
197. DEAP BR PR APPR PB045 PC1255.38. Autos cíveis de petição entre partes em que é autor Antonio Pires da Silva e Mello Portocarreiro e réu Antonio dos Santos Soares. Paranaguá, 1760.

198. DEAP BR PR APPR PB045 PC1280.39. Autos cíveis de execução em que é autor Lourenço Ribeiro de Andrade e réu Antonio da Silva Borges. Curitiba, 1760.
199. DEAP BR PR APPR PB045 PC1305.40. Causa cível de execução entre partes em que é autor Antonio Marques e réu Manoel Alvarez Fontes. Curitiba, Curitiba, 1758.
200. DEAP BR PR APPR PB045 PC1318.40. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Amador Bueno da Rocha e ré Maria Bueno da Rocha. Curitiba, 1761.
201. DEAP BR PR APPR PB045 PC1329.40. Autos cíveis de execução em que é autor o tenente João Batista Diniz e réu José Gabriel Leitão. Curitiba, 1761.
202. DEAP BR PR APPR PB045 PC1333.40. Causa cível de execução entre partes em que é autora Maria da Trindade, viúva de Domingos Rodrigues. E réu o alferes Francisco Xavier de Araújo. Curitiba, 1757.
203. DEAP BR PR APPR PB045 PC1341.41. Causa cível de execução entre partes em que é autor Miguel Gonçalves Lima e réu Manoel Alvarez Fontes. Curitiba, 1758.
204. DEAP BR PR APPR PB045 PC1346.41. Causa cível de libelo entre partes em que é autor o alferes Antonio dos Santos Teixeira e réu o tenente Francisco da Silva Freire. Curitiba, 1762.
205. DEAP BR PR APPR PB045 PC1356.41. Causa de requerimento cível e crime entre partes em que é autor João Gonçalves Teixeira e réu Gabriel Antonio de Carvalho. Curitiba, 1762.
206. DEAP BR PR APPR PB045 PC1359.41. Traslado de autos de execução em que é autor João Nunes Gomes e ré Thereza Correa. Paranaguá, 1763.
207. DEAP BR PR APPR PB045 PC1362.41. Autos cíveis de petição e mais documentos em que é suplicante Bernarda da Veiga de Siqueira. Paranaguá, 1763.
208. DEAP BR PR APPR PB045 PC1363.41. Traslado de auto de devassa que mandou fazer o juiz ordinário o capitão Manoel Gonçalves de Sampaio para por ele devassar do conteúdo na petição do queixoso Manoel da Cunha, 1763.
209. DEAP BR PR APPR PB045 PC1366.42. Autos de execução entre partes em que é autor Pedro José Tavares e réu João de Bastos Coimbra. Curitiba, 1753.
210. DEAP BR PR APPR PB045 PC1377.42. Causa cível de embargos em que é autor embargante Gregório da Silva e réu embargado Braz Domingues Velloso. Curitiba, 1764.
211. DEAP BR PR APPR PB045 PC1383.42. Autuação de testamento e petição em que é justificante Ignácio Lopes dos Santos como testamenteiro do defunto seu pai Francisco Lopes dos Santos. Curitiba, 1764.
212. DEAP BR PR APPR PB045 PC1401.43. Auto de libelo cível e crime entre partes em que é autor Joaquim Cardoso de Leão e réu Silvestre Preto. Curitiba, 1765.
213. DEAP BR PR APPR PB045 PC1439.44. Autos cíveis de ação da alma em que é autor Manoel Pinto Ribeiro e réu Ignácio da Motta. Curitiba, 1765.
214. DEAP BR PR APPR PB045 PC1460.40. Causa cível de execução entre partes em que é autor o capitão Amador Bueno da Rocha e réu o capitão João Carvalho de Assunção. Curitiba, 1762.
215. DEAP BR PR APPR PB045 PC1469.45. Autos cíveis de apelação em que é autor apelante Manoel Pereira do Valle e réu apelado Bento Gonçalves Soutinho Nobre. Paranaguá, 1766.
216. DEAP BR PR APPR PB045 PC1471.45. Autos cíveis de inventário em que é inventariante Luiz da Rocha Martins e inventariado Domingos da Silva Pinheiro. Paranaguá, 1766.
217. DEAP BR PR APPR PB045 PC1491.46. Autos de inventário dos bens que ficaram por falecimento de Lucas Bueno, preto forro. Curitiba, 1767.
218. DEAP BR PR APPR PB045 PC1492.46. Traslado de apelação crime entre partes em que autora a justiça e ré João Gonçalves Cardoso. Curitiba, 1766.

219. DEAP BR PR APPR PB045 PC1498.46. Autuação de execução entre partes em que é autor Bento Gonçalves Soutinho Nobre e réu Luiz Gonzaga de Albuquerque. Curitiba, 1767.
220. DEAP BR PR APPR PB045 PC1503.46. Auto de denúncia em que é autor Francisco de Souza Rocha e réu Francisco forro administrado. Curitiba, 1767.
221. DEAP BR PR APPR PB045 PC1512.46. Autos cíveis de ação sumária e assinação de dez dias entre partes em que é autor o alferes Francisco Gonçalves Cordeiro e réu Francisco Fernandes Braga. Curitiba, 1767.
222. DEAP BR PR APPR PB045 PC1520.47. Autos de execução entre partes em que é autor Sebastião Teixeira de Azevedo e ré Ignácia Leme de Jesus, viúva do capitão José Dias Cortes. Curitiba, 1768.
223. DEAP BR PR APPR PB045 PC1522.47. Autos de execução entre partes em que é autor João de Barros Araújo e réu Antonio Ferreira de Faria.
224. DEAP BR PR APPR PB045 PC1541.47. Autos de justificação entre partes em que é justificante Ignácio Antonio da Silveira e réu Domingos Lopes de Brito. Curitiba, 1768.
225. DEAP BR PR APPR PB045 PC1546.47. Autos cíveis entre partes em que é autor Domingos Lopes e réu Ignácio Antonio da Silveira. Curitiba, 1768.
226. DEAP BR PR APPR PB045 PC1548.47. Autos de execução entre partes em que é autor Paulo de Chaves de Almeida e ré Ignácia Lemes de Jesus, viúva do capitão José Dias Cortes. Curitiba, 1768.
227. DEAP BR PR APPR PB045 PC1551.47. Autos de execução entre partes em que é autor Gaspar Gonçalves de Moraes e ré Ignácia Lemes de Jesus, viúva do capitão José Dias Cortes. Curitiba, 1768.
228. DEAP BR PR APPR PB045 PC1568.48. Autos cíveis de assinação de dez dias entre partes em que é autor Ignácio Antonio da Silveira e réu Domingos Lopes de Brito. Curitiba, 1768.
229. DEAP BR PR APPR PB045 PC1575.48. Autos cíveis de ação da alma entre partes. Autor: Joaquim Ferreira. Réu: Francisco das Neves. Curitiba, 1768.
230. DEAP BR PR APPR PB045 PC1580.48. Autos de execução de precatória geral e habilitação entre partes em que é autor Francisco de Figueiredo Henriques e ré Maria Prestes de Aguiar, viúva de Antonio Ferreira de Faria. Curitiba, 1768.
231. DEAP BR PR APPR PB045 PC1584.48. Autos de execução entre partes em que é autor José Francisco do Valle e ré Maria Prestes de Aguiar, viúva de Antonio Ferreira de Figueiredo. Curitiba, 1768.
232. DEAP BR PR APPR PB045 PC1590.49. Auto de inventário nos bens que ficaram por falecimento de Pedro Ribeiro de Andrade em que é inventariante Luiza Vaz Torres, sua mulher. Curitiba, 1769.
233. DEAP BR PR APPR PB045 PC1591.49. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Ignácio Alvarez e Silva e ré Ignácia Lemes de Jesus, viúva do capitão José Dias Cortes. Curitiba, 1768.
234. DEAP BR PR APPR PB045 PC1601.49. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Antonio da Costa Guimarães e réu José de Moraes Pinto. Curitiba, 1769.
235. DEAP BR PR APPR PB045 PC1602.49. Autos cíveis de ação da alma entre partes em que é autor Francisco Linhares e ré Ignácia Correa. Curitiba, 1769.
236. DEAP BR PR APPR PB045 PC1610.49. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Antonio da Costa Guimarães e réu José de Oliveira de Sampaio. Curitiba, 1769.
237. DEAP BR PR APPR PB045 PC1624.50. Autos de execução entre partes em que é autor José Nabo de Medeiros e ré Rosa Maria Guedes. Curitiba, 1768.

238. DEAP BR PR APPR PB045 PC1634.50. Autos cíveis de vista entre partes em que são autores Matheus de Souza Fagundes e sua cunhada Quitéria Maria de Jesus e réu Miguel de Miranda Coutinho. Curitiba, 1769.
239. DEAP BR PR APPR PB045 PC1638.50. Cópia do testamento de Dona Antonia da Cruz França. Paranaguá, 1770.
240. DEAP BR PR APPR PB045 PC1649.50. Autuação de petição de notificação em que é autor Afonso de Macedo Araújo e réu José Joaquim da Rocha Pereira. Curitiba, 1770.
241. DEAP BR PR APPR PB045 PC1653.50. Autos cíveis de petição entre partes em que é autor o capitão Eusébio Gomes da Silva e réu o tesoureiro geral capitão mor Antonio Teixeira Mattoso. Paranaguá, 1770.
242. DEAP BR PR APPR PB045 PC1654.50. Traslado de autos de inventário de Antonina da Cruz França. Curitiba, 1770.
243. DEAP BR PR APPR PB045 PC1655.51. Autos de execução entre partes em que é autor o reverendo Manoel Domingues Leitão e réu Francisco Rodrigues Cascais. Curitiba, 1770.
244. DEAP BR PR APPR PB045 PC1658.51. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Caetano José Prestes e ré Maria Prestes de Aguiar, viúva de Antonio Ferreira de Faria. Curitiba, 1770.
245. DEAP BR PR APPR PB045 PC1659.51. Autos cíveis de petição de requerimento em que é suplicante Antonio Ferreira Matoso e suplicada Catharina da Silva Passos. Paranaguá, 1770.
246. DEAP BR PR APPR PB045 PC1661.51. Autos de esbulho entre partes em que é autor Antonio Pires Monteiro e réu Antonio Antonio (sic). Curitiba, 1770.
247. DEAP BR PR APPR PB045 PC1662.51. Autos cíveis de petição entre partes em que é autor o alferes Policarpo Eloy e réu o tesoureiro geral e capitão mor Antonio Ferreira Mattoso. Paranaguá, 1770.
248. DEAP BR PR APPR PB045 PC1663.51. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor o reverendo Manoel Domingues Leitão e réu Bernardo José Ferreira. Curitiba, 1770.
249. DEAP BR PR APPR PB045 PC1664.51. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Manoel José Ferreira e réu João Vieira Chaves. Curitiba, 1770.
250. DEAP BR PR APPR PB045 PC1667.51. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Antonio Fernandes do Valle e réu Francisco Mendes Carneiro. Paranaguá, 1770.
251. DEAP BR PR APPR PB045 PC1672.51. Autos cíveis de assinação de dez dias entre partes em que é autor Manoel Pereira da Silva e réu Francisco José Pereira. Paranaguá, 1770.
252. DEAP BR PR APPR PB045 PC1673.51. Autos cíveis de petição entre partes em que é autor João Correa da Fonseca e réu o tesoureiro geral capitão mor Antonio Ferreira Mattoso. Paranaguá, 1770.
253. DEAP BR PR APPR PB045 PC1683.51. Autos cíveis de ação de juramento da alma em que é autor João da Silveira Miranda e réu José Antonio Rodrigues. Paranaguá, 1770.
254. DEAP BR PR APPR PB045 PC1697.51. Autos de execução entre partes em que é autor Antonio Teixeira Alvarez e réu José de Oliveira de Sampaio. Curitiba, 1770.
255. DEAP BR PR APPR PB045 PC1698.51. Autos cíveis de requerimento de petição em que é autor José da Cruz e réu o tesoureiro geral capitão mor Antonio Ferreira Mattoso. Paranaguá, 1770.
256. DEAP BR PR APPR PB045 PC1699.51. Autos cíveis de requerimento de petição em que é autor Manoel Cordeiro Mathoso e réu Antonio Ferreira Mattoso, capitão mor e tesoureiro geral. Paranaguá, 1770.

257. DEAP BR PR APPR PB045 PC1707.52. Traslado de autos de inventários dos bens que ficaram por falecimento de Manoel Gonçalves Carreira e de sua mulher Dona Catharina da Silva Passos. Curitiba, 1771.
258. DEAP BR PR APPR PB045 PC1723.52. Autos cíveis de mandado executório para penhora em que é executante João Pereira de Azevedo e executado Baltazar da Costa Pinto. Curitiba, 1771.
259. DEAP BR PR APPR PB045 PC1724.52. Autos cíveis de requerimento em que é autor Baltazar da Costa Pinto e réu Antonio Ferreira Mattoso, capitão mor e tesoureiro geral. Paranaguá, 1771.
260. DEAP BR PR APPR PB045 PC1725.52. Autos sumários de justificação entre partes em que é justificante José de Moraes Pinto e justificado o capitão Amador Bueno da Rocha. Curitiba, 1771.
261. DEAP BR PR APPR PB045 PC1730.52. Traslado do segundo apenso da causa que correu entre partes Aleixo dos Reis Pinto e o Doutor Matheus da Costa Rosa. Paranaguá, 1771.
262. DEAP BR PR APPR PB045 PC1731.52. Autos de execução entre partes em que é autor Antonio Francisco Guimarães e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1771.
263. DEAP BR PR APPR PB045 PC1733.52. Autos de execução entre partes em que é autor o reverendo Manoel Domingues Leitão e réu João Vieira Chaves. Curitiba, 1771.
264. DEAP BR PR APPR PB045 PC1745.53. Autos cíveis de assinação de dez dias em que é autor o reverendo Ignácio Alves Machado e réu Ignácio Dias de Camargo. Curitiba, 1771.
265. DEAP BR PR APPR PB045 PC1752.53. Autos cíveis de ação da alma em que é autor Antonio do Loureiro e Almeida Cação e réu José Antonio Rodrigues. Curitiba, 1771.
266. DEAP BR PR APPR PB045 PC1765.54. Autos cíveis de notificação entre partes em que é autor Antonio Ferreira Mathtso, tesoureiro geral dos bens que ficaram pelo sequestro feito aos padres jesuítas. Paranaguá, 1770.
267. DEAP BR PR APPR PB045 PC1767.55. Traslado de autos de livramento crime que são partes a justiça por seu promotor autor, e réu João Batista Vitoriano. Curitiba, 1772.
268. DEAP BR PR APPR PB045 PC1768.55. Autuação de carta de inquirição vinda do juízo de Paranaguá em que é justificante José Francisco dos Santos e justificado o capitão mor Manoel Nunes Lima. Curitiba, 1772.
269. DEAP BR PR APPR PB045 PC1773.55. Autos cíveis de assinação de dez dias entre partes em que é autor Francisco de Araújo Monteiro e réu João Batista Pereira. Curitiba, 1772.
270. DEAP BR PR APPR PB045 PC1776.55. Traslado de autos cíveis que vão por apelação ao Supremo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro em que é apelante o doutor João da Maya e apeladas Maria Maya e sua filha Eufêmia. Paranaguá, 1772.
271. DEAP BR PR APPR PB045 PC1781.55. Autos cíveis de contas de resíduos em que é autor o fiscal do Juízo dos Resíduos Sebastião Antonio de Souza da Rocha Barbuda e réu o tenente Francisco da Silva Freire. Paranaguá, 1772.
272. DEAP BR PR APPR PB045 PC1786.55. Autos cíveis de libelo entre partes em que é autor Manoel Pereira da Silva e réu o tenente Francisco da Silva Freire. Paranaguá, 1772.
273. DEAP BR PR APPR PB045 PC1792.55. Autos de execução entre partes em que é autor Francisco Fernandes Saraiba e réu José Pedro da Costa. Curitiba, 1772.
274. DEAP BR PR APPR PB045 PC1797.56. Autuação de petição em que é autor Estevão Ferreira da Costa e réu o testamenteiro do Dr. Matheus da Costa Rosa. Paranaguá, 1772.
275. DEAP BR PR APPR PB045 PC1798.56. Autos de execução entre partes em que é autor o alferes Custódio Martins de Araújo e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1772.

276. DEAP BR PR APPR PB045 PC1811.56. Autos crimes de livramento entre partes em que é autora a justiça por seu promotor e réu o tenente Joaquim José Alvarez. Curitiba, 1773.
277. DEAP BR PR APPR PB045 PC1816.56. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro João da Silva Reis e testadora Joanna Rodrigues. Curitiba, 1773.
278. DEAP BR PR APPR PB045 PC1818.57. Autos cíveis de conta de testamento que dá Domingos Ferreira de Almeida como testamenteiro de Antonio Cardoso de Mendonça. Cananéia, 1773.
279. DEAP BR PR APPR PB045 PC1823.57. Autos de livramento crime entre partes em que é autora a justiça e réu Raimundo Pereira. Iguape, 1773.
280. DEAP BR PR APPR PB045 PC1826.57. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Domingos Antunes de Aguiar e testadora Thereza das Neves. Cananéia, 1773.
281. DEAP BR PR APPR PB045 PC1827.57. Traslado de Autos de livramento crime que vão por apelação do juízo da Ouvidoria Geral de Paranaguá para o Superior Tribunal da Relação da cidade do Rio de Janeiro em que é autora a justiça por seu promotor e réu Antonio Martins Novais. Cananéia, 1773.
282. DEAP BR PR APPR PB045 PC1829.57. Autos cíveis de contas de testamento que dá Antonio do Amaral e Vasconcellos por impedimento de seu pai João do Amaral do testamento com que faleceu Antonio do Amaral e Vasconcellos. Cananéia, 1773.
283. DEAP BR PR APPR PB045 PC1830.57. Autos cíveis de apelação que vêm do juízo ordinário desta vila para o juízo da Ouvidoria em que é apelante João Lopes e apelado Pantaleão Pedroso de Moraes. Curitiba, 1773.
284. DEAP BR PR APPR PB045 PC1831.57. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Bento dos Santos Pereira e testador Sebastião dos Santos Pereira. Curitiba, 1773.
285. DEAP BR PR APPR PB045 PC1833.57. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Antonio Ribeiro e testador Antonio de Moraes Cardoso. Iguape, 1773.
286. DEAP BR PR APPR PB045 PC1835.57. Autos cíveis de contas de testamento que dá João Batista de Souza como testamenteiro de Catharina de Senna. Iguape, 1773.
287. DEAP BR PR APPR PB045 PC1837.57. Autos cíveis de libelo crime entre partes, em que é autora a justiça e ré Sipriana Rodrigues Seixas. Curitiba, 1773.
288. DEAP BR PR APPR PB045 PC1841.58. Autos cíveis de contas de testamento que dá Francisco Fernandes Saraiba por falta de testamenteiro e como herdeiro do defunto Manoel da Costa Filgueira. Curitiba, 1773.
289. DEAP BR PR APPR PB045 PC1843.58. Traslado de auto de sequestro em que é autor Antonio Barbosa de Mattos Coutinho, ouvidor geral da Comarca de Paranaguá e réu Cristovão Pinheiro França. Paranaguá, 1773.
290. DEAP BR PR APPR PB045 PC1845.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Antonio Gonçalves Chaves e testadora Maria da Silva. Cananéia, 1773.
291. DEAP BR PR APPR PB045 PC1846.58. Autos cíveis de conta de testamento que dá Antonio Ribeiro do Valle por seu procurador como testamenteiro de João Ribeiro do Valle. Curitiba, 1773.
292. DEAP BR PR APPR PB045 PC1847.58. Autos cíveis de apelação em que é apelante José Francisco dos Santos e apelados Antonio Carassa Pinto, seu irmão Francisco Correa de Mattos e sua mulher Marta de Souza Fagundes. Paranaguá, 1772.
293. DEAP BR PR APPR PB045 PC1848.58. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Francisco de Linhares e réu Pedro Antonio Moreira. Curitiba, 1773.
294. DEAP BR PR APPR PB045 PC1849.58. Autos cíveis de contas de testamento que dá Antonio Gonçalves como testamenteiro de Manoel Paes Lima. Cananéia, 1773.

295. DEAP BR PR APPR PB045 PC1850.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Sebastião Teixeira de Azevedo e testador José Dias Cortes. Curitiba, 1773.
296. DEAP BR PR APPR PB045 PC1851.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro João Braz Pereira e testadora Izabel Pereira. Cananéia, 1773.
297. DEAP BR PR APPR PB045 PC1853.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro o reverendo padre João da Silva Reis e testador Manoel Correa. Curitiba, 1773.
298. DEAP BR PR APPR PB045 PC1857.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro João Ribeiro Paes e testadora Margarida Guedes. Iguape, 1773.
299. DEAP BR PR APPR PB045 PC1858.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteira Maria Prestes de Aguiar e testador Antonio Ferreira de Faria. Curitiba, 1773.
300. DEAP BR PR APPR PB045 PC1859.58. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Manoel Fernandes Sardinha e testadora Clara Pereira Paes. Iguape, 1773.
301. DEAP BR PR APPR PB045 PC1872.59. Traslado dos autos crimes em que são partes como autora a Justiça por seu promotor e réu o mulato Antonio, escravos de Antonio Martins Novaes. Cananeia, 1774.
302. DEAP BR PR APPR PB045 PC1875.59. Autos de apelação crime entre partes em que é autora a justiça e réu Joaquim de Lima, escravo de Antonio de Barros Lima. Rio de São Francisco, 1774.
303. DEAP BR PR APPR PB045 PC1877.59. Autos de libelo cível entre partes em que é autor João Manuel por cabeça de sua mulher Brígida e Francisco de Borja e Manoel Ferreira Faleiros como réus. Paranaguá, 1774.
304. DEAP BR PR APPR PB045 PC1901.60. Autos cíveis de assinação de dez dias entre partes em que é autor José Antonio Rodrigues e réu José de Farias Pontes. Curitiba, 1774.
305. DEAP BR PR APPR PB045 PC1903.60. Autos cíveis de execução entre partes em que é executante Baltazar da Costa Pinto e executado Francisco Xavier de Carvalho. Paranaguá, 1774.
306. DEAP BR PR APPR PB045 PC1914.60. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Francisco Gonçalves Cordeiro e réu Belchior das Neves. Paranaguá, 1774.
307. DEAP BR PR APPR PB045 PC1916.60. Auto de inventário que se fez dos bens do defunto Bento Pereira Lima. Paranaguá, 1774.
308. DEAP BR PR APPR PB045 PC1918.60. Traslado de autos cíveis de apelação que vão deste juízo da Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá para o Supremo Tribunal da Relação da cidade do Rio de Janeiro entre partes, em que é apelante Manoel Ferreira Faleiros e apelado Ignácio Pinto e sua mulher Brazida Andreza. Paranaguá, 1774.
309. DEAP BR PR APPR PB045 PC1947.61. Auto de prisão, hábito e tonsura feito a Francisca Rodrigues da Cunha e a sua filha Luiza Rodrigues da Cunha, 1775.
310. DEAP BR PR APPR PB045 PC1962.62. Autos de livramento crime entre partes como autora a Justiça por seu promotor e réus Antonio mulato e Ignacio crioulo, escravos de João Gomes Mendes. Cananeia, 1775.
311. DEAP BR PR APPR PB045 PC1963.62. Autos de libelo crime que vem por apelação do juízo ordinário da vila de Curitiba para esta Ouvidoria entre partes em que autora a justiça e réu Diogo Pinto do Rego. Paranaguá, 1775.
312. DEAP BR PR APPR PB045 PC1969.62. Autos cíveis de assinação de dez dias entre partes em que é autor Manoel Gonçalves Guimarães e réu José Gomes dos Santos. Paranaguá, 1775.
313. DEAP BR PR APPR PB045 PC1984.63. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Manoel Vieira Espiga e testadora Maria do Carmo. Paranaguá, 1776.

314. DEAP BR PR APPR PB045 PC1985.63. Autos cíveis de apelação entre partes em que é autor apelado o guarda mor Cristovão Pereira de Macedo e ré apelante Cristina, preta forra, por seu procurador. Paranaguá, 1776.
315. DEAP BR PR APPR PB045 PC1997.63. Autos crimes de libelo que vem por apelação do juízo ordinário desta vila em que é autora a justiça por seu promotor e réu preso Domingos Rodrigues. Paranaguá, 1776.
316. DEAP BR PR APPR PB045 PC1998.63. Autos cíveis de libelo entre partes em que é autor Bartholomeu Lopes e réu Ignácio Antunes, preto forro. Paranaguá, 1776.
317. DEAP BR PR APPR PB045 PC2002.63. Inventário dos bens que ficaram por falecimento de Bento Magalhães Peixoto. Curitiba, 1770.
318. DEAP BR PR APPR PB045 PC2005.64. Autos cíveis de contas de testamento que dá o Guarda Mor Cristovão Pereira de Macedo, herdeiro e testamenteiro do reverendo vigário que foi desta vila, que era testamenteiro da falecida Catharina Correa das Neves, a quem pertence esta conta. Paranaguá, 1776.
319. DEAP BR PR APPR PB045 PC2012.64. Inventário feito no escravo por nome José, nação Benguela, pertencente a um senhor do Rio de Janeiro. Paranaguá, 1776.
320. DEAP BR PR APPR PB045 PC2013.64. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro José de Oliveira Sampaio e testador o capitão Francisco de Siqueira Cortes. Curitiba, 1776.
321. DEAP BR PR APPR PB045 PC2020.64. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro João Batista Diniz e testador Tristônio Cardoso Pazes. Curitiba, 1776.
322. DEAP BR PR APPR PB045 PC2036.65. Traslado de autos cíveis de inventário que ficaram por falecimento do defunto Francisco Pereira Paes. Iguape, 1776.
323. DEAP BR PR APPR PB045 PC2037.65. Autos de apelação crime em que é apelante o réu Francisco dos Santos Soares e apelada a justiça autora. Paranaguá, 1777.
324. DEAP BR PR APPR PB045 PC2038.65. Traslado de autos cíveis de apelação em que é apelante Magdalena de Freitas Sobral e apelado Leandro de Freitas Sobral. Cananéia, 1777.
325. DEAP BR PR APPR PB045 PC2047.65. Autos de execução entre partes em que é autor o reverendo padre Teodoro José de Freitas e réu Antonio Bueno da Rocha. Curitiba, 1777.
326. DEAP BR PR APPR PB045 PC2048.65. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Joaquim Gaspar Pereira e réu Antonio Bueno da Rocha. Curitiba, 1777.
327. DEAP BR PR APPR PB045 PC2049.65. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteira Catharina de Sena e testador o capitão Gaspar Gonçalves de Moraes. Paranaguá, 1777.
328. DEAP BR PR APPR PB045 PC2057.65. Autos de execução entre partes em que é autor João de Abreu Guimarães e ré Maria Prestes de Aguiar. Curitiba, 1777.
329. DEAP BR PR APPR PB045 PC2061.66. Autos cíveis de ação da alma entre partes em que é autor Manoel, preto escravo de José Bernardino de Souza, e réu João Batista Vitoriano. Curitiba, 1777.
330. DEAP BR PR APPR PB045 PC2085.67. Autos cíveis de apelação entre partes em que são embargantes Luís Gomes de Medeiros e outros e embargada Florência Luís. Paranaguá, 1777.
331. DEAP BR PR APPR PB045 PC2091.67. Autos de execução entre partes em que é autor Manoel Fernandes Moreira e réu Caetano Felix de Assunção. Paranaguá, 1778.
332. DEAP BR PR APPR PB045 PC2095.67. Carta inquiratória de testemunhas em que é suplicante Pedro Gomes Sobral e suplicado José Ribeiro. Cananéia, 1778.

333. DEAP BR PR APPR PB045 PC2097.67. Autos cíveis de inventário em que é inventariado o reverendo Antonio Ribeiro e inventariante o tenente Mathias Xavier Baleeiro. Paranaguá, 1778.
334. DEAP BR PR APPR PB045 PC2099.67. Autos cíveis de justificação em que são partes Ana Maria do Rosário, justificante, e Ana Pereira, justificada. Paranaguá, 1778.
335. DEAP BR PR APPR PB045 PC2103.67. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor o reverendo Manoel Domingues Leitão e réu Manoel Soares da Silva. Curitiba, 1778.
336. DEAP BR PR APPR PB045 PC2109.67. Autos de execução entre partes em que é autor o capitão Antonio José da Silva e réu Manoel da Silva dos Santos. Curitiba, 1778.
337. DEAP BR PR APPR PB045 PC2111.68. Autos de execução entre partes em que é autor o alferes Manoel de Souza Pinto e réu Manoel Francisco Sallinas. Paranaguá, 1778.
338. DEAP BR PR APPR PB045 PC2115.68. Auto de libelo cível entre partes em que é autor Francisco da Silva Ilhas e réu Amaro Moreira da Rocha. Paranaguá, 1778.
339. DEAP BR PR APPR PB045 PC2116.68. Autos cíveis de inventário em que é inventariante Maria Joaquina e inventariado o capitão Antonio Gomes da Silva. Paranaguá, 1778.
340. DEAP BR PR APPR PB045 PC2121.68. Autos cíveis de embargos entre partes em que é autor o alferes Matheus de Souza Fagundes e réu Balthazar da Costa Pinto. Curitiba, 1778.
341. DEAP BR PR APPR PB045 PC2127.69. Autos de protesto em que são autoras Maria Tereza do Couto e sua irmã Luiza Maria do Couto. Paranaguá, 1778.
342. DEAP BR PR APPR PB045 PC2129.69. Autos cíveis de justificação em que é justificante Elena Micahela de Souza e justificado Ignácio da Costa. Paranaguá, 1778.
343. DEAP BR PR APPR PB045 PC2130.69. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor o tenente Nazário Ferreira de Oliveira e réu Antonio Cardoso de Leão. Curitiba, 1778.
344. DEAP BR PR APPR PB045 PC2134.69. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor Antonio Teixeira Alvarez e réu Manoel da Silva dos Santos. Curitiba, 1778.
345. DEAP BR PR APPR PB045 PC2135.69. Autos cíveis de execução entre partes em que são executantes Luis Gomes de Medeiros e outros e executada Florência Luís, parda cativa. Paranaguá, 1778.
346. DEAP BR PR APPR PB045 PC2138.69. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor o capitão Manoel Lourenço Pontes e réu o guarda-mor Jerônimo Teixeira de Carvalho. Paranaguá, 1778.
347. DEAP BR PR APPR PB045 PC2143.69. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Manoel Gonçalves do Nascimento e testadora Catharina de Sena. Paranaguá, 1778.
348. DEAP BR PR APPR PB045 PC2168.70. Autos de execução entre partes em que é autor o guarda-mor Francisco Luiz de Oliveira e réu Antonio Bueno da Rocha. Curitiba, 1779.
349. DEAP BR PR APPR PB045 PC2170.70. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro João José Dávila e testadora Anna de Lara. Cananéia, 1779.
350. DEAP BR PR APPR PB045 PC2172.70. Autos cíveis de embargos entre partes em que é autor embargante Manoel Domingues Leitão e réu embargado João Batista Vitoriano. Curitiba, 1779.
351. DEAP BR PR APPR PB045 PC2173.70. Autos cíveis de inventário em que é inventariante Dona Anna Gonçalves Cordeiro e inventariado o reverendo Francisco Ferreira Mathoso. Paranaguá, 1779.

352. DEAP BR PR APPR PB045 PC2174.70. Autos de inventário nos bens que ficaram por falecimento de Antonio Saraiva Pereira da Costa em que é inventariante Anna Ferreira da Rocha. Paranaguá, 1779.
353. DEAP BR PR APPR PB045 PC2177.70. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor o capitão José dos Santos Rosa e réu Sebastião Cardoso Serpa. Curitiba, 1779.
354. DEAP BR PR APPR PB045 PC2179.70. Autos cíveis de assinatura de dez dias entre partes em que é autor o alferes Matheus de Souza Fagundes e ré Izabel Fernandes da Rocha. Curitiba, 1779.
355. DEAP BR PR APPR PB045 PC2187.70. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor José Joaquim da Rocha Pereira e réu Boaventura Pereira. Curitiba, 1779.
356. DEAP BR PR APPR PB045 PC2191.70. Autos cíveis de contas de testamento em que é testamenteiro Ângelo Gonçalves Padilha e testadora Anna de Mello Coutinha. Curitiba, 1779.
357. DEAP BR PR APPR PB045 PC2193.71. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor o guarda-mor Francisco Luiz de Oliveira e réu o capitão José dos Santos Rosa. Curitiba, 1779.
358. DEAP BR PR APPR PB045 PC2194.71. Traslado de autos de inventário dos bens que ficaram por falecimento de José de Souza Pedro em que é inventariante Gaspar Gonçalves de Moraes. Paranaguá, 1779.
359. DEAP BR PR APPR PB045 PC2205.71. Traslado de autos de apelação que vão para o Tribunal da Relação da Cidade do Rio de Janeiro em que é apelante Manoel Franco do Rego e apelado Januário Antunes da Silva. Iguape, 1780.
360. DEAP BR PR APPR PB045 PC2208.71. Autuação de uma carta precatória vinda do Juízo Executório da Real Fazenda da Capitania de São Paulo expedida a requerimento de Agostinho da Silva Valle. Paranaguá, 1780.
361. DEAP BR PR APPR PB045 PC2213.71. Traslado de autos de inventário de Bernardo Pereira Porto em que é denunciado Ignácio Dias de Camargo. Paranaguá, 1779.
362. DEAP BR PR APPR PB045 PC2215.71. Autos cíveis de execução entre partes em que são autoras Maria Thereza do Couto e sua irmã Luiza Maria do Couto e réu o tenente Francisco da Silva Freire. Paranaguá, 1780.
363. DEAP BR PR APPR PB045 PC2223.71. Autos cíveis de execução entre partes em que é autor o alferes Matheus de Souza Fagundes e ré Izabel Fernandes da Rocha. Curitiba, 1780.
364. DEAP BR PR APPR PB045 PC2234.72. Certidão do primeiro inventário da falecida Dona Antonia da Cruz França. Paranaguá, 1780.
365. DEAP BR PR APPR PB045 PC2238.72. Autuação de sentença em que são executantes Maria Tereza do Couto e sua irmã Luiza Maria do Couto e executado Francisco da Silva Freire. Paranaguá, 1780.
366. DEAP BR PR APPR PB045 PC2255.73. Autos cíveis de inventário que se fazem entre o inventariante Francisco da Silva Freire e as herdeiras Maria Thereza do Couto e Luiza Maria do Couto. Paranaguá, 1780.

Outros documentos manuscritos

CEDOPE-UFPR. Rolos de microfilme 11, 12, 13 e 14, Originais no Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Autos de casamentos, 1770-1777.

Legislação e outras fontes secundárias

AHU, Pernambuco, cx. 40, doc. 3667. Carta do governador de 30/08/1730 e cópia da carta régia de 05/11/1700.

AHU, Registro de Cartas Régias, Cod. 248, fl. 335. Provisão de 24 de fevereiro de 1731.

ALVARÁ sobre a Liberdade dos Índios, 1696. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. Ordens reais, Papéis avulsos, Documentos, Resenha, Atos do prefeito de São Paulo. Ano I, Vol. X. São Paulo: 1935, pp. 70-75.

ASSESSING the Slave Trade, Estimates. 2009. *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org>

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, 1728, vols. 2, 4 e 5.

CARTA RÉGIA de 10 de dezembro de 1572. In: FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. pp. 28-29.

DOCUMENTOS interessantes para a história e os costumes de São Paulo. Vol. III, São Paulo, 1913, Typografia Cardozo Filho & Cia, p. 85-92.

DUVIDAS, que se offerecem pelos moradores da Villa de S. Paulo a S.M., e ao Sr. Governador Geral do Estado, sobre o modo de guardar o ajustamento da administração na matéria pertencente ao uso do Gentio da terra, cuja resolução se espera. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VII. Rio de Janeiro (RJ): Typographia de João Ignácio da Silva, 1866, p. 389-391.

FIGUEIREDO, Jozé Anastasio de. *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a História e Estudo Crítico da Legislação Portuguesa*. Tomo II. Desde 1550 até 1603. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *Historia da prouincia sa[n]cta Cruz a qui vulgarme[n]te chamamos Brasil*. Lisboa: Antônio Gonçalves, 1576.

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega* (Opera Omnia). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870.

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797.

PARDINHO, Rafael Pires. Carta ao rei D. João V, 30 de agosto de 1721. *Revista Monumenta*, vol. 3, n.10. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana*, tomo 4, 1726.

REGIMENTO que levou Tomé de Sousa governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, código 112, fls. 1-9.

REQUERIMENTO para a criação das justiças. Curitiba, 1693. In: BOLETIM do Arquivo Municipal de Curitiba, v. 1.

SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memória Histórica de Paranaguá*: volume I. Curitiba: Vicentina, 2001.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 2, 1789.

SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maignense, 1830.

SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Desde a última compilação das ordenações. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada e anotada*. 1603-1612. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica de Legislação Portuguesa* (1634-1640), Lisboa, 1855.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Tomo Primeiro, A-E. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825. Verbete *Cativo*.

VASCONCELOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1668.

VEREANÇA de 12 de Fevereiro de 1752 da Câmara Municipal de Curitiba. In: BOLETIM do Arquivo Municipal de Curitiba, v. 21, p. 47.

VEREANÇA de 14 de Fevereiro de 1789 da Câmara Municipal de Curitiba. In: BOLETIM do Arquivo Municipal de Curitiba, v. 33, pp. 89-90.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *Relação das moedas dos paizes estrangeiros, com o valor de cada huma, reduzidas ao dinheiro portuguez para o uso dos commerciantes*. Lisboa: Offic. Litter. do Arco do Cego, 1800.

VIEIRA, Padre Antonio. *Sermão XIV, à Irmandade dos Negros do Rosário da Bahia*, tópico VI. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/fs000032pdf.pdf>. Acesso em 04/06/2014.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX). *Memória Americana*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 16-1, jun, 2008, pp. 19-40.

AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825-1832. *Locus Revista de História*, v. 12, n. 2, 2006, Juiz de Fora, pp.59-74.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

ARENAS, Mar García. La colaboración hispano-portuguesa contra la Compañía de Jesus. In: *Esteban de Terreros y Pando: vizcaíno, polígrafo y jesuita*. III Centenario: 1707-2007, Bilbao, Universidad de Deusto, 2008, pp. 511-536.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP/Ed. da Universidade de Brasília, 1983.

BATALLA, Guillermo Bonfil. El concepto de índio em America: uma categoria de la situacion colonial. In: *Identidad y Pluralismo Cultural em América Latina*. Puerto Rico: Fondo Editorial Del CEHASS, 1992.

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763). *História (São Paulo)*, v. 30, n. 1, p. 37-55, jan/jun 2011.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Do Barroco ao Moderno, 1492-1800. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 08 febrero 2005. Acesso em 19/08/2013. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>.

BORGES, Joacir N. As demandas judiciárias envolvendo administrados em Curitiba no século XVIII. *Almanack Braziliense*, nº 06, novembro de 2007. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/6/06_artigo-04.pdf.

_____. O processo de endividamento em Curitiba no século XVIII. In: DORÉ, Andréa e SANTOS, Antonio Cesar de A. (orgs.) *Temas Setecentistas*. Governos e Populações no Império português. Curitiba: UFPR/SCHLA/Fundação Araucária, 2008.

_____. *Das justiças e dos litígios*. A ação judiciária da câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752). Tese de doutorado: UFPR, 2009.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. 1602-1686. São Paulo: Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

BRIGHENTE, Liliam F. *Entre a liberdade e a administração particular: a condição jurídica do indígena na vila de Curitiba (1700-1750)*. Dissertação (Mestrado em Direito) Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

BRÜGGER, Silvia e OLIVEIRA, Anderson de. Os Benguelas de São João del Rei: tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas (séculos XVIII e XIX). *Tempo*, nº 26, vol. 13, pp. 177-204, janeiro, 2009.

BUENO, Beatriz Picolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). In: *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n.2, p.251-294. Jul-dez, 2009.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais. 107 p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

CAMARGO, Angélica Ricci. Intendências do Ouro. (verbete). In: *Memória da Administração Pública Brasileira* (MAPA). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4237>.

CAMARGO, Angélica Ricci. Mamposteiro-mor dos Cativos. (verbete). In: *Memória da Administração Pública Brasileira* (MAPA). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4433>.

CAMARGO, Angélica Ricci. Ouvidor de Capitania/comarca (verbete). In: *Memória da Administração Pública Brasileira*. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4971>

CAMARGO, Angélica Ricci. Provedor/Provedoria dos Defuntos e Ausentes. (verbete). In: *Memória da Administração Pública Brasileira* (MAPA). Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4421>.

CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Chain Editora, 1986.

CARROL, Patrick. Black Native Relations and the Historical Record in Colonial Mexico. In: RESTALL, Mathew. *Beyond Black and Red*. African-native relations in Colonial Latin America. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2005, pp. 245-267.

CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: *Revista História Social*, n. 19, Unicamp, 2010, pp. 33-62.

CLAVERO, Bartolomé. *Derecho indígena y cultura constitucional em America*. Ciudad de Mexico, Buenos Aires, Madrid: Siglo XXI, 1994.

CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. 3 ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio*. Ensaios e Documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Editora do Chain, Banestado, 1991.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Roquinaldo. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. (PHD dissertation) UCLA, 2003.

FINLEY, Moses. Slavery. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan, v. 14, 1968, pp. 307-313.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Diretório dos Índios de Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. In: *Revista Politéia: História e Sociedade*, v. 2. n. 1, Vitória da Conquista, Bahia, 2002, pp. 167-183.

_____. Os escravos e os ofícios mecânicos na Bahia-Brasil. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.). *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPESE, 2007.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V. e SILVA, Daniel D. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). In: *Afro-Ásia*, 31 (2004), 83-126.

FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.

_____. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 3ª edição. São Paulo: Global Editora, 2010.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Casamentos mistos*: liberdade e escravidão em São Paulo colonial. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade*: estudos sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011 (versão E-book).

GONÇALVES, Andréa Lisly. Práticas de alforrias nas Américas: dois estudos de caso em perspectiva comparada. In: PAIVA, Eduardo F. e IVO, Isnara P. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008.

GONÇALVES, Jener C. *Justiças e direitos costumeiros*: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815). Dissertação de mestrado: UFMG, 2006.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli M. N. *Direitos e justiças no Brasil*. Ensaios de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. pp. 101-128.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX). *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 379-423.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999, pp. 92-99.

GUTIERREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos econômicos*. São Paulo: 17(2), 297-314, maio/ago 1987.

_____. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v.8 nº16, 161-188, mar/ago 1988.

_____. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *Revista História*, São Paulo, v. 25, n.1, pp. 100-122, 2006.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões, séculos XVII-XVIII*, trad. Marina Appenzeller, São Paulo, Companhia das Letras; Circulo do Livro, 1990.

HEMMING, John. Os Índios e a Fronteira no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 163-188.

_____. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. Luís de Molina e a escravização dos negros. *Análise Social*, Vol. XXXV (Inverno), 2001 (n.º 157), pp. 937-960.

HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KLEIN, Herbert. *Slavery in the Americas*. A comparative study of Virginia and Cuba. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, vol.11, 1982, pp. 207-230.

LARA, Silvia H. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de Iberoamerica*. Madri: Fundación Histórica Tavera-Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom).

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1994. Volumes I, II, III, IV e V.

LEITE, Fabiana Raquel. *A Língua Geral Paulista e o "Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira"*. Dissertação de mestrado: UNICAMP, 2013.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos IV-V-VI. São Paulo (SP): Edições Loyola, 2004.

LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados*. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). Dissertação de mestrado. Curitiba: PGHIS/UFPR, 2011.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MACEDO, Helder A. M. de. Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 449-462, 2008.

MACHADO, Brasil Pinheiro, et al. *Campos Gerais, Estruturas Agrárias*. Curitiba: Editora da UFPR, 1968.

MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (planalto paranaense na primeira metade do século XVIII). *Revista de História Regional* 15(2): 160-183, Inverno, 2010.

MANDELL, Daniel R. Shifting Boundaries of Race and Ethnicity: Indian-Black Intermarriage in Southern New England, 1760-1880. In: *The Journal of American History*, vol. 85, nº 2, pp. 466-501, sep. 1988.

MARCOCCI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650). *Revista Tempo*, v. 15, n. 30, Rio de Janeiro, 2011, pp. 41-70.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 74, p. 107-123, 2006.

_____. Ideologia imperial, poder patriarcal e o governo dos escravos nas Américas, c. 1660-1720. *Afro-Ásia*, 31, 2004, pp. 39-82.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 141-162.

MATTOS, Regiane Augusto de. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social, FFLCH/USP, 2009.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo: Editora 37, 2007.

MELLO, José Antonio Gonsalves de e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

MELLO, Kátia. A. V. *Comportamentos e Práticas Familiares nos Domicílios Escravistas de Castro (1824-1835) segundo as Listas Nominativas de Habitantes*. Curitiba: UFPR, 2004.

(Dissertação de mestrado).

MELLO, Marcia Eliane de Souza e. As apelações de liberdade dos índios na América portuguesa. (1735-1757). *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História* – ANPUH, Londrina, 2005.

MONTEIRO, John M. Os Guarani e a História do Brasil Meridional. Séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. pp. 475-498.

_____. *Negros da terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Tupis, Tapuias e historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de livre docência, Campinas, 2001.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NADALIN, Sergio Odilon. Mães solteiras e categorias de ilegitimidade na sociedade colonial dos séculos XVIII e XIX. In: *I Congresso Internacional de História: território, culturas e poderes*, Universidade do Minho, Braga, 2005.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Vol I. Curitiba (PR): Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1926.

_____. *Memória Histórica Paranaense*. Separatas, Curitiba: s. ed., 1926.

NEVES, Cylaine Maria das. *A vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

NOGUEIRA, André Luís Lima. As “doenças de feitiço” e as Minas do século XVIII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011, pp. 1-16.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os negros da Guiné? A origem dos Africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19/20 (1997), 37-73.

OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. Texto apresentado no *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005.

OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. *Afro-Ásia*, 6-7, 1968, pp. 119-126.

PÁGINAS escolhidas: história. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2003.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PALMA, Norma Angélica Castillo e KELLOGG, Susan. Conflict and Cohabitation between Afro-Mexicans and Nahuas in Central Mexico. In: RESTALL, Mathew. *Beyond Black and Red. African-native relations in Colonial Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2005, pp. 115-136.

PANTOJA, Selma. O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil. *Textos de História*, Revista do Programa de Pós Graduação em História da UNB, vol. 11, nº 1/2, pp. 187-215, 2003.

PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América portuguesa: a Comarca de Paranaguá (1723-1812)*. Dissertação de mestrado: UFPR, 2007.

PENA, Eduardo Spiller. *O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PEREIRA, Magnus R. de M. e BORGES, Joacir N. Tudo consiste em dívidas, créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. *Revista de História*, nº 162, 1º semestre de 2010, pp. 105-129.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PORTELA, Bruna Marina. *Caminhos do Cativo: a configuração de uma comunidade escrava*. (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação de mestrado: UFPR, 2007.

Povos Indígenas no Brasil. *Guarani Kaiowá*. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/550>.

RAMINELLI, Ronald. Da vila ao sertão: os mamelucos como agentes da colonização. *Revista de História*. São Paulo, nº 129-131, p. 209-219, ago-dez/93 a ago-dez/94.

_____. Privilegios y malogros de la familia Camarão. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [Online], Colóquios, posto online no dia 17 Março 2008, consultado em 15 de junho de 2014. URL : <http://nuevomundo.revues.org/27802> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.27802.

RAMOS, André R. F. A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p.241-265, jul. 2004.

REIS, Isabela C. F. dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”. Fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23, 1999, pp.27-46.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1996, pp. 7-33.

_____. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, 28, São Paulo, dez/fev 95/96, pp. 14-39.

RESENDE, Maria Efigênia L. de. Negociações sobre formas de executar com mais suavidade a “Novíssima” Lei das Casas de Fundação. In: *Revista Varia*, n. 21, Juiz de Fora, 1999, pp. 259-273.

RESTALL, Mathew. *Beyond Black and Red. African-native relations in Colonial Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2005.

RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)*. Tese de doutorado em História Social: USP, 2010.

RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitoria e o direito dos índios americanos. A evolução da legislação indígena castelhana no século XVI*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2002.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. Technology and Society: The Impact of Gold Mining on the Institution of Slavery in Portuguese America. In: *The Journal of Economic History*, Vol. 37, No. 1, The Tasks of Economic History (Mar., 1977), pp. 59-83.

_____. O Brasil Colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

_____. Centros e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n.º 36, São Paulo, pp. 187-250.

_____. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAGUIER, Eduardo. La Crisis Social. La fuga esclava como resistencia rutinaria y cotidiana. *Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, v. 1, n. 2, Santa Cruz de la Sierra, 1995, pp. 115-184.

SALES, Izabella F. O de e ZANGELMI, Arnaldo J. Armas no termo de Mariana (1707-1736): legislação e direito comum. *Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. 28 (2), UFPE, 2010. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/130>.

SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Antonio C. Jucá de. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 29, pp. 29-49, 2002.

_____. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português (1701-1750). FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp.73-105.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida e SANTOS, Rosângela Maria Ferreira (orgs.) *Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

SANTOS, Carlos Roberto A. dos. *Preços de escravos na Província do Paraná (1861-1887)*. Estudo sobre as escrituras de compra e venda de escravos. (Dissertação de Mestrado). UFPR, 1974.

SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. E mandem convocar o povo... eleições municipais em Curitiba (1735-1765). In: *Anais da V Jornada Setecentista*, Curitiba, 2003.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. Indian Labor and New World Plantations: European Demands and Indian Responses in Northeastern Brazil. *The American Historical Review*, vol. 83, nº 1, feb., 1978. pp. 43-79.

_____. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Brazilian Ethnogenesis: Mestiços, Mamelucos and Pardo. In: GRUZINSKI, S. e WACHTEL, N. *Le Nouveau Monde. Mondes Nouveaux: l'expérience américaine: 7-27*. Paris, Recherche sur les civilisations. ERC/Ecole des hautes études en sciences sociales, 1996.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. In: *Áfro-Ásia*, 29/30, 2003, pp. 13-40.

_____. O Brasil colonial, c. 1580-c. 1750: as grandes lavouras e a periferia. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

_____. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo (orgs.) *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Luiz Geraldo e SOUZA, Priscila de Lima. 'Without freedmen note': changes in the petitions of the pardos of Portuguese America throughout the eighteenth century. Texto apresentado no *Seminário Internacional Colonial (Mis) Understandings: Portugal and Europe in Global Perspective, 1450-1900*. Lisboa: FCT/CHAM, v. 1, 2013.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando. P.; PORTELA, Bruna. M. *Paiol de Telha: gênese e transformação de uma comunidade quilombola*. 2008. (Texto produzido para o Relatório

Antropológico da Comunidade Quilombola de Paiol de Telha, no Projeto Direito à Terra e Comunidades Quilombolas no Paraná).

SILVA, Luiz Geraldo. “Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). *Afro-Ásia*, 25-26, 2001, pp. 9-60.

_____. ‘Esperança de liberdade’. Interpretações populares da abolição ilustrada. *Revista de História* (USP), São Paulo, v. 144, 2001, pp. 107-149.

_____. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo, nº 169, p. 111-144, julho/dezembro 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Magia e Heterodoxia femininas no Brasil Colonial. Separata da *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, vol. XVII, 2002. pp. 185-210.

_____. (org.) *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SLENES, Robert. *Na Senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. Descobrimos a Guiné no Brasil Colonial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 161 (407), pp. 71-94, abr/jun. 2000.

_____. Reis minas da corte do Santo Imperador. As folias dos pretos minas na vidade do Rio de Janeiro no século XVIII. In: LIMA, Lana L. da G., et al. *História e Religião*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002.

_____. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, nº 2, pp.303-330, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STABEN, Ana Emília. *Negócio dos Escravos*. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759). Dissertação de mestrado: UFPR, 2008.

TEIXEIRA, Maria Lúcia R. C. *As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1831)*. Tese de doutorado: Universidade de São Paulo, 2011.

VAINFAS, Ronaldo (Ed.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, vol.17, n.34, São Paulo, 1997.

VON MARTIUS, Karl F. Como se deve escrever a História do Brasil. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 6 (24): 381-403, Jan. 1845.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 7 ed. Curitiba (PR): Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1995.

WESTPHALEN, Cecília M. Origens e fundação de Curitiba. *Curitiba. Origens, fundação, nome*. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba, vol. 21, nº 105, junho/1995.

_____. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? *Revista da SBPH*, nº 13: 25-63, 1997.

_____. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: HUCITEC, 1989.